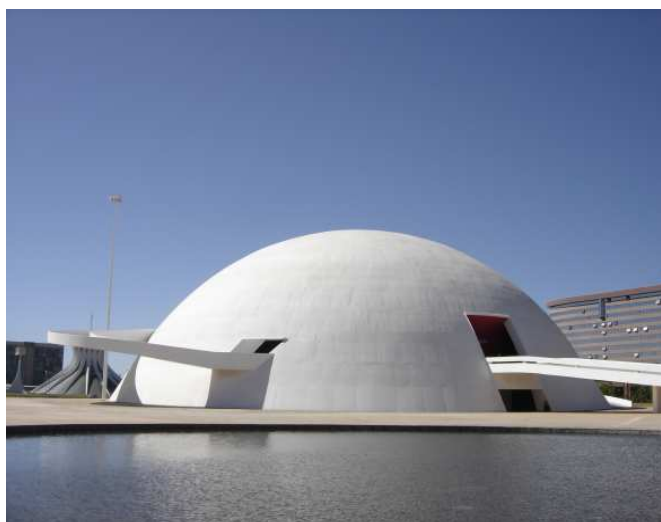


Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Planejamento Governamental



Prestação de Contas Anual do Governador - Anexo V

Relatório de Atividades 2010



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

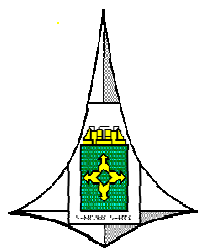
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Prestação de Contas Anual do Governador

VOLUME IV

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DF– SETRAB até
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL –
SEOPS

– 2010 –



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

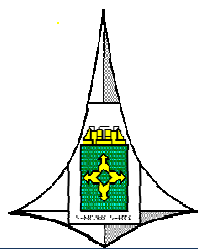
Nelson Tadeu Filippelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Edson Ronaldo Nascimento

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

José Agmar de Souza

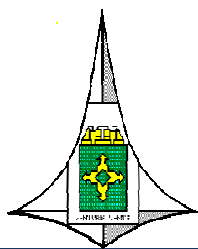


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

**ÓRGÃOS E ENTIDADES DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO
DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Deputado Patrício
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Marli Vinhadeli
CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Jacques de Oliveira Pena
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
Gustavo Guilherme Leon Chauvet
GABINETE DA VICE GOVERNADORIA
Nelson Tadeu Filippelli
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Paulo Tadeu Vale da Silva
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA I
José Messias de Souza
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II
Adauto de Almeida Rodrigues
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III
Daniel de Castro Sousa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV
José Luiz Ramos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V
Maria América Menezes Bonfim Hamu
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI
Nilvan Pereira de Vasconcelos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ – RA VII
Carlos Antoneto de Souza Lima
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE – RA VIII
Bruno Bierrenbach Bonetti
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX
Aridelson Sebastião de Almeida
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X
Carlos Nogueira da Costa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI
Salin Siddhartha Martins Diniz
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII
Risomar da Silva Carvalho
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII
Márcio Gonçalves Ferreira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV
Janine Rodrigues Barbosa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
Izaudete Carneiro de Souza Abrantes

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – XVI
Abdon Henrique de Araújo
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII
Artur da Cunha Nogueira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII
Marcos Fensterseifer Woortmann
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX
João Hermeto de Oliveira Neto
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX
José Júlio de Oliveira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI
Geralda Godinho de Sales
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL – RA XXII
Marcelo Ciciliano
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII
José Maria Martins dos Santos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV
José Benevenuto Estrela
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAL DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXV
Maria do Socorro Torquato Fagundes
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI
Hamilton Alves da Cunha
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII
César Trajano de Lacerda
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ITAPOÃ – RA XXVIII
Geisel Miguel da Silva
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXIX
Saulo de Oliveira Duarte
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES – RA XXX
Maria Celeste Rego Liporoni
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Rogério Marinho Leite Chaves
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
Denilson Bento da Costa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Subsecretaria de Planejamento Governamental

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF

Francisco Jorgivan Machado Leitão

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Rogério Marinho Leite Chaves

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Lúcio Taveira Valadão

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Júlio César Menegotto

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Reinaldo Pena Lopes

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A.

Mário Hissashi Ikeziri

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Samanta da Rocha Spiegel Sallum

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Hamilton Pereira da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Arlete Avelar Sampaio

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Regina Vinhaís Gracindo

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Valdir Moysés Simão

BANCO DE BRASÍLIA – BRB

Edmilson Gama da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

José Moacir de Sousa Vieira

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Eduardo Dutra Brandão Cavalcante

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB

Jeanito Sebastião Gentilini Filho

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU

João Monteiro Neto

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DF – ADASA

Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA

José Belarmino da Gama Filho

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF – Brasília Ambiental

Moacir Bueno Arruda

SECRETARIA DE ESTADO OBRAS

Luiz Carlos Pietschmann

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP

Maurício Canovas Segura

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

Célio Biavati Filho

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB

Rubem Fonseca Filho

CEB – LAJEADO S.A.

Vital Dias Ferreira

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS – CEBGÁS

Carlos Antonio Leal

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Rubem Fonseca Filho

CEB GERAÇÃO S.A.

Rubem Fonseca Filho

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. – CEBPAR

Edgard Ketelhut Minari

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Rafael de Aguiar Barbosa

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO - FHB

Beatriz Mac Dowell Soares

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS

Luciano Gonçalves de Souza Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Daniel Lorenz de Azevedo

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF

Coronel Paulo Roberto Witt Rosback

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CBMDF

Coronel Márcio de Souza Matos

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Mailene Alvarenga

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN

José Alves Bezerra

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO FUNAP

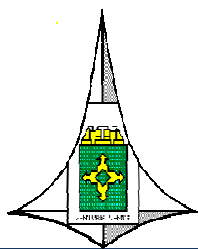
Verlúcia Moreira cavalcante

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

Glauco Rojas Ivo

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

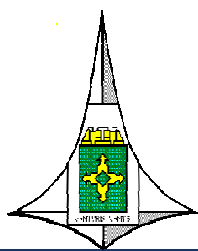
José Walter Vazquez Filho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB
Carlos Alberto Koch Ribeiro
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS
Marco Antônio Tosetti Campanella
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DERDF
Fauzi Nacfur Junior
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ
David José de Matos
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
Luís Otávio Rocha Neves
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
Geraldo Magela Pereira
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
Marcelo Piancasteli de Siqueira
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODAHAB
Edson Machado Monteiro
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Edson Ronaldo Nascimento
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN
Miguel Lucena Filho

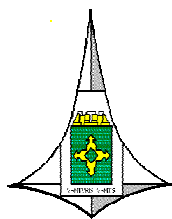
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE
Célio Rene-Trindade Vieira
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gastão José de Oliveira Ramos
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF
Gastão Reis
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Alírio de Oliveira Neto
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE
Carlos Higino Ribeiro de Alencar
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Marcus Vinícius Britto A. Dias
CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DF – CEAJUR
Jairo Lourenço de Almeida
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL
Tenente-Coronel Agrício da Silva
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS
Gleiston Marcos de Paula
SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
Abimael Nunes de Carvalho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

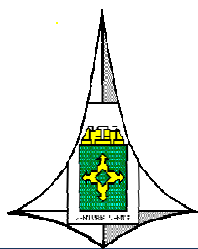
SUMÁRIO

Apresentação	
1.	Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF..... 13
1.1	Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do DF – FASCAL..... 16
2.	Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF..... 17
3.	Casa Civil do Distrito Federal..... 21
4.	Gabinete da Vice-Governadoria - GVG..... 23
5.	Secretaria de Estado de Governo – SEG..... 24
5.1	Administração Regional do Plano Piloto – RA I..... 31
5.2	Administração Regional do Gama – RA II..... 38
5.3	Administração Regional de Taguatinga – RA III..... 45
5.4	Administração Regional de Brazlândia – RA IV..... 53
5.5	Administração Regional de Sobradinho – RA V..... 60
5.6	Administração Regional de Planaltina – RA VI..... 67
5.7	Administração Regional do Paranoá – RA VII..... 74
5.8	Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII..... 79
5.9	Administração Regional de Ceilândia – RA IX..... 83
5.10	Administração Regional do Guará – RA X..... 96
5.11	Administração Regional do Cruzeiro – RA XI..... 103
5.12	Administração Regional de Samambaia – RA XII..... 108
5.13	Administração Regional de Santa Maria – RA XIII..... 118
5.14	Administração Regional de São Sebastião – RA XIV..... 127
5.15	Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV..... 132
5.16	Administração Regional do Lago Sul – RA XVI..... 139
5.17	Administração Regional do Riacho Fundo – RA XVII..... 145
5.18	Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII..... 153
5.19	Administração Regional da Candangolândia – RA XIX..... 157
5.20	Administração Regional de Águas Claras – RA XX..... 161
5.21	Administração Regional do Riacho Fundo II – XXI..... 166
5.22	Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII..... 169
5.23	Administração Regional do Varjão – RA XXIII..... 172
5.24	Administração Regional do Park Way – RA XXIV..... 176
5.25	Administração Regional do Setor Compl. de Indústria e Abastecimento – RA XXV..... 179
5.26	Administração Regional de Sobradinho II – RA XXVI..... 181



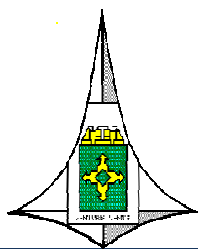
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5.27	Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII.....	186
5.28	Administração Regional de Itapoã – RA XXVIII.....	189
5.29	Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.....	193
5.30	Administração Regional de Vicente Pires – RA XXX.....	196
5.31	Agência de Comunicação Social	200
5.32	Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.....	202
6	Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF.....	205
6.1	Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal Pró-Jurídico.....	214
7.	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA.....	218
7.1	Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA.....	242
7.2	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.....	247
7.3	Sociedade de Abastecimento de Brasília S. A. – SAB.....	278
7.4	Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF.....	280
7.5	Fundo de Desenvolvimento Rural do DF – FDR	282
7.6	Fundo Distrital de Sanidade Animal.....	284
8.	Secretaria de Estado de Cultura – SC.....	285
8.1	Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.....	294
8.2	Fundo de Apoio à Cultura – FAC.....	305
9.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF – SEDEST.....	306
9.1	Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS.....	320
10.	Secretaria de Estado de Educação – SE.....	336
10.1	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal.....	347
10.2	Fundo de Apoio ao Programa Perm. de Alfabetização e Educ. Básica de Jovens e Adultos.....	348
10.3	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação – FUNDEB.....	351
11.	Secretaria de Estado de Fazenda – SEF.....	354
11.1	Banco de Brasília S.A – BRB	413
11.2	BRB Crédito, Financiamento e Investimento S.A.....	423
11.3	BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	424
11.4	Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ	426
11.5	Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Administração Fazendária FUNDAF.....	428
12.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SDET.....	435
12.1	Empresa Brasileira de Turismo – BRASILIATUR.....	440
13.	Secretaria de Estado de Obras – SO.....	447
13.1	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.....	484
13.2	Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB.....	487
13.3	CAESB Participações S.A. - CAESBPAR.....	497



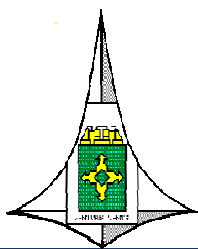
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

13.4	Companhia Energética de Brasília – CEB.....	499
13.5	CEB – Lajeado S/A	502
13.6	Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS	504
13.7	CEB Distribuição S.A.....	506
13.8	CEB Geração S.A.....	524
13.9	CEB Participações S.A. CEBPar.....	527
14.	Secretaria de Estado de Saúde – SES.....	529
14.1	Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.....	609
14.2	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS	641
14.3	Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF.....	656
15.	Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSP/DF.....	661
15.1	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.....	678
15.2	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.....	684
15.3	Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.....	687
15.4	Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN.....	694
15.5	Fundo de Saúde da Polícia Militar – FSPMDF.....	701
15.6	Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do DF – FSCBMDF.....	702
15.7	Fundo de Reeq. dos Órgãos Integr. da Sec. de Segurança Pública – FUNDEF.....	706
15.8	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do DF.....	707
15.9	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF.....	708
15.10	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do DF.....	709
15.11	Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNP/DF.....	711
16	Secretaria de Estado de Trabalho do DF – SETRAB.....	713
16.1	Fundo para Geração de Emprego e Renda do DF- FUNGER/DF.....	730
17.	Secretaria de Estado de Transportes – ST	736
17.1	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB.....	747
17.2	DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal.....	752
17.3	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF.....	758
17.4	Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF.....	799
17.5	Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FUNTPCDF.....	806
18.	Secretaria de Estado de Turismo - SETUR.....	807
18.1	Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal – FITUR	811
19.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA.	812
19.1	Jardim Botânico de Brasília – JBB	834
19.2	Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.....	847
19.3	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA	869



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

19.4	Serviço de Limpeza Urbana – SLU	926
19.5	Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB.....	933
19.6	Companhia de Planejamento do DF – CODEPLAN	936
19.7	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – BRASÍLIA AMBIENTAL	943
19.8	Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB	967
19.9	Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – FUNAM	973
19.10	Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal – FUNDHIS.....	977
19.11	Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHABI	978
20.	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG	980
20.1	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF – INAS	1018
20.2	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.....	1022
20.3	Fundo de Melhoria da Gestão Pública – PRÓ GESTÃO	1043
21.	Secretaria de Estado de Esporte – SEL.....	1048
21.1	Fundo de Apoio ao Esporte	1066
21.2	Fundo de Promoção ao Esporte Educação Física e Lazer	1069
22	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT	1070
22.1	Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF	1081
23.	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	1088
23.1	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF.....	1108
23.2	Fundo de Prevenção e Controle de Dependentes Químicos	1114
23.3	Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor	1115
23.4	Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	1116
23.5	Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal	1119
24	Corregedoria Geral do Distrito Federal – CGDF.....	1120
25.	Secretaria de Estado de Habitação do DF - SEHAB.....	1132
25.1	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – CODHAB	1137
26	Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR/DF.....	1150
26.1	Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do DF- PROJUR	1153
27.	Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social - SEOPS.....	1155



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

APRESENTAÇÃO

Conforme disposto inc. XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao Governador do Distrito Federal “*prestar anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior*”. O Relatório de Atividades, ora apresentado, é parte integrante do processo que compõe a Prestação de Contas Anual do Governador.

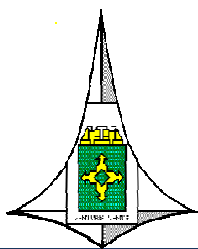
Este relatório tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais referentes ao exercício de 2010. Para que seja possível conhecer os resultados alcançados em cada área de atuação do governo, o relatório encontra-se estruturado por Unidade Orçamentária, com respectivas unidades vinculadas.

Com o fim de manter a uniformidade, a coerência e a qualidade das informações, no âmbito de cada Unidade, a Diretoria de Elaboração e Avaliação/SUPLAN/SEPLAG elaborou instruções específicas que foram encaminhadas às Entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal e disponibilizadas no site: <http://www.seplag.df.gov.br>.

Foi solicitado às Unidades Orçamentárias que em sua abordagem informassem todas as ações finalísticas e metas referentes à respectiva área de atuação, ressaltando os resultados alcançados, o público-alvo beneficiado e os dados estatísticos do período de 2008 a 2010. Solicitou também, que fossem destacados:

- os programas e projetos prioritários do Governo;
- as ações de investimento relacionadas a obras e serviços de engenharia;
- as realizações em parceria com a iniciativa privada e a comunidade;
- os valores autorizados, empenhados e liquidados, por programa de trabalho.

Conforme metodologia adotada para a elaboração do relatório, a informação quanto aos resultados alcançados deve ser acompanhada do diagnóstico da Unidade, a fim de contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas e dos fatores favoráveis ao seu desempenho e também das perspectivas para 2011.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

De posse destes relatórios realizou-se criteriosa revisão, sempre com a preocupação de preservar a essência do texto original enviado pelas áreas setoriais de planejamento, sem interferir em seu conteúdo.

Com o fim de aprimorar o processo de planejamento, houve por parte da Subsecretaria de Planejamento Governamental, o cuidado de conscientizar os gestores públicos quanto à importância do Relatório de Atividades para a própria Unidade, uma vez que o mesmo constitui-se em uma oportunidade para demonstrarem a sua atuação, constatar o seu compromisso com a oferta de produtos e serviços de qualidade à população local e, ao mesmo tempo, de promover a transparência quanto à gestão dos recursos públicos, objetivo primeiro do processo de prestação de contas, seja aos órgãos de controle, seja à sociedade.

Levando-se em consideração que este Relatório apresenta, de forma detalhada, as realizações de todas as áreas do Governo, constitui-se, em conjunto com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador, um importante instrumento de conhecimento da atuação Governamental e da Gestão dos recursos públicos em âmbito do Distrito Federal.

16. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL - SETRAB

A Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal foi criada pelo Decreto nº. 28.987, de 24 de abril de 2008, com o objetivo de organizar, elaborar e executar as ações vinculadas às Políticas Públicas de Emprego e Geração de Renda no Distrito Federal, com as seguintes ações:

- I. Coordenar as atividades de atendimento ao trabalhador e ao empregador realizado pelas Agências do Trabalhador;
- II. Promover a inserção e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, por meio das Agências do Trabalhador;
- III. Prestar apoio aos desempregados na concessão do seguro-desemprego;
- IV. Executar e acompanhar o processo de intermediação de mão-de-obra, realizando o cadastramento, convocação, encaminhamento e colocação do trabalhador no mercado de trabalho;
- V. Coordenar a emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- VI. Favorecer a integração das ações de intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego, qualificação social e profissional e ocupação e renda;
- VII. Acompanhar os serviços de captação de vagas executados pelas Agências do Trabalhador;
- VIII. Promover a qualificação profissional.

A SETRAB consta com 17 Unidades Operacionais – Agências do Trabalhador, distribuídas nas Regiões Administrativas de Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Gama, Guará, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		10	09	17	46	82
Requisitados	Órgãos do GDF	04	-	03	14	21
	Órgãos do Governo Federal	-	-	01	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo.		35	-	193	-	228
Subtotal (Força de Trabalho)		49	09	214	60	332
(+) Cedidos para outros órgãos		-	-	-	-	10
Total Geral		49	09	214	60	341

9520- Realização de Fóruns, Conferências e Seminários no Distrito Federal

A meta do presente programa de trabalho era de realizar 5 eventos. Foram realizados 4 eventos: Hair Brasília, participação aproximada de 8.500 pessoas e 35 expositores; Fórum de Artesanato e Cultura de Taguatinga, participação aproximada 2.000 pessoas e Festival 100% Vicente Pires, participação aproximada de 2.000 pessoas, portanto foi atingido até o momento 80% da meta.

Hair Brasília

O Hair Brasília é um evento voltado para a área de cosméticos, estética e terapias capilares. O evento objetivou promover o aperfeiçoamento e a qualificação dos profissionais que direta ou indiretamente vinculam-se ao setor de estética e beleza, promovendo negócios, relacionamentos e principalmente ampliando o conhecimento do setor, gerando emprego e renda. Além disso, atendemos a todo o público da

área, levando informações, atualização profissional e crédito facilitado gerando assim, grandes oportunidades de negócios, investimentos e formalização de profissionais autônomos.

O evento foi realizado entre os dias 23 e 25 de maio de 2010 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, utilizando a Ala Oeste para exposição, salas para palestras e workshops, e o auditório para realização de megashows. As palestras e workshops foram oferecidos gratuitamente para profissionais da área de beleza.

Participaram do evento aproximadamente 8.500 pessoas e mais de 35 expositores. (Fonte: Subsecretaria de Ocupação e Renda).

Fórum de artesanato e Cultura de Taguatinga

O Evento foi realizado nos dias 6 a 8 de agosto de 2010, com objetivo de: promover uma ação solidária em prol da comunidade; buscar o equilíbrio social; visar à interação ética com a comunidade; difundir práticas sociais; proporcionar a toda população de Taguatinga momentos de alegria; fomentar o lazer, a cultura, o entretenimento e a diversão; socializar e estabelecer noções de cidadania e enriquecimento social; estimular a criatividade e o desenvolvimento; abrir espaços para discussão sobre a perspectiva da cidade; fomentar a cultura; apoiar iniciativas individuais e comunitárias, bem como, as políticas para a inclusão, valorização e proteção das pessoas; promover a integração entre a comunidade e o Poder Público a fim de beneficiar toda a população de Taguatinga com faixa etária livre e acesso gratuito. O público-alvo estimado ao longo da realização do evento foi de 2.000 (duas mil) pessoas. (Fonte: Região Administrativa III – Taguatinga)

Festival 100% Vicente Pires

Este evento foi realizado nos dias 6 e 7 de agosto de 2010, com início às 18:00 e término às 00:00 e teve como objetivo primordial promover o entretenimento cultural para a comunidade local, com a participação de grupos musicais e culturais em comemoração à data festiva de cunho regional. Contou com um público estimado de 2.000 pessoas e foi direcionado ao público em geral. (Fonte: Região Administrativa XXX - Vicente Pires)

Festa do Trabalhador em Samambaia

O Evento foi realizado em Samambaia, no período de 08 a 09 de maio de 2010, com início às 09:00 e término às 18:00, visando promover o entretenimento cultural para a comunidade local, com a participação de grupos musicais e culturais em comemoração ao Dia do Trabalhador. O evento teve um público estimado de 3.000 pessoas nos dois dias de Shows. (Fonte: Região Administrativa XII – Samambaia)

7874- Reforma do Centro de Comercialização do Artesanato

Ação não iniciada até fevereiro de 2010. Contingenciamento da dotação orçamentária pela Portaria n.º 27, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DODF de 12 de fevereiro.

7873- Reforma de Agências do Trabalhador

Recurso descentralizado para a Administração do Gama com intuito de reformar espaço físico localizado nas dependências da Administração para abrigar a Agência do Trabalhador do Gama. A inauguração da agência ocorreu em 05 de novembro do corrente ano.

9521- Aquisição de Mobiliário para as Agências do Trabalhador

O presente programa visa adquirir mobiliários em geral para atender às necessidades e proporcionar melhores condições de trabalho a todas Unidades Administrativas e Operacionais da

Secretaria de Trabalho e suas Agências do Trabalhador. Foram adquiridos 2.451 mobiliários, sendo que a meta inicial era de apenas 20 unidades.

Dezesseis Agências do Trabalhador foram totalmente mobiliadas, oferecendo um ambiente agradável para os nossos usuários; novas linhas telefônicas foram instaladas, garantindo maior agilidade aos serviços e, principalmente, uma nova filosofia de atendimento já começou a ser implantada. A Agência do Trabalhador do Plano Piloto retornou ao seu espaço original – Galeria do Trabalhador, mais que isto, torna-se uma Agência Modelo. Nela encontram-se todos os serviços prestados pela SETRAB: intermediação de mão-de-obra, inscrição para a qualificação social e profissional, atendimento ao empregador, ampla sala de seleção, psicólogo que auxilia no processo de recrutamento e seleção de trabalhadores, atendimento aos que buscam o crédito assistido, artesanato e cooperativismo.

Essa ação teve um impacto considerável nas condições de trabalho dos servidores e na qualidade no atendimento ao público. (Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material)

7895 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado do Distrito Federal

Visando estruturar administrativamente e dar condições de funcionalidade a todas Unidades Administrativas e Operacionais da Secretaria de Trabalho estes recursos foram gastos com despesas desta SETRAB e suas Agências do Trabalhador, resultando na utilização dos recursos para aquisição de material de expediente, material de consumo, locação e manutenção de veículos, utilização de serviços postais, de fornecimento de energia, entre outros. (Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO)

7897 - Realização de Fóruns, Conferências e Seminários no Distrito Federal

Ação não iniciada até fevereiro de 2010. Contingenciamento da dotação orçamentária pela Portaria n.º 27, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DODF de 12 de fevereiro.

1. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	174.498,00	93.712,00	93.711,32	93.711,32	
7903-Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Trabalho	174.498,00	93.712,00	93.711,32	93.711,32	007
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	1.434.800,00	1.014.800,00	964.828,17	964.363,17	
7013-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal	1.434.800,00	1.014.800,00	964.828,17	964.363,17	008/043/044/045

7903 - Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Trabalho

A formação e o aperfeiçoamento profissional dos servidores têm como objetivos agregar valor às ações da Secretaria, com maiores níveis de efetividade. A seguir, estão elencadas as principais ações de formação e aperfeiçoamento:

- Concessão de 10 (dez) bolsas de estudo para cursos de MBA na Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- Formação de 100% dos servidores em atividades de atendimento ao público (desde as Agências do Trabalhador até as atividades de suporte à linha de frente), no curso de “Excelência no Atendimento”.

A meta do presente programa era capacitar 40 pessoas, entretanto até o momento foram capacitados 3 servidores, os quais participaram do curso "Como licitar e contratar a terceirização de serviços contínuos".

Além disso, cumpre-nos acrescentar que 6 servidores desta SETRAB estão cursando pós-graduação, conforme Processo n.º 430.000.380/2009.

7013 - Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal.

Recurso gasto com a concessão de benefícios aos servidores da SETRAB, quais sejam: a concessão de auxílio-alimentação, concessão de auxílio-transporte; concessão de auxílio-creche e concessão de vale-transporte. (Fonte: Gerência de Recursos Humanos – UAG)

2. Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2007-Promoção de Atividades Culturais	2.559.600,00	0,00	0,00	0,00	
8319-Festa do Trabalhador do Distrito Federal.	675.200,00	0,00	0,00	0,00	036
8810-Apoio à Realização do Brasília Fashion Festival Vi - BFF	384.400,00	0,00	0,00	0,00	037
9530-Apoio ao Evento Carnarap	150.000,00	0,00	0,00	0,00	041
9529-Apoio a Realização do Brasília Fashion Festival Vii - BFF	350.000,00	0,00	0,00	0,00	040
9528-Apoio a Realização da Grande Festa do Trabalhador do P-Norte - Lei 4156/08	300.000,00	0,00	0,00	0,00	039
9527-Apoio a Realização do 3º Salão Internacional do Artesanato	700.000,00	0,00	0,00	0,00	038

8319 - Festa do Trabalhador do Distrito Federal

Ação realizada no Programa de Trabalho 11.122.0100.2598 - realização de Fóruns, Conferências e Seminários, conforme descentralização realizada para Região Administrativa XII Samambaia.

8810 - Apoio à Realização do Brasília Fashion VI - BFF

O Brasília Fashion Festival é um evento que reúne moda, negócios, cultura, turismo e inclusão social. São realizados desfiles de moda juntamente com exposições dos trabalhos de cooperativas de artesanato. Assim como em outros eventos, a SETRAB visa, por meio de sua participação no evento, gerar ocupação e renda para a população do DF. O BFF beneficia cerca de 600 artesãos. Porém, a Secretaria de Trabalho é patrocinadora e não realizadora do evento. Sendo assim, não é esta que define a data de realização do mesmo.

Considerando ser o ano de 2010 um ano eleitoral, os eventos, como o BFF, que normalmente ocorre no final do ano, foram suspensos. Para patrocinarmos esse evento em 2010 necessitaríamos utilizar os recursos tanto da ação 8810 como da ação 9529.

Atualmente, ambos os recursos encontram-se contingenciados pela SEPLAG, portanto essa ação não foi iniciada em razão do contingenciamento da dotação orçamentária.

9530 - Apoio ao Evento Carnarap

Ação não iniciada até setembro de 2010. Cancelamento da dotação orçamentária pela Lei n.º 4.505, de 21 de setembro de 2010, publicada no DODF de 22 de setembro de 2010.

9529 - Apoio à Realização do Brasília Fashion VI- BFF

Ação não iniciada em 2010. Bloqueio da dotação orçamentária diversas vezes, sendo o último em 29 de outubro para atender a folha de pagamento da Secretaria de Estado de Educação.

9528 - Apoio à Realização da Grande Festa do Trabalhador do P. Norte - Lei 4.156/08

Ação não iniciada até setembro de 2010. Cancelamento da dotação orçamentária pela Lei n.º 4.475, de 22 de junho de 2010, publicada no DODF de 23 de junho de 2010.

9527 - Apoio à Realização do 3º Salão Internacional do Artesanato

Ação não iniciada até setembro de 2010. Cancelamento da dotação orçamentária pela Lei n.º 4.475, de 22 de junho de 2010, publicada no DODF de 23 de junho de 2010.

3. Programa 1463 – Qualificação Social e Profissional**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2706-Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de Mão-de-Obra	212.940,00	69.520,00	0,00	0,00	
7838-Qualificação Profissional das Clientelas do Plano Nacional de Qualificação - Planteq	29.540,00	69.520,00	0,00	0,00	012
7842-Assistência ao Trabalhador - Juventude e Trabalho	84.400,00	0,00	0,00	0,00	014
9523-Capacitação e Treinamento dos Motoristas de Táxi Para a Copa do Mundo de Futebol.	99.000,00	0,00	0,00	0,00	017
4063-Qualificação e Capacitação Profissional no Distrito Federal	177.240,00	0,00	0,00	0,00	
3-Capacitação de Profissionais na Área de Comunicação (Comunica DF)	84.400,00	0,00	0,00	0,00	023
2-Capacitação de Menores Infratores	42.200,00	0,00	0,00	0,00	022
1-Capacitação de Servidores no Combate da Violência Contra a Mulher.	50.640,00	0,00	0,00	0,00	021
6165-Combate Emergencial ao Desemprego e Inclusão Social	168.800,00	0,00	0,00	0,00	
7715-Apoio à Capacitação dos Produtores Rurais do Distrito Federal	168.800,00	0,00	0,00	0,00	024
4061-Implementação de Ações do Programa A-Tenda Trabalhador	1.812.591,00	3.489.079,00	3.449.079,00	3.449.079,00	
1-Implementação de Ações do Programa A-Tenda Trabalhador.	1.812.591,00	3.489.079,00	3.449.079,00	3.449.079,00	020
3064-Implantação do Centro de Empreendedorismo	580.881,00	0,00	0,00	0,00	
1-Implantação do Centro de Empreendedorismo	580.881,00	0,00	0,00	0,00	029
2900-Programa Jovem Trabalhador	464.200,00	636.392,00	544.250,01	544.250,01	
7551-Programa Jovem Empreendedor	84.400,00	576.534,00	516.308,73	516.308,73	028
7549-Programa Jovem Trabalhador - Implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem	379.800,00	59.858,00	27.941,28	27.941,28	019/047
2706-Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de Mão-de-Obra	7.829.200,00	3.941.814,43	3.313.882,45	2.951.455,05	
9688-Apoio ao Programa de Capacitação Técnica Para Comunidades	0,00	0,00	0,00	0,00	
9524-Qualificação de Pessoas no Distrito Federal	4.000.000,00	1.740.457,00	1.116.910,00	848.741,60	018
9522-Capacitação dos Motoristas de Táxi Para a Copa do Mundo de Futebol	200.000,00	146.098,00	146.098,00	58.618,00	016
8409-Qualificação Profissional das Clientelas do Plano Setorial de Qualificação - Planseq	675.200,00	0,00	0,00	0,00	015
7839-Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de Mão-de-Obra	2.954.000,00	2.055.259,43	2.050.874,45	2.044.095,45	013

7838 - Qualificação Profissional das Clientelas do Plano Nacional de Qualificação - PLANTEC

Situação atual: Ação não iniciada por problemas ou morosidade no processo licitatório. A licitação encontra-se em andamento.

7842 - Assistência ao Trabalhador - Juventude e Trabalho

“Juventude e Trabalho” tem como finalidade proporcionar qualificação profissional, com vistas a inserção no mercado de trabalho de jovens trabalhadores, desempregados, do ensino médio, especialmente daqueles que buscam o primeiro emprego. O diferencial deste programa se dá, também, pelo aspecto de os cursos apresentarem informações sobre as profissões e sua aceitação no mercado de trabalho, prestarem orientações vocacionais, despertarem uma visão empreendedora, além de divulgar e conceder acesso às ações da SETRAB para os alunos.

Público-Alvo:

Alunos desempregados, matriculados em escola da rede de ensino público, acima de 18 anos, preferencialmente aqueles com maior vulnerabilidade econômica e social.

Situação atual:

Ação não iniciada por problemas ou morosidade no processo licitatório. A licitação encontra-se em andamento.

9523 - Capacitação e Treinamento dos Motoristas de Taxi para a Copa do Mundo de Futebol

Essa ação encontra-se como não iniciada, entretanto está sendo executada em outra Unidade Orçamentária, qual seja o Fundo de Geração de Emprego e Renda.

0003 - Capacitação de Profissionais na Área de Comunicação (Comunica DF)

Ação não iniciada em razão da insuficiência de crédito orçamentário para realização do programa.

0002 - Capacitação de Menores Infratores

Ação não iniciada em razão da insuficiência de crédito orçamentário para realização do programa.

0001 - Capacitação de Servidores no Combate da Violência Contra a Mulher

Ação não iniciada em razão da insuficiência de crédito orçamentário para realização do programa.

7715 - Apoio à Capacitação dos Produtores Rurais do Distrito Federal

Ação não iniciada até fevereiro de 2010. Contingenciamento da dotação orçamentária pela Portaria n.º 27, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DODF de 12 de fevereiro.

0001 - Implementação de Ações do Programa A-Tenda Trabalhador

Essa ação tem como objetivo proporcionar à população do Distrito Federal acesso às ações da Secretaria de Estado de Trabalho, de modo a ampliar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, bem como promover maiores oportunidades de emprego, trabalho e renda, por um período de 10 a 30 dias.

Em 2010, o projeto adotou o nome Espaço Cidadão. O eixo central é a qualificação social e profissional. No entanto, ações acessórias complementam sua finalidade, que é ampliar as oportunidades de emprego para o trabalhador, como emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, pré-inscrição para crédito assistido e atendimento ao empreendedor individual.

Utilizando-se de unidades itinerantes, composta de uma tenda com salas de qualificação e de espaços de atendimento e orientação ao trabalhador, a ação da Secretaria de Trabalho conseguiu penetrar nas regiões de maior vulnerabilidade social, como Brazlândia, Samambaia e Estrutural que, juntas, somaram 3.000 pessoas qualificadas.

Ressalta-se que estes cursos foram, principalmente, voltados para o comércio e serviços, em parcerias com o SENAI E SENAC, instituições extremamente importantes na qualificação de trabalhadores nestes setores.

Público-Alvo

- Desempregados;
- Beneficiários de programas sociais do Distrito Federal;
- Empregadores, empreendedores, artesãos e autônomos;
- Jovens que buscam emprego, ocupação e renda;
- Grupos reunidos para o desenvolvimento das mesmas atividades laborais.

Serviços Disponibilizados

- Intermediação de mão-de-obra;
- Recepção do benefício do Seguro-Desemprego de forma integrada com as demais ações da Secretaria;
- Orientações e inscrição para o programa de microcrédito Negócio Legal;
- Estímulo à formalização dos artesãos por intermédio da emissão da “carteira do artesão”;
- Orientação para a formação de associações e cooperativas;
- Cursos de Qualificação Profissional;
- Promoção de maior integração da sociedade com as ações desenvolvidas pela Secretaria.

Metas:

A meta do presente programa era de 4.000 pessoas qualificadas. Foram capacitadas 1.050 e atendidas 558.

Como resultado complementar, foram registrados: 36.486 inscrições no Sistema de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE, que possibilita aos inscritos participar de ações de qualificação e de intermediação de mão-de-obra; 1.669 vagas de emprego captadas; e 1.500 Carteiras de Trabalho expedidas. (Fonte: SATE – Subsecretaria de Atendimento ao Trabalhador)

0001 - Implementação do Centro de Empreendedorismo

Ação não iniciada até fevereiro de 2010. Contingenciamento da dotação orçamentária pela Portaria n.º 27, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DODF de 12 de fevereiro.

7551 - Programa Jovem Empreendedor

Ação não iniciada em razão da necessidade de ação de outro órgão, qual seja o Ministério de Ciência e Tecnologia. Não foi efetivado o convênio com o MCT.

Realizou-se apenas a devolução referente aos rendimentos do convênio.

7549 - Programa Jovem Trabalhador - Implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem

O Programa Projovem não foi executado em 2010. Foi realizada apenas a devolução referente aos rendimentos do Convênio Projovem Trabalhador.

9524 - Qualificação de Pessoas no Distrito Federal

Esta ação tem como finalidade qualificar pessoas, por meio de ensino à distância, que tenham conhecimento técnico para auxiliar aquele que tem ou que pretende ter uma empresa a sobreviver no mercado, buscando, ainda, estimular as atividades empreendedoras.

A Escola Net é a primeira Escola Aberta gratuita de Qualificação profissional à distância que contempla dois projetos: Jovem Empreendedor e Escola Virtual. Jovem Empreendedor é voltado para alunos universitários de administração, contabilidade e economia e conta com a parceria do Conselho Regional de Administração – CRA - para o recrutamento dos estudantes. Promoverá o fomento ao empreendedorismo, além de permitir uma vivência prática, por meio de um estágio supervisionado nas Agências do Trabalhador. É a Secretaria de Trabalho abrindo as suas portas para permitir aos educandos uma vivência da realidade enfrentada por muitos trabalhadores do DF.

Por sua vez, a Escola Virtual de Qualificação, que tem como foco o cidadão que se encontra em situação de exclusão social, sem condições e oportunidade de buscar emprego ou em situação de baixa qualificação, necessitando de reciclagem ou requalificação profissional para se colocar ou se manter no mercado de trabalho, viabilizará um ambiente virtual de ensino, facilitando o acesso à capacitação, visto que os interessados não necessitam se deslocar para o local de treinamento, e minimizando a evasão, posto serem os cursos modulares. É importante salientar que a metodologia utilizada foi desenvolvida no Canadá e será repassada para a SETRAB, após 12 meses de sua aplicação.

Cursos ofertados:

Escola Virtual: Assistente Administrativo; Contabilidade; Departamento de Pessoal; Recepcionista; Recolocação Profissional; Telemarketing; Webmaster; e Word e Excel, com tutorial e acompanhamento pedagógico.

Público-Alvo:

Alunos do curso superior de Administração e funcionários das associações Comerciais do Distrito Federal.

A meta do presente programa era capacitar 500 trabalhadores. Atualmente existem 7.723 alunos inscritos e 2.303 alunos capacitados.

9522 - Capacitação dos Motoristas de Taxi para a Copa do Mundo de Futebol

Essa ação encontra-se como não iniciada, entretanto está sendo executada em outra Unidade Orçamentária, qual seja o Fundo de Geração de Emprego e Renda.

8409 - Qualificação Profissional das Clientelas do Plano Setorial de Qualificação PLANSEQ

Situação atual: Ação não iniciada por problemas ou morosidade no processo licitatório. A licitação encontra-se em andamento.

7839 - Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de Mão-de-Obra

Essa ação tem por finalidade capacitar e reciclar o trabalhador, para inserção no mercado de trabalho, buscando democratizar as possibilidades de acesso dos profissionais com maior dificuldade de se enquadrar às exigências de mercado.

Ação realizada no A-Tenda Trabalhador. Descrição do Projeto já citada acima.

A meta do presente programa era de 4.430 trabalhadores capacitados. Foram capacitados 789 trabalhadores. (Fonte: Subsecretaria Atendimento ao Trabalhador e ao Empregador).

4. Programa 1466 – Fomento ao Emprego, Trabalho e Renda

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3063-Implantação de Terminais de Auto-Atendimento	211.000,00	0,00	0,00	0,00	

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1-Implantação de Terminais de Auto-Atendimento	211.000,00	0,00	0,00	0,00	032
2705-Assistência ao Trabalhador - Estudos e Pesquisas na Área de Emprego	1.434.800,00	2.065.855,56	1.778.624,63	1.778.624,63	
9-Assistência ao Trabalhador - Estudos e Pesquisas na Área do Trabalhador Desempregado	1.434.800,00	2.065.855,56	1.778.624,63	1.778.624,63	027
2698-Assistência ao Trabalhador - Apoio Operacional ao Seguro Desemprego	42.200,00	460.460,00	164.284,35	147.243,55	
6-Assistência ao Trabalhador - Apoio Operacional ao Seguro Desemprego	42.200,00	460.460,00	164.284,35	147.243,55	026
2044-Assistência ao Trabalhador - Intermediação de Emprego	142.200,00	0,00	0,00	0,00	
9525-Apoio as Atividades da Cooperfenix	100.000,00	0,00	0,00	0,00	031
1090-Assistência ao Trabalhador - Intermediação de Emprego	42.200,00	1.070.288,00	840.090,40	840.090,40	025
6045-Apoio Operacional e Desenvolvimento Tecnológico do Sistema Público de Emprego	1.899.000,00	4.108.000,00	4.700.450,00	4.229.440,00	
4-Sistema de Gestão da Qualificação Profissional	1.688.000,00	1.638.000,00	1.573.000,00	1.473.000,00	035
3-Apoio Operacional e Desenvolvimento Tecnológico do Sistema Público de Emprego	211.000,00	3.127.450,00	3.127.450,00	2.756.440,00	009
6044-Apoio às Ações de Artesanato	375.400,00	0,00	0,00	0,00	
9526-Apoio ao Projeto de Produção de Artesanato com Sucatas.	80.000,00	0,00	0,00	0,00	034
7631-Apoio às Ações de Artesanato	295.400,00	0,00	0,00	0,00	033
2043-Apoio às Ações de Cooperativismo e Associativismo	295.400,00	0,00	0,00	0,00	
7419-Apoio às Ações de Cooperativismo e Associativismo	295.400,00	0,00	0,00	0,00	030

0001 - Implantação de Terminais de Auto-Atendimento

Ação não iniciada até fevereiro de 2010. Contingenciamento da dotação orçamentária pela Portaria n.º 27, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DODF de 12 de fevereiro.

0009 - Assistência ao Trabalhador - Estudos e Pesquisas na Área do Trabalhador Desempregado

Essa ação é vinculada à realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente em convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho do DF (SETRAB). A PED expressa o comportamento do mercado de trabalho do DF levando em consideração suas atividades. A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é uma pesquisa amostral mensal, realizada pelo DIEESE, com recursos da Secretaria de Trabalho e do Convênio MTE/FAT.

Conforme a última Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, a taxa de desemprego registrou queda pela quarta vez consecutiva, atingindo em sua última edição o valor de 13%, o menor patamar desde o início da pesquisa, em 1992.

No período de um ano, foram gerados 49 mil postos de trabalho e 19 mil pessoas incorporaram-se à População Economicamente Ativa - PEA. Consequentemente, verificou-se uma redução de 29 mil pessoas no contingente de desempregados e o tempo médio de procura por trabalho recuou de 58 semanas, em setembro de 2009, para 49 no mesmo mês de 2010.

No mesmo período, o rendimento médio real dos ocupados cresceu 2,9%, passando de R\$ 1.901,00 para R\$ 1.956,00.

A ampliação do nível de ocupação, nos 12 meses, resultou do crescimento do contingente de ocupados na maior parte dos setores da atividade econômica, notadamente,

Administração Pública e Serviços, promovendo a inserção de cerca de 16 mil e 40 mil trabalhadores, respectivamente, no mercado de trabalho formal.

A meta era de realização de 9 pesquisas, entretanto foram realizadas 10, portanto a meta foi superada em 111%. (Fonte: Assessoria de Comunicação – Gabinete)

0006 - Assistência ao Trabalhador - Apoio Operacional ao Seguro Desemprego

Essa ação tem por finalidade promover assistência temporária ao trabalhador demitido involuntariamente e com o acesso a intermediação de mão-de-obra e a qualificação profissional devolvê-lo ao mercado de trabalho.

A meta do presente programa era 15.630 pessoas. Foram 86.195 trabalhadores assistidos, portanto a meta foi superado em 551%.

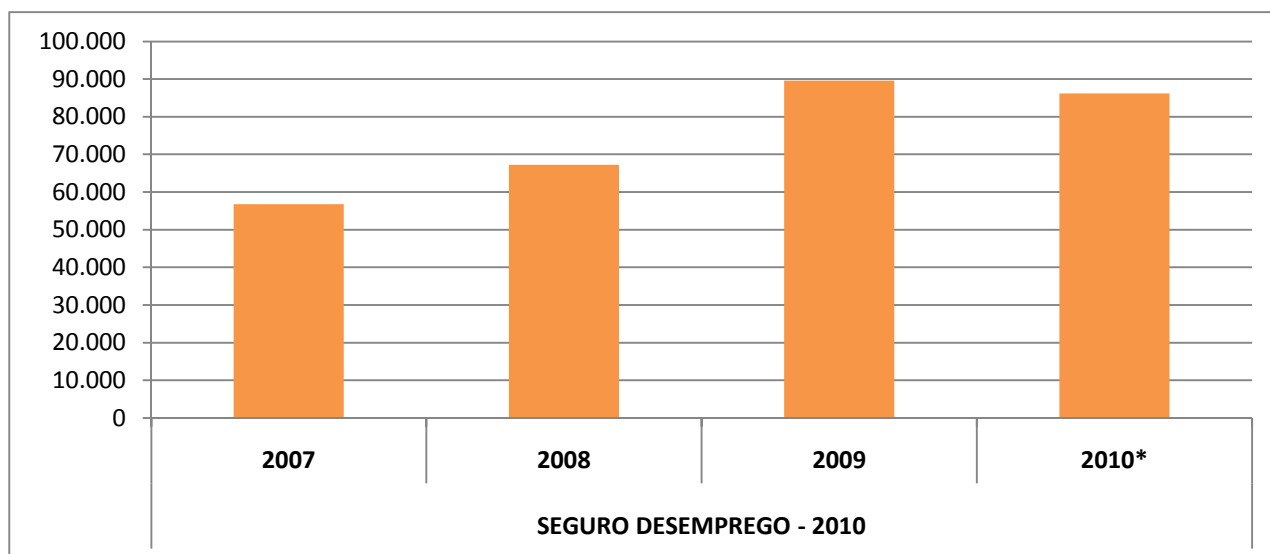
Dados Detalhados Seguro Desemprego 2010

Intermediação de Mão de Obra - 2010		
Requerentes	Notificados	Atendimentos
91.434	5.972	103.388

Vejamos a evolução dos trabalhadores assistidos de 2007 a 2010:

Seguro Desemprego - 2010			
2007	2008	2009	2010*
56.763	67.229	89.625	86.195

*Dado referente aos meses de janeiro a outubro.



9525 - Apoio as Atividades da Cooperfenix

Ação não iniciada até fevereiro de 2010. Contingenciamento da dotação orçamentária pela Portaria n.º 27, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DODF de 12 de fevereiro.

1090 - Assistência ao Trabalhador - Intermediação de Emprego

O objetivo deste programa é promover a inserção do trabalhador, buscando maximizar as oportunidades de emprego e democratizar as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Promovemos a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, com o auxílio aos empregadores na aproximação com a mão-de-obra solicitada.

A meta do presente programa era 15.630 pessoas. Somando os atendimentos do A-Tenda Trabalhador foram atendidas 60.179 pessoas, portanto a meta foi superada em 385%.

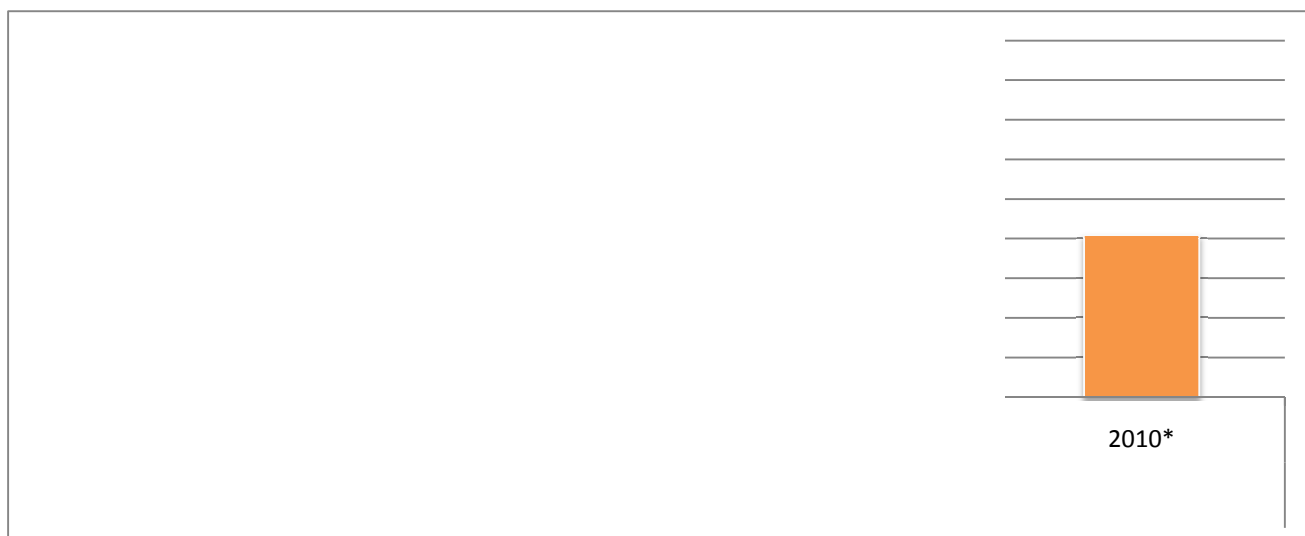
Dados detalhados da IMO 2010

Intermediação de Mão-de-Obra - 2010		
Inscritos	Vagas Captadas	Colocados
82.824	27.989	11.941

Evolução dos trabalhadores assistidos de 2007 a 2010:

Intermediação de Mão-de-Obra - 2010			
2007	2008	2009	2010*
67.432	57.666	65.864	60.179

*Dado referente aos meses de janeiro a outubro.



Fonte: Diretoria de Atendimento - DATE

0004 - Sistema de Gestão da Qualificação Profissional

Não iniciada. Outras causas de desvio: aguardando decisões administrativas.

0003 - Apoio Operacional e Desenvolvimento Tecnológico do Sistema Público de Emprego

As ações aqui desenvolvidas foram iniciadas em Janeiro de 2010, com o início da preparação técnica da documentação, montagem dos *bureaus* e organização dos documentos.

As atividades desenvolvidas e os resultados apresentados podem ser demonstrados abaixo:

1. Resultados Gerais

a) Geração do documento digital logo na entrada da Secretaria ou no início da tramitação deste;

b) Segurança na alimentação do sistema GED;

c) Organização padrão atribuída aos documentos;

d) Centralização do local para solicitação de documento;

e) Agilidade e facilidade na recuperação de informações;

f) Segurança relacionada ao acesso e guarda dos documentos;

g) Controle único do acervo de documentos da Secretaria;

h) Identificação de gargalos nos processos e sugestões de melhoria;

i) Maior celeridade e segurança nos processos selecionado para o redesenho;

j) Redução de custos de impressão;

k) Disponibilização do acervo em formato digital;

l) Maior agilidade da disponibilização de documentos, através da captura de imagens nas agências e setores administrativos;

- m) Celeridade no arquivamento/desarquivamento dos documentos;
- n) Formação de arquivo centralizado com a utilização de técnicas arquivísticas;
- o) Plano para Aplicação da formalidade arquivística na tramitação de documentos.

2. Resultados Específicos

2.1.1 Serviços de Digitalização

- a) Relatório de Implantação do Serviço de Digitalização Executado;
- b) Acervo Legado digitalizado;
- c) Implantação de rotina para digitalização do acervo corrente;
- d) Relatório de Implantação Final.

2.1.2 Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

- a) Manual de Treinamento do Sistema;
- b) Criação de base de homologação do Sistema;
- c) Criação de login e senha;
- d) Realização de Treinamento com Áreas (SATE, SORE, UAG, Gabinete – uma por vez);
- e) Participação na implantação dos birôs nas agências do trabalho;
- f) Relatório de Implantação da ferramenta.

2.1.3 Serviços Arquivísticos

- a) Consultoria arquivística para elaborar ferramentas arquivísticas e Montagem do Arquivo;
- b) Folheto Explicativo acerca do arquivo para apresentação nos setores;
- c) Diagnóstico da Situação Arquivística – contendo levantamento institucional e levantamento do acervo, bem como a análise dos dados e recomendações;
- d) Inventário do Arquivo;
- e) 1ª versão do Plano de Classificação Documental e Tabela de Temporalidade de Documentos;
- f) Implantação do serviço de solicitação, recuperação e guarda de Documentos;
- g) Relatório de Final – contendo as atividades executadas e informações gerais - visão panorâmica (Guia) e fundos existentes, estrutura, quantidade de cada fundo, instrumento preliminar de busca para cada fundo (inventário detalhado).

3. Resultados Alcançados

3.1 Digitalização do acervo

- a) Digitalização do Legado – Previsto 100% // Realizado 95%;
- b) Digitalização dos Documentos Atuais – Início previsto 18/10;
- c) Implantação do Bureau da Galeria – Previsto 100% // Realizado 60%;
- d) Implantação do serviço de auditoria da qualidade;
- e) Linha de Produção 1:
Produção Estimada – 1.580.000 imagens
Produção Realizada Total – 1695.060 imagens
Produção Novembro – 39.037 imagens
- f) Linha de Produção 2:
Produção Realizada Total até Novembro – 114.515 imagens
- g) Atividades Atuais:

Linha 1 – concluir escopo

Linha 2 – estimar produção GSD e GCV

3.1.2 Centralização do Arquivo

- a) Modelo apresentado – em validação;
- b) Implantação: Previsto 100% // Realizado 80%;
- c) Arquivo dos documentos do FUNGER organizado e digitalizado;
- d) Documentos referentes aos anos de 2008, 2009 já acondicionados no arquivo Central;
- e) Produtos arquivísticos elaborados e em fase de elaboração.

9526 - Apoio a Projeto de Produção de Artesanato com Sucatas

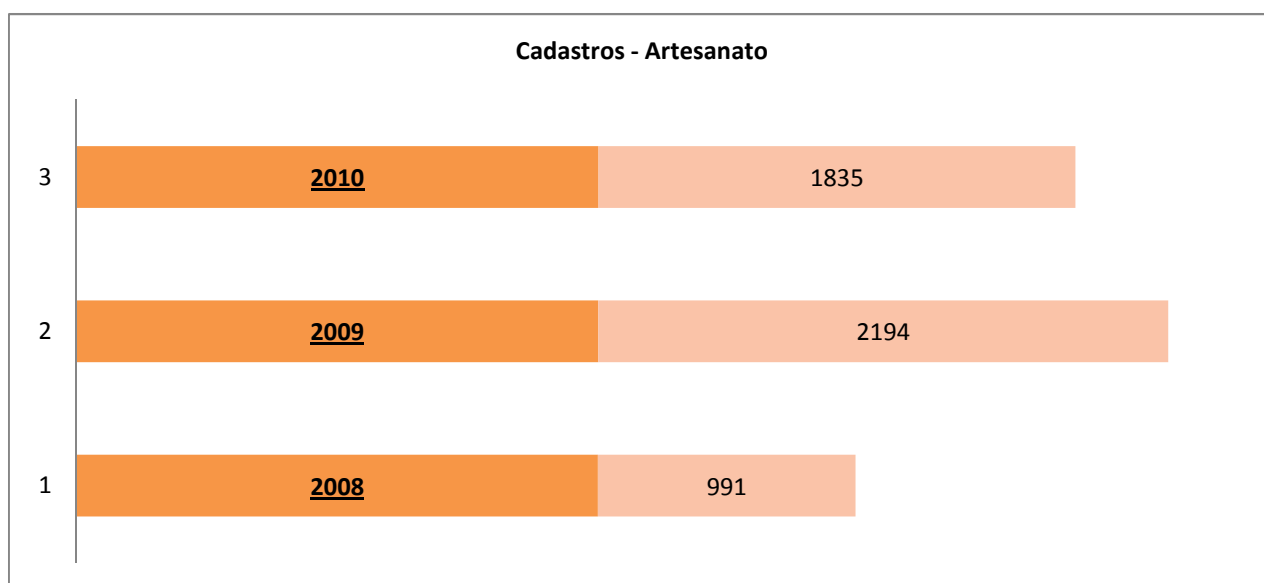
Ação não realizada em razão do cancelamento de crédito da Lei n.º 4.475, de 22 de junho de 2010, publicada no DODF de 23 de junho de 2010.

7631-Apoio às Ações de Artesanato

Esse programa visa fortalecer o setor artesanal do Distrito Federal, reconhecendo a importância social, econômica e cultural deste segmento, como fonte geradora de ocupação e renda. As ações foram estruturadas num modelo baseado nas parcerias com as mais diversas instituições na permanente busca de inserção do artesão no mercado e na busca de um sistema ágil e flexível de gerenciamento de recursos humanos.

O credenciamento de artesão é um processo que engloba a avaliação do produto e da capacidade de produção do artesão, bem como o cadastramento do mesmo no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB – sistema ligado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A meta de credenciamento de artesãos para este ano é de 1.900 pessoas, até o momento foram cadastrados 1.835 artesãos, representando 96,57% da meta.

Vejamos a evolução dos cadastros de 2008 a 2010:



Foram realizadas diversas Rotas do Artesanato, uma exposição de artesanato em locais estratégicos do Distrito Federal, a custo zero, que comporta um grande número de artesãos para comercialização dos produtos artesanais. Este ano a Rota aconteceu nos seguintes locais: Setor Comercial

Sul, Setor Bancário Norte, Setor de Diversões Sul, Estação do Metrô na Galeria dos Estados, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Paranoá. Ressaltamos que cada Rota funciona por meio de alvará de funcionamento expedido pela Administração de Brasília, ou pela Administração do local em questão. E atualmente, é um projeto que não gera recurso para a SETRAB, pela forma que está sendo executado.

Além disso, esta SETRAB participou de feiras e exposições de Artesanato, dentre elas: Aniversário de Brasília, 4ª Feira Internacional de Artesanato (em Brasília), Salão do Turismo (em São Paulo), XI Feira Nacional de Negócios do Artesanato (em Pernambuco) e 1ª Conferência do Empreendedor Individual (em Brasília).

A capacitação de artesãos também é uma das ações desenvolvidas pela SETRAB, a qual ocorre por meio das oficinas realizadas no projeto A-tenda Trabalhador em parceria com a Subsecretaria de Atendimento ao Trabalhador e Empregados – SATE. Esse processo permite capacitar novos artesãos, em várias técnicas. Em 2010 foram realizadas 40 oficinas, beneficiando cerca de 987 artesãos em várias cidades do DF.

Metas:

Somando o número de artesãos beneficiados nas exposições - 1.308 artesãos - com os 987 capacitados em oficinas realizadas no decorrer do ano, totalizamos 2295 pessoas atendidas. A meta do presente programa era atender 1.500 pessoas, portanto superou-se a meta em 153%. Além disso, foram cadastrados um total de 1.835 artesãos.

Ações de Artesanato

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
Exposições Realizadas	0	0	0	2	1	4	3	6	6	3	25
Exposições (Artesãos beneficiados)	0	0	0	219	63	119	132	300	333	142	1.308
Credenciamento de Artesãos	197	313	248	198	147	105	110	224	148	145	1.835
Artesãos Capacitados (Seminário e oficinas)	0	0	42	294	84	189	315	135	0	0	1.059
Total de pessoas beneficiadas	197	313	290	713	295	417	560	665	487	290	4.227

Fonte: Subsecretaria de Ocupação e Renda

7419 - Apoio às Ações de Cooperativismo e Associativismo

O programa prevê assistência técnica abrangente, envolvendo desde o processo de formação da cooperativa até a sua inserção no mercado, procurando desenvolver nos cooperados novos padrões de gerenciamento e qualificação profissional.

Com esse intuito, foram realizadas 22 palestras, 27 reuniões e 32 visitas, com a participação de total de 738 pessoas.

Em função da insuficiência de recursos humanos na unidade, apenas dois servidores, e da dificuldade de aprovação de projetos, até o presente momento apenas 738 pessoas foram beneficiadas pelas ações da GFAC, representando aproximadamente 50% da meta.

Ressaltamos que o recurso deste Programa encontra-se contingenciado e, por esse motivo, a Diretoria de Inserção Produtiva, por meio da Gerência de Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo, apesar de elaborar um Projeto para a realização do 1º Fórum do Cooperativismo e Associativismo – 2010, não conseguiu realizá-lo. Este Projeto está previsto para ser executado ainda este ano em parceria com a SESCOOP/DF, o que possibilitará aumento nos resultados alcançados.

Ações de Associativismo / Cooperativismo

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
Palestras	0	2	8	1	6	1	1	3	0	0	22

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
Reuniões	0	2	6	8	3	0	4	3	1	0	27
Visitas	0	0	0	0	0	0	0	0	9	23	32
Pessoas atendidas	0	30	94	40	237	50	107	123	34	23	738

Fonte: Subsecretaria de Ocupação e Renda

5. Informações Complementares

Convênios com o Governo Federal

N.º do convênio	Órgão Concedente	Objeto do convênio	Vigência	Valor repassado	Valor Executado	Prorrogado	Prestou contas
033/2006	Ministério do Trabalho e Emprego	Operacionalização do Programa Seguro - desemprego	Dez/11	1.410.130,00	875.780,00	sim	não
106/2008	Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação - Planseq Juventude e trabalho	set/11	-	-	sim	não
107/2008	Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação - Planseq Serviços	set/11	-	-	sim	não
077/2008	Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação - Planseq Construção Civil bolsa família	dez/10	1.000.535,00	-	não	não

6. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Ao ser desmembrada, em 2008, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, a Secretaria de Trabalho teve a sua estrutura diminuída daquela anterior à sua fusão, contando atualmente com três Subsecretarias: a de Atendimento ao Trabalhador e ao Empregador- SATE, a de Ocupação e Renda – SORE - e a Unidade de Administração Geral – UAG;

Grosso modo, encontramos uma Secretaria com uma estrutura mínima, com a maioria das unidades financeiras carecendo de técnicos especializados. Dos 332 servidores lotados na SETRAB, apenas 82 pertencem ao quadro efetivo, o que dificultava manter o nível de qualificação, tendo em vista a alta rotatividade dos servidores, principalmente em razão das sucessivas mudanças na gestão da Secretaria nos últimos anos.

Outro aspecto que chamou a atenção dizia respeito à estrutura física e de informática, ambas necessitando de melhoramentos urgentes para o desenvolvimento das atividades rotineiras.

A falta de investimentos nas agências, alvo de inúmeras críticas por parte do Ministério do Trabalho – MTE e pelos órgãos federais de controle, culminou com a suspensão do repasse de recursos provenientes do Ministério do Trabalho/FAT, via convênio, para execução das ações do Programa Seguro-Desemprego.

Diante desses desafios, iniciou-se um trabalho de aglutinação de esforços. As ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Trabalho – SETRAB, nas perspectivas técnica e administrativa, tiveram como parâmetro a reestruturação física e organizacional, consolidando políticas complementares tendo como foco a área de qualificação e inserção de mão-de-obra dos trabalhadores desempregados no Distrito Federal.

Em 2010 realizamos ações que buscassem melhorar a agilidade e qualidade no atendimento ao trabalhador nos Postos de Atendimento. Para tanto, foi implantado a Gratificação de Atendimento ao Público - GAP, que tem como intuito proporcionar valorização aos Servidores que estiverem desempenhando suas funções no atendimento ao público, de maneira a possibilitar a avaliação do desempenho do atendente, lhe atribuindo um reconhecimento pecuniário em detrimento à qualidade de desempenho de suas funções. Essa iniciativa tem proporcionado uma melhora na qualidade do atendimento. A GAP também tem a função de proporcionar à equipe que trabalha na Agência do

Trabalhador um incentivo ao alcance das metas estipuladas. Sendo que um dos critérios de avaliação é variável conforme o melhor desempenho alcançado mensalmente, ou seja, a quantidade de trabalhadores (re) colocados no mercado de trabalho, bem como ao número de vagas captadas.

Todo este sistema implantado, está passando por avaliação constante e circular, para análise de impacto e atribuição de melhores e maiores iniciativas, o que irá proporcionar uma auto-avaliação constante de toda equipe, tendo com influência a própria remuneração do servidor, que oscila de acordo com os índices alcançados.

Outra medida implantada foi a possibilidade de digitalização e arquivamento centralizando os documentos produzidos nas Unidades de Atendimento, em arquivo central e gestão eletrônica via sistema próprio da Secretaria, desses documentos, garantindo a agilidade e comprovação dos índices alcançados, através do arquivamento eletrônico das cartas de encaminhamentos. Nos anos anteriores tínhamos uma dificuldade singular em manter esses documentos, os quais são imprescindíveis à comprovação dos números atingidos, gerando extravio e dificuldade de manutenção desses documentos.

Após a implementação teremos a garantia da permanência do arquivamento (digital e próprio documento) das cartas por prazo indeterminado. Ademais, todos os trabalhadores que adentram em uma de nossas unidades de atendimento têm seu requerimento, bem como seus documentos pessoais digitalizados. Esses documentos são arquivados e manipulados por sistema, possibilitando acesso online a essas informações e proporcionando visualização e correção imediata de possíveis erros.

Essas iniciativas deram um impacto imediato no atendimento ao requerente, e estamos acompanhando para melhorarmos a sua dinâmica, porém isso já tem proporcionado resultados que esperamos ampliar no ano de 2011.

Reativação do serviço 156

O serviço “156” se encontrava suspenso há mais de 5 meses. Em agosto deste ano, o atendimento foi reativado, oferecendo aos usuários a possibilidade de verificação de existência de postos de trabalho compatíveis com a habilidade e as aspirações do trabalhador, da oferta de cursos de qualificação, entre outros.

Outra dificuldade enfrentada foi a morosidade nos procedimentos licitatórios, em especial quanto aos projetos de qualificação, ocasionando o cancelamento de um convênio junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Alguns projetos não puderam ser desenvolvidos em razão do cancelamento, contingenciamento e/ou bloqueio de recursos, conforme já detalhado acima.

Convênio Plurianual Único - CPU

O Convênio Plurianual Único – CPU, referente ao quadriênio 2006/2009, encontrava-se paralisado desde o final 2008. Durante o biênio 2007/2008, cerca de R\$3.500.000,00 (60% do valor repassado) não foram utilizados, sendo devolvidos ao Ministério do Trabalho.

Diante destes fatos, em junho de 2010, a SETRAB iniciou negociações com o Ministério do Trabalho, visando a prorrogação do Plano de Trabalho/2009 e a conseqüente liberação dos recursos. A principal condição para restabelecimento do convênio, por parte do Ministério do Trabalho e dos órgãos de controle (TCU, CGU e outros), era a regularização de pendências dos anos anteriores, bem como a recuperação física das agências de atendimento.

Atendidas essas exigências, o Plano de Trabalho foi prorrogado para o período agosto/2010 a fevereiro/2011. Com a medida, a SETRAB recebeu um aporte de recursos da ordem de R\$ 2.860.260,03, para execução das ações de intermediação de mão-de-obra, habilitação do seguro-desemprego, qualificação profissional e PED/DF.

Reestruturação do parque tecnológico e implantação de soluções

Encontra-se em fase de aquisição novos servidores para atendimento às demandas de armazenamento e otimização do fluxo de dados da SETRAB. O processo, que deverá ser concluído até o início do mês de dezembro, foi priorizado devido às precárias condições dos equipamentos atuais.

O processo de modernização será complementado pelas seguintes ações:

- Implementação de políticas de segurança de tecnologia da informação;
- Implementação de nova metodologia de gerenciamento de tecnologia da informação da Secretaria, que proporciona o planejamento e controle real dos processos, com toda a documentação necessária para a continuidade dos serviços, em caso de incidentes ou perda de recursos humanos;
- Atualização de softwares e aplicativos existentes que permitam o bom desempenho das funções específicas da SETRAB;
- Atualização do hardware de servidores e estações de trabalho, de modo a permitir a implementação de novas tecnologias;
- Implementação de solução de colaboração, permitindo a comunicação por *chat*, voz e vídeo, além de conferências on-line, intra e inter agências, agilizando o andamento de processos;
- Criação de rede social verticalizada com intuito de, entre outros, promover a intermediação entre trabalhadores e empregadores - o empregador oferta postos de trabalho e o trabalhador verifica a existência de vaga compatível com seu perfil; disponibilizar espaço para a criação de fórum de discussão relativas às áreas afetas ao mundo do trabalho; viabilizar banco de experiências bem sucedidas e aproximar os cidadãos e colaboradores da SETRAB;
- Digitalização dos documentos existentes e futuros na SETRAB;
- Criação de rotinas para circulação de documentos utilizando sistema próprio;
- Atualização da rede de dados aumentando sua capacidade e sua confiabilidade para implementação de novos recursos tecnológicos existentes no mercado;
- Implementação de solução de cópia e armazenamento seguro do parque tecnológico e seus dados, através da aquisição de equipamentos e softwares.

16.1. FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – FUNGER/DF

O FUNGER/DF foi criado, pela Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 709, de 04 de agosto de 2005, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos, nº 25.745, de 11 de abril de 2005 e nº 26.109 de 12 de agosto de 2005. No que concerne à destinação dos recursos do Fungir:

- I. Concessão de empréstimos e financiamentos;
- II. Capacitação, treinamento gerencial, orientação e assistência técnica de empreendedores econômicos;
- III. Formação e qualificação de trabalhadores e a preparação de jovens para o primeiro emprego;
- IV. Despesas de custeio e investimento destinadas à divulgação e a melhoria das condições operacionais e administrativas das atividades vinculadas ao Fundo.

O Fundo é gerido pelo seu Conselho de Administração/CONAF, criado para atender aos requisitos da Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, que dispõe acerca das condições de instituição e funcionamento de fundos públicos. Cabe ao Conselho a gestão do patrimônio do Fundo, o estabelecimento, por meio de resoluções, de taxas de juros, prazos, de normas sobre as condições de renegociação de dívidas e outros procedimentos relacionados com a execução dos seus recursos observados as disposições constantes na Lei Complementar nº 704.

Na Secretaria de Estado de Trabalho a execução do FUNGER/DF está na competência da Subsecretaria de Ocupação e Renda - SORE e Diretoria de Crédito Assistido – DCA, a qual conta com duas Gerências - a Gerências de Análise e Execução de Crédito - GAEC e a de Acompanhamento e Supervisão de Crédito - GASUC. As inscrições para as solicitações de crédito são realizadas nas Agências do Trabalhador, que também prestam informações sobre o programa.

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.527.819,00	5.307.987,00	4.440.859,23	4.142.637,51	
7893-Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais do Fundo para a Geração de Emprego e Renda	3.527.819,00	5.307.987,00	4.440.859,23	4.142.637,51	001

Quanto aos recursos destinados à manutenção de serviços administrativos para o ano em análise, a LOA 2010 estabeleceu a dotação inicial de R\$ 3.527.819,00. Em decorrência das alterações orçamentárias ocorridas no exercício a dotação autorizada alcançou o montante de R\$ 5.307.987,00. Deste montante, foi liquidado R\$ 4.142.637,51 correspondente a 78% do aporte na rubrica. Os recursos executados para cobertura das despesas administrativas de custeio e investimento foram utilizados para o pagamento de despesas relativas ao desenvolvimento das diversas atividades meio, conforme a previsão orçamentária anual.

Todas as unidades da Subsecretaria de Ocupação e Renda foram equipadas com mobiliários adequados às especificações de ergonomia (aquisição de 730 bens móveis) de acordo com informações do SisGepat/Núcleo de Patrimônio.

Durante o ano de 2010, foi iniciado por uma empresa especializada, o processo de digitalização dos documentos referentes à concessão de crédito do FUNGER. Os documentos, em sua maioria, referem-se aos processos de concessão de crédito rural e urbano, notas de créditos, além de ofícios e memorandos e estavam acondicionados em 475 caixas, custodiadas pela Diretoria de Crédito Assistido – DCA.

No sentido de dar prosseguimento ao processo de digitalização, inicialmente foi realizada a organização física dos documentos em um único espaço, preparação de toda documentação pela equipe técnica da empresa, que incluiu a higienização e retirada de grampos, digitalização, indexação, conferência e controle de qualidade nos documentos já digitalizados.

Foram digitalizadas aproximadamente 900.000 (novecentas mil) imagens/documentos, por meio dos bureaus implantados no Protocolo e no Arquivo Central.

As imagens digitalizadas estão acondicionadas nos servidores da Unidade e sua visualização será realizada através da ferramenta de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, customizada para atender as demandas operacionais específicas do FUNGER. O acesso aos documentos será facilitado, uma vez que estarão centralizados em um único espaço, seguindo as normas e procedimentos arquivísticos.

Equipamentos de Informática - Aquisição de Gabinete de discos para armazenamento de dados e atualização de hardware de servidores e estações de trabalho de modo a permitir implementação de novas tecnologias.

2. Programa 1463 – Qualificação Social e Profissional

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2695-Assistência, Capacitação e Treinamento de Empreendedores	284.400,00	350.000,00	250.000,00	250.000,00	
6208-Assistência, Capacitação e Treinamento de Empreendedores	284.400,00	350.000,00	250.000,00	250.000,00	0011
2706-Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de mão-de-obra	908.800,00	0,00	0,00	0,00	
7836-Preparação de Jovens para o Primeiro Emprego no Distrito Federal – FUNGER	454.400,00	0,00	0,00	0,00	0012
7837-Qualificação de Trabalhadores no Distrito Federal - FUNGER	454.400,00	0,00	0,00	0,00	0013
4063-Qualificação e Capacitação Profissional no Distrito Federal	879.800,00	234.400,00	234.400,00	125.000,00	
11-Capacitação de Mulheres (Mulher Trabalhadora)	134.400,00	0,00	0,00	0,00	0010
10-Qualificação Profissional no Setor de Produção	92.200,00	0,00	0,00	0,00	0009
9-Qualificação Profissional no Setor de Serviços	92.200,00	0,00	0,00	0,00	0008
8-Capacitação Profissional na Área de Comunicação (Comunica-DF)	46.100,00	0,00	0,00	0,00	0007
7-Capacitação de Trabalhadores Rurais (Valorizando o Campo)	46.100,00	0,00	0,00	0,00	0006
6-Capacitação de Motoboys e Mototaxistas	92.200,00	0,00	0,00	0,00	0005
5-Capacitação de Taxistas do Distrito Federal.	234.400,00	234.400,00	234.400,00	125.000,00	0004
4-Capacitação de Frentistas e Profissionais de Pistas (Eco-DF)	142.200,00	0,00	0,00	0,00	0003
4061-Implementação de Ações do Programa A-Tenda Trabalhador	1.580.400,00	7.746.883,00	7.503.515,35	7.468.055,39	
3-Implementação de Ações do Programa A-Tenda Trabalhador.	1.580.400,00	7.746.883,00	7.503.515,35	7.468.055,39	0002

Assistência, Capacitação e Treinamento de Empreendedores – Este ano, foi realizada a 1ª Convenção de Emprego, Trabalho e Renda do DF. O evento, que contou com a participação de 600 pessoas (empreendedores, empresários, estudantes de ensino técnico e superior, alunos de entidades executoras do Planseq), foi ministrado várias palestras acerca dos temas “Microcrédito”, “Cidadania Empresarial, Empreendedorismo e Ação Social”, “Aprendizagem e Emprego” e “PROGER para o empreendedor e trabalhador”, além de oficinas de empreendedorismo e estandes de divulgação de programas de microcrédito.

- Preparação de Jovens para o Primeiro Emprego no Distrito Federal – Fungar - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Qualificação de Trabalhadores no Distrito Federal - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Capacitação de Mulheres (Mulher Trabalhadora) - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Qualificação Profissional no Setor de Produção - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Qualificação Profissional no Setor de Serviços - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Capacitação Profissional na Área de Comunicação (Comunica-DF) - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Capacitação de Trabalhadores Rurais (Valorizando O Campo) - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Capacitação de Motoboys e Mototaxistas - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Capacitação de Taxistas do Distrito Federal - Com vistas na Copa de 2014, numa ação pioneira no Distrito Federal, foi implantado o Projeto “Brasília Turística” com o objetivo de capacitar motoristas de taxi, inclusive atuando como multiplicadores, para um melhor atendimento do cidadão.

- Ofereceu cursos de História de Brasília; Ética e Cidadania; Comportamento e relações interpessoais;

- Turismo no Distrito Federal; Qualidade no atendimento; Empreendedorismo; Inglês básico; Espanhol Básico.

Meta: 300 taxistas capacitados

Realizado: 305 taxistas certificados, representando mais de 100% da meta estabelecida na LOA.

- Capacitação de Frentistas e Profissionais de Pistas (ECO – DF) - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

- Implementação de Ações do Programa A-Tenda Trabalhador - O foco principal deste projeto é a qualificação social e profissional. No entanto, ações acessórias complementam sua finalidade, que é ampliar as oportunidades de emprego para o trabalhador, como apresentação e atendimento do Programa de Microcrédito, atendimento ao empreendedor individual, solicitação de vagas de emprego, emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e orientação sobre associativismo e cooperativismo.

Utilizando-se de unidades itinerantes, composta de uma tenda com salas de qualificação e de espaços de atendimento e orientação ao trabalhador, este programa conseguiu penetrar nas regiões de maior vulnerabilidade social, como Brazlândia, Samambaia e Estrutural que, juntas, somaram 1.665 pessoas qualificadas, o equivalente a 83,25% da meta. Ressalta-se que os cursos foram, principalmente, voltados para o comércio e serviços, em parcerias com o SENAI, SENAC e Instituto Brasil Futuro, instituições extremamente importantes na qualificação de trabalhadores nesses setores.

Como resultado complementar, foram registrados: 661 atendimentos realizados do Programa de Microcrédito; 36.486 inscrições no Sistema de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE, que possibilita aos inscritos participar de ações de qualificação e de intermediação de mão-de-obra; 1.669 vagas de emprego captadas; e 1.500 Carteiras de Trabalho expedidas.

3. Programa 1466 – Fomento ao Emprego, Trabalho e Renda

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1873-Apoio aos Micros Empreendedores Urbanos e Rurais	485.000,00	374.000,00	174.000,00	0,00	
6207-Apoio aos Micros Empreendedores Urbanos e Rurais	485.000,00	374.000,00	174.000,00	0,00	014
9081-Financiamento a Pequenos Empreendedores Econômicos	13.633.670,00	11.378.544,00	5.846.012,95	5.846.012,95	
6203-Financiamento a Pequenos Empreendedores Econômicos no DF	13.633.670,00	11.378.544,00	5.846.012,95	5.846.012,95	018
4062-Implementação de Ações de Apoio ao Cooperativismo no Distrito Federal	600.000,00	150.001,00	0,00	0,00	
1-Apoio Ao Cooperativismo do Distrito Federal.	600.000,00	150.001,00	0,00	0,00	015
4064-Terminais de Autoatendimento	708.520,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	
1-Terminais de Autoatendimento	708.520,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	016
6044-Apoio às Ações de Artesanato	200.000,00	15.610,00	15.134,39	15.134,39	
8594-Apoio às Ações de Artesanato do DF	200.000,00	15.610,00	15.134,39	15.134,39	017

Apoio aos Micros Empreendedores Urbanos e Rurais – Participação no 3º Salão Internacional do Artesanato – O evento, que beneficiou 40 artesãos individuais e 5 associações, contou com a parceria do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio/Programa de Artesanato Brasileiro. O volume de comercializações ultrapassou R\$ 48.000,00. Com um público estimado em 80 mil visitantes, foi realizado no período de 05 a 15 de novembro de 2010, no Pavilhão do Expobrasília, cuja programação incluiu a exposição e comercialização dos produtos artesanais do Distrito Federal e de mais vinte unidades da federação brasileira. Durante o evento, foram ministradas dez palestras acerca dos temas ‘microcrédito’, ‘associativismos’ e ‘cooperativismo’, além de oficinas de artesanato, cujo objetivo foi a divulgação e fomento às atividades artesanais.

Nas realizações finalísticas e metas alcançadas, no que se refere ao Programa de Microcrédito, foram por meio da inscrição de empreendedores (2.345 inscritos), encaminhamento dos empreendedores a instituição financeira para carta de crédito (883 encaminhados), realização de visitas de

acompanhamento (1.486 visitas de acompanhamento) dos empreendimentos após a contratação do crédito e visitas de cobrança aos inadimplentes (1.382 visitas de cobrança).

No que se refere ao Programa Financiamento a Pequenos Empreendedores Econômicos no Distrito Federal, foram utilizados 51,37% dos recursos, o equivalente a R\$ 5.846.012,95. Estes recursos beneficiaram 792 empreendedores (39,6% da meta programada na LOA), com a concessão de 835 contratos de empréstimos e financiamento. Segundo levantamentos da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF, para cada empréstimo realizado, estima-se a geração de pelo menos duas ocupações. Assim, empregando-se esta projeção, pode-se inferir que o FUNGER/DF gerou cerca de 1.584 postos de trabalho em 2010, entre ocupações formais e informais.

O volume de operações não atingiu sua capacidade máxima em virtude da suspensão do Programa em junho, para medidas de saneamento nas ações de concessão de crédito. Após esse episódio, a retomada do Programa não foi efetivada em virtude do Banco de Brasília ter se recusado a dar continuidade às ações do Fundo. O motivo deveu-se a falta de consenso entre a Setrab e o BRB acerca do valor da tarifa, para cobertura de despesas operacionais, a ser repassada ao Banco e a formalização de em instrumento de acordo entre as partes.

Apoio ao Cooperativismo do Distrito Federal - Esta ação não foi iniciada, tendo em vista outras prioridades do governo.

Terminais de Autoatendimento - Aquisição de 4 terminais de Auto-atendimento – Para disponibilização (online) dos serviços prestados pela Secretaria de Trabalho em pontos estratégicos (**Agências do Trabalhador, Estações de Metrô, Rodoviária e outros**).

Apoio às Ações de Artesanato do Distrito Federal - FENEART – realizada anualmente em julho em Recife/PE, o evento beneficiou 84 artesãos e o volume de comercializações foi da ordem de R\$137.855,00, com incremento de vendas de 31,58% em relação ao ano anterior.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Ao ser desmembrada em 2008 da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, a Secretaria de Trabalho teve a sua estrutura diminuída daquela anterior à sua fusão, contando atualmente com três Subsecretarias: a de Atendimento ao Trabalhador e ao Empregador - SATE, a de Ocupação e Renda – SORE - e a Unidade de Administração Geral – UAG.

Grosso modo, encontramos uma Secretaria com uma estrutura mínima, com a maioria das unidades financeiras carecendo de técnicos especializados. Dos 312 servidores lotados na SETRAB, apenas 82 pertencem ao quadro efetivo, o que dificultava manter o nível de qualificação, tendo em vista a alta rotatividade dos servidores, principalmente em razão das sucessivas mudanças na gestão da Secretaria nos últimos anos.

Outro aspecto que chamou a atenção dizia respeito à estrutura física e a de informática, ambas necessitando de melhoramentos urgentes para o desenvolvimento das atividades rotineiras.

No tocante a pessoal, verificou-se um grande desestímulo por parte dos servidores, em especial daqueles que prestavam diretamente atendimento ao público, não só pelo deteriorado ambiente de trabalho, como também pela falta de incentivo ao tipo de trabalho realizado.

Diante desses desafios, iniciou-se um trabalho de aglutinação de esforços, resultando na implementação dos seguintes ações de suporte as unidades vinculadas ao FUNGER:

- **Regulamentação da Gratificação de Atendimento e Implantação da GAP para Servidores da Área Fim**

A Gratificação de Atendimento ao Público – GAP era uma reivindicação antiga dos servidores. A exemplo de outros órgãos do GDF, como o “Na Hora”, a GAP tem por objetivo motivar os que atuam na linha de frente do Programa, agregando maior valor aos serviços prestados. No caso do Funger, a gratificação está associada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas.

A implantação da gratificação beneficiou 100% dos servidores que atuam no atendimento à clientela do Programa de Microcrédito.

- **Indenização de Transporte**

A Indenização de Transporte consiste no ressarcimento de combustível gasto com a utilização de carro próprio dos servidores agentes de crédito, nas visitas de liberação, acompanhamento e cobrança aos proponentes e tomadores de crédito do Programa Banco do Povo.

A referida indenização foi concedida a partir de maio de 2010, aos servidores efetivos, que atuam como Agentes de Crédito. O ressarcimento corresponde a R\$ 21,00 por dia. O valor, padronizado pelo Governo do Distrito Federal, é pago mediante apresentação de relatório de atividades externas, até o máximo de R\$420,00.

Registre-se que os Agentes que não são efetivos utilizam veículo oficial para a realização das referidas visitas, razão pela qual não lhes é devida a gratificação.

- **Tratamento de Acervo Documental do FUNGER**

Atendendo a uma necessidade de centralização dos documentos da SETRAB, assim como desenvolvimentos de instrumento de gestão, a fim de facilitar o acesso ao vasto acervo documental, em setembro de 2010, foram iniciadas as atividades de centralização do acervo dos documentos com data limite de 2008 a 2010, na Galeria Oeste, totalizando, aproximadamente, 800 caixas com documentos do Funger e outros de natureza administrativa.

Após a conclusão dessa etapa, o acesso aos documentos será facilitado, uma vez que estarão centralizados em um único espaço, seguindo as normas e procedimentos arquivísticos e legislação vigente.

- **Aquisição de mobiliário.**

A Subsecretaria de Ocupação e Renda - SORE e Diretoria de Crédito Assistido – DCA, a qual conta com duas Gerências - a Gerências de Análise e Execução de Crédito - GAEC e a de Acompanhamento e Supervisão de Crédito – GASUC e os Núcleos de atendimento, responsável pela execução do FUNGER/DF, foram totalmente mobiliadas.

Em 2010, o orçamento do fundo foi no montante de R\$ 28.480.302,00. Deste valor, 14,5% foram liquidados em custeio de despesas administrativas, 27,8% em ações de qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo e 20,5% em concessões de crédito. Comparativamente ao valor fixado pela LOA, o montante liquidado representa 62,59%.

Assim, conclui-se que as ações executadas com recursos do FUNGER/DF, no exercício de 2010, foram de acordo com a sua programação orçamentária anual.

17. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL - ST

A Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, órgão de assistência direta e imediata ao Governador do Distrito Federal, teve a sua estrutura regimental aprovada, originalmente, pelo Decreto nº. 15.061, de 24/09/1993, alterado pelo Decreto nº. 27.915, de 3/05/2007, que aprovaram o regimento interno e as atribuições das unidades administrativas.

Tem como competência básica a administração superior das seguintes funções de Governo: formular políticas e diretrizes para os sistemas de transporte do Distrito Federal, formular política tarifária para o transporte público de passageiros, formular propostas para o sistema viário, planejar e gerenciar a sinalização indicativa e de endereçamento, formular diretrizes para o sistema de transporte de cargas, formular diretrizes para a infra-estrutura de passageiros, promover e realizar processo licitatório e a emissão de permissões e de concessões, quando da prestação indireta dos serviços de transporte público de passageiros e de sua infraestrutura.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade – Meio		Atividade - Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		01	43	-	16	60
Requisitados	Órgão do GDF	17	222	-	-	239
	Órgão do Governo Federal	02	-	-	-	02
Servidores sem vínculo efetivo		105	-	-	-	105
Estagiários		-	02	-	-	02
Total Geral		125	267	-	16	408

Realizações

1. Programação Orçamentária

Os recursos orçamentários foram consignados por meio da Lei Orçamentária Anual nº 4.461, de 30/12/2009 - (LOA 2010).

A execução orçamentária e financeira foi estabelecida de acordo com o Decreto nº 16.098/94, Lei nº 8.666/93, Lei nº 4.320/64, LOA 2010, e outras pertinentes a matéria.

De acordo com a Lei nº 4.461/2009, foram consignadas à Secretaria de Estado de Transportes, dotações orçamentárias no montante de R\$ 259.261.266,00 (duzentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais), alterado conforme detalhamento a seguir:

Lei Orçamentária + Créditos

Categoria	LOA/2010	Alterações e movimentações	Total da Dotação Autorizada
1 – Pessoal	9.169.930,00	200.000,00	9.369.930,00
3 – Custeio	21.496.029,00	(794.820,00)	20.701.209,00
4 – Capital	129.974.469,00	108.714.946,00	238.689.415,00
Total	160.640.428,00	108.120.126,00	268.760.554,00

Execução Orçamentária – Todas as Fontes

Categoria	Dotação Autorizada	Despesa Realizada	Porcentagem de realizações
1 – Pessoal	9.369.930,00	9.142.847,96	97,58
3 – Custeio	20.701.209,00	15.120.201,72	73,04
4 – Capital	238.689.415,00	196.718.220,48	82,42
Total	268.760.554,00	220.981.270,16	82,22

Comparativo da Execução do Orçamento de 2008 a 2010

Exercício de 2008			Exercício 2009		
Dotação	Execução	%	Dotação	Execução	%
140.202.380,73	61.052.993,48	43,54	248.975.919,00	137.236.273,69	55,12

Exercício de 2009			Exercício 2010		
Dotação	Execução	%	Dotação	Execução	%
248.975.919,00	137.236.273,69	55,12	268.760.554,00	220.981.270,16	82,22

2. Das Receitas Diretamente Arrecadadas-2010

Os recursos diretamente arrecadados do exercício de 2010 resultaram no montante anual de R\$ 3.074.418,19.

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas - 2010

Receitas Arrecadadas							
Meses	Rodoviária	Rodoferroviária	Terminais Cidades Satélites	Taxa de Matrícula Motoristas	Taxa de Concessões Permissões	Multa por infração - Taxi	Total
Janeiro	165.424,00	64.298,00	38.183,00	240,00	9.605,00	1.590,00	279.340,00
Fevereiro	186.196,00	50.877,00	26.418,00	160,00	4.985,00	2.442,00	271.078,00
Março	179.064,00	44.622,00	47.492,00	380,00	5.055,00	2.330,00	278.943,00
Abril	165.883,00	53.439,00	42.717,39	140,00	5.941,00	2.306,00	284.532,00
Mai	206.491,00	36.855,00	36.317,00	100,00	8.221,00	1.471,00	289.455,00
Junho	175.659,01	55.235,45	40.556,51	100,00	5.193,23	1.290,00	278.034,20
Julho	205.931,02	31.788,37	37.965,04	80,00	4.985,00	1.620,00	282.369,43
Agosto	178.400,31	11.041,15	42.244,45	140,00	5.010,00	2.643,00	239.478,91
Setembro	171.570,71	1.425,77	35.350,78	40,00	4.985,00	1.913,00	215.286,39
Outubro	170.242,30	0,00	30.642,61	40,00	5.276,00	1.084,00	200.514,00
Novembro	177.984,20	-	36.163,05	-	5.060,00	172,00	219.379,25
Dezembro	197.294,73	-	31.587,28	-	6.146,00	980,00	236.008,01
Total	2.180.140,28	349.581,74	445.637,11	1.420,00	70.462,23	19.841,00	3.074.418,19

Comparativo da Evolução da Receita 2008 a 2010

Diretamente Arrecadados – 2008/2009		
Exercício de 2008	Exercício de 2009	Variação %
3.381.193,33	3.115.788,61	(7,84)

Diretamente Arrecadados – 2009/2010		
Exercício de 2009	Exercício de 2010	Variação %
3.115.788,61	3.074.418,19	(1,33)

3. Execução Orçamentária por Programa de Trabalho**3.1. Programa 0100 – Apoio Administrativo****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	9.029.930	8.979.930	8.952.726	8.952.726	
6987-Administração de Pessoal da Secretaria de Transportes	9.029.930	8.979.930	8.952.726	8.952.726	001
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	6.872.480	7.225.430	3.073.224	2.946.249	
0009- Manutenção de Serviços administrativos Gerais da Secretaria de Transportes – SWAP	6.872.480	7.225.430	3.073.224	2.946.249	002

3.2. Programa 0250 – Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1092-Implantação do Sistema de Corredores de Transporte Coletivo do Distrito Federal	104.593.077	200.686.677	197.077.091	196.205.308	
0004-Implantação do Sistema de Corredores de Transporte Coletivo do Distrito Federal	104.593.077	200.686.677	197.077.091	196.205.308	015
1575-Implantação do sistema de Infraestrutura de Apoio Operacional do Programa Brasília Integrada	7.650.000	518.400	92.000	49.725	
0002-Implantação do sistema de Infraestrutura de Apoio Operacional do Programa Brasília Integrada	7.650.000	518.400	92.000	49.725	016
1752-Implantação da Gestão de Preparação e de Execução do Programa Brasília Integrada	5.848.600	5.405.165	4.142.805	3.834.321	
0002-Implantação da Gestão de Preparação e de Execução do Programa Brasília Integrada	5.848.600	5.405.165	4.142.805	3.834.321	017
1827- Implantação do Sistema de Ciclovias do Distrito Federal	10.560.000	2.100.000	0,00	0,00	
3716-Implantação do Sistema de Ciclovias do Distrito Federal	10.560.000	2.100.000	0,00	0,00	018

3.3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	773.104	673.104	670.015	670.015	
0010-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Transportes*	773.104	673.104	670.015	670.015	003 a 006

3.4. Programa 0001 – Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9050- Ressarcimentos Indenizações e Restituições	291.920	560.355	548.668	358.792	
9050.0019-Ressarcimentos Indenizações e Restituições da Secretaria de Transportes	291.920	615.355	548.668	358.792	019

3.5. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2426- Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	422.000	406.099	404.961	356.266	
0024-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Secretaria de Estado de Transportes	422.000	646.099	404.961	356.266	007

3.6. Programa 2800 – Transporte Seguro

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1078- Implantação do Projeto Transporte Fácil	930.088	1.612.500	1.612.385	1.612.385	
1078. 4011-Implantação do Projeto Transporte Fácil no Distrito Federal	930.088	1.662.500	1.612.385	1.612.385	008
2054- Manutenção do Departamento do Sistema Viário	1.806.440	1.562.721	1.543.756	1.543.756	
0002-Manutenção do Sistema Viário no Distrito Federal	1.806.440	1.562.721	1.543.756	1.543.756	009
2655- Capacitação de Recursos Humanos	84.400	25.830	24.170	22.918	
2655. 0675-Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Transportes	84.400	25.830	24.170	22.918	014
2725- Manutenção e Conservação da Rodoviária do Plano Piloto	1.826.304	2.451.968	2.399.484	2.131.687	
0001-Manutenção e Conservação da Rodoviária do Plano Piloto	1.826.304	2.451.968	2.399.484	2.131.687	011
2825- Manutenção e Conservação da Rodoferroviária	2.501.504	1.180.435	1.159.434	1.068.168	
2825.0001-Manutenção e Conservação da Rodoferroviária	2.501.504	1.180.435	1.159.434	1.068.168	012
4002- Manutenção e Conservação de Terminais Rodoviários no DF	2.311.000	1.170.618	1.170.177	1.054.667	
4002.0001-Manutenção e Conservação de Terminais Rodoviários no DF	2.311.000	1.170.618	1.170.177	1.054.667	013
5017- Construção de Terminal Rodoviário na Samambaia Norte	10.000	0	0	0	
0002-Construção de Terminal Rodoviário na Samambaia Norte	10.000,00	0,00	0,00	0,00	021
7220- Construção de Terminais Rodoviários no Distrito Federal	0	11.912.000	500.000	0	
7220.7909-Construção de Terminais Rodoviários no Distrito Federal	0	11.912.000	500.000	0	020
3689-Reforma de Terminais Rodoviários no DF	2.151.400	0	0	0	

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
0001- Reforma de Terminais Rodoviários no DF	2.151.400	0	0	0	020
3689-Reforma de Terminais Rodoviário do DF	150.000	0	0	0	
9531-Construção de Terminal Rodoviário no Riacho Fundo II	150.000	0	0	0	022

4. Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU

Administração do Programa

- Planejamento e monitoramento geral do Programa.
- Elaboração e atualização de instrumentos gerenciais para o monitoramento e controle das ações do Programa.
- Implantação e operacionalização do Sistema de Informações Gerenciais do Programa (SIG).
- Planejamento e monitoramento financeiro do Programa, em conformidade com as normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Realização de simulações para a elaboração da programação financeira do Programa.
- Elaboração, revisão e atualização de controle físico, financeiro e econômico dos contratos do Programa.
- Execução de demonstrativos de despesas e controle de desembolsos e aportes locais, além dos relatórios de prestação de contas dos recursos do empréstimo.
- Coordenação das Obras de Adequação Viária da DF-085 (EPTG).
- Revisões do Plano de Aquisições do Programa.
- Administração financeira do Programa.
- Gestão do contrato de empréstimo.
- Atendimento ao Comitê de Acompanhamento, Controle e Monitoramento de Obras Públicas do DF.
- Atendimento às solicitações dos órgãos de controle e à auditoria externa do BID/ TCDF.
- Avaliação intermediária do Programa conforme cláusula definida no contrato de empréstimo.
- Elaboração de relatórios mensais, semestrais e específicos.
- Elaboração de termos de referência e de editais para licitações.
- Gerenciamento dos processos licitatórios.
- Reuniões e contatos com os Co-Executores sobre a situação de andamento das diversas ações, tais como: elaboração de termos de referências para contratação de projetos, acompanhamento e análise de projetos do PTU, e apoio à supervisão de obras.
- Gestão dos contratos correspondentes às obras de adequação viária da rodovia DF-085 (EPTG).
- Acompanhamento das obras de adequação viária da rodovia DF-085 (EPTG), mediante visitas periódicas ao local das obras e aos escritórios da Unidade Gestora Local - UGL/DER e da Supervisora, além de reuniões de coordenação das obras.
- Acompanhamento junto à Unidade Gestora Local - UGL/DER-DF, para identificação e programação das ações para liberação de áreas a serem desocupadas na faixa de domínio e remanejamento de interferências das redes de utilidades públicas ao longo da rodovia DF-085 (EPTG), e para obtenção de informações relativas ao PTU/DF.

– Apoio à UGL/DER e à Supervisora quanto às questões de Segurança e Saúde Ocupacional relativa à obra da Linha Verde - trecho EPTG.

– Apoio à UGL/ NOVACAP para obtenção e atualização de informações de interferências de utilidades públicas e respectivos orçamentos das obras das Avenidas EIG, ESPM, Hélio Prates, Comercial e Samdu, e para obtenção de informações relativas ao PTU/DF.

– Apoio à elaboração de convênios com a CEB e a CAESB para implementação das remoções de interferências relativas às obras da ESPM, EIG e Av. Hélio Prates.

– Apoio às ações de desapropriações de dois postos de gasolina que interferem com as obras da Av. Hélio Prates.

– Apoio à UGL/DFTRANS para atualização de informações e ações desenvolvidas relativas ao PTU/DF.

– Monitoramento dos licenciamentos ambientais, em especial das condicionantes da LP 001/2008 e da LI 019/2009 das obras de adequação da rodovia DF-085 (EPTG).

– Solicitação e acompanhamento, junto à ADASA, da renovação da outorga de recursos hídricos para lançamento de águas pluviais no córrego Guará decorrente das obras da EPTG.

– Solicitação e acompanhamento, junto ao IBRAM, de LI para as obras das Avenidas Hélio Prates, Comercial e Samdu – Taguatinga.

– Acompanhamento junto ao IBRAM, na definição dos locais de plantio das mudas e das obras e serviços a serem executados, a título de compensação florestal, decorrente da obra de ampliação da rodovia DF-085 (EPTG).

– Juntamente com a UGL/DER-DF, reativação das tratativas junto ao Exército para uso com fins de caixa de empréstimo em área de domínio do mesmo.

– Monitoramento das atividades de Supervisão Ambiental das obras da rodovia DF-085 (EPTG), em conjunto com Assessor Ambiental do DER-DF.

– Elaboração dos relatórios trimestrais dos Aspectos construtivos e ambientais da Adequação Viária da DF-085 (EPTG).

– Realização do *Seminário Internacional de Urbanismo e Estudo de Mobilidade* nos dias 28 e 29 de abril.

– Gestão do contrato para execução do Programa de Com. Social e Ambiental do PTU/DF.

– Elaboração dos Termos de Referência para contratação dos Programas Ambientais, previstos no PGAS/RAAE.

Estudos e Projetos

– Elaboração do projeto executivo de adequação viária da EIG, por meio de contrato da Secretaria de Obras – em andamento.

– Elaboração do projeto executivo de adequação viária da ESPM, por meio de contrato da Novacap firmado em dez/2009 – em andamento.

– Elaboração de projeto executivo de infraestrutura Cicloviária, por meio de contrato do DER-DF – em fase final.

– Publicação de edital para contratação de projeto executivo para construção de passagens subterrâneas no Eixo Rodoviário (Eixão).

– Execução do Programa de Comunicação e Ambiental do PTU/DF, conforme contrato firmado com a Secretaria de Transportes em out/2010 – em andamento.

Custos Diretos/Obras

• Obras de adequação viária da DF-085 (EPTG), e supervisão correspondente, mediante contratos firmados com a Secretaria de Transportes, em fase final de conclusão, com a implantação de:

- 12,7 km de vias expressas, marginais e faixa exclusiva de ônibus em concreto;
- 05 complexos de viadutos: Águas Claras, EPVL, Guará, SIA e EPIA;
- 02 pontes sobre o córrego Vicente Pires;
- 14 passarelas aéreas com bases de concreto e estrutura metálica;
- 01 passarela subterrânea em frente ao Cj. Lúcio Costa;
- 17 estações troncais e alimentadoras.
- Licitações, em andamento, para construção/reforma de Terminais de Ônibus:
- Construção de 8 (oito) terminais: Gama, QNR – Ceilândia, Samambaia Sul, Samambaia Norte, Recanto das Emas I, Sobradinho II, Riacho Fundo II e Recanto das Emas II;
- Reforma de 3 (três) terminais: Setor P Sul – Ceilândia, Setor M Norte – Taguatinga e Taguatinga Sul.
- Construção de 450 Abrigos de Passageiros em mais de 20 regiões administrativas do DF por meio de contrato do DFTRANS.
- Licitação concluída para a construção de 3 (três) Terminais de Ônibus: Santa Maria 401, Santa Maria 119 e Setor O - Ceilândia.
- Preparação de licitação para a Construção de Ciclovias em Vias Internas: Brazlândia, Planaltina e São Sebastião.
- Preparação de licitação para a Construção de Ciclovias em Rodovias: DF-015/ DF-001 (trechos entre a interseção com a DF-005 e a DF-250), DF-087 (trecho da DF-085 à DF-095), DF-290 (trecho de acesso ao Gama/ BR-040), DF-001 (trecho da DF-025 até o km 22,9), DF-001 (trecho do 3º DR a DF-480).
- Publicação de Manifestação de Interesse para a contratação de serviços de Supervisão de Obras de Terminais e Ciclovias.

Fortalecimento Institucional

- Realização do *Seminário Internacional de Urbanismo e Estudo de Mobilidade* nos dias 28 e 29 de abril, com o apoio de empresa contratada pela Secretaria de Transportes no âmbito do PTU/DF.
- Contratação de consultoria para a execução do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF.
- Publicação do Aviso de Licitação para contratação de consultoria para a Implementação do Programa de Educação Ambiental do PTU/DF.
- Preparação de licitação para contratação de consultoria para o Fortalecimento da Gestão Ambiental, contemplando projetos de apoio ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (IBRAM) e às assessorias de meio ambiente dos co-executores (DFTRANS, DER e NOVACAP).
- Preparação de licitação para aquisição de equipamentos de Monitoramento de Poluição do Ar e Sonora.

– Preparação de licitação para aquisição de Infraestrutura de TI para o Fortalecimento Institucional da ST e DFTRANS.

– Licitação, em andamento, para a contratação de consultoria para o Fortalecimento da Gestão do Transporte Público Coletivo do DF.

Indicadores de Desempenho/ Resultados

Os indicadores de resultados do Programa, relacionados à Percepção do Transporte Público, Redução do Tempo de Viagem e Aumento da Produtividade por Unidade, a serem medidos um ano depois de finalizado o Programa (AFP), têm como premissa a implantação do sistema integrado, ou seja, a totalidade do Corredor Oeste. Não se aplicam, portanto, à execução parcial do Corredor, com a adequação apenas da EPTG. Para esses indicadores serem medidos e avaliados, as intervenções nas demais vias que compõem o Corredor deverão ser concluídas – Avenidas Hélio Prates, Comercial, Samdu, Central, EIG e ESPM.

Em relação aos indicadores e dados estatísticos relacionados aos componentes do Programa com metas previstas até 2010, que norteiam a sua implantação, os resultados são apresentados a seguir.

Componente: Investimentos para a modernização do transporte urbano

Subcomponente: Modernização e integração do transporte público coletivo

Indicador		2008	2009	2010
Construção de corredores troncais com vias de uso exclusivo ou preferencial para ônibus	Previsto	-	-	12,2 Km
	Realizado	-	-	12,2 Km
Adequação de vias locais	Previsto	-	-	12,2 Km
	Realizado	-	-	12,2 Km
Construção de terminais de integração	Previsto	-	3	-
	Realizado	-	3	-

Componente: Fortalecimento Institucional

Subcomponente: Modernização e integração do transporte público coletivo

Indicador		2008	2009	2010
Decreto de regulamentação da Lei do novo Sistema de Transporte Público Coletivo.	Previsto	-	100%	
	Realizado	-	100%	
Decreto de regulamentação da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos.	Previsto	-	-	100%
	Realizado	-	100%	-

5. Políticas de Transportes

Trabalhos Técnicos

– Finalização e encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do DF e Entorno – PDTU/DF que irá traçar o planejamento estratégico para a área de transportes, definindo ações de curto, médio e longo prazo.

– Participação na elaboração do Projeto Básico visando à licitação do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.

– Representante da ST na comissão técnica do PIVE – Programa de Integrado da Vila Estrutural, supervisionado pela SEDUMA e UGP do Programa Brasília Sustentável.

– Participação como representante da ST na equipe de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Local das Regiões Administrativas do Distrito Federal – PDL's, junto à DIDUL/SUPLAN/SEDUMA.

– Representação da ST junto à Comissão Permanente de Acessibilidade do GDF - CPA, participação nos processos de implantação de equipamentos públicos comunitários e de obras de infraestrutura de transporte visando à acessibilidade.

- Participação em grupo de trabalho visando à revisão do edital de licitação da frota do serviço básico, veículos de maior capacidade para operarem no Sistema Integrado - quantitativo e a especificação técnica dos veículos a serem utilizados nos corredores Linha Verde, Linha Amarela e Linha Laranja – Portaria nº 35/ 2009 – ST.

- Participação em grupo de trabalho, com o objetivo de definir as linhas troncais e alimentadoras/distribuidoras que irão operar nos corredores Linha Verde e W3 Sul e Norte (VLT). Portaria nº 67, de 22/09/09.

- Representação da ST, Portaria nº 28-ST/2009, como gestor da Unidade de Gerenciamento Local da ST do Programa de Modernização da Gestão Pública do Distrito Federal, financiado pelo Banco Mundial - BIRD e, para também compor o Comitê Executivo da Coordenação Geral – CGP – SWAP.

- Participação no Programa de Cooperação Técnica destinado a apoiar a implantação do Programa de Transporte Urbano – PTU/DF. Contrato firmado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID com os consórcios LOGIT – LOGITRANS, para a elaboração dos estudos necessários a implantação do PTU.

- Participação em reuniões da Missão da Cooperação Andina de Fomento – CAF – Corredor Eixo Sul – Metrô/DF, visando à implantação do Veículo Leve sobre Pneus – VLP.

- Participação no grupo de trabalho instituído para elaborar a Regulamentação do Passe Estudantil.

- Participação em reuniões com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, Metrô/DF e Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, para tratar das questões referentes à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT.

- Participação em grupo de trabalho visando à revisão e elaboração de norma voltada à implantação do sistema TÁXI Pré-pago no DF.

- Elaboração de documento técnico voltado à definição do quantitativo da frota que irá operar nos demais corredores de transporte coletivo – documento encaminhado à Procuradoria do DF para análise.

- Participação no grupo gestor criado pelo Governador do DF, voltado à elaboração de estudo tarifário.

- Elaboração do Regulamento do Serviço Complementar Rural tendo em vista à Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007.

Eventos Técnicos

- Realização, em julho e agosto últimos, de oito Seminários, em diferentes Regiões Administrativas do DF, para apresentação dos produtos referentes ao Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal e Entorno – PDTU/DF, com o objetivo de criar um espaço propício para que profissionais especialistas, preocupados com a questão de mobilidade urbana no DF e entorno, pudessem conhecer, analisar e acrescentar novas informações e experiências, aos dados preliminares do diagnóstico do PDTU/DF.

- Realização do SEMINÁRIO FINAL do PDTU/DF, novembro de 2010 – apresentação da alternativa recomendada.

– Apresentação dos trabalhos técnicos em elaboração pela ST para o grupo gestor responsável pela Copa de 2014.

– Participação no XXXIII Programa Ibero-americano de Formação Municipal promovido pela UCCI – União de Cidades Capitais Ibero-Americanas a Prefeitura de Madri, de 14 a 25 de junho de 2010, na cidade de Madri – Espanha.

Visitas Técnicas

– Visita técnica à fábrica da Mercedes Benz em Campinas, São Paulo, no evento “Show Bus”.

6. Comunicação Social - Realizações

- Elaboração de respostas a reclamações de usuários ou imprensa em geral;
- Atendimento a demandas de estudantes de jornalismo, usuários de transporte e demais setores da ST e órgãos vinculados;
- Balanço e ampla divulgação de dados relativos às ações desenvolvidas pela instituição e órgãos vinculados;
- Organização de eventos: Seminários do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PDTU DF). Seminário Internacional – Brasília Metropolitana 2050: Preservação e Desenvolvimento, exposições fotográficas, dentre outras;
- Confeção de material publicitário (folders, banners).

7. Infraestrutura - Realizações

A Diretoria de Infraestrutura, unidade orgânica da Secretaria de Estado de Transportes, é responsável pela supervisão da sinalização indicativa de endereçamento e da sinalização das áreas urbanas do Distrito Federal, notadamente de Brasília, Lagos Norte e Sul, Cruzeiros Novo e Velho, Octogonal/Sudoeste e Park Way, por serem áreas tombadas e de responsabilidade direta da Secretaria de Estado de Transportes, conforme Plano Diretor de Sinalização, aprovado pelo Decreto nº 19.372, de 29 de junho de 1998.

No transcorrer do ano de 2010, com levantamentos efetuados até o mês de novembro, foram confeccionadas e implantadas um total de 2.957 placas, em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, com ênfase para o início de implantação de placas tipo bandeirola nas Cidades Satélites de Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Sobradinho I.

A atuação da DINFRA/ST, no que diz respeito à sinalização viária do Distrito Federal contribuiu com confecção e implantação de novas placas indicativas e de endereçamento, placas turísticas na cor marrom (padrão internacional), confecção e implantação de 208 placas do tipo especial, e ainda, restauração em campo de diversas placas depredadas. Por doação ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, por meio da DFTRANS, foram implantadas cerca de 180 placas de parada de ônibus nas diversas localidades do DF.

Quadro Resumo de Implantação de Placas por RA

Região Administrativa	Quantidade de Placas Implantadas
Águas Claras	295
Brasília	302
Candangolândia	67
Ceilândia	38
Cruzeiro	12
Gama	42
Guará	03

Região Administrativa	Quantidade de Placas Implantadas
Itapoã	02
Lago Norte	11
Lago Sul	718
Núcleo Bandeirante	02
Octogonal	02
Paranoá	03
Planaltina	01
Recanto Das Emas	18
Riacho Fundo I	740
Riacho Fundo II	718
Samambaia	15
Santa Maria	28
São Sebastião	20
Setor De Indústria E Abastecimento	09
Setor Mansões Park Way	04
Sobradinho I	538
Taguatinga	13
Total	2.957

Importante destacar os investimentos em melhorias nas instalações e equipamentos colocados à disposição da DINFRA/ST, com a construção de novo galpão com aproximadamente 300m² de área coberta, terraplanagem parcial do pátio com raspa de asfalto cedido pelo DER/DF e mão-de-obra dos conveniados/sentenciados do contrato ST/FUNAP – Fundação de Amparo do Trabalhador Preso, construção com mão-de-obra própria de garagens com capacidade para 16 veículos, mediante reutilização nas estruturas de materiais considerados inservíveis e retirados de campo quando da substituição de placas.

Aquisição de 02 (dois) caminhões Iveco Daily, equipados com guindaste, e 02 (duas) perfuratrizes com adaptação à parte hidráulica dos guindastes dos caminhões.

Relativamente ao que se refere à parte de recursos humanos, no corrente exercício foi fortemente ampliado o convênio entre a Secretaria de Transportes e a FUNAP, com maior demanda de trabalhadores advindos do sistema prisional do DF, para compor a força-tarefa de trabalho deste órgão e consequentemente o oferecimento de oportunidade de treinamento e trabalho digno, fatores imprescindíveis e necessários à ressocialização de aproximadamente 40 sentenciados colocados à disposição das atividades de sinalização, desde os trabalhos primários (funilaria, serralheria, solda, higienização e pintura) aos secundários (plotagem, recorte, transferência de película recortada e diagramação), finalizando com as tarefas de campo ao se concluir com a implantação da placa, equipamento totalmente construído nas instalações da DINFRA/ST.

8. Estação Rodoviária de Brasília

A Rodoviária de Brasília, monumento tombado, parte integrante do Patrimônio da Humanidade, projetada para atender a um público de 50.000 pessoas/dia, por ela transitam, diariamente, cerca de 800.000 mil pessoas e 2.320 (dois mil trezentos e vinte) ônibus, além de 60.000 usuários do metrô.

A Administração da Rodoviária possui ainda, um administrador e 93 (noventa e três) funcionários vinculados ao GDF, que operacionalizam as atividades de uma mini-cidade, de 64.800 metros quadrados, funcionando 24 horas ininterruptamente.

Há atualmente na Rodoviária 153 (cento e cinquenta e três) estabelecimentos comerciais compreendendo lanchonetes, restaurantes, livrarias, papelarias, farmácias, bancas de jornais, agências de viagens, casas lotéricas, lojas de conveniência, terminais bancários, Correios, engraxatarias, etc., e a Estação Central do metrô.

O Terminal tem, ainda, guichês do serviço de atendimento integrado ao Cidadão, Projeto na Hora, como é conhecido o *pool* de serviços de órgão públicos para atendimento diversos. Tem, também, outros órgãos, tais como o PROCON, a Secretaria de Segurança Pública, a Ouvidoria do DF, a Polícia Militar, a Empresa de Correios e Telégrafos, a Centro de Triagem e Aconselhamento, a 7ª Companhia Independente da Polícia Militar, os Bancos de Brasília e do Brasil, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a DFTRANS e a Secretaria de Saúde, são alguns dos órgãos governamentais que operam naquela Estação.

Realizações

- Apreensão de drogas;
- Apreensão de veículos que realizavam transporte irregular de passageiros por parte da Polícia Militar;
- Operações constantes realizadas pela Fiscalização da Rodoviária com o apoio da Polícia Militar, AGEFIS e SEOPS com o objetivo de inibir o comércio irregular;
- Doações de itens consumíveis apreendidos para entidades beneficentes;
- Fiscalização intensificada contra ônibus coletivo que realizam embarque e desembarque de passageiros em local proibido, bem como transporte irregular de passageiros realizado em veículos particular.

9. Estação Rodoferroviária de Brasília

Atividades realizadas em 2010 pela Administração Rodoferroviária de Brasília:

- apoio aos passageiros no embarque e desembarque em ônibus de vários estados;
- operações em conjunto com a Polícia Militar, SEOPS, Conselho Tutelar e Polícia Civil para retirada dos moradores de rua, pedintes, usuários de drogas etc;
- solicitação junto ao Serviço de Limpeza urbana – SLU, em operações de capinagem e pintura de meio fio;
- solicitação de roçagem junto a NOVACAP, para serviços de jardinagem.

Depois da transferência para a Nova Rodoviária, no dia 24 de junho de 2010, o fluxo de pessoas diminuiu consideravelmente e os servidores do SLU foram distribuídos para outros Terminais.

10. Jurídico-Legislativa

Ações da Assessoria Jurídico-Legislativa:

- Analisou 71 Processos Judiciais (anexo);
- Solicitou ao Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Distrito Federal diversas cópias de Parecer com a finalidade de instrução de documentos recebidos;
- Mantém atualizada a legislação específica e correlata contida no Manual de Consulta com Principais Leis, Decretos e Portarias, suas alterações, concernentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF;

17.1. SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB é uma Empresa Pública de Direito Privado, criada em 1.º de junho de 1961, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, tendo como sócios cotistas o Distrito Federal (majoritário) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

O Capital Social da Empresa é de R\$ 28.723.580,00 (vinte e oito milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta reais), distribuídos da seguinte forma: Distrito Federal: R\$ 28.723.332,00 – 0,9999% e NOVACAP: R\$ 248,00 – 0,0001%.

A Empresa é vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e tem por objetivo a exploração dos serviços de transportes coletivos urbanos na área do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro da TCB	16	25	04	201	246
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	15	-	05	-	20
Estagiários	-	02	-	-	02
Subtotal (Força de Trabalho)	31	27	09	201	268
(+) Cedidos para outros órgãos	-	182	-	392	574
Total Geral	31	209	09	593	842

Observação: **Atividade Meio:** Administração – **Atividade Fim:** Manutenção e Operacional.

Temos, ainda, no Quadro de Empregados: 164 aposentados por invalidez, 19 afastados para o INSS e 9 de Licença Sem Vencimento – Total 192 (cento e noventa e dois) empregados.

Realizações

1. Programa 0001 – Programa Para Operação Especial

Execução Orçamentária Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9096-Amort. e Enc. da Dívida Pública INSS/PASEP	6.600.000	4.958.343	4.958.342	4.958.342	
0005-Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao INSS da STCB	6.600.000	4.958.343	4.958.342	4.958.342	015 e 016
9001-Execução de Sentenças Judiciais	2.459.981	2.309.981	1.897.692	1.897.692	
6154-Execução de Sentenças Judiciais da Soc. de Transp.Col. de Brasília	2.459.981	2.309.981	1.897.691	1.897.691	017
9033-Formação do Patr. do Serv. Público	188.800	188.800	136.210	136.210	
6967-Formação do Patrimônio do Servidor Público	188.800	188.800	136.210	136.210	018

O pagamento dos encargos sociais e de impostos diversos foi negociado por meio PAES-DRF e do PAEX-INSS e atualmente foram renegociados por meio do Parcelamento estabelecido pela Lei 11.941/2009. A consolidação dos débitos e benefícios da Lei nº. 11.941/2009 ainda não foi realizada pela Receita Federal do Brasil. Durante o exercício de 2010, pagamos o valor de R\$ 4.958.342,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais), referentes ao predito Parcelamento.

No exercício de 2010, a Empresa realizou acordos e depósitos judiciais, para pagamento de diversas reclamações trabalhistas e processos cíveis, resolvendo vários casos que vinham ocasionando penhoras e bloqueios de bens da Empresa, com a realização de pagamentos na ordem de R\$ 1.897.691,00 (hum milhão, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa e um reais), incluindo neste valor a folha de reparação de danos.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	2.300.000	1.949.155	1.947.827	1.947.827	
0082-Administração de Pessoal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	2.300.000,00	1.949.155,00	1.947.827	1.947.827	001
8517-Manutenção de Serviços Adm. Gerais	2.179.560	2.126.733	2.074.647	2.074.647	
0079-Manut. de Serviços Adm. Gerais da Soc. de Transportes Coletivos de Brasília	2.179.560	2.126.733	2.074.647	2.074.647	002, 003, 004 e 019

O pagamento refere-se aos salários dos empregos comissionados da Empresa, com vínculo e sem vínculo empregatício e honorários aos Dirigentes.

3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	126.600	148.739	148.391	148.391	
0074-Concessão de Benefícios aos Servidores da Soc. de Transportes Coletivos de Brasília	126.600	148.739	148.391	148.391	005, 006 e 007

O pagamento refere-se aos benefícios como: Tiquete Alimentação/Auxílio Creche e Ajuda de Transporte aos empregos comissionados da Empresa sem vínculo empregatício e aos Dirigentes.

4. Programa 2800 – Transporte Seguro

Execução Orçamentária Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1068-Renovação da Frota	3.337.000	6.305.000	2.295.000	0	
0002-Renovação da Frota da TCB	3.337.000	6.305.000	2.295.000	0	0009
4039-Manutenção da Frota	3.331.52	2.633.212	1.916.103	1.916.103	
0001-Manutenção da Frota da TCB	3.331.529	2.633.212	1.916.103	1.916.103	010, 011, 012, 013 e 014

Neste Exercício de 2010, a TCB adquiriu 05 (cinco) novos ônibus tipo executivo, para operar a Linha do Aeroporto ao Setor Hoteleiro Sul/Norte, para atender compromisso assinado com a Secretaria de Estado de Transportes e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Os veículos estão sendo adquiridos com recursos próprios e devem ser entregues até o mês de fevereiro de 2011. Os novos veículos são equipados com motor traseiro, piso baixo, ar condicionado, bancos tipo poltrona turismo e possuem rampa para acesso dos deficientes físicos.

5. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Execução Orçamentária Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505-Publicidade e Propaganda	30.000	30.000	9.245	9.245	
0027-Publicidade Institucional da TCB	30.000	30.000	9.245	9.245	008

As despesas relativas a este item referem-se às publicações feitas pela TCB no DODF.

6. Informações Complementares.

Idade Média da Frota

2007	11,00 anos
2008	9,30 anos
2009	5,00 anos
2010	0,97 anos

Produção Quilométrica realizada em linhas tarifadas

2007	299.962
2008	434.240
2009	1.376.343
2010	1.455.464

Produção Quilométrica realizada em Serviço de Ônibus de Aluguel

2007	318.635
2008	223.681
2009	181.375
2010	160.751

Passageiros Transportados

Natureza	2006	2007	2008	2009	2010
Integral	616.174	1.023.170	1.433.735	3.901.518	4.572.782
Estudantil	-	-	760	2.356	11.298
Total	616.174	1.023.170	1.434.495	3.903.874	4.584.080

Nota: Além dos passageiros (Integral e Estudantil) transportamos 271.292 passageiros gratuitamente, como: deficientes, idosos, rodoviários etc.

Índice de Regularidade Operacional (IRO) = KM Produzido em linhas tarifadas/KM Programado

Ano	Km realizada linhas tarifadas	Km programado linhas tarifadas	IRO
2007	299.962	285.600	1,050
2008	434.240	430.871	1,008
2009	1.376.343	1.340.278	1,026
2010	1.455.464	1.385.992	1,050

Índice de Passageiros por Km (IPK) = Passageiros Transportados/Km produzido em linhas tarifadas

Ano	Passageiro transportado	Km produzido em linhas	IPK
2007	1.023.170	299.962	3,41
2008	1.434.495	434.240	3,30
2009	3.903.874	1.376.343	3,08
2010	4.584.080	1.455.464,00	3,15

IPK - Índice que estabelece uma relação entre a demanda por transporte coletivo, número de passageiros transportados e a oferta, representada pela quilometragem percorrida ou produção quilométrica.

Índice Homem/Veículo (IHV) = Quantidade de Empregados em Efetivo Exercício / Frota de Veículos em operação

Área	Emp. Dez / 2009	Emp. Dez / 2010	Frota 2009	Frota 2010	IHV em Dez/09	IHV em Dez/10
Administ.	47	56			1,27	1,21
Manutenção	46	49			1,24	1,07
Operação	165	161			4,46	3,50
Total	258	266	37	46	6,97	5,78

Observação: A frota cadastrada no DFTRANS é de 41 (quarenta e um) veículos. Os demais veículos são utilizados no serviço de ônibus de aluguel e serviços especiais de transporte.

7. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Diretoria da Empresa foi empossada em janeiro de 2007. Desde então, diversas medidas foram adotadas no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela TCB e, consequentemente o seu faturamento nas linhas tarifárias. As principais ações desenvolvidas foram as seguintes:

- Recuperação do estado físico dos nossos ônibus, com pintura nova, limpeza, recuperação de bancos, itinerários, etc;

- Aquisição de 33 (trinta e três) novos ônibus modernos;
- Aquisição de 05 (cinco) novos ônibus executivos para operar a linha do Aeroporto ao Setor Hoteleiro Sul/Norte – entrega dos veículos em até fevereiro de 2011.
- Ampliação do n.º de ônibus nas linhas tarifárias, notadamente na Esplanada dos Ministérios e para a nova Rodoviária Interestadual;
- Operação integrada com o Metrô, conforme Decreto de n.º 30.011/2009;
- Colocação de veículos em reserva na Rodoviária para substituição imediata dos carros em operação e reforço nas linhas nos casos de demanda de passageiros;
- Treinamento motivacional e disciplinar junto aos nossos operadores (Motorista, Cobrador e Fiscais) quanto ao cumprimento de horários, zelo pelo patrimônio, segurança no trânsito, tratamento aos usuários;

Estes procedimentos adotados pela Empresa, aliados com o combate à pirataria feito pela Secretaria de Estado de Transportes contribuíram para significativa melhoria nos índices operacionais da TCB, vejamos:

– **Passageiros Transportados:** o n.º de passageiros do ano de 2006 de 616.174 subiu em 2007 para 1.023.170, em 2008 subiu para 1.434.495, e em 2009 subiu para 3.903.874, um aumento de 66,05% 2006/2007, de 40,20% em 2007/2008 e de 72,14% em 2008/2009. Em 2010, atingimos 4.584.080 passageiros, aumento de 17,42% em relação a 2009.

– **Índice de Regularidade Operacional:** Em 2010, percorremos 1.455.464,00 km em linhas tarifadas, sendo que a programação estabelecida pelo DFTRANS era para o mesmo período de 1.385.992 km, ou seja: de acordo com as necessidade dos usuários, temos realizado viagens extras para melhoria no atendimento à comunidade.

– **Índice de Passageiros Por Km Rodado (IPK):** A melhoria do desempenho operacional da TCB pode ser perfeitamente representada pelo aumento do IPK nos últimos anos. Em 2006, este índice foi 2,08 ou seja: em cada km percorrido transportamos, em media, 2,08 passageiros, enquanto que em 2007 este número subiu para 3,41 passageiros. Em 2008, o IPK foi de 3,30. Em 2009 foi de 3,08 e em 2010 este índice subiu para 3,15. Ressaltamos que com a inauguração da Nova Rodoviária Interestadual, a linha 108.6 foi desativada e para atender aos usuários foi criada a linha 108.8. Contudo houve redução do n.º de passageiros em aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) passageiros por mês. Ressaltamos que a Empresa está divulgando as linhas junto aos usuários do Metrô (integração) e nas escolas, para recuperar o n.º de passageiros.

– **Outras Informações:**

Apesar das dificuldades financeiras e operacionais, no exercício de 2010, a TCB poderia ter melhorado a sua situação financeira, pois desde o mês de Junho/2010, poderíamos ter ampliado a operação de linhas tarifárias, notadamente na Asa Norte – atendendo as Avenidas L2 e W3 Norte, com linhas integradas ao Metrô. Porém, desde então, o retorno dos nossos empregados operacionais que estão cedidos aos diversos órgãos do GDF (motoristas/cobreadores/fiscais de tráfego) não foi autorizado. Devido a esta situação, houve atraso na aquisição de novos ônibus, para ampliarmos a operação de linhas da TCB.

Cabe-nos enfatizar que em 1998 iniciou-se um processo de redução da TCB no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 19.550, de 03 de setembro de 1998, que se encontrava naquela ocasião com 246 ônibus em operação, atendendo a 96 linhas e, em novembro do ano citado, sua frota operacional foi reduzida a 195 ônibus para atendimento de 58 linhas, até chegar ao patamar em 2003 de somente 02 (duas) linhas, consequentemente seu faturamento acompanhou sua participação no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. No segundo semestre do ano de 2003, a TCB reduziu significativamente o quadro de Empregos em Comissão, em virtude da redução da frota operacional e da diminuição de linhas tarifárias. Com as mudanças implementadas nos últimos quatro anos foi possível começar um trabalho de recuperação da Empresa. Dos empregados que foram cedidos à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal para serem transferidos para os demais órgãos do complexo administrativo do GDF, começamos a solicitar sua devolução, tendo em vista a necessidade de mão de obra, com o acréscimo das linhas e novos ônibus. Assim, o n.º de empregados em efetivo exercício na Empresa, incluindo os empregos em comissão, foi sofrendo alterações de 208 (dezembro/2003) para 168 (dezembro/2004), 161 (dezembro/2005), 162 (dezembro/2006), 155 (dezembro/2007), 180 (dezembro/2008) e 258 (dezembro de 2009) e 266 empregados + 2 estagiários em dezembro de 2010. Porém, para operarmos os ônibus já adquiridos e os executivos da linha do Aeroporto, há necessidade do acréscimo do n.º de empregados, notadamente da área operacional, vindo a sofrer nova necessidade de aumento no próximo Exercício, para oferecermos um serviço pontual e de melhor qualidade aos usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

No tocante aos recursos arrecadados pela Empresa, provenientes da receita tarifária, locação de espaços ociosos e de veículos, os mesmos serão utilizados para pagamento dos 05 (cinco) veículos da Linha do Aeroporto e para aquisição de novos veículos. Enfatizamos que no final do Exercício de 2010, iniciamos processo para aquisição de mais 08 (oito) novos ônibus, entretanto, devido a questões abordadas pelo TCDF, as quais já foram resolvidas, não foi possível concluir o processo de licitação em 2010. Portanto, referente ao encerramento do exercício de 2010, a Empresa deverá apurar um superávit para aquisição de mais 09 ou 10 novos ônibus, ou serem utilizados pela nova Diretoria em outros investimentos para melhoria da Empresa. Além disto, os recursos arrecadados são utilizados para dar cobertura às despesas operacionais da Empresa, como aquisição de óleo diesel, peças de reposição, materiais e serviços diversos.

17.2. DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL

A DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal – foi criada pelo Decreto n.º 8.043, de 19 de junho de 1984, sob a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU, tendo como atribuições o planejamento, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários, a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, a administração e a operação de terminais.

Por meio da Lei n.º 241, de 28 de fevereiro de 1992, o DMTU foi transformado em Autarquia, passando a ter personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira e relativa capacidade de gestão dos interesses a seu cargo.

Em 2003, por meio do Decreto n.º 23.902, o DMTU teve sua denominação alterada para Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS.

Atualmente, a missão da DFTRANS é garantir à população um transporte eficiente e seguro, fiscalizando a área de transporte, colocando em prática o direito de ir e vir do cidadão, com conforto e no menor tempo possível. O enfoque é o usuário e o objetivo é aumentar a oferta de transporte para que a população seja atendida satisfatoriamente, sempre tendo uma atenção particular com os idosos, portadores de deficiência ou necessidades especiais.

O regimento interno da DFTRANS, aprovado pelo Decreto n.º 27.660, de 24 de janeiro de 2007, define como competência básica à administração direta das seguintes funções de governo:

- I. Planejar, gerir, controlar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo, público e privado;
- II. Planejar, gerir, controlar e fiscalizar a infra-estrutura de apoio ao sistema de transporte público coletivo;
- III. Executar políticas, programas e estudos definidos pela Secretaria de Estado de Transportes, referentes ao transporte público coletivo do Distrito Federal;
- IV. Cumprir e fazer cumprir a legislação referente aos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, bem como supervisionar, controlar e fiscalizar a sua prestação;
- V. Assegurar a estabilidade nas relações entre o Poder Público, concessionários, permissionários e usuários;
- VI. Assegurar a prestação adequada dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal quanto à qualidade, regularidade, eficiência, segurança, conforto e modicidade da tarifa;
- VII. Exigir o cumprimento de critérios e parâmetros operacionais, tecnológicos e demais normas e instrumentos, legalmente estabelecidos;
- VIII. Assessorar a Secretaria de Estado de Transportes sempre que solicitada;
- IX. Elaborar e promover a aplicação de normas e procedimentos operacionais referentes ao funcionamento dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos e do Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- X. Gerir e operacionalizar o funcionamento da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos;
- XI. Gerir o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- XII. Promover a eficiência técnica e econômica dos serviços de transporte público coletivo delegados, submetidos à sua competência de gestão, controle e fiscalização;
- XIII. Acompanhar o desempenho dos delegatários e demais contratados, tornando públicos os relatórios de atividades dos serviços prestados;
- XIV. Celebrar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas destinados à implementação de melhorias na prestação de serviços de transporte público coletivo no Distrito Federal;

XV. Analisar e se manifestar sobre propostas de legislação e normas relativas ao controle, fiscalização e gestão dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal;

XVI. Estabelecer critérios para obter informações referentes aos delegatários e prestadores de serviços terceirizados;

XVII. Promover, quando necessário, a realização de auditoria técnico-operacional e econômico financeira nos delegatários;

XVIII. Fixar normas complementares e disciplinares da prestação e utilização dos serviços de transporte público coletivo, determinando, inclusive, prazos para o cumprimento de obrigações;

XIX. Definir procedimentos e rotinas de fiscalização dos elementos componentes do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal;

XX. Propor alterações em seu regimento interno;

XXI. Aplicar, na forma da lei, as sanções regulamentares ou penalidades para infrações previstas nos regulamentos e códigos disciplinares do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;

XXII. Elaborar sua proposta orçamentária;

XXIII. Promover a integração entre a DFTRANS, órgãos do Distrito Federal e entidades representativas da sociedade e empresarial, visando ações que promovam a melhoria do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;

XXIV. Relacionar-se com outros organismos públicos federais ou distritais no planejamento ou avaliação de planos, programas ou projetos de interesse da DFTRANS que envolvam participação comunitária;

XXV. Promover a gestão da qualidade dos serviços de transporte público coletivo e do atendimento prestados pelos delegatários e pela DFTRANS;

XXVI. Exercer outras atribuições correlatas às suas finalidades.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	06	42	02	118	168
Requisitados Órgãos do GDF	01	50	01	35	87
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	28	-	24	-	52
Estagiários	-	42	-	18	60
Subtotal (Força de Trabalho)	35	134	27	171	367
(+) Cedidos para outros órgãos	01	-	01	-	2
Total Geral	36	134	28	171	369

Realizações

1. Programa 0138 – Apoio ao Educando

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
4976-Transporte de Alunos					
9532-Implantação e Manutenção do Passe Livre Estudantil	16.151.000,00	67.731.533,00	66.773.216,19	66.102.374,19	012

2. Programa 2800 – Transporte Seguro

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1984-Construção de Prédios e Próprios					
8204-Construção de Galpão e Valas	1.000.000,00	700.000,00	0,00	0,00	013
2234-Manutenção de Contratos e Convênios					

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
0001-Manutenção de Contratos e Convênios da DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal	627.520,00	1.051.812,00	956.799,46	867.665,66	001
2655-Capacitação De Recursos Humanos					
17-Capacitação de Recursos Humanos da DFTRANS - Transporte Urbano do DF	240.640,00	190.000,00	12.380,00	8.740,00	009
6150-Fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo					
2-Fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo pela DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal-Swap	1.184.400,00	100.000,00	56.100,00	56.100,00	014
8502-Administração de Pessoal					
8697-Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social	769.468,00	733.260,00	668.259,87	668.259,87	003
80-Administração de Pessoal da DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal	14.468.344,00	17.109.292,00	16.926.011,38	16.926.011,38	002
8504-Concessão De Benefícios a Servidores					
0072-Concessão de Benefícios aos Servidores da DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal	658.160,00	721.999,00	700.473,65	700.473,65	004, 005, 006 e 007
8505-Publicidade e Propaganda					
25-Publicidade Institucional do DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal	54.320,00	30.000,00	0,00	0,00	010
7910-Publicidade de Utilidade Pública do DFTRANS - Transporte Urbano do DF	33.760,00	0,00	0,00	0,00	011
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais					
0076-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal - Swap	12.437.924,00	33.635.757,00	23.974.550,39	22.616.166,89	008

Atividades de Fiscalização
Quantidade de Autuações Realizadas por Tipo

Agente Autuador	Ano		
	2008	2009	2010
Tipo A (CDU)	17.471	11.588	5.953
Tipo B (Antipirataria)	1.427	1.086	943
Total	18.898	12.674	6.896

Em conformidade com sua missão institucional de planejar, gerir, controlar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo, público e privado, do Distrito Federal, a DFTRANS, realizou, de janeiro a dezembro de 2010, 6.896 autuações de infrações, sendo 5.953 emitidos com base no Código Disciplinar Unificado – CDU, aprovado por meio da Lei n.º 3.106, de 27 de dezembro de 2002 e 943 emitidas pelo Grupo Antipirataria, visando o combate às fraudes contra o Sistema de Transportes do Distrito Federal, conforme disposto na Lei n.º 239, de 10 de fevereiro de 1992.

Dentre as autuações emitidas com base no CDU observa-se que as infrações mais recorrentes foram:

1. Não realizar viagem determinada pela DFTRANS – 63,7%;
2. Não atender a programação visual determinada pela DFTRANS – 9,6%;
3. Falta ou defeito no velocímetro, hodômetro, tacógrafo, extintor de incêndio, triângulo ou em outro equipamento obrigatório exigido pela DFTRANS – 6,5%;
4. Utilizar pneu que resulte em risco para a segurança de passageiros ou de terceiro – 5,0%;
5. Falta de higiene no interior do veículo, antes do início da operação – 4,5%;
6. Porte de selo de vistoria vencido ou adulterado – 4,0%;
7. Operar em itinerário, área ou linha não autorizados pela DFTRANS – 3,3%; e

8. Defeito que implique em desconforto para os passageiros – 3,3%.

Ressalta-se que a redução no quantitativo de autos emitidos em 2010, em comparação com o ano de 2009, deve-se ao fato de que, no exercício em análise, foi cancelado o contrato n.º 11/2008, celebrado com o Consórcio formado pelas empresas, JFM, Minauro e Voxtec, impossibilitando, dessa forma, o lançamento de todos os autos no Sistema de Informações de Transportes – SIT, uma vez que, os serviços de digitação dos autos eram realizados por funcionários contratados pelo consórcio.

Para garantir o recebimento dos autos de infração não pagos e também, para asseverar maior efetividade às atividades de fiscalização, em 2010, a DFTRANS encaminhou inúmeros processos a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal para inscrição em Dívida Ativa dos permissionários em débito com a Entidade. Com tal medida, a DFTRANS espera obter os valores devidos a longa data pelas empresas operadores no sistema e contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelos permissionários a sociedade.

Ainda, para ampliar as atividades de fiscalização, no dia 06 de dezembro, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG, publicou o edital normativo 01/2010, visando a contratação de 25 auditores fiscais de atividades urbanas, especialidade transporte, visando, com isso, o aumento do quadro de fiscais lotados na DFTRANS.

Emissão de Certificados de Registro de Contrato de Fretamento

Tipo de Serviço	Ano		
	2008	2009	2010 *
Serviço de Transporte Coletivo Privado	191	256	208
Serviço de Transporte Próprio de Empregados	138	122	88
Serviço de Transporte Coletivo Privado Religioso	-	3	5
Total	329	381	301

* o setor responsável pela execução da ação não repassou as informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2010.

Em atendimento ao disposto na Lei n.º 239, de 10 de fevereiro de 1992, com as alterações efetuadas pela Lei n.º 953, de 13 de novembro de 1995 e no Decreto n.º 17.161, de 28 de fevereiro de 1996, compete a Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS – autorizar a prestação do serviço de transporte coletivo privado de passageiros, realizado em regime de fretamento.

Assim, em 2010, foram emitidos pela DFTRANS 301¹ certificados de registro de contrato de fretamento, sendo 208 para o transporte coletivo privado, 88 para transporte próprio de empregados e 5 para transporte privado religioso.

Quantidade de Vistorias Realizadas

Total	Ano		
	2008	2009	2010
	17.163	18.034	18.547

* o setor responsável pela execução da ação não repassou as informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2010.

Ainda no cumprimento de missão institucional, a DFTRANS, realizou 18.547 vistorias nos veículos que operam no Sistema de Transporte Público Coletivo e Privado do Distrito Federal.

Nas vistorias realizadas foram identificadas 114.495 avarias nos veículos inspecionados, sendo as avarias distribuídas nas seguintes categorias:

1. Estrutura – 32,7%;
2. Elétrica – 16,5%;
3. Suspensão – 13,8%;

¹ o setor responsável pela execução da ação não repassou as informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2010.

4. Freios – 13,7%;
5. Outros – 8,3%;
6. Motor/Transmissão – 7,6%;
7. Direção – 4,5%; e
8. Pneus – 2,8%.

Para a melhoria dos serviços realizados pela Gerência de Vistoria foi instaurado processo licitatório visando à construção de nova vala, reforma do galpão de vistoria, bem como a aquisição de equipamentos voltados para as atividades desenvolvidas pelo setor.

3. Informações Complementares

3.1. Intervenções no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal

Quantidade de Alterações Realizada no STPC em 2010

Tipo de Serviço	2007	2008	2009	2010*
Alteração de tabela horária, e/ou frota, itinerário, extensão, denominação, ponto de controle e tempo de percurso	241	456	590	392
Faixa Tarifária	34	-	-	-
Criação de linha	31	95	39	38
Operacionalização de linha	218	106	176	143
Suspensão de operação	237	71	202	163
Reativação de linha	11	25	17	-
Compartilhamento de linha	18	-	-	-
Desativação da Operação	-	-	11	163
Total	790	753	1.035	899

* o setor responsável pela execução da ação não repassou as informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2010.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2010 a DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal – intensificou a realização das atividades de sua área de competência.

Além das atividades já especificadas, em 2010, a DFTRANS, efetuou a construção de 336 abrigos para passageiros de ônibus, sendo 31 na Região Administrativa de Planaltina, 30 em Santa Maria, 30 em São Sebastião, 27 em Samambaia, 24 em Vicente Pires, 23 em Ceilândia, 23 no Gama, 22 no Recanto das Emas, 20 em Taguatinga, 20 no Jardim Botânico, 17 no Paranoá, 13 em Brazlândia, 13 no Lago Norte, 10 no Guará, 9 em Brasília, 8 no SCIA, 7 no Park Way, 4 no Lago Sul, 2 em Águas Claras, 1 na Candangolândia, 1 no Riacho Fundo I e 1 em Sobradinho I.

Ainda nesse sentido, foram elaborados e/ou revisados 13 projetos cujo objetivo era a construção de novos terminais nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Gama, Itapoá, Taguatinga, Recanto das Emas (2 terminais), Riacho Fundo II, Samambaia (2 terminais), Santa Maria (2 terminais), São Sebastião e Sobradinho II. Foram elaborados e/ou revisados também, 11 projetos a fim de viabilizar a reforma dos terminais da Ceilândia (P Sul e Setor “O”), Taguatinga (Setor “M” Norte, Taguatinga Sul), Guará (I e II), Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Cruzeiro e Brasília (Rodoviária).

Verificou-se ainda, que foram realizadas pela Gerência de Programação e Monitoramento – GPM – 899² intervenções no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal – STPC/DF, com 392 alterações de tabela horária e/ou frota, itinerário, denominação, ponto de controle e tempo de percurso. Ressalta-se que parte dessas intervenções são executadas pela DFTRANS atendendo a solicitação dos usuários do sistema.

² o setor responsável pela execução da ação não repassou as informações referentes aos meses de novembro e dezembro de 2010.

Foram criadas 38 novas linhas, efetuada a operacionalização de outras 143 e a suspensão e desativação de 163.

No que concerne a gestão de pessoal, a DFTRANS, em 2010, buscou efetivar uma política de valorização do servidor, com um processo de capacitação continuada, melhoria do ambiente de trabalho e aumento do número de servidores estatutários.

- foram capacitados 37 agentes públicos em cursos atinentes a sua área de atuação.
- foram nomeadas e empossadas, em 2010, 26 pessoas aprovadas no concurso público realizado em abril de 2008, sendo deste total 17 profissionais de nível médio e 09 de nível superior.

No que se refere à estrutura física, durante o exercício de 2010, foi definido novo layout de trabalho e adquiridas divisórias para divisão dos espaços estabelecidos para cada setor.

No tocante a gestão, a DFTRANS deu continuidade às ações previstas no Termo de Compromisso firmado com o Governo do Distrito Federal onde se propunha a adotar medidas estratégicas para alcançar as metas e os indicadores estabelecidos no referido documento, tendo como objetivo dentre outras coisas:

- Ampliar as facilidades de deslocamento da população residente nas Regiões Administrativas do DF e Entorno;
- Melhorar a qualidade dos deslocamentos na malha viária, nos transportes motorizados coletivos;
- Melhorar a gestão do sistema de transporte público coletivo do DF e Entorno;
- Implementar o gerenciamento integrado de informações sobre transporte;
- Simplificar, modernizar e racionalizar os processos organizacionais;
- Capacitar e profissionalizar os servidores com os conhecimentos alinhados à demanda da área.

17.3. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF é uma autarquia integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, do Sistema Rodoviário Nacional e do Sistema Nacional do Trânsito, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, de acordo com Decreto nº. 25.735, de 06 de abril de 2005, e tem por finalidade:

- I. Proporcionar a infra-estrutura viária adequada para o deslocamento dos veículos, pessoas e animais;
- II. Construir, manter, conservar e operar as vias do SRDF- Sistema Rodoviário do DF;
- III. Promover a fluidez do trânsito com economia, conforto e, principalmente a segurança dos usuários;
- IV. Contribuir para a educação no trânsito; e
- V. Julgar infrações de trânsito e aplicar penalidades.

Para o cumprimento de suas finalidades compete ao DER/DF:

- I. Exercer, em caráter privativo, todas as atividades relacionadas com o planejamento, a expansão, a manutenção, a conservação, a operação, a fiscalização e o monitoramento do SRDF;
- II. Implementar e/ou supervisionar a execução de políticas e diretrizes rodoviárias estabelecidas pelo GDF;
- III. Executar obras rodoviárias no Distrito Federal e nos Estados e Municípios limítrofes, mediante delegação, convênio e acordo;
- IV. Providenciar para que o SRDF se mantenha, permanentemente integrado e compatibilizado com o Sistema Rodoviário Nacional;
- V. Manter entendimentos e colaborar com os órgãos rodoviários do Governo Federal, dos Estados e Municípios limítrofes do Distrito Federal para a consecução harmoniosa dos objetivos comuns, notadamente no que diz respeito à expansão e melhoria da rede rodoviária nacional;
- VI. Assistir, tecnicamente e com equipamentos, às populações e unidades agrícolas de produção ao longo das estradas sob sua responsabilidade de acordo com a política do GDF;
- VII. Desenvolver a política de tráfego e fiscalizar a sua implementação nas rodovias do SRDF e nas rodovias federais delegadas;
- VIII. Desenvolver atividades industriais inerentes ou relacionadas com a construção, conservação e sinalização de vias, rodovias e obras de engenharia rodoviária e civil;
- IX. Elaborar a previsão de recursos para a execução das obras e dos serviços rodoviários do GDF;
- X. Administrar o SRDF mediante o seu disciplinamento, imposição de pedágios, de taxas de utilização, de contribuição de melhoria, de limitações de uso e de acesso a propriedades lindeiras, e praticando atos inerentes do poder de polícia administrativa, de trânsito e de tráfego;
- XI. Administrar as faixas de domínio das rodovias do SRDF, mediante fiscalização, exploração comercial, concessão de licença, cobrança do preço público e de taxas e aplicação e cobrança de multas, bem como praticar todos os atos inerentes à sua ocupação e desocupação;
- XII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

XIII. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais nas rodovias do SRDF;

XIV. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

XV. Coletar dados e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

XVI. Estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

XVII. Executar a fiscalização de trânsito, atuar, aplicar as penalidades de advertência por escrito, e ainda as multas e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

XVIII. Arrecadar valores provenientes de estada, remoção de veículos e objetos, emissão de autorização especial de trânsito e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou de produtos perigosos;

XIX. Implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XX. Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XXI. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos ambientais locais, quando solicitado;

XXII. Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vista à unificação do licenciamento, a simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação; e

XXIII. Executar outras atividades relacionadas com a política de transporte rodoviário no Distrito Federal.

Força de Trabalho

Programa de Trabalho da LOA: 26.122.2800.8502.0018 - Nº da Ação SAG: 0005

Servidores	Atividade – Meio		Atividade – Fim		Total
	Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	
Quadro do GDF	47	176	102	553	878
Requisitados Órgãos do GDF	-	01		-	01
Servidores Comissionados, sem vínculo efetivo	25	-	11	-	36
Conveniados (TCB)	01	-	-	15	16
Estagiários	-	105	-	-	105
Subtotal (Força de Trabalho)	73	282	113	568	1.036
(+) Cedidos para outros órgãos	05	06	05	06	22
Total Geral	78	288	118	574	1.058

Realizações de Caráter Finalístico

1. Programa de Governo e Projetos Prioritários

No exercício de 2010, o DER/DF atuou de acordo com as diretrizes governamentais, sendo o responsável pela administração de uma expressiva carteira de obras de construção totalizando, cerca de 40 contratos de obras e projetos rodoviários administrados ao mesmo tempo.

O Órgão é responsável por cerca de 900 km de rodovias distritais pavimentadas, conforme dados constantes do (SRDF) de 2010, e por uma malha rodoviária total de 1.815 km, e não somente em termos de obras, serviços de expansão ou recuperação, pois lhe cabe ainda, contribuir para a educação no trânsito, zelar pela segurança viária, julgar infrações de trânsito e aplicar penalidades. Cabe-lhe também,

eliminar os pontos críticos de forma a possibilitar a melhoria operacional e promover a fluidez do trânsito; com economia, conforto e principalmente, a segurança dos usuários do SRDF.

A Lei Orçamentária Anual nº 4461 de 30/12/2009 aprovou, para o DER/DF, no exercício de 2010, recursos no valor de R\$ 323.693.465,00. Em face das alterações orçamentárias ocorridas durante o ano, a dotação autorizada até 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 344.904.409,10, o valor total empenhado foi de R\$ 263.096.064,67 e o liquidado de R\$ 257.850.769,56.

Os investimentos e obras realizados durante estes últimos anos vêm sendo direcionados, principalmente ao atendimento do Programa de Governo 2800 - Transporte Seguro, na realização concreta de suas ações e respectivas metas, e na execução de serviços prestados diretamente pelos Distritos Rodoviários, que contam com pessoal especializado, veículos e equipamentos rodoviários, possibilitando realizar várias atividades como: construção, conservação e manutenção de rodovias; além de fiscalizar a execução das obras contratadas, respeitando o meio ambiente na programação e execução dos projetos, promovendo estudos, pesquisas e inovação tecnológica como fatores de qualidade das ações de engenharia e segurança rodoviária.

O DER/DF interage nas ações inseridas na LOA 2010 - DER/DF em relação ao Programa 0084 - Urbanização, Programa 0750 - Gestão de Pessoas, e por intermédio do Convênio firmado, em 11/12/2007, com a Secretaria de Estado de Transportes no Programa 0250 - Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - Brasília Integrada tendo como intervenientes o DER/DFTRANS/NOVACAP que são as Unidades de Gerenciamento Locais (UGL's) do Programa 0250.

As prioridades e metas do DER/DF em 2010 foram decorrentes da programação estabelecida no PPA 2008-2011, LDO/2010, LOA/2010, e das diretrizes internas do Departamento. As realizações constam do Relatório das Ações Programadas para Execução do 6º Bimestre/2010, no Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG.

A seguir são apresentadas as informações por Programa:

1.1. Programa 0084 – Urbanização

Execução Orçamentária e Financeira

Valores em R\$

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
5056 - Implantação de Pavimentação Asfáltica em Planaltina.	150.000	1.581.639	0	0	
9533 - Pavimentação da DF-205, leste, entre as comunidades de Monjolo e Pedreira da Contagem, em Planaltina.	150.000	1.581.639	0	0	014

Obs. Não foi executada nenhuma obra/serviço por dificuldades administrativas (Emenda Parlamentar), apesar de contar com o Projeto Final de Engenharia.

1.2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Valores em R\$

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	42.200	251.528	149.528	83.528	
7918-Capacitação de Recursos Humanos do Departamento de Estradas de Rodagem	42.200	251.528	149.528	83.528	010

A Capacitação foi realizada para um total de cerca de 270 servidores. Participaram de cursos nas áreas de informática, orçamento e finanças, palestras, seminários e curso de pós-graduação.

1.3. Programa 2800 – Transporte Seguro**Execução Orçamentária e Financeira**

Valores em R\$

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
2800 - Transporte Seguro	260.882.065	336.405.117	258.573.234	253.650.915	
1223 - Recuperação de Pontes e Viadutos	69.039	0	0	0	
0003-Recuperação de Pontes e Viadutos em Rodovias do DF	69.039	0	0	0	015
1226 - Compensação Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF	168.800	83.215	83.131	64.140	
0001-Compensação Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF	168.800	83.215	83.131	64.140	016
1230 - Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF	84.400	0	0	0	
0001-Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF	84.400	0	0	0	017
1460 - Implantação de Rodovias	500.000	7.080.531	7.080.531	7.080.531	
0001 - Implantação Via de ligação Ceilândia/Samambaia (DF-459)	500.000	7.080.531	7.080.531	7.080.531	018
1475 - Recuperação e Melhoramento de Rodovias	145.536.793	185.781.894	120.895.380	118.542.641	
0010-Duplicação e Restauração da rod. BR-020/DF Trecho Planaltina - Divisa DF/GO	29.696.000	30.435.508	27.511.335	26.161.335	019
0011-Duplicação da rod. BR-060 Trecho DF-001 a Divisa DF/GO	34.777.000	43.604.515	6.496.870	6.496.870	020
0027-Pavimentação da rod DF-230 Trecho DF-410 - DF-345	2.000.000	0	0	0	021
1190-Construção de Terceira Faixa, Acostamento e Melhorias da rod. BR- 450, do Balão do Torto à DF-051 (EPGU)	5.182.500	17.294.346	9.764.612	9.764.612	022
1199-Recuperação e Melhoramento de rodovias do Distrito Federal	40.038.400	14.669.022	12.400.296	12.400.296	023
3502-Duplicação/Restauração da rod. DF-140 Trecho DF-001/DF-463 até a Divisa DF/GO	1.000.000	4.718.073	4.711.781	4.711.781	024
3503-Construção de Via Marginal e Restauração da rod. DF-047(EPAR), Trecho DF-051 (EPGU) /Aeroporto	2.000.000	1.000.000	0	0	025
3504-Pavimentação Vias Marginais e Restauração da rod. DF- 051 Trecho DF-003/BR-450 - DF-047	2.000.000	10.773.499	10.211.590	10.211.590	026
3506-Recuperação e Melhoramento de Rodovias – Pavimentação da DF-330 Trecho DF-440/DF-250	150.000	0	0	0	027
3512-Restauração DF-005, Trecho DF-015/ DF-001	3.050.000	5.039.567	4.041.929	4.039.190	028
3514-Duplicação da rodovia DF-079, Trecho Viaduto Metrô até a DF- 075	6.542.893	6.098.426	6.096.575	6.096.575	029
3515-Restauração da rod. DF-345, Trecho BR-020 - Divisa DF/GO	500.000	0	0	0	030
3517-Pavimentação da rod. DF-355, Trecho DF-320 - DF-120.	3.000.000	0	0	0	031
7394-Duplicação da rod. DF-001 Trecho BR-040 à DF-065/480 (Balão do Gama).	3.500.000	4.931.507	4.918.372	4.918.372	032
7395-Restauração da DF180, Trecho Divisa GO/DF ao entº com a DF-290	4.500.000	0	0	0	033
7397 - Restauração DF-280 Entrº Br-060 - Divisa DF/GO (Santo Antônio do Descoberto)	1.000.000	0	0	0	034
8121-Duplicação da rod. DF-150, trecho Colorado - Fercal	4.000.000	47.167.431	34.742.021	33.742.021	035
8122-Restauração, Melhoramentos e Adequação de Capacidade da rod. DF-001 (EPCT), Trecho DF-075 a DF-085-Pistão Sul.	2.500.000	0	0	0	036
9534-Duplicação da rod. DF-001, Trecho da QI-33 a Barragem do Lago Paranoá.	100.000	0	0	0	037
9535 - Ampliação do Sistema Viário - DF-005/DF-009	0	50.000	0	0	*
1554 - Construção de Ciclovia	250.000	157.885	157.884	157.884	
0774-Construção de Diversas Ciclovias no Distrito Federal	250.000	157.885	157.884	157.884	038
1689 – Construção do Anel Viário	370.000	0	0	0	
0004-Construção do Anel Viário	370.000	0	0	0	039
1732 – Implantação de Equipamento de Sinalização Estratigráfica e Semafórica	400.000	400.000	0	0	
1147-Implantação de Equipamento de Sinalização	400.000	400.000	0	0	040

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
Estratigráfica e Semafórica					
2316 - Manutenção de Obras de Arte Especiais	198.800	198.000	197.937	197.937	
0001-Manutenção Preventiva e Corretiva de Obras de Artes Especiais em Diversas Rodovias do DF	198.800	198.000	197.937	197.937	041
2319-Manutenção de Obras de Arte Correntes	84.400	0	0	0	
0001 - Manutenção Preventiva e Corretiva em Obras de Artes Correntes localizadas no Sistema Viário do DF	84.400	0	0	0	042
2460 – Campanhas Educativas de Trânsito	120.000	120.000	0	0	
0001 - Campanhas Educativas para a Segurança do Trânsito	120.000	120.000	0	0	043
2469 - Aperfeiçoamento e Manutenção da Sinalização Estratigráfica e Semafórica	3.856.800	5.569.000	4.574.325	4.534.005	
0004 - Implantação Aperfeiçoamento e Manutenção da Sinalização Estratigráfica (Horizontal e Vertical) no Sistema Viário do Distrito Federal	2.356.800	3.818.000	2.844.889	2.804.569	044
6167-Implantação Aperfeiçoamento e Manutenção de Sinalização Semafórica	1.500.000	1.751.000	1.729.436	1.729.436	045
2541 - Policiamento e Fiscalização de Trânsito	19.690.000	20.380.054	19.647.843	17.406.787	
0001-Fiscalização eletrônica de Velocidade em Rodovias sob a Jurisdição do DER-DF	17.150.000	18.720.364	18.246.569	16.005.513	046
0004-Apoio ao Policiamento e Fiscalização de Trânsito	2.140.000	1.649.690	1.401.274	1.401.274	047
0005-Fiscalização de excesso de Peso – Infraestrutura	400.000	10.000	0	0	048
2885 - Manutenção de Máquinas e equipamentos	3.247.000	1.892.377	1.663.615	1.663.615	
0001-Aquisição e Manutenção de Máquinas e equipamentos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal	3.247.000	1.892.377	1.663.615	1.663.615	049
2886 - Proteção e Conservação de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas sob Influência do Sistema Viário	42.200	0	0	0	
0001-Proteção e Conservação de Áreas Urbanizadas	42.200	0	0	0	050
2904 - Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito	440.000	140.000	0	0	
0001-Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito do DER/DF	440.000	140.000	0	0	051
2914 - Estudos e Projetos	2.464.400	1.709.153	788.254	788.254	
0004-Estudo Sobre Fiscalização eletrônica de Trânsito – DER/DF	100.000	100.000	0	0	052
0005-Plano Operacional de Interdição do Eixão e EPCL	300.000	150.000	0	0	053
0006-Realização de Contagem de Tráfego e Atualização de Série Histórica – DER/DF	300.000	100.000	0	0	054
0007-Tratamento de Locais Críticos de Acidentes de Trânsito – DER/DF	500.000	0	0	0	055
0008-Elaboração de Projeto Piloto de Controle de Tráfego	400.000	100.000	0	0	056
0009-Estudo de Fiscalização e Operação - Proteção ao Ciclista – DER/DF	100.000	100.000	0	0	057
0010-Estudos para Implantação de Área de Geoprocessamento – DER/DF	30.000	60.408	60.408	60.408	058
0011-Estudos de acidentes de Trânsito – DER/DF	150.000	10.000	0	0	059
0012-Análise de dados de Tráfego das Rodovias - DER/DF	100.000	100.000	0	0	060
0013-Análise de Pólo Gerador de Tráfego – DER/DF	100.000	10.000	0	0	061
0014-Estudo de Movimentação de Produtos Perigosos – DER/DF	100.000	10.000	0	0	062
0015-Estudo de Autorização Especial de Tráfego – DER/DF	100.000	100.000	0	0	063
0016-Estudos Necessários às Missões de Identificação/Orientação/Análise – DER/DF	100.000	100.000	0	0	064
0017-Estudos e Projetos em Áreas de Interesse do DER/DF	84.400	768.745	727.846	727.846	065
2984 - Manutenção da Frota Oficial de Veículos do DER/DF	6.662.480	3.970.980	3.919.236	3.862.937	
0001-Manutenção da Frota Oficial de Veículos do DER/DF	6.662.480	3.970.980	3.919.236	3.862.937	066
3056 – Construção do Trevo de Triagem Norte - Bragueto	500.000	100.000	0	0	
0001-Construção do Trevo de Triagem Norte	500.000	100.000	0	0	067
3550 - Projetos de Engenharia em rodovias do DF	184.400	3.778.187	3.719.343	3.719.343	

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
0001-Projetos de Engenharia em rodovias do DER/DF	184.400	3.778.187	3.719.343	3.719.343	068
3554 - Estudos de Impacto Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF	349.200	538.460	500.472	500.472	
0001-Estudos de Impacto Ambiental em Áreas de Interesse do DER/DF	349.200	538.460	500.472	500.472	069
3636 - Aquisição de Equipamentos de Terraplanagem	460.000	0	0	0	
0001-Aquisição de Equipamentos de Terraplanagem	460.000	00	0	0	070
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	472.000	1.116.169	1.053.892	990.274	
1264-Construção e/ou Reforma de Próprios do DER/DF	472.000	1.116.169	1.053.892	990.274	001
4034 - Integração DER/DETRAN – Gerenciamento de Tráfego – Trânsito Inteligente	500.000	500.000	0	0	
0001-Integração DER/DETRAN – Gerenciamento de Tráfego – Trânsito Inteligente	500.000	500.000	0	0	071
4993 - Licenciamento para execução de Obras Rodoviárias	248.800	3.969	3.969	3.969	
0001-Licenciamento para execução de Obras Rodoviárias	248.800	3.969	3.969	3.969	072
5902 - Construção de Viaduto	9.000.000	16.427.281	10.412.946	10.412.946	
7764-Construção Viaduto da QNL e Acesso Viário – Interseção Cruzamento da Vias de Ligação Centro-Norte e Ceilândia/Samambaia.	4.000.000	7.364.368	3.416.655	3.416.655	073
7765-Construção Viaduto do Periquito – Obras Cíveis – Interseção da DF-001/DF-065/DF-480.	1.500.000	3.300.000	2.572.780	2.572.780	074
7767-Construção de Viaduto DF- 075 Ligação Núcleo Bandeirante	3.500.000	5.712.913	4.423.511	4.423.511	075
7768 - Construção de viaduto DF-005/DF-009 - Península Norte	0	50.000	0	0	
6034 - Manutenção das Rodovias do Distrito Federal	844.000	2.268.264	2.024.659	2.024.659	
0001-Aquisição e Aplicação de Massa Asfáltica/Material Betuminoso	844.000	2.268.264	2.024.659	2.024.659	076
6043 - Supervisão de Serviços de Engenharia em rodovias do Distrito Federal	84.400	2.479.000	2.300.451	2.300.451	
0004-Supervisão de Serviços de Engenharia em rodovias do Distrito Federal	84.400	2.479.000	2.300.451	2.300.451	077
7453 –Construção da Av. Interbairros	1.000.000	0	0	0	
0001-Construção da Av. Interbairros – Ligação Águas Claras/Guará/DF-003 (EPIA)	1.000.000	0	0	0	078
8502 - Administração de Pessoal	50.547.073	59.359.529	58.344.702	58.344.702	
0018-Administração de Pessoal do DER/DF	50.547.073	58.680.533	57.693.937	57.693.937	002
8700 - Contribuição patronal para o regime próprio de previdência social	0	678.996	650.765	650.765	85
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	3.646.080	7.574.800	7.574.700	7.574.700	
0016-Concessão de Benefícios aos Servidores do DER/DF	3.646.080	7.574.800	7.574.700	7.574.700	003 a 006
8505 - Publicidade e Propaganda	253.200	99.000	99.000	99.000	
0006-Publicidade Institucional do DER/DF.	168.800	99.000	99.000	99.000	011
7904-Publicidade de Utilidade Pública do DER/DF.	84.400	0	0	0	012
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos. Gerais	8.457.800	14.677.369	13.530.963	13.381.667	
0014-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do DER/DF	8.457.800	14.677.369	13.530.963	13.381.667	007 a 009

Na LOA/2010 foram cadastradas ações prioritárias para execução pelo DER/DF, no Programa 2800 - Transporte Seguro, com destaque para os projetos 1475 - Recuperação e Melhoramento de Rodovias; 2316 – Manutenção de Obras de Arte Especiais; 3550 – Projetos de Engenharia em Rodovias do DF; 3554 – Estudos de Impacto Ambiental em áreas de interesse do DER/DF; 5902 – Construção de Viadutos e 6043 - Supervisão de Serviços de Engenharia em Rodovias do DF.

Este “Programa de Governo” tem por objetivo aumentar a fluidez do tráfego com economia, conforto e, principalmente a segurança no deslocamento da população, é finalístico, com horizonte temporal contínuo, tendo por público alvo a comunidade, e por justificativa, melhorar o atendimento desejado ao usuário.

No decorrer do exercício de 2010, algumas ações/subtítulos foram canceladas tendo por base a Alteração da Programação da Unidade Executiva, cancelamento de dotação orçamentária, cuja origem está vinculada as Leis Distritais e Decretos, relacionados no relatório do Acompanhamento das Etapas Programadas relativa ao 6º bimestre de 2010.

Dentre as Ações do Programa Prioritário 2800 – Transporte Seguro destaca-se:

a) Projeto 2800.1475 – Recuperação e Melhoramento de Rodovias:

Dos projetos em execução pelo DER/DF destaca-se o 26.782.2800.1475 - Recuperação e Melhoramento de Rodovias. É considerado o mais representativo e estratégico, nas atribuições regimentais do Departamento, pois é nele que se realizam as principais ações de construção, pavimentação, e duplicação de vias, bem como a recuperação e manutenção das mesmas.

b) Atividade 2800.2904 – Escola Vivencial de Trânsito:

A Escola Vivencial de Trânsito – **Transitolândia** completou em 2010 seu sexto aniversário. Desde 05 de julho de 2007 foi iniciado o atendimento externo às escolas públicas e particulares do DF, com o deslocamento de parte da equipe da Transitolândia até as escolas, repassando-se as informações no ambiente escolar.

Foram atendidos, até 31 de dezembro de 2010, mais de 22.913 alunos e professores das escolas públicas e particulares. Ressalta-se a importância da Transitolândia como ferramenta na melhoria da qualidade de vida da população em geral.

c) Projeto 2800.1554 - Construção de diversas ciclovias no Distrito Federal:

Por intermédio do Decreto nº 26.236/2005 foi criado o grupo de trabalho responsável pela elaboração do Programa Ciclovitário do DF e um protocolo de intenções entre o GDF e a Federação Metropolitana de Ciclismo, Federação Brasiliense de Triathlon e a ONG Rodas da Paz. O programa Ciclovitário do DF, no qual o DER/DF está inserido, inclui a definição de micro-redes ciclovitárias, campanhas educativas, construção de ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e paraciclos, melhoria dos acostamentos e sinalização ciclovitária. As metas são para melhorar a segurança geral do trânsito; reduzir o número de acidentes de trânsito envolvendo ciclistas, melhorar as condições do meio-ambiente, promover a inclusão social, incentivarem o uso da bicicleta como forma de promoção do bem-estar.

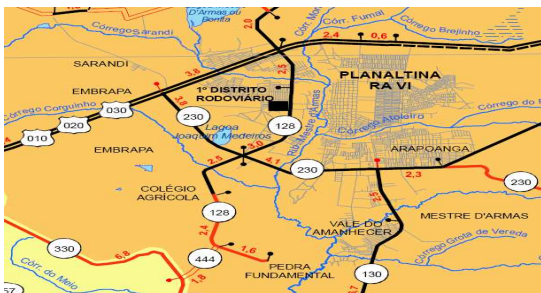
É necessário provocar uma reflexão sobre a presença tão maciça dos automóveis nas cidades do mundo; conscientizar a sociedade para o seu melhor uso e para os problemas ambientais decorrentes, e incentivar o uso de meios alternativos não poluentes; como a bicicleta, a caminhada e outras ações positivas que possam programar o nosso dia-a-dia.

Em prosseguimento às obras executadas, em 2009, referentes aos quatro projetos ciclovitários nas cidades de São Sebastião, Condomínio *Ville de Montagne*, Samambaia e Itapoã, estão sendo projetadas as ciclovias junto às rodovias em duplicação.

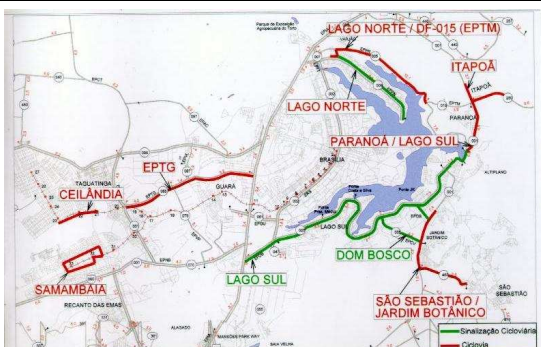
d) Atividades 2800.2885 e 2800.2984 - Manutenção de Máquinas, Veículos e Transporte:

O DER/DF executa mensalmente, em média, a manutenção geral em 155 veículos; 60 máquinas pesadas (pás mecânicas, tratores de esteira e de pneus, rolos compactadores, guindastes, retro escavadeiras, compressores e micro tratores), 40 máquinas leves, 25 viaturas a disposição da CPRV – Companhia de Polícia Militar Rodoviária do Distrito Federal; 10 motocicletas; serviços de soldagem, operações de torno e usinagem, reparos em bens patrimoniais pertencentes ao DER/DF.

Projetos de Engenharia em Rodovias do DER – Andamento das Principais Ações:**Implantação de Pavimentação Asfáltica da Rodovia DF-128 do Colégio Agrícola à Pedra Fundamental - 1º DR**

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199</p> <p>RA VI – Planaltina</p> <p>Nº do Processo: 113.004215/2005</p> <p>Nº do Contrato: 33/2009 - Lote 1</p> <p>Data de Início: 01/07/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 28/02/2010</p> <p>Valor: R\$ 1.961.805,93</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução das obras de pavimentação da rodovia DF-128, no trecho compreendido entre a rodovia DF-230 e a Pedra Fundamental. Englobam os serviços de terraplenagem, obras de arte correntes, pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e de recuperação do meio ambiente.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre</p>	

Construção de Diversas Ciclovias no Distrito Federal – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1554.0774</p> <p>RA XVI – Lago Sul</p> <p>Nº do Processo: 113.00411/2008</p> <p>Nº do Contrato: 005/2009</p> <p>Data de Início: 18/09/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 30/09/2010</p> <p>Valor: R\$ 1.295.549,05</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução das obras de recuperação dos acostamentos das rodovias listadas abaixo, com o objetivo de melhorar as condições de rolamento para os ciclistas.</p> <p>DF-025 (EPDB) – Entroncamento DF-003 (EPIA)/DF-001 (EPCT) – 25,9km (2009)</p> <p>DF-027 (EPJK) – Entroncamento DF-025 (EPDB)/DF-001 (EPCT) – 1,8km (2009)</p> <p>DF-035 (EPCV) – Entroncamento DF-025 (EPDB)/DF-001 (EPCT) – 4,25km (2009)</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra</p>	


Restauração da Rodovia DF-205, Leste, entre As Comunidades Monjolo e Pedreira Contagem em Planaltina – 1º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.7396</p> <p>RA VI – Planaltina</p> <p>Nº do Processo: 113.006662/2008</p> <p>Nº do Contrato: 30/2009</p> <p>Data de Início: 01/05/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 29/04/2010</p> <p>Valor: R\$ 3.192.639,81</p> <p>Recursos: Fontes 100, 148 e 348.</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Restauração da rodovia DF-205, no trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia DF-131 e o entroncamento com a rodovia DF-128, totalizando uma extensão de 7,00km, e a implantação de rotatória na interseção com a rodovia DF-131.</p> <p>Avanço Físico: Executado 85% da Obra – Paralisada</p>	


Compensação Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1226.0001</p> <p>RA 99 – Todo o DF</p> <p>Nº do Processo: 113.005820/2008</p> <p>Nº do Contrato: 44/2009</p> <p>Data de Início: 01/04/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 13/01/2010</p> <p>Valor: R\$ 146.383,33</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Atividade:</p> <p>Reforma e ampliação do centro de visitantes da Estação Ecológica de Águas Emendadas, localizada na rodovia BR-020 - km 29, RA VI - Planaltina.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Pavimentação das Alças de Acesso do Balão do Periquito – 3º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.5902.7765</p> <p>RA II – Gama; RA XIII – Santa Maria;</p> <p>Nº do Processo: 113.005777/2008</p> <p>Nº do Contrato: 16/2009</p> <p>Data de Início: 26/03/2009</p> <p>Prazo: 420 (Dias)</p> <p>Data Prevista de Conclusão : 03/07/2010</p> <p>Valor: R\$ 5.927.440,48</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução dos ramos de ligação entre as rodovias DF-480 e DF-065, Balão do Gama, estando inclusos os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 5º Bimestre.</p>	

Duplicação/Restauração da Rodovia BR-020 – Trecho Planaltina - Divisa DF/GO – 1º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.0010</p> <p>RA V – Sobradinho; RA VI - Planaltina</p> <p>Nº do Processo: 113.000340/2002</p> <p>Nº do Contrato: 043/2006</p> <p>Data de Início: 01/09/2007</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 20/09/2010</p> <p>Valor: R\$ 84.395.519,72</p> <p>Recursos: Fontes 232, 221, 421 e 432</p> <p>Convênio Firmado com DNIT</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução das obras de melhoramentos, adequação de capacidade, obras de arte especiais e obras complementares da rodovia BR-020, no trecho do km 0,00 ao km 9,00 (Sobradinho); e execução das obras de melhoramentos, obras de arte especiais, duplicação e obras complementares no trecho do km 23,60 (Planaltina) ao km 57,60 (Divisa DF/GO).</p> <p>Avanço Físico: Executado 95% da Obra – Paralisada</p>	

Duplicação da Rodovia BR-060 – Trecho DF-001 - Divisa DF/GO – 3º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.0011

RA XII - Samambaia

Nº do Processo: 113.0037664/1999

Nº do Contrato: 053/2000

Data de Início: 01/07/2000

Data Prevista de Conclusão: 20/09/2010

Valor: R\$ 81.590.204,76

Recursos: Fontes 221, 232, 421 e 432.

Convênio Firmado com o DNIT

Descrição da Obra:

Execução das obras de ampliação de capacidade, melhoramentos e restauração da rodovia BR-060, no trecho compreendido entre a rodovia DF-001 à Divisa DF/GO. Estão incluídos os serviços de duplicação, melhoramentos e restauração da pista existente, obras de arte correntes, obras de arte especiais, drenagem, sinalização, obras complementares e de recuperação do meio ambiente. Extensão de 31,5km.

Avanço Físico: Executado 90% da Obra (Entº DF-180) – Paralisada e Executado 90% da Obra (Entº DF-290) – Paralisada

Duplicação e Recuperação da Rodovia DF-150 – Lote 1 – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.8121

RA XXVI – Sobradinho II

Nº do Processo: 113.006466/2008

Nº do Contrato: 010/2009 – Lote 1

Data de Início: 01/03/2009

Data Prevista de Conclusão: 29/07/2010

Valor: R\$14.951.281,08

Recursos: Fontes 100, 148, 232, 348

Descrição da Obra:

Execução das obras de duplicação e restauração da rodovia DF-150, no trecho compreendido entre o entroncamento das rodovias DF-003/BR-450/DF-001 e o entroncamento com a Av. 425, definido como Lote 1, com uma extensão de 3,4km.

Avanço Físico: Executado 75% da Obra – Paralisada

Duplicação e Recuperação da Rodovia DF-150 – Lote 2 – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.8121

RA XXVI – Sobradinho II

Nº do Processo: 113.001641/2009

Nº do Contrato: 009/2009 – Lote 2

Data de Início: 20/03/2009

Data Prevista de Conclusão: 12/09/2010

Valor: R\$ 20.000.802,53

Recursos: Fontes 100, 148, 232 e 348

Descrição da Obra:

Execução das obras de duplicação e restauração da rodovia DF-150, no Trecho compreendido entre o entroncamento da Av. 425 e o entroncamento com o acesso a Sobradinho II, definido como Lote 2, com uma extensão de 3,4km.

Avanço Físico: Executado 65% da Obra – Paralisada

Duplicação e Recuperação da Rodovia DF-150 – Lote 3 – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.8121
 RA XXVI – Sobradinho II
 Nº do Processo: 113.001642/2009
 Nº do Contrato: 019/2009
 Data de Início: 30/03/2009
 Data Prevista de Conclusão: 23/03/2010
 Valor: R\$ 12.243.610,26
 Recursos: Fontes 100, 148, 232 e 348

Descrição da Obra:

Execução das obras de restauração da rodovia DF-150, no trecho compreendido entre o entroncamento do acesso a Sobradinho II e o entroncamento com a rodovia DF-205, definido como Lote 3, com uma extensão de 6,8km.

Avanço Físico: Executado 92% da Obra – Paralisada

Ampliação e Restauração da Rodovia BR-450 /DF-003 (EPIA) Trecho do Balão do Torto à DF-051 – Lote 1 – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1190
 RA I – Brasília e Ra XVIII – Lago Norte
 Nº do Processo: 113.005847/2007
 Nº do Contrato: 058/2007
 Data de Início: 26/09/2008
 Data Prevista de Conclusão: 28/02/2010
 Valor: R\$ 10.018.561,41
 Recursos: Fontes 100, 232, 221, 231, 421 e 432
 Convênio firmado com o DNIT

Descrição da Obra:

Construção da terceira faixa, acostamento e melhorias da rodovia BR-450/DF-003(EPIA), do km 0,00 ao km 3,12, definido como Lote 1.

Avanço Físico: Executado 96% da Obra – Paralisada

Ampliação e Restauração da Rodovia BR-450/DF-003 (EPIA) Trecho do Balão do Torto à DF-051 – Lote 2 – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1190
 RA I - Brasília
 Nº do Processo: 113.005847/2007
 Nº do Contrato: 059/2007
 Data de Início: 01/04/2008
 Data Prevista de Conclusão: 28/02/2010
 Valor : R\$ 10.857.395,48
 Recursos: Fontes 100, 232, 148, 348
 Convênio firmado com o DNIT

Descrição da Obra:

Construção da terceira faixa, acostamento e melhorias da rodov. BR-450/DF-003-EPIA), do Km 3,12 ao 6,24, definido como Lt. 2.

Avanço Físico: Executado 90% da Obra – Paralisada

Ampliação e Restauração da Rodovia BR-450/DF-003 (EPIA) Trecho do Balão do Torto à DF-051 – Lote 3 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1190 RA I – Brasília, RA XI – Cruzeiro, RA XXII – Sudoeste/Octogonal Nº do Processo: 113.005999/2007 Nº do Contrato: 062/2007 Data de Início: 01/04/2008 Data Prevista de Conclusão: 31/07/2010 Valor: R\$ 10.587.163,95 Recursos: Fontes 100, 231, 232, 421, 432, 221 Convênio Firmado com o DNIT</p>
<p>Descrição da Obra: Construção da terceira faixa, acostamento e melhorias da rodovia BR-450/DF-003 (EPIA), do Km 6,24 ao 9,36, definido como It. 3.</p> <p>Avanço Físico: Executado 97% da Obra – Atrasada</p>	

Ampliação e Restauração da Rodovia BR-450/DF-003 (EPIA Trecho do Balão do Torto à DF-051 – Lote 4 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.1800.1475.1190 RA I – Brasília, RA XI – Cruzeiro, RA XXII – Sudoeste/Octogonal Nº do Processo: 113.006002/2007 Nº do Contrato: 060/2007 Data de Início: 01/04/2008 Data Prevista de Conclusão: 31/07/2010 Valor: R\$ 11.794.147,29 Recursos: Fontes 100, 232, 231, 323, 421, 432 Convênio Firmado com o DNIT</p>
<p>Descrição da Obra: Construção da terceira faixa, acostamento e melhorias da rodovia BR-450, do km 9,36 ao km 12,48 com uma extensão de 3,12km.</p> <p>Avanço Físico: Executado 95% da Obra – Atrasada</p>	

Ampliação e Restauração da Rodovia BR-450/DF-003 (EPIA) Trecho do Balão do Torto à DF-051 – Lote 5 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1190 RA I – Brasília; RA XIX – Candangolândia Nº do Processo: 113.006000/2007 Nº do Contrato: 061/2007 Data de Início: 01/04/2008 Data Prevista de Conclusão : 28/02/2010 Valor: R\$ 15.562.394,06 Recursos: Fontes 100, 232, 221, 231, 421 e 432 Convênio Firmado com o DNIT</p>
<p>Descrição da Obra: Construção da terceira faixa, acostamento e melhorias da rodovia BR-450/DF-003 (EPIA), do km 12,48 ao km 15,60 com uma extensão de 3,12km, definido como Lote 5.</p> <p>Avanço Físico: Executado 98% da Obra – Paralisada</p>	

Ampliação das Pontes sobre o Ribeirão Bananal – BR-450/DF-003 (EPIA)

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.0011

RA XVIII – Lago Norte

Nº do Processo: 113.003.853/2009

Nº do Contrato: 46/2009

Data de Início: 05/10/2009

Data Prevista de Conclusão: 02/03/2010

Valor: R\$ 1.353.572,53

Recursos: Fonte 100 e 231

Descrição dos Serviços:

Elaboração do Projeto Executivo e a execução da obra de ampliação das OAE's (pontes) sobre o Ribeirão Bananal (leste e oeste), e proteção das adutoras do sistema Santa Maria, da CAESB, que cruzam a rodovia BR-450/DF-003 (EPIA), no trecho entre seu entroncamento com a rodovia DF-009 (EPPN) e o acesso à Asa Norte.

Avanço Físico: Executado 98% da Obra – Paralisado

Ampliação de Viadutos no Setor Militar Urbano - SMU

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.0011

RA I – Brasília

Nº do Processo: 113.002.463/2009

Nº do Contrato: 45/2009

Data de Início: 05/10/2009

Data Prevista de Conclusão: 02/03/2010

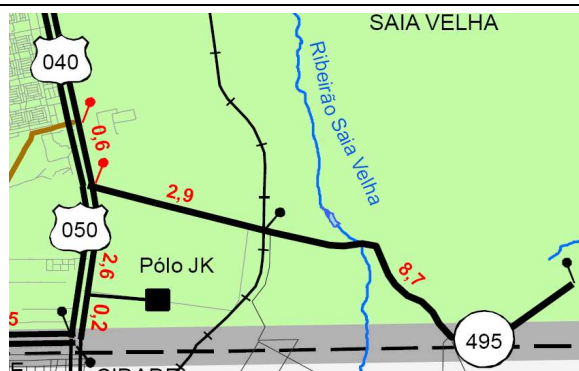
Valor: R\$ 980.071,02

Recursos: Fonte 100 e 231

Descrição dos Serviços:

Elaboração do Projeto Executivo e a execução da obra de ampliação das OAE's (viadutos) no entroncamento da rodovia BR-450/DF-003(EPIA) com a Estrada Armazenamento e Abastecimento Norte (EAAN), no acesso ao SAIN.

Avanço Físico: Executado 95% da Obra – Paralisado

Recuperação e Melhoramento das Rodovias do Distrito Federal Pavimentação da Rodovia DF- 495 – Lote 1 – 3º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199

RA XII – Santa Maria

Nº do Processo: 113.004566/2005

Nº do Contrato: 037/2006

Data de Início: 01/09/2007

Data Prevista de Conclusão : 31/12/2009

Valor: R\$ 4.069.059,75


Recursos: Fonte 100

Descrição da Obra:

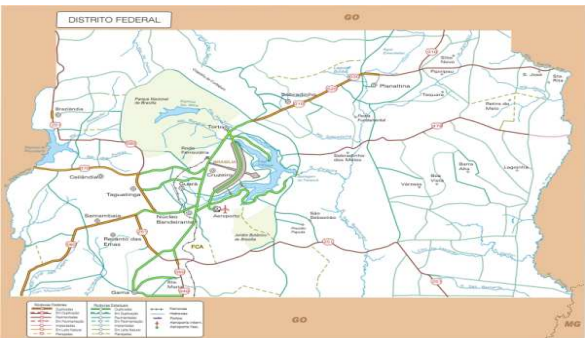
Execução das obras de pavimentação da rodovia DF-495, do km 0,80 ao km 4,80, incluindo os serviços de terraplenagem, obras de arte corrente, drenagem, sinalização, obras complementares e de recuperação do meio ambiente, definido como Lote 1.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.

Recuperação e Melhoramento das Rodovias do Distrito Federal Pavimentação da Rodovia D-495 – Lote 2 – 3º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199</p> <p>RA XII – Santa Maria</p> <p>Nº do Processo: 113.004566/2005</p> <p>Nº do Contrato: 035/2006</p> <p>Data de Início: 01/09/2007</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009</p> <p>Valor: R\$ 4.120.642,54</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução das obras de pavimentação da rodovia DF-495, do km 4,80 ao km 8,74, incluindo os serviços de terraplenagem, obras de arte corrente, drenagem, sinalização, obras complementares e de recuperação do meio ambiente, definido como Lote 2.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Recuperar e Melhorar Rodovias do Distrito Federal Execução de Sondagem à Percussão

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199</p> <p>Nº do Processo: 113.000617/2006</p> <p>Nº do Contrato: 053/2007</p> <p>Data de Início: 01/05/2008</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009</p> <p>Valor: R\$ 27.918,24</p> <p>Recursos: Fontes 100 e 437</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução dos serviços de sondagem em rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, para reconhecimento do subsolo no local de implantação de OAE's, ou qualquer outra obra de interesse do DER/DF .</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Duplicação e Restauração da Rodovia DF-001 Trecho DF- 463/DF-140 – Lote 1 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3502</p> <p>RA XIV - São Sebastião</p> <p>Nº do Processo: 113.005472/2008</p> <p>Nº do Contrato: 014/2009</p> <p>Data de Início : 20/03/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 31/08/2010</p> <p>Valor: R\$ 4.761.460,33 + 1.129.197,41</p> <p>Recursos: Fonte 100 e 300</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Duplicação da rodovia DF-001 (EPCT), no trecho compreendido entre os entroncamentos com as rodovias DF-463 e DF-140, com uma extensão de 3,60km, definido como Lote 1.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 2º Bimestre.</p>	

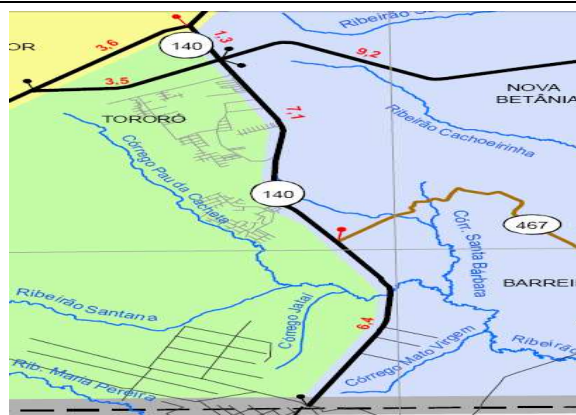
Duplicação e Restauração da Rodovia DF-001 Trecho DF-463/DF-140 – Lote 2 – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3502
 RA XIV-São Sebastião
 Nº do Processo: 113.001639/2008
 Nº do Contrato: 011/2009
 Data de Início: 20/03/2009
 Data Prevista de Conclusão: 17/04/2010
 Valor: R\$ 4.560.901,41 + 1.124.955,25
 Recursos: Fonte 100 e 300

Descrição da Obra:

Execução das obras de duplicação da rodovia DF-001 (EPCT), no trecho compreendido entre o entroncamento da DF-463 e o entroncamento com a DF-140, com uma extensão de 3,50km, definido como lote 2.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 2º Bimestre.

Duplicação e Restauração da Rodovia DF-140 Trecho DF-001 (EPCT) – Divisa DF/GO

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3502
 RA XIV – São Sebastião
 Nº do Processo: 113.006.533/2008
 Nº do Contrato: 041/2009
 Data de Início: 20/03/2009
 Data Prevista de Conclusão: 31/07/2010
 Valor: R\$ 7.508.112,83
 Recursos: Fonte 300

Descrição da Obra:

Restauração de 11,70km da rodovia DF-140, no trecho compreendido entre o Km 3,30 até a Divisa DF/GO, incluindo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 2º Bimestre.

Pavimentação das Vias Marginais e Restauração da DF-051 (EPGU) Trecho entre as Rodovias DF-003 (EPIA) e DF-047 (EPAR) – Lote 1 – 2º DR


Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3504
 RA XIX - Candangolândia
 Nº do Processo: 113.002043/2008
 Nº do Contrato: 013/2009
 Data de Início: 26/03/2009
 Prazo: 450 (Dias)
 Data Prevista de Conclusão: 18/06/2010
 Valor: R\$ 5.308.843,52
 Recursos: Fontes 100, 148 e 348

Descrição da Obra:


Pavimentação das vias marginais e restauração da rodovia DF-051 (EPGU).

Avanço Físico: : Executado 100% da Obra – Concluído no 4º Bimestre.

Pavimentação das Vias Marginais e Restauração da DF-051 (EPGU) Trecho entre as Rodovias DF-003 (EPIA) e DF-047 (EPAR) – Lote 2 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3504</p> <p>RA XIX - Candangolândia</p> <p>Nº do Processo: 113.001618/2009</p> <p>Nº do Contrato: 022/2009</p> <p>Data de Início: 02/04/2009</p> <p>Prazo: 420 (Dias)</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 26/05/2010</p> <p>Valor: R\$ 9.342.132,07</p> <p>Recursos: Fontes 100, 148 e 348</p>
<p>Descrição da Obra</p> <p>Pavimentação das vias marginais e restauração da rodovia DF-051 (EPGU).</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 5º Bimestre.</p>	

Pavimentação das Vias Marginais e Restauração da DF-051 (EPGU) Trecho entre as Rodovias DF-003 (EPIA) e DF-047 (EPAR) – Lote 3 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3504</p> <p>RA XIX - Candangolândia</p> <p>Nº do Processo: 113.001617/2009</p> <p>Nº do Contrato: 024/2009</p> <p>Data de Início: 09/04/2009</p> <p>Prazo: 420 (Dias)</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 02/08/2010</p> <p>Valor: R\$ 9.091.920,60</p> <p>Recursos: Fontes 148, 100 e 348</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Pavimentação das vias marginais e restauração da rodovia DF-051 (EPGU).</p> <p>Avanço Físico: Executado 99% da Obra - Paralisada</p>	

Duplicação e Restauração da Rodovia DF-079 (EPVP) – Lotes 1 e 3 – 3º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3514</p> <p>Ra VIII – Núcleo Bandeirante</p> <p>Nº do Processo: 113.001605/2009</p> <p>Nº do Contrato: 026/2009</p> <p>Data de Início: 01/03/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 30/01/2010</p> <p>Valor: R\$ 10.546.262,97</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Duplicação de 2,60km da rodovia DF-079 (EPVP), do km 2,30 ao km 4,90, definido como Lote 1.</p> <p>Restauração no trecho compreendido entre a rodovia DF-085 (EPTG) e a DF-075 (EPNB), com uma extensão de 8,20km, incluindo os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, obras complementares e de sinalização, definido como Lote 3.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído os Lotes 1 e 3 no 2º Bimestre.</p>	

Duplicação e Restauração da Rodovia DF-079 (EPVP) – Lote 2 – 3º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3514
 Ra VIII – Núcleo Bandeirante
 Nº do Processo: 113.001605/2009
 Nº do Contrato: 025/2009
 Data de Início: 01/03/2009
 Data Prevista de Conclusão: 30/01/2010
 Valor: R\$ 6.393.043,06
 Recursos: Fonte 100

Descrição da Obra:

Duplicação de 3,30km da rodovia DF-079 (EPVP), do km 4,90 ao km 8,20, definido como Lote 2. Estão incluídos os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente, obras complementares e sinalização.

Avanço Físico: Executado 99% da Obra – Paralisada

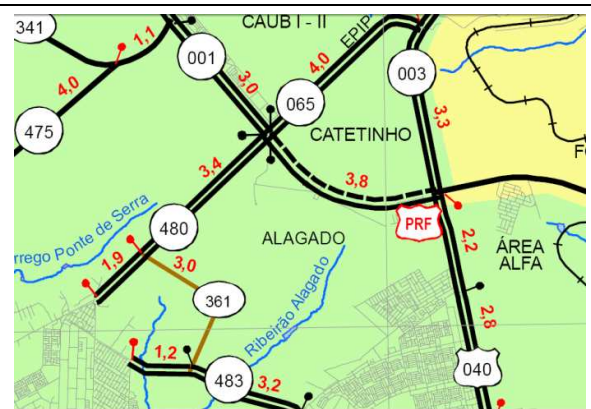
Duplicação e Restauração da Rodovia DF-079 (EPVP) – Lote 4 – 3º DR**CICLOVIA**

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.3514
 Ra VIII – Núcleo Bandeirante
 Nº do Processo: 113.001607/2009
 Nº do Contrato: 023/2009
 Data de Início: 01 /03/2009
 Data Prevista De Conclusão: 30/01/2010
 Valor: R\$ 1.881.836,38
 Recursos: Fonte 100

Descrição da Obra:

Construção de ciclovia, na rodovia DF-079 (EPVP), no trecho compreendido entre as rodovias DF-085 (EPTG) e DF-075 (EPNB), com extensão de 8,20km, definido como Lote 4.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 5º Bimestre.

Duplicação da Rodovia DF-001 (EPCT) Trecho compreendido da Rodovia BR- 040 à DF- 065/DF- 480 – Lote 3 3º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.7394
 RA II – Gama; RA XIII – Santa Maria
 Nº do Processo: 113.001659/2009
 Nº do Contrato: 015/2009
 Data de Início: 26/03/2009
 Prazo: 405 (Dias)
 Data Prevista de Conclusão: 03/08/2010
 Valor: R\$5.143.063,96
 Recursos: Fontes 100 e 148

Descrição da Obra:

Restauração de 3,80km da pista existente da rodovia DF-001 (EPCT), no trecho compreendido entre as rodovias DF-003 (EPIA) e DF-065 (EPIP), incluindo os serviços de pavimentação e sinalização.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 4º Bimestre.

Duplicação da Rodovia DF-001 (EPCT) Trecho compreendido da Rodovia BR-040 à DF-065/DF-480 – Lote 2 3º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.7394 RA II – Gama; RA XIII – Santa Maria Nº do Processo: 113.001659/2009 Nº do Contrato: 015/2009 Data de Início: 26/03/2009 Prazo: 405 (Dias) Data Prevista de Conclusão: 03/08/2010 Valor: R\$5.143.063,96 Recursos: Fontes 100 e 148</p>
<p>Descrição da Obra: Duplicação de 1,80km da rodovia DF-001 (EPCT), no trecho compreendido entre as rodovias DF-003 (EPIA) e DF-065 (EPIP), identificado como Lote 2, incluindo os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 5º Bimestre.</p>	

Recuperação e Melhoramentos de Rodovias do Distrito Federal Restauração da Rodovia DF-007 (EPTT) – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199 RA V - Sobradinho Nº do Processo: 113.005437/2008 Nº do Contrato: 049/2008 Data de Início: 01/05/2008 Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009 Valor: R\$ 1.443.877,79 Recursos: Fonte 100 e 437</p>
<p>Descrição da Obra: Restauração de 2,4km da rodovia DF-007 (EPTT), no trecho entre as rodovias DF-003 (EPIA)/ DF-002 (ERN), incluindo os serviços de pavimentação, obras de arte correntes, obras complementares e sinalização.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Encabeçamentos do Alargamento da Ponte sobre o Ribeirão do Torto na Rodovia BR- 450/DF-003 (EPIA)

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.8120 RA I – Brasília Nº do Processo: 113.000.915/2009 Nº do Contrato: 043/2009 Data de Início: 24/09/2009 Data Prevista de Conclusão: 21/03/2010 Valor: R\$ 1.451.837,28 Recursos: Fonte 348</p>
<p>Descrição da Obra: Execução dos encabeçamentos do alargamento da ponte sobre o ribeirão do Torto, incluindo as obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras complementares e sinalização.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.</p>	

Fiscalização Eletrônica de Velocidade em Rodovias sob a Jurisdição do DER-DF

Programa de Trabalho: 26.782.2800.2541.0001
 RA 99 – Todo o DF
 Nº do Processo: 113.004383/2001
 Nº do Contrato: 047/2004
 Data e Início: 01/01/2009
 Data Prevista e Conclusão: 31/12/2009
 5º Termo Aditivo – Contrato Prorrogado por mais 12 meses (Até 30/09/2010)
 Valor: R\$ 10.563.033,67 + R\$ 3.360.000,00 = R\$ 13.923.033,67
 Recursos: Fonte 100, 237 e 437

Descrição dos Serviços:

Fiscalização eletrônica de velocidade em rodovias sob a circunscrição do DER/DF.

Avanço Físico: Em andamento normal. Abril: R\$ 266.221,21 (pago); Maio: R\$ 266.643,69 (pago); Junho: R\$ 269.558,96 (empenhado) – Total R\$ 802.423,86. Em 07/07/10, foi solicitado o pagamento da fatura junho/2010. Portando, até hoje, já foi pago R\$ 12.585.860,01 e empenhado R\$ 12.855.418,97

Fiscalização Eletrônica de Velocidade em Rodovias sob a Jurisdição ao DER-DF

Programa de Trabalho: 26.782.2800.2541.0001
 RA 99 – Todo o DF
 Nº do Processo: 113.004214/2001
 Nº do Contrato: 006/2004
 Data de Início: 31/03/2004
 Data Prevista de Conclusão: 60 meses após
 Valor: R\$ 10.869.523,17 (Inicial)+ R\$ 6.966.000,00 - (Prorrogação)
 Recursos: Fontes 100, 237 e 437

Descrição dos Serviços:

Fiscalização eletrônica de velocidade em rodovias sob jurisdição do DER/DF.

Avanço Físico: Em andamento normal, pagos R\$ 538.818,39 em janeiro/2010 e R\$ 539.949,99, em fevereiro/2010, totalizando R\$ 14.929.083,04.

Fiscalização Eletrônica de Velocidade em Rodovias sob a Jurisdição do DER-DF Processamento Eletrônico de Multas de Trânsito

Programa de Trabalho: 26.782.2800.2541.0001
 RA 99 - Todo o DF
 Nº do Processo: 11300005261/2007
 Nº do Contrato: 054/2007
 Data de Início: 17/01/2006
 Data Prevista de Conclusão: 17/11/2011
 Valor: R\$ 4.000.000,00
 Valor Empenhado em 2010: R\$ 3.158.603,00
 Recursos: Fontes 100, 237

Descrição dos Serviços:

Processamento Eletrônico das multas emitidas pelo DER/DF nas rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

Avanço Físico: Em andamento normal. (Contrato prorrogado até 31 de dezembro de 2010 – R\$ 1.093.541,10.)


Apoio ao Policiamento e Fiscalização de Trânsito

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2541.0004</p> <p>RA 99 - Todo o DF</p> <p>Nº do Processo: 11300006376/2008</p> <p>Nº do Convênio: 002/2008</p> <p>Data de Início: 19/12/2008</p> <p>Prazo:</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 18/12/2013</p> <p>Recursos: Fontes 237, 417, 437</p>
Descrição do Convênio:	
<p>Delegação de competência para fiscalização de trânsito nas rodovias distritais do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, e mediante delegação de competência, nas rodovias federais, nos limites do distrito federal, propiciando a todos o direito a um trânsito em condições seguras, adotando-se todas as medidas destinadas à fluidez, conforto, defesa ambiental e à educação para o trânsito e em tudo fiscalizando o fiel cumprimento das disposições do código de trânsito brasileiro e seus regulamentos.</p>	
Avanço Físico: Em andamento normal.	

Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito do DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2904.0001</p> <p>RA 99 – Todo DF</p> <p>Nº do Processo: 113.007006/2008</p> <p>Nº do Contrato: 30/2008</p> <p>Data de Início: 10/09/2008</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009</p> <p>Valor: R\$ 116.160,00</p> <p>Recursos: Fontes 100, 237</p>
Descrição dos Serviços:	
<p>Transporte por intermédio de ônibus, para buscar e levar as crianças das Escolas Públicas do DF, até o Parque Rodoviário, aonde se situa a TRANSITOLÂNDIA, sendo (02) dois ônibus com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros, com vistas a promoção de aulas e atividades relacionadas com a Educação para o Trânsito, destinada aos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental.</p>	
<p>Avanço Físico: Não iniciado. Em janeiro e fevereiro de 2010 férias escolares. Março e abril prioridades externas – Campanhas Educativas em Rodovias, junto a passagens de pedestres, passarelas, ciclovias, postos da CPRV. Recomposição no quadro de estagiários para compor equipe.</p>	

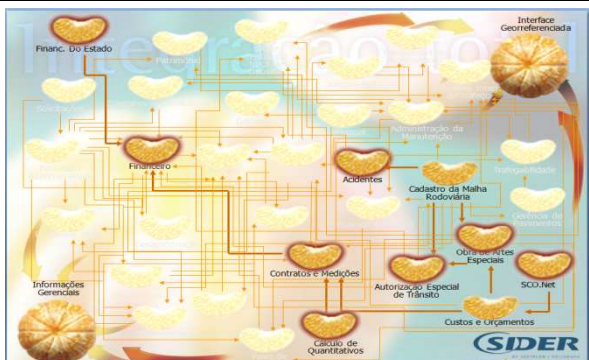
Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito do DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2904.0001</p> <p>RA 99 – Todo DF</p> <p>Nº do Processo: 113.0006054/2008</p> <p>Nº do Contrato: 16/2008</p> <p>Data De Início: 16/06/2008</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 30/06/2010</p> <p>Valor: R\$ 139.320,00</p> <p>Recursos: Fonte 237</p>
Descrição dos Serviços:	
<p>Lanche para as crianças das escolas públicas, que são levadas nos períodos matutino e vespertino, no Parque Rodoviário, aonde se situa a Transitolândia, com vistas a promoção de aulas e atividades relacionadas com a Educação para o Trânsito, para os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental.</p>	
<p>Avanço Físico: Não Iniciado. Em janeiro e fevereiro de 2010 férias escolares. março e abril prioridades externas – Campanhas Educativas em Rodovias, Junto a passagens de pedestres, passarelas, ciclovias, postos da CPRV. Recomposição no quadro de estagiários para compor equipe.</p>	

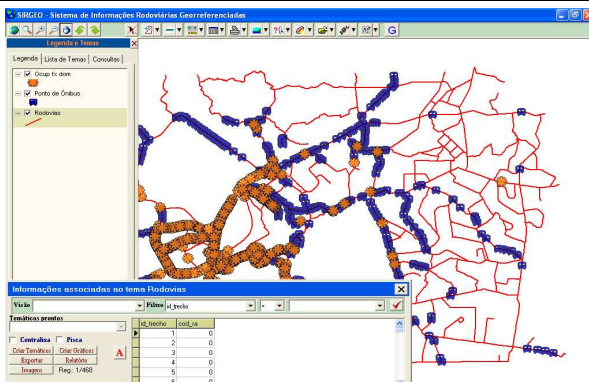
Estudo sobre Fiscalização Eletrônica de Trânsito – DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2914.0004 RA 99 – Todo o DF Nº do Processo: 113.001589/2008 Nº do Contrato: 34/2008 Data de Início: 30/09/2008 Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009 Valor: R\$ 273.793,44 Recursos: Fonte 237</p>
<p>Descrição dos Serviços: Elaboração de estudo técnico, voltado à identificação de locais para a instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade e de ondulações transversais nas rodovias pavimentadas integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.</p> <p>Avanço Físico: Não Iniciado</p>	

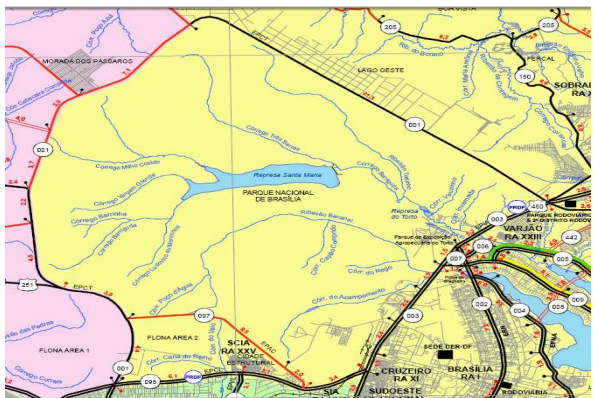
Realização de Contagem de Tráfego e Atualização da Série Histórica

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2914.0006 RA 99 – Todo o DF Nº do Processo: 113.000376/2007 Nº do Contrato: 51/2008 Data de Início: 01/01/2009 Data Prevista de Conclusão : 31/12/2009 Valor: R\$ 1.117.656,77 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços: Prestação de serviços especializados de engenharia, visando a sistematização de um modelo integrado de gestão, permitindo ao DER-DF Alcançar, com base em um banco de dados unificado, melhorias sustentáveis para a gestão de contratos de obras rodoviárias, segurança de trânsito de pessoas e de cargas do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.</p> <p>Avanço Físico: Não Iniciado</p>	

Estudos para Implantação na Área de Geoprocessamento

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2914.0010 RA 99 – Todo DF Nº do Processo: 113.005310/2008 Nº do Contrato: 04/2009 Data de Início: 19/02/2009 Data Prevista de Conclusão: 31/03/2010 Valor: R\$ 118.788,24 Recursos: Fonte 237</p>
<p>Descrição Serviços: Implantação do Sistema SIRGEO na área de geoprocessamento do DER/DF</p> <p>Avanço Físico: Executado 100%.</p>	

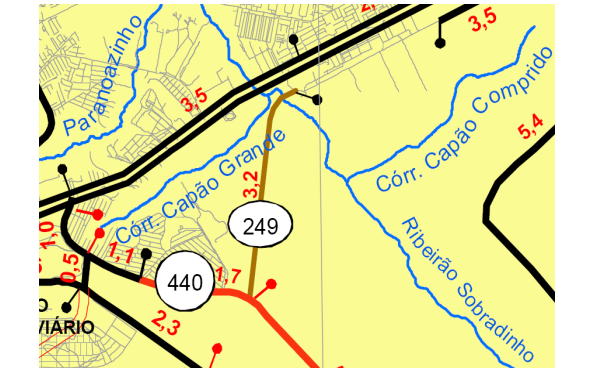
Estudos e Projetos em Áreas de Interesse do DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.2914.0017</p> <p>RA 99 – Todo o DF</p> <p>Nº do Processo: 113.005211/2008</p> <p>Nº do Contrato: 027/2009</p> <p>Data de Início: 13/04/2009</p> <p>Prazo: 300 dias</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 07/02/2010</p> <p>Valor: R\$ 75.974,05</p> <p>Recursos: Fonte 237</p> <p>Vigência Contratual: 30/04/2010</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Estudos com vistas à redução dos atropelamentos da fauna silvestre entre o Parque Nacional de Brasília e fragmentos de cerrado do entorno, propondo mecanismos para facilitar e impedir a movimentação da fauna em locais estratégicos, abrangendo as rodovias DF-001 (EPCT) e DF-003 (EPIA) que circundam o parque.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% – Concluído no 3º Bimestre.</p>	

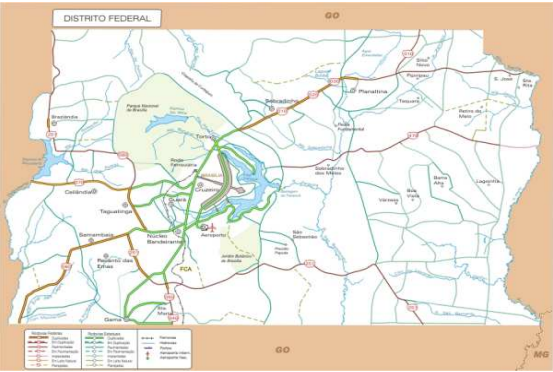
Estudos de Impacto Ambiental em Áreas de Interesse do DER-DF EIA/RIMA da Rodovia DF-150 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3554.0001</p> <p>RA XXVI – Sobradinho II</p> <p>Nº do Processo: 113.004201/2006</p> <p>Nº do Contrato: 051/2007</p> <p>Data de Início: 01/01/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 31/12/2010</p> <p>Valor: R\$ 148.391,60</p> <p>Valor Empenhado em 2009: R\$</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Execução do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), para a duplicação e pavimentação da Rodovia DF-150, numa extensão de 13,00km.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100%</p>	


Ponte sobre o Ribeirão Sobradinho na Rodovia VC-249 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3361.6362 (2009)</p> <p>26.782.2800.1475.1199 (2010)</p> <p>RA V – Sobradinho</p> <p>Nº do Processo: 113.005.811/2008</p> <p>Nº do Contrato: 038/2009</p> <p>Data de Início: 17/07/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 28/02/2010</p> <p>Valor: R\$ 556.962,09 + 136.677,95</p> <p>Recursos: Fonte 348</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Elaboração de projetos executivos e a construção de 01 (uma) Obra de Arte Especial, do tipo ponte, sobre o Ribeirão Sobradinho na Rodovia VC-249.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	


Projetos de Engenharia em Rodovias do DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0001 RA 99 – Todo o DF Nº do Processo: 113.000203/2008 Nº do Contrato: 031/2008 Data de Início: 01/01/2009 Data Prevista de Conclusão: 29/03/2010 Valor: R\$ 871.928,02 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços: Elaboração de Projeto de Engenharia Rodoviária para a reabilitação de pavimento em diversos trechos de rodovias do Distrito Federal.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Projetos de Engenharia em Rodovias do DER-DF Rodovias DF-003(EPIA)/BR-450 e DF-150 – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0001 RA V – Sobradinho; RA XXVI – Sobradinho II Nº do Processo: 113.000911/2008 Nº do Contrato: 032/2008 Data de Início: 01/01/2009 Data Prevista de Conclusão: 29/03/2010 Valor: R\$ 768.219,47 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços: Elaboração de Projeto de Engenharia Rodoviária para a reabilitação de pavimentos com melhoramentos e adequação de capacidade nas rodovias do Distrito Federal.</p> <p>DF-003 (EPIA) – Trecho entre as rodovias BR-010/020/030/DF-001 (EPCT)/DF-150 e a DF-007 (EPTT), numa extensão de 5,20km; DF-150 – Trecho entre as rodovias BR-010/020/030/DF-001/DF-003(EPIA) e a DF-205, numa extensão de 13,50km.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Construção do Viaduto da QNL e acesso Viário na Interseção do Cruzamento das Vias de Ligação Ceilândia/Samambaia – 3º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.5902.7764 RA IX – Ceilândia; RA XII - Samambaia Nº do Processo: 113.002206/2008 Nº do Contrato: 038/2008 Data de Início: 01/09/2008 Data Prevista de Conclusão: 31/05/2010 Valor: R\$ 6.043.949,71 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra: Execução das obras de dois viadutos em concreto armado, no cruzamento entre as Vias de Ligação Centro-Norte (Elmo Serejo) e Ceilândia –Samambaia.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.</p>	

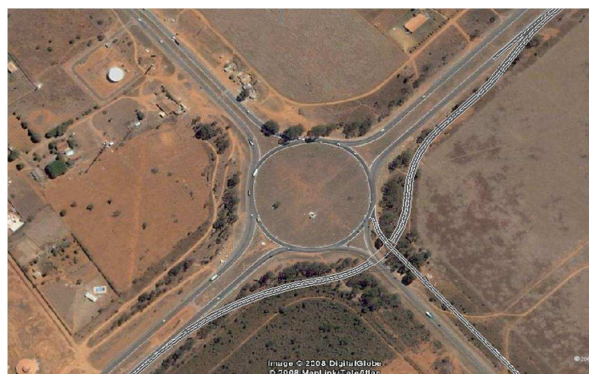
Encabeçamento das Alças e Ramos do Sistema Viário do Viaduto da QNL

Programa de Trabalho: 26.782.2800.5902.7764
 RA 99 – Todo DF
 Nº do Processo: 113.005.299/2008
 Nº do Contrato: 021/2009
 Data de Início: 01/09/2008
 Data Prevista de Conclusão: 31/05/2010
 Valor: R\$ 10.091.924,53
 Recursos: Fontes 100 e 348

Descrição da Obra:

Construção dos encabeçamentos, alças e ramos do Sistema Viário do entroncamento das vias de ligação Centro-Norte (Elmo Serejo)/ Ceilândia-Samambaia, Dividido em 2 lotes, sendo 3.485,81m P/ O lote 01 e 3.065,93m para o lote 02, inclusos serviços de terrapl., drenagem, sinalização, Oac e obras complementares.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.

Construção do Viaduto do Periquito Interseção das Rodovias DF-001/DF-065/DF-480 – 3º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.5902.7765
 RA II – Gama; RA XIII – Santa Maria
 Nº do Processo: 113.002382/2008
 Nº do Contrato: 041/2008
 Data de Início: 01/02/2009
 Data Prevista de Conclusão: 31/12/2010
 Valor: R\$ 1.492.318,48
 Recursos: Fonte 100

Descrição da Obra: Elaboração dos projetos executivos e a construção de viaduto em concreto armado, no cruzamento das Rodovias DF-480, DF-001(EPCT) e DF-065(EPIP) – Viaduto do Periquito.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.

Construção do Viaduto na DF-075 (EPNB) – Núcleo Bandeirante

Programa de trabalho: 26.782.2800.5902.7767
 RA VIII – Núcleo Bandeirante
 Nº do Processo: 113.006.779/2008
 Nº do Contrato: 051/2009
 Data de Início: 30/10/2009
 Data Prevista de Conclusão: 30/06/2010
 Valor: R\$ 5.562.313,25
 Recursos: Fonte 148

Descrição da Obra:

Execução de Obra de Arte Especial – OAE, do tipo viaduto em concreto armado, na ligação da rodovia DF-075 (EPNB) com a via NB-01, Incluindo os serviços de drenagem e sinalização vertical e horizontal.

Avanço Físico: Executado 99% da Obra – Paralisada

Supervisão dos Serviços de Engenharia em Rodovias do DF – BR-020

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.6043.0004 RA Vi - Planaltina Nº do Processo: 113.005586/2002 Nº do Contrato: 046/2007 Data de Início: 07/11/2007 Data Prevista de Conclusão: 22/10/2010 Valor: R\$ 3.319.917,33 Recursos: Fonte 237</p>
<p>Descrição da Obra: Execução dos serviços técnicos de supervisão, acompanhamento e controle de execução das obras de melhoramentos, adequação de capacidade, duplicação, obras de Arte Especiais e complementares da Rodovia Br-020, no trecho do km 0,00 ao km 9,00 e do km 23,60 ao km 57,60.</p> <p>Avanço Físico: Executado 95% dos Serviços.</p>	

Supervisão dos Serviços de Engenharia em Rodovias do DF – BR-450

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.6043.0004 RA I – Brasília; RA V – Sobradinho; RA XI –Cruzeiro; RA X – Guarã; RA XIX – Candangolândia Nº do Processo: 113.002470/2001 Nº do Contrato: 056/2007 Data de Início: 21/12/2007 Data Prevista de Conclusão: 11/12/2009 Valor: R\$ 1.827.294,52 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra: Prestação de serviços técnicos de supervisão, acompanhamento e controle da execução das obras de ampliação de capacidade, melhoramentos e restauração na Interligação das Rodovias Federais BR-010/020/030/040/050.</p> <p>Avanço Físico: Executado 91% dos Serviços – Paralisada</p>	

Construção da Via de Ligação Ceilândia/Samambaia – DF- 459 - 1ª Etapa – 3º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.7454.0001 RA IX – Ceilândia; RA XII - Samambaia Nº do Processo: 113.003453/2001 Nº do Contrato: 48/2007 Data de Início: 22/11/2007 Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009 Valor: R\$ 6.318.239,19 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra: Execução das obras de Implantação e pavimentação da via de ligação entre Ceilândia e Samambaia, com Extensão de 2,60km, Incluindo os Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e obras de arte especiais, obras complementares e sinalização.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 1º Bimestre.</p>	

Construção da Via de Ligação Ceilândia/Samambaia – DF-459 2ª Etapa – 3º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.7454.0001(2009)
 26.782.2800.1460.0001 (2010)
 RA IX – Ceilândia; RA XII – Samambaia
 Nº do Processo: 113.005.186/2008
 Nº do Contrato: 012/2009
 Data de Início: 22/11/2007
 Data Prevista de Conclusão: 31/12/2009
 Valor: R\$ 18.210.850,04
 Recursos: Fonte 100

Descrição da Obra:

Pavimentação da Rodovia DF-459 – 2ª Etapa no trecho compreendido entre acesso a Ceilândia (via de ligação centro/norte) Até o acesso a Samambaia (2ª Avenida Norte) estando inclusos serviços de terraplenagem, pavimentação, OAE, OAC, drenagem, sinalização e obras complementares.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.

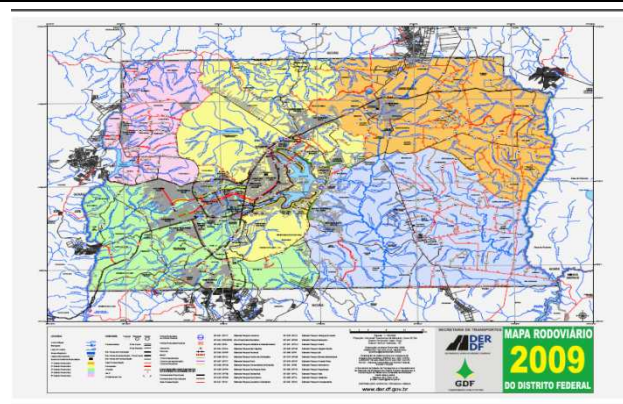
Projeto Executivo do Loteamento do Parque Rodoviário – 2º DR

Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0002
 RA V - Sobradinho
 Nº do Processo: 113.006.822/2008
 Nº do Contrato: 048/2009
 Data de Início: 08/10/2009
 Data Prevista de Conclusão: 06/01/2010
 Valor: R\$ 138.065,11
 Recursos: Fonte 100

Descrição da Obra:

Projeto executivo de engenharia para implementação de obras de infra-estrutura viária no Setor Habitacional Alto Colorado, loteamento Parque Rodoviário.

Avanço Físico: Executado 100% da obra – Concluído no 4º Bimestre. (Projeto Final de Duplicação da DF-001 Trecho BR-020 – DF-440 (Aditivo). R\$34.033,44). contrato encerrado sendo elaborado o Termo de Recebimento Provisório.

Descrição dos Serviços: Estudos e Projetos em Áreas de Interesse do DER/DF

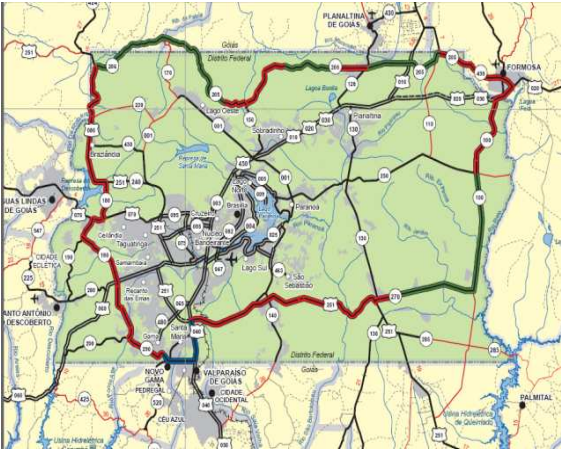
Programa de Trabalho: 26.782.2800.2914.0017
 RA 99 - Todo o DF
 Nº do Processo: 113.001900/2008
 Nº do Contrato: 019/2008
 Data de Início: 15/07/2008
 Data Prevista de Conclusão: 09/03/2010
 Valor: R\$ 147.000,00
 Recursos: Fontes 100, 220 e 237

Descrição da Obra:


Serviços na área de engenharia cartográfica para a produção do Mapa Rodoviário 2009 do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF – RIDE, concomitante com a implementação do Núcleo de Geoprocessamento do DER/DF.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.

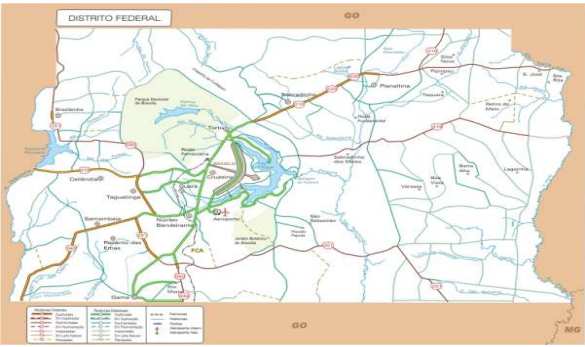
Projetos de Engenharia em Rodovias do DER-DF Anel Viário – Estudo EVTEA/EIA/RIMA

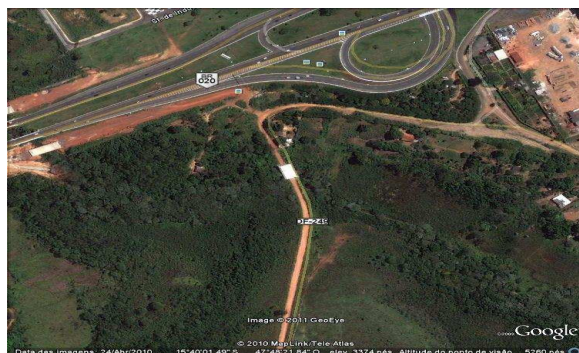
	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0001 RA 99 – Todo o DF Nº do Processo: 113.002321/2008 Nº do Contrato: 040/2008 Data de Início: 04/11/2008 Data Prevista de Conclusão : (Cont.) 31/08/2009; (Primeiro Termo Aditivo): 09/12/2009 + 100 Dias (Segundo Termo Aditivo): 29/03/2010 + 110 Dias (Terceiro Termo Aditivo): 24/02/2010 Par. 90 Dias (Quarto Termo Aditivo): 22/06/2010 Susp. 90 Dias (Quinto Termo Aditivo): 21/09/2010 Susp. +150 Dias Valor: R\$ 7.290.752,11 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços: Serviços de Elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), Estudos e Impacto Ambiental – EIA e seu Respetivo Relatório de Impacto Ambiental – Rima e dos Projetos Executivos de Engenharia das Rodovias Integrantes do Anel Viário do Distrito Federal.</p> <p>Avanço Físico: Executado 60% dos Serviços – Paralisada</p>	

Projetos de Engenharia em Rodovias do DER-DF Rodovia DF-095 (EPCL) – 2º DR

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0001 RA III - Taguatinga Nº do Processo: 113.000911/2008 Nº do Contrato: 028/2008 Data de Início: 08/09/2008 Prazo: Data Prevista de Conclusão: 15/12/2009 Valor : R\$ 1.362.873,24 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços: Elaboração de projeto de engenharia rodoviária para a reabilitação de pavimentos com melhoramentos e adequação de capacidade na Rodovia DF-095 (EPCL), no Trecho entre a DF-003 (EPIA) e DF-001 (EPCT)/BR-070, numa extensão de 12,6km.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% dos Serviços – Concluído no 2º Bimestre</p>	

Projetos de Engenharia em Rodovias do DER-DF

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0001 RA 99 – Todo DF Nº do Processo: 113.003337/2007 Nº do Contrato: 027/2008 Data de Início: 12/06/2008 Data Prevista de Conclusão: Valor: R\$ 362.033,72 Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços: Consultoria para a elaboração de um Programa de Investimentos, visando o aperfeiçoamento do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, considerando os seguintes subprogramas: 1) de modernização e gestão; 2) de trânsito; 3) de estudos e projetos; 4) de gestão de faixa de domínio; 5) de ciclovias e acessibilidade; 6) de melhoramento e manutenção da infra-estrutura rodoviária.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% dos Serviços – Concluído no 1º Bimestre</p>	

Construção de Muros de Contenção, na Ponte sobre o Ribeirão Sobradinho (VC – 249)

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199

RA V – Sobradinho

Nº do Processo: 113.007.573/2009

Nº do Contrato: 010/2010

Data de Início: 21/05/2010

Prazo: 89 dias

Data Prevista de Conclusão: 18/08/2010

Valor: R\$368.630,05

Recursos: Fontes 100, 101, 148, 231 e 300

Descrição dos Serviços:

Construção de dois muros de contenção em concreto armado com fundação em estaca raiz, na ponte sobre o Ribeirão Sobradinho (VC-249)

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído do 4º Bimestre

Execução da Obra de Proteção com gabiões da margem do Córrego Tamanduá, na Rodovia DF-005

Programa de Trabalho: 26.782.2800.1475.1199

RA: VII Paranoá

Nº do Processo: 113.002.915/2009

Nº do Contrato: 0006/2010

Data de Início: 22/03/2010

Prazo: 59 Dias

Data Prevista de Conclusão: 20/05/2010

Valor : R\$147.260,67

Recursos: Fonte 100, 101, 148, 231, 300

Descrição dos Serviços:

Execução da Obra de Proteção com gabiões na margem do Córrego Tamanduá, na Rodovia DF-005.

Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.

Implantação, aperfeiçoamento e manutenção da Sinalização Estratigráfica (Horizontal e Vertical) no Sistema Viário do DF

Programa de Trabalho: 26.782.2800.2469.6167

RA 99 - Todo o DF

Nº do Processo: 113.004476/2006

Nº do Contrato: 020/2008

Data de Início: 01/08/2008

Data Prevista de Conclusão: 28/02/2011

Valor: R\$ 2.105.493,13

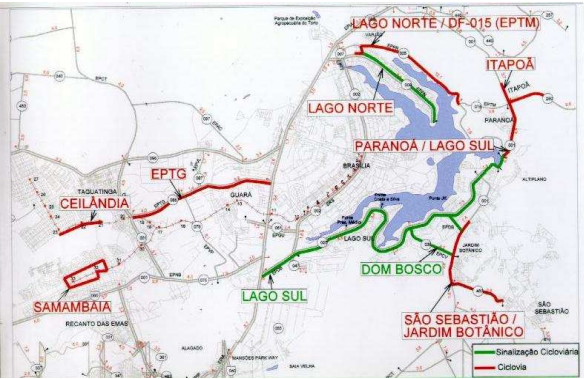
Recursos: Fonte 237 e 437

Descrição dos Serviço:


Serviços de engenharia de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica dos equipamentos do Sistema Semafórico do DER/DF, instalados em diversos pontos do DF.

Avanço Físico: Executado 80% dos Serviços - Em Andamento Normal.

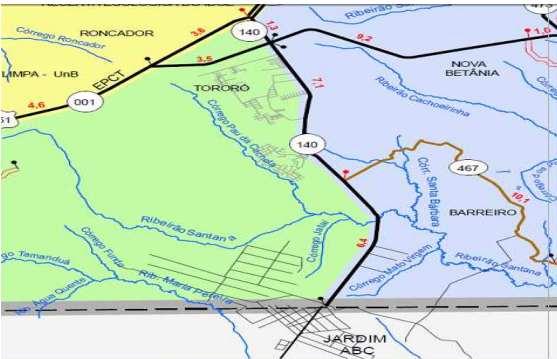
Construção de Diversas Ciclovias no Distrito Federal

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.1554.0774</p> <p>RA XVI – Lago Sul</p> <p>Nº do Processo: 113.00411/2008</p> <p>Nº do Contrato: 005/2009</p> <p>Data de Início: 01/03/2010</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 31/12/2010</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição da Obra:</p> <p>Execução das Obras de Recuperação dos Acostamentos das rodovias listadas abaixo, com o objetivo de melhorar as condições de rolamento para os ciclistas.</p> <p>DF-025 (EPDB) – 31,95 km.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% da Obra – Concluído no 3º Bimestre.</p>	

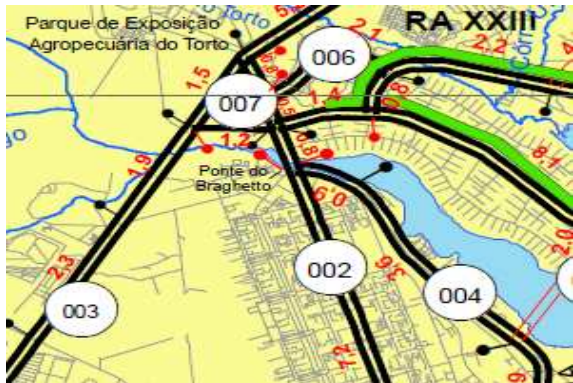
Estudos de Impacto Ambiental (PCA/PRAD) em áreas de Interesse do DER/DF - Duplicação da DF-250, Trecho DF-001/DF456

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3554</p> <p>RA VII Paranoá</p> <p>Nº do Processo: 113.008757/2009</p> <p>Nº do Contrato: 007/2010</p> <p>Data de Início: 26/03/2010</p> <p>Prazo: 90 Dias</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 26/06/2010</p> <p>Valor: R\$ 94.878,70</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Elaboração de Plano de Controle Ambiental – PCa e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD a serem adotadas para a duplicação, pavimentação e drenagem pluvial de trecho da Rodovia DF-250, no trecho compreendido entre a DF-001 e a DF-456.</p> <p>o Contrato prevê a entrega de 04 produtos (1,2,3,4).</p> <p>Avanço Físico: Executado 80% dos serviços - Andamento Normal (elaborado produto 3)</p>	


Projeto Executivo de Duplicação da DF-140

	<p>Programa de Trabalho:</p> <p>RA XIV – São Sebastião</p> <p>Nº do Processo: 113.003.948/2009</p> <p>Nº do Contrato: 053/2009</p> <p>Data de Início: 16/11/2009</p> <p>Data Prevista de Conclusão:</p> <p>Recursos: Fonte</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Projeto Executivo de Engenharia para a duplicação da DF-140, trecho DF-001 (EPCT), Divisa DF/GO (Jardim Abc).</p> <p>Avanço Físico: Executado 80% dos Serviços - Andamento Normal</p>	

Reforço Estrutural da Ponte do Braghetto e Adequação de Capacidade das Rodovias DF-007 (EPTT) e DF-002 (ERN)

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550</p> <p>RA I - Brasília</p> <p>Nº do Processo: 113.003.947/2009</p> <p>Nº do Contrato: 008/2010</p> <p>Data de Início: 30/03/2010</p> <p>Prazo: 240 Dias</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 25/11/2010</p> <p>Valor: R\$ 3.177.636,23</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Projeto executivo de engenharia para reforço estrutural da Ponte do Braghetto e de reabilitação de pavimentos com melhoramento e adequação de capacidade das rodovias, DF-007 (EPTT) e DF-002 (ERN).</p> <p>Avanço Físico: Executado 10% dos Serviços – Paralisada. (Paralisado em 24/05/2010)</p>	

Ampliação da Rodovia DF-047 (EPAR)

	<p>Programa de Trabalho: 26.782.2800.3550.0001</p> <p>RA I – Brasília e Ra XVI – Lago Sul</p> <p>Nº do Processo: 113.005.499/2010</p> <p>Nº do Contrato: 017/2010</p> <p>Data de Início: 20/08/2010</p> <p>Prazo: 30 Dias</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 11/09/2010</p> <p>Valor: R\$ 14.658,30</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Elaboração de parecer técnico acerca da relação custo-benefício e o interesse Econômico e social do projeto de ampliação da rodovia DF-047 (EPAR), visando dar cumprimento às exigências legais para o pedido de autorização junto ao Ministério da Fazenda para obtenção de Empréstimo para Financiamento das Obras.</p> <p>Avanço Físico: Executado 100% dos Serviços – Concluído no 5º Bimestre.</p>	

Ampliação e reforma da Passarela na DF-051 em frente ao Zoológico de Brasília

	<p>Programa de Trabalho: 26.205.26.782.2800.1475</p> <p>RA XIX - Candangolândia</p> <p>Nº do Processo: 113.008.340/2009</p> <p>Nº do Contrato: 015/2010</p> <p>Data de Início: 21/07/2010</p> <p>Prazo: 90 Dias</p> <p>Data Prevista de Conclusão: 21/11/2010</p> <p>Valor: R\$ 980.248,39</p> <p>Recursos: Fonte 100</p>
<p>Descrição dos Serviços:</p> <p>Ampliação e Reforma da passarela na DF-051 em frente ao Zoológico de Brasília.</p> <p>Avanço Físico: Executado 65% da Obra – Paralisada</p>	

1.4. Investimento – Obras e Material Permanente

A seguir apresenta-se o quadro com a Série Histórica dos Investimentos em Obras e Material Permanente – Período 2007-2010

Ano	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Empenho Liquidado	Empenho a Liquidar
2007	164.626.363,00	97.756.264,29	71.799.577,02	25.956.687,27
2008	201.780.522,00	129.840.413,04	91.756.260,23	38.084.152,81
2009	348.896.428,00	210.234.206,69	192.873.491,72	17.360.714,97
2010	344.904.409,10	263.096.064,67	257.850.769,56	5.245.295,11

Fonte SAG: 2007/2008/2009/2010

2. Realizações por Administração Direta

2.1. Obras e Serviços de Engenharia

O DER-DF executou, até 31 de dezembro de 2010, diversos serviços e obras como pavimentação; terraplanagem, implantação de meios-fios, acessos, retornos e as demais obras pertinentes a conservação e manutenção das rodovias do Distrito Federal e entorno para promover a segurança no tráfego. Executou serviços de sinalização horizontal e vertical, que consiste respectivamente na execução de marcas viárias no pavimento de acordo com projeto do DER/DF e a instalação de placas, sinais destinados a regulamentação, advertência, informação e educação e marcos quilométricos.

Foram executados serviços diretamente pelos cinco Distritos Rodoviários (DR); que contam com pessoal especializado, veículos e equipamentos rodoviários, possibilitando desenvolver uma atuação descentralizada com frentes de serviços de conservação, restauração, melhoramento; construção, sinalização, urbanização e obras complementares em rodovias e faixas de domínio; identificação das necessidades de recursos humanos, equipamentos e materiais necessários às suas atividades e estudo das medidas que possam contribuir para o aprimoramento técnico e a redução de custos de obras e serviços; realizar, coordenar e promover a fiscalização de serviços contratados de construção, conservação, sinalização e melhoramentos de rodovias.

Os serviços prestados pelos Distritos Rodoviários subordinados à Superintendência de Obras - SUOBRA são resumidos no quadro a seguir:

Valores em R\$

Grupo	Denominação	Total Geral
1	Terraplenagem	26.537.424,38
2	Pavimentação	16.692.547,31
3	Drenagem e O.A.C.	12.125.103,24
4	Serviços Diversos	21.097.861,12
5	Sinalização	1.678.541,34
7	Forn. Materiais Diversos	10.032.872,64
Total Geral		88.164.3503

Os serviços de pintura e de sinalização horizontal e vertical no Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF compreenderam:

Confecção de Placas	Sinalização Rodoviária	Pinturas Diversas	Caracterização de Veículos
3.800 unidades	55.000 m²	25 unidades	40 unidades

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

2.2. Estudos e Projetos de Engenharia Rodoviária

No exercício de 2010 o DER/DF desenvolveu vários levantamentos, Estudos e Projetos Rodoviários tais como: Implantação e Pavimentação; Restauração, Duplicação, Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, Obras de Arte Especiais – OAE's, Interseções e Acessos, Aumento de

Capacidade compreendendo os alargamentos, adequação da geometria nas interseções e acessos; vias marginais, sinalização, além dos projetos civis de Arquitetura e reforma de edificações.

Desenvolveu também vários Projetos de Engenharia de Tráfego objetivando a operação, monitoramento e segurança do trânsito. O DER/DF analisou e instruiu tecnicamente os pedidos de acessos e utilização de faixa de domínio das rodovias; às solicitações formuladas pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Corregedoria do DF e Instituições do Meio Ambiente e ainda, assessorou a Secretaria de Transportes e Gerências de Governo em programas; especialmente no Programa de Transporte Urbano – PTU, Programa Ciclovitário, Brasília Integrada, etc.

Desenvolveu ainda os Termos de Referência, Licitações, Contratações de diversas obras e serviços e, especificamente o acompanhamento/fiscalização da elaboração dos Projetos: Reabilitação de pavimento em diversas rodovias do SRDF; Ampliação da Capacidade – duplicação da rodovia DF-150, adequação geométrica da via e marginais da rodovia DF-075 (EPNB); alargamentos e vias marginais da BR-450/DF-003, trecho Balão do Colorado – Balão do Torto e da DF-095 (EPCL) e o Projeto para a Implantação do Anel Viário do Distrito Federal com 320km de extensão.

A seguir o quadro resumo dos trabalhos realizados em 2010

Atividade	Quant.
Projeto Rodovias	10
Projeto de Acessos e Interseções	20
Projeto de Ciclovias	5
Projeto de Obra de Arte Especial	10
Projeto de Sinalização	10
Projeto de Arquitetura e Reformas	5
Acompanhamento de Projetos Contratados	10
Levantamento Topográfico	50
Elaboração de Orçamentos e Custos	30
Análise e Parecer de Preços de Serviços	40

Fonte: Superintendência de Engenharia do DER/DF

3. Realizações com Recursos Provenientes de Convênios com a União

Rodovia	BR-020	BR-060	BR-450
Nº Convênio	TT 222/2007	PG 184/96	TT 154/2007
Órgão Concedente	DNIT		
Valor (R\$)	68.823.012,00	31.906.286,00	65.791.306,00
Vigência	21/12/2010	18/09/2010	25/12/2010
Objeto do Convênio	Execução das obras de melhoramentos, adeq. de capacidade, duplicação, obras de arte especiais e complementares na rodovia BR-020, trecho km 00 à Div. DF/GO, segmentos: km 0 ao km 9,0(Sobradinho) e do km 23,6 (Planaltina) ao km 57,6 (Div DF/GO). Extensão total de 43,00km.	Execução das obras de ampliação da capacidade, melhoramentos e restauração da rodovia BR-060, no trecho entre a rodovia DF-001 à Div. DF/GO, com uma extensão de 31,5km.	Execução das obras de ampliação da cap., melhoramentos e restauração da rodovia BR-450, no trecho compreendido entre a interligação das rodovias BRs-010/020/030 e BRs-040/050. Subtrecho: Balão do Torto até a EPGU, numa extensão de 15,60km.
Síntese da Execução Física	Terraplenagem; Pavimentação; Obras de Arte Especiais (OAE); Drenagem; Obras Complementares (OC); Sinalização e Reabilitação Ambiental – 95%	Terraplenagem; Pavimentação; Obras de Arte Especiais (OAE); Drenagem e Obras de Arte Correntes (OAC); Sinalização e Obras Complementares (OC); Serviços de Meio Ambiente. – 90%	Terraplenagem; Pav.; Drenagem; Obras Complementares; Sinalização; Serviços de Meio Ambiente. – 91%
Prestação de Contas	Sim	Sim	Sim

Em parceria com o Governo Federal, por intermédio do DNIT, o DER-DF está realizando intervenções viárias importantes na BR-450/DF-003 (EPIA), na BR-020 e na BR-060. Na primeira foi construída uma terceira faixa preferencial ao tráfego de veículos pesados, acostamento e melhorias; bem como a elaboração de projetos e execução das obras de alargamento dos viadutos no entroncamento da rodovia DF-003 (EPIA) /BR-450 com a rodovia DF-010 (EPAA), no SMU- Setor Militar Urbano e das Pontes sobre o ribeirão Bananal e proteção das adutoras do sistema Santa Maria da CAESB, que cruzam a BR-450/DF-003(EPIA), possibilitando desafogar o trânsito de aproximadamente 160 mil veículos por dia. Na BR-020, do Balão do Colorado até Sobradinho, estão sendo finalizadas a construção das vias marginais e as OAEs (pontes) no córrego Sobradinho; (viadutos) nas interconexões com a rodovia DF-440 e Av. 425, e de Planaltina até a divisa DF/GO, já concluídas as obras de Duplicação. Na BR-060 estão sendo executadas as obras (OAE, ramos e acessos) nos entroncamentos com as rodovias DF-180 e DF-290, atualmente paralisadas por questões ambientais.

Os valores liquidados referente aos Convênios com a União são apresentados no quadro a seguir:

	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
BR-020	-	-	8.739.540,1	45.759.434,46	14.969.846,00	69.468.820,47
BR-060	20.960.432,05	15.755.490,79	12.051.132,84	3.037.539,08	2.211.674,00	69.468.820,47
BR-450	-	-	21.629.723,08	27.804.049,04	5.149.898,00	54.583.670,12

4. Informações Complementares

4.1. Controle Tecnológico de Obras

O DER-DF, por intermédio da Gerencia de Tecnologia – GETEC/SUENGE realizou o Controle Tecnológico, bem como o acompanhamento das obras rodoviárias em andamento.

4.2. Meio Ambiente

Na área de Meio Ambiente, o Departamento elaborou:

- 121 Minutas de Ofício para o GDG encaminhar a Instituições Externas;
- 04 Relatórios de Cumprimento das Condicionantes de Licenças Ambientais: DF-003, DF-440, Viaduto Rodoferroviária e Ocorrência J-396;
- 12 Relatórios de Monitoramento Ambiental: DF-003, DF-025, DF-079, DF-100, DF-125, DF-180, DF-190, DF-483, DF-495, Ligação DF-009/DF-003, Ocorrência de cascalho J-333 e Ligação Ceilândia/Samambaia (DF-459);
- 01 Relatório de Cumprimento de Termo de Compromisso (Viaduto da Rodoferroviária); 03 Relatórios de Acompanhamento de Recuperação Ambiental: J-296, J-412, J-414 e Área de Empréstimo do Pátio Ferroviário de Brasília;
- Planilha com o histórico do Licenciamento de diversas obras rodoviárias;
- 18 Relatórios de Vistoria: DF-001 (Lago Oeste), DF-001 (DF-005/DF-250), DF-025, DF-051, DF-079, DF-100/DF-130/DF-190/DF-220, DF-120, DF-190, DF-285, DF-320, DF-410, DF-463, DF-473, DF-495, BR-251, DF-463/Estrada do Sol, Ligação Colônia Agrícola Águas Claras e Ocorrência de cascalho J-333;
- 04 Levantamentos Florísticos: DF-025, e Ciclovias BR-020 e DF-483.
- 03 Projetos Executivos de Plantio de Mudanças: Área de Preservação Ambiental do córrego Cana do Reino, do rio Melchior e no Parque Ecológico 3 Meninas;
- Elaboração de orçamentos para contratação de Estudos Ambientais;

- Acompanhamento dos processos de aquisição/contratação de bens/serviços a serem repassados ao IBAMA/DF e IBRAM como Compensação Ambiental pela implantação de obras rodoviárias;
- 26 Vistorias de obras rodoviárias: (BR-251, DF-001 (DF-005/DF-250), DF-001 (Lago Oeste), DF-003, DF-025, DF-051, DF-079, DF-085, DF-100, DF-120, DF-125, DF-130, DF-150, DF-180, DF-190, DF-220, DF-285, DF-410, DF-463, DF-473, DF-483, DF-495, Ligação BR-251/Nova Betânia, Ligação DF-009/DF-003, Ligação Colônia Agrícola Águas Claras, Ligação Ceilândia Samambaia;
- 05 Vistorias em ocorrências de cascalho: J-296, J-333, J-412, J-414 e Cristal Água;
- 10 Requerimentos ao IBRAM de Licença Ambiental: Via de Ligação Colônia Agrícola Águas Claras, Via de Ligação BR-060/Recanto das Emas (Estrada da Fazendinha), DF-001 (Lago Oeste), DF-001 (ESAF), DF-055, DF-120, DF-125, DF-483, DF-495 e BR-450;
- 01 Recebimento do IBRAM de Licença Ambiental: DF-285.

4.3. Ocupação de Faixa de Domínio

O monitoramento e a fiscalização da ocupação das Faixas de Domínio das Vias e Rodovias integrantes do SRDF estão resumidos no quadro a seguir.

Tipo					Quantidade	
Notificações					350	
Cartas					60	
Ofícios					50	
Memorandos					30	
Cartas de Revogação					30	
Processos Ações Canceladas (SISDOM)					30	
Ocupações Retiradas					200	
Faixas e similares retirados das Rodovias					2.200	
Total Geral					2.950	

4.4. Atividades Realizadas pela Corregedoria do DER/DF

Vários relatórios gerenciais e pareceres conclusivos para instrução de processo e tomada de decisões do Diretor Geral e da Diretoria Colegiada foram elaborados pela Corregedoria do DER/DF, com destaque: Elaboração e execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna- PAAAI; Acompanhamento e apuração de 02 denúncias recebidas, Instauração de Processo: 03 sindicâncias. 01 administrativo, 02 tomadas de contas especiais, dos quais foram concluídos 01 Processo de Sindicância e 01 Tomada de Conta Especial; Acompanhamento e Instrução das Decisões e Diligências Saneadoras encaminhadas pelo TCDF e CGDF; Abertura de 02 processos referentes ao Termo de Audiência com o Auditado – TAA; Instrução de documentos internos 72 recebidos e 65 encaminhados.

4.5. Operação de Trânsito

A descrição a seguir visa apresentar as ações executadas ou coordenadas pela Superintendência de Trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, no ano de 2010, bem como a participação da equipe da SUTRAN em outras atividades relacionadas ao trânsito.

A Superintendência de Trânsito, de acordo com o novo regimento do DER, deve atuar na:

- Engenharia de Tráfego,
- Fiscalização de Trânsito,e
- Educação de Trânsito.

Engenharia de Tráfego

A Engenharia de Tráfego tem por objetivo assegurar o movimento ordenado e seguro das pessoas, veículos e animais. As regras a serem obedecidas para o desenvolvimento de projetos de engenharia de tráfego são norteadas pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

A Engenharia de Tráfego possui uma peculiaridade em relação às demais áreas da engenharia, pois não trata apenas de problemas relacionados a fatores físicos, mas a questões ligadas ao comportamento humano (motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres), assim como de sua relação com o ambiente.

Aborda em seus projetos aspectos sociais, econômicos, jurídicos, urbanísticos e àqueles ligados à mobilidade urbana.

Atividades desenvolvidas pela Engenharia de Tráfego

a) Planejamento

Iniciaram-se as atividades previstas a seguir, com previsão de continuidade em 2011:

- Definição de políticas públicas relativas a áreas de estacionamento e de carga e descarga, a segurança de trânsito (de pedestres, de veículos motorizados, de duas rodas, de tração animal), etc.
- Políticas públicas de destinação e uso do solo urbano, relativas à geração de viagens.

b) Estudos e diagnósticos

Iniciaram-se as atividades previstas a seguir, que deverão ter continuidade em 2011:

- Volumes de tráfego (motorizado ou não motorizado);
- Contagens de pedestres;
- Atrasos e velocidades;
- Padrão e geração de viagens;
- Pesquisa de origem e destino de viagens;
- Pólos geradores de tráfego;
- Acidentes de trânsito;
- Aspectos físicos da geometria viária e demais elementos presentes na via;
- Capacidade de vias e interseções.

Os dados utilizados nos estudos e coletas de dados devem ser sistematizados em bancos de dados para que possam servir de subsídios para o acompanhamento e o monitoramento de projetos existentes e para que se tenha um amplo conhecimento para um bom planejamento de projetos futuros.

c) Projetos Viários

Em 2010 iniciaram-se as atividades previstas a seguir, e, que deverão ser continuadas em 2011:

- Projeto geométrico de ciclovias;
- Projetos de sinalização vertical e horizontal;
- Projetos de moderação de tráfego (*traffic calming*);
- Implantação e programação de semáforos;
- Implantação de dispositivos de fiscalização eletrônica;
- Localização de equipamentos de segurança para pedestres;
- Modificações em projetos geométricos de vias existentes;
- Análise de projetos de acessos a estacionamentos e terminais;
- Análise de projetos de circulação;

Fiscalização de Trânsito

A operação do trânsito consiste no monitoramento das vias e elaboração de planos de circulação, baseados nos conceitos de engenharia de tráfego.

- Nas vias públicas, as condições de fluidez e segurança devem ser primordialmente buscadas com o auxílio da operação de trânsito, que deve zelar:
 - Pela regulamentação das operações de carga e descarga;
 - Pela fiscalização de paradas irregulares na via;
 - Pelo eficiente socorro a acidentes de trânsito;
 - Pelo monitoramento de transporte de produtos perigosos;
 - Pela implementação de desvios para a execução de obras;
 - Pela autorização para a realização de eventos especiais (maratonas, passeios, ciclísticos, passeatas, etc.) em vias públicas;
- Por monitorar a realização de eventos a fim de que os impactos negativos no trânsito sejam minimizados.

Atividades desenvolvidas pela Fiscalização de Trânsito

a) Convênio com o BPTRAN e o DETRAN/DF

Foram planejadas ações conjuntas desenvolvidas pelo BPTRAN, juntamente com o DER/DF e o DETRAN/DF para o ano de 2010, tendo sido efetuada a respectiva renovação do Convênio existente entre o DER/DF e o BPTRAN em 2010, bem como foi assinado Convênio em dezembro de 2010, entre o DER/DF e o DETRAN/DF, para as atividades discriminadas a seguir:

- I) Processamento de Dados – referentes às infrações de trânsito ocorridas nas vias urbanas e rodovias do Distrito Federal utilizando sistemas e equipamentos das duas Autarquias, a partir da interligação dos computadores das duas autarquias, de forma a reduzir custos e possibilitar melhor controle e fiscalização do tráfego no Distrito Federal;
- II) Engenharia de Tráfego – a utilização de produtos, serviços, materiais e equipamentos de Engenharia de Tráfego de uma autarquia por outra;
- III) Educação de Trânsito – desenvolvimento e execução em conjunto de programas educativos pelas duas autarquias.
- IV) Fiscalização de Trânsito – nas rodovias e nas vias urbanas, visando aumentar a segurança e a melhoria das condições de trânsito no Distrito Federal, observando-se as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes;
- V) Estatística - manutenção de um banco de dados referente a acidentes de trânsito no Distrito Federal, nas vias sob circunscrição do DETRAN/DF e do DER/DF, que possibilite o cadastramento de seus pontos críticos e alimentação dos dados estatísticos referentes aos acidentes de trânsito, ocorridos nas vias e rodovias do Distrito Federal, para possibilitar medidas necessárias a serem tomadas com vistas à diminuição do índice de acidentes;
- VI) Monitoramento aéreo – sobrevôo de monitoramento aéreo nas rodovias urbanas e rurais do DF visando identificar pontos de congestionamento para fins de planejamento conjunto das duas Autarquias.

b) Outras atividades

Também estão em licitação os processos para fiscalização eletrônica (“pardais” e “barreiras eletrônicas”) nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do DF.

No ano de 2010, foram enviadas cerca de 430.000 NA's e NP's, aos proprietários dos veículos infratores, notificações emitidas pelos equipamentos de fiscalização eletrônicos, bem como pelo BPTRAN.

Foram adotadas todas as medidas relativamente à implantação de Sistemas de Autorização de Tráfego para Cargas Perigosas, para Cargas Especiais, bem como para Eventos Desportivos e Não-Desportivos, que a partir de 2011, estarão totalmente informatizados podendo ser efetuadas as solicitações pelos interessados de qualquer parte do País, *on-line*.

Foi implantado o Sistema para Acompanhamento dos Acidentes ocorridos nas Rodovias do DF, com a emissão de relatórios para atendimento às demandas existentes relacionados com: a) resposta aos meios de comunicação, b) a Polícia Civil e Militar, c) os interessados, mediante respectiva localização dos mesmos.

Deverão ser definidos os pontos críticos nas rodovias do DF, buscando-se com estas informações a efetivação de projetos para a minimização dos acidentes em locais que estão com maior incidência, devendo iniciar-se a alimentação do sistema com os dados dos acidentes a partir de 2011.

Educação de Trânsito

Os programas de educação de trânsito do DER/DF estão sustentados nos princípios da ética, cidadania e respeito ao próximo e voltado para motoristas, pedestres e ciclistas.

Esse conceito leva em conta não apenas a responsabilidade dos motoristas nas vias, mas de todos aqueles que interagem no espaço público.

Objetivos Específicos da Educação de Trânsito

- Reduzir o número de acidentes de trânsito nas rodovias do Distrito Federal;
- Transmitir às crianças normas de segurança no trânsito como fator de preservação da vida em benefício de si mesma e do outro;
- Compartilhar conhecimentos de segurança no trânsito com crianças e professores visitantes;
- Estimular a comunidade escolar a dar maior importância aos problemas relacionados ao trânsito e à prevenção de acidentes;
- Promover a criação de agentes multiplicadores (crianças e professores visitantes) aptos a sensibilizar familiares e amigos quanto à necessidade do respeito às normas de trânsito para reduzir o número de acidentes de trânsito;
- Divulgar as leis de trânsito, para que o aluno seja conhecedor de seus direitos e deveres, incentivando-o a vivenciar valores éticos e morais no exercício pleno da cidadania;
- Criar um pólo de consultoria em Educação para o Trânsito capaz de dar assistência às escolas que manifestarem interesse em trabalhar o tema "trânsito" em maior profundidade.

Escola Vivencial de Trânsito (Transitolândia)

Desde a sua inauguração, em 23/09/2004, a Escola Vivencial de Trânsito-Transitolândia recebe alunos de 2ª a 5ª séries do ensino fundamental, que durante um período do dia aprendem a se comportar no Trânsito e vivenciam o que aprenderam em uma área que reproduz as condições reais de uma cidade. Tem como foco a formação de pedestres e futuros condutores comprometidos com uma atuação no trânsito direcionada em evitar acidentes e preservar suas vidas e a da comunidade.

Foram realizadas diversas Campanhas Educativas, Apresentações Teatrais, Teatro de Fantoches, com destaque para os temas: “Uso do Cinto de Segurança por Todos os Passageiros do Veículo”, “Circulação na Faixa de Pedestre”, “Campanha Educativa com Ciclistas”, “Campanha Educativa em Passarelas”.

Durante o ano também foram realizadas duas grandes Campanhas Educativas: “A Semana Educativa de Transito do DER/DF” e a “Semana Nacional de Trânsito”, que acontece em setembro de cada ano, realizada em conjunto com todos os integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.

a) Objetivo geral da Escola Vivencial de Trânsito (Transitolândia)

Prevenir e conscientizar crianças e professores das séries iniciais do ensino fundamental das redes públicas e particulares do Distrito Federal sobre comportamentos adequados no trânsito.

b) Conteúdo programático desenvolvido na Escola Vivencial de Trânsito

- Conceito de Trânsito: Educação para o Trânsito;
- Normas de conduta no trânsito: Pedestre, Ciclista e Passageiro;
- Ética e cidadania: Civismo, Respeito ao portador de necessidades especiais, Preservação e conservação do meio ambiente, Coleta seletiva, O lixo e o trânsito;
- Divulgação de algumas funções do DER: Núcleo de Sinalização, Construção de viaduto, Construção e manutenção de rodovias.

c) Atividades no Projeto Transitolândia

Foi iniciado em 05 de julho de 2007 o atendimento externo às escolas públicas e particulares do DF, com o deslocamento de parte da equipe da Transitolândia até as escolas, repassando-se as informações que seriam recebidas no ambiente da Transitolândia, considerando que em 2008 e parte de 2009, a Transitolândia esteve em obras de reforma.

Com o atendimento externo foram abrangidos em 2010: a) 22.913 alunos das redes públicas e privadas, sendo aproximadamente 3.080 pessoas atingidas na Semana Nacional de Trânsito; b) 23.329 pessoas que foram abordadas através de 125 campanhas de trânsito nas principais rodovias do DF, sendo 34 campanhas destinadas a motoristas, atingindo-se a 6.471 motoristas, e de 91 campanhas destinadas a pedestres atingindo-se a 23.329 pedestres; c) as atividades totalizaram portanto em 2010, o atendimento a 52.713 alunos e pessoas.

Foram utilizados os seguintes materiais para as campanhas educativas:

- Cartilha “Educando para o Trânsito”, com 24 páginas, abordando assuntos relacionados ao trânsito, meios de transporte, sinalização de trânsito (horizontal, vertical, e semafórica), ciclista, motorista, uso do cinto de segurança, fiscalização eletrônica e exercícios sobre os assuntos abordados;
- Cartilha: “Cuidados sobre 2 Rodas”, com 12 páginas, abordando noções sobre a bicicleta, por que pedalar, cuidados especiais que o ciclista deve adotar, e dicas para os ciclistas de como deve se comportar em relação ao trânsito;
- Cartilha “Educando para o Trânsito”, com 8 páginas, com histórias em quadrinhos, sobre o trânsito, relacionadas ao período de férias, principalmente;
- Cartilha que aborda aspectos sobre trânsito, pedestres, ciclistas e uso do cinto de segurança, com atividades correlacionadas ao texto apresentado;
- Três folders, respectivamente: “Educar para salvar vidas”; “Formando bons pedestres e futuros bons motoristas”, e de “Informações a respeito da Transitolândia”.

Projetos Desenvolvidos

Estudo Técnico sobre a Identificação de locais para a instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização nas Rodovias do Distrito Federal

Foram realizadas pesquisas e análises técnicas das características e condições do sistema rodoviário, de modo a estabelecer os locais adequados para a instalação de equipamentos eletrônicos de medição de velocidade e sua correta sinalização, com vistas à redução dos acidentes de trânsito.

A fiscalização eletrônica está presente nos sistemas viários da maioria das grandes e médias cidades, como também em muitas rodovias brasileiras, contribuindo para o controle de velocidade e, conseqüentemente, para a redução dos acidentes de trânsito.

Órgãos de trânsito e rodoviários dispõem de estatísticas mostrando os benefícios da fiscalização eletrônica.

No Distrito Federal também é patente a relação direta entre a fiscalização realizada por meio de equipamentos eletrônicos e queda nos índices de acidentes.

Considerando que o Estudo Técnico sobre a Fiscalização Eletrônica nas Rodovias do Distrito Federal visa, sobretudo, à redução do número e da gravidade dos acidentes de trânsito, atenção especial é dedicada à análise dos dados de acidentes.

No estudo foram considerados os acidentes de trânsito com vítimas fatais e não fatais ocorridos nos anos de 2009 e 2010, tendo por fonte o Sistema de Acidentes de Trânsito – SAT do DETRAN/DF, para as rodovias que foram duplicadas, restauradas e incorporadas mais recentemente ao SRDF. O resultado final desta atividade foi a elaboração de pranchas com a localização completa dos acidentes ocorridos no ano de 2009 nos trechos rodoviários selecionados, e sugestão de localização dos equipamentos de fiscalização a serem contratados, em atendimento às Resoluções do CONTRAN, bem como de levantamento e cadastramento da situação de todas as ondulações transversais existentes nas rodovias do Sistema Rodoviário do DF.

Projetos de engenharia de tráfego

Diversos projetos de engenharia de tráfego foram desenvolvidos e estão sendo desenvolvidos propondo-se pequenas melhorias em interseções, acessos e locais de travessia de pedestres, visando melhorar a fluidez do tráfego ou diminuir o risco de acidentes; foram propostas também modificações e melhorias na sinalização, na geometria, bem como a implantação de semáforos, lombadas e equipamentos de fiscalização eletrônica de velocidade nas rodovias do DF, e fiscalização de excesso de peso nas rodovias. Encontra-se em fase de elaboração os termos de referência para licitação no início de 2010.

Programa Ciclovitário do Distrito Federal

Quanto à engenharia, foi proposta a construção de ciclovias, faixas-compartilhadas, ciclofaixas e bicicletários em todo o Distrito Federal, estando em projeto pela Superintendência de Engenharia do DER/DF, nas rodovias que se encontram em fase de duplicação, e aumento de capacidade, com vistas à licitação no início de 2011, quando da liberação dos recursos necessários para a implantação de tais projetos.

Implantação e programação de semáforos

– Foi desenvolvido o Termo de Referência e licitado a implantação de semáforos com botoeiras para pedestres, em várias rodovias do DF, a saber:

- DF-001 (Pistão Sul e Norte) nas faixas de pedestres;

- DF-051 (EPGU) nas vias marginais, próximo ao Zoológico, em locais de travessia de pedestres.

– Foi desenvolvido o Termo de Referência e licitado a implantação de semáforos com sensores para veículos, em várias rodovias do DF, a saber:

- DF-003 (EPIA)/BR-450 com remanejamento de local;
- DF-004 (EPNA) no retorno para veículos.

Está ainda prevista para o início de 2011, a implantação de novos semáforos em outras rodovias, nas travessias da ciclovia/pedestres de um lado para o outro da pista, e onde os estudos técnicos definirem a necessidade de tais implantações, tão logo sejam disponibilizados os recursos necessários para a execução dos serviços respectivos.

SIRGEO – Sistema de Georeferenciamento

Foi finalizada a implantação da atualização do SIRGEO – Sistema de Georeferenciamento, com a continuidade em 2011, constando das seguintes etapas:

- Conversão da base Cartográfica;
- Banco de dados Espacial;
- Atualização do Sistema existente;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades;
- Manutenção e suporte técnico.

Outras Atividades Realizadas pela SUTRAN

– Fiscalização integrada da circulação de produtos perigosos no DF sob Coordenação da Defesa Civil;

- Respostas à Ouvidoria com base em vistorias e pareceres técnicos;
- Auxílio à Defesa Prévia de Recursos de Infração de Trânsito;
- Auxílio à CPDP, à JARI e ao CONTRANDIFE na complementação de informações com

vistas a julgamento de processos de recursos de Infração de Trânsito;

- Informações à PROCAD referentes a recursos de Infração de trânsito;
- Autorização para a realização de eventos desportivos e não-desportivos nas rodovias do

DF;

– Participação em Comissões e Reuniões com diversos Órgãos do GDF e de outros órgãos na área Federal, na área de trânsito, tais como a Câmara Temática do DENATRAN, COMFITRAM, RENAINF, dentre outros;

– Reuniões técnicas e administrativas entre o BPTRAN, DETRAN/DF e o DER/DF, com vistas à integração dos diversos órgãos de trânsito do DF;

- Acompanhamento dos diversos contratos subordinados à SUTRAN.

Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Desde 2005, quando foram criadas a Superintendência de Trânsito – SUTRAN, a Gerência de Meio Ambiente – GEMAN, a Gerência de Faixa de Domínio – GEDOM, a Corregedoria, o DER/DF com base no Programa de Modernização Administrativa está desenvolvendo um processo de avaliação objetivando o crescimento e fortalecimento da Instituição.

No início de outubro de 2009 o DER/DF celebrou com o Governo do Distrito Federal o Termo de Compromisso TC-nº08, tendo como intervenientes os Secretários de Planejamento, Fazenda e

Transportes, objetivando a implantação do Modelo de Gestão para resultados no DER/DF com vista ao melhor desempenho na execução das políticas de Governo e no exercício das suas funções. No Quadro de Indicadores e Metas do DER/DF foram definidos 7 objetivos Estratégicos. No Quadro de Ações foram definidas 10 ações com citações dos marcos críticos.

A atuação do DER/DF estimulando e promovendo melhoria e desenvolvimento do Sistema Rodoviário do DF, conforme os destaques mencionados neste relatório visaram à cooperação com o Governo no alcance da melhoria do funcionamento do Estado por meio do compartilhamento de recursos e conhecimento, da diminuição do desperdício em suas ações e discussões com vista ao bom funcionamento das vias públicas, na construção, conservação e restauração das rodovias do SRDF e dos Municípios limítrofes que fazem parte da Região Integrada de desenvolvimento do DF e entorno e de forma mais efetiva na implementação das políticas públicas.

Grandes obras foram concluídas pelo Órgão em 2010: BR-450/DF-003 (EPIA), BR-020, DF-075 (EPNB) DF-230 (Lote 3), DF-150, Ampliação de Viadutos no Setor Militar Urbano, Restauração da Rodovia DF-007, Pavimentação das Vias Marginais e Restauração da DF-051, Conclusão de diversas ciclovias e complementação das obras do Viaduto da QNL, do Viaduto do Periquito, do Viaduto da DF-075 (RPNB) no Acesso ao Núcleo Bandeirante, operação tapa-buraco,

Por intermédio dos 5 (cinco) Distritos Rodoviários/SUOBRA, o DER-DF vem efetuando a manutenção rotineira e periódica dos 1.810km de rodovias do SRDF, bem como atendendo a diversos pleitos de várias Secretarias, das Administrações Regionais, de Associações de Produtores Rurais e outras comunidades. Em solenidades públicas tem sido destacado pelos governantes o papel do DER/DF na consecução dos objetivos traçados e como parceiro das comunidades rurais, promovendo a interligação com as cidades do DF e do Entorno.

O Distrito Federal constitui um importante centro de distribuição de cargas pelos corredores de transporte interligados no DF. Hoje, não somente o Distrito Federal, mas também o entorno, dispõem de uma rede de rodovias que, mantidas pelo DER/DF, atendem as necessidades de transporte de pessoas, de mercadorias e de escoamento da produção agropecuária.

As perspectivas para 2011 são muitas, são propósitos maiores e permanentes do DER-DF: controle efetivo das faixas de domínio das rodovias do DF; fortalecimento da imagem institucional da Autarquia junto aos servidores e a comunidade; integração com outros órgãos públicos para a consecução de programas e atividades que concorram para a melhoria da infra-estrutura rodoviária do DF; redução do número de acidentes nas rodovias do DF; aprimoramento das atividades de construção e manutenção das rodovias, tendo sempre por visão promover maior conforto, segurança e fluidez do trânsito e garantir padrões de qualidade nos serviços prestados à sociedade.

São projetos expressos para 2011: atender a problemas estratégicos de infra-estrutura rodoviária, aprovar estudos de impacto de pólos geradores de tráfego, construção de ciclovias ao longo das rodovias, aumento da segurança de trânsito, garantir a fluidez no trânsito com a construção de viadutos/pontes, alargamentos, duplicação, pavimentação e restauração de rodovias; iniciar projetos fundamentais para o GDF como a construção do Anel Viário; tudo isto realizado, preservando-se as nascentes, a fauna e a flora existentes na região.

17.4. COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF é uma Empresa Pública de Direito Privado, sob a forma de sociedade de ações, instituída pelo artigo 1º da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993, regida pela Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, integra a Administração Indireta do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 4545, de 10 de dezembro de 1964 e é vinculada à Secretaria de Transportes, tendo as competências de planejar, projetar, construir, operar e manter o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal Sobre Trilhos, assim como explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade - Meio		Atividade – Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Empregos Permanentes		108	86	102	854	1.150
Requisitados	Órgãos do GDF	10	-	03	-	13
	Órgãos fora do GDF	05	-	01	-	06
Comissionados sem vínculo		36	-	04	-	40
Estagiários		-	28	-	-	28
Jovens Aprendizizes		-	93	-	-	93
Subtotal		159	207	110	854	1.330
Cedidos		-	07	-	14	21
Total Geral		159	214	110	868	1.351

Posição em 31/12/2010

1. Programa 2800 – Transporte Seguro

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1816-Implementação da Linha 1 do Metrô	12.000.000	21.859.287	20.899.152	19.657.456	
0001-Implementação da Linha 1 do Metrô	12.000.000	21.859.287	20.899.152	19.657.456	010
2756-Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário	106.001.000	141.314.613	138.265.681	128.341.940	
6136-Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário Metropolitano	106.001.000	141.314.613	138.265.681	128.341.940	011 e 012
3007-Ampliação da Linha 1 do Metrô	4.500.000	73.000	7.300	7.300	
0003-Ampliação da Linha do Metrô - Asa Norte	1.500.000	24.334	2.434	2.434	013
0004-Ampliação da Linha do Metrô - Ceilândia	1.500.000	24.333	2.433	2.433	014
0005-Ampliação da Linha do Metrô - Samambaia	1.500.000	24.333	2.433	2.433	015
3014-Implantação do Veículo Leve Sobre Trilho - VLT (Projeto Metrô-Leve) - Trecho W3	34.000.000	202.422.430	11.388.680	7.517.493	
0001-Implantação do Metrô Leve - Aeroporto - W3	34.000.000	202.422.430	11.388.680	7.517.493	016
3467-Aquisição de Equipamentos	117.406.646	136.106.646	133.840.851	133.840.851	
6065-Aquisição de Equipamentos/Trens	117.406.646	136.106.646	133.840.851	133.840.851	017
8502-Administração de Pessoal	46.573.992	61.174.879	61.048.688	61.048.688	
6139-Administração de Pessoal	46.573.992	61.174.879	61.048.688	61.048.688	001
8504-Concessão de Benefícios A Servidores	8.724.720	11.074.777	10.917.016	10.917.016	
6138-Concessão de Benefícios Aos Servidores	8.724.720	11.074.777	10.917.016	10.917.016	002 a 005
8505-Publicidade e Propaganda	1.232.800	1.232.800	1.014.115	949.664	
6131-Publicidade Institucional	1.128.400	1.232.800	984.990	920.539	008
7909-Publicidade de Utilidade	104.400	104.400	29.125	29.125	009

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
9001-Execução de Sentenças Judiciais	700.000	1.500.000	1.114.357	1.114.357	
0002-Execução de Sentenças Judiciais	700.000	1.500.000	1.114.357	1.114.357	018
9050-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	950.000	950.000	855.986	855.986	
6140-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	950.000	950.000	855.986	855.986	019
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	9.891.480	8.241.423	7.210.145	7.087.842	
6137-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	9.891.480	8.241.423	7.210.145	7.087.842	006 e 007

Fonte: Sistema SIGGO EM 31/12/2010

2. Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário Metropolitano

Histórico do Serviço Operacional em 2010

A – Passageiros Transportados

A Operação comercial do Metrô-DF no ano de 2010 ocorreu da seguinte forma:

- Horários e tarifas especiais aos sábados, domingos e feriados;
- Das operações realizadas nos feriados e dias festivos destacam-se:

- Carnaval, Aniversário de Brasília (entrada gratuita), Corpus Christi, jogos do Brasil na Copa do Mundo de Futebol, Independência do Brasil, Dia do Evangélico; no dia 24/12 a operação ocorreu das 06h às 20h, sendo que no dia 25/12 não houve operação.

- Atendimento diferenciado no dia 31/12/2009 em virtude da necessidade de atendimento à população que se deslocou para o evento da passagem de ano na Esplanada dos Ministérios com tarifa promocional de R\$1,00. Não houve Operação comercial no dia 01/01/2010 em virtude do feriado nacional nesta data por decisão da Diretoria Colegiada;

-

- Devido à Greve dos Metroviários em março, não houve Operação Comercial nos dias 15, 25 e 26/03/2010. No dia 16/03 foi realizada com uma quantidade menor de trens, seguindo determinação judicial. Nos dias 20 e 21/10/2010 houve nova Greve com a circulação de 6 trens no decorrer do dia.

- Em maio foi inaugurada a estação Guará;

- Tendo em vista a necessidade da população do DF em utilizar o transporte metroviário em horário especial no final do ano, a Diretoria Colegiada determinou o funcionamento do METRÔ-DF em horário ampliado.

Segundo dados fornecidos pela área comercial, até dezembro de 2010, foram transportados 38.585.049 passageiros, assim distribuídos:

Quantidade de Passageiros Transportados

	2008	2009	2010
Janeiro	1.073.887	2.767.667	2.540.964
Fevereiro	1.884.346	2.298.987	2.564.913
Março	2.198.110	2.839.569	2.744.986
Abril	2.650.789	2.646.033	3.185.707
Maio	3.122.121	2.732.959	3.561.332
Junho	3.054.860	2.772.152	3.917.333
Julho	2.942.931	2.746.903	3.294.163
Agosto	3.212.711	2.921.345	3.755.810
Setembro	3.415.575	3.044.942	3.449.637
Outubro	3.604.765	3.107.738	3.256.571
Novembro	2.733.715	2.875.486	3.164.699
Dezembro	2.799.353	2.870.152	3.148.898
Total	33.323.163	33.623.933	38.585.049

B – Configuração Espacial e Operacional do Sistema

- B.1 Linha Verde: Estação Central à Estação Terminal Ceilândia, com 32,6 km;
- B.2 Linha Laranja: Estação Central à Estação Terminal Samambaia, com 26,8 km;
- B.3 Estações Operacionais: Central (CTL), Galeria (GAL), 102 Sul(102), 108 Sul (108), 112 Sul (112), 114 Sul (114), Asa Sul (ASA), Shopping (SHP), Feira (FEI), Guará (GUA), Arniqueiras (ARN), Águas Claras (CLA), Concessionárias (CON), Praça do Relógio (REL), Centro Metropolitano (MET), Ceilândia Sul (CES), Guariroba (GBA), Ceilândia Centro (CEC), Ceilândia Norte (CEN), Terminal Ceilândia (CEI) Taguatinga Sul (TAS), Furnas (FUR), Samambaia Sul (SAS) e Terminal Samambaia (SAM).

C – Frota de Trens

- Frota Adquirida: 32 Trens
- Frota Operacional: 25 Trens

A partir de setembro, após testes realizados, os trens novos (série 2000) foram disponibilizados à Operação sendo colocados em circulação junto aos trens já existentes (série 1000). Com os novos trens e dependendo da disponibilidade dos mesmos em condições operacionais nos horários de pico a Operação passou a se dar com até 20 trens. Até o final de outubro foram disponibilizados os trens 21, 23, 24 e 25 para a operação.

A adição dos trens novos com a reformulação do programa horário trará mais conforto e segurança aos usuários do Metrô-DF.

3. Histórico da Manutenção do Sistema em 2010

As atividades de manutenção do sistema metroviário do METRÔ-DF, no ano de 2010, objetivaram a continuidade operacional dos diversos subsistemas e da infra-estrutura do METRÔ-DF, buscando sempre disponibilizar um transporte de qualidade, eficiente e seguro, proporcionando mais conforto, rapidez e segurança aos usuários. Abaixo estão relacionados os pontos relevantes no presente exercício:

- Início do processo de revitalização das máquinas de chave do sistema METRÔ-DF com acompanhamento e fiscalização;
- Modernização do sistema de transmissão de dados das estações FEI,CLA e SHOP, com a substituição da rede Alcatel (obsoleta) para a rede ATM, resultando em maior segurança operacional e facilidade de manutenção;
- Realização das atividades de pronto-restabelecimento pelas equipes da divisão OMSF, garantindo a continuidade dos serviços aos usuários;
- Contratação de novos profissionais de ensino superior, engenheiros de diversas modalidades, para integrar o quadro técnico da Manutenção do METRÔ-DF;
- Continuidade do processo de revitalização dos inversores dos trens série 1000, utilizando-se tecnologia IGBT;
- Visita técnica ao METRÔ-SP para verificar a possibilidade de ser celebrado um convênio e/ou parceria daquela empresa com o METRÔ-DF, visando fornecimento de peças sobressalentes oriundas de carros da frota do METRÔ-SP, que serão substituídas, já que os mesmos estão sendo modernizados, tendo em vista que tais equipamentos são compatíveis com os trens da frota série 1000 do METRÔ-DF;

- Aumento da oferta de trens série 1000, melhorando o atendimento dos usuários pela diminuição do tempo de espera nas estações (head way);
- Participação de técnicos e engenheiros da divisão OMMR no projeto e comissionamento dos novos trens série 2000, bem como na modernização do sistema de ATC embarcado nos trens série 1000;
- Redução no consumo de água, devido a acompanhamento e vistorias semanais pela divisão OMVP nas estações;
- Recuperação dos gabiões para proteção da estrutura do viaduto metroviário próximo estação GUA;
- Recuperação do revestimento (revitalização das pastilhas) das estações CTL e GAL;
- Redução significativa do número de ocorrências envolvendo escadas rolantes e elevadores, trazendo maior conforto aos usuários;

O Almoxarifado da Manutenção do METRÔ-DF já trabalha na administração e controle de 8.400 itens, envolvendo peças sobressalentes e materiais de consumo, que são utilizados nas atividades de manutenção do sistema METRÔ-DF;

A divisão OMFI fiscalizou por volta de 6.300 ordens de serviços, até novembro/2010, envolvendo reparações de peças sobressalentes, equipamentos, ferramentas e instrumentos diversos, pertencentes ao METRÔ-DF.

Implantação do novo Sistema de Bilhetagem eletrônica (SBE) em substituição ao sistema de Bilhetagem atual (SCAP). O SBE, que já está em fase de implantação com pelo menos um bloqueio customizado nas 24 estações operacionais, deverá integrar um sistema único de bilhetagem, controle e arrecadação com previsão para conclusão em dezembro de 2010. A OMFI está envolvida diretamente no processo pela participação no grupo de implantação e na coordenação dos equipamentos do sistema de bilhetagem antigo SCAP.

3.1. Implementação da Linha 1 do METRÔ-DF

O METRÔ-DF, dentro de suas atribuições legais e atendendo o planejamento governamental para o setor, estabeleceu como meta prioritária para o exercício de 2010 a continuidade de implantação das obras civis e sistemas do metrô no trecho Plano Piloto/Ceilândia, direcionando, desta forma, seus esforços e recursos orçamentários para a conclusão de etapas diversas.

3.2. Estação 102, 112 Sul, Passagens Subterrâneas e Acessos

- Obras Civis: em fase final de comissionamento, ajustes finais em decorrência das instalações das escadas rolantes;
- Projetos Civis: em fase inicial de emissão de as built;
- Sistemas e Energia: concluídos;
- Elevadores: instalados, em operação e sob vigência da etapa de garantia;
- Escadas Rolantes: instaladas, em operação e sob vigência da etapa de garantia para a Estação 112 Sul e em processo de instalação na Estação 102 Sul.

3.3. Estação Guará

- Obras Civis: Concluída e em fase inicial de comissionamento, ajustes finais em decorrência da Operação;

- Projetos Cíveis: em fase final de consolidação de documentos (SAPs) – Solicitação de Alteração de Projetos para início da emissão as built em dezembro de 2010;

- Sistemas e Energia: Concluídos, com pendências não impeditivas. O Sistema de Rádio encontra-se com instalação incompleta;

- Elevadores: instalados, em operação e sob vigência da etapa de garantia;

- Escadas Rolantes: instaladas, em operação e sob vigência da etapa de garantia.

3.4. Passarela de acesso à Estação Onoyama

- Obras Cíveis: Concluídos os serv. de estrutura da passarela de acesso à estação, lado oeste.

3.5. Estações do trecho Ceilândia (Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guarirô, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal Ceilândia), Estação 108 Sul

- Obras Cíveis: Adequações para instalação das escadas rolantes, em fase final de comissionamento;

- Projetos Cíveis: em fase final de emissão das revisões de as built.

3.6. Estação 114 Sul (complemento).

- Obras Cíveis: Adequações para instalação das escadas rolantes;

- Escadas Rolantes: instaladas, em operação e sob vigência da etapa de garantia.

3.7. Estação Arniqueiras

- Escadas Rolantes: Adquiridas e recebidas, aguardando reforma da Estação para instalação.

3.8. Informações Complementares

- Encontram-se paralisadas as obras das Estações 104, 106, 110 Sul e Onoyama. As obras dos acessos e das passagens subterrâneas das Estações 104, 106 e 110 Sul não foram iniciadas;

- Foram finalizados, entregues e recebidos os projetos cíveis originais, as built, de 50 unidades de construção;

- Encontra-se em andamento a análise dos itens com suposto sobre preço, objeto do convênio 002/2007 – CBTU/Metrô-DF, apontados no Inquérito Civil nº 1.16.000.003152/2009-95 – CGU (Controladoria Geral da União);

- O Metrô solicitou a CBTU prorrogação de prazo para apresentação das justificativas, e aguarda resposta da mesma.

4. Implantação do Metrô-Leve – Aeroporto – W3

A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF mantém contrato com o Consórcio Brastram (Empresas Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Via Engenharia S.A., TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S.A. e Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda), para execução de obras cíveis e fornecimento de bens e serviços destinados à implantação do Sistema de Metrô Leve de Brasília – Ligação Aeroporto/Avenida W3 – Trecho 2 (Contrato nº 10/2009, assinado em 09/04/2009).

A implantação do Projeto VLT – Metrô Leve de Brasília no ano de 2010 encontra-se na seguinte situação:

4.1. Complexo de Manutenção (CM)

- Canteiro de obras central. Situação atual: finalizado;

- Terraplenagem. Situação atual: iniciada, não finalizada e paralisada;

- Fundações das Oficinas. Situação atual: finalizadas e paralisadas;

- Estruturas metálicas das Oficinas. Situação atual: finalizadas e paralisadas;
- Obras Emergenciais: Finalizadas.

4.2. Complexo Rodoferroviário ESPM/Setor Policial – W3

- Canteiro de obras. Situação atual: finalizado;
- Desvios de Tráfego. Situação atual: 1ª e 2ª etapas finalizadas;
- Fundação do Viaduto. Situação atual: parcial e paralisada;
- Obras Emergenciais: Finalizadas.

4.3. Geral

A implantação do VLT encontra-se paralisada em decorrência da Decisão Interlocutória da 7ª Vara da Fazenda Pública do DF de 31/08/2010 que determinou a imediata paralisação das obras de implementação do sistema de metrô leve de Brasília, com suspensão dos processos administrativos-financeiros de pagamento do Consórcio Brastram. Mediante pedido do METRÔ-DF, a 7ª Vara da Fazenda Pública do DF autorizou, em 13/09/2010, a execução de obras essenciais à manutenção do empreendimento e à proteção da incolumidade pública devidamente especificada pelo METRÔ-DF, a saber: obras imprescindíveis à contenção dos taludes de escavação e demais necessárias à preservação do viaduto no final da W3 Sul, com a imediata finalização do asfaltamento da pista projetada para o desvio de tráfego de veículos em frente à ENAP e ao CBMDF, o mesmo ocorrendo em relação à drenagem das águas pluviais, e bem assim para proteção dos taludes e estrutura metálica do CM VLT. Em 06/10/2010, nova Decisão Interlocutória da 7ª Vara da Fazenda Pública do DF homologa Cronograma de eventos elaborado pelo METRÔ-DF e autoriza, inclusive, a conclusão do Viaduto ESPM. Situação Atual: Aguarda-se a celebração de Termo Aditivo e disponibilidade orçamentária para dar pleno cumprimento aos eventos constantes da Decisão do item 21, fls. 3312 a 3315 do Processo nº 097.000.011/08.

5. Aquisição de Equipamentos/Trens

O Governo do Distrito Federal assinou com o BNDES, contrato de financiamento no valor de R\$ 260.318.000,00, com prazo total de 180 meses e 30 meses de carência.

Os referidos recursos estão sendo repassados à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, acrescidos da parte do GDF (Contrapartida), como suporte para o pagamento dos compromissos assumidos com a ALSTOM Brasil Energia e Transporte Ltda., fornecimento, com implantação de bens e serviços, conforme o Contrato nº 014/2009, assinado em 28/04/2009, no valor de R\$ 325.397.479,43, objetivando os seguintes itens:

- Aquisição de 12 Novos Trens com ATC/ATO – Doze trens metroviários compostos de 4 (quatro) carros cada, sendo 2 carros equipados com cabine de comando, todos motorizados e equipados com ATC/ATO de bordo. Situação atual: 011 trens entregues no Metrô e 01 será entregue até fevereiro – 2011. Dos 011 trens entregues, 07 estão em operação, 02 entrarão em operação até janeiro – 2011 e 02 entrarão em testes até fevereiro – 2011;
- Modernização da frota existente – Modernização do ATC existente em operação para funcionalidades de ATO com fornecimento de equipamentos, montagem, dispositivos, serviços e testes para os 20 trens da frota existente. Situação atual: 01 trem modernizado, previsão de 01 trem até dezembro – 2010 e necessidade de adequação do cronograma de eventos;

- Fornecimento do Sistema ATO de vias e estações – Fornecimentos do Sistema ATO na via e estações, nas estações já operacionais e aquelas com previsão de operação futura, totalizando 29 estações. Situação atual: 06 estações entregues;
- Fornecimento de peças sobressalentes de giro. Situação atual: Necessita de aditivo de prazo;
- Treinamento de pessoal. Situação atual: Concluídos os treinamentos para trem e ATO.

6. Informações Complementares

Foi assinado Acordo Coletivo de Trabalho em 31 de março de 2010.

Foram contratados 324 empregados em 2010, tendo, todavia, ocorrido o desligamento de 174 empregados efetivos, até 31 de dezembro de 2010.

Aprovado o Plano de Emprego e Salários – PES em 2009, o mesmo foi implantado, parcialmente, alcançando apenas a Tabela de Empregos Permanentes – TEP. No entanto, foi iniciado o processo de reestruturação organizacional e adequação do regimento interno e ajuste de tabelas salariais.

Em razão da grande rotatividade de pessoal, ocorrida em 2010 e de não haver quadro reserva do Concurso Público anterior, é imprescindível à realização de novo certame em 2011. Para tanto já foram iniciados os trabalhos preliminares de levantamento de necessidades pela área de Recursos Humanos.

7. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No quarto trimestre de 2010 teve início à operação dos novos trens adquiridos em 2009, ao mesmo tempo foi iniciada a modernização daqueles pertencentes à frota já existente. Considerando que o acréscimo da disponibilidade de trens, não depende apenas da chegada dos novos veículos, mas, também, do término dos serviços de modernização da frota antiga, o aumento da quantidade de passageiros transportados não se deu no atual exercício.

A partir do 2º trimestre de 2011 o Metrô já estará disponibilizando a sociedade, um número bem maior de trens e com isso estará ampliando o conforto, a qualidade dos serviços e suas receitas, reduzindo sua dependência dos recursos do Tesouro.

O Distrito Federal tem hoje mais de um milhão de veículos, e o tráfego diário intenso nas vias que ligam o Plano Piloto às cidades mais populosas do DF tornam essas vias totalmente saturadas, causando congestionamentos intensos, afetando significativamente a qualidade de vida da população.

O Metrô é sem dúvida a solução para o crescente problema de trânsito no Distrito Federal, devido a sobrecarga do sistema rodoviário da cidade que esta quase chegando ao colapso.

Além de reduzir o trânsito da cidade, o Metrô proporciona uma melhora significativa da qualidade de vida dos usuários do transporte público do Distrito Federal, devido ao conforto e a rapidez na locomoção.

17.5 FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL - FUNTPC

Instituído por força da Lei nº. 239, de 10 de fevereiro de 1992 alterada pela Lei n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007, o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF – é um mecanismo especial que destina-se a prover recursos para a execução de programas de investimento e de manutenção do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC.

Vinculado ao DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal, o FTPC/DF possui as seguintes fontes de recursos:

- I. Receita proveniente do valor de outorga, quando exigido nas licitações;
- II. receitas provenientes de publicidade na face dos cartões sem contato e na infra-estrutura de apoio ao STPC/DF, nos percentuais a serem fixados na regulamentação da lei;
- III. os superávits decorrentes da operação da CCRC;
- IV. recursos orçamentários do Distrito Federal destinados ao Fundo;
- V. receitas provenientes de multas por infrações às normas de prestação de serviços e pelo exercício do transporte ilegal;
- VI. recursos resultantes de taxas e preços públicos;
- VII. recursos provenientes da celebração de contratos, convênios, acordos ou ajustes;
- VIII. transferências efetuadas pelo Poder Público;
- IX. resultado líquido da aplicação financeira de saldos disponíveis;
- X. outros recursos ou doações.

Os recursos do FTPC/DF, estabelecidos no art. 52, da Lei n.º 239, de 10/02/1992, devem ser utilizados, exclusivamente para:

- I. desenvolvimento, implantação e acompanhamento de projetos, programas e intervenções para a melhoria e o aperfeiçoamento do STPC/DF;
- II. equipamentos destinados ao controle e à fiscalização dos serviços do STPC/DF, à acessibilidade dos usuários aos veículos e terminais, ao sistema de informações gerenciais e ao sistema de informações aos usuários;
- III. encargos financeiros e amortização de financiamento de projetos de infra-estrutura de transporte contratado pelo Distrito Federal ou pela entidade gestora à conta do FTPC/DF;
- IV. despesas com a emissão e a comercialização de vales-transporte, passes integrais e com desconto e cartões sem contato;
- V. promoção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, com vistas à efetivação das políticas tarifárias.

Realizações

1. Programa 2800 – Transporte Seguro

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa no SAG
2875-Gerenciamento do Fundo de Transp. Público Coletivo do DF	10.017.927,00	53.948.918,00	3.857.936,22	2.839.439,72	
0001-Gerenciamento do Fundo de Transp. Público Coletivo do DF - Swap	10.017.927,00	53.948.918,00	3.857.936,22	2.839.439,72	001
1506-Construção de Abrigos para Passageiros de ônibus	0,00	3.015.000,00	2.592.498,72	2.592.498,72	
0239-Construção de Abrigos de Passageiros de ônibus	0,00	3.015.000,00	2.592.498,72	2.592.498,72	002

18. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO – SETUR

A Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - Setur/DF foi recriada por meio do Decreto nº 31.699 de 18 de maio de 2010, publicado no DODF nº 95, de 19 de maio de 2010, e de acordo com o seu Regimento Interno (Decreto nº 32.222 de 16 de setembro de 2010, publicado no DODF nº 179, de 17 de setembro de 2010).

"Art. 1º À Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR/DF órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, compete:

I – formular, definir e coordenar políticas, diretrizes e ações da atividade turística, objetivando sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Distrito Federal;

II – formular, coordenar e supervisionar a execução da política de turismo do Distrito Federal;

III – propor planos, programas e projetos relacionados com o apoio e o incentivo à atividade turística;

IV – zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – Condetur / DF;

V – colaborar na divulgação do calendário oficial de eventos do DF;

VI – planejar, promover e avaliar o desenvolvimento do turismo no DF;

VII – promover e divulgar os produtos turísticos do DF;

VIII – celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos com entidades de direito público e privado, nacionais e estrangeiras, de cunho turístico, para realização de seus objetivos;

IX – propor normas relacionadas ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo, no âmbito da sua competência;

X – exercer a supervisão das atividades dos órgãos e das entidades da sua área de competência;

XI – promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos turísticos;

XII – zelar pela correta prestação de serviços das empresas envolvidas na atividade turística;

XIII - exercer outras atividades correlatas".

Dentre as suas competências está a de zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal - Condetur/DF, criado por meio do Decreto nº 31.733 de 27 de maio de 2010. A missão do Conselho é de contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável, por meio da articulação dos setores governamental, empresarial e da sociedade civil organizada e da proposição, análise, monitoramento e validação de planos e projetos consoantes com a Política de Turismo do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	06	01	02	02	11
Requisitados Órgãos do GDF	06	03	04	04	17
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	11	-	39	-	50
Estagiários	-	02	-	15	17
Total Geral	23	06	45	21	95

A partir da publicação do Decreto que criou a Secretaria de Estado de Turismo, foi solicitado à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAG concurso público para contratação de 30 servidores com a finalidade de suprir as necessidades da SETUR.

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8502-Administração de Pessoal					
8710-Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Turismo	-	1.953.143	1.926.826	1.926.826	001
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	-				
9626-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Turismo	-	1.244.472	866.562	697.178	004
9627-Manutenção e Funcionamento do Centro de Convenções Ulysses Guimarães	-	238.089	236.167	225.468	005
9628-Manutenção da Torre de Televisão	-	66.439	64.237	64.237	006
9629-Manutenção do Expobrasília	-	0,00	0,00	0,00	-

* Sem etapa cadastrada

Além do pagamento da remuneração e dos benefícios dos servidores efetivos e comissionados da Secretaria, foi efetuado pagamento das contas de água, luz, telefonia, material de consumo e etc. dos próprios do GDF sob administração da SETUR. Vale ressaltar que a manutenção do Expobrasília e da Casa de Chá estão a cargo da SETUR.

2. Programa 0189 – Promoção Nacional e Internacional do Produto Turístico de Brasília

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
4981-Desenvolvimento de Campanha de Divulgação do Produto Turístico de Brasília					
8529-Promoção de Turismo	-	0	0	0	
9068-Apoio a Realização de Eventos					
9591-Brasília 50 Anos	-	0	0	0	

* Sem etapa cadastrada

Em outubro, foi iniciado, em parceria com a Embratur, o projeto para inclusão de Brasília no "Google Street View". Dessa maneira, a partir do próximo ano, qualquer usuário da rede mundial de computadores poderá, por meio da ferramenta "Street View" do Google, passear virtualmente pelas ruas e por dentro dos atrativos turísticos da cidade.

No mesmo período, foi iniciada uma ação de promoção com jornalistas do Chile, do Peru e dos Estados Unidos, para divulgarem Brasília em seus países.

3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos					
8419-Treinamento e Capacitação dos Empregados da Secretaria de Estado de Turismo	42.200,00	0,00	0,00	0,00	

* Sem etapa cadastrada

4. Programa: 1318 – Revitalização da Cidade de Brasília**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3619-Programa de Revitalização do Projeto Orla					
1291-Programa de Revitalização do Projeto Orla Do Lago	-	0	0	0	

Em decorrência do contingenciamento de recursos, não pôde ser iniciada nenhuma ação em relação ao projeto Orla.

5. Programa: 1550 – Programa "Brasília Cartão Postal"**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3026-Revitalização de Monumentos					
7127-Revitalização de Monumentos - "Brasília Cartão Postal"	-	0	0	0	
3074-Implantação de Sinalização Turística Interpretativa no Distrito Federal					
0002-Sinalização Turística Interpretativa no Distrito Federal	-	0	0	0	

Em decorrência do contingenciamento de recursos, não pôde ser iniciada nenhuma ação em de revitalização de monumentos e de implementação da sinalização turística e interpretativa. A SETUR está em tratativas para obtenção de outras fontes de recursos para implementação da sinalização.

6. Programa: 0187 – Planejamento da Política de Turismo do Distrito Federal**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3582-Plano de Desenvolvimento Turístico do Distrito Federal					
9406-Plano de Desenvolvimento Turístico do Distrito Federal	-	1.587.210	138.122	138.122	008
9407-(Ep)Promoção dos Polos de Ecoturismo					
9408-(Ep)Promoção dos Polos de Ecoturismo					
6067-Capacitação e Qualificação de Trabalhadores para o Desenvolvimento do Turismo					
8599-Desenvolvimento da Qualificação e Produção Associada ao Turismo	-	0	0	0	

Do programa de trabalho Plano de Desenvolvimento Turístico do DF, houve a participação da SETUR na Feira das Américas, promovido pela Associação Brasileira das Agências de Viagens - ABAV, feira de negócios cujo evento aconteceu no mês de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, realizado com o intuito de divulgar o destino Brasília e maximização da estratégia dos produtos turísticos da Capital Federal para os principais agentes de viagens nacionais e internacionais, além de companhias áreas internacionais, com o objetivo de atrair mais rotas para o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, conforme Processo Administrativo nº 510.000.195/2010.

7. Informações Complementares

Secretaria de Estado de Turismo foi criada na estrutura do Governo do Distrito Federal em maio de 2010 e seu orçamento foi aprovado apenas no final de setembro, a execução de suas ações ficaram restritas a disponibilidade de recursos.

Os recursos previstos no valor de R\$ 26.114.574 no orçamento foram contingenciados, logo após sua publicação e, desta maneira, a Secretaria de Turismo após gestão junto ao Secretário de

Planejamento conseguiu liberar R\$ 5.189.206 para manutenção, pagamento de pessoal e outras despesas ligadas a atividade turística.

8. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Secretaria de Estado de Turismo, diante das dificuldades orçamentárias e financeiras, focou suas atividades na estruturação interna, na construção de uma base com foco no desenvolvimento de projetos, visando à promoção do destino turístico. Tendo criado uma estrutura de maneira preliminar, que permitisse seu rápido funcionamento, a SETUR desenvolveu, em parceria com a SEPLAG, um Planejamento Estratégico com estabelecimento de metas e indicadores, importantes propulsores da atividade. Definiu o Regimento Interno da Secretaria, atribuindo responsabilidades aos diversos setores e estabeleceu um plano de ação, juntamente com o Grupo dos 65 Destinos Indutores (programa do Ministério do Turismo), que permitissem a inserção de Brasília entre os destinos turísticos mais competitivos do mundo. Reestruturou o Conselho de Desenvolvimento do Turismo-CONDETUR DF, que estava desativado há mais de 3 anos, propondo um sistema de gestão compartilhada do turismo, onde a iniciativa privada dispõe de 65% dos assentos, dividindo espaço com 35% de instituições do GDF. O CONDETUR já realizou 4 reuniões, trazendo ao conhecimento e aprovação do Conselho todos os projetos citados acima, e estruturou as Câmaras Temáticas:

1. Câmara Temática da Copa do Mundo 2014: visa propor projetos para infraestrutura, promoção e eventos;
2. Câmara Temática de Competitividade: visa propor projetos que tornem Brasília mais competitiva frente aos mercados nacionais e internacionais;
3. Câmara Temática do Pólo de Cinema: projeto apoiado pelo Ministério do Turismo, que visa propor um projeto de implantação de um pólo cinematográfico que permita a realização de grandes produções e ao mesmo tempo, que sejam um atrativo turístico para os visitantes;
4. Câmara Temática do Regimento Interno do CONDETUR: visa propor o estabelecimento de um Regimento Interno para o Conselho. Já extinta pelo cumprimento do objeto.

A Secretaria de Estado de Turismo estabeleceu as Políticas do Turismo do DF, proposta que está na Assessoria Jurídica do DF para análise e posterior envio à Comissão de Turismo da Câmara Distrital para elaboração de Projeto de Lei.

Em tramitação no Ministério do Turismo está o Plano de Desenvolvimento Integrado para o Turismo Sustentável do DF, que em sua fase inicial propõe a implementação de 54 ações estratégicas, que permitirão o crescimento da atividade de forma a fortalecer as ferramentas de atratividade criando oportunidades de trabalho e propiciando o aumento da arrecadação.

Ademais, gestão junto a SEPLAG para definição de novos indicadores orçamentários para o planejamento anual da instituição, fortalecendo o monitoramento da atividade econômica do turismo.

Diante do curto espaço de tempo e de recursos, consideramos que estamos alicerçando as bases da SETUR para a implementação das políticas de turismo para o Distrito Federal, visando a realização de suas ações institucionais.

18.1. FUNDO DE FOMENTO À INDÚSTRIA DO TURISMO DO DF

Fundo criado pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007, destinado a prover recursos às atividades de promoção do turismo no Distrito Federal. Os recursos deverão ser aplicados em:

- I – incentivo a projetos, encaminhados pela BRASILIATUR, nos diversos campos do turismo;
- II – preservação das condições de uso e criação de espaços turísticos;
- III – promoção e divulgação do turismo;
- IV – criação e enriquecimento do acervo turístico do Distrito Federal;
- V – bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos empregados do quadro efetivo de pessoal da BRASILIATUR;
- VI – auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo;
- VII – manutenção de instalações e equipamentos destinados ao turismo;
- VIII – preservação do patrimônio turístico;
- IX – remuneração, observada a legislação pertinente, de serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo.

“NÃO HOUVE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”

19. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE – SEDUMA

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA foi criada pelo Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007, e alterado pelo Decreto nº 30.731, de 25 de agosto de 2009 e possui as seguintes atribuições:

I. Formular, coordenar e desenvolver as Políticas de Ordenamento Territorial, de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente do Distrito Federal;

II. Coordenar, acompanhar, monitorar e revisar os instrumentos da política urbana, com destaque para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, bem como participar de todas as ações referentes aos Planos Diretores Locais – PDL's;

III. Adotar medidas que assegurem a preservação da Área Tombada e do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal;

IV. Gerir o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB e o Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM;

V. Coordenar o Sistema de Planejamento Territorial do Distrito Federal – SISPLAN, o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal – SITURB e o Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD;

VI. Monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas referentes ao ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

VII. Coordenar e acompanhar em todas as fases, na forma da Legislação Federal: Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, alterada pela Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1.999; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2002 – Estatuto da Cidade; e legislação pertinente à matéria dos parcelamentos do solo das áreas urbanas;

VIII. Monitorar a execução das políticas de meio ambiente, dos recursos hídricos, limpeza pública e outros;

IX. Prestar apoio técnico aos órgãos do DF vinculados à área de atuação da Secretaria.

Por força do Decreto nº 31.698, de 18 de maio de 2010, a SEHAB foi extinta e suas atribuições e competências foram transferidas a esta Secretaria.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	26	15	80	55	176
Requisitados Órgãos do GDF	8	19	34	82	143
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	29	-	91	-	120
Estagiários	-	24	-	5	29
Subtotal (Força de Trabalho)	63	58	205	142	468
(+) Cedidos para outros órgãos	-	219	-	-	219
Total Geral	63	277	205	142	687

* Situação em 31/12/2010

Realizações

1. Programa 0084 – Urbanização

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3023-Programa de Aceleração do Crescimento	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
0001-Programa de Aceleração do Crescimento	150.000,00	0,00	0,00	0,00	003

Execução do Programa

Com a edição do Decreto nº 28.563 de 14/12/2007, alterado pelo Decreto nº 28.708, de 23/01/08, o citado Programa de Governo foi inserido no orçamento da Secretaria, com o objetivo de estabelecer a forma de gestão dos recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para urbanização de assentamentos informais no DF.

A responsabilidade da gestão dos projetos da ação/subtítulo 3023-0001 foi transferida para a Secretaria de Obras por meio do Decreto nº 30.770, de 02/09/2009. Os recursos foram contingenciados.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	35.801.151,00	52.865.113,00	46.700.597,20	46.700.597,20	004/005
8691-Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social	55.512,00	98.769,00	98.761,92	98.761,92	
6982-Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	35.745.639,00	52.766.344,00	46.601.835,28	46.601.835,28	
8517-Manutenção de Serviços Administrativo. Gerais	1.434.800,00	1.387.037,00	1.334.408,21	955.502,60	006
0131-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	1.434.800,00	1.387.037,00	1.334.408,21	955.502,00	

3. Programa 0150 – Brasília Sustentável

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
1565.6107 – Implantação do Projeto de Reforço Institucional – “Brasília Sustentável”	754.000,00	354.000,00	0,00	0,00	001
6107- – Implantação do Projeto de Reforço Institucional – “Brasília Sustentável”	754.000,00	354.000,00	0,00	0,00	
1247-Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural – Brasília Sustentável	3.000.000,00	1.958.000,00	1.428.265,75	971.229,35	033/042
6096-Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural - Brasília Sustentável	3.000.000,00	1.958.000,00	1.428.265,75	971.229,35	
1260-Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa Brasília Sustentável	1.603.000,00	1.140.967,00	137.966,95	134.219,44	020/021/022
6094-Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa Brasília Sustentável	1.603.000,00	1.140.967,00	137.966,95	134.219,44	
1294-Implantação do Projeto de Inclusão Social – Brasília Sustentável	3.640.000,00	940.000,00	0,00	0,00	002
0001-Implantação do Projeto de Inclusão Social – Brasília Sustentável	3.640.000,00	940.000,00	0,00	0,00	
1295-Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – “Brasília Sustentável”	21.382.000,00	13.932.377,00	4.334.384,65	4.178.407,17	038/039/040/041/045/046/047/048/057/058
“6091 - Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – “Brasília Sustentável”	21.382.000,00	13.932.377,00	4.334.384,65	4.178.407,17	
1573-Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa “Brasília Sustentável”	2.105.000,00	4.392.061,00	3.615.673,11	3.222.588,07	023/024
6089-Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa Brasília Sustentável	2.105.000,00	4.392.061,00	3.615.673,11	3.222.588,07	
3052-Implantação do Projeto de Urbanização - "Programa Brasília Sustentável II"	6.018.000,00	2.018.000,00	0,00	0,00	025/026
0001-Implantação do Projeto de Urbanização nos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente - Programa Brasília Sustentável	2.896.000,00	896.000,00	0,00	0,00	
0002-Implantação do Projeto de Urbanização Vila São José - Programa Brasília Sustentável	3.122.000,00	1.122.000,00	0,00	0,00	

Execução do Programa

Com o objetivo de implementar o Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do distrito Federal, o GDF e o Banco Mundial celebraram o contrato de financiamento nº 7326 – BIRD/DF.

O Decreto nº 27.833, de 02 de abril de 2007, atribuiu à SEDUMA a coordenação do Programa Brasília Sustentável – BIRD. Com o advento do Decreto nº 31.419, de 15/03/2010, alterado pelos Decretos nºs 31.517, de 05 de abril de 2010 e 31.710, de 25 de maio de 2010, a coordenação geral do Programa passou a ser de responsabilidade da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF.

Ação/subtítulo: 1260.6094 - Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa Brasília Sustentável

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2009 SEDUMA.	Elaboração de uma Base de Dados Georreferenciados dos Projetos Urbanísticos em vigor, por meio de digitalização e georreferenciamento desses projetos, levantamento e associação dos parâmetros e normas urbanísticas a cada lote que compõem estes projetos, de forma a subsidiar os gestores na tomada de decisão e no controle efetivo das ações relativas ao monitoramento do uso e ocupação do solo e no desenvolvimento das políticas urbanas.	Produto 1 – Plano de Trabalho – Concluído Produto 2 – Base de dados georreferenciados dos Projetos Urbanísticos: Subproduto 2.1 – Sobradinho, Sobradinho II – Concluído Subproduto 2.2 – Recanto das Emas, Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante – Concluído Subproduto 2.3 – Guará, SCIA, SIA e Paranoá – Concluído Subproduto 2.4 – Gama, São Sebastião e Brazlândia – Concluído Subproduto 2.5 – Santa Maria e Planaltina – Em Análise Final Subproduto 2.6 – Samambaia – Concluído Subproduto 2.7 – Ceilândia – Em Análise Inicial Subproduto 2.8 – Taguatinga – Concluído

Ação/subtítulo: 1573.6089 - Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa Brasília Sustentável

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Contratação de consultoria	Realizar consultoria de apoio ao gerenciamento do Programa	Contrato celebrado com empresa de Engenharia, para realização de serviços de consultoria.
Contratação de Auditoria Independente	Realização de auditoria independente no âmbito do Programa	Contrato de serviço celebrado para realização de auditoria da execução de 2009 no âmbito do Programa Brasília Sustentável.

Ação/subtítulo: 1247- 6096-Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural - Brasília Sustentável

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Contratação de empresa de Engenharia para execução de obras de construção de Centros de Referência em Assistência Social.	Construção de 02 unidades - CRAS – Centro de referência em assistência social na Vila Estrutural.	Em andamento o Contrato de serviços celebrado com a empresa de Engenharia para construção de Centro de Referência em Assistência Social na cidade satélite Vila Estrutural.

Ação/subtítulo: 1295 - “6091 - Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –”Brasília Sustentável

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração do Termo de Referência do ZEE.	Elaboração de termo de referência para implantar o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE.	Em fase de execução do termo de Referência.
Contratação de serviço de consultoria da empresa Geológica para elaboração do Plano Diretor da Unidade de Conservação do JBB.	Implantação do plano diretor da Unidade de Conservação do Jardim Botânico de Brasília – DF.	Em fase de execução a implantação do Plano Diretor da Unidade de Conservação do Jardim Botânico.
Contratação de serviços de consultoria da empresa NCA para elaboração do Plano Estratégico de Gestão Ambiental do DF.	Elaboração de Plano Estratégico de Gestão Ambiental.	Em fase de execução a elaboração do plano Estratégico de gestão Ambiental.

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Contratação de serviços de consultoria da empresa Topocart para elaboração do Projeto Urbano e Sócio Ambiental para regularização fundiária em São Sebastião/DF.	Elaborar Projeto Urbano e Sócio Ambiental para regularização fundiária na Região Administrativa de São Sebastião.	Em fase de execução a elaboração do Projeto Urbanístico e Sócio Ambiental na região de São Sebastião/DF.
Contrato celebrado com a Companhia de Abastecimento e Esgotos do DF – CAESB, para elaboração de estudos com a finalidade da certificação ambiental.	Elaborar estudos permanentes para certificação ambiental da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.	Em andamento a elaboração de estudos para certificação ambiental.
Contrato celebrado com a Companhia de Abastecimento e Esgotos do DF – CAESB, para adequação da rede de distribuição de água e de rede coletora interceptadora e ramais condominiais de esgotos sanitários na Vila Estrutural.	Melhoria na rede coletora de esgoto sanitário na Vila Estrutural.	Em fase de execução o serviços de adequação da rede distribuidora de água e esgoto na Vila Estrutural.
Contrato celebrado com a CAESB para implantação de estações elevatórias, linhas de recalque e emissários na Vila Estrutural.	Implantar estações elevatórias, linhas de recalque e emissários na Vila Estrutural.	Implantadas 02(duas) estações elevatórias, 02(duas) linhas de recalque, Executados 69,8% do total das obras.

Na Ação/Subtítulo: 1247-6096 foram executados os seguintes projetos

Ação/subtítulo	Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
1247- 6096-Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural - Brasília Sustentável	Contratação da empresa IJ Engenharia para execução de obras de construção de Centro Comunitário.	Construir Centro Comunitário na Área Especial 09 – na cidade satélite Vila Estrutural.	Construção de um centro comunitário na Vila Estrutural.

4. Programa 0169 – Promoção Comunitária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
3053 – Brasília Viva	0,00	11.000,00	0,00	0,00	
0003 - Revitalização de Edificações no Distrito Federal	0,00	11.000,00	0,00	0,00	

O Programa 0169 – Promoção Comunitária é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal, conforme Manual de Planejamento e Orçamento – MPO.

A Ação-Subtítulo 4045-0002 – Gestão da Política Habitacional foi incluída no orçamento desta Secretaria, por meio da Lei nº 4.489, de 14 de julho de 2010.

5. Programa 0202 – Gestão Urbana

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
1820-Elaboração de Projetos Urbanísticos do DF	10.240,00	0,00	0,00	0,00	
0001-Elaboração de Projetos Urbanísticos do Distrito Federal	10.240,00	0,00	0,00	0,00	049
3711-Realização de estudos e Pesquisas Diversos	185.680,00	215.396,00	68.446,00	68.446,00	
0004-Realização de estudos e Pesquisas Diversos	185.680,00	215.396,00	68.446,00	68.446,00	028
4984-Elaboração de Normas Urbanísticas	278.520,00	0,00	0,00	0,00	
0001-Elaboração de Normas Urbanísticas	278.520,00	0,00	0,00	0,00	011

Execução do Programa

Na Ação/Subtítulo 1820-0001, houve cancelamento do valor total.

Na Ação/Subtítulo: 3711-0004 foram executados os seguintes projetos:

Ação/subtítulo: 3711-0004 – Realização de Estudos e Pesquisas Diversos

4º Conferência Distrital das Cidades realizada.

6. Programa 0500 – Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº Da Etapa No SAG
2298-Campanhas Educativas para o Meio Ambiente	50.00,00	0,00	0,00	0,00	034
9535-Apoio ao Projeto Centro de Cultura Ambiental Flor do Cerrado	50.00,00	0,00	0,00	0,00	
3061-Apoio a Projetos na Área de Meio Ambiente	150.000,00	0,00	0,00	0,00	035
9536-Apoio As Ações de Educação e Orientação Ambiental - Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Repensar o Consumo Consciente	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
3073-Implantação da Praia do Lago Norte	150.000,00	0,00	0,00	0,00	029
0001-Implantação da Praia do Lago Norte	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
3062-Implantação de Espaços Verdes no Distrito Federal	350.000,00	0,00	0,00	0,00	036
0001-Implantação da Política Ambiental	350.000,00	0,00	0,00	0,00	
6343-Formulação da Política Ambiental	444.000,00	37.427,00	37.426,44	37.426,44	037
0001-Formulação da Política Ambiental	444.000,00	37.427,00	37.426,44	37.426,44	

Execução do Programa

As dotações iniciais das ações 2298-9535, 3061-9536 e 3073-001 foram canceladas.

Embora a ação 3062-0001 tenha sido contingenciada, vale destacar que a Implantação de Espaços Verdes no DF é uma ação de iniciativa e execução do IBRAM/DF.

Na Ação/Subtítulo: 6343-0001 foram executados os seguintes projetos:

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Programa de Sensibilização Ambiental Cerrado Vivo	Conscientizar a população da importância da conservação dos parques ecológicos implantados no Distrito Federal.	Contrato celebrado entre a Seduma e a empresa Movimento Produções LTDA, para realização de palestras, debates e distribuição de material informativo nas escolas, com o objetivo de conscientizar a população da importância da conservação ambiental.

7. Programa 0550 – Combate à Ocupação Irregular do Solo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
1488-Concessões de Licenciamentos Urbanísticos e Ambiental dos Assentamentos Informais	4.220,00	0,00	0,00	0,00	032
0002-Concessões de Licenciamentos Urbanísticos e Ambiental dos Assentamentos Informais	4.220,00	0,00	0,00	0,00	
2402-Monitoramento das Áreas do Território do D F	422.000,00	319.809,00	319.808,46	288.403,66	014/050/051
0001-Monitoramento das Áreas do Território do DF	422.000,00	319.809,00	319.808,46	288.403,66	

Execução do Programa

A ação 1488-0002 – Concessões de Licenciamento Urbanísticos e Ambiental dos Assentamentos Informais teve sua dotação inicial contingenciada.

Na Ação 2402-0001– Monitoramento das Áreas do Território do Distrito Federal foram executados os seguintes projetos:

Projetos em Desenvolvimento	Objetivos	Realização
Contratos de Prestação de Serviços nºs 01, 02 e 05/2010 –	Realizar levantamentos topográficos cadastrais para subsidiar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local, de projetos de urbanismo (URB), memoriais	Produto 1 – Levantamento planialtimétrico cadastral do Subcentro Quadras 400/600 do Recanto das Emas – Produto Concluído.

SEDUMA, firmado com a Empresa Topocart.	descritivos (MDE), projetos altimétricos (ALT), projetos de drenagem (DRN), projetos de paisagismo (PSG), infraestrutura, projetos viários, regularização de áreas urbanas, etc. para atender à demanda da coletividade e do Governo do Distrito Federal, numa área estimada de 1.960 ha.	Produto 2 – Levantamento planialtimétrico cadastral da Via W2 Sul – Concluído. Produto 3 – Levantamento planialtimétrico cadastral do Setor Recreativo e Cultural, Administrativo, de Hotéis e Diversões e Comércio Central, Quadras 1 e 2 de Planaltina – Concluído.
Contratação de serviços técnicos endereçamento	Compatibilizar as bases de endereçamento do Distrito Federal com base nos sistemas da SEDUMA, AGEFIS e ECT.	Em desenvolvimento
Contratação de empresa especializada	Realizar o sensoriamento remoto nas áreas do Distrito Federal com dados em imagens de satélite de alta resolução do território do DF e instrumentalizar de forma adequada o planejamento urbano e atualização de bases de dados do SITURB.	Contrato em Execução

8. Programa 0650 – Informação para Todos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
1539-Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento Urbano, Territorial, Habitacional e Ambiental do Distrito Federal.	168.800,00	532.350,00	531.999,90	322.199,90	012/053
0001- Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento Urbano, Territorial, Habitacional e Ambiental do Distrito Federal.	168.800,00	532.350,00	531.999,90	322.199,90	
0005- Implementação dos Sistema de Informação para Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2434-Manutenção dos Sistema de Informação	590.800,00	613.661,00	613.660,45	245.230,81	013/054
0001-Manutenção dos Sistemas de Informação para a Planejamento Urbano, Territorial, Habitacional e Ambiental do DF	590.800,00	613.661,00	613.660,45	245.230,81	
0006-Manutenção dos Sistemas de Informação para Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	

Execução do Programa

Nas ações/Subtítulos 1539-0005 e 2434-0006, houve contingenciamento do valor total, por meio da Portaria SEPLAG nº27, de 11 de fevereiro de 2010 e assim permaneceram até o encerramento do exercício.

Nas Ações 1539-0001 e 2434-0001 foram executados os seguintes projetos:

Ação/subtítulo	Projetos em de Desenvolvimento	Objetivos	Realização
1539-0001 - Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento Urbano, Territorial, Habitacional e Ambiental do Distrito Federal	Aquisição de Firewall	Aquisição de dispositivo de controle de tráfego e segurança de rede, permitindo melhor controle de acesso à rede, mais segurança do sistema e monitoramento de uso.	Concluído
	Aquisição de sistema Storage e Library	Aquisição de dispositivo de armazenamento e backup de dados, dos sistemas com capacidade de 20 Tb de armazenamento.	Em fase de entrega dos produtos, instalação e treinamento.
2434- 0001- Manutenção dos Sistemas de Informação para a Planejamento Urbano, Territorial, Habitacional e Ambiental do DF	Renovação e finalização de contratos de locação de equipamentos	Renovação de contrato de locação de equipamentos.	Contrato em execução.

8.1 - No âmbito do Programa 0650 – Informação para Todos foram conduzidas pela Unidade de Tecnologia – UNTEC as seguintes atividades no exercício de 2010, conforme quadro abaixo:

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
Suporte Técnico aos Sistemas de Informação	Garantia de suporte técnico aos usuários de rede local de dados da Seduma, de forma a possibilitar e facilitar o desenvolvimento de suas atividades, operacionalizando os sistemas de informação.	Atendimento aos usuários desta Secretaria, de acordo com as solicitações diárias.
Aquisição de Equipamentos Servidores de Rede	Implementação de 07 (sete) equipamentos servidores da Marca DELL em um Rack para instalação dos mesmos. Os servidores adquiridos possibilitaram a implementação de segurança, maior disponibilidade e produtividade nas trocas de dados e ainda atendimento às demandas reprimidas e	Instalado e em pleno funcionamento

Projetos Desenvolvidos	Objetivos	Realização
	futuras dos diversos setores do órgão.	
Instalação do Software ArcView 9.3.1	Instalação de várias licenças adquiridas do software ArcView 9.3.1 e atualizações das já existentes na SEDUMA.	Instalado e em pleno funcionamento
Atualizações de Software	Obtenção e implementação de atualizações de licenças de Sistemas Operacionais, Sistemas Servidores e Aplicativos Comerciais.	Atualizações periódicas, à medida que são lançadas.
Treinamento em Ferramentas de Tecnologia da Informação.	Treinamento de técnicos em produtos Microsoft Cliente (MS PROJECT) e Servidor (MS PROJECT SERVER), BD ORACLE 11g, ArcView 9.3.1. e configuração de Switchs da Rede de dados da Secretaria.	Cursos ministrados de Banco de Dados Oracle, MS Project e Ativos de Rede.
Treinamentos Diversos	Treinamento a diversos técnicos sobre: Elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência, pelo TC-DF; Gestor de Contratos pela Escola de Governo.	Cursos realizados ao longo do ano com vários técnicos.
Políticas de Segurança	Melhoria da política de segurança com a aquisição de Software Antivírus e administração do software de atualização remota (WSUS) dos diversos softwares Microsoft presentes nas estações de trabalho e servidoras da rede. Manutenção de políticas de criação de contas e diretivas de grupos de usuários.	Treinamento de técnicos para instalação, manutenção, gerenciamento e controle através da console do antivírus da Symantec.
Execução e acompanhamento de contratos firmados	Execução, por parte dos técnicos, de vários contratos firmados no ano de 2010 e nos anteriores.	Acompanhamento com auxílio da UAG e AJL quando necessárias.
Implementação e Manutenção de Rotinas de Backup	Implementação e manutenção das diversas rotinas de backups, enviando dados diariamente para o Datacenter do GDF, onde são realizadas rotinas de salvos diários em mídias magnéticas.	Realização diária de backups dos servidores da SEDUMA.
Assinatura e renovação de contratos de direito de uso temporário de Software Microsoft.	Renovação do contrato cujo objeto é o direito de uso temporário de licenças Microsoft para diversos servidores, estações de trabalho e aplicativos.	Todas as licenças encontram-se instaladas nos diversos computadores da Secretaria. Contrato em Execução.
Atendimento HelpDesk	Atendimento a chamados técnicos pelos diversos setores e usuários da SEDUMA.	Atendimento de acordo com as solicitações diárias.
Elaboração de Pedidos de Compras	Elaboração de pedidos de compras de Hardware e Software conforme demanda incluindo a elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência.	Concluído
Administração da Rede de Dados	Administração da rede de dados com verificação diária de logs dos diversos sistemas, softwares e bancos de dados instalados na empresa, garantindo o funcionamento e disponibilidade da mesma.	Acompanhamento diário.
Serviços de impressão	Supervisão, Monitoramento e Suporte ao serviço de impressão da SEDUMA.	Acompanhamento diário.
Suporte a Multimídia	Agendamento, instalação/desinstalação e suporte a usuários no uso de DataShows e computadores para apresentações multimídias.	Concluído
Disponibilização de sala para treinamentos.	Instalação e controle de uma sala informatizada para realização de cursos e treinamentos – com toda estrutura de rede, internet e Datashow.	Sala montada com 11 computadores e disponibilização de projetor multimídia.
Manutenção e acompanhamento dos sistemas implantados na SEDUMA	Manter o funcionamento e disponibilização de acesso aos vários Sistemas desenvolvidos na SEDUMA.	Várias manutenções foram realizadas por solicitação de usuários no exercício de 2010.
Manutenção da Internet e Intranet da SEDUMA	Desenvolvimento de sites de vários Planos, bem como disponibilização de informações em geral referentes à SEDUMA e GDF.	Várias manutenções foram realizadas por solicitação de usuários no exercício de 2010.
Elaboração de Projeto Básico de Treinamento em Visual Studio 2008 e Sql Server 2008.	Tem por objetivo capacitar os técnicos da GESIS na utilização das novas ferramentas para desenvolvimento e banco de dados adquiridos pela SEDUMA.	Concluído
Elaboração de Projeto Básico para aquisição do Adobe Web Premium CS5	Permitir o desenvolvimento de Sistemas voltados para a Web, bem como dotar a Secretaria de ferramentas mais atualizadas.	Aguardando pregão a ser realizado no dia 24/11/2010
Elaboração de Projeto Básico para Contratação de Empresa para desenvolvimento de Sist. de Acomp. e de Licenc. de Edificações	Este Sistema tem por objetivo dotar a Secretaria bem como as Adm. Regionais de ferramenta para o controle dos licenciamentos de edificações no âmbito do Distrito Federal.	Aguardando Elaboração de edital pela Central de Compras do GDF.
Migração dos Bancos de Dados Microsoft SqlServer 2000 para 2005.	Migrar as Bases de Dados da Seduma para uma versão mais atualizada de Banco de Dados SQL SERVER.	Em análise da compatibilidade do Banco e das Tabelas entre o SQL 2000 e SQL 2005.
Manutenção de sistemas cedidos ao IBRAM	Auxiliar o IBRAM, disponibilizando técnicos especialistas em desenvolvimento de Sistemas para efetuar manutenção, bem como alterações nos Sistemas cedidos pela SEDUMA.	Manutenções Eventuais foram realizadas por solicitação do IBRAM.

9. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	84.400,00	34.016,00	34.016,00	33.162,00	007
8409-Capacitação de Recursos Humanos	84.400,00	34.016,00	34.016,00	33.162,00	
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	1.055.000,00	970.750,00	970.704,21	970.704,21	008/009/010
7010-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	1.055.000,00	970.750,00	970.704,21	970.704,21	

Execução do Programa

No âmbito do Programa 0750 – Gestão de Pessoas no subtítulo: 2655.8409 – Capacitação de Recursos Humanos realizadas as seguintes atividades:

- 02 servidores capacitados no Curso à distância de Pós Graduação em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística – Reabilitação ministrado pela Fundação Universidade de Brasília
- 10 servidores capacitados no Seminário Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos.
- 01 servidor capacitado no XIV Congresso Brasileiro de Arborização Urbana.

10. Programa 1200 – Desenvolvimento Habitacional

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
4023 –Cheque Moradia	0,00	5.791,00	0,00	0,0	056
0004 – Concessão do Cheque Moradia	0,00	5.791,00	0,00	0,00	
4045 – Gestão de Política Habitacional	0,00	0,00	0,00	0,00	052
0002 - Gestão da Política Habitacional do DF	0,00	0,00	0,0	0,00	

As ações acima foram incluídas no orçamento desta Secretaria devido à extinção da Secretaria de Estado de Habitação.

Inicialmente, a ação 4023—0004 – Concessão do Cheque Moradia foi incluída no orçamento da extinta Secretaria de Estado de Habitação, com o intuito de promover ações na área de habitação junto à população carente do Distrito Federal. Desta forma, foi instituído o Programa Cheque Moradia, criado pela Lei Complementar nº 794, de 19 de dezembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 30.070, de 18 de fevereiro de 2009.

Cumprе esclarecer que com a extinção da SEHAB, momento em que as atribuições e competências foram assumidas por esta Secretaria, realizou-se levantamento pormenorizado dos autos quanto aos trabalhos realizados. Insta salientar que foram envidados esforços com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos do Programa, todavia, inúmeras deficiências foram identificadas, as quais impediram esse propósito.

Quanto à ação/subtítulo 4045-0002- Gestão da Política Habitacional, vale destacar que com a extinção da Sehab, houve transferência da citada ação para esta Unidade, porém não foi criada no âmbito da estrutura desta Secretaria, uma área para tratar de assuntos afetos à área habitacional, ficando a cargo da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, criada pela Lei nº 4.020, de 25 de setembro de 2007, órgão vinculado a esta Secretaria, a coordenação e execução das ações relativas à política habitacional, assim com desenvolver os programas e projetos habitacionais.

11. Programa 1315 – Acessibilidade: Direitos de Todos**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
1968-Elaboração de Projetos	633.000,00	0,00	0,00	0,00	030
0005-Elaboração de Projetos de acessibilidade Urbana	633.000,00	0,00	0,00	0,00	

Execução do Programa

A ação 1968-0005 – Elaboração de Projetos teve sua dotação inicial contingenciada.

12. Programa 1318 – Revitalização da Cidade de Brasília**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
3028-Plano de Preservação da Área Tombada	2.597.720,00	1.064.304,00	1.064.303,33	197.042,20	015/016
0001-Uso e Ocupação do Solo, Preservação e Qualificação	1.797.720,00	985.211,00	985.211,00	197.042,20	
0002-Plano de Preservação de Áreas Tombadas no DF	800.000,00	79.093,00	79.092,33	0,00	
3646-Projeto de Revitalização do Setor Central	147.700,00	0,00	0,00	0,00	031
0001-Projeto de Revitalização do Setor Central	147.700,00	0,00	0,00	0,00	

Execução do Programa

Com o objetivo de executar a ação/subtítulo 3603/0001, esta Secretaria firmou com a União o Contrato de Repasse nº 281.287-88/2008, com repasse pela União do valor de R\$ 146.950,00 ao GDF, mediante contrapartida de R\$ 16.328,00. Após a realização de processo licitatório para contratação dos serviços de revitalização do setor Comercial Sul, verificou-se que os recursos eram insuficientes, razão pela qual optou-se pela devolução e assinatura de distrato com a União.

12.1 - No âmbito do Programa 1318 – Revitalização da Cidade de Brasília foram conduzidas pela Subsecretaria de Planejamento Urbano as seguintes atividades no exercício de 2010, conforme quadro abaixo:

Ação/subtítulo: 3028-0001- Uso e Ocupação do Solo, Preservação e Qualificação.

Projetos em de Desenvolvimento: Contratação de Prestação de Serviços de Consultoria

Objetivos	Realização
Elaborar a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, visando estabelecer normas urbanísticas destinadas a regular as categorias de usos, por tipo e porte, e definir as zonas e setores segundo as indicações de usos predominantes, uso conformes e não-conformes. Estabelecer, também, o conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona.	Produto 1 – Plano de Trabalho – Concluído Produto 2 – Leitura da Cidade Subproduto 2.1 – Diagnóstico – analisado, em fase de correções Subproduto 2.2 – Categorias de Usos – Concluído Subproduto 2.3 – Modelagem dos Coeficientes do PDOT – analisado, em fase de correções Subproduto 2.4 – Análise Morfotológica dos Núcleos Urbanos – analisado, em fase de correções Produto 3 – Formulação de Propostas Subproduto 3.1 – Propostas Preliminares, Subproduto 3.2 – Estudo de Impacto Subproduto 3.3 – Identificação de Áreas para Cálculo de ONALT e ODIR Subproduto 3.4 – Tabela de Usos, Subproduto 3.5 – Consulta Pública Subproduto 3.6 – Oficinas com Órgãos Setoriais, Subproduto 3.7 – Documento Técnico Subproduto 3.8 – Audiências Públicas por Unidade de Planejamento Produto 4 – Reformulação de Propostas Subproduto 4.1 – Documento Síntese de Propostas Subproduto 4.2 – Atualização do Documento Técnico Produto 5 – Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Subproduto 5.1 – Minuta do Projeto de Lei Complementar Subproduto 5.2 – Audiência Pública Subproduto 5.3 – Edição da Lei Complementar e atualização do Documento Técnico
Elaborar um plano visando a sistematização, revisão e detalhamento do uso e ocupação do solo; fixação de diretrizes e ações de preservação, assim como de projetos de qualificação urbana das áreas do conjunto urbanístico de Brasília.	Produto 1 – Projeto Básico: Subproduto 1A – Plano Geral de Trabalho – Concluído Subproduto 1B – Plano de Participação Popular – Concluído Produto 2 – Sist. dos instrumentos urbanísticos das áreas urbanas das RA I, XI, XIX e XXII: Subproduto 2A – RA XI, XIX e XXII – Concluído; Subproduto 2B – RA I – Concluído Produto 3 – Relatório Diagnóstico: Análise e revisão do Subproduto 3A – Relatório Preliminar – Em andamento Realização de reuniões com órgãos setoriais do GDF, de reuniões preparatórias para as Plenárias do Diagnóstico (10 a 13/03), de Plenárias do Diagnóstico (7 e 8/05), de oficina de discussão do Diagnóstico Preliminar (5 e 6/10) – Concluído

13. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
2426-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	219.440,00	15.096,00	15.095,38	15.095,38	017
0021-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da SEDUMA	219.440,00	15.096,00	15.095,38	15.095,38	

Execução do Programa

Ação/Subtítulo destina-se a manter o Programa de Reintegra Cidadão, por meio da contratação de serviços de mão de obra de sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

Por intermédio da Portaria SEPLAG nº 27, de 11 de fevereiro de 2010, foram cancelados 93% dos recursos previstos na lei orçamentária.

14. Programa 4400 – Cidade dos Parques**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
2428-Manutenção de Unidades de Conservação e Proteção Integral de Parques	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
9537-Revitalização do Parque Canjerana	100.000,00	0,00	0,00	0,00	

Execução do Programa

Trata-se de ação inserida no orçamento desta Secretaria de Estado por meio de Emenda Parlamentar e posteriormente vetada.

15. Programa 0001 – Programa para Operação Especial**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
9050-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	965.680,00	639.835,00	638.379,11	638.379,11	043/044
0052-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da SEDUMA	965.680,00	639.835,00	638.379,11	638.379,11	

Execução do Programa

Ação/Subtítulo executado através de pagamento de ressarcimento de salários de servidores cedidos a esta SEDUMA, sendo 03 servidores cedidos pela Polícia Civil do Distrito Federal e 01(um) pelo Banco do Brasil; de despesas com Reconhecimento de Dívidas de Exercício Findo; de indenizações de transportes, atividades externas e outras constantes da Folha de Pessoal Ativo; de restituição de taxas bancárias e tributos incidentes sobre rendimentos de aplicação financeira, pagos com recursos do Convênio e de ressarcimento em geral.

16. Informações Complementares

Com o advento do Decreto nº 31.698, de 18 de maio de 2010, alterado pelo Decreto nº 31.755, de 02 de junho de 2010, a Secretaria de Estado da Habitação foi extinta e suas competências e atribuições foram transferidas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA.

Com a extinção da SEHAB/DF, a SEDUMA, por meio da Diretoria de Gestão Administrativa/UAG, realizou gestões junto à Diretoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado de Fazenda, para fins de transferência dos saldos contábeis, orçamentários e financeiros para a Seduma.

17. Diagnóstico da Unidade

A SEDUMA tem como objetivo a formulação, desenvolvimento e execução de atividades voltadas para a preservação e saneamento dos recursos hídricos e ambientais e a realização de políticas públicas direcionadas ao planejamento urbano, para melhor uso e ocupação do solo no Distrito Federal.

Por meio da Lei nº 4.461, de 31 de dezembro de 2009 – LOA 2009 houve aprovação do orçamento, ocorrendo liquidação no montante de 81,87% do valor da despesa autorizada, sendo 80% com Pessoal e Encargos Sociais, 5% com Outras Despesas Correntes, 10% com Investimentos e 5% com Inversão Financeira.

Vale destacar que a Seduma a fim de maximizar seu desempenho intensificou as suas ações na área de capacitação, por meio da participação de servidores em cursos e outros eventos, que propiciaram a aprendizagem de novos conceitos e técnicas, visando à melhoria na prestação dos serviços e o comprometimento com o propósito da Administração Pública, na busca do cumprimento da missão institucional.

A SEDUMA com intuito de resguardar a segurança de seu acervo documental, investiu no aperfeiçoamento tecnológico e no aparelhamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, com a aquisição de Firewall e de Sistema Storage e Library, que permitiu uma maior segurança da rede e armazenamento dos dados.

A Seduma, ao longo do exercício de 2010, realizou, por meio das suas Subsecretarias, um rol de atividades, com intuito de dar cumprimento ao objetivo, para a qual a Secretaria foi criada. A seguir, quadro demonstrativo dessas atividades.

Atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento Urbano – SUPLAN

1. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT)	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Modelagem da Operação Urbana Consorciada do Eixo Ceilândia (Quadras QNN, ao longo da linha do Metrô)	Em andamento
Participação no Grupo de Trabalho de elaboração de Minuta do Projeto de Lei Complementar (PLC) para complementação do PDOT/2009	Concluído
Elaboração de consulta à PGDF sobre a validade da legislação dos setores habitacionais diante do PDOT/2009	Em andamento
Adequação do PDOT/2009 às ADINs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade)	Em andamento
Memoriais Descritivos das Macrozonas de Proteção Integral; das Zonas Urbanas, Rurais, de Contenção Urbana, Áreas de Proteção de Mananciais e Áreas de Interesse Ambiental	Em andamento
Mapeamento das Poligonais do PDOT/2009 no Sistema Cartográfico do Distrito Federal (SICAD), na escala 1:25.000 nas extensões "DWG" e "DGN"	Em andamento
Ajustes no Macrozoneamento devido aos Vetos do Poder Executivo	Concluído
2. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Análise e aprovação do Produto 1 – Plano de Trabalho	Concluído
Análise do Produto 2	Em andamento
Correção dos Coeficientes de Aproveitamento do PDOT/2009	Finalizada 1ª Revisão
Cronogramas (atualizações)	Finalizada 1ª Revisão
Disponibilização de bases cartográficas	Em andamento
Em andamento	Em andamento
3. Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Etapa 2 – Caracterização do Sítio – Produto 2 – Sistematização dos instrumentos urbanísticos das áreas urbanas das RA I, XI, XIX e XXII	Concluído
Análise e ajustes no Subproduto 2A (Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e Candangolândia)	Concluído
Análise e ajustes no Subproduto 2B (Plano Piloto)	Concluído
Etapa 3 – Produto 3 – Diagnóstico	Em andamento
Realização de reuniões com órgãos setoriais do GDF	Concluído
Realização de reuniões preparatórias para as Plenárias do Diagnóstico (10 a 13 de março)	Concluído
Realização de Reuniões Plenárias do Diagnóstico (7 e 8 de maio)	Concluído
Realização de oficina de discussão do Diagnóstico Preliminar (5 e 6/10)	Concluído
Análise e revisão do Subproduto 3A - Relatório Preliminar do Diagnóstico	Em andamento
Disponibilização de bases cartográficas	Concluído
4. Planos de Desenvolvimento Local (PDLs)	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Elaboração de Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local da UPT Central Adjacente 1	Em andamento
Elaboração de Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local da UPT Central Adjacente 2	Em andamento

Elaboração de Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local da UPT Oeste	Concluído
Elaboração de Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local da UPT Norte	Concluído
Elaboração de Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local da UPT Leste	Concluído
Elaboração de Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local da UPT Sul	Em andamento
PDL das UPTs Central Adjacente 1, Central Adjacente 2, Oeste, Norte, Leste e Sul	Em andamento
Vistoria/levantamento em todas as RAs	
Elaboração de fichas p/ diagnóstico	
Elaboração das rotas de mobilidade do Núcleo Bandeirante (PDOT – Art. 152, Incisos V,VI,VII)	Em andamento
Disponibilização de bases cartográficas	Concluído

5. Projetos de Urbanismo	
5.1. Projetos de Parcelamento Urbano	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Desenvolvimento do Projeto Urbanístico do Eixo Ceilândia	Em andamento
Projeto de Complementação da ADE Oeste- ETE Melchior, incluindo elaboração das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos (PUR)	Em andamento
Reestruturação da QNN 11 – Ceilândia (RA IX), incluindo elaboração das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos (PUR)	Em andamento
Setor Habitacional Coletivo Noroeste (SHCNW) – Etapa 2 – Revisão	Em andamento
Reformulação do Parcelamento dos Lotes 50, 51 e 52 da Quadra 912 do SGAS – Mitra	Em andamento
Criação de novos lotes para o Setor de Embaixadas Norte	Em andamento
Regularização das Estações do Metrô ao longo do Eixo Rodoviário Residencial Sul e de sua faixa de domínio	Em andamento
SMPW Quadra 06 Regularização da área ocupada pela 12ª CPMind – Park Way (RA XXIV)	Em andamento
Vila Olímpica da QNP 21 – Ceilândia (RA IX)	Em andamento
Expansão da QNO 06 – Ceilândia (RA IX)	Em andamento
Vila Olímpica da Quadra 119 AE 01 (Subcentro Oeste) – Samambaia (RA XII)	Concluído
Quadras QN 09, 11, 13 e 15 do Riacho Fundo I (RA XVII)	Em andamento
Quadra QS 16 do Riacho Fundo I (RA XVII)	Em andamento
Definição da Feira Permanente do Guará (RA X)	Em andamento
Definição do Lote do Trecho 09 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA (RA XXIX)	Concluído
ARs 21 a 25 (Ímpares), Sobradinho II (RA XXVI)	Concluído
Processo Nº 134.001.836/1998	
Setor Recreativo e Cultural / Vila Olímpica, Planaltina (RA VI)	Em andamento
Processo Nº 390.003.297/2007	
Tendas Culturais – Vila Vicentina - Planaltina (RA VI)	Em andamento
Processo Nº 390.006.199/2008	
Área Especial 01 do Setor Hospitalar - Planaltina (RA VI)	Em andamento
Processo Nº 390.000.520/2009	
Ampliação dos Lotes 10 e 10A do Setor Administrativo - Planaltina (RA VI)	Em andamento
Processo Nº 135.000.864/1999	
Área de Desenvolvimento Econômico – ADE - Planaltina (RA VI)	Em andamento
Processo Nº 030.003.488/2000	
Setor de Desenvolvimento Econômico – ADE - Planaltina (RA VI)	Concluído
Processo Nº 135.000.731/1996	
Quadras 120, 121 e 122, Santa Maria (RA XIII) – URB 117/00	Concluído
Vila Olímpica, Santa Maria (RA XIII) – URB 045/08	Revisar projeto
1ª Etapa do Riacho Fundo II (RA XXI) – URB 170/93	Em andamento
4ª Etapa do Riacho Fundo II (RA XXI) – URB 026/07	Projeto Registrado. Poligonal objeto de ajustes pela Terracap
2ª Etapa do Riacho Fundo II (RA XXI) – URB 77/98	Concluído
QI 1 a QI 7 e Praça 1 do Setor Leste, Gama (RA II) – URB 025/09	Em andamento
Centro Urbano do Recanto das Emas (RA XV) – URB 020/07	Concluído
Regularização da cidade de São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Redesenho e adequação da URB/MDE/NGB para a cidade de São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Acompanhamento do redesenho da URB para a cidade do Paranoá (RA VII)	Concluído
Quadra Residencial no Itapoã (RA XVIII) – para abrigar famílias do Varjão e removidas pela implantação do asfalto em Itapoã	Em andamento
Projeto urbanístico para inclusão da ADE do Paranoá no projeto de regularização (RA VII)	Em andamento
Lote da CEB, Setor CNH 3, Taguatinga	Em andamento

5. Projetos de Urbanismo	
5.2. Projetos de Revitalização Urbana (paisagismo, mobiliário urbano, estacionamento)	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Programa de Revitalização da Avenida W3	Em andamento
Revitalização da Avenida Comercial de Brazlândia	Em andamento
Projeto de acessibilidade para a Esplanada dos Ministérios	Concluído
Programa de Revitalização dos Setores Centrais de Brasília	Em andamento
Projeto Executivo de Readequação da Via W2	Em andamento
Estudo de ampliação dos estacionamentos do SAF/Sul	Em andamento
Elaboração de projeto urbanístico para estacionamento do Tribunal Superior do Trabalho	Concluído
Definição da poligonal do Bosque dos Tribunais e criação de estacionamentos públicos no	Concluído

SAF/Sul	
Reformulação de estacionamento – SHIN CA 05 (entre os Lotes C3/C4 e D1/D2) – Lago Norte (RA XVIII)	Em andamento
Projeto de Abrigo de Táxi no SMPW, área próxima ao Aeroporto (RA XXIV) – URB 103/10	Concluído
Projeto de Revitalização da Quadra Central - Sobradinho (RA V) Processo Nº 260.000.803/2001	Concluído
Setor Comercial da Quadra 08 - Sobradinho (RA V) Processo Nº 260.027.106/2002	Em andamento
Entrequadras EQNM – Ceilândia (RA IX)	Em andamento
Eixo QNM Ceilândia (QNM 11, 13, 15, 12, 14, 16 e CNM 01 e 02) – Ceilândia (RA IX)	Em andamento
Expansão do Setor "O" – Ceilândia (RA IX)	Em andamento
Centro Comunal do Guará (RA X)	Em andamento
Revitalização da Avenida São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Praça Linear 01 na cidade de São Sebastião (RA XIV)	Concluído
Praça Linear 02 na cidade de São Sebastião (RA XIV)	Concluído
Praça Linear 03 na cidade de São Sebastião (RA XIV)	Concluído
Praça Linear 04 na cidade de São Sebastião (RA XIV)	Concluído
Praça Linear 05 na cidade de São Sebastião (RA XIV) – abrigando unidade do CRAS	Em andamento
Complexo Vivencial e Esportivo na cidade de São Sebastião, abrigando Vila Olímpica, 2 escolas e projetos de governo. (RA XIV)	Em andamento
Criação de três lotes para implantação de escolas em São Sebastião, sendo duas em caráter emergencial. (RA XIV)	Em andamento
Criação de lote para escola no Setor de Grandes Áreas, Paranoá (RA VII)	Em andamento
Propostas de permuta de lotes para EPCs junto às secretarias afins – UPT Leste	Em andamento
Criação da Praça Cívico-Administrativa em São Sebastião, abrigando quiosques, Biblioteca Pública e Telecentro inclusivo (RA XIV)	Concluído
Revitalização da Praça do Posto de Saúde no Paranoá (RA VII)	Concluído
Proposta de alteração da Quadra 04 do Paranoá – área degradada lindeira à escola e ao Instituto Madalena Caputo (RA VII)	Em andamento
Projeto de estacionamento no Setor Comercial do Jardim Botânico, Etapa I do PDL (RA XXVII)	Concluído
Criação de parque de uso misto junto à Escola São Francisco em São Sebastião (RA XIV)	Encaminhado à SUMAM para análise e formação de Grupo de Trabalho
Criação de Horta Urbana na Praça Linear 02 em São Sebastião e célula máster no Parque do Bosque (RA XIV)	Em andamento
Requalificação de ELUPs para abrigar quiosques, com implantação de praças	Concluído
Criação de Praça Linear ao longo da DF-001, na Etapa I do SHJB (RA XXVII)	Concluído
Estacionamentos Padrão	Concluído
Parque Beira Rio, Núcleo Bandeirante	Em andamento
Parque Central de Águas Claras	Em andamento
Parque Vivencial QNO 06 de Ceilândia	Em andamento
Parque Sul, Águas Claras	Em andamento
Parque Telebrasil Unieuro	Concluído
Parque Vivencial Setores G/H Norte, Taguatinga	Em andamento
Praça Quiosques Setor Bancário Sul (RA I)	Concluído
Praças Metrô, Águas Claras	Em andamento
Projeto Orla Pólos 1 e 3	Em andamento
Revitalização Quadras 10-11-12 de Sobradinho	Em andamento
Quadra 602, Recanto das Emas	Em andamento
Revitalização do Setor Comercial Sul (RA I)	Em andamento
Gestão de Áreas Públicas - Sistema Verde Integrado	Em andamento
Elaboração de rotas de mobilidade no Núcleo Bandeirante	Em andamento

5. Projetos de Urbanismo**5.3. Projetos de Intervenções Viárias**

Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Estudo Preliminar de reformulação do sistema viário do Setor de Autarquias Norte (SAUN)	Concluído
Correção do Projeto de Alteração do Sistema Viário - Samambaia (RA XII)	Em andamento
Alteração da rótula do cruzamento da Avenida São Sebastião com a Avenida Comercial, em São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Alteração de rótulas e adequação de retornos ao longo da DF-001 no Jardim Botânico (RA XXVII)	Em andamento
Criação de via elevada em área com comprometimento ambiental ligando-se à Avenida do Sol – Etapa I do Jardim Botânico (RA XXVII)	Concluído
Análise de ruas sem saída na cidade de São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Propostas de elaboração de vias para fluidez e interligação de toda a UPT Leste	Em andamento
Avenida Boulevard de Águas Claras	Inicial
Eixo de Circulação e Avenida de Atividades (RA XXVII)	Em andamento
Passagem de Pedestres e Estacionamento (Traffic Calming) QNA e QND Taguatinga	Em andamento

5. Projetos de Urbanismo**5.4. Normas Urbanísticas (elaboração ou revisão de NGB, PUR, dentre outras)**

Atividades	Estágio de Desenvolvimento
------------	----------------------------

Inclusão de nota na NGB 137/98 – Pólo 8 (RA I)	Concluído
Definição de Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB, para o lote destinado à Catedral Militar do Brasil, no Eixo Monumental (RA I)	Inicial
Elaboração de Projeto de LC para cercamento de áreas residenciais no Cruzeiro Velho	Em andamento
Criação de Normas de Edificação, Uso e Gabarito para o Setor Policial Sul	Inicial
Minuta da NGB do Centro Comercial Gilberto Salomão – Lago Sul (RA XVI)	Concluído
NGB para a AE 01 para Indústrias – Setor Ind. de Sob. Processo nº 134.000.443/1999	Concluído
ARs 01 a 09 da Qd.17 (RA V) Definição de cotas de amarração. Proc. nº 390.000.589/2009	Em andamento
Ocupação de lotes Categorias L1 e L2, Samambaia (RA XII) – Alteração da PUR 049/07	Em andamento
NGB do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA (RA XXV)	Concluído
NGB do Trecho 17 do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA (RA XXIX)	Concluído
Revisão do Plano Diretor Local do Gama (RA II)	Em andamento
Cidade de São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Cidade do Paranoá (RA VII)	Concluído
Cidade do Itapoã (RA XXVIII)	Em andamento
Lei do 4º Pavimento na cidade do Paranoá (RA VII)	Em andamento
Elaboração de NGBs e MDEs para os projetos de revitalização urbana em São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Revisão das normas do sistema viário – Decreto 26.048, de 20 de julho de 2005	Em andamento

6. Diretrizes Urbanísticas, Estudos Urbanísticos e Planos de Ocupação	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Análise do EPVT e Plano de Ocupação da gleba do HFA	Concluído
Análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) do Setor Leste Industrial do Gama	Concluído
Definição de área e diretrizes para ocupação do Estádio Mané Garrincha	Concluído
Plano de Ocupação e parâmetros de uso e ocupação para o Parque de Exposições de Planaltina (RA VI) Processo Nº 390.006.849/2008	Em andamento
Plano de Ocupação para o Parque do Bosque em São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Plano de Ocupação do Setor Habitacional Itapoã (RA XXVIII)	Em andamento
Plano de Manejo da ARIE Mato Grande em São Sebastião (RA XIV)	Projeto Básico concluído
Estudos Urbanísticos para implementação de EPCs, EPUs, vias alternativas e área verde nas cidades do Jardim Botânico (RA XXVII) e São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Acompanhamento dos procedimentos referentes ao Provimento nº. 2 (19/04/2010) da Corregedoria do TJDF sobre averbação de reserva legal	Concluído
Diretrizes Urbanísticas – Mansões Paraíso	Concluído
Diretrizes Urbanísticas – QNR, Ceilândia	Concluído
Diretrizes Urbanísticas – Setor Habitacional Arapoanga	Concluído
Diretrizes Urbanísticas – Setor Habitacional Mestre D'Armas	Concluído
Destinação de área para construção de aeroporto alternativo	ADIN / aguardando
Diretrizes Urbanísticas – Quadras 11, 13, 15, 17, Riacho Fundo	ADIN / aguardando
Diretrizes Urbanísticas – Expansão de Santa Maria	ADIN / aguardando
Diretrizes Urbanísticas – Ponte de Terra	ADIN / aguardando
Diretrizes Urbanísticas – Arniqueira, Bernardo Sayão e ocupações irregulares no SMPW	ADIN / aguardando
Diretrizes Urbanísticas – Residencial Città	Em andamento
Diretrizes Urbanísticas – ARIS Núcleo Urbano de São Sebastião	Em andamento
Macro-Diretrizes Urbanísticas – Estrada do Sol	Em andamento
Diretrizes Urbanísticas – Colônia Agrícola Sucupira	Em andamento
Diretrizes Urbanísticas – ARINE Taquari I e II	Em andamento
Diretrizes Urbanísticas – Privê Lago Norte	Em andamento
Diretrizes Urbanísticas – Porto Seguro	Em andamento
Monitoramento: Elaboração de proposta geral de monitoramento	Concluído
Monitoramento: Relatório de Monitoramento dos parcelamentos	Concluído
Indicação de áreas para monitoramento de imagens junto à SUCON	
Novas áreas para cemitérios no DF – GT Necrópoles: Definição de Novas Áreas para Cemitérios de Humanos e de Animais	Em andamento
Novas áreas para cemitérios no DF – GT Necrópoles: Processo de Aprovação da Área do Cemitério em Ceilândia	Concluído
Novas áreas para cemitérios no DF – GT Necrópoles: Elaboração de DECRETO para resguardar as áreas destinadas à implantação de novas necrópoles no DF	Em andamento
Novas áreas para cemitérios no DF – GT Necrópoles: Elaboração de NGB/MDE de CREMATÓRIO no Cemitério Campo da Esperança no Plano Piloto	Em andamento
Novas áreas para cemitérios no DF – GT Necrópoles: Elaboração de NGB/MDE - PUR relativa a implantação do Cemitério de Ceilândia	Em andamento
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Concepção/desenvolvimento do Método	Em andamento
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Sistemas Estruturantes da Cidade	Concluído
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Elaboração Mapas Básicos (dados brutos)	Concluído

6. Diretrizes Urbanísticas, Estudos Urbanísticos e Planos de Ocupação	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Mapa de Condicionantes Ambientais – Versão Expedita	Em andamento
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Tabela de Condicionantes Ambientais - DF	Em andamento
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: MCA/ Tabela de Cond. Amb. –Estrada do Sol	Concluído
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Condicionantes Urbanísticas	Concluído
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Análise integrada das condicionantes ambientais e urbanísticas	Concluído
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Diretrizes Urbanísticas para a região	Em andamento
Método Brasília de Avaliação das Aptidões e Sensibilidades do Território: Elaboração do Documento Técnico : MAPS (registro da experiência piloto)	Em andamento
Plano de Estruturação Urbana – PEU/Experiência Piloto: Região da Estrada do Sol: Análise/ proposição dos componentes do Sistema Estruturante.	Concluído
Plano de Estruturação Urbana – PEU/Experiência Piloto: Região da Estrada do Sol: Elaboração do Documento Técnico: PEU	Em andamento

7. Implementação do SITURB e do SICAD	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Conferência e correção das Bases Georreferenciadas de projetos elaboradas pela GELAG, referentes as Regiões Administrativas do Lago Sul, Lago Norte, Park Way e Varjão	Em andamento
Elaboração de Sistema de Informação: Base de dados georreferenciados sobre projetos urbanísticos do DF	Em andamento
Implantação do Sistema de Gestão Territorial	Em andamento
Disponibilização das folhas do SICAD na escala 1:10.000	Em andamento

8. Implementação do SISPLAN	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Elaboração das Minutas de Decreto dos Conselhos do SISPLAN	Concluído

9. Termos de Referência e Projetos Básicos	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Termo de Referência para elaboração de estudos complementares do VLT em cumprimento da Ação Civil Pública 2009.01.1.161850-3	Concluído
Análise do EPVT do Centro Comercial Gilberto Salomão – Lago Sul (RA XVI)	Concluído
Análise do Projeto do SMPW, área próxima ao lote do Aeroporto (RA XXIV)	Concluído
Análise do Projeto de Estacionamento SMDB AE 01 e 02 (RA XVI)	Concluído
Análise do Projeto do SMDB AE 03 e criação da AE 04 (RA XVI)	Concluído
Análise do Projeto do SHIS QI 17, área de parcelamento futuro (RA XVI)	Concluído
Análise do Projeto SMPW Quadra 06 12ª CPMind. (RA XXIV)	Em andamento
Projeto Básico – 4ª Conferência Distrital das Cidades	Concluído
Elaboração de Projeto Básico para implantação de Observatório de Transações Imobiliárias e aprovação Fundurb	Concluído
Parque Vivencial QNO 06 Ceilândia (Fundurb)	Em andamento
Parque Vivencial Setores G/H Norte Taguatinga (Fundurb)	Em andamento
Praças Metrô Águas Claras (Fundurb)	Inicial
Revitalização Quadras 10-11-12 de Sobradinho (Fundurb)	Em andamento
Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – SCS	Concluído
Termo de Referência Contratação de Serviços Topográficos	Concluído
Termo de Referência Programa de Reabilitação Áreas Urbanas Centrais – SCS	Concluído
Projeto Básico Montagem do Banco de Dados Imobiliários do Distrito Federal (contribuição)	Concluído

10. Acompanhamento de Estudos Diversos e de Projetos de Urbanismo	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Acompanhamento do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) em andamento pela Empresa Ecotech para o Projeto Especial das Quadras 100 Ímpares e Subcentro Oeste de Samambaia	Em andamento
Acompanhamento do Relatório de Impacto Ambiental Complementar (RIAC) em andamento pela Empresa Ecotech para o Projeto de Complementação do Parcelamento do Riacho Fundo II, ao longo da DF-001 (adensamento da faixa de domínio do Metrô)	Em andamento
Acompanhamento do Estudo de Tráfego para o Setor Sudoeste em andamento pela empresa AeT	Concluído
Acompanhamento do Estudo de Tráfego para a Quadra 301 de Águas Claras em andamento pela empresa EGL	Em andamento
Acompanhamento do Estudo de Tráfego para o Setor Industrial do Gama em andamento pela empresa Geológica	Em andamento
Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em andamento pela Empresa PROGEA para Estudo Preliminar da Expansão do Centro Metropolitano	Em andamento
Acompanhamento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) da Avenida Central e Avenida Contorno do Guará	Em andamento

Acompanhamento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) do SGCV, Guará	Em andamento
Acompanhamento dos Estudos Complementares do VLT em cumprimento da Ação Civil Pública 2009.01.1.161850-3	Em andamento
Análise do Projeto de Readequação da Estrada do Setor Policial Militar (ESPM) – Estudos de Tráfego (RA I)	Em andamento
Projeto de Acessibilidade do Jardim Zoológico de Brasília	Em andamento
Comissão Técnica de Análise dos Produtos - Bases georreferenciadas	Concluído
Comissão da Norma Técnica EPC/EPU	Concluído
Comissão APA do Paranoá	Em andamento
Conselho Local de Planejamento (CLP) da RA XVI	Constante
Apresentação EPVT do Centro Comercial Gilberto Salomão ao CLP da RA XVI	Concluído
Regularização da ocupação urbana da Chácara Buritizinho e área de expansão urbana de Sobradinho II. Processo Nº 030.006.047/1992	Concluído
Ecopontos	Concluído
Vila Olímpica de Planaltina	Em andamento
Parcelamento da Área do DER – Setor Habitacional Região dos Lagos – Residência Alto Colorado – Sobradinho II	Concluído
Parcelamento da Área da CIPLAN – Gleba Queima Lençol – Sobradinho – Processo Nº 134.000.573/2004	Concluído
Análise e correção da PUR do Condomínio Mansões Entre Lagos – Sobradinho	Em andamento
Análise do EIV do SMAS e SGCV do Guará	Em andamento
Análise do EIV da Avenida Central e do Contorno – Guará	Em andamento
EPVT da QE 05 Área Especial D, Guará	Em andamento
Projeto de Urbanismo – URB 112/10 do Pólo Logístico do Recanto das Emas (RA XV) (antigo Pólo Atacadista) encaminhado pela Terracap	Em andamento
Projeto de Urbanismo – URB 110/09 do Trecho 1, Conjunto 10 do Pólo JK, Santa Maria, encaminhado pela Terracap	Em andamento
Acompanhamento da Regularização da cidade de São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Acompanhamento da Regularização da Etapa I do Setor Habitacional Jardim Botânico – SHJB (RA XXVII)	Em andamento
Acompanhamento da Regularização da Etapa III do Setor Habitacional Jardim Botânico – SHJB (RA XXVII)	Em andamento

11. Participação em Comissões e Grupos de Trabalho	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Participação no Conselho de Transporte Público do DF	Em andamento
Participação na Comissão do FUNDURB	Em andamento
Participação na Comissão Interinstitucional para a análise de estudos complementares sobre o Veículo Leve Sobre Trilhos - Portaria nº 80, de 26 de Julho de 2010	Em andamento
Participação na Comissão de Acompanhamento Sistemático de Implantação do Setor Habitacional Noroeste – Decreto nº 31.070, de 23 de novembro de 2009	Em andamento
Grupo Executivo com a atribuição de implantar e coordenar as medidas de regularização propostas para o plano de ação para a Vila Planalto	Inicial
Comissão Especial de Acompanhamento do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)	Em andamento
Comissão de Acompanhamento e Recebimento do Proj. Executivo de acessibilidade para o JZ	Em andamento
Grupo de Trabalho com o objetivo de revisar e propor legislação referente à implantação e regularização de infraestrutura de telecomunicações do tipo Estações Rádio Base – ERBs	Em andamento
Comissão Especial para instrução dos trabalhos para tombamento do conjunto da obra do paisagista Burle Marx	Em andamento
Grupo de Trabalho para regularização de eventos temporários na Esplanada dos Ministérios	Em andamento
Comissão de Acompanhamento do Levantamento da Base de Dados Georreferenciados de Sobradinho e Sobradinho II (Topocart)	Concluído
Comissão de Acompanhamento do Levantamento da Base de Dados Georreferenciados de Planaltina (Topocart)	Em andamento
Regularização fundiária das áreas ocupadas pelo Metrô	Em andamento
Grupo de Trabalho para definição da poligonal do Parque do Cortado	Concluído
Grupo de Trabalho – Projetos viários em diversos locais do DF (Extrema)	Concluído
Grupo de Trabalho – Projetos viários em diversos locais do DF (A&T)	Concluído
Conselho do Transporte Público Coletivo do DF: participação como membro suplente	Em andamento
Comissão Técnica de Avaliação dos Produtos Elaborados pela TOPOCART, cujo objeto é a elaboração de Sistema de Informações de BD Georreferenciados de Projetos Urbanísticos	Em andamento
Acompanhamento de elaboração de projeto contratado: Água Quente – Recanto das Emas	Em andamento
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal	Em andamento
Grupo de Trabalho – Criação da Praça da Juventude na cidade do Itapoã (mini Vila Olímpica)	Em andamento
Grupo de Trabalho – Implantação do Terminal Rodoviário na cidade do Itapoã	Em andamento
Grupo de Trabalho – Análise da Tabela de Classificação de Atividades	Em andamento
Comissão de Acompanhamento do Contrato nº 08/2009 – Norma Técnica EPC e EPU	Concluído
Grupo de Trabalho – Plano de Ocupação preliminar para quiosques em São Sebastião	Em andamento
Grupo de Trabalho – Projeto Caminho das Águas/PDL	Em andamento
Plano de Ocupação para o Parque do Bosque em São Sebastião	Em andamento
Grupo de Trabalho – Diretrizes gerais São Sebastião – MARPS	Em andamento
Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal	Em andamento

Regularização Vila Cauhy	Em andamento
Plano Diretor Drenagem Urbana do DF – PDDU	Concluído
Comissão PDL	Em andamento
Grupo Necrópoles – Escolha de áreas para implantação de cemitérios	Em andamento

12. Organização de Eventos, Seminários e Conferências	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Seminário Internacional Brasília Metropolitana – Brasília 50 Anos	Concluído
Consulta Pública em São Sebastião (RA XIV)	Concluído
4ª. Conferência Distrital das Cidades	Concluído
Prêmio Santiago de Compostela (participação)	Concluído
Seminário “Aliança das Capitais”	Concluído

13. Capacitação Técnica	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Seminário “Aliança das Capitais”	Concluído
4ª Conferência Distrital das Cidades	Concluído
I Seminário do Programa Rural Sustentável	Concluído
Curso de formação em ArcGIS	Concluído
Curso de ArcGIS Desktop II e III	Concluído
Curso Arcview	Concluído
Curso de Autocad 2D	Concluído
Curso de Gerenciamento do Processo de Edição no Geodatabase Multiusuário	Concluído
Curso de Configuração e Tuning de ArcGIS Server para Oracle	Concluído
Curso de Introdução ao Image Server	Concluído
Curso de Image Analysis	Concluído
Curso de Especialização em Geoprocessamento	Em andamento

14. Execução de Contratos	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Técnica para Elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) - N.º 014/2009 Seduma/RS Projetos Ltda.	Em andamento. Vigência do Contrato: até meados de agosto/2011
Contratos de topografia 01/2010, 05/2010 e 06/2010 (*) a execução do contrato esteve a cargo de servidor da GESUD até agosto/2010	Em andamento
Projeto Básico da 4ª. Conferência Distrital das Cidades	Concluído
Projeto Básico de Complementação do Projeto do Setor Comercial Sul para o FUNDURB	Em andamento
Avaliação dos produtos referentes ao contrato: Elaboração do Sistema de Informação: Base de Dados Georreferenciados sobre Projetos Urbanísticos. Contrato nº018/2010	Em andamento

15. Cooperação Técnica	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Acompanhamento e subsídios para o contrato para elaboração da via contorno na cidade de São Sebastião (RA XIV)	Em andamento
Acompanhamento e subsídios para o contrato para elaboração da via contorno na cidade do Jardim Botânico (RA XXVII)	Em andamento
Acompanhamento e subsídio para elaboração de revitalização da Avenida do Sol, Jardim Botânico (RA XXVII)	Em andamento
Identificação e elaboração de lotes para abrigar demandas para a cidade do Itapoã em conformidade com o Plano de Ocupação (RA XXVIII)	Em andamento
Execução de atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica com objetivo de compatibilização de banco de dados, entre Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDUMA) e Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS). Processo nº390.001.481/2007	Em andamento

16. Publicações Técnicas	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Edição do Livro Brasília 50 Anos	Concluído

17. Trabalhos de Rotina	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Análise de processos e expedientes (ofícios, cartas, requerimentos, memorandos) e elaboração de pareceres técnicos	Constante
Reuniões com as Administrações Regionais, com os órgãos setoriais do GDF	Constante
Vistorias nas cidades de Brasília, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Park Way, SIA, SCIA, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Guará, Águas Claras, Vicente Pires, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico, Itapoã, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Gama e Santa Maria	Constante
Atendimento ao Público e a outras unidades orgânicas da SEDUMA	Constante
Apresentação – Histórico e funcionamento dos Conselhos de Urbanismo do DF	Concluído
Resposta aos Requerimentos, Processos, Ofícios e Intimações relacionados ao PDOT, consultas sobre o Zoneamento; Atendimento aos interessados	Constante
Revisão da norma técnica nº3 (ênfase guará)	Em andamento
Estudos de áreas para cemitérios (GEDIN / GETER)	Em andamento

Elaboração de Mapa de Declividade do DF na escala 1:10.000	Em andamento
Subsídios Material e técnico à elaboração do MARPS (GEDIN / GETER)	Em andamento
Mapeamento dos vazios urbanos do Núcleo Bandeirante e Águas Claras (GEDIN / GEESP)	Em andamento
Monitoramento do parcelamento, uso, ocupação e da gestão urbana e territorial (GEDIN / GETER)	Em andamento
Conversão em SIG de Projetos Urbanísticos para Alimentação do SITURB	Em andamento
Treinamento Ministrado sobre ARC GIS 9.X	Em andamento
Treinamento Ministrado sobre ARC VIEW 3.2	Concluído
Levantamento de borda de chapada do DF em zonas urbanas a partir de análise por estereoscopia	Concluído
Elaboração do mapa das áreas de risco do DF (GEDIN/DEFESA CIVIL)	Concluído
Acompanhamento para estudos dos Planos de Desenvolvimento Local – PDLs	Em andamento
Disponibilização do SITURB ao público	Em andamento
Disponibilização do SICAD ao público	Em andamento
Manutenção da base de dados do SITURB	Em andamento
Manutenção da base de dados do SICAD	Em andamento
Transformação das fotos aéreas analógicas em digitais para alimentação do SICAD	Em andamento

Atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Controle Urbano – SUCON:

1. Análise e Parcelamento Urbano		
Atividades	Objetivo	Estágio
1.1 – Instrução Normativa - Elaboração de Instrução Normativa referente ao Decreto nº 28.864/2008	Fornecer ao Empreendedor as principais ações necessárias à elaboração e efetivação de um parcelamento.	Em andamento
1.2 – Manual de Procedimentos - Manual contendo procedimentos para a elaboração de projetos urbanísticos para parcelamento de solo urbano no âmbito do Distrito Federal	Fornecer ao Empreendedor as principais ações necessárias à elaboração e efetivação de um parcelamento	Em andamento
1.3 – Código de Parcelamento do Solo para fins Urbanos - Elaboração de Documentos Técnicos.	Elaborar Documentos Técnicos para maior compreensão da legislação e procedimentos referentes ao parcelamento de solo urbano no DF.	Em andamento
1.4 – Documentos Técnicos - Elaboração de Documentos Técnicos	Elaborar Documentos Técnicos para maior compreensão da legislação e procedimentos referentes ao parcelamento de solo urbano no DF	Em andamento
1.5 – Análise de Processos - Análise de processos de parcelamento de solo urbano no DF:- Fornecer diretrizes urbanísticas;- Analisar e dar encaminhamento às diversas etapas de projetos;- Conferir a aplicação das diretrizes fornecidas;- Prestar esclarecimentos;- Conferir documentação (solicitando ao interessado);- Aprovar o projeto de parcelamento	Aprovar projetos de parcelamento urbano no DF segundo a legislação vigente.	Em andamento
1.6 - Mapas de aptidões e restrições ambientais ao parcelamento de solo - MARPS	Vetorização de atributos em mapas para trabalho de sobreposição indicando áreas susceptíveis de parcelamento urbano - Apoio à GETER	Em andamento
1.7 – Diretrizes Urbanísticas - Subsídios para emissão de diretrizes urbanísticas	Planejamento de diretrizes urbanísticas em áreas de interesse DIPAR/GRUPAR para subsidiar a GETER/SUPLAN	Em andamento
1.8 - Analisar a situação dos empreendimentos e dar encaminhamento às diversas etapas de projetos	Verificar a situação da área quanto a ocupação, situação e interferências para o processo de parcelamento Urbano	Em andamento

2. Auditoria e Controle Urbano		
Atividades	Objetivo	Estágio
2.1 –Elaboração do Roteiro de Auditoria	Estudos da metodologia do Plano de Controle Urbano; caracterização das etapas do Plano de Verificação; Sistematização dos papéis de trabalho; Formatação dos modelo;	Em andamento
2.2 - Contratação de Projeto de Sistema para Preenchimento do Informativo de Aprovação de Projetos	Elaboração de minuta de projeto básico; definição dos requisitos do sistema, elaboração do projeto básico; licitação.	Em andamento
2.3 - Aprimoramento do Informativo para aprovação/visto de projeto	Análise de sugestões e contribuições recebidas, proposição de adequação do formulários, formatação do modelo de formulários.	Em andamento
2.4 - Contribuições para LUOS	Levantamento de dados dos Planos de Verificação realizados; sistematização dos dados; consolidação dos resultados referentes ao Uso; - elaboração dos relatórios: SIG - RA I e CSG - RA III; consolidação dos resultados referentes à cota de soleira; - elaboração dos relatórios: CA - RA VIII e Samambaia - RA XII; consolidação dos resultados referentes ao afastamento mínimo; elaboração dos relatórios: Samambaia - RA XII, Ceilândia - RA IX, Taguatinga - RA III e Águas Claras - RA XX.	Em andamento
2.5 - Contribuições para revisão de legislação ONALT/ODIR	Pesquisa de procedimentos de pagamento parcelado; identificação de pontos críticos.	Em andamento

2.6 - Plano de Verificação - RA X	Levantamento dos empreendimentos aprovados no Guará; Elaboração das matrizes de planej. e de procedimentos; Adeq. dos papéis de trabalho	Em andamento
2.7 - Plano de Verificação - RA III	Levantamento das áreas de projeto; levantamento das áreas de projeto; Elaboração do relatório: PV 20/2008.	Em andamento
2.8 - Monitoramento dos Planos de Verificação	Elaboração de minuta de proposta do plano de monitoramento; Elaboração de minuta de proposta do plano de avaliação	Em andamento
2.9 - Comissão Permanente do Código de Edificações - CPCOE	Participação em reuniões	Contínuo

3. Edificações		
Atividades	Objetivo	Estágio
3.1 - Código de Edificações	Análise das contribuições recebidas; Destaque dos itens a serem incorporados pela LUOS e pelo PPCUB; Elaboração de Relatório-síntese das decisões; Suporte ao funcionamento da CPCOE.	Em andamento
3.2 - Contratação de Estudo de Iluminação, Ventilação e Envoltória para o CE/DF	Pesquisa de orçamentos; Reaprovação do FUNDURB; Consulta à Procuradoria Elaboração de critérios técnicos para Edital	Concluído
3.3 - Código de Posturas	Rediscussão sobre o encaminhamento; Reencaminhamento da questão; Formulação de novo Plano de Trabalho; Pesquisa da legislação; Elaboração da Minuta do Título I - Higiene Pública e Qualidade Ambiental Encaminhamento para órgãos externos Formação de Grupo de Trabalho; Recebimento de sugestões e discussão	Concluído
3.4 - Compensação Urbanística	Análise da legislação; Discussões Iniciais; Formulação de minuta.	Concluído
3.5 - Cobertura de quadras esportivas em escolas	Reformulação da minuta; Consulta à Procuradoria; Discussão com órgãos externos; Finalização da minuta.	Concluído
3.6 - Indicadores Urbanísticos	Análise da 1ª versão dos Produtos 2 e 3; Análise da 2ª versão dos Produtos 2 e 3; Análise da 3ª versão dos Produtos 2 e 3; Elaboração de Relatório Final de Rejeição dos Produtos; Resposta do Recurso da empresa; Discussão do novo encaminhamento do trabalho com a GETER/SUPLAN; Obtenção de dados junto à Secretaria de Educação	Concluído
3.7 - Regulamentação da Instalação de Estações de Rádio-Base - ERBs	Finalização de Projeto de Lei; Consulta à Anatel sobre aplicação da Lei Federal nº 11.934/2009; Formação de Grupo de Trabalho; Reformulação da minuta; Encaminhamento para órgãos externos; Discussão com órgãos externos; Ajuste final da minuta	Concluído
3.8 - Reg. de Adoção de Praças	Reestruturação da minuta de decreto	Concluída a reest. da minuta do Decreto.
3.9 - Tabela Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE	Elaboração de Minuta de Decreto; Discussão com demais unidades da Seduma; Reformulação da minuta.	Concluída a reestruturação da minuta do Decreto.
3.10 - Aprovação de Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers - POQTs	POQT do SCS de Brasília; Concluído POQT do Lago Veredinha de Brazlândia; Concluído POQT de Águas Claras; Concluído	Concluído
	POQT do Guará; POQT de Santa Maria; POQT do Lago Norte; POQT da Candangolândia; POQT do Riacho Fundo II; POQT do Park Way; POQT do SCIA; POQT do Jardim Botânico POQT de São POQT do Lago Sul; POQT do Sudoeste/Octogonal; POQT do Varjão; POQT de Sobradinho II;	Pendência da Adm. Regional
	POQT de Brasília; POQT de Sobradinho; POQT de Samambaia	Pendência da SUPLAN
3.11 - Complementação da Regulamentação da Lei de Quiosques e Trailers	Elaboração de Minuta de Decreto	A concluir
3.12 - Manual da Lei 3035 (para aprovação e licenciamentos de Meios de Propaganda)	Finalização da última versão	Em fase de ajustes finais
3.13 - Manual para elaboração dos Planos de Ocupação de Publicidade	Elaboração da versão final	Concluído
3.14 - Alteração da Regulamentação da Lei 755/2008	Elaboração de Minuta de Decreto	Concluído
3.15 - Regulamentação da Lei de Assistência Técnica Gratuita	Discussões Iniciais; Formação de Grupo de Trabalho; 1ª Reunião; Encaminhamento de consulta ao Ministério das Cidades	Paralisado
3.16-Regulamentação de Utilização da Esplanada dos Ministérios para Eventos	Análise de Estudo Preliminar; Formação de Grupo de Trabalho; Reuniões Iniciais	Em fase de formulação de propostas pelo Grupo de

		Trabalho
3.17 - Regulamentação das Leis de Grades em Áreas Públicas	Levantamento da legislação existente; Pesquisa de pareceres existentes; Análise da legislação e dos pareceres; Formação de Grupo de Trabalho	Concluído
3.18 - Alteração da Lei de Alvará de Funcionamento	Participação em Grupo de Trabalho	Concluído
3.19 - Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS	Participação em Grupo de Trabalho para avaliar propostas no processo licitatório; Participação em Grupo de Trabalho para avaliar Produtos apresentados pela empresa	Concluído Em andamento

4. Mobilidade e Articulação Urbana		
Atividades	Estágio de Desenvolvimento	
4.1 – Projeto de acessibilidade no Hospital do Gama	Em andamento	
4.2 - Digitalização das URB's da área do Hospital do Gama como cópia fiel	Em andamento	
4.3 - Elaboração do Projeto básico para o Projeto de Acessibilidade no Hospital do Gama	Em andamento	
4.4 - Cartilhas de Acessibilidade Vol I e II	Concluído	
4.5 - Detalhamento - Projeto de Acessibilidade – PSG 95/10 e PSG 96/10	Concluído	
4.6 - Elaboração do Relatório do Setor Comercial Sul a ser encaminhado à NOVACAP	Concluído	
4.7 - Projeto Riacho Fundo II	Concluído	
4.8 - Elaboração da metodologia para o desenvolvimento dos Planos de Circulação de Pedestres - PCD das cidades do Distrito Federal	Em andamento	
4.9 - Acompanhamento no processo final da Cartilha de Acessibilidade em Projetos Urbanos aprovado pelo FUNDURB	Concluída	
4.10 - Atendimento inicial as questões referentes aos planos de ocupação de quiosques	Pendente	
4.11 - Participação nas reuniões mensais do Conselho de Defesa da Pessoa com Deficiência Física - CODEDE.	Atividade Permanente	
4.12 - Análise do Estudo do Veículo Leve sobre Trilhos	Concluído	
4.13 - Projeto de Acessibilidade Esplanada	Em andamento	
4.14 - Estudo para acessibilidade nas edificações de interesse social.	Em andamento	
4.15 - Executora de contrato do projeto Acessibilidade no Jardim Zoológico.	Concluído	
4.16 - Executora de contrato do curso de ArcGIS	Concluído	
4.17 - Elaboração e acompanhamento dos processos para os cursos de AUTOCAD e Sketchup.	Concluído	
4.18 - Acompanhamento nas atividades da Comissão Permanente de Acessibilidade.	Em andamento	
4.19 - Elaboração de lay-out do 5º, 3º e 2º andar da SEDUMA e acompanhamento da execução.	Concluído	
4.20 - Análise de processos	Em andamento	
4.21 - Vistorias: Setor Comercial Sul, Planetário, Clube do Choro e Torre de TV	Concluído	
4.22 - Projeto Básico para participação no Seminário de Mobilidade em Porto Alegre.	Concluído	
4.23 - Suplente da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações/DF – CPCOE.	Em andamento	
4.24 - Projeto Básico para participação no Seminário de Mobilidade em Porto Alegre.	Em andamento	
4.25 - Suplente da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações/DF - CPCOE .	Em andamento	
4.26 - Consultorias Técnicas sobre acessibilidade.	Em andamento	
4.27 - Acessibilidade nos Cartórios/DF.	Em andamento	
4.28 - Acessibilidade no Itapoã – RA XXVIII	Concluído	
4.29 - Consultoria nos projetos de paisagismo da NOVACAP e projetos internos em andamento (Ponte das Graças e Ponte do Brageto).	Concluído	
4.30 - Projeto de Paisagismo Riacho Fundo II	Concluído	
4.31 - Membro da Comissão de Avaliação da Arborização de Brasília.	Em andamento	
4.32 - Desenvolvimento do projeto de acessibilidade da Praça dos Três poderes	Concluído	
4.33 - Participação na equipe responsável pelo Plano de Circulação de Pedestres do Núcleo Bandeirante, com a função de desenvolver o projeto de mobilidade e acessibilidade em torno da Unidade de Pronto Atendimento localizada na Placa da Mercedes.	Em andamento	
4.34 - Elaboração das bases no ArcGIS dos mapas que subsidiarão os Planos de Circulação de Pedestres – PCD, das cidades do Distrito Federal	Suspensão	
4.35 - Vistoria: Vila Olímpica de Samambaia	Concluído	
4.36 - Processo de elaboração da Cartilha de acessibilidade nos Parques Urbanos em conjunto com o IBRAM, SUMAM, Coordenadoria das Cidades, TERRACAP e CPA.	Em andamento	
4.37 - Secretariado da Comissão Permanente de Acessibilidade: Preparação da reunião mensal Contato com o palestrante	Em andamento	

Encaminhamento da pauta para os membros da CPA Elaboração de Relatório para atualização do site Pesquisa de legislação para atualização do site. Elaboração e encaminhamento da circular para atualização dos membros da CPA e posterior publicação da Portaria	
--	--

Atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Meio Ambiente – SUMAM

Meio Ambiente	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Elaboração da minuta de regulamentação da lei nº. 4.388/09 - exibição de campanhas educativas sobre a preservação do meio ambiente nas seções de cinema no âmbito do DF.	Elaboração da minuta de regulamentação. Em andamento
Elaboração da minuta de regulamentação da lei nº. 4.388/09 - exibição de campanhas educativas sobre a preservação do meio ambiente nas seções de cinema no âmbito do DF.	Em discussão pelo grupo de trabalho a minuta de decreto que regulamenta a lei. Em andamento
Regulamentação da Lei nº. 4.218 - substituição do uso de sacolas plásticas para o acondicionamento de produtos e mercadorias pelos estabelecimentos comerciais localizados no DF.	Em discussão pelo grupo de trabalho a minuta de decreto que regulamenta a lei. Em andamento
Regulamentação da Lei nº. 4.092/08 - controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais do df	Conclusão do gt e publicação do decreto que regulamenta a lei. Concluído
Regulamentação da Lei nº. 4.136/08 - medidas de retirada de dióxido de carbono da atmosfera e de combate ao efeito estufa no âmbito do DF.	Criação do comitê distrital de enfrentamento das mudanças climáticas (comclima). Elaboração de minuta de decreto. Em andamento.
Decreto nº 31.071, de 23 de novembro de 2009 - comitê distrital de enfrentamento das mudanças climáticas do DF - comclima e dá outras providências.	Em fase de elaboração de ofícios para convidar os secretários de estado para tomar posse no comitê. Em andamento.
Projeto de lei - instituição do sistema de gestão integrada de resíduos volumosos.	Adequação final do APL e oitiva IBRAM/DF. Em conclusão
Regulamentação da Lei nº.4154/2008 - dispõe sobre o descarte e a destinação final de lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular, pilhas que contenham mercúrio metálico e demais artefatos que contenham metais pesados no distrito federal.	Elaboração da minuta de decreto. Aguardando a publicação da plenária da câmara técnica do conama para adequação ao disposto na resolução conama 401/08 e a regulamentação da Lei Federal nº 12.305/2010. Em andamento
Participação no seminário internacional da Agência Nacional de Águas - ANA e da biodiversidade	Participação concluída
Elaboração de parecer técnico - convênio entre a SEDUMA x UNB x SLU	Concluído
Participação no curso de poluição do ar no IBRAM/DF	Participação concluída
Colaboração na org. e coordenação da semana da água no parque da cidade	Concluído
Colaboração na coordenação do seminário de tecnologias no parque da cidade organizado pelo IBRAM, na semana do meio ambiente.	Concluído
Reunião para tratar junto com a SEAPA/DF - agricultura e EMATER/DF da regulamentação da lei dos agrotóxicos no Distrito Federal.	Participação concluída
Participação do seminário internacional da Agência Nacional de Águas - ANA	Participação concluída
Conselho de Meio Ambiente – CONAM/DF	Realizada a 95ª reunião ordinária. Em andamento
Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF	Realizada a 3º reunião ordinária. Em andamento
Projeto de sensibilização ambiental cerrado vivo	Em andamento
Reformulação do programa de educação ambiental - setor habitacional vicente pires- peá-shvp	Pea-shvp concluído, aguardando publicação do grupo de trabalho no DODF. Concluído
Reformulação do programa de educação ambiental - setor habitacional ribeirão-pea-shr	Pea-shvp concluído, aguardando publicação do gt no do-df. Concluído
Zoneamento Ecológico Econômico do DF – ZEE/DF	Em fase de discussão do diagnóstico e mapas de sensibilidade e vulnerabilidade ambiental. Avaliação do diagnóstico de fauna, geologia e hidrogeologia do ZEE do DF. Em andamento
Reuniões da câmara técnica de ciência e tecnologia do conselho nacional de recursos hídricos	Acompanhamento das reuniões. Em andamento
Reuniões da câmara técnica de cobrança de recursos hídricos do conselho nacional de recursos hídricos	Acompanhamento das reuniões. Em andamento
Reuniões da câmara técnica de recursos hídricos transfronteiriços do conselho nacional de recursos hídricos	Acompanhamento das reuniões. Em andamento
Acordo de cooperação técnica - ministério do meio ambiente e seduma - realização do zoneamento ecológico - econômico do distrito federal - zee/df	Análise e relatório do processo. Reiteração da solicitação de rescisão do acordo junto ao mma. Autos a serem remetidos à assessoria jurídica da seduma. Em andamento
Autorização para pesca no lago paranoá - acompanhamento do desenvolvimento do plano de manejo da apa do lago paranoá e elaboração de relatório dos aspectos da pesca no lago visando subsidiar o conselho de recursos hídricos do df e o comitê da bacia do Lago Paranoá	Análise do processo . Em andamento

Meio Ambiente	
Atividades	Estágio de Desenvolvimento
Contratação de estudos geotécnicos das áreas destinadas à implementação de novas necrópoles	Relatório, parecer e apresentação ao conselho do funam. Em andamento
Revisão do projeto de recuperação das matas ripárias da bacia do Lago Paranoá	Concluído
Regulamentação da lei complementar nº 828 de 24/11/2009 - sistema distrital de unidades de conservação - sduc	Concluído
Acompanhamento de reuniões geiplandengue - secretaria de saúde	Realizadas reuniões. Elaborado e revisado o plano de contingência para 2010. Em andamento
Elaboração da minuta de política de arborização urbana do Distrito Federal	Fase de conclusão da minuta. Em andamento
Catologação das espécies arbóreas encontradas em áreas urbanas do Distrito Federal - fotos e localização por GPS.	Em fase de levantamento das espécies. 180 espécies já catalogadas. Em andamento
Participação no seminário qualidade do ar - IBRAM	Participação concluída
Análise do PL nº 1.629/2010 e do plc nº 159/2010	Análise e parecer sobre os projetos de lei. Concluído
Análise do PL nº 1.660/2010 -semana de conscientização dos direitos dos animais	Análise e parecer sobre os projetos de lei. Concluído
Licitação para contratação de serviços de consultoria para rezoneamento da Apa do São Bartolomeu	Participação na comissão de licitação. Análise do quesito "técnica" das propostas dos concorrentes. Propostas em análise. Em andamento
Termo de referência para seleção de projetos para identificação de corredores ecológicos bem como projetos para sua gestão. Funam	Análise do termo de referência para deliberação no âmbito do funam. Em andamento
Alteração do decreto de criação do conselho da Apa de Cafuringa	Concluído
Elaboração de artigo para publicação no XIV Congresso Brasileiro de Arborização Urbana	Concluído
Criação e implantação do site: www.arvoresdf.com.br	Em andamento
Seminário de Gestão Ambiental de Recursos Hídricos do DF	Participação de técnico da DISUS/SUMAM. Concluído
Seminário legislação e recursos hídricos no Mercosul	Participação de técnico da DISUS/SUMAM. Concluído
Parecer técnico nº001/2010 – SUMAM/SEDUMA	Concluído
Seminário de biodiversidade mercosul, das américas, jardim botânico de Brasília	Concluído
Elaboração do artigo "levantamento florístico da arborização urbana no Distrito Federal - espécies, o estudo de conservação e a formação de corredores ecológicos"	Concluído
Curso "licenciamento ambiental e ordenamento territorial no DF"	Concluído
Seminário "programa rural sustentável do DF"	Concluído
Minuta do decreto indicação/restrição espécies arbóreas áreas urbanas do DF	Em andamento
IX Encontro Nacional de Engenharia de Sedimentos	Concluído
Comissão de supervisão do plano de gestão ambiental de implantação do setor de habitações coletivas noroeste	Realização de reuniões semanais para discussão objetivando a concessão da licença de operação. Em andamento
Avaliação ambiental estratégica para o DF.	Realização de reuniões para discussão objetivando a elaboração da política de arborização urbana para o DF. Em andamento
Licenciamento único de bacia hidrográfica	Análise da minuta do projeto. Em andamento
Reserva da biosfera do cerrado	Análise da minuta do projeto. Em andamento
Regulamentação da lei nº 4.059 pavimentação ecológica nos condomínios do DF	Análise do processo. Em andamento
Regulamentação da lei nº 4.134 destinação do óleo de fritura	Processo arquivado - concluído

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente vem cumprindo, fielmente, os ditames do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, que trata das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000- Lei de Responsabilidade Fiscal.

19.1. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB

O Jardim Botânico de Brasília – JBB, órgão relativamente autônomo, criado pela Lei nº. 528, de 03/09/1993, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDUMA, tem como competências básicas:

I. Desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente.

II. Preservar e conservar os recursos naturais e culturais por meio do mecanismo de controle, fiscalização, proteção ambiental, estudos e pesquisas científicas e tecnológicas.

III. Atuar como centro de referência para a conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais dos cerrados, promovendo o intercâmbio com os jardins botânicos e instituições afins, nacionais e internacionais.

IV. Gerenciar e administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília – EEJBB.

De acordo com o Decreto nº 28.579, de 18 de dezembro de 2007, que aprova o regimento interno, o Jardim Botânico de Brasília – JBB, tem como competências legais básicas:

I. Promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II. Proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional no sentido de resguardar espécies econômicas e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III. Assistir à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, na formulação de diretrizes para a implementação da política do meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais;

IV. Manter bancos de germoplasma para conservação de espécies *ex-situ* e preservar reservas genéticas *in-situ*;

V. Integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas com unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI. Atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais dos cerrados;

VII. Promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII. Ações no sentido de auferir recursos financeiros federais e do Distrito Federal, com o intuito de desenvolver no âmbito da Estação Ecológica, programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

IX. Incentivar junto à sociedade civil, a ampla difusão – educação ambiental – das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

X. Administrar e fiscalizar o plano de utilização da Estação Ecológica – Jardim Botânico de Brasília.

De acordo com a Lei nº Lei Nº. 3.861 de 30 de maio de 2007, foi aprovada a nova estrutura orgânica e hierárquica do órgão, composta atualmente pela referida Força de Trabalho:

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do JBB/DF	07	02	03	-	12
Requisitados Órgãos do GDF	02	-	05	-	07
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo.	13	-	20	-	33
Estagiários	-	09	-	04	13
Subtotal (Força de Trabalho)	22	11	28	04	65
(+) Cedidos para outros órgãos	-	01	03	-	04
Total Geral	22	12	31	04	69

1. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
18.122.0750.8504.6998 Concessão de Benefícios a Servidores do Jardim Botânico de Brasília	189.731,00	166.231,00	165.009,50	165.009,50	03, 04, 05 e 06

As ações referentes ao Programa de Gestão de Pessoas para o exercício de 2010, foram consolidadas de acordo com o planejado no Sistema de Acompanhamento Governamental,

Foi solicitada junto à SEPLAG, a realização de concurso para preenchimento de vagas existentes no Quadro efetivo deste Jardim Botânico de Brasília, conforme Processo nº 195.000.029/2008. Atualmente tramita na Procuradoria Geral do DF o Processo nº 0410.001867/2010 que cria a Carreira de Atividades do Jardim Botânico com proposta de realização de concurso público para contratação de 90 Analistas e 70 Técnicos, abrangendo profissionais das áreas de Biologia, Educação, Arquitetura, Engenharia Agrônoma e Florestal, Administrador, Jornalista, Arte-educador, entre outras.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira/2010

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
7000- Administração de Pessoal do Jardim Botânico de Brasília	2.364.769,00	2.231.099,00	2.230.589,46	2.230.589,46	01
6997- Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais do JBB	775.648,00	459.865,00	282.455,87	257.852,00	02

No Programa de Apoio Administrativo, foram realizados os serviços de manutenção periódica, limpeza, capina, roçagem, sob orientação e acompanhamento técnico, com o plantio de mudas no modelo filogenético, transferência do Jardim de cheiros para a área de Educação Ambiental, desenvolvimento de placas para identificação de plantas, aquisição de bens e material de consumo para utilização no decorrer do exercício. Foram realizadas ainda participações em Congressos e expedições botânicas.

As ações foram consolidadas de acordo com o planejado no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG.

Material e patrimônio - Movimentação Financeira – Material de Consumo

Movimentação	2008	2009	2010
Saldo do Exercício Anterior	33.880,75	49.266,10	62.187,67
Entrada/ Aquisição	71.964,41	217.370,54	164.044,84
Saída/ Fornecimento	(-) 66.703,54	(-) 215.454,83	173.025,05
Doações/Transferências – Recebidas	10.232,48	11.005,22	203,90
Doações/Transferências - Concedidas	(-) 108,00	(-) 0,00	130,64
Saldo Final do Exercício	49.266,10	62.187,67	53.280,72

Movimentação Financeira dos Bens Permanentes Móveis

Movimentação	2008	2009	2010
Saldo do Exercício Anterior	395.836,82	421.766,76	421.785,08
Entrada/ Aquisição	19.381,33	18.785,94	13.089,16
Entradas- Doação/ Transferência	15.140,78	17.617,10	458,00
Saída -Baixa/ Transferência	8.592,22	36.384,72	-x-
Saldo Final do Exercício	421.766,76	421.785,08	435.332,24

Movimentação Financeira dos Bens Permanentes Imóveis

Movimentação	2008	2009	2010
Saldo do Exercício Anterior	4.049.649,10	4.049.649,10	4.049.649,10
Entrada/ Incorporação	135.827,20	0,00	00
Entrada/Incorporação (obras em andamento)			229.810,94
Saída -Baixa	0,00	0,00	-x-
Saldo do Exercício	4.185.476,30	4.049.649,10	4.279.460,00

Dados da Evolução Anual (2008 a 2010) - arrecadação

Movimentação						
Atividades	2008		2009		2010	
	Quant	Valor (R\$).	Quant	Valor (R\$).	Quant	Valor (R\$).
Ingressos emitidos pelas caixas registradoras	21.338	42.676	21.659	43.318,00	17.249	34.498,00
Vendas de Mudas	01	2,50	00	-	00	
Aluguel de Espaço	33	2.850	35	2.784,80	20	2.341

3. Programa 0500– Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
Preservação das áreas do JBB e da Estação Ecológica JBB	198.288,00	179.300,00	14.555,76	13.011,76	07 e 08
Implantação do Jardim Japonês no JBB	378.595,00	378.595,00	336.099,01	00,00	

No Programa de Trabalho da Preservação das Áreas do JBB, foram adquiridas 02 (duas) fragmentadoras de papel, 01(uma) Câmara de Fluxo Laminar Horizontal a ser utilizada no Laboratório e reagentes para produção de mudas de orquídeas ameaçadas de extinção.

No Programa de Trabalho de Implantação do Jardim Japonês, foi assinado o contrato com a empresa e iniciada a execução dos serviços.

4. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3000 - Reforma de Prédios e Próprios do Jardim Botânico de Brasília	314.212,00	1.246.228,00	207.089,95	207.089,95	010, 011,012

Foi concluída a reforma do Centro de Visitantes, a Guarita da Portaria Principal, bem como, realizada a iluminação da área de piquenique e parque infantil e toda a área externa da entrada principal.

Neste Programa de trabalho o Jardim Botânico de Brasília recebeu recursos provenientes do convênio realizado com a Terracap para reforma, revitalização e ampliação do viveiro Jorge Pelles, com prazo de execução previsto para 02 anos.

5. Programa 2800 – Compensação Ambiental

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2800 – Compensação ambiental em áreas de interesse do DER	47.562,00	47.562,00	47.478,17	28.486,90	

Neste Programa de Trabalho, foi assinado o contrato com a empresa e iniciada a execução dos serviços de reforma do Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH) no JBB.

Principais atividades desenvolvidas em 2010

No Laboratório Multidisciplinar, que tem como principal atividade científica a multiplicação *in vitro* de espécies de orquídeas ameaçadas de extinção e devolvidas à natureza, foi iniciada a semeadura em laboratório de *Arnica montana* L., família Asteraceae (espécie arbusto-arbustiva), que consta da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção do MMA (outubro/2008) e testes de reprodução em estufa.

Em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/DF, estão sendo utilizadas aplicação de técnicas de germinação de semente e estaquia através do meio de cultura das espécies de árvores e palmeiras, que posteriormente serão aclimatadas em viveiro.

O Projeto 'Orquídeas nas Quadras' em parceria com o Departamento de Parques e Jardins (DPJ) da NOVACAP foi implantado com a produção de 1.200 mudas de espécies ameaçadas de extinção do Cerrado, *Cattleya bicolor* e *Cattleya walkeriana*, nas quadras 315, 316, 115 e 116 Sul, do período de 08/02 a 13/04/10, bem como, o Monitoramento nas quadras com a equipe do DPJ.

Implantação de 300 mudas de *Cattleya labiata* ao redor da administração do JBB nas árvores do Cerrado.

Cadastramento no SICONV e apresentação de documentação para o Serviço Florestal Brasileiro da emenda parlamentar de 2010, visando a reforma de 04 estufas e aquisição de armários para o Laboratório.

Produção e divulgação científica e cultural

– Jornal Correio Brasiliense, Caderno Cidades, pg. 34, reportagem: “Orquídeas para Brasília”, do dia 08/06/2010,

– Rede Globo, no DF/TV, com a jornalista Flávia Marsola, sobre o projeto “Orquídeas nas quadras”, do dia 18/06/2010.

– Entrevista a TV Senado, por jornalistas da UnB e ao Programa TV Brasil, em julho de 2010

Atividades de fiscalização

Com a finalidade de coibir a entrada de pessoas não autorizadas em áreas restritas no sentido de evitar a depredação da flora e da fauna, foram realizadas atividades de Fiscalização e rondas regulares, inclusive em finais de semana e feriados na área do JBB e EEJBB, evitando a entrada de pessoas não autorizadas, abordando banhistas, ciclistas e transeuntes. As atividades foram realizadas com a força de trabalho de três servidores efetivos e um servidor em regime de escala de plantão, exercendo a função de fiscal e Motorista.

Atividades	Quantitativo 2010
Rondas	18 000 km
Infrações coibidas	87
Retirada de animais exóticos	20
Manutenção de cercas	800mts

Atividades de prevenção e combate aos incêndios

Os aceiros internos das áreas críticas foram realizados pela equipe de voluntários da brigada de incêndio do Jardim Botânico, em parceria com a NOVACAP. Os aceiros ao redor da EEJBB, principalmente nas QIs 17, 19 e 21, foram realizados pela força de trabalho interna.

Devido ao extenso período de seca ocorrido neste ano, os aceiros realizados, foram fundamentais para evitar incêndios de grandes proporções. Apesar dos aceiros terem suprimido vários

pequenos incêndios ao redor da Estação Ecológica e da Área de Visitação, houve ainda 2,5ha. de área queimada dentro do JBB.

Em parceria com o IBGE e a Fazenda experimental da UnB, Água Limpa, foi realizado em agosto/2010 o aceiro negro em toda extensão da rodovia DF 001, que margeia este Jardim (compreendendo desde o Pólo Verde até o balão que dá acesso a DF 140. A metodologia provou-se bastante eficaz, evitando o acesso do fogo por aquela região. O emprego do aceiro negro se fez necessário devido à geologia do terreno que impedia o uso de máquinas rotativas.

Grupo executivo do plano de incêndios florestais/DF

O Grupo Executivo do Plano de Incêndios Florestais/DF continua reunindo-se uma vez por mês, tratando de assuntos inerentes à prevenção de incêndios florestais no âmbito do Distrito Federal.

Atividades	2010
Aceiros com máquina	10 ha
Aceiro com roçagem manual	5 ha
Aceiro Negro	8km DF001

Ações de combate

Locais de combate	Ocorrências
Área interna JBB e EEJBB	05
Área externa JBB e EEJBB	08
Área divisa JBB e EEJBB	11
Outras áreas: PNB, ESECAE, FAL, RECOR, ESAF e Mangueiral	06
Monitoramento de focos de incêndios no mirante JBB	132 hs

Proteção de espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional e à preservação.

Projeto Reabilita – Ações de Reintrodução - FAUNA

Projeto Lobo Guará

Este projeto é uma parceria JBB/IBAMA-DF, que teve início 08 de Outubro de 2009, com a chegada de um indivíduo da espécie *Chrysocyon brachyurus* (Lobo Guará) advindo do CETAS/IBAMA capturado nas imediações da EEJBB, firmou-se um acordo de cooperação visando prover uma estrutura adequada para o processo de reintrodução do mesmo ao ambiente natural. Coube ao IBAMA fornecer: o animal, telas para construção do recinto, alimentação e acompanhamento médico se necessário; e ao JBB: a área para construção do recinto e o seu corpo técnico para ações de campo do projeto. Após passar 6 (seis) meses num recinto fechado, este lobo foi solto na área do Cristo Redentor no dia 19/03/2010.

Reabilita Bugio

Este projeto é uma parceria JBB/IBAMA-DF, com o objetivo de reabilitar animais da espécie *Allouatta caraya*, com intuito de aumentar a variabilidade genética entre as populações já existentes. O Reabilita – fase 3, contou com a presença de um indivíduo macho que permaneceu 5 (cinco) dias em cativeiro. Este macaco foi apreendido dentro do posso do elevador da ESAF no dia 14/07/10, e permaneceu no JBB até o dia 19/07/10 quando foi solto.

Foram iniciadas em setembro de 2009, as campanhas destinadas aos levantamentos da fauna na área de visitação do JBB e posteriormente a EEJBB, as ações são executadas nas linhas de herpetofauna, avifauna e mastofauna, os trabalhos tiveram sua conclusão em junho de 2010.

Espaço Gilberto Brasil

O Espaço Gilberto Campello Brasil, é uma referência nacional em peixes anuais do Brasil, sendo o JBB curador deste acervo científico, que atualmente possui 15 espécies de peixes temporários

nacionais e estrangeiros, em 2010 foram realizados 4 Contatos com criadores e doadores, 20 Coletas, Reprodução em cativeiro de nove espécies (ovos em diapausa), Coleta de uma possível nova espécie, enviada a UFRJ ao Dr. Wilson Costa para análise morfológica e classificação.

Solturas

De acordo com a tabela abaixo foram realizadas diversas solturas no ano de 2010, em ações conjuntas com o IBAMA-CETAS/JBB, sendo de grande importância para a instituição, pois possibilitaram o retorno de animais capturados pela CPMA e IBAMA nas imediações do JBB e EEJBB, diminuindo o impacto da degeneração da fauna local.

Espécies	Quantidade	Espécies	Quantidade
Lobo-guará	1	Ouriço caxeiro	03
Tamanduá-mirim	1	Tamanduá bandeira	01
Furão	2	Bugio	01
Cascavel	8	Coruja buraqueira	03
Jibóia	5	Gato do mato	01
Falsa-coral	4	Cobra cipó	02
Tucanos	4	Japú-preto	02
Quiri-quiri	1	Gavião carijó	01
Saruê	20	Jibóia arco-íris	01
Tatu peba	2	Coruja suindara	03

Atendimentos orientados na trilha de fauna

Em março/2010, foi dado início a um trabalho com alunos da rede de ensino público e privado, para a realização de visitas dirigidas na trilha de fauna. Até o momento atual foram realizadas 32(trinta e duas) visitas orientadas, atendendo aproximadamente 1120 alunos.

Atendimento a alunos do curso de manejo de fauna da UnB

Foram realizadas quatro visitas técnicas ao JBB, EEJBB e aos Projetos de Fauna com o objetivo de proporcionar a interação do aprendizado acadêmico com as metodologias de campo.

Atendimento a grupos de interesse da instituição

Foram realizadas 22 visitas técnicas guiadas ao JBB e EEJBB pela equipe de preservação, com o objetivo de apresentar a área do JBB e EEJBB aos grupos parceiros do Jardim Botânico de Brasília, sendo atendidas aproximadamente 60 pessoas.

Captação de imagens para a constituição do banco de imagens do JBB

Atividade realizada na produção de imagens na forma de fotografias e vídeos digitais capturados em saídas de campo, rondas de rotina, solturas de animais e parceria com fotógrafos. Estas imagens estão sendo de grande valia para a produção de folders, banners, agendas, livros, artigos e outras formas de divulgação.

Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH) e a Taxonomia:

A pesquisa científica para a coleta, se constitui no acervo do Herbário Ezechias Paulo Heringer HEPH, onde acontece a identificação, a classificação, a organização e a atualização do acervo de plantas do Cerrado e sistema de cadastro; Intercâmbio (doação, e empréstimo) de exsicatas com outras instituições nacionais e internacionais para pesquisa; Atendimento a pesquisadores, professores, alunos e visitantes, Taxonomia/Pesquisa - Coleta e identificação de material botânico, sementes e germoplasma; Taxonomia de Euphorbiaceae, Arecaceae, Ochnaceae, Asteraceae, Piperaceae e Bryophyta no bioma Cerrado; Levantamento da flora do Taxonomia JBB e EEJBB; Levantamento da Flora Exótica do JBB

(Modelo Filogenético) Levantamento do Núcleo Rural Fazenda Larga (parceria com a Secretaria de Agricultura. Levantamento da Flora Exótica da ESAF.

O Herbário é composto por uma coleção de plantas desidratadas (exsicatas), uma Carpoteca (coleção de frutos e sementes), uma Palinoteca (coleção de pólen em lâminas microscópicas). Por ser uma “biblioteca de plantas” está intimamente ligado à ciência da taxonomia.

Seu acervo contém aproximadamente **30.000 espécimes**, constituído principalmente por plantas do Cerrado, fato que vem fortalecer o Jardim Botânico de Brasília como uma Instituição de pesquisa do Cerrado.

O parátipo de *Tabebuia coronata* Proença & Farias, coletado na área do Cristo EEJBB, publicada na Revista Heringeriana de Julho de 2008 vol. 2 nº1, está depositada no acervo do HEPH. O local tipo desta espécie nova é a Chapada dos Veadeiros, no entanto ela também foi encontrada dentro da reserva da EEJBB e identificada pela pesquisadora e autora da espécie Dr. Carolyn Proença.

Empréstimos de exsicatas do HEPH para outros herbários.

Família	Especialista	Instituição	Quantidade
Asteraceae	João Bernardo A. Bringel	CENARGEN	10
Moraceae	Anderson Machado	UEFS	15
Piperaceae	Micheline Carvalho-Silva	UNB	64
Verbenaceae	Juliana Silva dos Santos	UFRPE	4
Arecaceae	Renata Corrêa Martins	UNB	10
Orchidaceae	Mara Rejane Ritter	UFRS	34
Magnoliaceae	Vinicius Castro Souza	ESALQ	09
Loganiaceae	Elisa Regina Simoni	CENARGEN	27
Ochnaceae	Roberta Gomes Chacon	CENARGEN	08
Verbenaceae	Juliana Silva dos Santos	UFRPE	14
Iridaceae	Eduarda B. Dias	CENARGEN	02
Asteraceae	Mariana Saavedra	RB	04
Iridaceae	Marcos Vinicius D. de Queiroz	UFG	03
Lentibulariaceae	Nuiawa Coelho	UFG	10
Gentianaceae	Paulo Francisco da S. C. M. Zava	UFG	10
Malpighiaceae	Augusto Francener N. Gonzaga	UFG	23
Euphorbiaceae	Marcos José da Silva	UFG	19
Total			265

Doações de exsicatas para outras Instituições.

Família	Especialista	Instituição	Quantidade
Asteraceae	Marta Dias Moraes	UFA	03
Famílias Diversas	Ângela Lucia B. Sartori	UFMS	32
Lythraceae e Asteraceae	Taciana B. Cavalcanti	CENARGEN	09
Eriocaulaceae	Paulo Takeo Sano	USP	11
Cyperaceae	Ana Paula Prata	UFS	15
Verbenaceae	Juliana Souza dos Santos	UFRPE	09
Famílias diversas	Rosana Romero	UFU	75
Famílias diversas	Alexandre Salino	UFMG	48
Bignoniaceae e Asteraceae	Terezinha de Jesus A. S. Rego	UFM	20
Lauraceae	Pedro Moraes	UEFS	04
Pteridófitas	Iva Carneiro Leão Barros	UFRPE	16
Euphorbiaceae	Francisco Soares Santos Filho	UEPI	13
Moraceae	Sergio Romaniuc Neto	IB-SP	07
Asteraceae	Mariana Saavedra	RB	01
Famílias diversas	José Ângelo Rizzo	UFG	92
Iridaceae	Eduarda B. Dias	CENARGEN	02
Famílias diversas	Rafaela Forzza	RB	90
Loganiaceae	Rafaela Forzza	RB	07
Famílias diversas	Mirley Luciene dos Santos	UEG	57
Malpighiaceae	Augusto Francener N. Gonzaga	UFG	20
Total			531

Doações de exsicatas recebidas de outras instituições.

Família	Instituição	Quantidade
Diversas famílias	Diversas	118
Total		118

Visitas recebidas de especialistas botânicos.

Família	Especialista	Instituição
<i>Verbenaceae</i>	Juliana Silva dos Santos	UFRPR
<i>Mimosaceae</i>	Wanderson de Oliveira Alkimim	UNB
<i>Pesquisa geral</i>	Fernando Carvalho Vieira	UNB
<i>Pesquisa geral</i>	Júnia do Valle	UNOPAR
<i>Pesquisa geral</i>	Miguel Hads	Cabana dos Pirineus
<i>Lauraceae</i>	Pedro L. R. de Moraes	UEFS
<i>Pesquisa geral</i>	Ana Faggi	MACN (Buenos Aires)
<i>Pesquisa geral</i>	Liliana Deslino	MUJB (Uruguai)
<i>Pesquisa geral</i>	Amanda Aresta	BAS (Belize)
<i>Pesquisa geral</i>	Milciades Mejia	JBSD (Rep. Dominicana)
<i>Pesquisa geral</i>	Jeva L. Javena	Cleanstar (Índia)
<i>Pesquisa geral</i>	Luciano Murta	Planta Bio
<i>Asteraceae</i>	Fátima O. Souza Buturi	UNICAMP
<i>Mimosaceae</i>	Tânia Maria Moura	UNICAMP
<i>Ochinaceae</i>	Roberta Gomes Chacon	UNB
<i>Pesquisa geral</i>	Alba Evangelista Ramos	SEAPA
<i>Pesquisa geral</i>	Germana Reis	SEAPA
<i>Malpighiaceae</i>	Augusto Francener	UFMS
<i>Iridaceae</i>	Marcos V. D. Queiroz	UFG
<i>Acanthaceae</i>	Rodolph Delfino Sartin	UFG
<i>Curcubitaceae</i>	Vera Lucia Gomes Klein	UFG
<i>Euphorbiaceae</i>	Marcos José da Silva	UFG

Foram atualizadas cerca de 900 determinações no acervo do HEPH e incorporadas em 2010 aproximadamente 901 exsicatas.

O Jardim Botânico de Brasília, através da Gerência de Educação Ambiental, desenvolve a relação entre educação e o meio ambiente representando um ambiente fértil para uma educação integral, que considera e vivencia o papel plural dos Jardins Botânicos no sentido de contribuir para uma mudança de valores, comportamentos e atitudes para imersão e formação de sujeitos ecológicos na comunidade, ou seja, incentiva indivíduos, grupos e a sociedade a buscar e criar novos padrões de convívio e entendimento com relação aos ambientes naturais, em especial aos do bioma Cerrado.

Neste contexto, o Jardim Botânico de Brasília vem atuando no sentido de atender de forma satisfatória sua missão institucional com desenvolvimento de atividades cogitadas a partir de importantes referências epistemológicas para a área de Educação Ambiental, tais como a Transdisciplinariedade, a Ecologia Humana e a Complexidade, respaldadas de forma técnica por meio dos pressupostos da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental e do documento Plano de Ação para Jardins Botânicos.

Atividades de atendimento ao público no âmbito do Programa Círculos de Vivências.

O Círculo de Vivência pode ser entendido como uma forma metodológica para desenvolver oficinas vivenciais, fundamentada na transdisciplinaridade, onde a atmosfera de aprendizagem é uma grande teia da vida, tecida pelos participantes como uma fonte rica de possibilidades expressivas para evocar a criatividade, a poesia, os saberes tradicionais e os científicos. As linhas de ações, ou melhor, os círculos de ações são descritos em quatro possibilidades de atuação: Trilhas interpretativas e leituras poéticas do Cerrado; Integralize- Música e Corporeidade; Jardim Educador; Lúdico Criativo.

Destaca-se também a realização de eventos de sensibilização ambiental da comunidade do DF e o desenvolvimento do Circuito de Oficinas Criativas, tais como: Círculo Trilhas Interpretativas, Círculo

Integralize, Círculo Jardim Educador, Círculo Lúdico Criativo, além da utilização de Trilhas Ecológicas: Trilha da Fauna, Trilha do Mirante, Trilha da Nascente, Trilha do Horto Medicinal, Trilha das águas.

Nos meses de janeiro a junho de 2010 o atendimento ao público funcionou em regime de baixa capacidade de recepção de pessoas, tendo em vista algumas reformas que estavam sendo realizadas no JBB. Sendo atendidas um total de 6.562 pessoas agendadas. Conforme gráficos abaixo:

Gráfico 1: Distribuição do atendimento agendado/mês

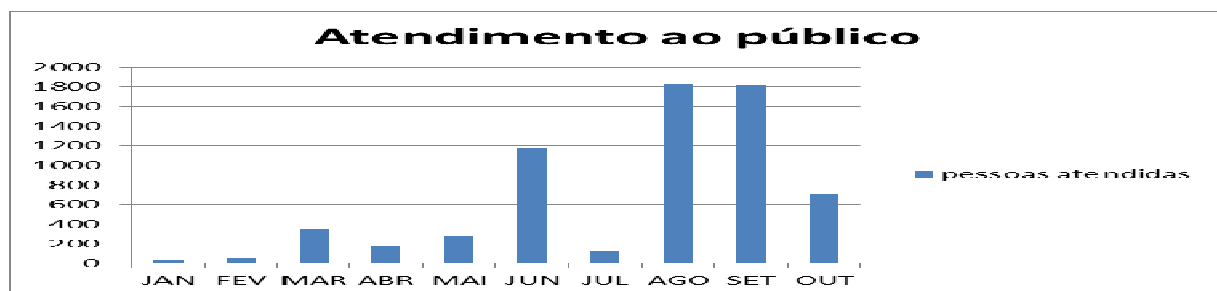
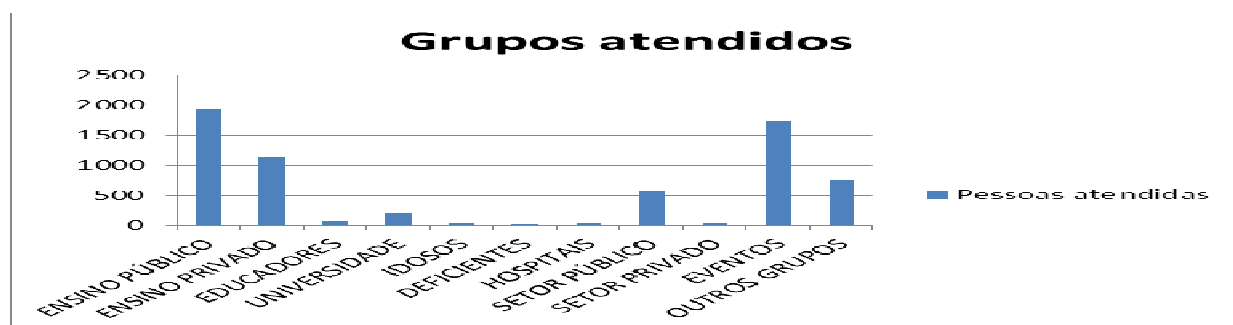


Gráfico 2: Distribuição dos grupos atendidos por agendamento.



Entre os atendimentos realizados destacam-se:

- Atendimento Especial Escola de Administração Fazendária – ESAF;
- Atendimento Especial à Presidência da República;
- Atendimento Especial ao Orfanato “Casa de Moisés” de Águas Lindas;
- Atendimento Especial a servidores da Polícia Rodoviária Federal;
- Conferência Internacional do Meio Ambiente para o MEC e MMA;
- Professores da Escola das Nações;
- APIMEC (Associação dos investidores do Mercado Capital);
- Professores da Escola da Natureza;
- Analistas ambientais do IBRAM;
- Pacientes da Rede Sarah de Hospitais;
- Pacientes do hospital psiquiátrico São Vicente de Paula;
- Ordem dos Advogados de Brasília;
- Alunos da disciplina “Princípios e Fundamentos da Educação Ambiental”- Faculdade de Educação da UNB;
- Grupo da Melhor Idade do Guará;
- Congressistas do Encontro Internacional de Arquitetura;
- “Alunos da disciplina “Manejo de Fauna” da Engenharia Florestal da UNB”.

Material didático e científico produzido

- Almanaque Semear de Educação Ambiental, um material produzido para apoio as metas e objetivos da proposta educativa da Gerência de Educação Ambiental;
- Publicação do Livreto Jardim de Cheiros: Mensagens Aromáticas, material ilustrado com descrição botânica e de usos para 40 espécies do jardim de cheiros;
- Apostila para alunos do Curso “Jardim Educador”;
- Ilustração de espécies da Flora do Cerrado para jogo da memória;
- Produção dos escritos para Jogo de Tabuleiro ambiental;
- Produção da placa da coleção Jardim de cheiros;
- Produção de arte e texto para placa “Círculos de Vivência- Metodologia de Trabalho da GEA”.
- Produção e publicação da Revista Científica Heringeriana.

Encontros e Congressos

- Fórum de Biodiversidade das Américas, I Seminário de Biodiversidade do Mercosul, 19ª Reunião dos Jardins Botânicos Brasileiros, realizado no Jardim Botânico de Brasília, no período de 05/07 a 09/07/2010.
- X Congresso Botânico Latino Americano, promovido pela Sociedade Latino Americana de Botânica em La Serena – Chile, no período de 06/10 a 10/10/2010.
- Fórum de Resíduos Sólidos da UnB – Núcleo da Agenda Ambiental
- Congresso Internacional de Museus
- 12º Fórum do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais-DF
- Semana da árvore
- Semana de Ciência e Tecnologia-MCT
- Exposição Nuances da Natureza
- Trilha sensorial e poética do Cerrado (Atividades C & T na Biblioteca Nacional de Brasília)
- III Viva Cerrado Vivo
- V Circuito Oficinas Criativas realizado no período de 16 a 27 de novembro de 2010 - Este Circuito é fruto de parcerias consolidadas com outras instituições, no sentido de oferecer a comunidade os seguintes cursos:

- Fotografia da Natureza;
- Meditação - Sahaja Yoga;
- Jardim Educador;
- Papel Reciclado;
- Produção de cosméticos de espécies do Cerrado;
- Olha o passarinho! Observação de Aves;
- Minhocasa;
- Oficina de Tambores – Dia da Consciência Negra;
- Corrida Ecológica;
- Cultivando Água Boa;

- Como contar Histórias?
- Alimentação Saudável
- Gastronomia do Cerrado
- Aves de Argila

Outras Atividades:

- Exposição “Aves do Planalto”;
- Exposição Olores: Aquarelas inspiradas no Jardim de Cheiros do Jardim do JBB.

Parcerias firmadas

Escola Classe Jardim Botânico, IPOEMA, IBRAM, TERRACAP, SAHAJA YOGA, SEAPA, CAESB, ICMBIO, Jardim de Infância I do Riacho Fundo II, Escola Classe 418 Santa Maria, ESAF e EMATER, Biblioteca Nacional, Procuradoria Geral da República e APIMEC, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Ciência Tecnologia e Serviço Florestal Brasileiro.

6.Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Jardim Botânico de Brasília, no pleno cumprimento de sua missão, realizou em 2010 diversas atividades de extrema importância para o seu funcionamento, bem como, para a melhoria de sua infra-estrutura física e também administrativa.

Com o apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, foi realizado o Planejamento Estratégico 2009/2011, onde foram estabelecidas conjuntamente com a equipe técnica do JBB metas que nortearam as ações desta Administração, tendo como principal objetivo a consolidação do Jardim Botânico da Capital Federal, como referência em Pesquisa, Preservação e Conservação do Bioma Cerrado.

Neste contexto a administração do JBB em parceria com o Programa Brasília Sustentável, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA, realizou o seu Plano Diretor, apresentado na 19ª Reunião da Rede Brasileira de Jardins Botânicos, como referência por ter sido o primeiro Plano Diretor para Jardins Botânicos no Brasil, bem como, o Plano de Manejo da Estação Ecológica do Jardim botânico de Brasília em parceria com IBRAM.

Como metodologias foram realizadas oficinas participativas e reuniões de planejamento, com a definição de normas de uso e ocupação para a área de visitação, programas de pesquisa e educação ambiental. (publicado no DODF nº 229 de 27/11/2009 pág.58).

Para o cumprimento do Plano Diretor e do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília a atual gestão realizou as seguintes ações:

- 1º Fórum de Biodiversidade das Américas, 1º Seminário de Biodiversidade do Mercosul e a 19ª Reunião da Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Neste encontro o JBB por meio de parceria com o Senado Federal, Câmara do Deputados, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente, atuou como agente da política internacional brasileira onde foram abordados temas atuais sobre meio ambiente, e encaminhamento de ações de preservação e sustentabilidade que poderão ser adotadas no nosso continente para manutenção da diversidade biológica da América latina, no sentido de criar uma linha de apoio humanitário à reconstrução ambiental do Haiti.
- Termo de Cooperação com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, para implantação de um jardim botânico na capital da Nicarágua, tendo como referencia o JBB.

- Representação na política latina americana, com a eleição do diretor do JBB para presidência da Associação Latina Americana e Caribe de Jardins Botânicos, no 10º Congresso Latino Americano de Botânica, realizado no Chile.

- Revitalização da Alameda das Nações com o plantio de palmeiras por 28 embaixadores de países africanos, estreitando as relações institucionais do JBB com a Fundação Alexandre Gusmão e Ministério das Relações Exteriores.

- Parceria com o SERPRO-DF, no evento CONSEGI 2010, realizado na Escola de Administração Fazendária – ESAF, no período de 18 a 20 de agosto do corrente ano, recebendo 15 caravanas de 12 estados com aproximadamente 450 de jovens estudantes da área de Tecnologia da Informação.

Apesar do esforço direcionado pelo corpo técnico e administrativo do JBB para desempenhar com êxito suas metas, ressaltamos as principais dificuldades encontradas:

Recursos Humanos

O Jardim Botânico de Brasília pela natureza de suas atividades necessita de um corpo técnico multidisciplinar composto por profissionais especializados, cujas atividades incluem pesquisa, fiscalização, atendimento ao público, produção de mudas de espécies vegetais, prevenção e combate aos incêndios florestais, neste sentido, foi proposto pela Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, quando da realização do Planejamento Estratégico o Projeto de Lei que cria a carreira de Atividades deste Órgão, para contratação de 90 Analistas de nível superior e 70 Técnicos de nível médio, com especialidades nas áreas de Biologia, Educação, Arquitetura, Engenharia Agrônômica e Florestal, Administrador, Jornalista, Arte-educador, entre outras, conforme consta no Processo nº 0410.001867/2010.

Ressalta-se, ainda, que tendo em vista a política atual de governo em não realizar concurso Público para as funções de serviços gerais, dentre as quais: trabalhadores de campo, jardineiros, viveiristas, eletricitista e pedreiros que se enquadram na categoria de profissionais de nível fundamental, e que essa mão de obra é fundamental para a realização das atividades do JBB, torna-se indispensável a previsão de dotação orçamentária e financeira para cobrir os custos de contratos de terceirização para estas atividades.

Autonomia jurídica

Com a finalidade de adquirir autonomia para realizar licitação, parcerias e captação de recursos o JBB encaminhou a SEPLAG solicitação para alteração da sua natureza jurídica de “Órgão Relativamente Autônomo” para Fundação Pública, por meio do Processo nº 195.000.012/2010.

Dotação Orçamentária

O orçamento de 2010 foi de R\$ 3.842.648,00 sendo que parte foi contingenciado por meio do Decreto nº 31.691 de 18/05/2010, e liberado por demanda conforme as necessidades do Órgão. Apesar da relevância do JBB no contexto do meio ambiente do DF, seu orçamento é exíguo dificultando a tomada de decisão quanto à aplicação dos recursos na gestão do JBB e da EEJBB.

Conforme relatado o Jardim Botânico de Brasília direcionou esforços para ampliar suas atividades e estar em consonância com a política ambiental do Distrito Federal, resultando na ampliação da área de visitação pública, infra-estrutura para o programa de educação ambiental, área de jardins temáticos e ampliação das coleções.

Pelo exposto, consideramos os recursos alocados para este Órgão insuficientes para a manutenção das áreas existentes, bem como a continuidade dos projetos, sendo para isto necessária uma análise mais aprofundada com relação a dotação orçamentária e financeira do JBB.

Com intuito de complementar o orçamento definido para este órgão a gestão atual do JBB firmou parcerias que possibilitaram a realização de suas metas, conforme apresentadas a seguir:

- Convênio com a TERRACAP no valor de R\$ 932.016,00 (novecentos e trinta e dois mil e dezesseis reais) para revitalização do Viveiro de produção de mudas do Jardim Botânico de Brasília, com o objetivo de produzir 1.000.000 (um milhão) de mudas/ano de espécies nativas do Cerrado para atender a demanda no que tange a recuperação de áreas degradadas decorrentes da imposição da legislação ambiental referentes ao impactos causados pelas obras de infraestrutura urbana, bem como, a recuperação de áreas degradadas nas Unidades de Conservação do DF. Neste convênio está previsto a aquisição de veículos, insumos e a contratação de profissionais. As licitações de contratação de empresa especializada para reforma e revitalização do Viveiro Jorge Pelles foi realizada pela Comissão Permanente de Licitação do JBB, e tem suas obras previstas para iniciar em dezembro de 2010.

- Com recursos do FUNAM, no valor de R\$ 625.000,00 está sendo realizado o projeto Jardins de Contemplação que abrange recuperação da estrutura da Casa de Chá, Orquidário, Biblioteca da Natureza, bem como a construção de um espelho d'água, calçamentos e a implantação de 5 ha de jardins temáticos;

- Com os recursos do Programa Turismo Social no Brasil, no valor de R\$ 341.250,00 (trezentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais) e contrapartida do JBB no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais). Foi realizada a Licitação pela Comissão Permanente de Licitação do JBB para a implantação de um Jardim Japonês, localizado no Jardim Botânico de Brasília, com o início das obras previstas dezembro de 2010;

- Com os recursos da Emenda Parlamentar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do convenio entre o Ministério do Meio ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro, que tem como finalidade: “Promover a Propagação de Espécies de Orquídeas do Cerrado”, foi realizada pela Central de Compras, licitação para aquisição de insumos, reagentes e orquídeas nativas;

- Emenda Parlamentar nº 25290006 – destinada a fomentar projetos de Conservação da Biodiversidade e Apoio à infraestrutura no JBB, cujo valor do repasse é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e tem como objetivo a Construção do complexo de estufa de cactos, cujo valor da contrapartida de responsabilidade do JBB, será de R\$ 11.111,00 (onze mil cento e onze reais), já incluída;

- Emenda Parlamentar nº 20400022 – destinada a fomentar projetos no Jardim Botânico de Brasília, cujo valor do repasse é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) tem como objetivo a Reforma do Anfiteatro cujo valor da contrapartida de responsabilidade deste JBB, será de R\$ 22.222,00 (vinte dois mil e duzentos e vinte e dois reais).

Perspectivas para 2011

As perspectivas para 2011 estão relacionadas ao atendimento das necessidades do JBB, principalmente quanto à realização do concurso publico para o preenchimento das vagas existentes no quadro efetivo deste órgão, a transformação do JBB em Fundação e aumento da Dotação Orçamentária.

19.2. COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

A Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP - Empresa Pública, instituída pela Lei n.º 5.861 de 12 de dezembro de 1972 e alterada pela Lei nº 6.816 de 25 de agosto de 1980, é regida pelo seu Estatuto Social, Regimento Interno e subsidiariamente pela legislação aplicável às Sociedades por Ações.

À Terracap compete, basicamente, executar as atividades imobiliárias de interesse do DF, objeto de utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens.

A Terracap poderá realizar obras e serviços de urbanização, infraestrutura, obras viárias e outras, por meio de convênios e contratos, desde que essas estejam vinculadas às suas finalidades essenciais, assim como, promover as desapropriações autorizadas na área prevista no art. 1º da Lei 2.874 de 19 de setembro de 1956 incorporando-as ao seu patrimônio.

Em 5 de março de 1997 o Decreto nº 18.061, atribuiu à Terracap a função de Agência de Desenvolvimento, na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Distrito Federal, a Terracap é responsável para dar sustentabilidade ao Governo do Distrito Federal, na implantação dos programas habitacionais, econômicos, sociais, ambientais e de infraestrutura, seja por meio da doação de áreas ou repasse de recursos financeiros.

Força de Trabalho

Empregados	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	
Quadro da Terracap - TEP	15	181	14	339	549
Requisitados	06		07	-	13
União	0	-	0	-	0
Comissionados sem vínculo	34	-	98	-	132
Terceirizados*	-	227		39	266
Estagiários*	-	64	-	22	86
Necessidades Especiais *		13		03	16
Subtotal Força Trabalho	55	485	119	403	1.062
Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	19
Total Geral					1.043

A Terracap encerrou o ano de 2010 com uma força de trabalho composta de 1.062 pessoas, das quais 19 estão cedidas para outros órgãos do Distrito Federal e União.

De 2009 a 2010 o quadro permanente da Terracap apresentou uma evolução positiva, com acréscimo de 44 empregados de nível de escolaridade média e superior, o que representa um aumento de 8,71%. Esse aumento se deu em função da necessidade de realizar concursos públicos, para preenchimento das vagas existentes na tabela de empregos permanentes.

O acréscimo de empregados terceirizados no mesmo período foi proporcionalmente superior em 8,47 pontos percentuais, com um aumento de 39 pessoas, ou seja, 17,18% a mais.

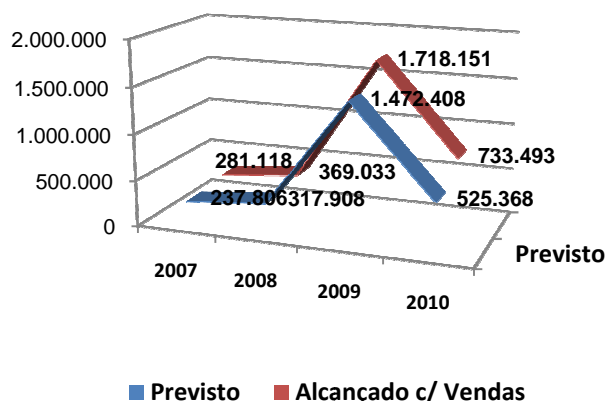
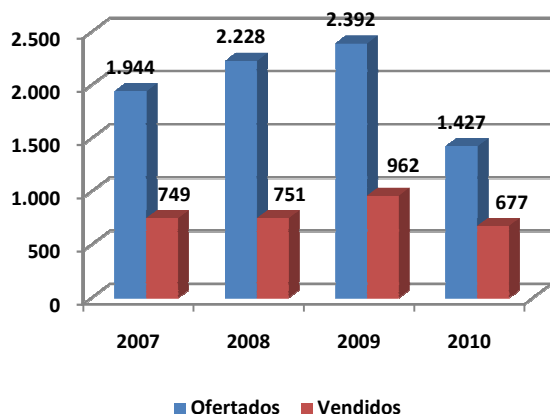
Realizações

1. Comercialização de Imóveis

No ano de 2010 a Terracap realizou dez licitações públicas por meio das quais foram vendidos 677 terrenos localizados em setores diversos e com destinações variadas. O valor total alcançado com as vendas foi de R\$ 733.492.540,41, o que representou 39,62% acima do valor mínimo estabelecido nos editais.

Licitação de Imóveis 2007/2010

Anos	Imóveis		% de Vendas	Valor em R\$ 1.000		% Alcançado
	Ofertados	Vendidos		Previsto	Alcançado c/ Vendas	
2007	1.944	749	38,53	237.806	281.118	18,21
2008	2.228	751	33,71	317.908	369.033	16,08
2009	2.392	962	40,22	1.472.408	1.718.151	16,69
2010	1.427	677	47,44	525.368	733.493	39,62



Dos terrenos ofertados, 47,44% foram comercializados, entretanto nem todos tiveram suas propostas de compra homologadas, isto é, vendas concretizadas. Das dez licitações realizadas até dezembro deste exercício, duas foram suspensas e uma ainda não foi homologada.

Edital	Data	Oferta	Venda	Valor das vendas	Entradas
8*	26/8/2010	149	65	123.166.519,96	26.348.488,08
9*	26/10/2010	129	75	291.007.346,00	55.781.063,05
11**	17/12/2010	59	24	51.916.810,84	2.623.089,54

* Licitações suspensas por decisão judicial. Aguardando resultado da contestação para homologação ou cancelamento.

** Homologação do resultado prevista para o dia 14/01/2011

O valor alcançado com as vendas foi na sua maioria financiado pela Terracap em períodos que variam de 12 a 120 meses, assim o alcançado com as vendas não representa entrada imediata de recurso no caixa da empresa.

2. Registro Imobiliário

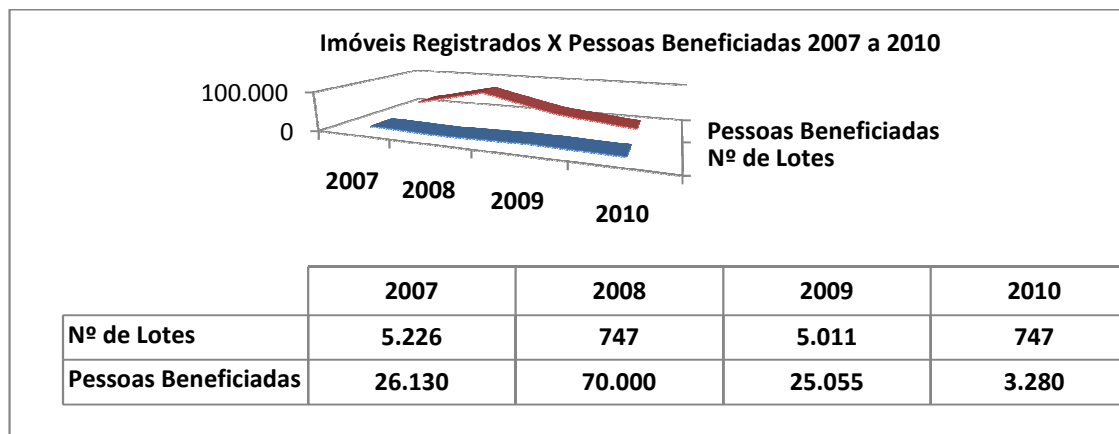
A Terracap obteve em cartório o registro de 747 lotes localizados em Planaltina, SAF/SUL, Sobradinho, Recanto das Emas – Vila Olímpica, Vila Tecnológica, COER – Sobradinho e Águas Claras. Os lotes registrados têm como destinação atender a demanda da população por imóvel para habitação, assim como a demanda dos vários outros segmentos do mercado, seja por meio de Programas do Governo ou por compra particular nas licitações realizadas pela Terracap.

Localização	Nº da URB	Lotes registrados
Planaltina	URB 20/95	537
SAF/SUL	URB 36/02	01
Sobradinho	URB 24/09	01
Recanto das Emas – Vila Olímpica	URB 32/07	01
Vila Tecnológica	URB 20/00	18
COER – Sobradinho	URB 36/09	64
Planaltina	URB 163/98	121
Águas Claras	URB 33/09	04
Total		747

Fonte: Nureg/ Ditec

Anos	Nº de Lotes	Baixa Renda	Pessoas Beneficiadas
2007	5.226	5.226	26.130
2008	747	2.170	70.000
2009	5.011	-	25.055
2010	747	656	3.280
Total	11.731	8.052	124.465

Fonte: Nureg/Ditec

**Observações:**

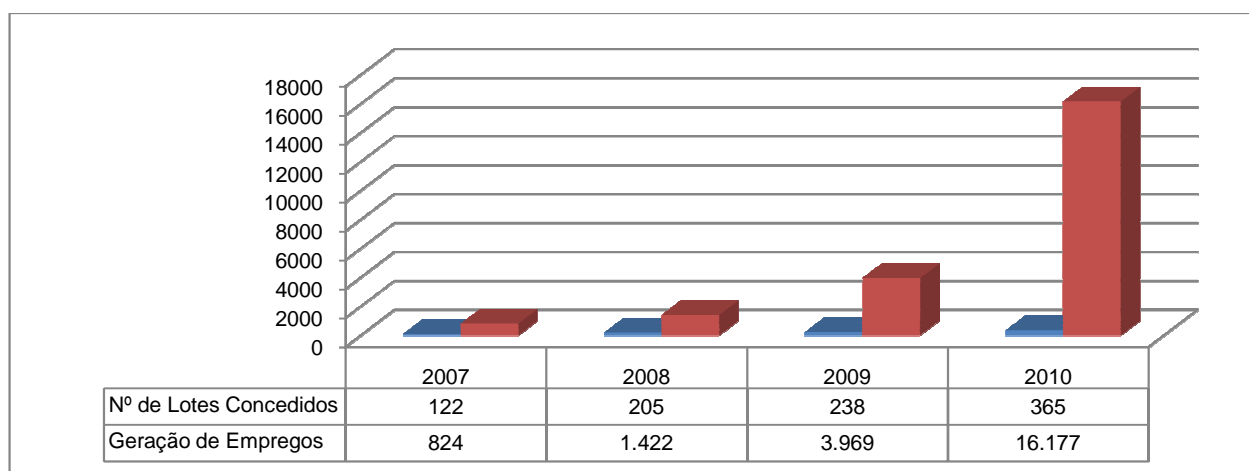
- 2008 inclui parte do Noroeste, 2009 inclui 6 glebas do Capital Digital.
- Para os demais anos o número de pessoas beneficiadas foi estimado pelo número de lotes registrados multiplicado por 5.

3. Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado e Sustentável

A Terracap, como Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, participa efetivamente do PRÓ-DF, concedendo às empresas selecionadas pelo Governo o incentivo econômico, isto é, descontos significativos no valor do terreno dotado de infraestrutura em setores estratégicos.

Lotes concedidos ao Pró-DF 2007 a 2010

Anos	Nº de Lotes	Investimentos Previstos (mil)	Geração de Empregos
2007	122	33.953	824
2008	205	72.051	1.422
2009	238	294.029.803	3.969
2010	365	1.757.979.121	16.177
Total	930	2.052.114.928	22.392



Em 2010, foram assinadas 365 concessões de direito real de uso com opção de compra subsidiada, desde que os beneficiários cumpram as cláusulas acordadas no PRÓ-DF. Essas concessões representam investimentos estimados em R\$ 1,758 bilhão e geram uma expectativa de criação de 16.177 novos empregos diretos.

4. Programa 0084 – Urbanização

Em 2010 foram empenhados R\$ 708,10 milhões para execução de Obras e Serviços Urbanos, com vistas a consolidar urbanisticamente os parcelamentos da Terracap e auxiliar o GDF na execução e recuperação, bem como construir obras de cunho social.

Execução orçamentária e Financeira

Programa 0084 - Urbanização

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1110 - obras de urbanização					
0028 - Execução de Obras de Urbanização pela Companhia Imobiliária de Brasília no Distrito Federal	500.000.000	459.700.000	303.257.149	293.785.123	23-24-25-26-27-28-29-30-32-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-56-57-59-60-61-62-63-64-65-66-67-69-70-102-103-104-110-115-116-117-118-119-120-121-132-148-149-150-151-152-153-154-156-158-165-171-172-173-176
0029 - Execução de Obras de Urbanização pela Companhia Imobiliária de Brasília em Águas Claras	49.000.000	49.000.000	25.957.296	24.634.102	68-71-72-73-74-134-136-137-138-142-155
0030 - Execução de Obras de Urbanização pela Companhia Imobiliária de Brasília no Bairro Taquari	60.000.000	50.000.000	33.365.861	32.997.564	75-76-77-78-114-166-167-175
Total do Programa 0084 - Urbanização	719.000.000	671.700.000	453.915.453	438.647.969	

Parte desses recursos foi destinada à execução de Estudos, Projetos Ambientais e Urbanísticos, com o objetivo de regularizar ocupações e criar áreas urbanas destinadas à habitação, comércio, indústria e outras atividades econômicas sociais.

Obras e Serviços de Engenharia

Do total empenhado para firmar contratos de obras e serviços de engenharia foram realizados financeiramente até dezembro de 2010 o montante de R\$ 438,65 milhões para pagar as ações demonstradas na planilha a seguir:

Programa 0084 - Urbanização

Obras e Serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
15.451.0084.1110.0028 - execução de obras de urbanização da Companhia Imobiliária de Brasília no Distrito Federal			
0023 - Implantar energia elétrica em parcelamentos da Terracap "procedente da etapa 0029/2009" Contrato 193/2005	99	Andamento Normal	90% das obras executadas, 55 loteamentos com a infra-estrutura de energia elétrica colocadas. Algumas obras estão paralisadas ou não iniciadas por questões técnicas da CEB.
0024 - Implantar pavimentação asfáltica e rede de drenagem pluvial no Jardim Botânico "procedente da etapa 0030/2009" - Convênio 013/2008 - SO Contrato 140/2008	27	Andamento Normal	92% das obras executadas.
0025 - Implantar rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Jardim Botânico "procedente da etapa 0031/2009" Contrato 183/2007	27	Andamento Normal	Sistema de Esgoto Sanitário implantado: 94%. Rede de Água Potável implantada: 94%.

Obras e Serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
0026 - Implantar rede de energia elétrica no Jardim Botânico "procedente da etapa 0032/2009" Contrato 202/20007 - CEB	27	Andamento Normal	Foram colocados 15.456m rede de baixa tensão, de um total de 25.768m; 9.710m de rede de alta tensão de um total de 10.801m e 28 unds de transformadores de um total de 37unds.
0027 - Implantar infraestrutura urbana nas QE's 38,44,48,50,54,56 e 58 do Guará "procedente da etapa 0033/2009" Contrato 11/2009 - NOVACAP	10	Atrasada	96,2% das obras executadas.
0028 - Implantar rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário no SMAS "procedente da etapa 0035/2009" Contrato 32/2009	3	Paralisada	Projeto realizado com pedido de alteração pelos Órgãos Ambientais
0029 - Remanejar rede de esgoto no SMAS "procedente da etapa 0036/2009" Contrato 250/2009	1	Paralisada	Aguardando revisão do termo aditivo.
0030 - Implantar rede de energia elétrica no SMAS "procedente da etapa 0037/2009"	1	Concluída	Rede elétrica implantada no Setor de Múltiplas Atividades Sul.
0032 - Implantar rede de energia elétrica no SIA 17 Trecho 3 "procedente da etapa 0043/2009" Contrato 142/2008	29	Andamento Normal	5.723 m de rede de BT, 5486 m de rede de AT 15 transformadores; 69% da rede implantada
0034 - Implantar rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário na 2ª etapa do Jardim Botânico "procedente da etapa 0045/2009" Contrato 235/2009	27	Andamento Normal	50% das obras executadas.
0035 - Implantar rede de energia elétrica na 2ª etapa do Jardim Botânico "procedente da etapa 0046/2009"	27	Andamento Normal	Elaborado o projeto para implantação de energia elétrica.
0036 - Implantar rede de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica no SCIA "procedente da etapa 0047/2009" Convênio 082/2006	25	Atrasada	63% das obras executadas
0037 - Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial para duplicação da via de acesso ao SCEN e SHTN - Trecho enseada I Pólo 3 do Projeto Orla "procedente da etapa 0050/2009" Convênio 226/2008	1	Concluída	100% das obras executadas
0038 - Executar obras de enterramento de linhas aéreas CEB/FURNAS. Procedente da etapa Contrato 069/2004 - CEB	12	Cancelada	66% das obras executadas
0039 - Executar pavimentação asfáltica passeios e meios fios da duplicação da via EPIA - Eixo Monumental "procedente da etapa 0052/2009" Convênio 35/2008	1	Andamento Normal	99% das obras executadas.
0040 - Implantar infraestrutura de energia elétrica em diversos loteamentos da Terracap "procedente da etapa 0053/2009" Convênio 160/2008	99	Paralisada	90% das obras executadas.
0041 - Implantar infraestrutura de energia elétrica em loteamentos da Terracap "procedente da etapa 0054/2009" Contrato 230/2008 - CEB	99	Concluída	100% das obras executadas.
0042 - Executar obras de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial no Polol JK - 2ª etapa e Trechos 4 e 6 em Santa Maria "procedente da etapa 0102/2009" Convênio 340/2008 - SO	13	Andamento Normal	84,5% das obras executadas
0043 - Executar pavimentação asfáltica e meios-fios - AMA do Gama - "procedente da etapa 103/2009" - Convênio 341/2008 -	2	Andamento Normal	91,4% das obras executadas.
0044 - Executar pavimentação asfáltica, drenagem e meios-fios e estacionamentos e plantio de grama na ADE - Samambaia Sul - "procedente da etapa 104/2009" - Convênio 030/2009.	12	Andamento Normal	87,7% das obras executadas.
0045 - Executar drenagem pluvial em diversas ruas do Setor Oeste de Samambaia "procedente da etapa 0116/2009" Convênio 124/2008	12	Andamento Normal	99% das obras executadas.
0046 - Executar pavimentação asfáltica meios-fios passeios sinalização e baias de ônibus no Setor Oeste de Samambaia "procedente da etapa 0117" Convênio 124/2008	12	Andamento Normal	98,6% das obras executados
0047 - Remanejar trecho de linha de distribuição em 69 KV - Lote 06 do Setor CSG 08 em Taguatinga / DF "procedente da etapa 107/2009"- Contrato 66/2009 -	3	Concluída	Linha de distribuição remanejada.
0048 - Revitalizar área externa do Centro de Convenções Ulisses Guimarães "procedente da	1	Andamento Normal	81,5% das obras executadas.

Obras e Serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
etapa 0118" Convênio 124/2009 -			
0049 - Construir e implantar o Centro Cultural do Taguaparque no Pistão Norte "procedente da etapa 0119"; recuperação de meios fios e pavimentação em blocos inter-travados e meios fios. Convênio 124/2009	3	Andamento Normal	96% das obras executadas
0050 - Executar campo de futebol com grama sintética, alambrado e passeio "procedente da etapa 0120" Convênio 124/2009 OBRA 27	7	Concluída	100% das obras executadas.
0051 - Implantar obras de infraestrutura básica de energia elétrica "procedente da etapa 121/2009" Contrato 59/2009	99	Concluída	100% das obras executadas. Projeto concluído.
0052 - Executar passeios em diversas áreas do SMPW "procedente da etapa 0122" Convênio 124/2009 OBRA 38	24	Concluída	99,31% das obras executadas.
0053 - Construir o restaurante Comunitário do Gama "procedente da etapa 0123" Convênio 124/2009	2	Concluída	100% das obras executadas.
0054 - Implantar obras de infraestrutura básica de energia elétrica "procedente da etapa 0124" Contrato 69/2009	99	Paralisada	Águas Claras, Rua 31 Norte Lote 3: 28% executado, situação: PA; Águas Claras, Av. Parque Águas Claras, Lote 3740: 34% executado, situação: PA; Brasília SAF Sul, Quadra 2, Lote 5 e 6: 91% executado, situação: PA; Guarã, QE's 34, 44, 48, 50, 52, 54, 56 e 58, situação: não iniciado. 18% do total do contrato executado
0056 - Executar diversos serviços no SCS via de pedestres passeios meios-fios sinalizações rampas e recuperar as Praças Central e dos Artistas fornecer lixeiras para todo o SCS "procedente da 0126/2009" Convênio 124/2009	1	Concluída	100% das obras executadas.
0057 - Cercar com alambrado - Divisa do AMA e Manancial Ponte da Terra em execução - "procedente da etapa 108/2009" - Contrato 092/2009.	2	Concluída	Cercamento e alambrados concluídos
0059 - Executar passarelas de pedestres na Quadra 3 do SCS "procedente da etapa 0127" Convênio 124/2009 Processo	1	Concluída	Passarela de pedestre implantada
0060 - Implantar energia elétrica em vários setores do DF "procedente da etapa 018" Contrato 115/2009 - CEB	99	Concluída	100% das obras executadas.
0061 - Construir restaurante comunitário em Sobradinho II - "procedente da etapa 110/2009" - Convênio 124/2009 -	5	Andamento Normal	97% das obras executadas.
0062 - Construir campo de futebol com grama sintética no Taguaparque "procedente da etapa 0129" Convênio 124/2009	3	Concluída	Obras concluídas.
0063 - Implantar infraestrutura básica de energia elétrica em diversos setores do DF "procedente da etapa 0131" Contrato 102/2009 - CEB	99	Andamento Normal	50% das obras executadas.
0064 - Executar estacionamento em blocos de concreto, passeios, plantio de grama, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial no SAF/Sul - "procedente da etapa 112/2009" - Convênio 124/2009 -	1	Concluída	Obras concluídas.
0065 - Implantar infraestrutura básica de energia elétrica em diversos setores do DF "procedente da etapa 0132" Contrato 81/2009 - CEB	99	Concluída	100% das obras executadas.
0066 - Restaurar diversas rodovias do DF e implantar drenagem pavimentação sinalização e outras obras complementares "procedente da etapa 0141" Contrato 278/2009	99	Andamento Normal	96% das obras executadas.
0067 - Implantar rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Setor de Embaixada Norte "procedente da etapa 0142" Contrato 243/2009	1	Não Iniciada	
0069 - Executar pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial nos Setores Leste e Oeste de Planaltina - "procedente da etapa 114/2009" - Convênio 124/2009 -	6	Andamento Normal	71,4% das obras executadas.
0070 - Executar pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial em São Sebastião - "procedente da etapa 115/2009" Convênio 124/2009	14	Andamento Normal	99,7% das obras executadas.
0102 - Remanejar redes de água e esgoto na	9	Concluída	100% das obras executadas.

Obras e Serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
Ceilândia "procedente da etapa 0106/2009" Convênio 053/2009			
0103 - Remanejar rede de esgoto sanitário no SAUN Quadra 4 Lotes "C e D" Contrato 253/2009	1	Não Iniciada	
0104 - Executar pavimentação asfáltica drenagem pluvial e obras de artes especiais na Via AFS 5 "procedente da etapa 0113/2009" Convênio 124/2009	1	Andamento Normal	97% das obras executadas.
00110 - Construir Vilas Olímpicas em diversas cidades do Distrito Federal.	99	Andamento Normal	Vilas Olímpicas de Brazlândia, Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas concluídas. Vilas olímpicas: SCIA 96,5%, Planaltina 96%, Gama 99%, Riacho Fundo 77%, Ceilândia 34%, São Sebastião 98% das obras executadas. Convênio 124/2009 Processos 111.002.236/2009 e outros.
0115 - Executar o remanejamento de rede de drenagem e pavimentação asfáltica no Pólo de Modas Convênio 124/2009	10	Andamento Normal	50% das obras executadas.
0116 - Executar pavimentação asfáltica no SMAS Convênio 124/2009	99	Concluída	100% das obras executadas.
0117 - Executar estacionamento do TJDF em blocos de concreto e outros serviços complementares Convênio 124/2009	1	Concluída	Estacionamento em blocos de concreto e serviços complementares executados
0118 - Construir a Feira de Artesanato da Torre de TV Convênio 124/2009	1	Concluída	100% das obras executadas.
0119 - Executar drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e serviços complementares na Vila Estrutural Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	99% das obras executadas.
0120 - Executar obras de construção de campo de futebol com grama sintética e serviços complementares em várias cidades do DF Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	Campos construídos: no Setor Educacional de Planaltina; em frente a Quadra 101 no Recanto das Emas; na Vila DVO Gama; quadras 8 e 50 do Setor leste do Gama; na QNO 17 Ceilândia; parque Veredinha Brazlândia; na Quadra 508 no Recanto das Emas; na Quadra 14 em Sobradinho; QNM 14 Praça Eucaliptos Ceilândia; Quadra 12 SRL Planaltina; Área Especial 1 Vila Varjão; Vila Metropolitana Núcleo Bandeirante.
0121 - Executar manutenção de vias e logradouros públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Asa Sul Cruzeiro Sudoeste Octogonal SIA SCIA São Sebastião e Jardim Botânico Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	60% das obras executadas.
0122 - Executar manutenção de vias e logradouros públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Asa Norte Varjão Sobradinho II Paranoá e Planaltina Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	72% das obras executadas.
0123 - Executar manutenção de vias e logradouros públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Gama Santa Maria e Setor de Mansões Park Way Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	72% das obras executadas.
00124 - Executar manutenção de vias e logradouros públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em Recanto das Emas Samambaia e Riacho Fundo II Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	83% das obras executadas
0125 - Executar manutenção de vias e logradouros públicas para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em Águas Claras Vicente Pires Candangolândia Guará I/II Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	99% das obras executadas
0126 - Executar manutenção de vias e logradouros públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em Taguatinga Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	84% das obras executadas
0127 - Executar manutenção de vias e logradouros públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em Ceilândia Norte e Brazlândia Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	86% das obras executadas.
0128 - Executar drenagem pluvial no SGA 913/914 (vias adjacentes ao Grande Oriente do Brasil e Casa Maranhão) Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	99 % das obras executadas
0129 - Executar manutenção de vias e logradouros	99	Andamento	66% das obras executadas.

Obras e Serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
públicos para recuperar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Ceilândia Sul Convênio 124/2009		Normal	
0130 - Implantar Parque Infantil Kit de Malhação e Gramado em São Sebastião Convênio 124/2009	14	Concluída	100% das obras executadas
0131 - Executar obras de paisagismo calçadas e outros elementos na Praça da Fonte do Centro de Lazer Beira Lago Convênio 124/2009	1	Andamento Normal	78,4% das obras executadas.
0132 - Construir Quadras Poliesportivas em Ceilândia Convênio 124/2009	9	Concluída	99% das obras executadas.
0148 - Urbanizar a Cidade dos Meninos do Núcleo Rural Monjolo Recanto das Emas Convenio 124/2009 OBRA 62	15	Andamento Normal	89% da urbanização executada
0149 - Implantar Praças em diversas Regiões Administrativas Convênio 124/2009	99	Andamento Normal	68% das obras para implantar as Praças executadas.
0150 - Implantar pavimentação asfáltica e calçadas em diversos setores do Distrito Federal - Convênio 124/2009 - Obra 59	99	Andamento Normal	Concluído: pavimentação nas vias M1, M2, M3, N1, N2 e N3; pav. meios-fios, passeios Sobradinho / Vila Rabelo; est. públicos na QNN 31 H, EQNP 5/9 e 13/17 da Ceilândia; calçadão na Av. Alagados - Santa Maria; pav. na QD 34 e 57 Brazlândia; calçadas em Sobradinho; meios-fios em Santa Maria; passeios, meios-fios e drenagem pluvial no SGAS 607; pavimentação, meios fios, passeios e drenagem na CSE 6 Taguatinga; vias de acesso, drenagem e estacionamento no SAIN.
0151 - Construir Restaurante Comunitário no Riacho Fundo II - Convênio 124/2009 - Obra 53	21	Andamento Normal	Obras executadas: 93%
0152 - Executar obras na Feira de Santa Maria - Convênio 124/2009 - Obra 64 - A	13	Andamento Normal	Estrutura metálica implantada: 92%.
0153 - Executar obras na Feira de Ceilândia - Convênio 124/2009 - Obra 64 - B	9	Concluída	Obras concluídas
0154 - Construir Ciclovia em Santa Maria e Recanto das Emas - Convênio 124/2009 - Obra 28.	15	Andamento Normal	Ciclovia construída: 93%
0156 - Elaborar projeto de drenagem pluvial e PCA referente ao Projeto Orla, Concha Acústica; e projetos complementares na Concha Acústica, Pólo III. Convênio 124/2009.	1	Andamento Normal	61% das obras executadas.
0158 - Elaborar o projeto básico de engenharia dos viadutos e trincheiras do sistema viário de ligação da Via W4 NORTE/SUL das adjacências do Edifício Venâncio 3000 e Centro Empresarial Norte. Convênio 124/2009.	1	Andamento Normal	27% do projeto elaborado.
0165 - Ampliar e reformar o estádio Nacional de Brasília (Mané Garrincha). Convênio 323/2009.	1	Paralisada	Obras iniciadas porém interrompidas por embargo do Ministério Público. Pago R\$ 1.076.630,66
0171 - Executar recapeamento asfáltico no SMPV Quadra 17. Convênio 124/2009.	24	Andamento Normal	97% das obras executadas.
0172 - Fornecer bancos de concreto e executar redes de drenagem em diversos locais da Vila Planalto - Convênio 124/2009.	1	Andamento Normal	29,14% das obras executadas
0173 - Executar drenagem e lançamento na QNM's Ceilândia - Brasília DF. Convênio 124/2009.	9	Andamento Normal	91,26% das obras executadas.
0176 - Executar passeios em diversas quadras do Setor de Mansões Park Way. Obra 38 Convênio 124/2009	24	Andamento Normal	81% das obras executadas.
15.451.0084.1110. 0029 - Execução de Obras de Urbanização da Companhia Imobiliária de Brasília em Águas Claras			
0068 - Executar ligação de energia elétrica em vários setores de Águas Claras "procedente da etapa 0058" Contrato 098/2007	20	Andamento Normal	43 de 55 setores com infraestrutura de energia elétrica executadas
0071 - Executar calçados e defesa metálica na Av. Boulevard Norte e Sul de Águas Claras "procedente da etapa 0130" Convênio 124/2009	20	Concluída	100% das obras executadas.
0072 - Executar pavimentação asfáltica e meio fio em diversas áreas de Águas Claras "procedente da etapa 0133" Convênio 124/2009	20	Concluída	99,37 % das obras executadas
0073 - Executar pavimentação asfáltica e meios fios na Av. Araucária ligando Rua 25 e Rua Araribe e Trecho da Av. Jacarandá a Águas Claras "procedente da etapa 0134" Convênio 124/2009	20	Concluída	Obras concluídas.
0074 - Executar pavimentação asfáltica e drenagem	20	Concluída	Obras concluídas.

Obras e Serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
pluvial em diversas ruas de Águas Claras "procedente da etapa 0136/2009" Contrato 124/2009			
0134 - Recuperar pavimento asfáltico e concluir rede de drenagem pluvial na AV. Castanheiras Contrato 124/2009	20	Concluída	Obras concluídas.
0136 - Executar pavimentação asfáltica na Quadra 208 Rua Macaúba lote 6/8 de Águas Claras Contrato 124/2009	20	Concluída	100% das obras executadas
0137 - Executar pavimentação asfáltica na Av. Parque Águas Claras trecho entre Av. Jequitibá e Araucária Contrato 124/2009	20	Concluída	100% das obras executadas
0138 - Executar pavimentação asfáltica meios fios e drenagem pluvial em diversos locais da QS 5 do Areal em Águas Claras Contrato 124/2009	20	Concluída	Obras concluídas.
0142 - Executar drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e meios-fios na ADE- Área de Desenvolvimento Econômico de Águas Claras Convênio 124/2008	20	Andamento Normal	90% das obras executadas
0155 - Recuperar pavimentação asfáltica e concluir rede de drenagem pluvial na Av. das Castanheiras - Águas Claras - DF. OBRA 6 - 2 Convênio 124/2009	20	Concluída	100% das obras executadas.
15.451.0084.1110.0030 - Execução de obras de Urbanização pela Companhia Imobiliária de Brasília no Bairro Taquari			
0075 - Executar obras de água e esgoto no Setor Habitacional Taquari Trechos 1, 2 e 3 "procedente da etapa 0060/2009" Contrato 582/2002.	18	Paralisada	33% das obras executadas.
0076 - Executar obras de pavimentação asfáltica ligando o SHTq com a Rodovia DF 003 "procedente da etapa 0061/2009" Convênio 074/2008	18	Concluída	Obras concluídas
0077 - Cercar as lagoas de retenção da drenagem pluvial do Setor Habitacional Taquari "procedente da etapa 0100/2009" Contrato 114/2009	18	Concluída	Lagoas cercadas
0078 - Construir a Torre de TV Digital "procedente da etapa 0101/2009" Convênio 280/2008	18	Andamento Normal	75% das obras executadas
0114 - Executar drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e serviços complementares na Via de Acesso ao Setor Habitacional Taquari Convênio 124/2009	18	Concluída	100% das obras executadas.
0166 - Executar o PRAD das obras de drenagem do Setor Habitacional Taquari trecho 1. Contrato 225/2007.	18	Andamento Normal	98% das obras executadas
0175 - Executar alambrados na área do Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército, Setor Habitacional Taquari. Obra 66 Convênio 124/2009	18	Andamento Normal	75% das obras executadas
15.451.0084.1110.0031 Execução de Obras de urbanização pela Companhia Imobiliária de Brasília no Noroeste			
0079 - Executar obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica no Setor Noroeste "procedente da etapa 0064/2009" Convênio 124/2009	1	Andamento Normal	68% das obras executadas
0080 - Executar obras de rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Setor Noroeste "procedente da etapa 0065/2009" Contrato 173/2009 CAESB	1	Andamento Normal	Obras em execução e sem medição neste bimestre.
0081 - Executar rede de energia elétrica no Setor Noroeste "procedente da etapa 0066/2009"	1	Atrasada	Aguardando a celebração do contrato com a CEB.

5. Programa 0500 – Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

A Terracap procura formas para integrar as intenções de ocupação do solo com a capacidade de suporte do meio ambiente, adequando as necessidades de crescimento urbano e a sobrevivência dos recursos naturais existentes.

No cumprimento das Legislações Estaduais e Federais, em 2010 foram realizadas várias ações ambientais que totalizaram R\$ 2,59 milhões.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2114- Execução da Política Ambiental					
6113 - Execução da Política Ambiental para Parcelamento do Solo	10.650.000	10.650.000	2.606.173	2.592.792	88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100-113-139-140-141-146-147-157-159-160-161-162-163-164-169-170

Obras e serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas Realizadas
18.541.0500.2114.6113 - Execução da política ambiental para o parcelamento do solo			
0088 - Elaborar EIA/RIMA do Setor Habitacional Catetinho "procedente da etapa 0078/2009" Contrato 158/2008	2	Concluída	Concluído: EIA/RIMA definitivo. Estudo apresentado em audiência pública.
0089 - Elaborar Plano de Manejo da Reserva Ecológica e do Parque Recreativo do Gama Contrato 207/2006	2	Andamento Normal	Plano de trabalho, Diagnóstico ambiental e Zoneamento ambiental concluído. Plano de Manejo versão preliminar em processo de pagamento. Plano de Manejo versão final atrasado
0090 - Executar PRAD das Obras de Drenagem do Setor Habitacional Taquari Contrato 225/2007	18	Andamento Normal	95% das obras executadas.
0091 - Elaborar EIA / RIMA das áreas situadas na Borda da Ceilândia - "procedente da etapa 81/2009" - Contrato 258/2006	9	Andamento Normal	Plano de trabalho, EIA/RIMA definitivo e teste de sondagem para definir faixa de risco de ruptura do terreno concluídos. Audiência pública aguarda aprovação do IBRAM.
0092 - Elaborar o levantamento arqueológico do Setor Habitacional Noroeste - Área Diretamente Afetada - "procedente da etapa 88/2009" - contrato 171/2008	1	Concluída	Levantamento arqueológico concluído e aprovado pelo IPHAN.
0093 - Elaborar EIA/RIMA do Centro Metropolitano de Taguatinga "procedente da etapa 0139/2009" Contrato 186/2009	3	Concluída	Plano de Recuperação de áreas degradadas elaborado.
0094 - Elaborar RIVI em Samambaia "procedente da etapa 0099/2009" Contrato 103/2009	12	Andamento Normal	Plano de trabalho e RIVI preliminar, concluídos.
0095 - Elaborar RIAC do Centro Metropolitano do Guarã "procedente da etapa 0089/2009" Contrato 038/2008	10	Andamento Normal	RIAC elaborado. Aguarda audiência pública para aprovação dada ausência de resposta pelo IBRAM.
0096 - Elaborar RIVI de ADE de São Sebastião "procedente da etapa 0097/2010" Contrato 113/2009 Aditivo 216/2009	14	Andamento Normal	RIVI preliminar elaborado. Feito termo aditivo de prazo e valor para continuidade dos serviços. Aguarda Audiência Pública
0097 - Elaborar RIAC na Faixa de domínio do Metrô no Riacho Fundo "procedente da etapa 0098/2009" Contrato 116/2009	17	Atrasada	Plano de trabalho concluído. RIAC e Audiência Pública atrasada.
0098 - Elaborar RIAC do Setor Habitacional Porto Seguro "procedente da etapa 0138/2009" Contrato 185/2009	99	Andamento Normal	Elaboração do RIAC concluída. Aguardando marcação de audiência pública pelo IBRAM.
0099 - Elaborar EIA/RIMA do parcelamento Parque Capital Digital "procedente da etapa 0091/2009"	99	Concluída	EIA/RIMA definitivo executado.
0100 - Elaborar Projetos ambientais da ADE de Samambaia "procedente da etapa 0092/2009"	12	Concluída	Projetos executados.
0113 - Elaborar PCA e RIVI para construir via de ligação Riacho Fundo I e II Convênio 124/2009	17	Concluída	PCA e RIVI concluídos.
0139 - Elaborar EIA/RIMA do Sub-centro Leste de Samambaia - Interbairros 2ª etapa Trecho 3. Contrato 312/2009	12	Andamento Normal	Plano de Trabalho, Relatório de Andamento e Cronograma de Execução. Concluídos. EIA/RIMA em fase de pagamento. 65,7% do projeto concluído
0140 - Elaborar EIA/RIMA do parcelamento Centro Metropolitano de Taguatinga Contrato 186/2009	3	Andamento Normal	EIA/RIMA incluindo Estudo Arqueológico concluídos e encaminhado ao IBRAM para agendamento de audiência pública. Ausência de resposta do IBRAM
0141 - Elaborar RIVI do Setor de Múltiplas Atividades Sul Contrato 313/2009	1	Andamento Normal	Plano de Trabalho e Estudo ambiental, concluídos. Relatório e Audiência Pública não iniciada.
0146 - Ampliar o viveiro florestal Jorge Pellas do Jardim Botânico de Brasília Convênio 314/2009	16	Atrasada	Aguardando finalização dos processos em licitação para comprovação da utilização dos primeiros recursos e consequentemente liberação dos próximos.

Obras e serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas Realizadas
0147 - Realizar Estudo Ambiental do Setor Habitacional Região dos Lagos - áreas desocupadas e trabalhos complementares na ARINE Região dos Lagos e loteamento do DER Contrato 055/2010	99	Andamento Normal	Plano / Proposta de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiros Concluídos. Estudo Ambiental - EIA / RIMA em andamento. Ausência de resposta do IBRAM.
0157 - Elaborar plano de controle ambiental - PCA do Parque Vivencial Anfiteatro Natural, no Lago Sul - RA XVI - Convênio 124/2009.	16	Andamento Normal	9,5% do PCA elaborado.
0159 - Elaborar Plano de Controle Ambiental - Setor Habitacional Taquari - Trecho II - Lago Norte - RA XVIII - Contrato 112/2010 -	18	Atrasada	Plano de Trabalho Elaborado. PCA - Estudo Ambiental Atrasado.
0160 - Elaborar Plano de Manejo da APA do L. Paranoá - L. Sul RA XVI, L. Norte RA XVIII e Parte da RA I - BSB e da RA VII - Paranoá - Contrato 103/2010	16	Andamento Normal	Proposta de Trabalho elaborada. Coleta e análise de dados secundários concluídos. Plano de Manejo em fase de pagamento.
0161 - Elaborar projetos de educação e engenharia ambiental para os parcelamentos do solo do SH JB, SH São Bartolomeu, SH D. Bosco, SH Taquari - Trecho 01, Vila DNOCS, Perimetral N de Ceilândia, QE 48 do Guarã e SCIA. Contrato 151/2010.	16	Concluída	Proposta de trabalho e estudo ambiental concluídos.
0162 - Elaborar relatório de Impacto de Vizinhaça - RIVI - Setor Quaresmeira - Guarã - RA X - Contrato 137/2010	10	Atrasada	Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro elaborado. Estudo Ambiental em andamento
0163 - Elaborar Plano de Controle Ambiental - Setor Habitacional Noroeste - Contrato 587/2010	1	Concluída	PCA concluído.
0164 - Elaborar EIA/RIMA Setor Habitacional do Torto - Contrato 90/2010 -	1	Atrasada	Relatório de Andamento e EIA / RIMA preliminar concluídos
0169 - Executar Serviços de engenharia referentes ao Plano de gestão Ambiental de implantação - PGAI do empreendimento denominado Setor Habitacional Noroeste. Contrato 169/2010.	1	Andamento Normal	Plano de trabalho concluído. Relatório mensal 1 e 2 concluídos. Relatório mensal 3 em pagamento.
0170 - Adquirir certificação de sustentabilidade do Setor Habitacional Noroeste. Contrato 126/2010	1	Paralisada	Certificação LEED-ND; Diretrizes de Sust. para Projeto e Construção de Novos Empreendimentos do Noroeste; Créditos de carbono concluídos. Capacitação em Sustentabilidade paralisada

6. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1984-Construção de Prédios e Próprios					
0022-Construção de Prédios e Próprios da Companhia Imobiliária de Brasília	1.500.000	1.500.000	0,00	0,00	082
3903 – Reforma de Prédios e Próprios					
0028-Reforma de Prédios e Próprios da Companhia de Imobiliária de Brasília	400.000	400.000	116.271	116.271	083 - 174

Obras e Serviços 2010

Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
15.451.3000.1984.0022 - Construção e Prédios e Próprios da Companhia Imobiliária de Brasília			
0082 - Construir sala de treinamento para a Terracap	1	Atrasada	Projeto concluído, aguardando deliberação da diretoria para execução. Set e Out: termo de referência elaborado para contratação do projeto executivo. Encaminhado à Comissão Permanente de Licitação (CPL) para elaboração do edital.
15.451.3000.3903.0028 - Reforma de Prédios e Próprios da Companhia Imobiliária de Brasília (EPP)			
0083 - Executar obras de reforma no Ed. Sede da Terracap.	1	Andamento Normal	Contratação de perícia estrutural para reforma da estrutura que sustenta a cobertura do pátio do estacionamento do núcleo de transportes. Perícia e Projeto elaborado.
0174 - Executar Escolas no DF. Centro Metropolitano, Conjunto A, Lote 1, Ceilândia. Obra 65. Convênio 124/2009	1	Andamento Normal	49% das obras executadas

7. Programa 0100 – Apoio Administrativo

No âmbito administrativo, o planejamento das atividades e projetos da empresa, assim como a melhoria contínua dos processos de trabalho, tem sido uma das ferramentas utilizadas para melhorar a aplicação dos recursos.

Treinamento e Desenvolvimento do RH 2007 a 2010

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1471-Modernização do Sistema de Informática					
0007-Modernização dos Sistemas Informatizados	11.500.000	9.200.000	8.692.682	7.442.468	016 – 017
8502 – Administração de Pessoal					
0083 – Administração de Pessoal da Companhia Imobiliária de Brasília	141.500.000	120.560.000	116.821.899	116.821.899	008
8517 – Administração de Pessoal					
0114–Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Companhia Imobiliária de Brasília	142.000.000	243.400.000	242.028.286	224.269.019	001-009-010-011-012-086

Em 2010 dando continuidade aos projetos para atingir os objetivos definidos no planejamento estratégico, entre outras ações destaca-se a concepção e implantação do Escritório Estratégico Corporativo da Terracap. Este escritório “virtual” consolida informações geradas nos escritórios corporativos de projetos e processos.

Todas essas ações utilizaram recursos orçamentários financeiros do Programa 0100.

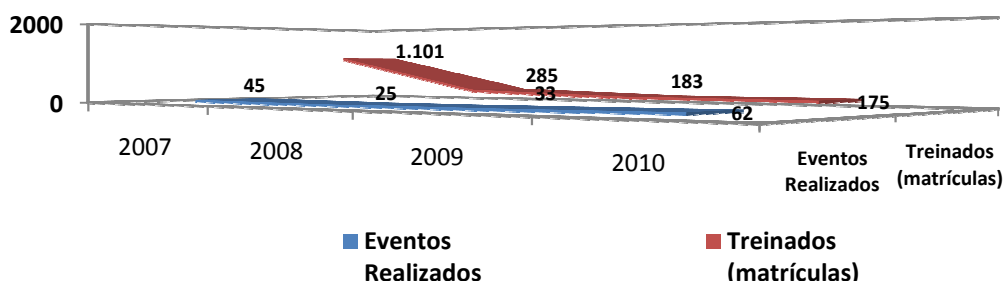
7.1. Programa de Treinamento e Desenvolvimento

Visando obter melhores resultados na realização de seus objetivos, em 2010 a Terracap promoveu 62 eventos de treinamento para seus empregados, que resultaram na atualização do conhecimento de 175 matrículas, com investimento da ordem de R\$ 194.708,00.

Treinamento e Desenvolvimento do RH 2007 a 2010			
Ano	Eventos Realizados	Treinados (matrículas)	R\$
2007	45	1.101	252.660,55
2008	25	285	83.685,00
2009	33	183	111.919,20
2010	62	175	194.708,00
Total	165	1.744	642.972,75

Fonte: Gereh/Diraf

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal



7.2. Programa de Desligamento Incentivado - Aposentadoria e Pós-Carreira

Em 21 de outubro de 2008, por meio da Decisão 1160/2008 - DIRET foi aprovado o PDI da Terracap. No período de out/2008 a dez/2010, foram desligados 56 empregados, com o custo total de R\$

2.376.214,18. A recuperação financeira do valor pago imediatamente aos aposentados a título de indenização trabalhista ocorre em média, após dois meses do desligamento.

No intuito de preparar os empregados para a aposentadoria e apresentar-lhes oportunidades de novas atividades profissionais, comunitárias ou pessoais, a Terracap realizou diversas palestras com temas específicos para os empregados que se encontram na fase de transição entre carreira e pós-carreira. Entre esses temas foram abordados: Trabalho Voluntário, Turismo na Melhor Idade, Qualidade de Vida, Cuidados com a Saúde Física e Mental e Construindo Novos Caminhos.

7.3. Programa Bem Viver

A Terracap não oferece apenas os benefícios previstos no ACT e nas legislações trabalhistas, realiza também várias atividades com o objetivo de preservar a saúde física, mental e promover a qualidade de vida dos empregados, assim como prevenir doenças futuras.

O Programa Bem Viver é constituído de atividades, agrupadas em Projetos, que visam melhorar a qualidade de vida dos empregados, por meio da prevenção de problemas de saúde e promoção da integração dos empregados, através de atividades culturais e de lazer. São eles:

Terracap em Movimento – É realizado, diariamente no horário de 12h às 14h (intervalo de almoço) no Parque Nacional de Brasília - Água Mineral e SESC – Serviço Social do Comércio, por meio de exercícios físicos diversos (caminhada, natação, hidroginástica, musculação, ginástica localizada).

Canto Coral “Vozes da Terra”- O coral Vozes da Terra é formado por 12 empregados da Terracap e realiza ensaios semanais. Faz apresentações em eventos internos e externos representando a Terracap.

Terracap Vida – Coleta sanguínea realizada em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.

XI Maratona de Qualidade de Vida - A Terracap realiza todos os anos, uma semana com várias atividades que visam à integração dos empregados. Neste exercício estava prevista a 11ª Maratona, porém por decisão da Diretoria esta foi adiada para o primeiro semestre de 2011.

8. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Financeira e Orçamentária

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores					
0087-Concessão de Benefícios aos servidores da Companhia Imobiliária de Brasília	18.000.000	14.400.000	13.650.082	13.650.082	002-003-004-005-006-007

8.1. Programa de Benefícios

Na política de valorização do empregado foram investidos, recursos da ordem de R\$ 34 milhões para concessão de benefícios previstos em Lei e no Acordo coletivo de trabalho – ACT 2009/2010. Essa despesa utilizou dotações orçamentárias consignadas nos Programas 0750 – Concessão de benefícios e 0100/8502 – Administração de pessoal (Funterra e Participação nos resultados).

Concessão de Benefícios aos Empregados – R\$

Programas	2008	2009	2010
Alimentação do Trabalhador	4.919.583	4.660.812	5.252.842
Vale Transporte	323.041	399.910	386.899
Plano de Saúde	4.064.576	4.631.660	5.187.808

Programas	2008	2009	2010
Participação nos Resultados	7.779.111	7.884.065	9.093.802
Funterra	15.263.104	12.128.885	12.301.613
Auxílio Creche	1.227.166	1.040.228	1.503.448
Bolsa Escola	311.707	301.532	283.494
Total	33.888.288	31.047.090	34.009.903

Fonte: NUCOR/NUBEN/DIRAF

Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação**Execução Financeira e Orçamentária**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3866-Instalação do Sistema de Geoprocessamento					
0002-instalação do Sistema de Geoprocessamento do Distrito Federal	1.000.000	1.000.000	0	0	133

Apesar de não ter sido realizado nenhum recurso da dotação autorizada para o Programa 0071 no exercício de 2010, O Programa de Geoprocessamento Corporativo da TERRACAP, intitulado TerraGEO já foi concebido por técnicos da empresa.

Esse programa irá utilizar soluções tecnológicas para inclusão de inteligência geográfica gerando indicadores geoespaciais, necessários aos negócios da Terracap.

9. Programa 4100 – A Terra Gerando Desenvolvimento

Este Programa engloba valores para desenvolver ação necessária à atividade finalística da Terracap que é a administração das terras públicas do Distrito Federal.

Assim nas dotações dos seus títulos são adquiridos equipamentos e materiais permanentes, elaboração de estudos e projetos de parcelamentos, operações imobiliárias (desapropriações, sentenças sobre imóveis, desfazimento de vendas de imóveis e indenização de benfeitorias).

Execução Financeira e Orçamentária

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1085-Aquisição e recuperação de imóveis					
0001-Aquisição e recuperação de móveis da Companhia Imobiliária de Brasília	69.000.000	69.000.000	52.227.472	52.227.472	020
2761-Administração de Terras Públicas					
0001-Administração de terras públicas da Campanha Imobiliária	4.590.000	4.590.000	4.314.018	4.314.018	014-015
2914-Estudos e Projetos					
0001-Estudos e projetos da Companhia Imobiliária de Brasília	34.760.000	26.060.000	10.237.154	9.992.363	084-087-101-111-112-143-144-145-168

10. Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural**Execução Financeira e Orçamentária**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9068-Apoio a Realização de Eventos					
6971-Apoio a Realização de Eventos Culturais	1.000.000	1.200.000	1.000.000	1.000.000	019

Tradicionalmente a Terracap contribui financeiramente com alguns eventos culturais, entre esses se destacam o Festival Internacional de Jazz e o Festival de Cinema.

11. Programa 3200 – Divulgação Oficial**Execução Financeira e Orçamentária**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505-Publicidade e Propaganda					
0028-Publicidade e Propaganda da Companhia Imobiliária de Brasília	16.000.000	12.800.000	11.578.686	11.433.554	018

O produto final da Terracap é o lote registrado e com infraestrutura, que é oferecido à população por meio de divulgação de editais de licitação.

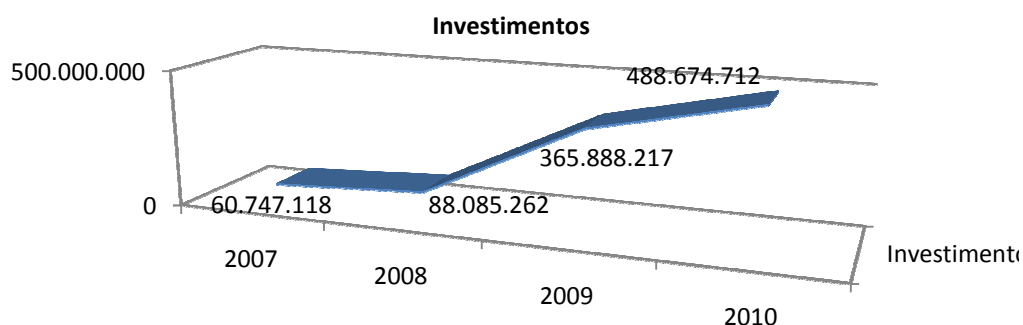
Portanto a veiculação das vendas para a população em geral não pode se restringir apenas a divulgação em jornais e revistas oficiais.

12. Investimentos

Em 2010 a Terracap realizou financeiramente investimentos da ordem de R\$ 488,67 milhões para custear obras e serviços urbanos, adquirir equipamento e material permanente e realizar operações imobiliárias de aquisição e recuperação de imóveis urbanos.

Investimentos Realizados							
2007 a 2010							
Anos	Infra-estrutura (1)	Convênios (2)	Total Obras (1)+(2)	Equipamento e Material permanente	Operações Imobiliárias	Aquisição de Ações	Total dos Investimentos
2007	8.458.611	23.251.365	31.709.976	270.234	23.516.908	5.250.000	60.747.118
2008	13.581.260	56.877.972	70.459.232	1.047.945	8.357.739	8.220.346	88.085.262
2009	30.499.404	332.345.889	362.845.293	821.790	2.221.134	0	365.888.217
2010	33.465.305	348.526.546	431.227.319	4.595.296	52.852.097	0	488.674.712
Total	86.004.580	761.001.772	896.241.820	6.735.265	86.947.878	13.470.346	1.003.395.309

Fonte: Quadro sintético de pagamentos Nucor/Gefin/Diraf



13. Convênios e contratos de obras vigentes

Em cumprimento a legislação do parcelamento do solo, que atribui ao loteador, entre outras responsabilidades, a implantação de infraestrutura básica, a Terracap deu continuidade aos convênios já firmados com a Secretaria de Estado de Obras e Novacap e os contratos com as concessionárias de serviços públicos do Distrito Federal, assim como, celebrou outros convênios para execução de vários tipos de obras, de interesse do Governo do Distrito Federal.

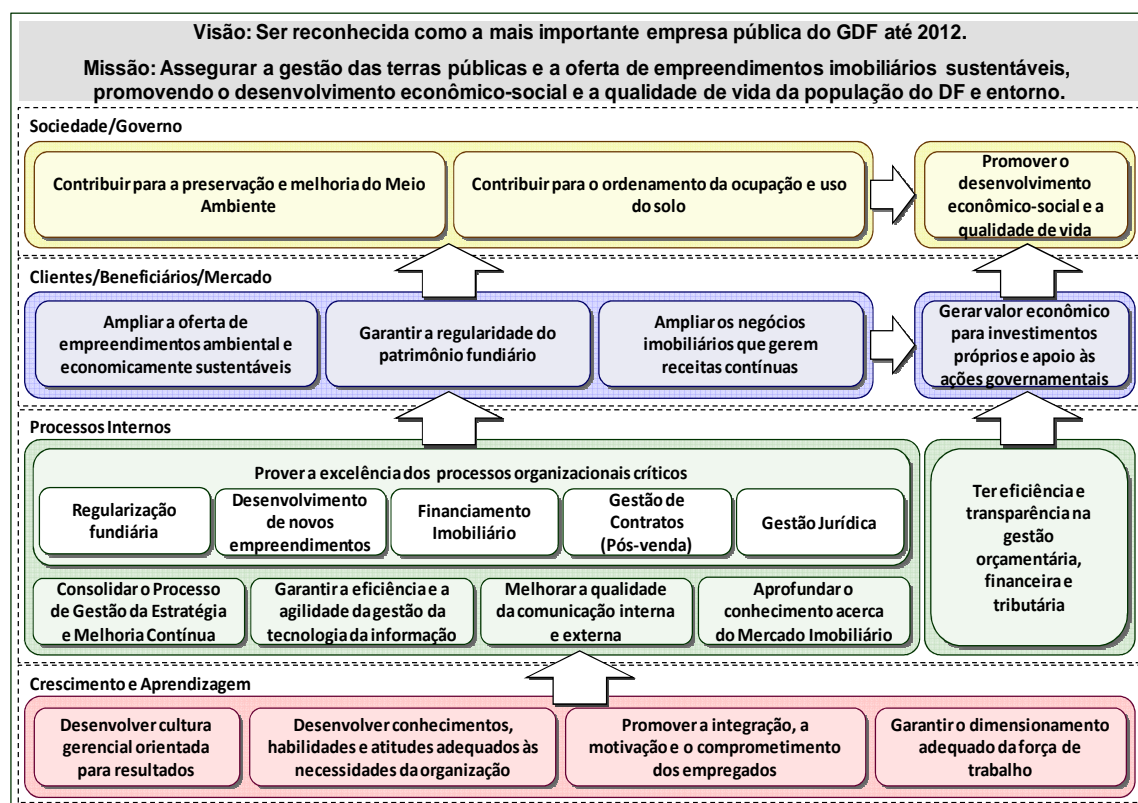
Convênio Contrato Nº	Nome do Contratado	Obra / Serviço	Local
582/2002	CAESB	Implantação das redes de água e esgoto	Setor Habitacional Taquari - Trechos 1, 2 e 3
243/2009	CAESB	Implantação das redes de água e esgoto	Lotes 40 a 48 do Setor de Embaixadas Norte
CV 035/2008	SO/NOVACAP	Duplicação da Via Estrada de Abastecimento	Entre o Eixo Monumental e trevo da EPIA
CV 341/2008	SO/NOVACAP	Pavimentação Asfáltica, meios-fios e baias de	Área de Múltiplas Atividades

Convênio Contrato Nº	Nome do Contratado	Obra / Serviço	Local
		ônibus.	(AMA) do Gama
CV 032/2009	SO/CAESB	Implantação de rede de abastecimento de água	AMA do Gama
193/2005	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unidades imobiliárias	DF
CV 082/2006	SO/NOVACAP	Pavimentação Asfáltica e drenagem	SCIA
98/2007	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unidades imobiliárias	DF
225/2007	Vertical Green	Execução de PRAD das obras de drenagem	Setor Habitacional Taquari - Trecho 01
CV 013/2008	SO/NOVACAP	Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e meios-fios	3ª Etapa - Setor Habitacional Jardim Botânico
142/2008	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unidades imobiliárias	DF
160/2008	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atend. a unidades imobiliárias	DF
183/2007	CAESB	Implantação de rede de água e esgoto	3ª etapa do Setor Habitacional Jardim Botânico
202/2007	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unidades imobiliárias	DF
CV 226/2008	SO/NOVACAP	Pavimentação Asfáltica e drenagem	Duplicação da via de acesso ao SCEN e SHTN, Pólo 03
CV 340/2008	SO/NOVACAP	Pavimentação, meios-fios e drenagem	Pólo JK 2ª Etapa
069/2009	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unid. imobiliárias	DF
CV 280/2008	SO/NOVACAP	Construção da Torre de TV Digital	Setor Habitacional Taquari Trecho 2
CV 030/2009	SO/NOVACAP	Pavimentação e drenagem	ADE Sul de Samambaia
CV 011/2009	SO/NOVACAP	Pavimentação Asfáltica, sinalização, meios-fios e drenagem pluvial.	QE's 38, 44, 48, 50, 54, 56 e 58 do Guará
102/2009	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unidades imobiliárias	DF
126/2009	TOPOCART	Mapeamento Aerofotogramétrico	DF
CV 124/09	NOVACAP/SO	Obras de urbanização, edificação e projetos	DF
174/2009	CAESB	Implantação de rede de água e ampliação da rede de esgoto	QE's 38, 44, 48, 50, 54, 56 e 58 do Guará
173/2009	CAESB	Implantação das redes de água e esgoto	Noroeste
235/2009	CAESB	Implantação da rede de água e esgoto e sistema de Esgoto	Condomínios do Jardim Botânico (água e esgoto) / de Águas Claras (esgoto)
250/2009	CAESB	Remanejamento de rede de esgoto que interfere com os	Lotes 1 e 2, Trecho 3 SMAS
253/2009	CAESB	Remanejamento de rede de esgoto que interfere com os	Lotes C e D, Quadra 04 SAUN
106/2010	CAESB	Ampliação do sistema de esgoto e implantação da rede de água no	Trecho 03, pólo 08 SCES
CV 323/2009	SO/NOVACAP	Ampliação e reforma do Estádio Nac. de Brasília	Eixo Monumental
CV 270/2009	DER	Restauração e melhoramento de vias	DF
CV 278/2009	DER	Restauração e melhoramento de vias	DF
104/2010	CAESB	Implantação das redes de água e esgoto	Trechos 3 e 4 do SMAS
243/2010	CEB Distribuição	Implantação de infraestrutura básica de energia elétrica para atendimento a unidades imobiliárias	DF

Convênio Contrato Nº	Nome do Contratado	Obra / Serviço	Local
13/2010	PRISMA	Elaboração de projeto de Drenagem Pluvial	Setor Habitacional Taquari - Trecho 02
153/2010	CAESB	Implantação das redes de água e esgoto	Centro Urbano de Samambaia, Qds 101, 102, 301 e 302
211/2010	NOBRE ATACADISTA	Reforma das escadas	Edifício sede da TERRACAP
CV 002/2011	DER	Duplicação da Rodovia numa extensão de 14,80 km	DF 140, trecho entre o entroncamento DF 001 (EPCT) e divisa com o Estado de Goiás
CV 001/2010	CAESB	Obras do Sistema de Abastecimento de Água	Corumbá - DF

14. Modernização da Gestão Empresarial

Visando a melhoria da gestão da Terracap, foi iniciado em 2008 um programa de reestruturação administrativa, denominado Órion, que teve como ponto de partida a formulação do planejamento estratégico e a construção de um modelo de gestão para resultados, suportado pela metodologia do BSC (Balanced Scorecard) e do Governo Matricial¹.



A formulação do planejamento estratégico evidenciou a necessidade da Terracap investir no desenvolvimento de novas iniciativas de modernização da gestão, principalmente no que tange à gestão de projetos, processos e recursos humanos. Partindo desse diagnóstico geral, foram iniciados os projetos de melhorias com apoio de consultoria externa, sendo os principais:

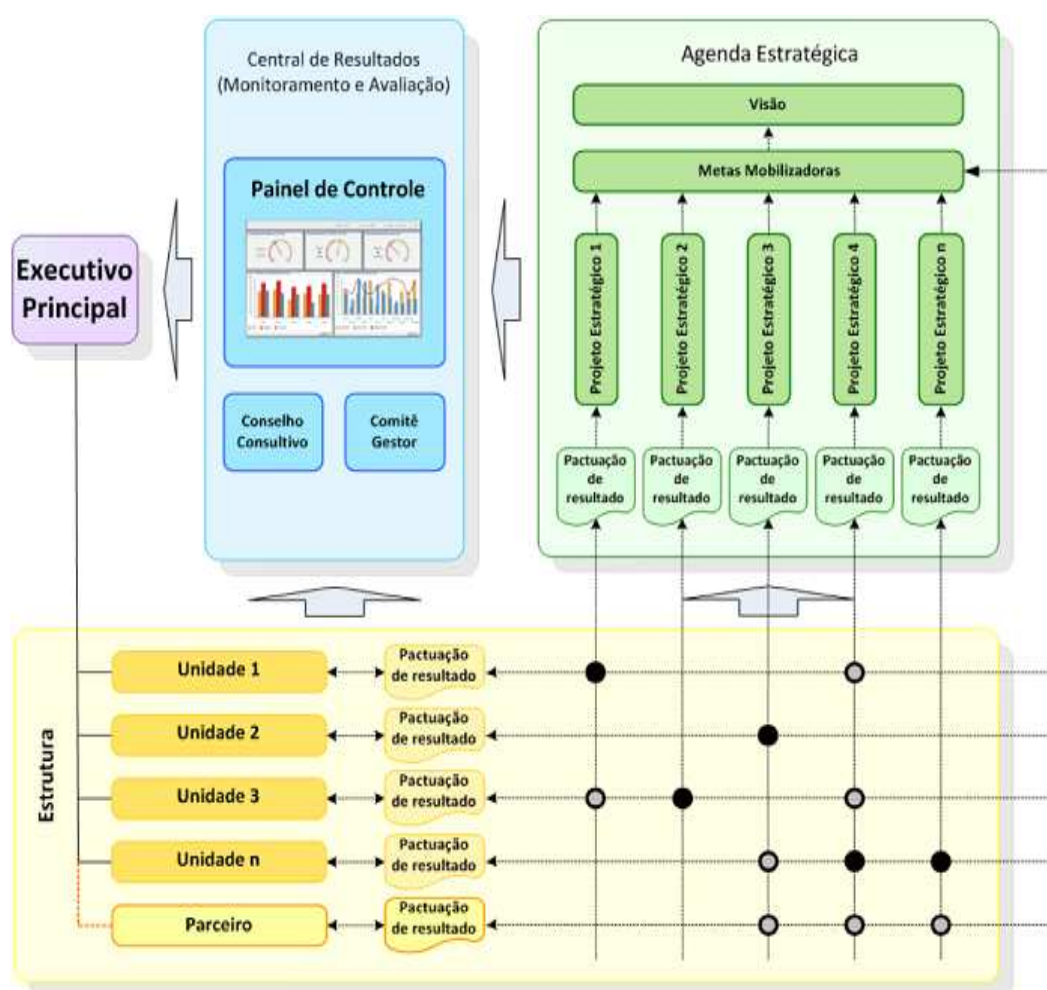
- Escritório de Gestão Estratégica para monitoramento contínuo dos resultados e das iniciativas prioritárias da organização;

¹ O Governo Matricial é um modelo de gestão governamental voltado para resultados de desenvolvimento que consiste na construção da agenda estratégica e na definição e monitoramento intensivo de programas (desdobrados em projetos de desenvolvimento) e organizações necessárias a sua implementação.

- Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho visando identificar desvios e executar ações de melhorias nos processos de trabalho críticos e implantar um sistema de workflow visando automatizar a tramitação e reduzir o fluxo de papel.
- Revisão da estrutura organizacional considerando as relações de subordinação e comunicação, dos processos de trabalho e de aspectos legais propondo uma nova estrutura orientada para resultados.
- Reestruturação do modelo de gestão de pessoas visando alinhar as capacidades do atual corpo funcional às estratégias definidas.

Atualmente, em continuidade ao Projeto Órion, a Terracap está estruturando e implantando os Escritórios de Processos, de Projetos - Corporativo e de projetos da TI.

O Escritório de Gestão Estratégica – Central de resultados, engloba todos os escritórios e tem como atribuição monitorar a gestão dos processos, projetos e do escritório de tecnologia de informação.



A partir do Planejamento Estratégico foram identificados e priorizados os Projetos Estratégicos que já se encontram lançados e sendo trabalhados na nova metodologia:

Programa	Projeto Estratégico	Unidade Primária
Regularização de Áreas Urbanas	Regularização Arniqueira	DITEC/GEREF
	Regularização ARINE Sucupira	DITEC/GEREF
	Regularização ARINE São Bartolomeu	DITEC/GEREF
	Regularização do Setor Habitacional Ponte de Terra	DITEC/GEREF
	Regularização Setor Habitacional Dom Bosco Etapas I e III	DITEC/GEREF
Regularização de Áreas Rurais	Regularização do Núcleo Rural Tabatinga	DITEC/GEREN
	Divisão das Áreas em Comum - Fazenda Ponte Alta	PROJU
Novos Empreendimentos Imobiliários - Habitação	Noroeste 2ª Etapa	DITEC/GEPRO
	Interbairros - Área Adjacente de Águas Claras	DIPRE/GENEP
	Interbairros Centro Metropolitano Guará	DIPRE/GENEP
	Interbairros SMAS SOF	DIPRE/GENEP
	Taquari 2ª Etapa	DIPRE/GENEP
	Taquari 1ª Etapa Trecho 2	DITEC/GEPRO
Novos Empreendimentos Imobiliários - Desenvolvimento Econômico	Parque Tecnológico Cidade Digital	DIPRE/GEPRE
	Pólo Atacadista Recanto das Emas	DITEC/GEPRO
	Parque Capital Saúde	DIPRE/GENEP
Consolidação da Gestão para Resultados	Estruturação da Gestão Estratégica	CPLAM
	Disseminação da Cultura Focada em Resultados	CPLAM
	Sistema corporativo de Informações Geográficas TERRAGEO	DITEC/GEMAM
Reestruturação Organizacional	Reestruturação da Gestão Jurídica	PROJU
	Gestão de TI	CODIN
	Estruturação da Gestão de Contratos de Imóveis	CPLAM
Torre Digital	Construção da Torre Digital	DIPRE/GEPRE
	Modelo de Negócio e Operação da Torre Digital	DIPRE/GEPRE

Os projetos transformam as estratégias em resultados e a atuação do **escritório de projetos** proporcionará a visão integrada do portfólio de projetos da Terracap, alinhamento entre estes e a estratégia, minimização dos riscos, linguagem única e foco nos resultados.

O **escritório de processos** atua no mapeamento dos macros processos da empresa. Os processos de Empreendimento Imobiliário, Jurídico e Tecnologia da Informação já estão mapeados e revisados. Os processos de Comercialização, Gestão Estratégica, Controle Interno, Orçamento Interno, Orçamento e Finanças e Administração foram mapeados em 2007, mas ainda não foram revisados.

Os processos utilizam a notação no Business Process Modeling Notation (BPMN), verificam as melhorias, dando mais agilidade e diminuindo a burocracia, permitindo com isso automatizar os processos internos e ter um maior controle sobre seus fluxos por meio da metodologia Balanced Score Card (BSC).

Além disso, o escritório de processos atua em outras frentes de trabalho dentro do Projeto Órion: a Gestão Estratégica de Recursos Humanos para realizar o Dimensionamento da Força de Trabalho, a Análise das Competências Organizacionais e elaboração do novo Plano de Cargos e Salários/Carreiras da Empresa.

15. Atividades realizadas pelos Conselhos

15.1. Conselho de Administração e Diretoria Colegiada

O Conselho de Administração - Conad, órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação e controle da Administração da Terracap. É constituído de 9 membros com mandato de 2 anos,

permitida a reeleição, sendo 5 representantes do acionista majoritário – GDF com 51% das ações e 4 da União que detém 49% das ações da Empresa.

A Diretoria Colegiada – Diret, é formada de 5 membros, sendo um Presidente e 4 Diretores: de administração, recursos humanos e finanças; desenvolvimento e comercialização; técnica e fiscalização; prospecção e formatação de novos empreendimentos. É responsável pela execução dos negócios da empresa, pela elaboração de planos e projetos orçamentários, financeiros e físicos e pelo desempenho operacional e financeiro da Companhia. Os membros da Diretoria são indicados pelo governador e eleitos e empossados pelo Conselho de Administração.

As Resoluções e Decisões aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada da Terracap contribuem de forma efetiva para o desenvolvimento dos Projetos e Atividades da Empresa, bem como os Programas do Governo do Distrito Federal e da União. No período de 2007 a 2010, o Conad e a Diret aprovaram várias Resoluções e Decisões, destacando-se como de maior relevância:

Decisões conjuntas da Diret e Conad
Decisões para doar terrenos para a União e Distrito Federal implantar serviços públicos para a comunidade
Decisões para aprovar a Proposta Orçamentária e alterar o Orçamento.
Decisões para aprovar os Balancetes, DRE's e notas explicativas mensais das contas da empresa.
Decisões para reconhecer dívidas de exercícios anteriores
Decisões para firmar Termo Aditivo, prorrogar prazo de vigência e suplementar valor de contratos e convênios.
Decisões para prorrogar prazo para lavratura da escritura pública de compra e venda de imóveis
Decisões para cancelamento de venda de imóveis adquiridos em licitação pública por terceiros
Decisões aprovar Normas de procedimentos internos
Decisões para promover distrato de imóveis, sejam porque os terrenos se encontram em áreas de preservação ambiental, existência de interesse da Administração para criar um novo empreendimento e/ou o comprador deixou de cumprir uma das cláusulas do contrato de compra e venda.

15.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal – Confi, é composto por 5 membros efetivos e 5 suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral. O Confi, a pedido de qualquer de seus membros, solicita aos órgãos da Administração esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras contábeis especiais. O Conselho Fiscal tem as atribuições e deveres previstos na Lei das Sociedades por Ações. Das atividades desenvolvidas, destacam-se:

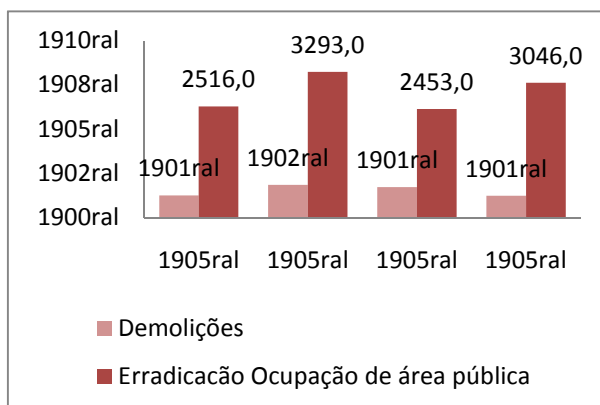
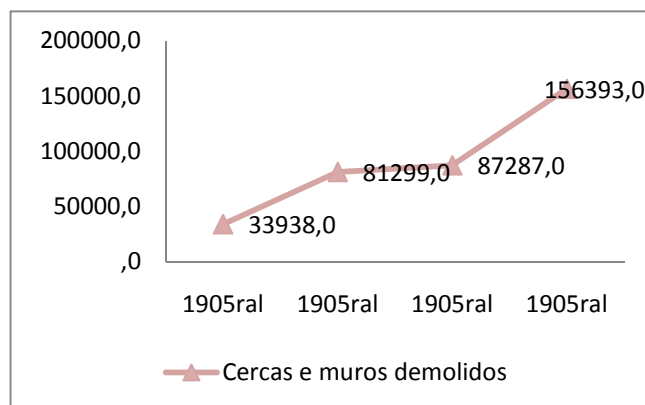
- Conhecimento dos processos referentes à licitação pública;
- Análise dos balancetes mensais;
- Emissão de Parecer das Demonstrações Contábeis do Exercício e;
- Conhecimento sobre as doações de lotes da Terracap para o GDF e União;
- Reuniões com os auditores independentes, com a auditoria interna e com os contadores.

16. Atividades Fiscalizadoras

A Terracap, entre outras atividades tem como competência institucional a defesa do patrimônio público. Para tanto promove a fiscalização e vistoria de terras públicas, identifica e cadastra ocupações irregulares e invasões, assim como fornece informações para reintegração judicial dos imóveis públicos sob a administração da Empresa.

Tipo de Atividade	Unidade de Medida	2007	2008	2009	2010
Vistoria e Fiscalização em atendimento	und.	4.415	3486	2.595	3104
Levantamento de benfeitorias	und.	420	820	187	49
Erradicação de Ocupações em áreas publica	und.	2.516	3.293	2.453	3.046
Demolições em apoio ao SIV-SOLO	und.	502	737	688	492
Manutenção e construção de cercas	m	20.000	19.467	9.119	47.921
Cercas e muros demolidos	m²	33.938	81.299	87.287	156.393
Áreas de vigilância permanente	und.	9	9	9	9
Área fiscalizada	km²	Todo o DF	Todo o	Todo o DF	Todo o DF

Fonte: Gefis/Ditec



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
Programa 0500 - Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável					
Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da etapa no SAG
6198 - VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO					
0002 - VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	1.300.000	1.040.000	807.422	807.422	105-106-107
0003 - VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO PARA PRESERVAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	800.000	800.000	0	0	108-109

17. Programa 0500 - Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

Obras e serviços 2010			
Nº da ação no SAG e descrição das obras e serviços de engenharia	RA	Estágio	Etapas realizadas
18.541.0500.6198.0002 - vigilância do uso do solo da Companhia imobiliária de Brasília			
0105 - Locar mão de obra para vigilância das áreas de propriedade da Terracap	1	Concluída	Pessoas contratadas: 37.
0106 - Fornecer alimentação para os vigilantes de áreas de propriedade da Terracap	1	Concluída	Alimentação fornecida (unid): jan 2.600; fev 2580; mar 4.710; abr 4.779; mai 2.945; jun 1.853; jul 1.853. Fornecimento de refeições em operações de desobstrução em conjunto com a SUDESA.
0107 - Realizar ações de fiscalização e vigilância do uso do solo do DF	99	Concluída	2ºbi: auto 18; ret.ed. 40; ret. muros e cercas 56.515m. 3ºbi: ret. ed: 61; ret de m/c: 5.569m; retirada de barracos de madeira / lona: 342. 4ºbi: ret ed: 82; ret m/c: 12.454m; ret barracos: 4722. 5ºbi: reintegrações: 6; ret. ed. 23; ret m/c: 12.765m; ret barracos: 241. 6ºbi: reintegrações: 1; ret. ed. 55; ret m/c: 5.680m; ret barracos: 231.
18.541.0500.6198.0003 - vigilância do uso do solo para preservação das terras públicas			
0108 - Construir cercas para preservar áreas de propriedade da Terracap	99	Concluída	Cerca construída (m): 21.108. Utilizou recursos orçamentários do elemento 15.451.0084.1110.0028 - Execução de Obras de Urbanização pela Companhia Imobiliária de Brasília no DF.
0109 - Adquirir equipamentos para fiscalizar as áreas de propriedade da Terracap	1	Concluída	25 coletoras de dados GPS adquiridas. Utilizou recursos orçamentários do elemento 23.122.4100.2761.0001 - Administração de Terras Públicas da Companhia Imobiliária de Brasília

18. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Terracap encontra dificuldades para realizar as suas atividades finalísticas, quais sejam: a criação de parcelamentos urbanos, regularização das ocupações de terras rurais e urbanas, assim como o financiamento de suas vendas. Tais dificuldades se manifestam tanto na esfera governamental local como na União e na sociedade.

A regularização de imóveis e criação de novos parcelamentos envolve ações diferenciadas de diversos órgãos e depende do cumprimento de várias etapas e processos de trabalho. No que se refere ao cumprimento da legislação ambiental, é conhecida a morosidade dos órgãos para analisar os processos e conceder as licenças ambientais solicitadas pela Terracap. Na maioria das solicitações após um longo prazo são estipuladas exigências a serem cumpridas (elaboração de PRAD, RIVI, RIAC) e estas após atendimento demandam novamente por parte dos órgãos ambientais e de outros do Governo um longo período para manifestação.

A Terracap, por sua vez, também carece de celeridade para cumprir todas as etapas e ações necessárias à formalização dos contratos, fazendo com que a obtenção das licenças ambientais leve, na maioria dos casos, vários anos.

Os imóveis depositados em cartório para registro das áreas criadas, após cumprirem todas as legislações ambientais, muitas vezes sofrem impugnações seja por parte de terceiros que reivindicam a posse da terra, seja por exigências do cartório de registro como: certidões de IPTU, tributos federais, CND/INSS.

Os questionamentos sobre a propriedade da terra e o desconhecimento do limite das suas terras rurais, também são fatores que emperram o desenvolvimento das atividades da empresa. Tais dificuldades são oriundas da forma como se deu a implantação do Distrito Federal, quando se desapropriou apenas uma parte das terras do quadrilátero demarcado.

A arquitetura organizacional da empresa, após vários remendos, apresenta deformidades com sobreposição de atividades, distribuída em unidades distintas.

A força de trabalho ainda não se encontra preparada para trabalhar alinhada com os objetivos estratégicos da empresa o que dificulta a realização das atividades para a qual ela foi criada e assim cumprir a sua missão institucional.

Os altos valores pagos a título de obrigações tributárias sobre as receitas (COFINS, PASEP) e o lucro apurado (IRPJ e CSSL) reduzem a capacidade de investimento da empresa e comprometem um percentual importante da receita.

19. Perspectivas para 2011

A realização financeira dos recursos estimados e consignados no Orçamento de 2011 no valor de R\$ 1.261.000.000,00 (um bilhão duzentos e sessenta e um milhões de reais) propiciará à Terracap apoiar o Governo, dando-lhe a sustentabilidade necessária para a implantação e desenvolvimento dos Programas do Governo dos quais ela participa: habitacional, social, econômico, infraestrutura viária e meio-ambiente sem, entretanto, esquecer-se das ações empresariais necessárias para investir em novos parcelamentos, na longevidade da empresa e na continuidade da implantação da modernização da estrutura e dos projetos que englobam a gestão para resultados.

19.3. AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIAS E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA/DF

A Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal- ADASA é autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A Lei nº 4.285, de 26/12/2008, reestruturou a Agência, definiu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a legislação vigente, a Agência apresenta as seguintes áreas de competência:

- I. recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. saneamento básico, entendido como:
 - a) abastecimento de água potável;
 - b) esgotamento sanitário;
 - c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
 - d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. gás canalizado;
- IV. mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:
 - a) energia elétrica;
 - b) petróleo e derivados,
 - c) biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes
- V. e outras competências delegadas na forma da lei.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade – Meio		Atividade – Fim		Total
		Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	
Quadro Efetivo		-	28	01	35	64
Requisitados	Órgãos do GDF	08	-	-	-	08
	Órgãos do Governo Federal	01	-	01	-	02
Servidores comissionados, sem vínculo		30	-	21	-	51
Conveniados		-	05	-	-	05
Estagiários		-	14	-	06	20
Total Geral		39	47	23	41	150

Realizações

1. Estrutura da ADASA

A Agência vem organizando sua força de trabalho que ganhou impulso com o Concurso Público realizado em 2009, quando foram nomeados os 60 primeiros colocados e mais 15 em 2010.

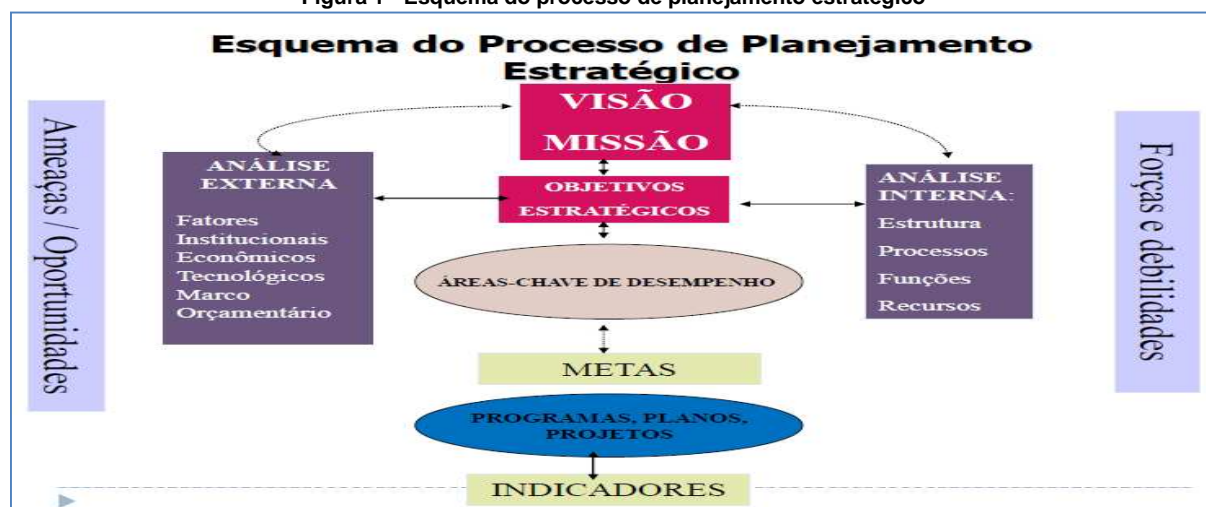
2. Planejamento

Metodologia aplicada

A atividade de planejamento institucional da ADASA utiliza quatro instrumentos estratégicos de gestão, estruturados para orientar as ações e decisões de curto, médio e longo prazo da Agência.

O primeiro, de caráter estratégico, é considerado o mais importante, visto contemplar maiores horizontes com identificação de possíveis cenários de ambientes. Normalmente prospecta períodos de cinco a dez anos e direciona os demais estudos, ações e decisões da Diretoria Colegiada da Agência.

Figura 1 - Esquema do processo de planejamento estratégico



O segundo, planejamento corporativo, adotado pela maioria das grandes organizações públicas e privadas, estabelecido para o período que vai de um a dois anos quando são priorizadas as metas e indicadores anuais.

Possui como instrumento de gestão de projetos o Sistema de Acompanhamento de Projetos que estão devidamente integrados e sintonizados com o planejamento estratégico da agência, que se orienta também pelos instrumentos legais, da Administração Pública, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

O Contrato de Gestão é o terceiro instrumento, a ser utilizado de forma solidária e probatória. É um documento fundamental para orientar as ações estratégicas e avaliação da gestão da ADASA. É um mecanismo de controle da atuação técnica, econômica e administrativa, bem como peça da avaliação do desempenho, que podem valer-se os Poderes Executivo e Legislativo e, para tal efeito, deverá ser juntado à prestação de contas da ADASA. O contrato de gestão prevê avaliação anual periódica e, se necessário, quando da alteração parcial da diretoria, sem prejuízo da devida solidariedade entre os membros.

O quarto instrumento adotado é o mapeamento de processos. Iniciado por meio da Portaria nº 117 que estabeleceu normas, padrões, procedimentos de aprovação e de revisão dos processos, compreendendo: critérios de avaliação, prazos de revisão, controle, codificação, responsabilidades direta e indireta na sua execução, o monitoramento e a modernização.

3. Programas finalísticos

3.1. Programa – 0450 - Água é Vida

O Programa Água é Vida - Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento do Distrito Federal foi idealizado visando ao monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal, e tem como instrumentos de gestão a outorga de direito de uso dos recursos hídricos; a fiscalização do uso dos recursos hídricos; o monitoramento dos recursos hídricos; e a regulamentação técnica do uso dos recursos hídricos.

De uma forma geral, o aspecto positivo mais significativo gerado pelo Programa Água é Vida, com a aplicação eficiente das ferramentas citadas é: a contribuição para a formação e desenvolvimento da consciência individual e coletiva de preservação ambiental, que se expressa, no plano de boas praticas, pela racionalização do uso dos recursos hídricos, defendendo que seu uso deva garantir o atendimento às necessidades das gerações atuais e futuras.

O Programa tem por objetivo: proteger os recursos hídricos e regulares os serviços de saneamento básico, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Indicador

O Indicador do Programa “Água é Vida” é o Índice de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas do DF I-MASS, pontuado na Tabela 2 a seguir:

Índice de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas do DF I-MASS

Indicador	Unidade de Medida	Índice mais recente	Origem da Informação	Periodicidade de Apuração	Apurado em: mm/aa	Apurado em 2008	Apurado em 2009	Apurado em 2010	Desejado em 2011
I-MASS - índice de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas do DF	%	0	ADASA	Anual	06/2010	8%	26%	61%	100%

Fonte: Mapeamento PPA; Legenda: UM: Unidade de Medida

A seguir apresenta-se a formulação do indicador I-MASS que é calculado com base na média aritmética do resultado percentual apurado em relação aos componentes relacionados.

Cesta de Formulação do Indicador Apuração Anual

Discriminação	Unidade de Medida	Índice mais recente (2005)	Realizado		Desejado em (acumulado até dezembro 2010)		
			2008	2009	2010		2011
					desejado	realizado	
Desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Gestão Corporativa	% executado	0	50%	58%	89%	68%	100%
Regulamentação técnica dos usos dos Recursos Hídricos do DF	% regulamentado	0	10%	20%	90%	75%	100%
Implantação, operação e manutenção do Sistema de Informações dos Recursos Hídricos (SIRH)	% implantado, operado e mantido	0	25%	80%	85%	90%	100%
Implantação da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do DF	nº de estações implantadas	0	42	42	165	42	165
Operação e manutenção da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do DF	nº de estações operadas e mantidas	0	42	42	165	42	165
Regularização dos usos dos Recursos Hídricos do DF	nº de Outorgas concedidas	220	1.800	3.695	4.800	6.184	6.000
Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos do DF	nº de fiscalizações realizadas	220	1.800	8.454	4.800	9.543	6.000
Estruturação da Gestão Participativa por bacia hidrográfica	nº de bacias atendidas	0	2	7	6	7	7

Fonte: Mapeamento PPA; Legenda: (1) programado (2) reprogramado em julho de 2008

Tabela 4 – Execução orçamentária e financeira do Programa Água é Vida

Código	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenho	Liquidado	Nº Etapa no SAG
1694	Implantação da Rede de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas do DF	1.000.000	1.410.000	0	0	0010
2837	Gerenciamento de Recursos Hídricos - Fiscalização, Regulação Técnica e Regularização de Recursos Hídricos	1.571.554	1.341.554	957.276	957.276	0011, 0012, 0013 e 0014
2994	Manutenção de Sistemas Corporativos e de Gestão Corporativa da ADASA	3.996.845	2.930.845	900.942	893.857	0015

Código	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenho	Liquidado	Nº Etapa no SAG
4056	Regulação Técnica, Econômica e Fiscalização dos Serviços públicos de Saneamento Básico	3.890.765	3.430.765	483.242	483.242	0018, 0019 e 0020
3711	Pesquisa de Satisfação	90.000	90.000	0	0	0017
7449	Planejamento e Processos	485.000	0	0	0	0021
Total		11.034.164	9.203.164	2.341.459	2.334.375	

3.1.1. Análise crítica do resultado alcançado do Indicador

Dentro das ações estabelecidas no Programa “Água é Vida” foram definidos 08 componentes para formulação do indicador, sendo que desses, 07 são referentes a Gerenciamento de Recursos Hídricos e estão dentro das metas estabelecidas e 01 refere-se ao Sistema de Gestão Corporativa, o qual também apresenta índice compatível com o estabelecido como meta.

Destaque-se que do indicador planejado previsto de 70%, para o ano de 2010, mensurado por meio do índice de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas do DF, a ADASA realizou acumuladamente, até dezembro, 61% de monitoramento. Apesar do alcance de execução do índice ser inferior ao planejado para o período, depreendem-se melhorias significativas implantadas no gerenciamento dos recursos hídricos do Distrito Federal, entretanto, a ADASA vislumbra alcançar toda a meta prevista para o Programa no ano de 2011.

Os resultados alcançados por itens da cesta do IMASS encontra-se registrado, a seguir.

3.1.2. Análise dos resultados alcançados por itens da Cesta do IMASS

3.1.2.1. Desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Gestão Corporativa - Ação: 2994 - Manutenção de Sistemas Corporativos e de Gestão Corporativa da ADASA.

Da meta física acumulada prevista de 89% para o ano de 2010, a ADASA realizou até dezembro 68%. O detalhamento referente aos projetos relacionados ao Sistema Integrado de Gestão Corporativa - SIGC encontra-se registrado na ação 2994, adiante.

O desenvolvimento e correspondente implantação do SIGC é um processo complexo, com duração estimada em 48 meses. No primeiro semestre de 2010 houve o rompimento unilateral do contrato pelo fornecedor que gerou um impacto profundo na execução da Ação, resultando na paralisação de alguns projetos ali estabelecidos.

Destaque-se que da meta estabelecida para 2010 realizou-se 100% dos seguintes módulos: (i) cadastramento de usuários de recursos hídricos do DF; (ii) gestão de documentos; e de (iii) suporte e atendimento. O módulo de gestão de outorgas concedidas está na fase de implantação, representando até dezembro de 2010, 75% de execução. O módulo de gestão de atividades de fiscalização dos recursos hídricos do DF apresentou, também, até dezembro de 2010, 75% de execução.

Sobre os módulos: Sítio Internet e do Portal inaugurados por ocasião das comemorações da Semana da Água, em 22 de março de 2010, apresentaram 100% de realização.

O desempenho de 32% da meta financeira foi afetado pelo contingenciamento de cerca de 50% da dotação orçamentária o que indubitavelmente restringiu o desenvolvimento dos projetos e atividades planejadas para o período.

Demonstrativo da meta financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Manutenção de Sistemas Corporativos e de Gestão voltados à Administração Pública	2994-0006	3.756.845	2.856.845	900.942	32%

3.1.2.2. Regulamentação técnica dos usos dos recursos hídricos do DF**Ação 2837 Subtítulo – 6097****Regulamentação técnica**

Proposta de regulamentação	Objeto	Situação atual	% realizado
Outorga do direito de uso dos recursos hídricos por meio de canais em corpos de água de domínio do DF e daqueles delegados pela União	Diretrizes e critérios para requerimento e obtenção de outorga para canais	Divulgação e implantação Resolução 01/2010 publicada e divulgada	100
Disponibilidade hídrica na Bacia do Ribeirão Pípiripau.	Estabelecer regras de uso de recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Pípiripau.	Divulgação e implantação Resolução 08/2010	100
Disponibilidade hídrica subterrânea do DF	Definições de disponibilidades hídricas dos aquíferos subterrâneos do DF	Realizada a Audiência Pública nº 004/2010, de 07/12/2010	80
Níveis altimétricos mínimos do Lago Paranoá	Estabelecer os níveis mínimos da água a no Lago Paranoá.	Resolução nº 09/2010 de 21/12/2010 publicada e divulgada	100
Disponibilidade hídrica subterrânea do Lago Sul, Lago Oeste, Park Way, Casa Grande-Gama, da Península Norte	Diretrizes e critérios para concessão de outorgas de direito de uso de águas subterrâneas e definir as disponibilidades hídricas dos aquíferos subterrâneos.	Realizadas as Audiências Públicas nºs: 005, 006, 007, 008 e 009/2010	80
Lançamento de efluentes	Critérios técnicos referentes à outorga para fins de diluição, transporte ou disposição final de efluentes em corpos de água de domínio do Distrito Federal.	Fase de pronunciamento técnico/elaboração de nota técnica	40
Águas Pluviais	Procedimentos gerais para requerimento e obtenção de outorga do direito de lançamento de águas pluviais em corpos de água de domínio do DFI e em corpos de água delegados pela União e Estados.	Fase de pronunciamento técnico/elaboração de nota técnica	40
Captção por meio de barragens	Procedimentos gerais, diretrizes e critérios para implantação de barragens em bacias hidrográficas de domínio do DF e outras delegadas pela União e Estados	Fase de análise/parecer do jurídico	50
Construção de poços	Critérios para projetos, construção e manutenção de poços tubulares e manuais outorgados pela ADASA	Fase de iniciativa/diagnóstico	10
Cobrança TFU	Cobrança da Taxa de Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos – TFU	Fase de iniciativa/diagnóstico	10
Revisão da Resolução ADASA nº 163*	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de penalidades pelo uso irregular dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do DFe outros	Fase de elaboração/proposição da minuta de resolução	30
Revisão da Resolução ADASA nº 350**	Requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do DF e em corpos de água delegados pela União e Estados.	Fase de iniciativa/diagnóstico	10
Revisão da Instrução Normativa nº 02***	Valores de referência para outorga de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do DF	Fase de iniciativa/diagnóstico	10
Revisão do PGRH	instrumento de planejamento dinâmico, numa visão de longo prazo, definido em cenários, de forma a permitir uma gestão compartilhada do uso integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Fase de iniciativa/diagnóstico. Foi contratada consultoria para realizar a revisão.	10
Percentual total de realização			55

Destaca-se que, da meta física acumulada prevista de 90%, a ADASA planejou para o ano de 2010, uma agenda regulatória composta por propostas de resolução que poderiam corresponder a 70% de normas elaboradas e divulgadas para o ano em avaliação. A apuração dessa meta é complexa e subjetiva, uma vez que são atribuídas notas às dez fases que compõem a execução, como: (i) iniciativa/diagnóstico; (ii) instrução/análise da legislação; (iii) elaboração/proposição da minuta de resolução; (iv) pronunciamento técnico/elaboração de nota técnica; (v) análise/parecer do jurídico; (vi) deliberação preliminar/instauração de audiência pública(relatório e voto); (vii) consulta/audiência pública/recebimento de contribuições; (viii) análise das contribuições recebidas e consolidação da proposta; (ix) deliberação final/aprovação (relatório e voto); e (x) divulgação/publicação e implantação (ato). Lembrando sempre que as propostas, depois de ouvida a população em audiência pública, poderão ensejar em atos de regulamentação ou não.

Dessa forma chegou-se a 55% de realização da meta estabelecida para o exercício, e acumulada de 75%, até o mês de dezembro.

As resoluções referentes a lançamento de efluentes, captação por meio de barragens e águas pluviais estão sendo elaboradas por consultores contratados por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional para Elaboração de Estudos em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e de Organização Institucional da ADASA.

Nesse Projeto de Cooperação, pode-se destacar o processo de revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF. As demandas atuais e futuras com a disponibilidade de água, considerando o planejamento dos diversos setores usuários de água, são compatibilizadas por meio do Plano, que não deve ser estático e deve periodicamente ser atualizado, na medida em que surjam alterações nos cenários previstos.

Dessa forma, a atualização do PGIRH é de fundamental importância para o funcionamento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, em consonância com o Sistema Nacional, sobretudo quando o Distrito Federal já se encontra integrado aos Comitês do São Francisco, Paranaíba e ao futuro Comitê Tocantins-Araguaia.

O cumprimento da meta financeira estabelecida para desenvolvimento de atividades em regulação técnica do uso dos recursos hídricos, consignada no orçamento anual da ADASA, ficou abaixo do previsto. Verifica-se maior desembolso no Projeto de Cooperação Técnica Internacional para Elaboração de Estudos em Regulação de Recursos Hídricos e San. Básico e de Organização Institucional da ADASA.

Demonstrativo da meta financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Regulação Técnica do uso dos recursos hídricos	2837-6097	130.000	130.000	10.200	8%

Fonte: SIGGO

3.1.2.3. Implantação, operação e manutenção do Sistema de Informações dos Recursos Hídricos (SIRH)

Da meta acumulada estabelecida, para o ano de 2010, em 85% de desenvolvimento do sistema SIRH, a ADASA superou o índice pré-estabelecido, alcançando 90% de realização neste item. O bom desempenho deve-se ao esforço para realização do projeto, ocorrido, em grande parte, no final do exercício de 2009, e concluído no mês de maio de 2010, restando assim 10% referentes à fase de implantação do sistema com conclusão prevista para 2011.

O sistema de recursos hídricos é um produto corporativo que conterá uma base de dados com grande volume de informações relativas aos recursos hídricos existentes no Distrito Federal. Deverá ainda possibilitar a integração com outros sistemas de outras agências reguladoras, e servirá como aporte aos serviços prestados ao cidadão. As fases de visão/escopo, planejamento, desenvolvimento e estabilização do SIRH foram completadas com sucesso. Atualmente o sistema encontra-se na fase de implantação.

Alguns subsistemas compõem o Sistema de Recursos Hídricos da ADASA, são eles:

a) Sistema de Cadastro, Outorga e Fiscalização – SISCOF

O Cadastro Eletrônico de Usuário de Recursos Hídricos do DF e de corpos de água delegados pela União e Estados, foi estabelecido pela Resolução nº 04 ADASA, de 12 de maio de 2010. É um sistema de acesso gratuito, sendo disponibilizado em meio digital, por meio do site da ADASA, www.adasa.df.gov.br/usuáriodeágua/cadastre-se. Busca constituir-se em um cadastro representativo de usuários de água com vistas a uma gestão eficiente dos recursos hídricos. Neste exercício foi alvo de uma campanha bem ampla no DF como um todo, tendo por objetivo o incentivo à regularização dos usuários.

Estima-se que existam cerca de 30 mil usuários de água no DF, destes, cerca de 6000 encontram-se regularizados junto à ADASA.

Foram cadastrados por meio do Sistema mais de 2.600 usuários de recursos hídricos no DF.

O módulo de Outorga e Fiscalização foi desenvolvido para armazenar informações cadastrais do usuário, dados do ponto de captação de água, onde constarão informações como a vazão utilizada e outras. Possibilitará informações para o gerenciamento e planejamento estratégico das ações, bem assim, apoio aos técnicos na análise de processos de outorga e controle da fiscalização.

b) Sistema de Monitoramento Hidrometeorológico – SISMON

O sistema da rede de monitoramento hidrometeorológico foi criado para armazenar os dados das estações hidrometeorológicas do Distrito Federal. Por meio, deste sistema será possível realizar o cálculo das médias mínimas, máximas, a média das médias e a identificação da curva chave dos principais cursos d'água no Distrito Federal, entre outros.

O módulo de monitoramento possibilita a importação dos dados de qualquer estação hidrometeorológica do DF para o Hidro onde são incluídos os dados das estações hidrometeorológicas de todo o país de forma integrada.

Os dados das estações piezométricas serão armazenados neste módulo, desta forma será possível conhecer a realidade quali-quantitativo das águas subterrâneas do DF.

c) Sistema de Geoprocessamento – SISGEO

Neste sistema são produzidos dados georeferenciados, atendendo demandas externas, para subsidiar pesquisas científicas, estudos ambientais, entre outros.

É executada a produção cartográfica e análise espacial demandadas pela SRH, porém outras áreas também são atendidas como a Diretoria e outras superintendências.

Está em desenvolvimento a implantação de uma base de dados espacial corporativa que permitirá maior segurança e qualidade dos dados espaciais, por meio do ArcGis Server e SQL Server.

Será implantada em cooperação com a Agência Nacional de Águas, um sistema que permite o controle da disponibilidade hídrica das Bacias Hidrográficas no Distrito Federal. Este sistema foi desenvolvido em uma plataforma ArcGIS com a base hid. digital em escala 1:10.000 disponível na ADASA.

d) Sistema de Água Subterrânea – SISSUB

O Sistema de Água Subterrânea constitui um Sistema de Informação Geográfica (SIG) que pode ser definido como um sistema de hardware, software, informação espacial e procedimentos computacionais, que permite e facilita a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenômenos que nele ocorrem. Aplica-se à gestão dos recursos hídricos subterrâneos onde constam informações referentes ao sistema hidrogeológico do Distrito Federal.

No SIG é realizado o cruzamento dos dados como o de uso e cobertura do solo, geologia, pedologia, relevo, clima, capacidade de retenção máxima de água dos solos entre outras informações, chegando a alguns resultados como o índice de avaliação de vulnerabilidade e risco à contaminação, e o índice de favorabilidade a exploração de água, como descrito abaixo: Essas informações geradas pelo do SIG subsidiarão a tomada de decisão no ato de análise da outorga de água subterrânea.

e) Sistemas de Banco de Dados de Informação – SISBAN

Esse subsistema é composto por 3 (três) módulos, quais sejam:

Módulo de banco de dados da Bacia do Rio Preto e Bacia do Rio Piripau

Os Bancos de Dados com informações obtidas dos rios Piripau e Preto foram construídos a partir de campanhas de cadastramento de usuários de água.

Módulo de banco de dados de outorga

De acordo com o surgimento das necessidades técnicas foram sendo implementadas melhorias no Banco de Dados de Outorga-com: controle de processos de outorgas por bacia hidrográfica, por tipo de captação, por segmento, por finalidades, entre outras.

Em 2010, chegou-se a cinco mil os atos de outorgas concedidos. Somam-se a esses, mais quatro mil atos de fiscalização que também foram armazenados e geridos por este banco.

Módulo banco de dados de armazenamento dos dados hidrológicos

A estrutura do módulo de armazenamento de dados hidrológicos tem como base a organização lógica dos dados em tabelas e a busca sequencial para consulta das informações armazenadas. Este módulo está sendo implementado e está prevista a sua implantação no primeiro semestre de 2011.

3.1.2.4. Ação 1694 - Subtítulo 0003 - Implantação da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do DF

Prevista a implantação da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, projetadas para um total de 170 estações, sendo 128 subterrâneas e 42 superficiais.

O projeto de monitoramento de águas subterrâneas teve início no ano de 2009 mas não obteve êxito uma vez que o processo licitatório que estava sob a responsabilidade da SEDUMA, foi cancelado.

Pela segunda vez, em setembro de 2010, foi publicado o aviso de licitação relativo à Concorrência 007/2010-ADASA, orçado em R\$ 3.200.000,00 com o objetivo de contratar empresa para perfuração e construção de poços tubulares, com fornecimento e instalação de equipamentos de monitoramento de águas subterrâneas em 128 pontos do Distrito Federal, para compor a rede de monitoramento da ADASA.

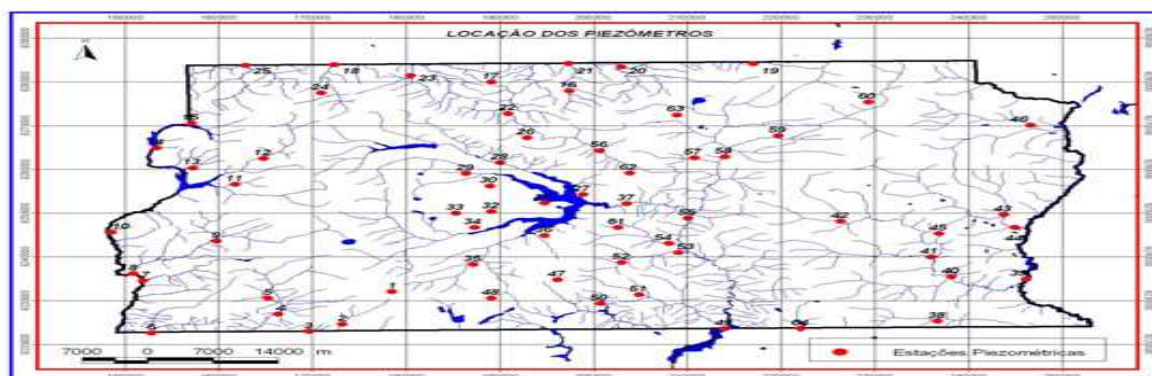
Demonstrativo da meta financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Implantação de Rede de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas do DF Produto: estações adquiridas	1694-0003	1.000.000	1.410.000	0	0%

Fonte: SIGGO

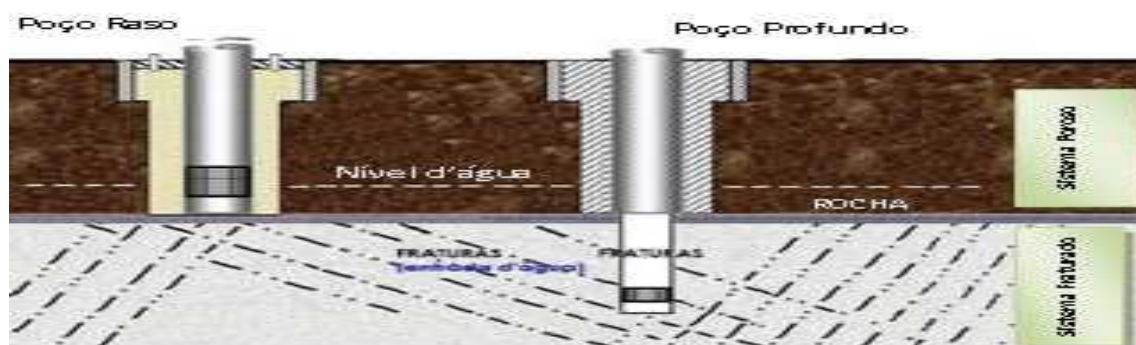
A localização dos próximos 128 pontos da rede de monitoramento de águas subterrâneas e os perfis esquemáticos de poços de monitoramento está apresentada na figura a seguir:

Localização das estações de monitoramento



Perfil esquemático de poço de monitoramento

Raso (esquerda) e Profundo (direita)

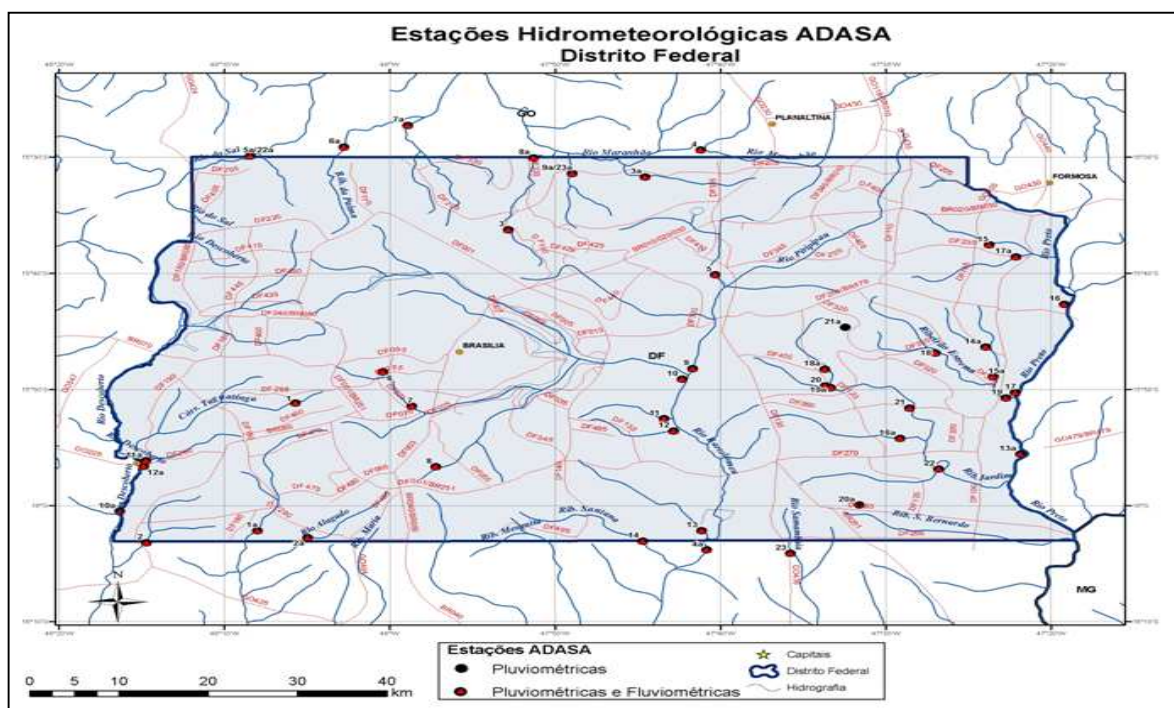


3.1.2.5. Operação e manutenção da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do DF. Ação 2837 – Gerenciamento de recursos hídricos. Subtítulo 6096 - Racionalização e eficiência do uso de recursos hídricos

Da meta física estabelecida de operação e manutenção de 170 estações para o exercício de 2010, a ADASA vem monitorando 44 estações.

As estações são aparelhadas por modernos equipamentos que permitem a leitura e a acumulação contínua do nível de água e da quantidade de chuva, distribuídas nas sete bacias hidrográficas do Distrito Federal, além de serem os pontos de referência de coleta de amostras de água para a determinação da qualidade da água dos rios. A observação sistemática do nível dos rios e da quantidade de chuva nas diferentes regiões do DF fornece elementos que, analisados e estudados em conjunto, permitem executar a gestão do uso da água e controlar a disponibilidade hídrica, com vistas ao uso racional e sustentável. A seguir, apresenta-se o mapa contendo a localização das 44 estações hidrometeorológicas da rede superficial instalada e monitorada e fotos de uma estação fluviométrica e de uma pluviométrica.

Mapa com Estações



Fonte: SRH

Estação fluviométrica



Estação pluviométrica



A execução da meta financeira contempla a operação e manutenção da rede Hidrometeorológica do Distrito Federal, que, no momento, possui 44 estações de monitoramento das águas superficiais, sendo 42 referentes a dados fluviométricos (nível dos rios) e pluviométricos (chuva) e 2 estações de monitoramento exclusivamente pluviométricas.

Demonstrativo da meta financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Racionalização e Eficiência do Uso de Recursos Hídricos	2837-6096	500.000	756.000	752.813	99,6 %

Fonte: SIGGO

A ADASA tem participado assiduamente de eventos que envolvam a educação ambiental hídrica no Distrito Federal, promovendo a conscientização e reeducação do uso da água. Alguns projetos poderão ser visualizados a seguir.

a. ADASA na escola - uso consciente, benefício permanente.

ADASA na Escola



É um projeto de educação ambiental hídrica – EAH em que a água se torna tema central em todos os lugares do planeta, em função da celebração do dia mundial da água.

O projeto tem por objetivo promover a educação ambiental hídrica entre os alunos da rede pública e privada de educação do Distrito Federal com palestras educativas buscando de forma dinâmica e pedagógica.

Em 2010 técnicos da ADASA se fizeram presentes apresentando palestras e variadas dinâmicas pedagógicas em 61 escolas, propagando a importância da água no dia-a-dia.

b. Escolas Irmãs

Parceria da ADASA, junto ao programa Escolas-Irmãs de responsabilidade do Gabinete da Presidência da República, ligado ao programa Fome Zero do governo. Consiste na troca de experiência

entre escolas públicas ou privadas de todo país que contam com o apoio de alguns órgãos parceiros como CGU, CENSIPAM, Câmara dos Deputados, entre outros.

A integração entre escolas e a ADASA tem o mesmo foco do projeto de educação ambiental hídrica – EAH e se dá por meio de palestras às escolas da irmandade. A AGÊNCIA participa também dos encontros estaduais e distritais do programa Escolas-Irmãs com o intuito de contribuir para disseminação da idéia do uso racional da água.

c. Bosques dos constituintes

Cooperação ADASA/Câmara dos Deputados



Trata-se de acordo de cooperação entre a Câmara dos Deputados e a ADASA, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação dos recursos hídricos no DF. O objetivo é dar apoio técnico ao projeto urbanístico do Bosque dos Constituintes da Câmara Federal com construção de poço tubular no âmbito do Projeto “Praça da Água”. Nesta praça o intuito será levar os alunos das escolas para um passeio no Bosque, promovendo a educação ambiental hídrica através das palestras e distribuição de material didático sobre o tema.

d. Adote uma Nascente

O programa “Adote uma Nascente”, é uma iniciativa do então Instituto Brasília Ambiental – IBRAM que visa incentivar a comunidade a participar voluntariamente do processo de gestão ambiental através de ações que promovessem impactos positivos ao meio ambiente, como a recuperação e conservação de nascentes. O programa também está dirigido à coleta de dados técnicos que servirão para monitoramento incluso no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Foram realizadas vistorias, até encontrar uma nascente que necessitasse de cuidados e com sua localização próxima a população. A nascente se encontra na região administrativa de São Sebastião e servirá de piloto para posterior adoção de outras nascentes e tem por objetivo envolver a sociedade através de alunos e professores de escola pública a cuidar da água. A população envolvida será os olhos da ADASA nos auxiliando na preservação da nascente. Neste projeto também serão inseridas as palestras de educação ambiental hídrica a população vizinha e a escola.

e. Campanhas publicitárias

As peças publicitárias que foram desenvolvidas para essa campanha são: VT de 30,’ anúncio para veiculação em jornal, 01 banner para internet, 02 dois stands móveis, 01 folder com 5.000 impressões. A campanha de cadastro de usuário de recursos hídricos foi lançada pelo site www.adasa.df.gov.br através da Resolução/ADASA 004/2010.

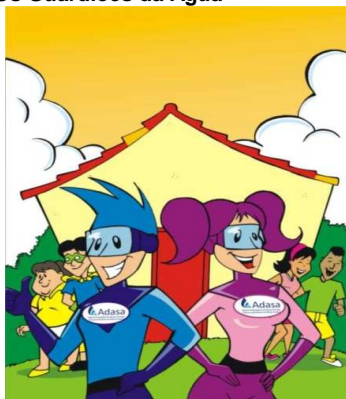
Para o Projeto ADASA na Escola foi desenvolvida uma cartilha com uma linguagem adequada, com jogos interativos e adesivos, criados especialmente para atingir o público adolescente. Foram

desenvolvidos 02 bonecos representando os super heróis “Aqua” e “Hidro” estimulando a maior interatividade no momento da palestra e adquiridos 10.000 squizes para distribuição aos alunos que demonstrarem ter aprendido mais com a palestra ou que fizeram a melhor redação sobre o tema água. Uma maquete de um poço tubular profundo foi desenvolvida demonstrando também o trajeto do fluxo de água percolando o subsolo, o momento do bombeamento até chegar no reservatório.

O Projeto Descoberto Coberto iniciou as ações efetivas de plantio das mudas em torno do lago do Descoberto e a conscientização da comunidade, em dezembro de 2009. Para este projeto foi criado um folder explicativo com impressão de 3.000 unidades.

Cartilha para Adolescentes:

“Os Guardiões da Água”



Folder Campanha de Cadastramento



3.1.2.6. Regularização dos recursos hídricos Ação 2837-. Subtítulo - 6095 - Regularização dos usos dos recursos hídricos

a. Outorga do direito de uso de recursos hídricos

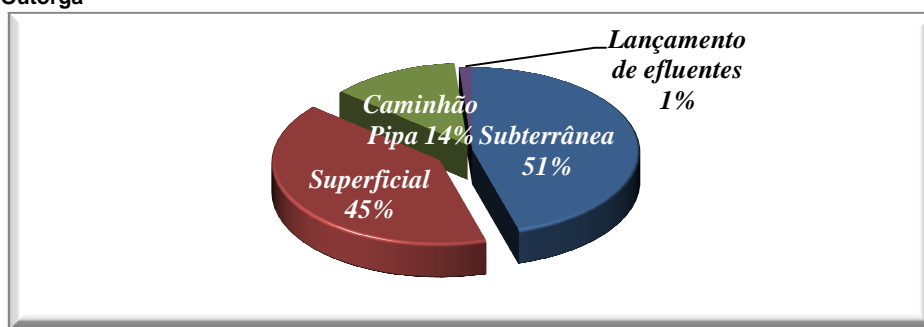
A outorga é o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF. Para o ano 2010 foi estabelecida a meta de emissão de 2.000 outorgas do direito de uso, foram emitidas 2.489 outorgas.

A outorga não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de usá-la. Está condicionada às prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá preservar o uso múltiplo das águas. A SRH, desde maio de 2005, já emitiu 6.184 outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

b. Modalidades de outorga

A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é aplicada em captações subterrâneas, captações superficiais, lançamento de efluentes e caminhões pipas. Para o uso de água superficial e subterrâneo é emitida pelo prazo de até 10 (dez) anos, renováveis, a critério da ADASA/DF.

Modalidades de Outorga



c. Captação superficial

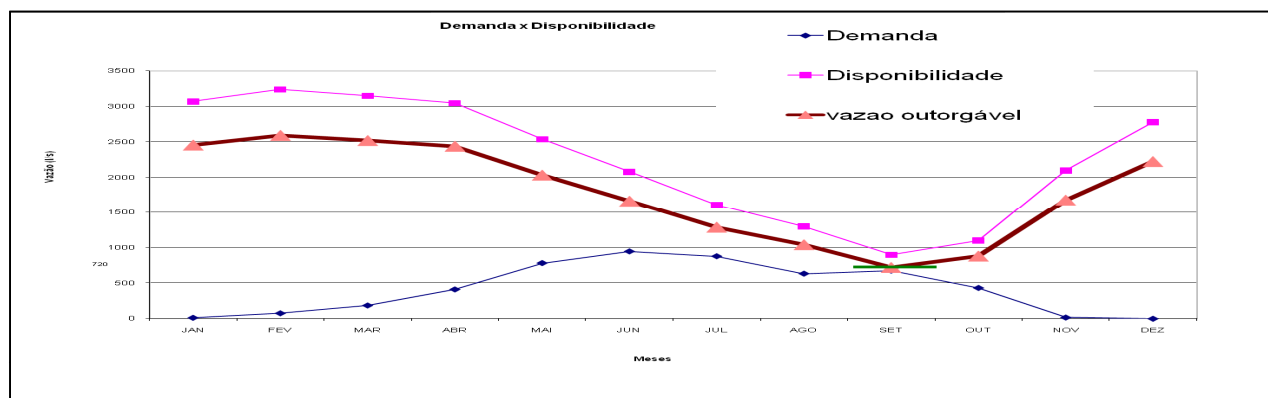
Depende, prévia e obrigatoriamente, de outorga do direito de uso a derivação ou captação de água para consumo final, inclusive abastecimento público, abastecimento animal, irrigação, indústria, mineração, navegação e outros, ou insumo de processo produtivo, construção de barramentos, açudes e diques, o desvio de corpo de água, a implantação de estruturas de recreação às margens ou nos leitos, a transposição de nível e de bacias, o desassoreamento e limpeza de corpos de água e qualquer interferência no regime hídrico de um corpo de água do DF ou delegado pela ANA.

Mapa hidrográfico do DF

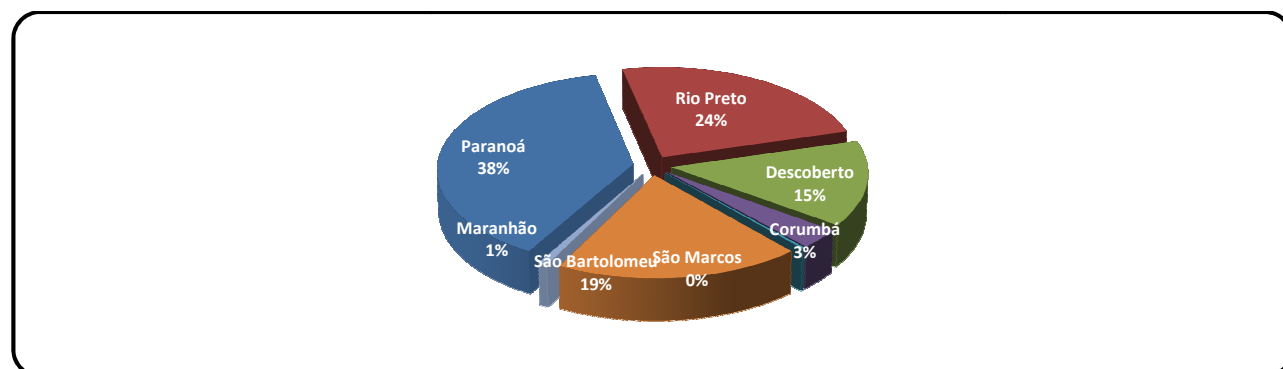


No Distrito Federal o uso dessa água é controlado por 40 Unidades de Análise Hidrológicas - UAH, que são subdivisões das 7sete bacias hidrográficas. A outorga é considerada instrumento essencial para o gerenciamento de recursos hídricos, para cada uma das 40 UAH são feitos estudos conforme gráfico abaixo.

Demanda X Disponibilidade



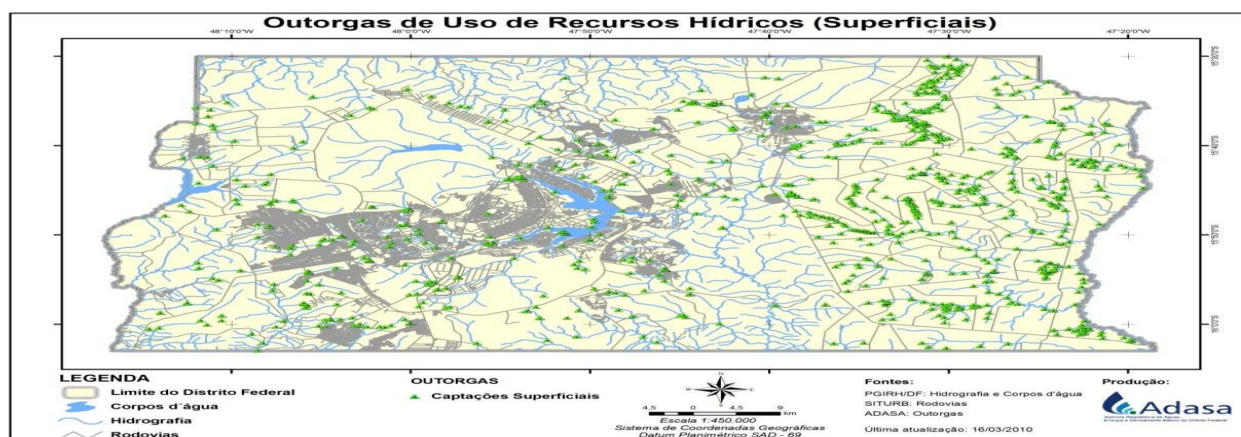
Outorga por Bacia Hidrográfica



d. Captação subterrânea

Dependem, prévia e obrigatoriamente, de outorga do direito de uso a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo, por meio de poços tubulares e poços manuais com vazão de uso da água superior a 5 m³/dia.

As águas subterrâneas são um recurso natural imprescindível para a vida e para a integridade dos ecossistemas, representando mais de 95% das reservas de água doce exploráveis do globo. A água subterrânea resulta da infiltração da água que provém da precipitação e da alimentação direta dos rios e lagos. Dentre as finalidades mais frequentes do uso d'água estão o abastecimento humano, a irrigação paisagística e a criação de animais. Este é o retrato das captações subterrâneas cadastradas na ADASA.

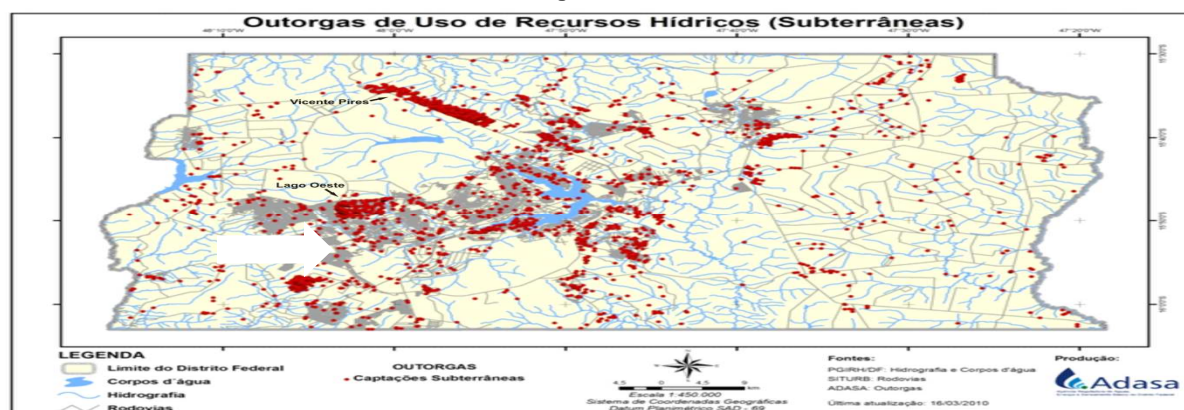


O grande desafio da ADASA é o cadastramento e acompanhamento de cada outorga emitida, abatendo-se a vazão outorgada da reserva total explotável do sistema/subsistema correspondente, encontrando-se, por fim, a disponibilidade hídrica efetiva.

No gráfico abaixo se destaca a situação do domínio fraturado, mais precisamente sistema canastra, subsistema F/Q/M onde a CAESB possui uma bateria de 18 poços tubulares que são utilizados para fornecimento de água para RA de São Sebastião. Pelo critério de reserva explotável já alcançaram 82% do outorgável, portanto merece atenção.

Os mapas a seguir indicam os pontos outorgados relativos às captações subterrâneas e superficiais, onde pode-se verificar maior concentração de outorgas concedidas de usos de recursos hídricos subterrâneos nas regiões de Vicente Pires, Casa Grande e Lago Oeste em razão das campanhas para cadastramento realizadas.

Outorgas - Subterrâneas



e. Lançamento de efluentes e águas pluviais

Refere-se tanto a esgoto quanto a águas de chuvas canalizadas para cursos de água, rios e lagos, portanto, depende de outorga, prévia e obrigatoriamente, o lançamento em corpo de água superficial de esgotos, águas pluviais e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

A outorga de direito de uso da água para o lançamento de efluentes é dada em quantidade de água necessária para a diluição da carga poluente.

A outorga de lançamento de águas pluviais em corpo hídrico é aplicada aos locais onde ocorrer concentração de água no ponto de lançamento, que possa alterar quantitativa ou qualitativamente o corpo receptor.

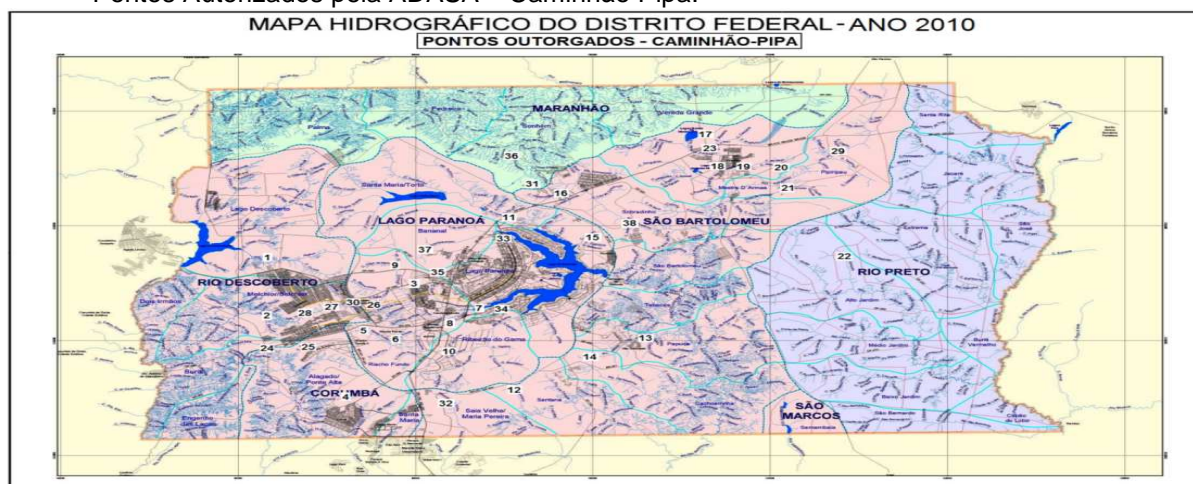
Os projetos de drenagem devem procurar soluções compensatórias de drenagem, agindo em conjunto com as estruturas convencionais, evitando a transferência dos impactos para jusante do ponto de lançamento, através da utilização de dispositivos de infiltração, detenção e retenção das águas pluviais.

f. Caminhão Pipa

Captação por caminhão pipa é o ato de retirar água por meio de moto bomba de um curso de água (rio, riacho, ribeirão, córrego, nascente ou boqueirão) para enchimento de seus reservatórios acoplados ao veículo. Dentre as finalidades mais frequentes do uso d'água estão a construção civil, a irrigação e a contenção de poeira.

A ADASA definiu juntamente com o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, os 38 pontos de captação passível de Outorga. A definição juntamente com o IBRAM se deu devido ao eventual acesso do veículo à Área de Proteção Permanente – APP.

Pontos Autorizados pela ADASA – Caminhão Pipa.



g. A campanha de cadastramento no núcleo rural Casa Grande / Ponte Alta

Em outubro de 2010, a campanha foi realizada no Núcleo Rural Casa Grande devido ao grande número de usuários com captações irregulares. Buscando economizar com energia elétrica, por não precisar de um sistema de bombeamento e também com tratamento de água, os moradores do Núcleo Rural Casa Grande preferem utilizar a água do Córrego dos Pintos, mesmo com a proximidade do Ribeirão Ponte Alta. O uso não racional do recurso e as captações irregulares por parte de usuários sem outorga são as principais causas da seca no local.

As equipes de outorga e fiscalização da SRH realizaram uma ação fiscalizatória no córrego dos Pintos, e foram retiradas em torno de trinta e duas mangueiras que captavam água sem permissão. Em seguida os técnicos da ADASA promoveram um encontro, na Associação dos Moradores de Ponte Alta-Gama, com os moradores do Núcleo Rural Casa Grande para informar quais seriam os usos de água permitidos no Córrego dos Pintos e para orientar e sensibilizar os moradores para a importância de solicitar o instrumento de outorga.

Campanha de Cadastramento



Setenta usuários de água do Núcleo Rural Ponte Alta (Gama) solicitaram o instrumento de outorga para o direito de uso dos recursos hídricos. Para subsidiar o processo de regularização das captações de água no Córrego dos Pintos. Também foram identificados mais de cem pontos de retirada irregular de água, ainda não conhecidos pela ADASA. Destes pontos, metade está localizada no Córrego dos Pintos e a outra corresponde à captação de água subterrânea (poços tubulares ou cisternas).

h. Monitoramento da charqueadora Districarnes

A ocupação geográfica de uma empresa cujo produto elaborado requer a utilização de elementos orgânicos, gerando elevado volume de efluente, numa área cuja fragilidade do solo é intrínseca, resulta num elevado risco de poluição, considerando que o sistema de tratamento demonstrou inadequação em suas estruturas, a contaminação ocorreu no condomínio Vista Bela, localizado na área rural de Ceilândia, cidade satélite de Brasília – DF. A indústria de alimentos que manipula carnes e produz produtos como carne de sol e charque gera efluentes com alta taxa de DBO (Demanda Biológica de Oxigênio) e Cloretos não podendo ser despejados sem tratamento.

Para tanto, a indústria implantou sistema secundário de tratamento biológico de efluente com decantadores, aeradores, “chicanes” composta por areia e brita que apresentou falhas operacionais, e atingia o lençol freático localizado na região durante o período de chuva a 8 metros de profundidade.

A pluma de contaminação atingiu até o momento 06 (seis) casas situadas entre 50m e 200m da empresa, seguindo em direção perpendicular à nascente do córrego Capão do Brejo, afluente da sub-bacia do Rio Descoberto, Bacia Hidrográfica do Paranaíba.

Com o auxílio da SES/GDF, foram analisadas as captações de todos os condomínios da região que confirmou uma contaminação difusa provavelmente oriunda das fossas mal dimensionadas e localizadas muito próximas à captação. Assim, em ação conjunta ADASA e SES passaram a orientar a população local para tratar a água das captações, interromper o uso para consumo humano das fontes suspeitas, esgotar as fossas, utilizar tratamento por clorador no interior das cisternas, e se possível, beber apenas água potável.

i. Programa Produtor de Água

Durante o ano de 2010 foram realizadas diversas ações organizacionais com o objetivo de conhecer e direcionar com eficácia as ações de implantação do programa produtor de água na Bacia do Ribeirão Pipiripau. Buscando o aperfeiçoamento dos trabalhos de integração das diferentes entidades parceiras é necessário o estreitamento e acompanhamento das atividades realizadas em campo e as planejadas no Programa Produtor de Água. Como ponto crucial apresenta-se a educação ambiental, devendo essa ser intensificada e divulgada através de praticas de extensão rural e vinculação nos veículos de comunicação disponíveis, mostrando a importância da reabilitação e preservação da bacia para a proteção do solo e da qualidade e quantidade da água disponível.

Ações do programa realizadas no ano de 2010:

- Workshop para discussão do Acordo de Cooperação Técnica -ACT e constituição da Unidade de Gestão do Projeto – UGP;
- Lançamento do edital para a sub bacia do Taquara;
- Elaboração dos Projetos Individuais por propriedade;
- Celebração de contratos com os produtores de serviços ambientais;
- Adequação Ambiental das Propriedades Rurais da Bacia;
- Garantia de água para abastecimento Humano;
- Melhoria da qualidade da água com redução significativa do volume de sedimentos;
- Redução do uso de água no canal Santos Dumont;
- Redução dos picos de cheia, aumento da vazão no período seco e garantia de permanência de vazões compatíveis com as outorgas.

3.1.2.7. Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos do DF - Ação 2837-Subtítulo 001

Em 2010, foram emitidos 1.089 atos de fiscalização, divididos em: 262 Relatórios de Vistoria, 417 Termos de Notificação, 54 Autos de Infração de Advertência, 05 Autos de Infração de Multa e 276 Termos de Vistoria, todos resultantes de atividades de atendimento a denúncias, cadastramento de usuários de canais, vistorias de rotina e solicitações da Coordenação de Outorgas. Nos gráficos abaixo se encontram dados referentes às atividades de fiscalização:

a. Atividades do atendimento técnico - outubro, novembro e dezembro 2010

O atendimento preza pelo esclarecimento e conscientização ambiental do usuário. Os atendimentos técnicos iniciaram-se no último trimestre do ano, onde foram atendidos 344 usuários, divididos em: 299 atendimentos presenciais, 45 atendimentos por telefone, todos resultantes de anotações diárias.

b. Canais e postos de combustível

Em fevereiro de 2010, a ADASA lançou a Resolução nº 001/10 que estabelece diretrizes e critérios para o requerimento o obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos por meio de canais em corpos d'água de domínio do Distrito Federal e delegados pela União.

A partir de então coube à equipe de fiscalização da SRH orientar os usuários de canal, cadastrá-los e fiscalizar o seu uso.

Outra atribuição da fiscalização é o controle do uso de água de poço por postos de combustível. Esse controle é de extrema importância uma vez que mais de 500 postos são conhecidos no

DF e uma pequena parcela deles possui processo na ADASA. Além disso, nas áreas de postos de combustível as águas subterrâneas estão mais susceptíveis à contaminação, o que faz da fiscalização nestes estabelecimentos algo imprescindível para a manutenção da qualidade dos nossos reservatórios de água.

Os resultados obtidos encontram-se abaixo:

Canais

- 09 canais fiscalizados; cadastrados e notificados usuários de canais de córregos em Brazlândia, Planaltina, no Núcleo Rural Santa Luzia (Altiplano Leste); Samambaia, Rio Piripau, no canal do Córrego Corguinho, Bica do DER.

Postos de Combustível

Foram fiscalizados 151 postos de combustíveis nas seguintes regiões administrativas: Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Taguatinga Norte, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Sobradinho, Sudoeste, Cruzeiro, Guará I e II, dos quais 125 não possuem captação subterrânea, 14 possuem poços outorgados pela ADASA e 12 possuem captação sem outorga.

Proporcionalmente a região da Candangolândia foi a que apresentou o maior número de postos com poço sem outorga (seis postos em um total de sete).

Foi constatado pela equipe de fiscalização que muitos postos possuem um reservatório de água para ser utilizado em casos de falta de água da Caesb. Esses reservatórios são abastecidos, geralmente, com água de caminhão-pipa.

c. Termo de Ajustamento de Condutas – Vicente Pires

Em 2005 foi celebrado um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC, em caráter excepcional, entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o GDF com a interveniência do Ministério Público Federal e da Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – SEFAU, objetivando o licenciamento ambiental dos sistemas provisórios de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a Colônia Agrícola Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia e Vila São José.

A Cláusula Décima Segunda do TAC acima menciona que a ADASA, com o apoio da CAESB e da SEMARH/DF, deverá cadastrar todos os poços, cisternas e cacimbas da área sob intervenção, indicando a localização, identificando os proprietários, com data do cadastramento, se o poço encontra em uso ou não, e o lote pertencente.

Mapa da Região de Vicente Pires



O Termo de Ajustamento de Conduta supracitado está estruturado na ADASA sob o processo nº 0197-000483/2006. Consta no processo que a CAESB informou um universo de 3.452 possíveis endereços com captações de águas subterrâneas (poços tubulares ou cisternas), sendo 1.741 localizados na Colônia Agrícola Vicente Pires, 1.308 localizados na Colônia Agrícola Samambaia e 403 localizados na Vila São José.

As tabelas abaixo mostram o resumo dos trabalhos desenvolvidos até a presente data:

Relatório de desempenho do TAC

Trabalhos	TAC – Vicente Pires	Colônia Agrícola Vicente Pires	Colônia Agrícola Samambaia	Vila São José
Pontos cadastrados	3452	1741	1.308	403
Total de captações confirmadas	2.359	1.356	759	244
Lacrados	1.027	356	497	214
Tamponados	438	227	131	30
Outorgados	15	15	0	0
Poços inexistentes	468	170	237	61
Pontos sem caesb	560	373	131	56
Portão fechado	625	215	312	98
Total área regularizada	1480 (42.87%)	768 (44.11%)	865 (66.13%)	305 (75,68%)

d. Ações no Ribeirão Pipiripau – SRH / ADASA

A Comissão de Acompanhamento da Bacia do Ribeirão Pipiripau, apresentou s duas propostas elaboradas em conjunto pelos técnicos da ADASA e da ANA, definindo regras para realocação dos usos de recursos hídricos na bacia.

A ADASA, juntamente com a ANA e a EMATER/DF, elaborou e publicou diversos cartazes, cartas, ofícios e comunicados na mídia, no intuito de divulgar as regras de restrição aprovadas, bem como promover o uso sustentável dos recursos hídricos na bacia.

A ADASA intensificou, a partir da publicação da Resolução ADASA nº 08 de 31 de agosto de 2010, as campanhas de fiscalização dos usos de recursos hídricos na bacia, visando garantir o atendimento das vazões mínimas estabelecidas pelo Marco Regulatório.

Foram realizadas campanhas diárias durante o período de estiagem, algumas em parceria com técnicos da ANA, com ampliação significativa da aplicação dos recursos logísticos e humano da ADASA, tendo em vista as baixas vazões monitoradas.

As campanhas de fiscalização cobriram quase que a totalidade dos usuários do Ribeirão Pipiripau, com uma média de 5 chácaras vistoriadas por dia. Também foram executadas atividades relacionadas à conscientização dos usuários, envolvendo palestras planejadas e amplamente divulgadas na região. Constatou-se que, para que se consiga garantir os usos múltiplos nos períodos de estiagem, é necessária a ampliação das ações relacionadas ao incentivo dos usos racionais, a redução das perdas dos sistemas de irrigação, a adequação das culturas agrícolas aos programas de proteção de mananciais.

e. Qualidade da água

A Superintendência de Recursos Hídricos vem se preocupando não só com o aspecto quantitativo dos recursos hídricos, mas também com o aspecto qualitativo. É imprescindível que a quantidade de água mantenha-se em um nível aceitável e que também a sua qualidade seja adequada para os diversos tipos de uso e manutenção da integridade do ecossistema.

Nesse âmbito a ADASA faz o monitoramento da qualidade das águas das 44 estações de monitoramento de águas superficiais no território do DF, além das estações fixas, cinco pontos de amostragem também foram incluídos nos quatro tributários e na barragem do Lago Paranoá.

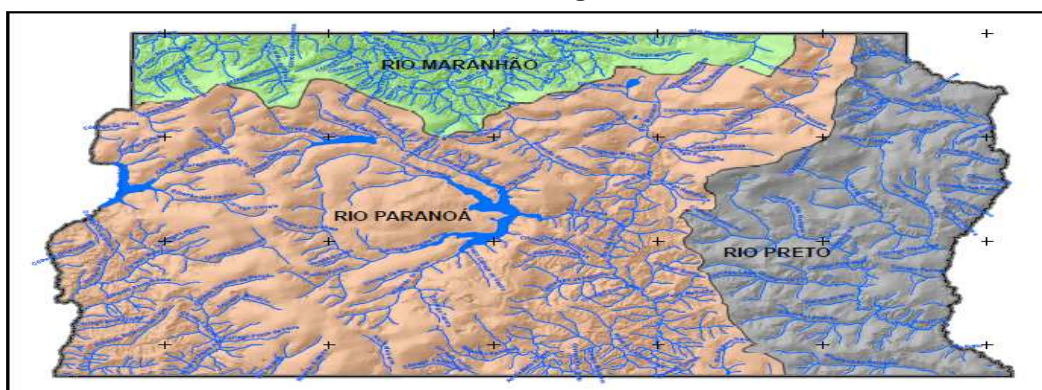
3.1.2.8. Estruturação da Gestão Participativa por bacia hidrográfica

Apoio aos comitês

Destaca-se que, da meta acumulada prevista de implementar 6 comitês de bacias, o Conselho de Recursos Hídricos do DF aprovou a implantação de 3 Comitês e a ADASA apoiou a estruturação destes três comitês, correspondendo a 100% do cumprimento da meta.

Foram criados o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto e, ainda, consolidada a modificação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá, abrangendo as sub-bacias do Descoberto, Corumbá, Paranoá, São Bartolomeu e São Marcos no território do DF.

Comitês de Bacias Hidrográficas do DF



No mesmo contexto, foi consolidada a modificação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá que teve a sua área de atuação alterada pelo Decreto nº 31.255, de 18 de janeiro de 2010, abrangendo as sub-bacias do Descoberto, Corumbá, Paranoá, São Bartolomeu e São Marcos no território do DF.

Esta divisão integra os três Comitês do DF aos Comitês Federais, a saber: Comitê dos Afluentes do Preto ao comitê do São Francisco, Comitê dos Afluentes do Maranhão ao comitê do Araguaia-Tocantins (em fase de implantação) e Comitê do Paranoá ao Comitê do Paranaíba.

Estruturação Geográfica das Bacias Hidrográficas do DF



O Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, foi reativado no ano de 2009, foi criado pela Lei nº 2.725, de 13 de julho de 2001, com base no disposto pelo Decreto Nº. 24.674 de 22 de junho de 2004. Formado por representantes das Secretarias do Governo do Distrito Federal e de outros órgãos do Poder Público com atuação no gerenciamento ou no uso dos recursos hídricos, por representantes dos usuários e das organizações civis relacionadas com preservação dos recursos hídricos.

3.1.2.9. Gerenciamento dos serviços públicos de saneamento básico do DF - Ação 4056 Subtítulo 0003.**Tabela 18 – Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código Ação/subtítulo	Inicial (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Relação (c/b)
Regulação Econômica dos Serviços Públicos de Saneamento Básico	4056-0003	1.300.000	1.200.000	296.970	24,7%

Em 2010, a ADASA deu continuidade à implementação da Primeira Revisão Tarifária Periódica da CAESB e ao aperfeiçoamento dos procedimentos e regulamentos correlatos, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 001/2006 - ADASA, celebrado com a CAESB que regula a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.

Desse período destacam-se a apuração dos resultados parciais da revisão periódica em apreço e do reajuste tarifário anual provisório de 2010, conforme se segue:

i. Primeira revisão tarifária periódica da CAESB

Em 15 de janeiro de 2010, foi publicado o Aviso de Audiência Pública nº 001/2010, com o objetivo de colher subsídios e informações adicionais para a proposta referente à 1ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

ii. Reajuste tarifário anual de 2010

A Audiência Pública foi realizada no dia 02/02/2010.

Em 24 de fevereiro de 2010 foi aprovada pela ADASA a Resolução nº. 02/2010, fixando o reajuste tarifário anual provisório, a vigorar a partir de 1º de março de 2010, no valor de 4,31%.

iii. Compartilhamento com os segmentos da sociedade

Os processos da Revisão Tarifária Periódica e do Reajuste Tarifário Anual foram conduzidos pela ADASA com a efetiva participação da CAESB e demais agentes interessados. Na Audiência Pública, a ADASA recebeu contribuições da CAESB e de diversos segmentos da sociedade.

Os resultados das contribuições recebidas na Audiência Pública foram consolidados na Nota Técnica nº 005/2010-SRE/ADASA e disponibilizadas no sítio da ADASA.

iv. Serviços de consultoria para suporte técnico à ADASA na realização da 1ª revisão tarifária periódica

No contexto da realização da 1ª revisão tarifária periódica da concessionária, em 2010 foi dada continuidade à execução do contrato de consultoria nº 003/2008, que tem como objeto assessorar e dar apoio técnico à ADASA no processo revisional em apreço.

Realização física e financeira do contrato

Apesar da não finalização da meta física identificada pela “1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB em 2010”, a ADASA atingiu 100% da meta financeira no exercício de 2010, quando considerado o Valor Liquidado de Despesa em relação ao Empenhado no ano, conforme demonstrado na tabela 19 a seguir.

Do resultado global da realização física e financeira do Contrato nº 003/2008-ADASA, encerrado em julho de 2010, qual destaca-se a realização de 82,5% dos produtos autorizados, com um pagamento total de 80,6% do valor financeiro total do contrato.

Principais benefícios para a sociedade e os usuários

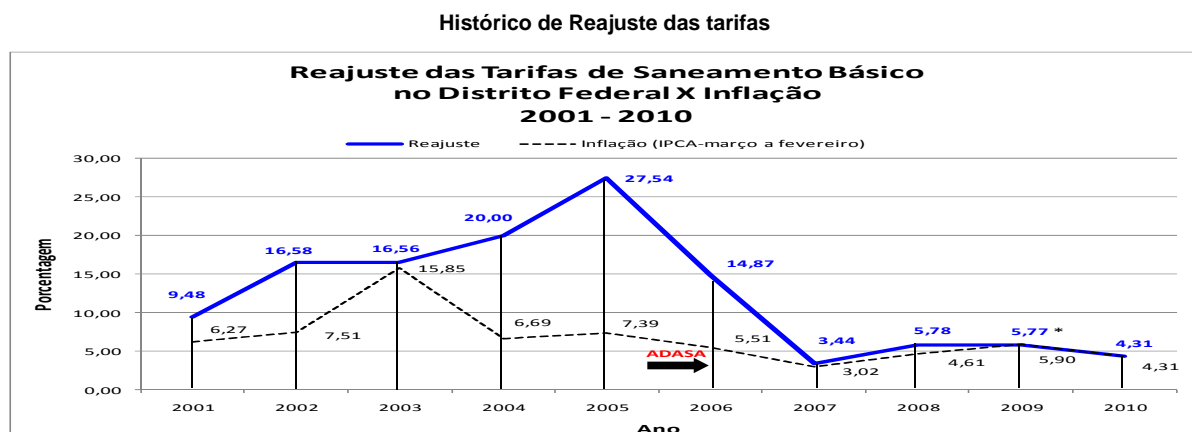
Antes da criação da ADASA, as tarifas eram definidas por entendimentos diretos da CAESB com o governo, por iniciativa da própria CAESB na apresentação de planilhas de custos, sem qualquer participação da sociedade e dos usuários.

Com a criação da ADASA, a assinatura do Contrato de Concessão e definição de regulamentos normativos, esse procedimento foi aperfeiçoado e a tarifa passou a ser definida pela agência reguladora com base num preço-teto, na regulação por incentivo e no uso de instrumentos bem definidos de reajuste anual, revisão periódica e revisão tarifária extraordinária.

A revisão extraordinária se aplica em qualquer data, desde que seja comprovado um desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão.

Na assinatura do Contrato, em 2006, a CAESB reconheceu que a tarifa praticada era adequada para cobrir todos os custos e, portanto, o contrato se encontrava em equilíbrio econômico e financeiro.

O gráfico 12, a seguir, apresenta um histórico dos reajustes tarifários antes e depois da criação da ADASA.



Fonte: SRE / (*) Como esse reajuste foi aplicado com um mês de atraso, o valor de 5,77% foi acrescido de 0,52%.

Com a ajuda do gráfico é possível observar que o reajuste tarifário dos cinco anos anteriores à entrada em vigor do Contrato de Concessão somou 127,68%, enquanto que a inflação acumulada no mesmo período foi de 51,65%. No mesmo período de tempo, após iniciada a atuação da agência, o reajuste total foi de 38,67%, enquanto que a inflação acumulada no mesmo período foi de 26,24%.

Trata-se de um processo inédito na definição de tarifas de água e esgoto no Distrito Federal e no Brasil. Nesse particular, a ADASA tem sido procurada por inúmeras agências reguladoras na busca de detalhes do processo.

Subtítulo 0001- Fiscalização de serviços públicos de saneamento básico do DF

Demonstrativo da realização financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Relação %
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/c)
Fiscalização de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário	4056-0001	200.000	50.000	0,00	0,00	0
		179.765	379.824	180.245	180.245	100
		70.000	70.000	0,00	0,0	0
Subtotal		449.765	499.824	180.245	180.245	100
Outros projetos		1.310.000	1.099.941	0		0
Total		1.759.765	1.599.765	180.245	180.245	11,3

O valor autorizado de R\$ 50.000,00, inicialmente previsto para a cobertura do pagamento da 1ª parcela do serviço de elaboração do Laudo de Avaliação dos Ativos da CAESB ocorrerá em janeiro de 2011.

O valor empenhado de R\$ 180.245,00 refere-se ao pagamento dos serviços laboratoriais contratados com terceiros, o qual foi totalmente liquidado no exercício de 2010. O valor autorizado de R\$ 70.000,00, inicialmente necessário para a aquisição de medidores de vazão de água, não mais será utilizado pela fiscalização por ter sido adquirido por outra unidade operativa da Agência.

i. Fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Até dezembro de 2010, a ADASA realizou 33 vistorias técnicas. O montante alcançado bem expressa a preocupação da ADASA na fiscalização de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

ii. Monitoramento da qualidade da água no DF

O monitoramento é feito por meio de um laboratório contratado pela agência, que presta serviços de coleta, leitura de nível, transporte e realização das análises físico-químicas e bacteriológicas da água bruta (superficial e subterrânea), água tratada e água servida (residuária e efluente), com emissão de laudos específicos e assinados por profissionais qualificados.

O monitoramento da qualidade da água é apurado por meio de análises físico-químicos e bacteriológicos dos indicadores estipulados na Portaria do Ministério da Saúde nº 518/2004, quais sejam: cloro residual livre, coliformes totais, coliformes termotolerantes, fluoreto, turbidez, cor e pH.

De um modo geral, pode-se assegurar que a qualidade da água distribuída pela CAESB atende aos padrões, principalmente com relação aos parâmetros bacteriológicos.

iii. Concessão da central de tratamento de resíduos sólidos

A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (aterro sanitário) que será implantado na Região Administrativa de Samambaia, entre o córrego Melchior e a Rodovia DF-180, próxima à estação de tratamento de esgotos Melchior, vai substituir o lixão do Jockey Clube, próximo à Estrutural, cuja área, degradada, será totalmente recuperada.

Este será o primeiro aterro sanitário do DF construído e operado com a mais moderna tecnologia disponível no mercado. Além de abrigar todos os resíduos orgânicos produzidos na Capital Federal, o projeto prevê o aproveitamento do biogás produzido.

O novo Aterro Sanitário adotará técnicas ambientalmente corretas, com a compactação de todo o lixo orgânico antes do soterramento, e haverá o tratamento do chorume antes de seu lançamento no corpo hídrico com a qualidade requerida pelas normas vigentes.

A implantação do novo aterro é um trabalho conjunto entre a ADASA e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF – SEDUMA. Compromisso do Programa Brasília Sustentável, coordenado pela SEDUMA, no contrato com o Banco Mundial – BIRD – para, entre outras finalidades, a regularização fundiária definitiva da Vila Estrutural.

O investimento previsto é de 300 milhões de reais para um período de concessão de 15 anos, prorrogável. O vencedor terá dois anos para realizar todos os investimentos necessários para a construção da infra-estrutura do empreendimento.

A empresa receberá outorga de concessão fornecida pela ADASA, em caráter de exclusividade, dos serviços de implantação e operação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do DF (projeto executivo, implantação e operação).

A licitação é na modalidade de concorrência, tipo menor tarifa pela prestação do serviço por tonelada de lixo entregue para tratamento e destino final.

Atualmente o edital está suspenso e o projeto básico encontra-se na SEDUMA para adequação às alterações solicitadas pelo TCDF.

iv. Programa Águas no DF

O Programa de Gestão de Águas e Infra-Estrutura de Drenagem do Distrito Federal - Águas do DF - financiado pela Confederação Andina de Fomento – CAF – tem como objetivo apoiar a implementação de políticas públicas do Governo do Distrito Federal orientadas a corrigir as deficiências existentes nos setores de drenagem pluvial, recuperação ambiental e fortalecimento institucional.

Para tanto, em agosto de 2009, foi firmado o Convênio nº 156/2009-SO, tendo como Concedente o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras (SO) e, como Convenientes, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA) e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental (IBRAM).

v. Projeto básico para o aperfeiçoamento do marco legal e desenvolvimento institucional da regulação dos serviços públicos.

O marco regulatório de drenagem e manejo de águas pluviais no DF possibilitará uma melhoria dos sistemas de drenagem urbana, solucionando os problemas recorrentes das inundações, proteção de nascentes e recuperação de erosões e reforço do arcabouço legal e institucional do DF para a gestão dos recursos hídricos.

Em atendimento ao estabelecido no Convênio nº 156/2009-SO a ADASA concluiu, em dezembro/2010, o Projeto Básico a ser encaminhado à SO para contratação de consultoria especializada para a elaboração do Marco Regulatório de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e minuta de Contrato de Concessão com a NOVACAP.

vi. Programa de capacitação e treinamento

O Programa de Capacitação e Treinamento dos agentes do setor encontra-se em análise na Secretaria de Obras, tendo sido sua consolidação reprogramada para 2011.

Ressalte-se que a contratação da consultoria especializada somada ao treinamento dos técnicos envolvidos nas atividades do projeto irão reforçar e consolidar institucionalmente as competências da Agência Reguladora nos serviços públicos de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no DF.

vii. Criação do conselho de usuários dos serviços de água e esgoto

A minuta de resolução para constituição do Conselho será submetida à Audiência Pública, no 1º trimestre de 2011.

viii. Monitoramento da situação econômico e financeira da CAESB

A Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabeleceu as diretrizes nacionais do setor de saneamento básico, dando centralidade ao tema da regulação de serviços, no que diz respeito à

definição das obrigações dos titulares das concessões, dos agentes executores, dos estados e municípios e dos agentes reguladores.

Pelo atual marco legal, a prestação dos serviços de saneamento está vinculada a princípios de eficiência e sustentabilidade econômico-financeira. Esta questão é abordada em vários pontos da Lei de Saneamento, dentre os quais se destaca o inciso II do art. 11 que vincula a validade dos contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico à viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços.

Para que seja assegurada a viabilidade e a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços de saneamento básico, a Lei prevê a cobrança dos serviços.

O Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA celebrado entre a ADASA e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, regula o serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal.

Ademais, as atuais regras jurídicas e econômicas inerentes ao regime tarifário do contrato de concessão celebrado com a CAESB para prestação do serviço público de saneamento básico no Distrito Federal constituem uma vertente do regime de regulação por incentivos, que tem como finalidade precípua o aumento da eficiência e da qualidade na prestação do serviço, atendendo ao princípio da modicidade tarifária.

Isso significa que a concessionária necessita de uma tarifa que cubra: (i) os custos operacionais eficientes e (ii) um adequado retorno sobre o capital investido para construir a infra-estrutura necessária à prestação do serviço nos níveis de qualidade definidos no contrato de concessão.

Para a execução desse conjunto de tarefas, especialmente aquela referente ao monitoramento dos custos e do desempenho econômico-financeiro da concessão, é necessário que a ADASA obtenha conhecimento sobre a estrutura econômica, financeira e patrimonial da concessão, em especial quanto à situação contábil e patrimonial dos ativos vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB no Distrito Federal;

Para tanto a ADASA lançou em outubro de 2010, processo licitatório para contratação de serviços técnicos especializados.

Em 23/12/2010 foi celebrado o Contrato nº 19/2010 com início previsto para janeiro de 2011.

Subtítulo 002 - Regulação Técnica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Cabe à ADASA expedir os atos regulatórios da legislação superior relacionada às suas áreas de competência, quais sejam: (i) regulação técnica e econômica dos serviços de saneamento básico; (ii) regulação e fiscalização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e (iii) drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

(i) Propostas de regulamentação técnica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A meta física estabelecida para o ano de 2010 era de encaminhar 5 (cinco) propostas de regulamentação técnica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para audiência pública. Sobre o cumprimento da meta, considera-se atendida, uma vez que as fases principais, de levantamento de necessidades de regulamentação, de diagnóstico e de elaboração dos atos

demandados, foram contempladas no decorrer do ano para todas as normas, que têm previsão de publicação para o primeiro semestre de 2011. Destaca-se que uma sexta norma, inicialmente não contemplada no planejamento, a Resolução que disciplina os procedimentos a serem adotados pela CAESB para assegurar aos consumidores o desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia de água prevista na Lei nº 4.341/09 e no Decreto nº 30.681/09, foi elaborada e editada no corrente ano e se encontra em vigor desde 05 de julho, quando foi publicada.

A ADASA apoiou o projeto de reestruturação do SLU. Ademais, tem por objetivo maior celebrar o **contrato de gestão** e desempenho, por trinta anos, com o SLU, que estará responsável pela gestão e operação da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal, a execução das licitações e contratos decorrentes, bem como a fiscalização específica das cláusulas contratuais no que tange à limpeza pública e a autuação de infrações.

Também, uma das iniciativas da ADASA foi colaborar no processo de licitação da Concessão da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do DF. O projeto prevê a criação do aterro sanitário que será implantado na Região Administrativa de Samambaia, entre o córrego Melchior e a Rodovia DF-180, próxima à estação de tratamento de esgotos Melchior, em substituição ao lixão do Jockey Clube, próximo à Estrutural, cuja área, degradada, será totalmente recuperada.

Os trabalhos licitatórios são coordenados pela SEDUMA, com a participação de diversos órgãos do GDF, inclusive o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, cabendo à ADASA a presidência da comissão especial de licitação. O edital da concorrência foi lançado ainda em 2009. Por motivo de adequações recomendadas pelo TCDF foi postergado para esse ano. Entretanto, em decorrência de recursos de licitantes, o processo licitatório não foi concluído até o momento.

Outra ação de destaque foi a cerimônia de lançamento do Protocolo de Intenções do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do DF e Goiás. O Consórcio terá a atribuição de promover a gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais em sua área de abrangência – DF - e 20 municípios de Goiás, que formam o Entorno de Brasília. O Consórcio é de vital importância para a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas e deverá desenvolver mecanismos de participação e controle social nos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais.

O DF e os municípios do entorno deverão contar com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no fornecimento de informações técnicas e financiamentos para a implantação do consórcio. A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) oferece apoio aos municípios na implantação do Plano de Gestão Integrada de Manejo de Resíduos Sólidos, cujo objetivo é indicar as soluções mais viáveis tecnológica e economicamente para o correto descarte do lixo. O Consórcio prevê a participação dos governos de Goiás, Distrito Federal e os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício.

Outra atividade realizada pela ADASA foi a elaboração, em parceria com o SLU, Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA e Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM do Anteprojeto

de Lei sobre a Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, cuja minuta se encontra em fase final, na qual o grupo de trabalho acima mencionado está respondendo ao parecer da Procuradoria, para posterior encaminhamento do processo ao Gabinete do Governador. Com a aprovação de uma lei sobre a Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, todo o setor da Construção Civil poderá contar com uma regulação específica sobre o assunto, diminuindo a insegurança jurídica, definindo a destinação adequada de tais resíduos e melhorando a qualidade do ambiente do Distrito Federal.

Ainda sobre a regulação dos serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos, com o objetivo de subsidiar a ADASA em seus trabalhos e projetos de regulamentação técnica, a agência associou-se a ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, ONG que atua na área de saneamento e meio ambiente há mais de 40 anos. A celebração do acordo contribui para o aprimoramento técnico do quadro de servidores do órgão, no que tange à regulação dos serviços de saneamento básico, uma vez que a Agência recebe todas as publicações periódicas, editadas pela ABES. Também, como fruto dessa parceria e em conjunto com a ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação - e com a NARUC – National Association of Regulatory Utility Commissioners, dos Estados Unidos da América, dois seminários sobre a regulação e o aproveitamento energético de gás dos aterros sanitários tiveram a participação efetiva dos servidores da ADASA, o que contribuiu para a formação do quadro técnico da agência.

Quanto aos serviços de gás canalizado, prestado pela CEBGÁS, somente no segmento GNV (Gás Natural Veicular), diversas palestras e estudos foram realizados no ano de 2010, visando a conhecer melhor esse tipo de serviço, suas características e peculiaridades, especialmente as relacionadas ao Distrito Federal. Visitas técnicas a outras agências reguladoras, como a ARSESP, de São Paulo, e a AGR, de Goiás, foram efetuadas com o intuito de subsidiar a coleta de informações sobre a regulação deste mercado e suas implicações. Também nesta área, foi estabelecido Convênio de Cooperação Técnica com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), cujo objetivo é a melhor coordenação das atividades regulatórias do gás natural, articulando a regulação sobre o setor que se encontra tanto na esfera federal quanto na estadual, de modo a que problemas e questões regulatórias possam ser conciliados. No momento, a ADASA aguarda informações da CEBGÁS para o planejamento estratégico de expansão de atuação no Distrito Federal, ainda incipiente.

A Lei nº 4.383, de 28 de julho de 2009, alterou para 19/01/2015 o prazo para a implantação da hidrometração individualizada nas edificações verticais residenciais, de uso misto e nos condomínios residenciais, estabelecendo, destarte, procedimentos para dispensa de instalações desses dispositivos, cujos casos, então previstos, são analisados por equipe técnica da ADASA. Após a edição dessa Lei nº 4.383/09, foi criado um grupo de trabalho (Portaria nº 092/09) para elaborar o documento com proposta de resolução, que resultou na edição da Resolução da ADASA nº 099, de 16 de novembro de 2009. Essa Lei, por sua vez, altera a Resolução da ADASA nº 175/2007, onde se estabelecem os procedimentos para a instalação de hidrômetros individualizados.

(ii) Hidrometração individualizada no Distrito Federal

A par dos requerimentos de dispensa da hidrometração individualizada, de janeiro a dezembro de 2010, foram analisados 21 processos administrativos, dos quais 20 tiveram os pedidos deferidos e 1 foi

indeferido. A tabela a seguir apresenta a quantidade de condomínios e unidades consumidoras que implantaram a hidrometração individualizada em 2009, e as que implantaram até dezembro de 2010.

**Quantidade de Ligação por Localidade e respectivas
Unidades de consumo que individualizaram os hidrômetros**

Localidade	Quantidade em 2009	Total de Unidades – até 2009	Quantidade em 2010	Total de Unidades – até 2010
Águas Claras	89	6.764	156	13.035
Brasília	175	6.982	222	8.949
Ceilândia	14	391	23	748
Cruzeiro	142	3.842	157	4.220
Gama	25	1.855	37	2.809
Guará	73	2.660	94	3.671
Lago Norte	09	1.008	10	1.105
Lago Sul	01	06	01	6
Núcleo Bandeirante	19	367	30	689
Octogonal	06	606	06	606
Paranoá	13	121	23	233
Planaltina	01	22	01	22
Riacho Fundo I	08	269	12	421
Samambaia	30	1.752	60	2.940
Santa Maria	25	285	35	397
São Sebastião	01	25	01	25
Sobradinho	11	418	15	617
Sudoeste	27	2.327	38	3.062
Taguatinga	103	4.546	140	6.601
Total	772	34.246	1.061	50.156

Fonte: CAESB

Ocorreu uma evolução no número de individualização de hidrômetros em condomínios. Verifica-se o maior número em Águas Claras em função das novas edificações, que incorporaram as novas exigências nos projetos de construção. Em Brasília e Sudoeste, por serem regiões já em fase de consolidação, onde a maioria dos condomínios implementaram a individualização anteriormente à norma, percebe-se um acréscimo mediano na implantação. Já na Octogonal, área com edificações antigas, os prédios que procederam a hidrometração foram os que optaram por este sistema, sem a obrigatoriedade da sua implantação, onde percebe-se claramente a estagnação no número de condomínios onde a individualização foi realizada. Concluindo assim, que, a evolução mais acentuada nos condomínios que implantaram a hidrometração individualizada se dá em regiões em fase de ocupação, sendo, portanto, que o inverso ocorre em áreas já consolidadas.

(iii) Alteração da Resolução 175 da ADASA, que trata da medição individualizada

A partir da Lei Distrital nº 3.557/2005 e suas alterações, a ADASA passou a receber diariamente documentos de condomínios comunicando a decisão quanto à realização das obras de hidrometração individualizada, bem como dúvidas e reclamações relacionadas ao tema. A partir desse contato com a sociedade, especialmente por meio das demandas geradas junto ao Atendimento ao Cliente da ADASA, observou-se que alguns dispositivos da Resolução n.º 175/2007 necessitam de adequações. A elaboração de uma nova resolução sobre o tema proporcionará ao usuário do serviço de abastecimento de água maior clareza aos procedimentos referentes à hidrometração individualizada e possibilitará o preenchimento de eventuais lacunas da resolução vigente.

(iv) Resolução que estabelecerá as Condições gerais da prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Na situação atual, inexistem regras básicas que permitam uma efetiva regulação dos serviços prestados. O serviço público de saneamento prestado pela CAESB tem sido, até hoje, balizado por leis,

decretos distritais e normas internas do próprio prestador de serviços. Igualmente, diversos procedimentos praticados pela CAESB em relação, principalmente, a prazos, a procedimentos e atendimento a usuários, não estão regulamentados. Assim, objetiva-se com esta resolução, a compilação das principais disposições sobre a prestação dos serviços mencionados que estão espalhadas em vários atos normativos em um mesmo instrumento e preenchimento das lacunas legais ainda existentes. Com isso, a sociedade terá maior clareza dos direitos e deveres de todas as partes envolvidas na relação de prestação dos serviços (concessionária, usuários, governo e ADASA).

(v) Resolução que regulamentará os processos administrativos para apuração de irregularidades na utilização dos serviços regulados pela ADASA.

Atualmente, a CAESB está realizando fiscalização da utilização dos serviços sob a orientação de normas internas, devido ao fato de não existir uma regulação dos procedimentos a serem observados no desempenho dessa atividade. Assim, a elaboração de um regulamento que defina os procedimentos a serem observados pelos prestadores de serviços quando da aplicação de sanções aos usuários, proporcionará maior transparência nas ações das partes interessadas e permitirá aos usuários, o conhecimento prévio dos seus direitos e deveres inerentes ao processo. Ademais, proporcionará uma clara definição dos procedimentos, que deverão ser observados pelo prestador de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e pelos usuários, no decorrer de um processo para apuração de irregularidades, em razão da utilização dos serviços.

(vi) Estabelecimento do modelo de contrato de adesão da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A elaboração de modelo para contrato de adesão observa as diretrizes constantes na Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil Brasileiro, no tocante aos contratos de prestação de serviços e também ao estabelecido na Lei Federal n.º 8.078/1990, artigo 54, onde consta a definição e as características dos contratos de adesão.

Atualmente o modelo de fatura é definido pelo Prestador de serviços, mas está prevista a elaboração do modelo de fatura pelo ente regulador dos serviços, segundo o Art. 37 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

(vii) Criação do Conselho de Consumidores dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

A minuta de resolução para constituição do Conselho encontra-se em fase final de elaboração, para posterior submissão à Audiência Pública, no 1º trimestre de 2011.

O Conselho deverá ser integrado por representantes das diversas classes de consumidores e possuir caráter consultivo e voltado para orientação, análise e avaliação do serviço e da qualidade do atendimento prestado pela concessionária, bem como para formulação de sugestões e propostas de melhoria do serviço, a ser organizado e mantido em permanente funcionamento pela CAESB.

No Distrito Federal, existem três entidades que prestam os serviços públicos de saneamento básico, são elas: (i) Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB para o fornecimento de água potável e esgotamento sanitário; (ii) Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP na drenagem e manejo de águas pluviais e urbanismo; e o (iii) Serviço de Limpeza Urbana – SLU para coleta de resíduos sólidos e varrição urbana.

(viii) Serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

A ADASA iniciou também estudos para regular e fiscalizar a prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Participaram da elaboração do Plano de Drenagem Urbana do Distrito Federal – PDDU, a Secretaria de Estado de Obras e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, e esta última, juntamente com a ADASA são os responsáveis técnicos pela análise dos produtos entregues pela empresa executora.

O Plano representa um modelo inovador e sua implantação visa a minimizar os impactos ambientais provocados nos corpos de água por controle de fluxos, por meio das redes públicas de drenagem - lançamento de quantidades limitadas de águas pluviais.

(ix) Plano de Saneamento Básico do Distrito Federal

O Plano atualizará os planejamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejos dos resíduos sólidos e das águas pluviais, em articulação com o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial, com Lei de Uso e Ocupação do Solo e com os Planos Diretores Locais. Pretende ainda, acompanhar e contribuir para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB.

(x) Outras normas

Outro desafio é editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo o serviço público de limpeza urbana e de manejos de resíduos sólidos urbanos e de drenagem e de águas pluviais urbanas.

Meta financeira**Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Regulação Técnica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário	4056-0002	831.000	631.000	6.027	1%

Fonte: SIGGO

Sobre a meta financeira programada para execução de projetos orçados em R\$831.000,00, a execução no ano de 2010 situou-se em 1%. Essa pequena efetividade na execução deveu-se a alguns fatores:

(i) Estavam previstas contratações de consultorias especializadas para subsidiar a elaboração das normas. Com a chegada de novos servidores, oriundos do Concurso Público realizado em 2009, e o investimento realizado em seu treinamento, aquelas foram supridas pelo trabalho em equipe realizado durante o ano na análise de necessidades de regulamentação e conseqüente elaboração de normas;

(ii) os custos previstos para a elaboração dos regulamentos ficou para as fases finais antecedentes à publicação das normas, quais sejam, especialmente, de consulta e audiência públicas, que acabaram por ser reprogramadas para o início do próximo ano;

3.1.2.10. Ação 3711 - Realização de estudos e pesquisas diversos**a) Pesquisa de satisfação – Subtítulo 0005****Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Pesquisa de satisfação	3711-0005	90.000	90.000	-	-

Elaborado Projeto Básico objetivando a contratação de empresa para a realização de Pesquisa de Satisfação, concebido no início deste ano, nos mesmos moldes da pesquisa realizada em parceria com o Programa de Melhoria do Setor Saneamento – PMSS, do Ministério das Cidades. O projeto não foi licitado em tempo de ser executado em 2010, e está sendo reavaliado quanto à possibilidade de sua execução no exercício de 2011, com a perspectiva de se realizarem estudos de pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal.

b). Aprimoramento do sistema de ouvidoria – Subtítulo 0010

Demonstrativo da meta financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Aprimoramento do Sistema de Ouvidoria	2994-0010	240.000	74.000		

Fonte: SIGGO

A ADASA possui canais permanentes de atendimento aos clientes, presencial (balcão de atendimento); por correspondência eletrônica (e-mail; site da agência; redes sociais; Facebook; My Space; e Twitter); por correspondência convencional; por telefone, protocolo; malote; ECT, Ouvidor e outros.

Diariamente, a ADASA registra os atendimentos prestados, que são classificados por tipo, como: (i) solicitações de informação; (ii) sugestões; (iii) reclamações; (iv) denúncias; (v) pedidos de fiscalização; e outras. As demandas são encaminhadas as unidades da ADASA, ou mesmo aos prestadores de serviços (CAESB, SLU, NOVACAP e outros), para posterior resposta aos interessados.

Registros de atendimento (2009)

	Reclamações	Denúncias	Outros	Total
Concessionária	918	31	17	966
Outros (geral)	36	188	131	355
Total	954	219	148	1321

Registros de atendimento (2010)

	Reclamações	Denúncias	Outros	Total
Concessionária	724	33	13.879	14.636
Outros (geral)	41	193	00	234
Total	765	196	13.879	14.870

Houve uma significativa evolução no número de atendimentos. No ano de 2010, foram contabilizados 14.870 atendimentos, distribuídos entre as questões advindas dos outorgados e usuários de recursos hídricos e dos serviços públicos de saneamento básico, como também da concessionária (CAESB). O crescimento verificado deve-se à divulgação do número de telefone de atendimento da ADASA na contas de água e esgoto, bem assim o aumento de publicidade e propaganda institucional e de utilidade pública.

As reclamações pertinentes à concessionária são encaminhadas à Ouvidoria da CAESB, e também, se necessário à apreciação das unidades de fiscalização da ADASA. Principalmente quando a resposta da CAESB não é satisfatória ou pouco esclarecedora.

No segmento de ouvidoria foram realizadas nove Audiências Públicas no ano de 2010:

3.1.2.11. Ação 7449 – Planejamento e processos

Demonstrativo da meta financeira (em R\$)

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Planejamento e Processos	7449-6099	485.000	0,0	0,0	-

No começo de 2010, iniciou-se estudos para a implementação do planejamento estratégico da ADASA, buscando o seu alinhamento com os objetivos e metas estabelecidos pela diretoria, bem como com os programas e projetos especiais priorizados.

Foram realizados 02 Workshops de Planejamento Estratégico da ADASA.

Os trabalhos resultaram no Plano de Ação 2010/2011, para mapeamento de processos na ADASA, constituído por três objetivos, quais sejam: i) Estruturar o Comitê de Gestão por Processos; ii) Elaborar Instrução Normativa; e iii) Orientar o mapeamento de processos por unidades.

Atualmente, em função de mudanças ocorridas no Regimento Interno da ADASA no decorrer de 2010, implicando em mudanças de processos mapeados, e devido à complexidade da metodologia, deve-se contratar consultoria de apoio para revisar e definir novos processos, a ser implementado no próximo exercício de 2011.

3.2. Programa – 0150 – Brasília Sustentável

O programa foi inserido no Plano Plurianual do Distrito Federal (lei nº. 3.157, de 28/05/2003), para o período de 2004 a 2007, por meio da lei nº. 3.609, de 08/06/2005, e mantido no plano plurianual do Distrito Federal, para o período de 2008 a 2011, por meio da lei nº. 4007, de 20/08/2007. Esse programa, dotado de forte cunho social e ambiental, foi concebido basicamente para:

- i. preservar a qualidade das águas superficiais do Distrito Federal, notadamente as do Lago do Descoberto, que abastece mais de 60% de toda a população do Distrito Federal, uma vez que essa qualidade vem sendo comprometida pelo rápido adensamento populacional e pela falta de sistema de esgotamento sanitário da cidade de Águas Lindas de Goiás;
- ii. preservar a qualidade das águas subterrâneas do Distrito Federal, notadamente aquelas próximas ao lixão da Estrutural, que correm sério risco de contaminação pelo chorume ali produzido;
- iii. melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da Vila Estrutural, que sobrevivia em ambiente insalubre, próxima ao lixão e sem urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social;
- iv. melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da Estrutural;
- v. solucionar adequadamente a destinação final do lixo urbano do Distrito Federal, encerrando as atividades do lixão da Estrutural e implantando um aterro sanitário adequado às modernas técnicas de engenharia;
- vi. preservar a saúde da população das colônias agrícolas Samambaia e Vicente Pires, que utilizavam de água contaminada captada de poços profundos localizados muito próximos das fossas onde eram destinados os seus esgotos, dotando-as de sistema de esgotamento sanitário.

O Programa tem por objetivo assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e entorno de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

3.2.1. Indicadores iniciais

Indicadores do programa (PPA /2008-2011)

Nº	Indicador	Unidade de Medida	Origem da Informação	Periodicidade e de Apuração	Realizado em 2007	Realizado em 2008	Realizado em 2009	Realizado em 2010	Desejado em 2011
1	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	PAD/BIRD	1º, 3º e 6º anos do programa	PDLI 100% elaborado	39	51	75	100
2	Nº de ligações domiciliares conectadas	unidade	PAD/BIRD	anual	-	0	0	0	0

Nº	Indicador	Unidade de Medida	Origem da Informação	Periodicidade e de Apuração	Realizado em 2007	Realizado em 2008	Realizado em 2009	Realizado em 2010	Desejado em 2011
	ao sistema de esgotamento sanitário implantadas em Águas Lindas								
3	Nº de ligações domiciliares conectadas ao sistema de esgotamento sanitário implantadas em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia	unidade	PAD/BIRD	anual	-	0	5.000	10.000	15.700

Fonte: UGP/ADASA

- sobre a meta: "nº de ligações domiciliares conectadas ao sistema de esgotamento sanitário implantadas em Águas Lindas", temos a informar que este indicador foi retirado do documento do BIRD "PROJECT APPRAISAL DOCUMENT – PAD", restando ser retirado do PPA.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO (PDLI) – destinado a orientar todas as intervenções, no que se refere ao desenvolvimento urbano, físico, territorial e ambiental, bem como de sua área de influência direta e indireta; PROJETO DE SANEAMENTO INTEGRADO (PSI) – será elaborado com a finalidade de dotar o Governo do Distrito Federal – GDF dos projetos necessários para a intervenção integrada na Vila Estrutural; PROGRAMA DE TRABALHO SOCIAL (PTS) – prevê ações de capacitação da população para o acompanhamento das obras e preservação dos investimentos efetuados nas áreas de intervenção, mediante projetos de educação sanitária e ambiental, e apoio ao desenvolvimento social; (Concluído em 2007)
- diagnóstico visando à capacitação dos catadores de lixo e à elaboração do PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES DE LIXO DO ATERRO DO JÓQUEI. (Concluído em 2008)
- ISA-F – INDICADOR SÓCIO-AMBIENTAL PARA FAVELAS: será apurado por meio do monitoramento de 14 subindicadores, assim representados: Período de 2008 a 2011:

Parâmetros e Metas Físicas do ISA-F

Nº.	Parâmetro	Meta física						
		2008		2009		2010		2011
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
1	cobertura do abastecimento de água	50%	93%	100%	94%	100%	98%	100%
2	implantação do sistema de esgotamento sanitário	35%	33%	70%	79%	100%	99%	100%
3	sistema de coleta e destinação final de resíduos sólidos, incluindo reciclagem	50%	80%	100%	100%	100%	100%	100%
4	sistema de drenagem pluvial	100%	10%	100%	54%	100%	98%	100%
5	pavimentação de ruas	50%	38%	100%	51,50%	100%	98%	100%
6	estabilidades geológica e geotécnica	100%	7,90%	100%	13,20%	100%	21%	100%
7	densidade populacional	0%	0%	0%	0%	50%	50%	100%
8	fornecimento de energia elétrica	100%	79%	100%	93%	100%	100%	100%
9	regularização da terra (situação fundiária)	35%	0%	70%	0%	100%	11%	100%
10	serviços da limpeza urbana	50%	80%	100%	80%	100%	80%	100%
11	iluminação pública	50%	80%	100%	95%	100%	100%	100%
12	áreas de lazer para o uso da comunidade	50%	47%	100%	58,30%	100%	66,60%	100%
13	indicador da renda	0%	0%	0%	0%	50%	50%	100%
14	acesso à educação e nível de instrução	0%	0%	50%	0%	100%	75%	100%
Resultado Acumulado Equivalente		25%	39%	50%	51%	75%	75%	100%

Fonte: UGP/ADASA/ (*) Atualmente o sistema de reciclagem de resíduos ainda não está em funcionamento. O Programa prevê a implantação de um centro de triagem de materiais recicláveis na Vila Estrutural, e sua construção está em fase de licitação, dessa forma o percentual de 100% se refere ao sistema de coleta de resíduos na Vila Estrutural.

(**) Percentuais referentes ao número de famílias residentes em áreas impróprias reassentadas para áreas sem risco geológico e geotécnico. (***) Percentuais referentes aos domicílios que pagam a taxa de limpeza urbana – parte integrante do valor pago no IPTU.

Demonstrativo das metas financeiras para o exercício 2010 (em R\$)

Cód	Unidade Orçamentária Ação/Subtítulo	Dotação Inicial		Autorizado		Empenho		Liquidado		Etapa SAG
		28101	28204	28101	28204	28101	28204	28101	28204	
1247	Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural	3.000.000	0	1.958.000	500.000	1.428.266	0	971.229	0	27
1260	Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa Brasília Sustentável	1.603.000	0	1.140.967	500.000	137.967	0	134.219	0	28
1294	Implantação do Projeto de Inclusão Social	3.640.000	0	940.000	0	0	0	0	0	

Cód	Unidade Orçamentária Ação/Subtítulo	Dotação Inicial		Autorizado		Empenho		Liquidado		Etapa SAG
		28101	28204	28101	28204	28101	28204	28101	28204	
1295	Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Brasília Sustentável	21.382.000	0	13.932.377	5.230.000	4.334.385	0	4.178.407	0	33,34, 36,37, 38,39 e 40
1565	Implantação do Projeto de Reforço Institucional	754.000	0	354.000	350.000	0	0	0	0	26
1573	Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa	2.105.000	0	4.392.061	720.000	3.615.673	0	3.222.588	0	31 e 32
3052	Implantação do Projeto de urbanização nos condomínios	6.018.000	0	2.018.000	0	0	0	0	0	
Total		38.502.000	0	24.735.405	7.300.000	9.516.290	0	8.506.444	0	

Fonte: **SIGGO** / * Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

O Programa Brasília Sustentável se complementa com outros programas e ações de Governo, uma vez que diversos órgãos do GDF têm como objetivo a preservação dos recursos naturais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE), além da melhoria da qualidade de vida dessa população. Com isso e devido à magnitude do Programa e à conseqüente interface com as diversas áreas do GDF, Entorno e União, foram celebrados diversos contratos e convênios visando à cooperação mútua entre os partícipes. O diagnóstico do Programa Brasília Sustentável foi realizado nas bacias do Descoberto e do Paranoá, e faz parte do “PROJECT APPRAISAL DOCUMENT – PAD”, documento que integra o contrato com o BIRD.

O Contrato de empréstimo foi celebrado com o Banco Mundial- BIRD em 23/fevereiro/2006. O Programa foi preparado com a participação do Banco Mundial e negociado e avalizado pelo Governo Federal, sendo considerado adequado para solucionar os problemas das populações das cidades de Águas Lindas de Goiás, Vila Estrutural, Vicente Pires e, indiretamente, de 66% da população do DF que é abastecida pelo reservatório do Descoberto.

O total de recursos previstos para o Programa está estimado em US\$ 115,2 milhões, sendo:

- US\$ 57,6 milhões, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento, oriundo do Contrato de Empréstimo nº. 7326-BR, celebrado com o BIRD;

- US\$ 57,6 milhões, à título de contrapartida, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento, correspondente ao somatório dos recursos garantidos pelo GDF, através de: Recursos próprios; Recursos da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB; e Contratos com a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

Execução financeira do programa valores acumulados (em R\$)

Forma de aplicação	Valores pagos (R\$)	Valores pagos (u\$)	% de aplicação
Subtotal fonte externa	68.894.564,73	38.274.758,18	66,40
Reembolso	1.617.327,93	898.515,51	1,56
Bird	67.277.236,80	37.376.242,67	64,84
Subtotal contrapartida	43.661.548,31	24.256.415,71	42,08
GDF	21.587.001,55	11.992.778,64	20,80
.....CAESB	22.074.546,73	12.263.637,07	21,28
Total	112.556.113,04	62.531.173,89	54,24

Fonte: **SIGGO** e UGP/ADASA

A execução total do Programa situa-se em R\$ 112.556.113,04 correspondendo a US\$ 62.531.173,89 (dólares), equivalente a 54,25% de recursos aplicados em relação ao escopo programado.

3.2.2. Análise crítica dos resultados alcançados dos indicadores

Os indicadores definidos são instrumentos que se propõem a medir o desempenho do Programa Brasília Sustentável. O BIRD definiu os indicadores desde a concepção do Programa, sendo que

alguns deles foram alterados durante a Reestruturação do Programa, ocorrida em maio de 2010. Passíveis de aferição e coerentes com os objetivos estabelecidos, os indicadores têm permitido a mensuração da eficácia, eficiência e mesmo a efetividade alcançada com a execução do Programa.

Os resultados serão avaliados ao final da intervenção integrada, previsto para março 2011, que engloba todas as obras de infraestrutura, dotação de equipamentos comunitários e trabalho social na Vila Estrutural, bem como obras de esgotamento sanitário em Vicente Pires.

No período de 2007, início das ações, e 2010, alguns indicadores foram atualizados e outros precisam necessariamente de realização de pesquisa de campo para coleta das informações. Dessa forma, os resultados aqui apresentados pretendem demonstrar, principalmente, os parâmetros iniciais para comparações e avaliações posteriores.

3.2.3. Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)

O indicador para medir a melhoria nas condições de vida dos moradores na Vila Estrutural é o ISA-F– Indicador de Salubridade Ambiental para Favelas. O objetivo deste indicador é verificar as condições de salubridade ambiental em favela, avalia-se se a urbanização de uma favela promove sua recuperação urbanística ambiental, de forma a adequá-la a padrões de salubridade que viabilizem sua permanência no local onde se encontra inserida, sem comprometer o meio ambiente e a saúde de seus moradores.

Foi acordado junto ao Banco que, serão observadas as melhorias, medidas em percentual dos subindicadores que compõem a cesta definida no PPA (para o período de 2004 a 2007) que potencializaram a construção do ISA-F para a Vila Estrutural, considerado o ano (0) zero o ano de 2007.

Este Indicador está sendo apurado por meio do monitoramento de 14 parâmetros, que compõem a cesta, que somados e divididos por 14 (quatorze) representam o valor do indicador naquele ano de apuração, assim representados: Indicador de cobertura em abastecimento de água (ICA); Indicador de cobertura em coleta de esgoto (ICE); Indicador de coleta de lixo (ICR); Indicador de drenagem (IDR); Indicador de vias de circulação (IVC); Indicador de segurança geológica – geotécnica (ISG); Indicador de densidade demográfica bruta (IDO); Indicador de energia elétrica (IEL); Indicador de regularização fundiária (IRE); Indicador de varrição (IVA); Indicador de iluminação pública (IIP); Indicador de espaço público (IEP); Indicador da renda (IRF); Indicador de educação (IED).

No momento, o Programa possui uma estimativa de medida de 11 indicadores (itens 1,2,3,4,5,6,8,9,10,11 e 12). Não existe um levantamento/pesquisa com informações estatísticas garantidas para os subindicadores (7, 13 e 14),

Deve ser ressaltado, no entanto, que o GDF realizou elevados investimentos nesses temas (7,13 e 14), na Vila Estrutural, como podemos apontar a seguir:

(i) Densidade populacional: Os investimentos de urbanização e saneamento ambiental da Vila Estrutural, somados ao reassentamento de famílias que viviam em áreas de risco e proteção ambiental, a organização e melhoria do espaço urbano e a mitigação de novas invasões na área, são resultados alcançados que não podem ser negados. Apenas, no momento não se tem estatisticamente a estimativa de seu valor.

(ii) Melhoria do nível de renda: Para o caso da Vila Estrutural a melhoria desse parâmetro pode ser inferida através de uma série de benefícios de qualidade de vida resultantes da intervenção do GDF na área. Por exemplo: a valorização das unidades habitacionais, a acessibilidade à escola, a organização do

comercio local, a geração de emprego, a realização de cursos profissionalizantes ao publico local- cerca de 150 pessoas já participaram - e outras ações que estão proporcionando a devida inclusão sócia. Tal conjunto de atividades certamente conduziu a uma melhoria da renda média local.

(iii) Acesso à educação. Um conjunto de ações realizadas levam à uma percepção de melhoria desse indicador. Se for considerado apenas o lado físico desse indicador, fica evidente a acessibilidade à educação formal pela ampliação do numero de vagas escolares. Foram construídas 2 escolas (diretamente pelo programa) e mais 4 escolas pelo GDF, na Vila Estrutural. Complementarmente, o acesso à educação tem é feita por cursos freqüentes que são ofertados no Centro Comunitário, como alguns dos cursos profissionalizantes.

Esclarece-se ainda, que os dados apurados até 2010, poderão sofrer ajustes no último ano de Programa, em função de constatação dos dados apurados por meio de pesquisa de campo a ser realizada na Vila Estrutural, no ano 2011, que evidenciará a satisfação dos moradores da região, no que se refere às intervenções físicas e sociais, bem assim as atuais condições de renda, emprego, saúde, e acesso à educação e nível de escolaridade.

A meta esperada, acumulada até o ano de 2010, é de 75% de melhoria dos indicadores elencados no Tempo Zero – T0, entre aqueles que dispõem de metas físicas de atendimento, bem como a melhoria de satisfação com os serviços disponibilizados à comunidade.

Verifica-se que a apuração situa-se em 75% de cumprimento do indicador, igual ao estabelecido para o período. Essa apuração está relacionada à relação de obras como: construção de equipamentos públicos; cobertura do abastecimento de água; a implantação do sistema de esgotamento sanitário; coleta de lixo; o sistema de drenagem pluvial; a pavimentação das ruas; o fornecimento de energia elétrica.

Para cumprimento de 100% do indicador, necessita-se da conclusão de projetos considerados essenciais para retirar definitivamente a população da Vila Estrutural da condição de favelados¹.

Os projetos são: fechamento definitivo do lixão e arborização da área construída; transferência de famílias de áreas de riscos; inclusão social. Esse último prevê a implantação de um centro de triagem de materiais recicláveis para catadores da Vila Estrutural. Sua construção está em fase de licitação.

Para conclusão desses projetos a ADASA está preparando documento a ser encaminhado ao BIRD no inicio de janeiro de 2011, solicitando a prorrogação do prazo final do Programa de março para dezembro de 2011.

a. Cobertura do abastecimento de água de Vila Estrutural

Abastecimento de água

Unidade	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
%	91% 6.791 ligações	93% 6.900 ligações	94% 7.022 ligações	98% 7.267 ligações	100% 7.400 ligações

Fonte: CAESB e UGP/ADASA / Obs: T0 e T1

¹ Favela (português brasileiro), bairro de lata (português europeu) ou musseque (português angolano), tal como definido pela agência das Nações Unidas UN-HABITAT, é uma área degradada de uma determinada cidade caracterizada por moradias precárias, falta de infraestrutura e sem regularização fundiária. Essas regiões urbanas possuem baixa qualidade de vida, infraestrutura precária e seus moradores possuem limitado poder aquisitivo — áreas com edificações inadequadas, muitas vezes apertadas onde é difícil construir edifícios estáveis e com os materiais tradicionais. Embora suas características geográficas variem entre as diferentes regiões, geralmente essas áreas são muito habitadas por pobres ou socialmente desfavorecidos. As edificações variam desde simples barracos a estruturas permanentes e bem-estruturadas. Na maioria das favelas ocorre a falta de água potável, eletricidade, saneamento e outros serviços básicos. Fonte: Wikipédia.

Atualmente o sistema de abastecimento conta com 7.267 ligações domiciliares regulares, representando mais de 98% dos domicílios atendidos. Pode-se afirmar que todas as moradias contam com abastecimento de água, que, não sendo oficial, é derivada de terceiros ou furtada da rede da concessionária. O projeto de expansão da rede de abastecimento (em execução) deverá concluir até 2011 mais 133 ligações, finalizando a meta de 7.400 ligações domiciliares.

b. Implantação do sistema de esgotamento sanitário na Vila Estrutural

Esgotamento sanitário

Unidade	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
%	zero	33% das obras de implantação da rede coletora	67,9% das obras de implantação da rede coletora e 51,9% das obras de estações elevatórias.	99,6% das obras de implantação da rede coletora e 98% das obras de estações elevatórias.	100% que corresponderão a 6.763 ligações

Fonte: CAESB e UGP/ADASA / Obs: T0 e T1

Antes da implantação do Programa, não havia sistema de esgotamento na Vila Estrutural. As moradias utilizavam formas precárias de destinação de esgoto, na maioria fossas negras. Dessa forma, o Programa idealizou o projeto de rede de esgotamento sanitário, com previsão de 6.763 novas ligações.

Até junho de 2009, 67,9% das obras de implantação da rede coletora foram executadas, sendo e 51,9% dessas obras de estações elevatórias, linhas de recalque e emissários.

Atualmente, 99,6% da rede coletora de esgotos já foram implantados, restando apenas pequenos trechos com problemas de definição de urbanismo (aguardando remoção de barracos), que serão executados posteriormente pela equipe de manutenção da CAESB. Quanto às obras de implantação das estações elevatórias, linhas de recalque e emissários, 98% foram concluídas, faltando, basicamente, o poço de segurança de uma das elevatórias. O sistema ainda está precário, mas foi possível autorizar os moradores daquela localidade a fazerem as ligações de esgotos de suas residências à rede da CAESB.

c. Sistema de coleta de resíduos sólidos

Unidade	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
%	80%	80%	100%	100%	100% Será realizado pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações gerenciais do SLU.

Fonte: SLU e UGP/ADASA / Obs: T0 e T1

Quando da análise de contexto realizada no ano “2007”, foi identificado que cerca de 20% dos entrevistados não eram contemplados com a retirada de lixo das proximidades de seus domicílios, sendo a queima a opção escolhida pelos moradores.

Em contradição, o SLU informou que a coleta é realizada em 100% das áreas. Havendo impossibilidade de acesso dos caminhões, a coleta é feita por método de arrasto, ou seja, os garis buscam o lixo a pé e acomodam em pontos estratégicos. A meta para 2011 é consolidar a coleta em 100% dos domicílios, a ser verificada em pesquisa realizada junto aos moradores.

d. Sistema de drenagem pluvial

Unidade	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
%	zero	10% das obras concluídas	54% das obras concluídas	98% das obras concluídas	100% Será realizado pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações gerencias da NOVACAP.

Quando da análise de contexto realizada no ano 2007 foi identificado a inexistência de rede de drenagem urbana na Vila Estrutural. De acordo com o edital de licitação a construção de rede de drenagem pluvial foi associada ao projeto de pavimentação. Estão sendo pavimentados 50.950 m de vias, contabilizando 84,6% das vias existentes, paralelamente, as obras com drenagem atingiram 98% de conclusão.

e. Sistema de pavimentação de vias

Unidade	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
%	38% das obras concluídas	51,5% das obras concluídas	98% das obras concluídas	100% Pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações gerencias da NOVACAP.

Fonte: NOVACAP e UGP/ADASA

Em 2007 a Vila Estrutural não contava com nenhuma rua ou avenida pavimentadas. Em 2008 foram iniciadas as obras na via de contorno, de forma a identificar os limites do local, e em 2009 e 2010 as obras da pavimentação interna foram iniciadas e se encontram com 98% concluídas.

Os atrasos verificados procedem da demora no processo de remoção e reassentamento de moradores, que vem dificultando abrir frentes de trabalho visando concluir a meta.

f. Reassentamentos Vila Estrutural (interno e externo) ***Reassentamentos**

Unidade	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado(até dezembro)	2011 Previsão(até março)
%	7,9%- 72 reassentamentos, sendo 32 para Vila Estrutural e 40 para Monjolo	13,2%120 reassentamentos, sendo 65 para Vila Estrutural e 55 para Monjolo	21,2%192 reassentamentos, sendo 122 para Vila Estrutural e 70 para Monjolo	100% 903 reassentamentos, sendo 828 para Vila Estrutural e 75 para Monjolo

Fonte: UGP/ADASA* Reassentamento Interno – Remover famílias/comércios para área própria para moradia dentro da Vila Estrutural
Reassentamento Externo - Remover famílias/chácaras para área própria para moradia em área rural fora da Vila Estrutural – Assentamento Núcleo Rural Monjolo – Recanto das Emas/DF.

Até 2010 foram reassentadas para a Vila Estrutural 122 famílias e 70 para o Núcleo Rural Monjolo, totalizando 192 reassentamentos de um total de 903.

O fechamento do aterro está previsto para 2011, estando na dependência da abertura do novo aterro sanitário para a destinação dos resíduos. O processo de licitação do novo aterro já foi iniciado.

g. Estabilidade geológica e geotécnica

Este indicador verifica a existência de riscos geológicos e geotécnica induzidas pela população ou por fatores ambientais. Os maiores fatores de riscos estão no solo contaminado, devido à destinação final do lixo urbano do Distrito Federal, instalada na área denominada “Lixão da Estrutural”, em depósitos espalhados por diversas áreas na Vila Estrutural, bem como a permanência de pessoas nestas áreas de riscos. A solução está na transferência destas pessoas para áreas edificáveis na própria Vila Estrutural e implantação de um aterro sanitário, adequado às modernas técnicas de engenharia, e o conseqüente fechamento do lixão.

h. Densidade populacional

Unid	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
Hab/ha	171	182 População estimada 8.020 domicílios com 4,2 pessoas totalizando 33.684 habitantes.	194 População estimada 8.585 domicílios com 4,2 pessoas totalizando 36.057 habitantes.	Será realizada pesquisa domiciliar para estimar a densidade habitacional.

Fonte: Site da Administração Regional SCIA- Estrutural e CEB – número de ligações de energia elétrica na Vila Estrutural.

Em 2009, foi realizado levantamento de número de ligações de energia elétrica pela CEB para estimar a quantidade de domicílios. A partir dessa metodologia, para o número 8.020 ligações de energia elétrica, chegou-se a 33.684 habitantes para uma de densidade de 182 hab/ha.

Em 2010 o número de ligações de energia passou para 8.585, totalizando cerca de 36 mil habitantes para uma população de densidade de 194 hab/ha.

Esses dados deverão ser confirmados pelas pesquisas PDAD do GDF, em fase de realização e o Censo 2010 do IBGE, bem como pela pesquisa a ser realizado ao final do Programa. Além disso, é necessária a conclusão das transferências das famílias das áreas com riscos físico-ambientais para áreas edificáveis, para recalcular o indicador de densidade demográfica.

i. Fornecimento de energia elétrica

Unidade	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
%	56% * 4.840 ligações	79% 6.800 ligações	93% 8.020 ligações	100% 8.585 ligações	Meta 100% 8.585 Será realizado pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações gerencias da CEB.

Fonte: CEB e UGP/ADASA

* O percentual se refere à meta de expansão, porém em 2007, o quantitativo de ligações representava 70% dos domicílios atendidos, o que demonstra um crescimento no número de domicílios entre 2007 e 2010.

O indicador aponta o número de moradias que dispõem de energia elétrica, de forma individualizada.

Em Junho de 2007, a CEB relatou a existência de 4.840 usuários cadastrados na Vila Estrutural. Apesar desse número, percebe-se que os moradores não contemplados têm acesso à energia elétrica por meio de ligações clandestinas.

Em 2008, o número era de 6.800 ligações de energia. Em 2009 o número passou para 8.020 ligações, e 2010 para 8.585. A meta é abranger as novas unidades habitacionais, que serão entregues aos moradores dos reassentados. Essa mudança não alterará o número total de ligações, uma vez que as ligações existentes serão removidas para as novas unidades.

j. Regularização da terra (situação fundiária)**Situação fundiária**

Eixo Jurídico - Legal	Unidade	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
Regularização	%	0%	0%	0 %	1.000 Títulos de Concessão de Uso entregues	50% dos domicílios regularizados
Valor da área não titulada	R\$/m ²	R\$ 190,00	R\$ 260,00	Não levantado	Não levantado	Pesquisa a ser realizada junto a população e nos cartórios de Brasília

Fonte: UGP/ADASA

Hoje a região ainda está em processo de regularização fundiária. A CODHAB já disponibilizou 1.000 Títulos de Concessão de Uso - TCU aos moradores que atendem aos seguintes critérios: ter renda de

até 05 salários mínimos, não possuir outros imóveis no DF, e não ter sido atendido em outros programas habitacionais do DF.

Segundo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, criado pela Lei Complementar n.º 17, de 28/01/97, a região da Vila Estrutural se encontra, em parte, na Zona Urbana de Dinamização que compreende a área já urbanizada e aquela que será urbanizada como expansão prioritária, e em área com Restrições Físico-Ambientais. Essas áreas justificam cuidados especiais quanto ao seu uso e ocupação. O Decreto Nº 27.097, de 22 de agosto de 2006, regulamenta a Lei Complementar nº 715, de 24 de janeiro de 2006, que cria a Zona Especial de interesse Social – ZEIS, denominada Vila Estrutural. O projeto urbanístico e as normas de edificação e gabaritos (MDE, NGB e URB), foram aprovados pelo Decreto nº 28.080, de 29 de Junho de 2007.

Para regularização da área foi prevista a adequação ambiental e urbana, que resultou na necessidade de reassentamento de novecentos e três (903) famílias, sendo que oitocentos e trinta e três (833) serão reassentadas na própria Vila Estrutural, e setenta e cinco (75) para o Assentamento Rural Monjolo no Recanto das Emas, identificadas com perfil agrícola pela Secretária de Agricultura do DF.

k. Serviços da limpeza urbana

Limpeza urbana

Escopo	Unidade	2007 Tempo de Coleta – T0	2008 Tempo de Coleta – T1	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
Pagamento da Taxa de Coleta de Lixo-TLP	%	100%	100%	100%	100%	100% Será realizado pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações gerencias da SEF.

Fonte: SEF e UGP/ADASA

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, existem na Vila Estrutural 7.000 unidades cadastradas para cobrança da Taxa de Coleta de Lixo – TLP, arrecadada juntamente com Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

l. Iluminação pública

De acordo com a CEB, atualmente 100% da área está coberta com iluminação pública. Além das áreas já atendidas na Vila Estrutural, estão em fase de finalização as novas quadras que abrigaram as famílias reassentadas. Nessas quadras a iluminação pública só será disponibilizada após a conclusão de todas as obras das unidades habitacionais.

m. Áreas de lazer para o uso da comunidade (equipamentos públicos e comunitários)

Equipamentos públicos e comunitários

Unidade de Mensuração	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
Quantidade de equipamentos	21	23	08 equipamentos, totalizando 28*	04 equipamentos, totalizando 32	16 equipamentos, totalizando 48

Fonte: UGP/ADASA

* 03 equipamentos foram construídos em substituição de equipamentos já existentes, e dessa forma, não foram contabilizados duas vezes.

Visa quantificar os espaços públicos, incluindo as vias de circulação - sem tráfego de veículos, no interior da favela com equipamentos públicos voltados para o lazer, cultura, escola e saúde da comunidade local.

O Projeto Integrado da Vila Estrutural estabeleceu como meta a construção de 25 equipamentos e a substituição de outros 03, totalizando 28 a serem construídos, que somados aos já existentes em 2007, totalizam 48 equipamentos.

Atualmente existem 32 equipamentos públicos na Vila Estrutural. Até o final de 2010 serão concluídas as obras de 02 Centros de Referência em Assistência Social – CRAS. Em 2011 espera-se concluir a meta prevista, porém problemas relacionados à remoção de moradias têm atrasado o início de obras como as escolas de ensino médio, fundamental e infantil que ainda deverão ser construídas.

n. Indicador da renda

Eixo Sócio – Econômico - Organizativo	Unidade de Mensuração	2007 Tempo de Coleta – T ₀	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
Renda do chefe da família	Salário Mínimo	2	2	Não há dados disponíveis *	Não há dados disponíveis *	Será realizada pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações do Censo 2010.
Renda <i>per capita</i>	Salário Mínimo	1/2	1/2	Não há dados disponíveis*	Não há dados disponíveis*	Será realizada pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações do Censo 2010.

Fonte: UGP ADASA/ SEDEST Diagnóstico Social do DF.

* Os dados de renda são levantados em pesquisa do tipo censo, ou amostrais. Atualmente os dados mais recentes da Vila Estrutural são os dados levantados durante a elaboração do Projeto Urbanístico em 2007, que são mais recentes do que os dados gerais do DF, que são de 2004 da pesquisa de amostra de domicílios, ou de 2000 do último censo.

Um dos sinalizadores utilizados para medir as diferenças sociais é o indicador de renda. Serve para demonstrar a capacidade de pagamento da população pelos serviços e a capacidade de investimento pelo estado, que podem ser avaliados por meio de: distribuição de renda abaixo de três salários mínimos e renda *per capita*. A vila estrutural apresenta hoje a maior taxa de desigualdade na distribuição de renda do DF.

o. Acesso à educação e nível de instrução

O indicador de acesso à educação e nível de instrução tem como objetivo constatar a escolaridade atual e o desejado após a construção de escolas, por meio da coleta de dados dos seguintes índices:

(i) índice de nível de instrução;

(ii) índice de escola construída.

Sobre o nível de instrução está prevista a realização pesquisa domiciliar, em 2011, a ser confrontada com informações do Censo 2010.

No que se refere ao número de escolas construídas que tem como meta a construção de 08 escolas até 2011, conta atualmente com 04 escolas construídas e em funcionamento.

Educação

Eixo Sócio – Econômico - Organizativo	Unidade de Mensuração	2008 Tempo de Coleta – T ₁	2009 Realizado	2010 Realizado (até dezembro)	2011 Previsão (até março)
Escolaridade média dos chefes de família	Nível de instrução	78,9% Nível fundamental incompleto	Não há dados disponíveis *	Não há dados disponíveis *	Será realizada pesquisa domiciliar a ser confrontada com informações do Censo 2010.
Acesso à educação	Escola construída	01	02, totalizando 02 escolas**	02, totalizando 04 escolas	04, totalizando 08 escolas

Fonte: UGP- ADASA/ SEDEST Diagnóstico Social do DF.

* Os dados de nível de instrução são levantados em pesquisa do tipo censo, ou amostrais. Atualmente os dados mais recentes da Vila Estrutural são os dados levantados durante a elaboração do Projeto Urbanístico em 2007, que são mais recentes do que os dados gerais do DF, que são de 2004 da pesquisa de amostra de domicílios, ou de 2000 do último censo.

** 01 equipamentos foi construído em substituição da escola já existente, e dessa forma, não foi contabilizados duas vezes.

3.2.4. Indicador: nº de ligações de esgoto implantado em Águas Lindas

De acordo com a proposta de reestruturação do Programa, encaminhada e aprovada na SEAIN e Banco Mundial, que prevê a retirada desse indicador que tem como objetivo a realização de obras de implantação de esgotamento sanitário em Águas Lindas.

Essa retirada se deve, principalmente, aos problemas fundiários nas áreas de construção das estações elevatórias, bem como a constatação legal de competência do município de Águas Lindas/Goiás.

Dessa forma, esse indicador foi retirado do escopo de avaliação do Programa, pois não há como realizar a aferição deste indicador e suas respectivas ações.

3.2.5. Indicador: nº de ligações de esgoto implantado em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia**Ligação de esgoto em Vicente Pires**

Meta	Nº de ligações de esgotos a serem conectadas (valores acumulados)		
	2009	2010	2011
Conectar 15.700 ligações de Vicente Pires da Colônia Agrícola Samambaia ao sistema de esgotamento sanitário.	5.000	10.000	15.700

Fonte: CAESB

A meta para 2011 prevê 15.700 ligações de esgotos implantados em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia. Estima-se atingir o nº de 10.000 ligações até o final deste exercício.

A execução dessa meta é de responsabilidade da CAESB, e prevê a implantação e monitoramento das obras de ligações de esgotos. Conforme informado pela executora das obras, a CAESB, o cumprimento dessa meta sofreu atrasos decorrentes de diversos fatores.

Para solucionar a questão, optou-se por suprimir a EECA-2 e ampliar a potência da EECA-1, o que implicou na necessidade de alterar o projeto e de renegociar o valor dessa obra com a contratada. Houve demora significativa, por parte da contratada, em apresentar nova proposta incluindo as alterações de projeto que, no momento, está em fase de análise por parte da equipe de orçamento da CAESB.

O contrato para execução da última parcela de rede coletora de esgotos de Vicente Pires - Parcela Centro-Sul foi assinado em 26/04/2010 e publicado em 28/04/2010 (CT 7975/2010).

Observa-se que, para tornar possível a operação do sistema de esgotamento sanitário de Vicente Pires, as estações elevatórias de esgotos de Águas Claras (uma delas já executada) deverão estar operando.

Diante dos fatos ora relatados, os cronogramas de todos esses empreendimentos foram revistos e a UGP/ADASA está negociando, junto ao BIRD, uma nova proposta de metas, condizentes com a realidade atual. Na Tabela 48 apresentamos a posição das obras de Vicente Pires.

Obras de Vicente Pires

Obra/ Contrato	% Realizado (out/ 2010)	Previsão de Conclusão
Rede Coletora de Esgoto e Ramais Condominiais - Parcela Leste (CT 7604/2008) (CP 59/2007)	61%	Dez/ 2011
Rede Coletora de Esgoto e Ramais Condominiais - Parcela Centro - Norte (CT 7621/2008) (CP 002/2008)	60%	Dez/ 2011
Rede Coletora de Esgoto, Ramais Condominiais, Interceptores e Travessia Aérea - Parcela Oeste (CT 7931/2009) (CP 058/2007)	15%	Nov/2011
Rede Coletora de Esgoto e Ramais Condominiais - Parcela Centro-Sul (CT 7975/2010) (CP 048/2009)	3%	Maior/ 2012
Estações Elevatórias de Esgotos e Linhas de Recalque (CT 7605/2008) (CP 010/2008)	paralisada	Jun/ 2012

Fonte: CAESB

3.2.5. Análise dos resultados orçamentários alcançados por ação e itens da cesta do ISA-F**3.2.5.1. Ação 1295 – Implantação do projeto de meio ambiente e recursos hídricos****Ação 1295 - Demonstrativo da meta financeira para 2010 (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Implantação do projeto de meio ambiente e recursos hídricos	1295	21.382.000	13.932.377	4.334.385	31,11%

Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

São os seguintes, os projetos de maior relevância programados nessa ação:

- (i) sistema de remoção de macrófitas do Lago Paranoá;
- (ii) zoneamento Econômico e Ecológico do Distrito Federal;
- (iii) implantação do Programa de Coleta Seletiva dos Órgãos Públicos do DF;
- (iv) rezonamento da APA do São Bartolomeu;
- (v) plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília;
- (vi) plano de manejo das Áreas de Proteção da Vila Estrutural;
- (vii) início do processo de encerramento e recuperação de 1/3 do Aterro do Jóquei;
- (viii) sistema de esgotamento sanitário na Vila Estrutural; e
- (ix) estações elevatórias da Vila Estrutural.

Especificamente sobre a aquisição do sistema de remoção de Macrófitas (Licitação Internacional), foi lançado edital, recebidas as propostas, no entanto a licitação teve que ser cancelada devido desclassificação das duas únicas propostas apresentadas. Deverá ser lançada nova licitação no início do ano de 2011.

Para o ano de 2010, foram programados recursos na ordem de R\$ 21.382.000,00 para o desenvolvimento de atividades de meio ambiente e recursos hídricos. Desse total foram empenhados o montante de R\$ 4.334.385,00 correspondendo a 31% de execução da meta financeira estabelecida até dezembro de 2010.

A ação concentra grande parte dos projetos de infra-estrutura e de meio ambiente do Programa, tais como obras, serviços e estudos técnicos. Que enfrenta dificuldades operacionais.

3.2.6. Ação 1573 – Implantação da unidade de gerenciamento do programa**Ação 1573 - Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa	1573	2.105.000	4.392.061	3.615.673	82,32%

Fonte: SIGGO

Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

Essa ação decorre de metas pactuadas entre o GDF e o BIRD (Apoio ao gerenciamento do Programa e Auditoria Independente) destinadas à prestação de serviços de gerenciamento do Programa, às quais transcorrem conforme o previsto no cronograma estabelecido.

Com relação à meta financeira, teve um considerável avanço em sua execução. A realização situou-se em 82,3%, correspondente aos valores empenhados de R\$ 3.615.673,00 em relação à despesa autorizada no total de R\$ 4.392.061,00.

3.2.7. Ação 1247 – Implantação do projeto de urbanização da Vila Estrutural**Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código Ação/subtítulo	Inicial (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Relação (c/b)
Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural	1247	3.000.000	1.958.000	1.428.266	72,95%

Fonte: SIGGO

Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

Para essa ação foram programados os seguintes projetos dentro dos componentes:

- (i) Construção de 2 unidades de CRAS;
- (ii) Execução de drenagem pluvial, galerias, pavimentação, meios fios, calçadas e sinalização.

Do início da execução do Programa até dezembro de 2010, foram empenhados R\$ 52.718.071,00 e pagos R\$ 46.204.530,00, correspondendo a 87,6% de execução em relação ao planejado no escopo do Programa.

Em 2010, a execução da meta financeira dessa ação atingiu um desempenho de 72,95%, correspondente aos valores empenhados de R\$ 1.428.266,00, em relação à despesa autorizada no total de R\$ 1.958.000,00. Registra-se que até dezembro de 2010 foram pagos R\$ 971.229,00.

As principais dificuldades enfrentadas na implementação das atividades da ação foram às seguintes:

- i. A não observância de princípios fundamentais de proteção ao meio ambiente, com a ocupação de áreas de preservação;
- ii. O entendimento do órgão gestor da área da não necessidade de licença ambiental para o empreendimento;
- iii. Dificuldades da empresa contratada na execução das obras;
- iv. Suspensão da liberação de recursos financeiros por parte do Banco Mundial, em decorrência do atraso na execução das atividades de reassentamento no Monjolo.

3.2.8. Ação 1260 – Implantação de sistemas de planejamento e gestão territorial e urbana do Programa Brasília Sustentável:**Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código Ação/subtítulo	Inicial (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Relação (c/b)
Implantação de Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa Brasília Sustentável	1260	1.603.000	1.140.967	137.967	12,09%

Fonte: SIGGO

Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

Para essa ação foram programados os seguintes projetos dentro dos componentes:

- (i) Base de dados georreferenciados da SEDUMA

A execução da meta financeira em 12,09%, correspondente aos valores empenhados de R\$ 137.967,00, em relação ao total da despesa autorizada.

Esse resultado deve-se à complexidade de sua execução a qual demandou prorrogações de prazo e de vigência. No momento todos os produtos previstos encontram-se provisoriamente entregues, em análise das readequações finais. O montante correspondente à execução dos projetos contratados desde o início do programa até dezembro de 2010, totaliza o valor de R\$ 664.873,00.

3.2.9. Ação 1565 – Implantação do projeto de reforço institucional**Demonstrativo da meta financeira para 2010 (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Implantação do Projeto de Reforço Institucional	1565-6107	754.000,00	724.000,00	0	0%

Fonte: SIGGO

Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

Para essa ação foram programados os seguintes projetos dentro do componente de Desenvolvimento Institucional:

- (i) Estudo e Proposta de Reestruturação do SLU
- (ii) Plano Regional de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Integrada do DF e Goiás
- (iii) Planejamento Estratégico da ADASA

Os Termos de Referência para a implementação dessa ação estão em fase de preparação na UGP do Programa, em articulação com outros órgãos de Governo (SLU, SEDUMA e ADASA).

O Suporte técnico à gestão dos resíduos do SLU vai desde a contratação de serviços de consultorias visando a reestruturação organizacional da autarquia (em licitação) até os serviços de consultoria prestados por especialistas na elaboração dos projetos do Novo Aterro, fechamento e recuperação do lixão do Jóquei e elaboração dos respectivos orçamentos e editais.

A meta a ser atingida é a contratação de consultoria visando elaborar o plano de reestruturação do SLU, bem como elaboração dos projetos do Novo Aterro, fechamento e recuperação do lixão do Jóquei e elaboração dos respectivos orçamentos e editais. O não atingimento da meta deveu-se aos atrasos verificados na elaboração dos termos de referência e respectivo orçamento. Atualmente encontra-se fase de licitação.

Especificamente sobre o Pólo Integrado de Reciclagem, Valorização e Beneficiamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Construção Civil, concebido como um conjunto de atividades integradas suportadas por edificações, equipamentos, recursos humanos e econômicos, as quais deverão subordinar-se a uma ordem determinada por um modelo estabelecido pelo GDF, integrando os aspectos político-institucional, jurídico-administrativo, econômico-financeiro, sócio-ambiental e físico-territorial.

As atividades mencionadas são as voltadas essencialmente para a reciclagem de materiais, envolvendo funções que a viabilizam, como segregação, acondicionamento, coleta, transporte, triagem, processamento inicial, graus variados de valorização, produção industrial, comercialização de resíduos e de seus produtos finais ou intermediários, e o gerenciamento do Pólo.

Contudo, a preparação do Edital requerido para a realização desse certame, em função de sua magnitude, complexidade, abrangência e ineditismo, requer o suporte de estudos específicos, preparatórios, aptos a oferecer ao GDF, assim como aos possíveis candidatos, os elementos indispensáveis para o conhecimento e dimensionamento dos ganhos potenciais, riscos e perspectivas envolvidos.

Constatou-se que o SLU não tinha condições adequadas para definir a operacionalização da Proposta, com TDRs objetivos e detalhados, conforme a complexidade necessária.

3.2.10. Ação 1294 – Implantação do projeto de inclusão social**Demonstrativo da meta financeira para 2010 (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Implantação do projeto de inclusão social	1294-0001	3.640.000	940.000	0	0%

Fonte: SIGGO Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

Para essa ação foram programados os seguintes projetos:

- (i) Articulação dos Catadores da Vila Estrutural;
- (ii) Construção do Centro de Triagem da Vila Estrutural;

A execução da meta financeira desta ação vem se mantendo zerada uma vez que os estudos previstos não foram ainda contratados. Os Termos de Referência e especificações técnicas para a implementação dessas atividades estão em fase de preparação na UGP do Programa, em articulação com outros agentes de Governo (SLU, SEDUMA e ADASA), dependendo atualmente de elementos técnicos para serem concluídos.

Já as atividades de mobilização do público beneficiário, nesse caso a população da Estrutural, em especial os envolvidos no reassentamento involuntário, a participação da UGP do Programa foi a de apoiar as atividades de mobilização comunitária e capacitação profissional sob a liderança da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal - SEDEST. Nesse sentido, não foram programadas atividades específicas no Programa. No entanto, foram realizadas as seguintes ações:

- (i) plantão Social (em sala do Centro Comunitário na Vila Estrutural)
- (ii) mobilização com reunião com as famílias a serem reassentadas, prestando esclarecimentos sobre conservação do imóvel, uso das dependências sanitárias e ações de educação sanitária;
- (iii) visitas às obras com a Comissão de Acompanhamento de Obras;
- (iv) cursos de Corte e Costura – 2 turmas em andamento e 1 turma finalizada (25 alunos)
- (v) curso de Padeiro – 1 turma em andamento (25 alunos);
- (vi) cursos de garçom/garçonete – 2 turmas concluídas (50 alunos);
- (vii) curso de Cabeleireiro – 1 turma concluída (25 alunos)

3.2.11. Ação 3052 - Implantação do projeto de urbanização nos condomínios**Ação 3052 - Demonstrativo da meta financeira (em R\$)**

Especificação	Código	Inicial	Autorizado	Empenhado	Relação
	Ação/subtítulo	(a)	(b)	(c)	(c/b)
Implantação do Projeto de urbanização nos condomínios	3052	6.018.000	2.018.000	0	0%

Fonte: SIGGO

Obs.: A dotação inicial foi alocada no orçamento da SEDUMA

Essa meta financeira constitui-se em previsão de aporte de recursos como contrapartida do GDF para o Programa Brasília Sustentável II, ainda em negociação.

Dessa forma, nenhum recurso foi autorizado para o ano de 2010, o que explica a ausência de execução físico financeira. No momento está em revisão de metas e componentes e em negociação para o exercício de 2011.

4. Programas de gestão de políticas públicas e de apoio administrativo**4.1. Programa – 0750 – Gestão de pessoas****Execução orçamentária (em R\$)**

Código	Ação/subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenho	Liquidado	Nº etapa no SAG
2655/6167	Capacitação de Recursos Humanos	743.000	363.000	102.109	101.229	0006
8504/6987	Concessão de Benefícios a Servidores	675.039	1.045.500	509.030	509.029	0003
Total		1.418.039	1.408.500	611.139	610.658	

Fonte: SIGGO

Capacitação de recursos humanos**Investimento em capacitação (em R\$)**

Despesas	Inscrição	Diárias/Passagens	Total
	101.229	53.372	154.601

Fonte: NGP

Para a ação 2655 - Capacitação de Recursos Humanos em 2010, a ADASA planejou a capacitação de 128 servidores comissionados e efetivos.

Nesse período a ADASA investiu em treinamentos técnicos, administrativos e gerenciais, voltados para a formação de seus novos servidores, com ênfase na missão institucional. O valor total empenhado foi de R\$ 102.108,68 da ordem de 0,36%% da receita própria (TFS e TFU), indicação consagrada para realizar futuras projeções orçamentárias de capacitação. A execução financeira representou 28% desse valor. Quanto à meta física verifica-se que a quantidade de homens-horas de treinamento (hht) correspondeu a 1520 horas, no universo de 128 servidores, ou seja, 12 horas-ano de treinamento por servidor.

Observa-se que a Ação refere-se somente às despesas com inscrição em cursos e eventos. Porém, outros custos, como diárias e passagens, também foram consignados e realizados na Ação - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, cuja soma totaliza R\$ 145.592,00.

Assim, do investimento total previsto em participação de treinamento, de R\$ 363.000,00, foi realizado R\$ 40.851,00, representando 11 % do estimado em inscrições, correspondendo a um investimento de R\$ 927,00 por servidor da ADASA.

Estágio para estudantes de nível médio e superior**Estágios concedidos (em quantidade)**

Estágios	Superior	Médio	Total
	Físico		
Quantidade	14	6	20
Despesa (R\$)			252.258

Fonte: NGP – dezembro 2010

Não existe uma ação destacada na LOA específica de custeio para estágio curricular. Essa despesa é consignada na natureza da despesa 3.3.90.39.48. Para executá-la, foi firmado contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE com o objetivo de realizar estágios e concessão de bolsas de estudo para estudantes do ensino médio e superior.

No contrato foram previstas 25 bolsas de estudo, sendo 8 de nível médio e 17 de nível superior. Foi empenhado o montante de R\$ 252.258,40 para concessão de 20 bolsas de estudo para estudantes do ensino médio e superior para o exercício de 2010.

4.2. Programa – 0100 – Apoio administrativo**Execução orçamentária (em R\$)**

Código	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº Etapa no SAG
8502	Administração de Pessoal da ADASA	12.732.230	13.298.230	11.728.900	11.728.900	001
8502	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	0	1.000.000	710.894	710.894	025
8517	Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da ADASA	4.012.239	4.012.239	2.492.208	2.492.208	002
Total		16.744.469	18.310.469	14.932.002	14.932.002	

Fonte: SIGGO

4.3. Programa – 0001 – Programa para operação especial**Execução financeira (em R\$)**

Código Ação	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº Etapa no SAG
9033/6970	Formação do Patrimônio do Servidor Público da ADASA	192.660	245.000	245.000	189.571	023
9050/6102	Ressarcimento, Indenizações e Restituições da ADASA	720.000	500.000	494.961	494.961	024
Total		912.660	745.000	739.961	684.532	

Fonte: SIGGO

4.4. Programa – 1501 – Defesa e garantia dos direitos humanos**Execução orçamentária (em R\$)**

Código	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº Etapa no SAG
2426	Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da ADASA	100.000	100.000	41.276	41.276	0009
Total		100.000	100.000	41.276	41.276	

Fonte: SIGGO

Esta ação contempla a execução do convênio celebrado pela ADASA com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando à contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia. A ação merece destaque por sua relevância social, tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

No ano de 2010, a Agência contratou 06 (seis) detentos para treinamento nas atividades de copeiro, garçom, operador de reprografia, de auxiliar de serviços gerais no CEDOC, sendo que até 31 de dezembro mantinha 05 (cinco) detentos trabalhando na ADASA. O valor realizado foi de R\$ 41.276,00, representando 41% de execução.

4.5. Programa – 3000 – Administrando nossa cidade**Obra de reforma da sede (em R\$)**

Código	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº Etapa no SAG
3903	Reforma da Sede da ADASA	270.000,00	270.000,00	238.184,45	224.883,99	022
Total		270.000,00	270.000,00	238.184,45	224.883,99	

Fonte: SIGGO

Do total orçado foram aplicados R\$ 224.883,62, correspondendo a 83% de realização. Em relação à meta física, que estimou em sua primeira etapa a reforma de 1.643 m² e na segunda etapa 170 m², houve a realização de 100%.

4.6. Programa 3200 – Divulgação oficial

– produção – criação e elaboração de peças publicitárias (filmes, documentários, material para a internet, spots para rádio, painel, anúncios, banner, faixas, cartazes, folhetos, folders, etc.) para serem utilizados nas campanhas institucionais e de utilidade pública. Despesa estimada: 30%;

– veiculação – televisão, rádio, jornais para as campanhas institucionais e de utilidade pública, além da publicidade legal. Despesa estimada: 60%;

– serviços de Terceiros – brindes, distribuição de peças, ilustrações, expedição de mala direta, desenvolvimento de pesquisa de mercado (produtos, serviços e de opinião), projetos especiais, apoio a eventos, decoração de fachadas, sinalização interna, montagem de estandes, cenários, palcos, arquibancadas, traduções para outros idiomas, e demais serviços. Despesa estimada: 10%.

Execução Orçamentária - Publicidade (em R\$)

Código	Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenho	Liquidado	Nº Etapa no SAG
8505/6097	Publicidade Institucional da ADASA	1.400.000	1.400.000	1.120.000	1.117.479	007
8505/7905	Publicidade de Utilidade Pública da ADASA	2.100.000	2.100.000	1.680.000	1.467.689	008
Total		3.500.000	3.500.000	2.800.000	2.585.168	

Plano de publicidade

A ADASA publica anualmente o Plano Anual de Publicidade, que prevê, além das inserções de caráter legal (audiências públicas, editais, etc.), a realização de campanhas de utilidade pública e institucional. Essas ações visam informar a sociedade sobre temas pertinentes às competências da ADASA, bem como prestar conta dos atos da Agência.

A estratégia de comunicação planejada para o ano de 2010 focou os serviços e benefícios na área de Recursos Hídricos - regulação e fiscalização do uso desse bem e a solução de conflitos normalmente observados durante os meses de seca - e de cunho dos serviços regulados e fiscalizados pela agência.

No caso das ações de recursos hídricos a finalidade foi conscientizar a população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos (racionalização de seu uso) e as melhorias orientadas para a sustentabilidade e qualidade da água e dos serviços públicos de abastecimento de água prestado à população do Distrito Federal.

No caso dos serviços, a importância neste ano foi criar uma linha educativa para a questão da drenagem pluvial e o descarte de lixo residencial nas ruas

Os temas de campanhas publicitárias tiveram a seguinte abordagem:

(i) campanha Institucional – reforçar a imagem da ADASA no seu papel de agente regulador e fiscalizar dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário e de drenagem e saneamento básico;

(ii) campanhas de Utilidade Pública (Educativas) – Uso Racional da Água (superficial e subterrânea), Recadastramento de Usuários dos Recursos Hídricos, Comitês de Bacias, Educação Sanitária de Saneamento Básico, Dia Mundial da Água, entre outras.

Campanhas Publicitárias



Fonte: NCI

A despesa em publicidade, no período junho a novembro de 2010, manteve-se reduzida em relação ao ano anterior por causa da legislação eleitoral, que impediu a realização de campanhas, mesmo as educativas previstas, principalmente, para o período de seca iniciado em maio de 2010.

De janeiro a dezembro parte dos recursos de publicidade foram aplicados em publicação de editais, apoio às audiências públicas, eventos significativos como o da semana da água, elaboração de documentários educativos – sobre lagoas e cachoeiras, folders, folhetos, catálogos e cartilhas sobre o uso racional da água, impressão de agenda e calendários no fim de ano, código de ética, publicações como o relatório de atividades de 2009 e o relatório comemorativo sobre os seis anos de ADASA.

Em 2010, foram produzidos de 243 textos jornalísticos. Além da veiculação no site, essas matérias foram distribuídas à mídia. Ao aproveitar esse material –jornais, rádios e televisões- levam à população informações sobre ações da ADASA, hoje intimamente ligada às questões dos recursos hídricos no DF. Para nosso público interno, foram publicadas 25 edições do InformAdasa, boletim de circulação bi mensal, via internet.

Atuou-se também, no suporte à criação e implantação dos Comitês de Bacia no DF, elaborando matérias para manutenção do site específico, redigindo textos para a elaboração de folders, cartilhas e banners, utilizados no processo de mobilização da sociedade.

Como gerenciador do processo de divulgação da ADASA, coordenou - se a produção e veiculação de campanhas informativas e educativas sobre o “uso racional da água”, a “semana da água”, incentivo à “hidrometração individualizada”, “cadastramento de usuários de águas subterrâneas, “outorga de poços e cisternas” em Vicente Pires, “drenagem e saneamento básico”.

Atuou-se também, como filtro para a produção de cartilhas, cartazes, filmes e folders destinados à distribuição em escolas públicas do DF.

No início do ano, foram distribuídos nos prédios residenciais do Plano Piloto cartazes mostrando as vantagens do uso da hidrometração individualizada. O processo foi acompanhado pela distribuição de encartes (folder) sobre o tema em jornais de circulação em Brasília.

Entre os eventos, destaca-se “A Semana da Água”, promovido pela ADASA, com o apoio de vários órgãos do DF. Contou com a participação de todos os servidores da Agência, e reuniu, no dia 21 de março, no Parque da Cidade, mais de três mil pessoas. O evento contou a participação de 32 escolas públicas (cerca de 350 atletas mirins, que disputaram a copa de futebol de salão) e a Corrida das Águas, com mais de 1.500 atletas.



Fonte: NCI

5. Projetos Especiais

5.1. ZEE- Zoneamento Ecológico-Econômico

A ADASA também vem atuando na Comissão Distrital de Avaliação do Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal, como membro titular.

5.1.1. Definição

O Zoneamento Ecológico-econômico – ZEE é o instrumento de racionalização da ocupação do espaço territorial e de redirecionamento de atividades econômicas. Serve como subsídio das estratégias e ações de elaboração e execução de planos regionais que se pautam nos conceitos de desenvolvimento sustentável.

O zoneamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, que vigora sob os efeitos da Lei nº 6.938/1981. O Decreto Federal nº 4.297/2002 regulamentou o inciso II do art. 9º da mencionada lei, estabeleceu critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, e reconhece como instrumento oficial de “organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas”. Estabelece “medidas e padrões de proteção ambiental” com vistas à “assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população”.

Quanto ao Distrito Federal, a sua Lei Orgânica prevê que o Poder Público, com a participação dos órgãos representativos da comunidade, promoveria o Zoneamento Ecológico-Econômico do território do Distrito Federal no prazo de vinte e quatro meses após a promulgação da referida Lei Orgânica.

Todavia, por este comando não ter sido obedecido tempestivamente e diante da necessidade de melhor disciplinar o uso e a ocupação do território para evitar a continuidade do processo de ocupação desordenada e seus conseqüentes danos sócio-ambientais, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT firmou com o Governo do Distrito Federal – GDF o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 002/2007, que trata da regularização dos parcelamentos irregulares do solo, contendo em seu bojo o dever do GDF elaborar o ZEE-DF.

5.1.2. Objetivo

O objetivo geral do Zoneamento Ecológico-econômico do Distrito Federal – ZEE-DF é dotar esta unidade da Federação de um instrumento de gestão territorial que subsidie e oriente a formulação de políticas de planejamento, ordenação e gerenciamento do seu território, direcionadas para a conciliação do desenvolvimento e crescimento econômico e social com a melhoria da qualidade de vida da população e redução de perdas e danos ao patrimônio natural e cultural.

5.1.3. Histórico

Em função do TAC formalizado, delegou-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA a responsabilidade pela elaboração do ZEE-DF, que foi inserido ao Programa Brasília Sustentável para financiá-lo.

O Decreto nº 28.369/2007, em seu art. 1º, inciso III, imputou à SEDUMA a atribuição de designar a Comissão Distrital do ZEE-DF. Por meio das Portarias da SEDUMA nos 070/2009 e 101/2010 foram designados os representantes da Comissão Distrital, que abrange servidores de três subsecretarias da própria SEDUMA; ADASA; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal – SEAPA; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM; Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE; e Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB.

A Comissão Distrital do ZEE-DF tem as atribuições de (i) promover a articulação necessária entre os diversos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal, cujas ações têm reflexos na organização do território e na matriz ecológica e econômica; (ii) adotar as providências junto aos órgãos e entidades do GDF para disponibilização de dados e trabalhos técnicos, que constituirão a base de informações para elaboração e acompanhamento do ZEE; (iii) articular e compatibilizar os planos e políticas setoriais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE; (iv) fornecer dados e informações que contribuam para os levantamentos e análises próprias de cada uma das etapas do processo de elaboração do ZEE-DF; e (v) acompanhar as etapas do processo de elaboração do ZEE-DF.

Em atendimento aos mencionados atos legais, a ADASA indicou representantes titular e suplente no desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao ZEE-DF.

5.1.4. Participação da ADASA

A ADASA, além de se fazer representada nas reuniões ordinárias da Comissão Distrital do ZEE-DF em 2010, acompanhando as etapas do processo de elaboração do ZEE-DF ao avaliar os produtos entregues pela empresa consultora contratada no âmbito do Programa Brasília Sustentável.

6.2. Acordo de Cooperação Técnica ADASA/UNESCO

Cronograma desembolso da UNESCO (em R\$)

Ação/Subtítulo	Descrição	Valor Empenhado
2252/0001	Fiscalização dos Serviços Públicos de Água e Esgoto.	2.330.000,00
2252/0002	Regulação Técnica do Serviço Público de Água e Esgoto.	51.000,00
2837/6093	Gestão Participativa de Bacias Hidrográficas.	1.060.106,50
2837/6094	Fiscalização de Recursos Hídricos.	1.050.000,00
2837/6095	Regularização dos Usos dos Recursos Hídricos	1.600.000,00
2837/6097	Regulação Técnica do Uso dos Recursos Hídricos.	1.200.000,00
2837/6100	Desenvolvimento e Implementação de Ações para Conservação da Água.	50.000
Total geral		7.341.106,50

Fonte: PRODOC

É importante destacar, no âmbito do Programa “Água é Vida”, a implantação do Acordo de Cooperação Técnica Internacional para Desenvolvimento de Estudos e Organização Institucional da ADASA (denominado PRODOC). O projeto visa estabelecer a cooperação para política de recursos hídricos e de saneamento básico do Distrito Federal, em consonância com as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos do DF e entorno com a contratação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO.

A busca da parceria com a UNESCO se justifica pelo fato de que, no âmbito do Sistema das Nações Unidas, a UNESCO constitui-se em uma organização especializada, que desenvolve ações na linha da cooperação técnica e científica dentro de cinco grandes áreas programáticas – Educação, Ciência, Cultura, Informação e Meio Ambiente – apoiando o aperfeiçoamento institucional e a capacidade operacional para o planejamento e a implementação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável. O mandato da UNESCO está relacionado com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial da Água, quando este se propõe a tomar como tema o progresso mundial na implementação dos objetivos relacionados à água da Agenda 21.

O Acordo de Cooperação foi concretizado no mês de junho de 2009, por meio do PRODOC 914BRZ2016 – Projeto de Cooperação Técnica Internacional para Elaboração de Estudos em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e Organização Institucional da ADASA. Com a celebração do referido Acordo de Cooperação, foi realizado nesse exercício a transferência total dos recursos no valor de R\$ 7.341.106,50 tendo em vista apuração de superávit financeiro. O projeto prevê varias intervenções consideradas importantes no âmbito da ADASA e do GDF, das quais, destacam-se:

- i. revisão do PGIRH.
- ii. inserção do PGIRH no Sistema Informatizado para gerenciamento dos recursos hídricos do Distrito Federal.
- iii. elaboração do Plano de Saneamento Básico do Distrito Federal e Entorno, em consonância com as políticas públicas distritais e nacionais.
- iv. suporte ao processo de estruturação técnica e gerencial da ADASA.
- v. Regimento Interno revisado.
- vi. quadros técnico e administrativo da ADASA capacitados
- vii. Centro de Documentação da ADASA estruturado e em funcionamento
- viii. propostas de regulação do Setor de Recursos Hídricos e Saneamento
- ix. apoio à estruturação das Unidades de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do DF

As principais atividades realizadas no exercício de 2010, compreenderam a finalização dos processos licitatórios internacionais para a contratação de empresas para atualização do PGIRH – Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e contratação de serviços técnicos de apoio à fiscalização – TAC de Vicente Pires (apoio à estruturação das Unidades de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do DF) e três contratações de consultores com vistas a elaboração de resoluções de outorga na área de recursos hídricos.

Neste exercício foi destacado o valor R\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinqüenta mil reais) a serem desembolsados nos exercícios de 2010 e 2011. Trata-se da realização de duas licitações

internacionais cuja assinatura de contratos com as empresas vencedoras serão feitas no início do exercício de 2011, para confecção dos seguintes produtos:

i.atualização do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos no valor de R\$ 1.516.000,00

ii.estruturação de Comitês de Bacia (cadastro de usuários) no valor total de R\$ 570.000,00

iii.estruturação Regulatória de Recursos Hídricos (Consultoria em Resoluções de Outorga de Uso dos Recursos Hídricos) - R\$ 98.228,40.

A aplicação dos R\$ 7.341.106,50, em ações consignadas no orçamento da ADASA, encontra-se especificada na Tabela 67, acima. Registra-se que até dezembro de 2010, foi desembolsado o montante de R\$ 83.213,03.

Execução por programa (em R\$)

Especificação	Código	Inicial (a)	Final (b)	Empenhado (c)	Relação d=c/b
Programa para operação especial	0001	912.660	745.000	739.961	99,3%
Programa Apoio Administrativo	100	16.744.469	18.310.469	14.932.003	81,5%
Programa Reintegra Cidadão	1501	100.000	100.000	41.276	41,3%
Programa Administrando Nossa Cidade	3000	270.000	270.000	238.184	88,2%
Programa Brasília Sustentável	150	0	7.300.000	0	0,0%
Programa Água é Vida	450	11.034.164	9.203.164	2.341.460	25,4%
Programa Gestão de Pessoas	750	1.418.039	1.408.500	611.138	43,4%
Programa Divulgação Oficial	3200	3.500.000	3.500.000	2.800.000	80,0%
Total		33.979.332	40.879.332	21.704.022	53,1%

Fonte: SIGGO

Execução por fontes (em R\$)

Especificação	fonte	Inicial (a)	Final (b)	Empenhado (c)	Relação d= (c/a)
Ordinário não Vinculado	100	474.429	32.230	0	0%
Compensação Pela Utilização Recursos Hídricos	108	601.554	601.554	285.500	47%
Taxa Limpeza Pública	114	0	3.180.765	477.215	15%
Operações de Créditos Externos	136	0	7.300.000	0	0%
Taxas de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento - TFS	150	8.228.345	8.228.345	5.598.044	68%
Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos - TFU	151	21.444.239	21.444.239	15.293.264	71%
Diretamente Arrecadados	220	50.000	50.000	50.000	100%
Total		33.979.332	40.837.133	21.704.023	53%

Fonte: SIGGO

Os maiores níveis de execução, por fonte, conforme Tabela 65, situou-se na Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos - TFU, com 71% e sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento – TFS, com 68% e dos recursos provenientes da Compensação pela Utilização Recursos Hídricos Taxas de Fiscalização 47%, seguida da execução de 15% da Taxa de Limpeza Publica.

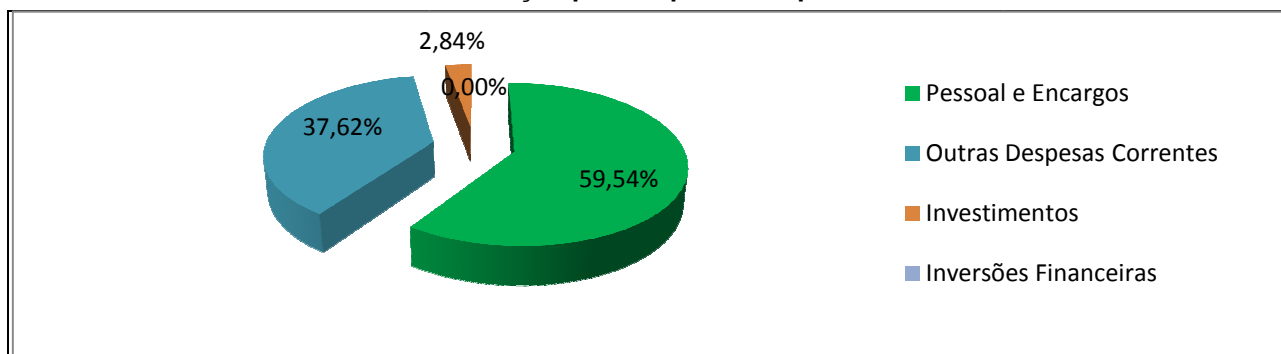
Na análise da execução da despesa por tipo de licitação destacam-se os tipos: concorrência e pregão, com 50,83% e 35,43% respectivamente. Por dispensa de licitação, a realização foi de 8,61%, representando pouca expressão em relação aos demais.

Execução por grupo (em R\$)

Especificação	Inicial (A)	Final (b)	Empenhado (c)	Relação D=c/a
Pessoal e Encargos	13.332.230	14.783.230	12.923.286	87,4%

Especificação	Inicial (A)	Final (b)	Empenhado (c)	Relação D=c/a
Outras Despesas Correntes	18.647.102	15.843.903	8.164.857	51,5%
Investimentos	2.000.000	9.980.000	615.879	6,2%
Inversões Financeiras	-	230.000	0	0,0%
Total	33.979.332	40.837.133	21.704.023	53,1%

Fonte: SIGGO

Execução por Grupo de Despesa

Fonte: SIGGO

7. Conclusão

O desempenho da gestão orçamentária, quanto à eficácia e eficiência, se revela pelos resultados alcançados na realização dos indicadores, metas, ações, atividades e projetos estabelecidos em programas de governo, consignados à lei orçamentária anual. Especialmente, cabe a ADASA a gestão dos Programas: “Água é Vida” e “Brasília Sustentável”, que resultaram na Lei Orçamentária Anual (LOA) o montante de R\$ 33.979.332,00 e da dotação efetivamente autorizada (lei +/- créditos) R\$ 40.837.133,00

A execução orçamentária da ADASA manteve-se em 53%, esse desempenho resulta do montante empenhado no exercício R\$ 21.704.023,00, em relação ao total fixado na Lei Orçamentária Anual (LOA +/- créditos) de R\$ 40.837.133,00. Esse resultado está diretamente relacionado à descontinuidade em virtude, sobretudo, dos contingenciamentos ocorridos no 1º semestre do exercício de 2010. No entanto, negociações caso a caso minimizaram o impacto no cumprimento das metas, não prejudicando decisivamente a execução programada.

Outro fator que veio interferir no desempenho da ADASA foi o aumento da dotação orçamentária. Esses acréscimos orçamentários ocorreram em 27 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 4.498, de 26/08/2010, decorrente da transferência do Programa Brasília Sustentável para a ADASA, no montante de 7,3 milhões. Apesar da suplementação a execução orçamentária permaneceu vinculada à SEDUMA, em decorrência de descentralização de créditos para a ADASA em valor suficiente. Quando retirados esses valores o desempenho orçamentário da ADASA chega a 63,87% como se vê na Tabela 75

Na tabela abaixo é apresentado o desempenho da execução dos recursos orçamentários, consignados em lei, ano a ano, desde a criação da Agência:

Demonstrativo da execução orçamentária – período 2004/2010 (em R\$)

Ano	Dotação orçamentária				
	Dotação inicial Lei)	Despesa autorizada (lei +/- créditos)	Despesa empenhada	%	
	A	B	C	D=(C/A)100	E=(C/B)100
2004 (*)	1.280.000	1.280.000	175.777	13,73	13,73
2005 (*)	4.114.200	6.579.717	3.685.284	89,57	56,01
2006 (**)	55.814.730	64.298.985	7.229.951	12,95	11,24

Dotação orçamentária					
Ano	Dotação inicial Lei)	Despesa autorizada (lei +/- créditos)	Despesa empenhada	%	
	A	B	C	D=(C/A)100	E=(C/B)100
2007(***)	38.567.692	26.165.555	8.990.824	23,31	34,36
2008	26.315.214	24.635.018	9.672.367	36,76	39,26
2009	22.676.718	46.719.716	24.145.241	106,48	51,68
2010(****)	33.979.332	40.837.133	21.704.023	63,87	53,15

Fonte: SIGGO (*) orçamentos elaborados pela SEPLAG (**) está incluído nessa dotação R\$ 37.948.000,00 do "Programa Brasília Sustentável" (***) está incluído nessa dotação R\$ 20.124.848,00 do "Programa Brasília Sustentável". (****) valores verificados até dezembro de 2010.

Do lado da arrecadação, especificamente as Taxas de Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos-TFU e de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário-TFS, a ADASA apresentou na LOA uma estimativa de R\$ 29.672.584,00, com a efetiva arrecadação de R\$ 28.744.820,56, resultando em 97% de realização em relação ao programado.

A gestão Financeira, fundamentada em procedimentos administrativos, foi eficaz e eficiente quando observados a execução de contratos, convênios, suprimentos de fundos, aplicação dos recursos, recolhimento de tributos, apropriação da folha de pessoal e os controles realizados sobre todas as disponibilidades (contas bancárias, adiantamento de férias, créditos a receber, compromissos financeiros e pagamentos dentro do prazo, todos em conformidade com a legislação aplicável (Leis nº 8.112/90; nº 8.666/93; nº 4.320/64; LC nº 101/2000 – LRF, Decretos nº 16.098/1994 e 32.598/2010; Resoluções do TCDF; Portarias da SEPLAG e legislações específicas para recolhimentos tributários e sociais).

Pode-se afirmar que o desempenho da gestão Contábil foi eficaz e eficiente uma vez que os registros contábeis foram efetuados integralmente, as apropriações, as baixas e as conciliações contábeis foram realizadas periodicamente, tempestivamente, dentro da legalidade e conformidade dos registros e controles.

Com relação ao processo decisório, é um dos aspectos mais importantes da gestão da ADASA, com ampla publicidade e celeridade processual; é transparente e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade. As reuniões da Diretoria da ADASA são públicas, assegurando aos interessados o direito de obter as respectivas cópias e atas que não se destinem a discutir ou decidir sobre assuntos internos.

No ano de 2010 foram realizadas 16 (dezesesseis) reuniões públicas ordinárias, 32 (trinta e duas) reuniões ordinárias de gestão administrativa e 2 (duas) reuniões públicas extraordinárias da diretoria colegiada, sendo 220 reuniões gerais realizadas desde 2004.

Ato	Objeto
Resoluções Normativas Resolução nº 001, de 1º de fevereiro de 2010.	Diretrizes e critérios para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos por meio de canais em corpos de água de domínio do DF e delegados pela União.
Resolução nº. 003, de 10 de maio de 2010.	Alteração do Regimento Interno e da Estrutura Organizacional, da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA
Resolução nº 004, de 12 de maio de 2010.	Instituiu o Cadastro Eletrônico dos usuários de recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e em corpos de água delegados pela União e Estados.
Resolução nº. 006, de 05 de julho de 2010.	Estabelece os procedimentos para a concessão do bônus-desconto de incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal e dá outras providências.
Resolução nº. 008, de 31 de agosto de 2010.	Estabelece as regras de uso de recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Pípiripau para os meses críticos de estiagem (setembro, outubro e novembro de 2010) ou até o restabelecimento das vazões mínimas definidas no Marco Regulatório da bacia.

Ato	Objeto
Resolução nº. 009, de 21 de dezembro de 2010	Estabelece os níveis altimétricos mínimos da água a serem mantidos no Lago Paranoá, Distrito Federal, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos.
Resoluções Homologatórias Resolução nº. 002, de 24 de Fevereiro de 2010	Homologa os resultados parciais da 1ª Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, homologa o Reajuste Tarifário Anual Provisório de março de 2010, e dá outras providências.
Resolução nº. 07, de 31 de agosto de 2010	Altera os resultados parciais da 1ª Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB

8. Perspectivas Futuras

A ADASA vem consolidando sua posição como Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. Muito já foi realizado. Entretanto, para atingir seu objetivo institucional e dar melhores resultados para a sociedade, a ADASA tem, ainda, muito a fazer.

Cadastrar todos os usuários de recursos hídricos do DF, expandir a regularização por meio de outorgas, concluir o marco regulatório de Recursos Hídricos no DF, intensificar e aumentar as ações de fiscalização, aumentar o canal de comunicação com a sociedade e promover eventos de mobilização visando à participação da sociedade nos Comitês de Bacia do DF, são ações prioritárias para os próximos anos.

Outro ponto importante é a realização de convênios e acordos de cooperação técnica com instituições da estrutura administrativa do DF e da União, para o desenvolvimento conjunto de ações de monitoramento, capacitação técnica, divulgação e controle dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no DF. O primeiro passo já foi dado com a delegação à ADASA do direito de emitir outorgas em corpos hídricos no âmbito da união, dada pela Agência Nacional de águas que a delegou para ADASA por meio da Resolução nº 77, de 22 de março de 2010.

A ADASA pretende concluir ainda em 2010, a licitação, que tem como objeto a aquisição de 128 estações, para a implantação da rede de monitoramento das águas subterrâneas – 64 estações a serem implantadas no sistema poroso e 64 estações no sistema fraturado. E ainda, contratar serviços especializados com vistas à realização de campanhas de educação hídrica, voltada à conservação e preservação dos recursos hídricos no âmbito do DF.

Com relação à operação e manutenção da rede hidrometeorológica do DF, ampliar o número com a aquisição das 128 estações em processo de licitação e com a adição de estações da ANA, localizadas na bacia hidrográfica do Rio Preto.

Ampliar as pesquisas de satisfação do usuário, com questionamentos que envolvam as demais áreas de competência da Agência, quais sejam, gás canalizado, drenagem urbana e resíduos sólidos.

19.4. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA, nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994. Possui a competência de regular e fiscalizar o cumprimento das diretrizes de saneamento básico relativo à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme o Decreto nº. 27.898, de 23 de abril de 2007, que atribui sua competência nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Recentemente a Lei nº 4.518, de 05 de novembro de 2010, trouxe a denominação, a finalidade, as competências e a reestruturação administrativa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, estabelecendo, *in verbis*:

Art. 1º - O Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 28 de janeiro de 1994, com denominação estabelecida pela Lei nº 706, de 13 de maio de 1994, publicada no DODF de 16 de maio de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDUMA.

Art. 2º - O SLU/DF tem por finalidade a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos urbanos, em especial no que se refere ao conjunto de atividades de coleta, triagem, transbordo, transporte, tratamento e destinação final do lixo doméstico e do lixo originário de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, observando-se os dispositivos das Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como, no que couber, o constante de seus respectivos regulamentos e alterações supervenientes a esta Lei.

Art. 3º - Compete ao SLU/DF:

- I. exercer, em caráter privativo, a integração da organização, do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos no Distrito Federal;
- II. organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal;
- III. implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- IV. elaborar e implementar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal;
- V. promover, supervisionar e controlar a limpeza de monumentos, marcos e esculturas do Distrito Federal;
- VI. supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;
- VII. supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;
- VIII. executar projetos de obras destinadas à implementação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Distrito Federal;
- IX. elaborar a sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

X. cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos, no âmbito de suas atribuições;

XI. coletar dados e elaborar estudos sobre os resíduos sólidos urbanos, no que tange aos tipos de resíduos gerados, aos resíduos recicláveis e às formas de aproveitamento e comercialização;

XII. estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;

XIII. promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;

XIV. desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Com base no marco legal exposto foi regulamentado o Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos, por meio do Decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008, que apresentou os objetivos da gestão pública e ambiental de resíduos sólidos urbanos, por meio da implantação do sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, com foco na inclusão social e promoção da reciclagem.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		82	84	114	1.134	1.414
Requisitados	Órgãos do GDF	02	-	-	-	02
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	-	01
Servidores comissionados, s/ vínculo efetivo		29	-	-	-	29
Contratados Temporariamente		-	36	-	17	53
Junta de Controle		-	08	-	-	08
Subtotal (Força de Trabalho)		114	128	114	1.151	1.507
(+) Cedidos para outros órgãos		20	733	-	-	753
Total Geral		134	861	114	1.151	2.260

Obs.: 07 estagiários prestam serviços ao SLU com contrato de trabalho regido pela SEPLAG

Devido ao tempo decorrido do último concurso público realizado e, à opção tomada pela terceirização progressiva dos serviços de limpeza pública ao longo dos últimos anos, é observada a redução paulatina da força de trabalho própria do Órgão. Funcionários das empresas terceirizadas pelo SLU é que realizam os serviços de limpeza pública. Os serviços de coleta seletiva de resíduos recicláveis são realizados com participação de servidores do SLU. Parcela da força de trabalho da autarquia foi disponibilizada por meio da cessão para outros Órgãos do Governo do Distrito Federal, diminuindo assim as carências de pessoal nestes órgãos, processo que se iniciou no ano 2002. O quadro abaixo mostra a série histórica do quantitativo de servidores que consiste a força de trabalho do SLU.

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
2007	70	1.345	88	1.525	3.028
2008	78	1.242	88	1.100	2.508
2009	88	1.193	87	1.062	2.430
2010*	134	861	114	1.151	2.260

* situação em dezembro de 2010

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo**Execução Orçamentária e Financeira***

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	71.524.240,00	105.187.712,00	101.857.528,48	101.845.782,57	
6123-Administração de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana	71.524.240,00	105.187.712,00	101.857.528,48	101.845.782,57	01,02
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.277.302,00	3.539.628,00	2.986.625,75	2.706.114,40	
6120-Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais do Serviço de Limpeza Urbana	3.277.302,00	3.539.628,00	2.986.625,75	2.706.114,40	03

* valores (em R\$).

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD (exercício 2010)

A dotação inicial para o pagamento de servidores, costumeiramente, fica aquém das necessidades do órgão, necessitando de constantes suplementações. O quantitativo de servidores ativos ao final do exercício representa redução de 6,8% do quantitativo previsto no SAG e no início do ano.

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas**Execução Orçamentária e Financeira***

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	15.605.560,00	15.709.760,00	15.700.939,42	15.700.939,42	
7000-Concessão de Benefícios aos Servidores do Serviço de Limpeza Urbana	15.605.560,00	15.709.760,00	15.700.939,42	15.700.939,42	04, 05, 06, 07, 08 e 09

O pagamento de benefícios aos servidores transcorre normalmente. Em dezembro foram fornecidos 2.167 auxílios-alimentação em pecúnia, 323 auxílios-creche, 1.701 auxílios-transporte, 3 auxílio-funeral e 3 auxílio-natalidade, quantitativos decrescentes em relação ao início do ano. Quanto ao auxílio alimentação, não apresenta muita variação de quantitativo de valores, em relação aos auxílios-transporte e auxílios-creche, que são contabilizados conforme a solicitação do servidor. Os quantitativos fornecidos em dezembro representam decréscimo de 7,6% em relação aos quantitativos previstos no SAG, acompanhando a redução de servidores ativos ao longo do ano.

3. Programa 1050 – Gerenciamento Integrado de Resíduo Sólido Urbano**Execução Orçamentária e Financeira***

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2079 - Execução e Manutenção das Atividades de Limpeza Pública	209.031.541,00	181.100.886,00	168.496.504,99	151.617.287,00	
6116-Execução e Manutenção das Atividades de Limpeza Pública	209.031.541,00	181.100.886,00	168.496.504,99	151.617.287,00	012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 19, 20, 021, 022, 023, 024, 025, 026
3002 - Execução de Obras para Coleta e Tratamento Diferenciados dos Resíduos Sólidos Urbanos	67.520,00	792.148,00	0,00	0,00	
0001-Instalação de Pontos de entrega Voluntária no Distrito Federal	67.520,00	792.148,00	0,00	0,00	027
3004 - Construção de Centros de Triagem para Catadores de Materiais Recicláveis	530.440,00	4.671.538,00	0,00	0,00	
0001-Construção de Centros de Triagem para Catadores de Materiais Recicláveis no Distrito Federal	530.440,00	4.671.538,00	0,00	0,00	028

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3977 - Implantação da Coleta Seletiva de Lixo	7.195.220,00	1.489.654,00	96.168,80	84.869,60	
6130-Implantação da Coleta Seletiva de Lixo no Distrito Federal	7.195.220,00	1.489.654,00	96.168,80	84.869,60	029

A ação/subtítulo “Instalação de pontos de entrega voluntária no Distrito Federal”, que consiste na instalação de “Ecopontos”, onde o gerador pode destinar quantidades de até 1 m³ de resíduos da construção civil, podas ou resíduos recicláveis, teve início em 2009 com o cercamento de 6 áreas regulamentadas e licenciadas ambientalmente. Devido à mudança de destinação de uso de 2 lotes, foi instaurado o processo de complementações das obras de 4 Ecopontos, que encontra-se em fase de análise pela Procuradoria Geral do DF.

A ação/subtítulo “Construção de centros de triagem para catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal”, que irá oferecer local para apoio ao programa de coleta seletiva em desenvolvimento pelo SLU, envolve contrato de repasse de recursos não reembolsáveis do Orçamento Geral da União – PAC – Contrato nº 0244.973-12, para a construção de 7 unidades de triagem para catadores de materiais recicláveis. 3 (três) dos 7 (sete) centros de triagem estavam em fase final de aprovação no âmbito da Caixa Econômica Federal – CEF, restando apenas a assinatura do Termo de Permissão de Uso qualificada pelo Governador do DF, que vinculará uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis a uma infraestrutura de triagem destes materiais, para posterior liberação da CEF e prosseguimento do processo licitatório para construção dos centros de triagem. Em 07 de janeiro de 2011 o SLU foi informado, via contato telefônico, que a CEF irá encaminhar o distrato do contrato para o Diretor Geral do SLU, devido ao não atendimento dos prazos para início das obras, apesar dos projetos e planilhas orçamentárias aprovados pela CEF.

A ação/subtítulo “implantação da coleta seletiva de lixo no Distrito Federal”, teve aplicação de recursos limitada a aluguel de tendas para auxiliar nas atividades de triagem de materiais recicláveis. Houve contingenciamento de recursos nesta ação.

As atividades operacionais executadas pelo SLU, em sua maioria por meio dos contratos de terceirização com empresas de prestação de serviços de limpeza pública, tiveram o seguinte desempenho, conforme quadro abaixo.

Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Nº. da Etapa no SAG em 2010	Unidade	2008	2009	2010	Comparação 2010/2009 - %
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	12	T	710.043	741.425	765.830	+ 3,3
Coleta dos resíduos de serviços de saúde	13	T	6.031	5.827	3.384	- 41,9
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	14	T	1.406.899	1.451.683*	1.305.530	- 10,1
Varrição manual de vias e logradouros públicos	23	Km	809.053	844.093	893.658	+ 5,9
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	24	Km	27.395	21.746	10.648	- 51,0
Capina	18	Km	13.455	14.635	21.846	+ 49,3
Atividades fiscalizadoras	-	U	9.078	-	-	-
Pintura de meios-fios	25	Km	4.615	4.857	6.355	+ 30,8
Lavagem abrigos de passageiros e passagem de pedestres	16	U	24.393	25.014	21.788	- 12,9
Catação de resíduos	19	Ha	192.111	188.321	190.297	+ 1,0
Resíduos processados em usinas de tratamento	21	T	119.842	114.484	81.646	- 28,7
Resíduos aterrados	20	T	690.190	747.936	776.141	+ 3,8
Coleta de animais mortos	17	U	4.334	4.652	4.610	- 0,1
Resíduos incinerados	22	T	6.330	5.993	3.406	- 43,1

Atividade	Nº. da Etapa no SAG em 2010	Unidade	2008	2009	2010	Comparação 2010/2009 - %
Rastelagem	26	Ha	-	512	512	0,0
Coleta seletiva	15	T	-	15.934	15.515	- 2,6

* informação alterada/complementada em relação ao Relatório Anual de Atividades, exercício 2009, encaminhado à SEPLAG.

O indicador de desempenho proposto conforme a fórmula abaixo, estabeleceu meta de 19,00% para o ano 2010, considerando a previsão de construção de centros de triagem e ecopontos, como também no aumento das quantidades de resíduos tratados, em relação aos resíduos coletados. O indicador de desempenho atingiu o valor de 10,7%, abaixo das previsões oferecidas, visto as dificuldades para a obtenção de áreas, como também ao licenciamento de áreas aptas à construção destes equipamentos públicos. O aumento da quantidade de convênios com as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis com o SLU também permite melhor desempenho do indicador, desde que locais apropriados ao desenvolvimento das atividades de triagem de materiais sejam criados / construídos.

$$\text{Meta (2010)} = \frac{\text{Resíduos processados em usinas do SLU (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = 10,7\%$$

4. Informações Complementares

Uma das atividades não apropriadas nos relatórios operacionais é a participação conjunta do SLU com outros órgãos da esfera do GDF na remoção de invasores de áreas públicas e na limpeza da orla do Lago Paranoá. A participação envolve a remoção de entulhos decorrentes da derrubada de barracos e a limpeza da área invadida, no 1º caso, como também o recolhimento de detritos diversos às margens do Lago.

Tais atividades ocorrem ocasionalmente, conforme a necessidade e o pedido de participação na ação conjunta.

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Embora as previsões sejam impostas com base no desempenho operacional de anos anteriores, houve variação significativa em algumas atividades, decorrentes de prioridades nos serviços a serem executados, como também no estabelecimento de limites nos dispêndios dos serviços.

Em 2010, os serviços de limpeza urbana foram desenvolvidos de acordo com o preconizado na Concorrência Pública nº 003/2007 – CEL/SLU. O objeto da presente Concorrência é a execução de serviços de limpeza urbana, compreendendo a coleta, remoção e transporte de resíduos sólidos domiciliares (excetuando-se os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva), as atividades de limpeza de vias e logradouros públicos (varrição manual e mecanizada, catação de papéis em áreas gramadas, a lavagem de vias urbanas, a lavagem de monumentos e prédios públicos, a pintura de meio-fio e equipes de serviços diversos), a remoção e transporte de resíduos sólidos produzidos nestas atividades de limpeza, a remoção de resíduos volumosos e de entulhos lançados em logradouros, a prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transferência de resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal e/ou das unidades de triagem e compostagem, incluindo a transferência dos rejeitos gerados nessas unidades para o destino final, atividades estas devidamente referenciadas às áreas compreendidas nos Lotes “I”, “II” e “III”, em observância ao disposto no projeto básico do Edital da concorrência supracitada.

O Lote II foi homologado, sem restrições, a uma das empresas vencedoras, e desde 01 de julho de 2009 vem sendo operado nas localidades estipuladas no Edital da Concorrência Pública nº 003/2007 – CEL/SLU, contrato nº 14/2009 com prazo de validade de 05 anos.

Os Lotes I e III sofreram ações de impugnação na justiça e foram operados por meio de contratos emergenciais com 5 empresas, situação que perdurou até o dia 23 de abril de 2010, quando estes lotes foram homologados a apenas uma empresa, com contratos de duração de 05 anos, situação revertida novamente à outra empresa, a partir de 10 de dezembro de 2010, que ofereceu menor preço nos lotes I e III. As atividades que envolveram a operação e manutenção do Aterro da Estrutural, como também as atividades relativas à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde da rede pública de saúde do DF continuaram operados por meio de contratos emergenciais.

Segundo a legislação vigente, o SLU não é o responsável legal pelos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos gerados em estabelecimentos públicos e particulares de serviços de saúde, sendo este fato afirmado no art. 3º da Resolução CONAMA nº 358/05 e por meio da Instrução Normativa SLU nº 54/09, já que se tratam de resíduos com características especiais.

A promulgação das Resoluções RDC 306/2004 ANVISA e 358/2005 CONAMA, de abrangência federal, atribuem aos geradores dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS a responsabilidade legal pelo gerenciamento de todo resíduo gerado em seu estabelecimento e, portanto, pelos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final. Este gerenciamento deve atender aos requisitos ambientais e de saúde pública, sem prejuízo da responsabilidade civil solidária, penal e administrativa de outros sujeitos envolvidos, em especial os transportadores e depositários finais.

Devido o prazo estipulado para a desativação da Usina de Incineração de Lixo Especial – UILE, que se deu em 24.04.2010, e com o intuito de dar o suporte adequado a Secretaria de Saúde do DF – SES/DF, é que o SLU, detentor de uma experiência material dos serviços operacionais para resíduos de saúde, continuou realizando temporariamente a coleta, transporte, tratamento e destinação final destes resíduos sob a perspectiva de um Convênio de Cooperação a ser firmado até que a SES/DF obtivesse os recursos necessários para a contratação de tais serviços.

Atualmente, o SLU finalizou o Projeto Básico e a Planilha de Custos para contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos RSS gerados em estabelecimentos públicos, por 01 (um ano), até que a SES possa se adequar para assumir os serviços. Com relação a este feito foi instaurado o Processo nº 094.000.749/2010 - SLU enviado à Central de Licitações do GDF no dia 24 de agosto de 2010. A Central de Licitações encaminhou o Processo à Procuradoria Geral do DF ainda no dia 24 de agosto de 2010. Foi-nos encaminhado o Parecer nº 940/2010 – PROCAD/PGDF sobre o teor da licitação, o qual está sendo analisado pelo SLU para posteriormente dar seguimento aos tramites licitatórios.

No quadro “Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços” – item 3, os quantitativos de RSS ficaram cerca de 40% inferiores aos alcançados em 2009, devido à prestação dos serviços de coleta, tratamento e destinação de RSS terem sido realizadas apenas aos estabelecimentos da rede pública, a partir de 24.04.2010.

As atividades fiscalizadoras de limpeza urbana (notificações preliminares e aplicação de multas), é executada desde o dia 01 de julho de 2008 por servidores da AGEFIS (Lei nº 4.150, de 5 de junho de 2008).

Em 2010, algumas atividades apresentaram resultados semelhantes ao observado no ano 2009, como a coleta dos resíduos domiciliares e comerciais, catação de resíduos dispersos, coleta de animais mortos, operação do aterro, rastelagem e coleta seletiva.

A atividade “pintura de meio-fio” apresentou resultado atípico, + 30,8% em relação ao ano 2009, possivelmente devido ao clima favorável a esta atividade, já que o DF ficou cerca de 4 meses sem chuvas, contribuindo para os pedidos de execução de pintura nas ocasiões das diversas festividades nas Regiões Administrativas, associado à necessidade das melhorias das condições de visibilidade no tráfego de veículos e ao aumento da malha viária no DF. A capina, com acréscimo comparativo de 49,3%, é uma atividade atrelada à pintura de meio-fio, visto que, na maior parte dos casos, há necessidade de frissamento (capina) para realização da pintura.

A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou acréscimo de 5,9%, explicada pelo aumento de áreas aptas ao desenvolvimento desta atividade, decorrente do asfaltamento de vias urbanas em todo o DF.

Houve redução na atividade da lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres (- 12,9%), como também da varrição mecanizada de vias e logradouros (- 51,0%), devido à qualidade dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas, aquém do exigido em contrato, serviços que foram “cortados” ou preteridos por outros, dentro do leque de serviços oferecidos. No caso da varrição mecanizada, esta pode ser substituída pela varrição manual.

O tratamento de resíduos nas usinas do SLU apresentou decréscimo proporcional de 28,7 %, devido às exigências quanto à qualidade do composto orgânico, situação que exige menor velocidade de rotação de peneiras e esteiras transportadoras, além da manutenção realizada pelas empresas que operaram as usinas, que se mostrou precária, ante as necessidades operacionais.

O composto orgânico produzido nas usinas de tratamento de lixo do SLU é comercializado para produtores rurais e particulares, ou fornecido por doação a entidades diversas, conforme Decreto nº. 23.904, de 11 de julho de 2003, publicado no DODF de 14 de julho de 2003. No ano 2010, o SLU emvidou esforços para regularizar a produção e comercialização deste insumo agrícola, devido às exigências ambientais decorrentes de Termo de Ajustamento de Conduta nº 13, de 08 de junho de 2005 oriundas dos órgãos de controle ambiental e de comercialização (3ª PRODEMA / MPDFT, IBRAM e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) em conjunto com o IBAMA e apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – DF, e compromissos das empresas terceirizadas que operam as usinas de tratamento de lixo do SLU. Em decorrência do referido TAC, a viabilidade da Usina de Tratamento de Lixo de Ceilândia – NOUCEI foi atestada para a produção de composto por meio da Licença de Operação L.O. nº 003/2009 – IBAMA, de 06 de abril de 2009, e a regulamentação da produção, distribuição e aplicação do composto assegurada por meio da Resolução nº 01/2009, de 15 de dezembro de 2009 (DODF nº 07, de 12 de janeiro de 2010).

Está prevista a construção do novo Aterro Sanitário do DF, sendo assim um futuro destino dos resíduos gerados. O novo aterro sanitário já possui a Licença Prévia nº 022/2009, emitida pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/ DF e será localizado entre o Córrego Melchior e a Rodovia DF – 180, RA XII – Região Administrativa de Samambaia – DF.

19.5 - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA – FJZB

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007, sua estrutura administrativa através dos Decretos nº. 28.618, de 21 de dezembro de 2007 e 29.783, de 04 de dezembro de 2008, teve seu Regimento aprovado pela Resolução nº 10, de 21/03/2001, sendo regida por ele e pelas disposições legais pertinentes.

A Fundação é responsável pela gestão do complexo Ecológico composto pelas seguintes áreas e unidades de conservação, conforme memoriais e plantas inscritas no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis desta capital, sob as matrículas nºs 27.611 e 99.037:

I. A área ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília – JZB, inclusive a área de concessão do direito real de uso para a instalação do Parque Temático de Brasília;

II. A área de relevante interesse ecológico - ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo; e

III. A área do Parque das Aves.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	09	-	-	03	12
Requisitados Órgãos do GDF	09	-	-	03	12
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	26	-	23	-	49
Conveniados (FUNAP)	-	26	-	-	26
Estagiários	-	-	-	15	15
Subtotal (Força de Trabalho)	44	26	23	21	114
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	01	01
Total Geral	44	26	23	22	115

Obs.: Serviços terceiros pessoa Jurídica: ICB serviços: 84(pessoas), ICB limpeza: 47(pessoas), Vipasa Segurança: 78 (pessoas)

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	3.484.497,00	4.238.134,00	4.237.943,00	4.236.479,00	
6968-Administração de Pessoal da Fundação Jardim zoológico de Brasília	3.484.497,00	4.238.134,00	4.237.943,00	4.236.479,00	003
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	8.929.639,00	16.661.801,00	15.454.883,00	14.452.379,00	004
6962-Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	8.929.639,00	16.661.801,00	15.454.883,00	14.452.379,00	004

Para a preservação de pouco mais de 1300 animais, divididos em 300 espécies diferentes, oriundos dos cinco continentes, bem como proporcionar lazer e educação para os cidadãos a FJZB realizou as seguintes etapas:

6968 – Remuneração de, em média, 74 (setenta e quatro) servidores ativos em 2010.

6962 – Manutenção da FJZB por meio de Contratos para serviços de limpeza, segurança, marcenaria, serralheria, tratadores, administrativo, dedetização, podas, exames laboratoriais para animais e

ambientes, serviços postais, locação de automóveis leves e pesados, manutenção de automóveis leves e pesados, informática, reprografia, telefones, abastecimento de água, fornecimento de luz, passagens aéreas e hospedagem, fornecimento de medicamentos, fornecimento de 468 toneladas de alimentos para animais, manutenção de câmaras frias, condicionador de ar, refrigeradores e freezers, monitoramento do parque por meio de 68 câmeras e identificação biométrica, combustível, gás, fretes e transportes de encomenda, dentre outros.

Aquisição de materiais de limpeza, cozinha, expediente, jardinagem, marcenaria, serralheria, pintura, material médico-hospitalar, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual, uso zootécnico, acondicionamento e embalagens, educação e lazer, elétrico, laboratorial, hospitalar, peças para veículos, ferramenta, sinalização visual e afins, bandeiras, despesas de pronto pagamento, etc.

Pagamento de jetons a conselheiros, de obrigações tributárias a empresas terceirizadas.

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	336.960,00	232.339,00	227.036,00	227.036,00	004,005,006,007
6967-Concessão de Benefícios a Servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	336.96,00	232.339,00	227.036,00	227.036,00	004,005,006, 007

0005 - Concessão de auxílio-creche para, em média, 17 (dezessete) servidores.

0006 - Concessão de auxílio transporte para, em média, 88 (oitenta e oito) servidores.

0007 - Concessão de auxílio-alimentação para, em média, 95 (noventa e cinco) servidores.

3. Programa 3400 – Zôo de Todos Nós

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505-Publicidade e Propaganda	60.000,00	60.000,00	36.825,00	36.825,00	
6963-Publicidade Institucional da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	60.000,00	60.000,00	36.825,00	36.825,00	008
1984-Construção de Prédios e Próprios	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
6957- Construção de Prédios e Próprios da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	1.000,00	0,00	0,00	0,00	010
3903-Reforma de Prédios e Próprios	411.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
6958-Reforma de Prédios e Próprios da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	411.000,00	15.000,00	0,00	0,00	011
1765-Projeto Zoo Camping	0,00	0,00	0,00	0,00	
6961-Projeto Zôo Camping da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	0,00	0,00	0,00	0,00	
1766-Construção de Recintos	226.600,00	0,00	0,00	0,00	
6964-Construção de Recintos para Animais na Fundação JZB	226.600,0	0,00	0,00	0,00	013
1998-Projeto de Conscientização e Educação Ambiental	121.280,00	20.000,00	0,00	0,00	004
0001-Projeto-Zôo de Conscientização e Educação Ambiental da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	121.280,00	20.000,00	0,00	0,00	014

9541 - Aquisição de veículo para transporte de animais. Cancelada

6958 - Não iniciada.

6964 - Não iniciada.

0001 - Não iniciada.

4. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2426-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	168.800,00	218.800,00	199.300,00	199.300,00	
0023-Manutenção do Programa reintegra cidadão da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	168.800,00	218.800,00	199.300,00	199.300,00	009

Foram assistidas, em média, 26 (vinte) pessoas.

5. Programa 0001 – Programa para Operação Especial**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9033-Formação do Patrimônio do Servidor Público	109.720,00	109.720,00	108.061,00	108.061,00	
6959-Formação do Patrimônio do Servidor Público da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	109.720,00	109.720,00	108.061,00	108.061,00	016
9050-Ressarcimentos, indenizações e Restituições	196.000,00	213.000,00	211.315,00	211.315,00	
6960-Ressarcimentos, indenizações e Restituições da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	196.000,00	213.000,00	211.315,00	211.315,00	017

0015 - Recolhimento de contribuições efetuados.

0016 - Ressarcimento de salários de 02 (dois) servidores requisitados.

19.6. COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, empresa pública de direito privado, instituída pela Lei nº 4.545, de 10/12/64, é constituída sob forma de Sociedade por Ações. Integra a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, vincula-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA/GDF, na forma do disposto no Decreto nº 27.865, de 11 de abril de 2007. Tem por finalidade:

- I. Coordenar e implementar atividades de tratamento de informações para o planejamento estratégico e de geoprocessamento do Governo do Distrito Federal;
- II. realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira dos projetos estratégicos do Governo do Distrito Federal;
- III. coordenar, supervisionar e executar as atividades operacionais das Parcerias Público-Privadas do Governo do Distrito Federal;
- IV. dar suporte operacional e administrativo ao Conselho de Gestão de Parcerias;
- V. produzir e disseminar informações socioeconômicas, demográficas e cartográficas para o planejamento governamental e para a promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, e em outras áreas de influência do Distrito Federal;
- VI. planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais do Sistema de Ouvidoria e Relacionamento do Governo do Distrito Federal;
- VII. planejar, organizar e coordenar as atividades da Central Única de Atendimento Telefônico do Governo do Distrito Federal.

Para o desenvolvimento de suas funções a Codeplan dispõe de uma estrutura orgânica assim constituída: Presidência, Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Parcerias e Projetos Estratégicos, Diretoria de Gestão de Informações e Diretoria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Programa LOA	Nº Etapa no SAG	Autorizado	Liquidado	Empenhado
04.122.0107.8502.0005	005	71.851.902,00	71.550.167,07	71.555.084,76
04.122.0107.8504.0004	006,007,008,009	6.165.858,00	6.070.942,05	5.674.369,59
28.846.0001.9033.6961	017	43.383,00	43.382,43	43.382,43

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro da CODEPLAN		31	56	75	109	271
Requisitados	Órgãos do GDF	04	-	03	-	07
	Órgãos do Governo Federal	03	-	-	-	03
Empregados comissionados, sem vínculo efetivo		15	-	15	-	30
Estagiários		-	12	-	01	13
Subtotal (Força de Trabalho)		53	68	93	110	324
(+) Cedidos para outros órgãos		-	94	-	150	244
Total Geral		53	165	96	261	568

Realizações

1. Gestões Político-Administrativas

Programa LOA	Nº Etapa no SAG	Autorizado	Liquidado	Empenhado
04.122.0107.8517.0002	0010	2.921.791,00	2.921.791,00	2.714.547,01

Planejamento do Distrito Federal

Em 2010, a Codeplan deu ênfase à sua missão de produzir informações para o planejamento governamental, disseminando-as à sociedade por meio de seu web site (www.codeplan.df.gov.br).

Além de garantir a continuidade histórica de trabalhos da envergadura do SIEDF – Sistema de Informações Estatísticas do DF, do Produto Interno Bruto-PIB e do Anuário Estatístico, a Codeplan deu início à Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/2010, com cobertura de dados para as 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Ainda na área de apoio ao planejamento governamental, em parceria com a R.A do SIA, a Codeplan está realizando o primeiro censo comercial, industrial e de serviços da região.

Retomando suas atividades de geoprocessamento, a Codeplan celebrou parceria com o vizinho município de Valparaíso, em Goiás, com vistas à criação e manutenção de uma base de dados de informações da cidade. O trabalho se estenderá, em 2011, aos municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama e Santo Antonio do Descoberto.

Ressalta-se, ainda, a divulgação do Produto Interno Bruto – PIB/DF, do período 2004-2008, fruto da parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao Projeto Contas Regionais do Brasil. Da mesma forma, o contrato de Co-Gestão com o IPEA para a produção de informações em rede com as unidades federadas sobre a macroeconomia do Distrito Federal.

Filiada à Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES, a Codeplan participou ativamente das reuniões da instituição, mantendo-se atualizada junto aos demais associados e disseminando as informações por ela desenvolvidas, contribuindo com seu amplo acervo sobre o Distrito Federal para o fortalecimento das áreas de planejamento, pesquisa e estatística do país.

Como órgão de suporte operacional às Parcerias Público-Privadas, atuou, em 2010, em oito projetos de PPPs, dentre as quais se destacam as Garagens Subterrâneas, as Unidades Hospitalares (Recanto das Emas e São Sebastião), a Coleta Seletiva e a Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos.

Na área de Call Center e Ouvidoria, a Codeplan deu continuidade ao padrão de qualidade implantado na Central de Relacionamento do GDF, realizando atendimentos à população do Distrito Federal no que concerne à prestação de informações sobre procedimentos junto aos diversos órgãos do Complexo Administrativo e realizando o acolhimento de sugestões, denúncias e ou reclamações sobre os serviços prestados pelas instituições integrantes do Complexo Administrativo.

No papel de Ouvidoria Geral do DF, viu o número de pendências reduzir sensivelmente. No período de um ano – junho 2009 a junho 2010 – as demandas pendentes – que incluem reclamações, sugestões, elogios e denúncias – caíram de 53% para 14%, refletindo na certificação de 28 órgãos do Governo do Distrito Federal que, nesse mesmo período, conseguiram responder a 80% das demandas requisitadas.

Celebrando parcerias, seja com instituições do próprio Governo do Distrito Federal como Banco de Brasília – BRB e Administração Regional do SIA, seja com instituições afins como IBGE, ANIPES e SEBRAE, a Codeplan encerra o presente exercício com a certeza de que os produtos disponibilizados contribuíram para uma melhor compreensão da realidade atual, assim como novos trabalhos surgirão no esteio das parcerias recém-estabelecidas.

No âmbito administrativo, a Empresa manteve em 2010 a mesma política de contenção de despesas. Mesmo diante de um orçamento limitado, encerrou o exercício com total equilíbrio de suas contas financeiras, sem qualquer pendência com prestadores de serviço e fornecedores.

Concluiu o novo Regimento Interno e o Estatuto Social compatíveis com as novas atribuições da Empresa.

Realizou a reforma e modernização dos elevadores social e de serviço da Companhia, pondo fim às constantes paralisações.

1.2. Parcerias Público-Privadas - PPPs

Programa LOA	SAG	Valor Contingenciado
04.122.0107.4003.0001	002	42.200,00

Diverso da política de privatizações, na qual o papel do Estado se limita basicamente à regulação e à supervisão das atividades desenvolvidas pelo setor privado, nos programas de Parcerias Público-Privadas – PPPs, o Estado assume a liderança e busca alianças com o setor privado.

No Distrito Federal, a Lei Distrital 3.792, aprovada em fevereiro de 2006, regulamenta o programa de PPPs. O modelo de gestão vem sendo colocado em prática pelo governo atual, buscando ampliar a oferta de serviços em prol do desenvolvimento econômico e social da região.

A realização de projetos das PPPs, no âmbito do Distrito Federal, conta com a Codeplan, conforme atribuições previstas no Decreto nº 28.196/07.

Em 2010, a Codeplan apoiou operacionalmente a implementação das seguintes parcerias:

- Sistema Metroviário;
- Garagens Subterrâneas no Plano Piloto;
- Sistema Penitenciário;
- Unidades Hospitalares;
- Na Hora;
- Sistema de Iluminação Pública;
- Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos; e
- Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos.

O Governo do Distrito Federal, por intermédio da CODEPLAN, é conveniente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para troca de informações e cooperação técnica para estruturação de projetos de Parcerias Público-Privada na área de infraestrutura.

1.3. Centro de Treinamento – CT

A Codeplan realizou diversos eventos no laboratório do Centro de Desenvolvimento de Pessoas – CEDEP, voltados à capacitação do seu quadro de pessoal e de órgãos do Complexo Administrativo do GDF, com destaque para os cursos de Gestão de Documentos, Contratos Administrativos, Workshop para Gestores de Contratos Administrativos e o curso de adaptação tecnológica Pesquisa: Tipologias e Procedimentos.

No contexto da capacitação de recursos humanos, o Centro de Desenvolvimento de Pessoas coordenou, em 2010, um total de 34 eventos, sendo:

- 07 cursos e quatro palestras, eventos promovidos pelo CEDEP;
- 01 curso e 06 palestras, eventos promovidos pela CIPA; e
- 16 eventos diversos voltados à capacitação de órgãos do Complexo Administrativo do GDF.
- Ainda encaminhou à Escola de Governo do DF – EGOV, 49 empregados para participarem de cursos em diversas áreas.

Essas ações envolveram aproximadamente 1.127 participantes.

2. Sistemas Corporativos e de Gestão Voltados à Administração Pública

2.1. Serviço de Relacionamento do GDF – Call Center – 156

Programa de Trabalho	Etapas do SAG	Autorizado	Empenhado	Liquidado
04.122.0107.4949.0002	004	19.448.646,00	19.435.267,73	18.002.790,62

A Central de Relacionamento do GDF, que opera por meio do telefone 156, manteve o atendimento ao público, em 2010, com suporte tecnológico composto por equipamentos e instalações de última geração, recebendo, no ano, um total de 3.119.906 consultas formuladas.

Em seus 25 anos de funcionamento a Central 156 acolheu mais de 45 milhões de ligações sendo agraciada nos anos de 2008 e 2009, com prêmio da Associação Brasileira de Telemarketing - ABT, para o Sistema Telematrícula e 1º lugar na categoria Melhor Central de Serviço Público a Nível Nacional, respectivamente.

Os atendimentos compreendem, entre outros:

Informações sobre serviços prestados pelas Administrações Regionais e infraestrutura urbana;

- Secretaria de Educação (Telematrícula);
- Secretaria de Saúde (serviços de Ações e Políticas em Saúde, incluindo leitos em UTI);
- Secretaria de Planejamento e Gestão (Serviço Na Hora e Bolsa Universitária);
- Secretaria de Estado de Governo (Brasília Renovada);
- Secretaria de Transportes (DFTrans);
- Secretaria de Fazenda (serviço de informações sobre impostos, IPVA e IPTU);
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (benefícios sociais);
- Secretaria do Trabalho (emprego e qualificação profissional); e
- Denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes.

2.2. Ouvidoria Geral do Distrito Federal

Programa de Trabalho	Etapas do SAG	Contingenciado
04.122.0107.4059.0001	003	84.400,00

As atividades e atribuições da Ouvidoria Geral do Distrito Federal foram transferidas para a Codeplan, por meio do Decreto 30.383, de 18 de maio de 2009.

Compete à Ouvidoria Geral, canal de comunicação entre o cidadão e o Governo, receber, analisar e encaminhar aos órgãos do GDF as reclamações, sugestões, elogios e denúncias provenientes da sociedade. Incumbe-se, ainda, de intervir junto aos órgãos do Complexo Administrativo para que o retorno aos cidadãos seja dado o mais rápido possível, resguardando o sigilo das informações.

Em 2010, a Codeplan recebeu 99.307 demandas da sociedade (reclamações, sugestões, elogios e denúncias), apresentando um retorno de 65,6% dos registros.

2.3. Sistema Telematrícula do Distrito Federal

Programa de Trabalho	Etapas do SAG	Autorizada
04.122.0107.2994.0003	005	5.000,00

O Telematrícula é um sistema desenvolvido e operacionalizado pela Codeplan, via 156, para a efetivação de novas matrículas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O sistema é atualizado anualmente para processar os registros nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, favorecendo o procedimento de inscrições.

Desde 2009 atende, ainda, às modalidades Educação de Jovens e Adultos - EJA e, também, ao Centro Interescolar de Línguas - CIL.

No ano em curso, o Telematrícula iniciou em 1º de novembro, com término previsto para 31/01/2011.

Até 31/12/2010 foram acolhidas 44.438 inscrições para o Ensino Regular, 13.341 para o Ensino de Jovens e Adultos e 13.008 para o CIL.

3. Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Demográficas e Populacionais

Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Programa de Trabalho	Etapa do SAG	Autorizado	Empenhado	Liquidado
04.122.0107.2912.0008	001	43.225,00	43.200,85	33.800,85

Revista Indicadores Conjunturais

A publicação traz dados da conjuntura econômica do Distrito Federal sobre população, mercado de trabalho e preços, serviços públicos, transportes, finanças públicas, entre outras informações baseadas em pesquisas geradas na Companhia. Capta, ainda, dados em outras fontes, governos local e Federal, universidades, ONGs etc. e conta com artigos técnicos da Codeplan. A Edição 2010 encontra-se impressa e em divulgação.

Portfólio da Codeplan

Folder ilustrativo dos projetos, pesquisas, estudos, base de dados estatísticos, geoprocessamento, cartografia e atividades que subsidiam o Governo do Distrito Federal em suas ações voltadas ao planejamento e na definição de políticas públicas, além de universidades, instituições privadas, associações e a população em geral.

O Portfólio da Codeplan foi distribuído aos órgãos do GDF, instituições de ensino e pesquisa e a outras instituições públicas e privadas afins.

Estudos Populacionais – Demografia em Foco 3

Estudo concluído, contendo as características migratórias da população de baixa renda do Distrito Federal, com olhar para o jovem de 15 a 29 anos e para os chefes de domicílio – mulheres.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD

A PDAD tem como objetivo coletar dados e informações socioeconômicas da população urbana residente nas 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal no que se refere ao seu perfil, dinâmica populacional, características do domicílio, trabalho e rendimento, entre outros, atualizando os dados coletados pela PDAD 2004.

A pesquisa visa suprir a carência de dados atualizados sobre a população, inclusive a estimativa do total de habitantes por Região Administrativa, para subsidiar o Governo do Distrito Federal na elaboração de suas políticas públicas. As informações atualizadas atenderão também as demandas dos demais órgãos do setor público, empresas privadas, instituições de ensino e organismos envolvidos com a questão do desenvolvimento local, permitindo a elaboração de estudos para um melhor direcionamento das suas ações.

A PDAD está em andamento no Recanto das Emas e em Brazlândia, tendo sido realizada em Águas Claras, Ceilândia e Vicente Pires.

Informações Georreferenciadas dos Municípios da RIDE

Projeto em parceria com a SEDUMA para criação e manutenção de uma base de dados em informações georreferenciadas dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE, com o objetivo de possibilitar diagnósticos da situação urbana e habitacional e viabilizar a implantação de um planejamento regional integrado.

Em 2010 foi assinado acordo de cooperação técnica com a Prefeitura de Valparaíso de Goiás para implantação de Projeto Piloto. Os trabalhos estenderão, ainda, aos municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama e Santo Antonio do Descoberto.

Censo Empresarial do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA

Censo realizado no Setor de Indústria e Abastecimento, decorrente de protocolo de Intenções com Administração Regional do SIA, visando o levantamento de informações sobre as empresas e seus empregados. Em dezembro de 2010 foram concluídos os trabalhos de campo e de entrada de dados.

Convergência de Renda

Estudos visando conhecer e qualificar a dinâmica da renda dos agentes econômicos do DF e sua região de influência, segundo metodologia do IPEA.

Por meio deste estudo espera-se conhecer parâmetros que permitam analisar a dinâmica recente do desenvolvimento regional brasileiro nas dimensões econômica, social, produtiva e do mercado de trabalho.

Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF

O PIB é um dos principais indicadores de uma economia. Revela o valor de toda riqueza gerada em uma determinada região. Corresponde à totalidade de bens e serviços finais, a preços de mercado, internamente produzidos em um território, durante um determinado período de tempo.

Fruto de parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Codeplan divulga simultaneamente com outros órgãos estaduais de estatística, em novembro de cada ano, os resultados produzidos para o PIB regional.

Por meio da série apresentada, conhece-se a taxa de crescimento da economia do Distrito Federal. São informações macroeconômicas que o setor público dispõe para dinamizar suas ações em termos de aplicação de recursos públicos para investimentos, custeio, e, ainda, melhor avaliar os parâmetros necessários aos estudos fiscais para efeito de composição da massa de recursos a ser arrecadada pelo erário.

O cálculo do PIB atende à solicitação feita pelo Tribunal de Contas da União, por força de legislação que define os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios – FPE e FPM.

Em entrevista coletiva realizada em 17 de novembro último, foi divulgado o PIB de 2008, compondo uma série histórica com dados relativos ao período de 2004 a 2008.

Anuário Estatístico do Distrito Federal

Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

Para agrupar e consolidar as informações produzidas pelas diversas entidades públicas do Distrito Federal foi organizado o Anuário Estatístico do Distrito Federal. O conjunto de variáveis da publicação, sistematizadas e consolidadas ao longo do tempo, é utilizado pelos usuários com diversas finalidades. São destinadas aos acadêmicos, para estudos teóricos; aos empresários, para a realização de investimentos e geração de emprego e renda; e ao poder público, para a definição de diretrizes orçamentárias e adoção de políticas públicas. Conta com uma série histórica de mais 30 anos e um total de 10 mil planilhas.

Para continuar a prover os usuários com essas informações, a Codeplan resgatou essa ferramenta e a adequou aos novos tempos. Reestruturou a forma de coletar as informações e de

disseminação, utilizando a Internet como base primordial de consulta por meio do endereço www.siedf.codeplan.df.gov.br

A Codeplan faz a manutenção anual de dados estatísticos do DF, incluindo a coleta, compilação e disponibilização para os usuários nos anos 2007, 2008 e 2009.

Nova atualização foi feita em 2010, contendo dados de 2009. O CD-ROM está disponível no Edifício Sede da Codeplan. Telefone (61) 3342-2218.

4. Conselhos de Administração e Fiscal

Integram os Órgãos Colegiados da Codeplan o Conselho de Administração, responsável pela orientação e controle da gestão dos negócios da Companhia, e o Conselho Fiscal, que tem por finalidade acompanhar e fiscalizar a gestão financeira.

Em 2010 foram realizadas 31 reuniões, destacando-se entre outras, as seguintes deliberações:

aprovações: proposta orçamentária para o exercício de 2010; alterações orçamentárias da Codeplan no exercício de 2010; prestação de Contas da Codeplan – exercício 2009, do Inventário de Bens Patrimoniais do exercício de 2009 e dos balancetes contábeis de 2008 (maio), 2009 (agosto, outubro, novembro e dezembro) e 2010 (janeiro a setembro); aprovação do Regimento Interno doações e empréstimo de bens patrimoniais; eleição e destituição de Diretores, Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Companhia; reformulação do Estatuto Social.

19.7. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal — Brasília Ambiental, Ibram, criado pela Lei nº 3.984, de 28/05/2007 (DODF 30/05/2007) e regulamentado pelo Decreto nº 28.112, de 11/07/2007, que instituiu seu Regimento Interno, é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Seduma.

Para alcançar suas finalidades, suas principais competências, descritas no Art. 3º de sua Lei de criação, bem como no Art. 3º de seu Regimento Interno, são:

I – propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II – definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais;

III – propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV – propor a definição e executar o controle do zoneamento ambiental e do zoneamento ecológico e econômico;

V – proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI – promover o licenciamento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII – propor a criação e promover a gestão das unidades de conservação, parques e outras áreas protegidas;

VIII – implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de recursos hídricos;

IX – fiscalizar e aplicar penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção da degradação ambiental;

X – planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI – promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII – disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, bem como o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII – regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de substâncias químicas em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV – desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV – promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas e ao extrativismo;

XVI – aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII – monitorar, prevenir e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII – julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX – fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do Ibram		05	47	13	89	154
Requisitados	GDF	28	42	16	48	134
	GDF Legislativo	01	-	-	-	01
	GDF Empresa	01	-	05	-	06
	Governo Federal	01	-	-	-	01
	Outros Estados	-	-	01	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		64	-	64	-	128
Contratados Temporariamente (Força Tarefa)		-	12	-	55	6.678
Conveniados (Termo de Cooperação Técnica SEE/ Ibram)		-	-	-	10	10
FUNAP		-	07	-	-	07
Estagiários		-	23	-	14	37
Subtotal (Força de Trabalho)		100	129	99	216	546
(+) Cedidos para outros órgãos		01	-	-	-	01
Total Geral/		99	129	99	216	545

Realizações

1. Planejamento (programas governamentais e eixos estratégicos)

1.1. Os Eixos Estratégicos do Ibram

Para implementar um Planejamento Estratégico os eixos ou unidades de ação estratégicas funcionam como áreas de intervenção prioritárias ou como atividades desenvolvidas que sejam imprescindíveis para o cumprimento da missão do Instituto.

Os 07 eixos estratégicos que abrangem as finalidades do Instituto foram enquadrados nos Programas Governamentais nos quais o Ibram se comprometeu em contribuir para o alcance das metas estabelecidas no PPA.

	1) Modernizar o Licenciamento Ambiental
	2) Ampliar e Fortalecer a Fiscalização Ambiental
	3) Ampliar e Fortalecer o Controle e o Monitoramento da Qualidade Ambiental
	4) Integrar as Ações de Licenciamento, Fiscalização, Controle e Monitoramento da Qualidade Ambiental
	5) Fortalecer a Gestão das Unidades de Conservação
	6) Contribuir com a Política Local de Recursos Hídricos
	7) Promover o desenvolvimento Institucional do Órgão Ambiental

1.2. Os Programas Governamentais em que o Ibram participa.

Programa: 0500 – Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável	Eixos: 1,2, 3, 4, 5, 6 e 7
Programa: 4400 – Cidade dos Parques	Eixo: 5
Programa: 0001 – Programa para Operação Especial	Eixo: 7
Programa: 0100 – Apoio Administrativo	Eixo: 7
Programa: 0750 – Gestão de Pessoas	Eixo: 7
Programa: 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos	Eixo: 7
Programa: 3200 – Divulgação Oficial	Eixo: 7

O Ibram é o Órgão/Unidade Administrativa responsável gerenciamento dos programas 0500 e 4400 mesmo que esses programas sejam integrados por ações desenvolvidas por outros órgãos/unidades. O alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores são de responsabilidade do Ibram.



2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG	Estágio da Etapa no SAG
0100-Apoio Administrativo	7.341.853,00	15.572.943,00	15.432.685,80	15.149.265,84		
8502 – Administração de Pessoal	4.067.308,00	12.267.796,00	12.149.625,34	12.149.625,34		
7004 – Administração de Pessoal do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	4.067.308,00	11.467.796,00	11.400.312,50	11.400.312,50	001	Concluída
8701-Contribuição patronal para o regime próprio da previdência social	0	800.000,00	749.312,84	749.312,84	062	Concluída
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.274.545,00	3.305.147,00	3.283.060,46	2.999.640,50		
7004-Manutenção dos Serviços Administrativos do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (PT – 18.122.0001.8517.7004)	3.274.545,00	3.305.147,00	3.283.060,46	2.999.640,50	002	91,37 Concluída

3. Programa 0500– Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

3.1. Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG	Estágio da Etapa no SAG
Programa 0500-Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável	11.564.863,00	6.085.690,00	4.231.996,83	3.167.348,63		69,54% Concluído
Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental	5.462.334,00	3.659.331,00	2.737.264,64	1.850.695,73		74,80% Concluído
0001-Implantação e Consolidação do Programa de Difusão de Tecnologias Limpas (18.541.0500.1718.0001)	84.400,00	127.800,00	127.781,40	127.781,40	014, 015 e 016	99,99% Concluído
0001 – Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação. (18.544.0500.1755.0001)	667.182,00	-	-	-	017	0,00
0004-Manutenção de Unidades de Conservação e P. Integral e de Parques no DF (18.541.0500.2428.0004)	970.800,00	574.650,00	375.318,85	335.210,59	018 e 019	65,31% Concluído

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG	Estágio da Etapa no SAG
0001-Consolidação da Reserva da Biosfera do Cerrado e Corredores Ecológicos – ODM (18.541.0500.3065.0001)	593.826,00	209.052,00	99.134,30	98.707,50	020 e 021	47,42% Concluída
0001-Consolidação do Projeto Abrace um Parque (18.541.050.3065.0001)	85.640,00	74.088,00	39.088,00	39.088,00	022	52,76% Concluído
0001-Implementação e Consolidação das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas no DF (ODM) (18.541.0500.3070.0001)	1.010.183,00	819.383,00	660.889,00	1.063,00	023	80,66% Concluído
7570-Revitalização e Manutenção de Parques Ecológicos e Áreas Protegidas (18.541.0500.5183.7570)	314.580,00	314.429,00	306.822,75	238.971,15	0025	97,58% Concluído
9442-Implantação do Parque Urbano e Vivencial do Gama (18.541.0500.5183.9542)	100.000,00	-	-	-		0,00
0001-Promoção de Atividades Sócio-Ambiental (18.541.0500.6337.0001)	131.100,00	278.850,00	172.800,11	172.800,11		61,97% Concluído
0002-Implantação do Programa de Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Lixo – ODM (18.541.0500.6341.0002)	330.888,00	310.827,00	251.630,65	251.630,65	028	80,96% Concluído
0004-Apoio à implantação de Agenda 21 do Distrito Federal – ODM (18.541.0500.6341.0004)	194.400,00	212.314,00	102.313,40	102.313,40	029	48,19% Concluído
0001-Revisão e Consolidação da Legislação Ambiental do DF (18.541.0500.6341.0004)	52.328,00	-	-	-	-	0,00
0002-Formulação da Política Ambiental – ODM (18.541.0500.6344.0001)	152.200,00	103.600,00	3.366,22	3.366,22	031	3,25% Concluído
0001-Publicação de Mapas e Material Técnico Educativo (18.541.0500.6344.0001)	296.660,00	178.500,00	142.428,07	142.428,07	032 e 033	79,79% Concluído
0001-Manutenção e Ampliação do sistema de Informação do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF (18.541.0500.6345.0001)	478.147,00	455.838,00	455.691,89	337.335,64	0034	99,97% Concluído
Subfunção 542: Controle Ambiental	5.434.731,00	1.978.317,00	1.240.703,36	1.110.712,33	-	62,72% Concluído
0001-Modernização do Sistema de Monitoramento, Fiscalização e Licenciamento Ambientais e de Recursos Hídricos (18.542.0500.1767.0001)	85.000,00	77.172,00	55.411,93	47.371,93	037	71,80% Concluído
5044-Implantação de Parques Ecológicos no Distrito Federal (18.542.0500.3347.5044)	2.525.600,00	162.037,00	160.846,75	144.633,32	024	99,27% Concluído
0001-Implantação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade no Distrito Federal e Entorno (18.542.0500.3067.0001)	210.798,00	170.381,00	70.380,94	70.380,94	038	41,31% Concluído
0001-Implantação do Programa de Monitoramento das áreas de Risco Ambiental no Distrito Federal (18.542.0500.3068.0001)	200.000,00	-	-	-	-	0,00
0001-Implantação do Sistema de Gestão de Comp. Ambiental e Florestal no DF (18.542.0500.3069.0001)	50.000,00	50.000,00	-	-	040	0,00%
0001-Prevenção e Controle de Riscos Ambientais e Combate a Incêndios Florestais em Áreas Protegidas (18.542.0500.4066.0001)	588.240,00	237.640,00	237.638,77	194.842,54	041, 042 e 043	100,00% Concluído

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG	Estágio da Etapa no SAG
0001-Modernização e Manutenção do Sistema de Licenciamento Ambiental ODM (18.542.0500.5172.0001)	1.265.008,00	840.565,00	282.492,35	219.550,98	044, 045 e 046	33,61% Concluído
0001-Modernização e Manutenção do Sistema de Monitoramento Ambiental (18.542.0500.5174.0001)	183.165,00	118.000,00	112.398,94	112.398,94	057, 058 e 059	95,25% Concluído
0001-Fortalecimento da Fiscalização e Controle Ambiental (18.542.0500.6336.0001)	326.920,00	322.522,00	321.533,68	321.533,68	047	99,69% Concluído
Subfunção 543: Recuperação de Áreas Degradadas	281.593,00	131.633,00	131.631,81	131.631,81		100,00% Concluído
3442-Recuperação de Áreas Degradadas QDM (18.543.0500.3489.3442)	281.593,00	131.633,00	131.631,81	131.631,81	048 e 061	100,00% Concluído
Subfunção 544: Recursos Hídricos	386.205,00	316.409,00	122.397,02	74.308,76	-	38,68% Concluído
0001-Consolidação do Projeto Adote uma Nascente	139.540,00	113.979,00	113.967,02	65.878,76	050	99,99% Concluído

A execução do Programa 0500 – Cerrado Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável – diferenciou-se ao longo dos exercícios, em comparação a este último, pois diante da aprovação da Lei Complementar nº 827, de 22/07/2010 (DODF de 23/07/2010), buscou-se definir as áreas protegidas com atributos ecológicos que deveriam ter tratamento diferenciado a cargo do órgão ambiental.

Comparativo de Desempenho Financeiro do Programa 0500

Ano	Despesa Autorizada	Liquidado	% de Execução do Programa
2008	1.511.838,00	178.883,68	12%
2009	2.979.865,00	812.051,49	27%
2010	6.085.690,00	4.231.996,87	70%

O Ibram obteve uma melhora significativa na execução de ações finalísticas, refletida num incremento de execução orçamentária. Segue abaixo uma visão preliminar dos avanços alcançados conforme a avaliação do Programa.

3.2. Programa 0500– Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável (Mapeamento)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	28206								
PROGRAMA (CÓDIGO – DENOMINAÇÃO)	0500 – CERRADO NOSSO MEIO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL								
OBJETIVO	PROTEGER, CONSERVAR, MANTER E REVITALIZAR OS RECURSOS E OS ESPAÇOS NATURAIS DO CERRADO: COM VISTA À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO DISTRITO FEDERAL								
TIPO DE PROGRAMA	(X) FINALÍSTICO () GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS () SERVIÇOS AO ESTADO () APOIO ADMINISTRATIVO								
HORIZONTE TEMPORAL	(X) CONTÍNUO () TEMPORÁRIO → INÍCIO: ____/____/____ TÉRMINO: ____/____/____								
INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE 2008	ORIGEM DA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO	APURADO EM mm/aa	DESE/ALCAN EM 2009	DESE/ALCAN EM 2010	DESE/ALCAN EM 2011	EXPECTATIVA DE ALCANCE
(594) Nº DE NASCENTES DEGRADADAS RECUPERADAS	UNIDADE	58	SUPEMI/BRAM	SEMESTRAL	30/06/2010	40	40	45	ALTA
						50	45		
(595) ÁREA DEGRADADA RECUPERADA	PERCENTUAL (PRAD* IMPLEMENTADO)	12%	SUPEMI/BRAM SULFIN/BRAM SUGAPI/BRAM	ANUAL	31/12/2010	20%	25%	36%	MÉDIA
						20%	25%		
(596) Nº DE PONTOS CRÍTICOS MONITORADOS PARA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO AR	UNIDADE	5	SUPEMI/BRAM	MENSAL	29/10/2010	6	7	8	ALTA
						8	8		
(597) Nº DE LICENÇAS EMITIDAS	MÉDIA MENSAL	39	SULFIN/BRAM	MENSAL	29/10/2010	40	40	40	ALTA
						38	22		
(598) Nº DE CERTIDÕES DE AVERBAÇÃO DE RESERVA LEGAL EMITIDAS	UNIDADE	239	SUGAPI/BRAM	ANUAL	31/12/2010	120	200	220	ALTA
						423	205		

(594) O índice alcançado foi maior do que o esperado em 2009 devido à reestruturação do órgão e à reformulação do Programa Adote Uma Nascente. No entanto, o índice desejado para os próximos anos será relativamente menor devido à constância do número de nascentes identificadas e ao foco do Programa voltar-se para o monitoramento das áreas recuperadas.

(595) A área degradada está sendo medida pela relação entre os PRAD* (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas) implementados sobre os solicitados. O alcance do que foi planejado se deve, especialmente, a reestruturação da área de Licenciamento do Instituto

(596) O resultado esperado foi alcançado como esperado. O pequeno aumento para os próximos anos foi estabelecido tendo por base uma preocupação maior no monitoramento dos pontos e não na criação de novos.

(597) Apesar de, em 2009, a média alcançada ser menor do que a desejada (diante do aumento de processos advindos do Ibama com o fim do Decreto s/n do Governo Federal), a média de 2010 não aumentou como esperado devido à rotatividade dos novos servidores e aos trabalhos com a força tarefa para eliminação do passivo ambiental.

(598) O índice alcançado foi muito superior ao estimado devido ao aumento do número de servidores designados para o trabalho, por intermédio da Força Tarefa instituída para tal fim e pela realização do concurso.

3.3. Eixo 1 – Modernizar e Fortalecer o Licenciamento Ambiental

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	1.266.008,00	840.565,00	282.492,35	219.550,98
Percentual	100%	66% (A/D)	34% (E/A)	78% (L/E) e 26% (L/A)

Modernização e Manutenção do Sistema de Licenciamento Ambiental PT 18.542.0500.5172.0001

Linha de Ação	Status
Apoiar a implantação e manutenção do sistema Cerberus de licenciamento ambiental	Negociações para a implantação do sistema e o treinamento dos servidores foram retomadas junto ao Banco Mundial (órgão financiador do Programa Brasília Integrada) Licitação para a contratação de consultoria concluída (Prog. Brasília Sustentável)
Modernizar o sistema de licenciamento ambiental por intermédio da aquisição de novos equipamentos	O acompanhamento das condicionantes estabelecidas nas Licenças concedidas pelo Instituto, no momento, é feito por intermédio de relatórios e ocorre sob demanda, mas um sistema está sendo pensado para permitir a efetiva execução desta ação.
Manter o sistema licenciamento ambiental	Reuniões realizadas para melhor utilização do Guia Rec, facilitar o processo de emissão; modificar os procedimentos internos de cobrança.
Elaborar documento compilado para a prática de emissão de licenças e autorizações ambientais	Manual de Licenciamento elaborado e disponibilizado na Intranet do Instituto e encontra-se em fase de avaliação.
Elaborar o banco de dados georreferenciado do Licenciamento Ambiental	Banco de dados documental elaborado contendo 1.846 cadastros. Também possui informações sobre as licenças concedidas e alerta para o prazo de validade das mesmas.
Força Tarefa para eliminação do passivo de processos de licenciamento ambiental	Em 2008 houve um trabalho relativo aos postos de gasolina. O volume de processos de licenciamento cresceu consideravelmente após meados de 2009. Quando a responsabilidade pelo licenciamento da Apa do Planalto Central passou a ser integralmente do Ibama e não do Ibama.
Revisar o Decreto 17.805	Método para compensação ambiental advinda do processo de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental em elaboração. Método elaborado e aprovado pela Câmara de Compensação ambiental.
Revisão e estabelecimento de indicadores de acompanhamento licenciamento nos instrumentos de planejamento	
Criar rede de articulação extra-institucional de forma a solucionar o conflito de competência com o Ibama	Ocorreram reuniões em anos anteriores, mas neste exercício o contato com o Ibama mais comum é para a integração e cooperação em ações de monitoramento, licenciamento e fiscalização.



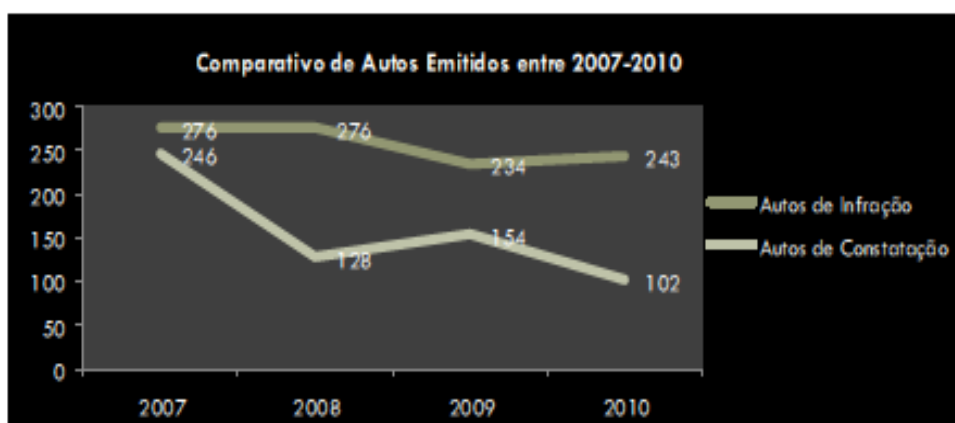
3.4. Eixo 2 – Ampliar e Fortalecer a Fiscalização Ambiental

Modernização e Manutenção do Sistema de Licenciamento Ambiental PT 18.542.0500.6336.0001

Linha de Ação	Status
Fortalecer a fiscalização ambiental por intermédio da aquisição de novos equipamentos e apoio às operações	Novos equipamentos foram doados à fiscalização, por intermédio de compensação ambiental ou multa judicial definida pelo órgão jurídico competente. Novos equipamentos e materiais de consumo foram solicitados de forma a se estruturar Kits com instrumentos (GPS, máquinas fotográficas, decibelímetros) e outros artigos que facilitem a atuação fiscalizatória.

Linha de Ação	Status
Desenvolver e implantar ferramentas computacionais aliadas ao Sistema de Licenciamento (Cerberus) que facilitem a ação fiscalizatória	Há um banco de dados onde as informações dos autos de infração são registradas, mas que precisa ser atualizado e melhor adaptado às atribuições dos fiscais ambientais.
Definir metas a serem alcançadas pelos fiscais.	Como o concurso para a carreira de fiscalização ambiental ainda não ocorreu, a meta estipulada no Planejamento Estratégico está muito além do que possível, a saber – a média mensal atual de empreendimentos autuados por fiscal é de 6,4, diferindo do quantitativo de autuações desejado como meta, qual seja: para 2008 (10), 2009 (14), 2010 (18) e 2011 (20).
Implantar ferramentas que permitam orientar as ações fiscalizatórias do Instituto.	A meta desejada era: em 2008 (3), 2009 (4) e, em 2010 (6). Como todas elas foram superadas, as metas serão revistas para o próximo Planejamento. De fato, entre janeiro e abril de 2010 foram executadas 4 operações principais e outras 2 demandas. Entre os dias 7 e 11 de junho, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), em parceria com órgãos distritais, realizou ações de fiscalização em – Planaltina, Gama e Guará

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	326.920,00	322.522,00	321.533,68	321.533,68
Percentual	100%	99% (A/D)	99% (E/A)	100% (L/E) e 99% (L/A)



Tipificação do Dano	Autos de Infração	Autos de Constatação
Atividades agrícolas/Abatedouros/Entrepasto	13	05
Captação irregular de água	01	02
Concreteira/Usina de asfalto	-	02
Contaminação/Degradação de solo/água	33	10
Degradação/Ocupação em APP	32	06
Desmatamento/Corte de árvores	02	01
Lançamento de efluentes	08	03
Lava-jato/Oficina/Garagem	01	-
Marmorarias	02	-
Maus tratos a animais	06	01
Mineração	02	01
Ocupação em Unidades de Conservação	03	02
Parcelamento de solo	06	08
Poço tubular profundo	02	-
Poluição Sonora	90	02
Posto de combustível	17	06
Transporte de produtos perigosos e Outros	-	53
Outros	25	-
Total	243	102

3.5. Eixo 3 – ampliar e fortalecer o controle e o monitoramento da qualidade ambiental

Objetivo: Identificar e avaliar - qualitativa e quantitativamente - as condições dos recursos naturais atuais e suas tendências, bem como as variáveis sociais, econômicas e institucionais, por intermédio de um processo de coleta de dados, estudos e acompanhamento contínuo.

3.5.1. O Monitoramento Ambiental

Os programas de monitoramento envolvem áreas de parques e outras regiões de preservação e contemplam todo o Distrito Federal.

Assim, os programas e projetos atualmente desenvolvidos, que possuem relação direta com o assunto tratado, são: Projeto Rodofauna; Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas do Distrito Federal, Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, Atividades de Monitoramento de Áreas Queimadas, Programa Adote uma Nascente, Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal e Projeto de Mapeamento das Fitofisionomias do Distrito Federal.

Projeto Rodofauna

O Projeto Rodofauna registra e georreferencia os animais atropelados ao longo das Zonas do Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado. Estão sendo monitoradas as rodovias que contornam a Estação Ecológica de Águas Emendadas, Jardim Botânico de Brasília, Reserva Ecológica do IBGE, Fazenda Água Limpa-UnB e Parque Nacional de Brasília. São realizadas duas saídas de campo semanais, vistoriando cada uma das Unidades de Conservação – UCs acima citadas. O objetivo do projeto é identificar áreas com maior incidência de atropelamentos para que, posteriormente, sejam elaboradas medidas mitigadoras para conservação da fauna silvestre.

Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas

O projeto de mapeamento de áreas degradadas do Distrito Federal realiza o monitoramento através de trabalho de campo e captação de pontos com uso do GPS e análise de imagens de satélite, identificando os tipos de degradação e ocupação do solo de maneira a auxiliar estratégias e ações futuras para a recuperação de áreas degradadas e manutenção dos recursos naturais, da fauna silvestre e da vegetação nativa. A primeira etapa do projeto consistiu em mapear as UCs do Distrito Federal. Os dados da primeira fase do projeto foram concluídos. Ao todo, foram 43 parques visitados e 22 mapas finalizados, correspondendo à 1300 ha de parques monitorados.

Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar

O monitoramento da qualidade do ar tem sido realizado pelo CEFTRU-UnB, por intermédio de um convênio firmado em 2009 por meio de equipamentos manuais instalados em sete pontos do DF.

As estações de monitoramento estão instaladas nos seguintes locais: W3 Sul (714 Sul), rodoviária do Plano Piloto, L2 Norte (próximo ao HUB), Taguatinga Centro e três na região da Fercal (em praça pública, na altura do Km 18 da rodovia DF-215, às margens da rodovia DF-205 e no interior do Complexo Industrial da Cimentos Planalto –CIPLAN). Em agosto do corrente exercício foi realizado evento com o objetivo de promover o debate acerca da poluição atmosférica existente em grandes centros urbanos e no DF tendo como interface a questão ambiental, a saúde e o desenvolvimento urbano.

Atividades de Monitoramento de Áreas Queimadas

A partir de visitas contínuas aos parques e unidades de conservação são identificadas áreas queimadas. Essas áreas também podem ser identificadas a partir de informação fornecida pela equipe lotada nos parques, sempre que houver ocorrência de incêndio. Uma terceira fonte de informação é gerada, por meio dos próprios servidores do Instituto lotados em diversas áreas que, alertados, avisam sobre eventuais áreas queimadas, nos locais onde são realizadas as vistorias.

O trabalho de campo é feito por uma equipe, três vezes por semana, e utiliza-se GPS e máquina fotográfica para registro da área afetada gerando, posteriormente, um mapa da área queimada. Após identificação e mapeamento da área queimada, é comum a equipe retornar ao local afetado, para mapear novas ocorrências ou conferir as condições gerais.

Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal

O Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal visa realizar o monitoramento do campo térmico, de forma sistematizada para caracterizar e compreender o comportamento da temperatura na superfície, correlacionando com o padrão de uso e cobertura da terra, e assim, identificar áreas que favoreçam a formação de ilhas de calor na região urbana. No desenvolvimento do projeto é utilizada a banda termal do satélite Landsat (5 e 7) e pretende-se, para o ano que vem o uso também do satélite Aster, já que está prevista a desativação do Landsat. Além disso, a metodologia do projeto inclui medições pontuais para identificação de ilhas de calor, por exemplo, temperatura de entorno de corpos hídricos, onde serão utilizados os Termo-Higrômetros automáticos com data loggers.

Projeto de Mapeamento das Fitofisionomias do Distrito Federal

O Projeto de Mapeamento das Fitofisionomias do Distrito Federal tem por objetivo realizar o mapeamento das diferentes fitofisionomias do Bioma Cerrado existentes no Distrito Federal e do uso e ocupação do solo, utilizando imagens de satélite com alta (0,90 m) e média (2,7 m) resolução espacial.

O referido mapeamento está sendo executado em quadrantes (da quadrícula UTM) de 10 km, totalizando 100 km² /quadrante, o que corresponde a aproximadamente 59 quadrantes. Estes valores não são exatos, já que nos limites do Distrito Federal estas áreas podem ser menores, dependendo da região focada.

Principais dificuldades encontradas durante as ações de monitoramento

De forma geral, a grande dificuldade encontrada pelas equipes que realizam trabalhos em campo é a falta de equipamento de proteção individual e material para coleta de dados.

A aquisição de equipamentos, como GPS, trenas, peneiras, binóculos, estação manual de monitoramento do ar, entre outros estão em fase final de execução. Porém, os equipamentos mais específicos encontram dificuldades no processo de aquisição pela centralização de compras do GDF.

Outra dificuldade inerente ao desenvolvimento da maioria dos programas é referente à segurança pública. É comum a equipe encontrar invasores, moradores ilegais, indícios de tráfico de drogas, entre outros.

Com relação ao Monitoramento da Qualidade do Ar, a principal dificuldade está sendo a realocação de três, das sete, estações de monitoramento para o Setor Comercial Sul, Ceilândia e Núcleo Bandeirante e restauração das estações que se encontravam danificadas.

Quanto ao Monitoramento de Áreas Queimadas algumas dificuldades são intrínsecas à atividade, como acesso difícil, áreas muito íngremes, relevos irregulares, temperatura muito quente (pós-fogo), seca e fuligem intensas.

Uma dificuldade específica dos projetos que utilizam imagens de satélite é a aquisição de imagens de alta resolução, multiespectral, que abranja todo o território do Distrito Federal. As imagens utilizadas atualmente, que atendem às essas especificações, estão restritas às áreas urbanas do DF. Entretanto, foi requisitada a compra de imagens captadas pelo satélite Aster, por meio do Programa Águas do DF, as quais poderão ser usadas, tanto para classificação das fitofisionomias, como para o mapeamento do campo termal.

Em relação ao Projeto de Monitoramento de Campo Termal, as medições pontuais de temperatura ainda não se iniciaram. Faz-se necessária a aquisição de aparelho Termo-Higrômetro automático, com data logger já foi iniciado o processo de compra.

3.5.2. Monitoramento e à preservação dos Recursos Naturais no Distrito Federal

Projeto Rodofauna

O Projeto Rodofauna tem duração de um ano e teve início em fevereiro de 2010 com término previsto para abril de 2011. Relatório semestral, publicado em outubro, apresentou os resultados preliminares indicando os trechos das rodovias monitoradas com maior número de atropelamentos de animais silvestres.

Projeto Mapeamento de áreas Degradadas

A equipe de campo do Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas já visitou e mapeou trinta e cinco parques distritais e ecológicos, sendo que 22 destes foram concluídos.

Programa de monitoramento da Qualidade do Ar

Sobre o Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, foram realizadas atividades no sentido de realocar três estações, atualmente localizadas em áreas particulares ou inadequadas.

Outras atividades incluíram a elaboração de termos de referência para aquisição de novas estações fixas para aumentar os pontos monitorados e de equipamentos portáteis para medição de poluentes como MP10, no âmbito do Projeto Brasília Integrada.

Ainda relacionado a esse programa, foi realizado o Seminário Distrital da Qualidade do Ar, onde foram ministradas diversas palestras relativas ao tema, com apresentação do panorama atual de monitoramento no Brasil e novas metodologias aplicadas em São Paulo e Porto Alegre.

Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas

No que se refere ao Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas já foram realizadas este ano, a identificação e registro, por mapeamento, de 119 áreas queimadas, em 31 Unidades de Conservação do Distrito Federal.

Sob o aspecto de preservação, foram realizadas reuniões mensais junto a diversos órgãos e instituições do DF, para traçar as estratégias de prevenção e combate a possíveis incêndios. Este grupo fica sob alerta constante, durante o período da seca.

O IBRAM organizou o XII Fórum do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Distrito Federal, com público de mais de 250 pessoas e a participação de palestrantes de outros estados, sobre a temática dos incêndios florestais.

Programa Adote uma Nascente

A equipe do Programa Adote uma Nascente, realizou o monitoramento das 50 nascentes diagnosticadas no —Projeto de Monitoramento das Nascentes de Mestre D'ArmasII e de outras áreas de nascentes que necessitavam de ações de acompanhamento. Os dados relativos a este projeto estão em fase de produção e possivelmente até dezembro estejam disponíveis para consulta.

Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal

Quanto ao Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal, foram elaborados mapas com imagens da banda termal dos anos de 1984 a 1996, 1998, 2005 e 2010, com a identificação dos locais com aumento de temperatura e possíveis áreas degradadas.

Projeto de Mapeamento das Fitofisionomias do DF

No Projeto de Mapeamento das Fitofisionomias do Distrito Federal, já foram mapeados 5 quadrantes completos, sendo que outras áreas do DF também foram mapeadas, de acordo com a demanda

de informações imediatas. Essas informações são advindas de outros projetos que, muitas vezes, utilizam esses produtos como subsídio ao desenvolvimento de suas atividades.

Modernização e Manutenção do Sistema de Licenciamento Ambiental PT 18.542.0500.5174.0001

1. Projetos Elaborados e Executados ou em Execução	<p>1.1 - Projeto de Monitoramento de Áreas Degradadas: Levantamento das áreas degradadas dos parques: Garça Branca, Luiz Cruls, Lauro Muller, Córrego da Onça, Asa Sul e Recanto das Emas. Mapas de áreas degradadas concluído: Copaibas; Jequitibás; Cortado; Águas Claras; Retirinho; Dom Bosco; Bernardo Sayão; Tororó; Riacho Fundo; Prainha; Morro do Careca; Boca da Mata; Três Meninas; Gatumé e Ezechias Heringer; Saburo Onoyama; Ponte Alta; Rio Descoberto e Veredinha.</p> <p>1.2 - Projeto Rodofauna: realizados trabalhos de campo para atuação junto às rodovias que circundam três Unidades (ou grupos de Unidades) de Conservação (Estação Ecologia Águas Emendadas; Jardim Botânico de Brasília - Fazenda Água Limpa – UNB - Reserva Ecológica do IBGE; Parque Nacional de Brasília). Após o trabalho de campo realizam-se as seguintes etapas: I - Identificação e classificação taxonômica dos animais silvestres atropelados e animais silvestres vivos observados nas margens das unidades de conservação monitoradas. II - Registro fotográfico desses animais e digitalização para organização em um banco de dados. IV – Destinação dos animais encontrados em bom estado à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília</p> <p>1.3 - Projeto Monitoramento da Qualidade de Água de Rios do Distrito Federal: em fase de elaboração. Foram levantados os pontos de monitoramento da qualidade de água já existentes no Distrito Federal, os quais são operados principalmente pela Adasa e Caesb. Ainda no âmbito desse projeto, foram enviados os procedimentos de análise dos parâmetros da água para o UNICEUB para que os professores pudessem analisar as aplicações em potencial do convênio.</p> <p>1.4 - Projeto Monitoramento da Qualidade de Água de Reservatórios do Distrito Federal: O escopo do projeto, assim como outros documentos relacionados a essa questão, foi encaminhado a alguns técnicos para conhecimento e subsídio ao processo final de elaboração do Projeto.</p> <p>1.5 - Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar: As atividades visaram subsidiar a realocação de duas estações que apresentavam problemas devido a suas localizações e a obtenção dados/expansão da rede de monitoramento. Foram realizadas duas vistorias nas regiões administrativas de Ceilândia e N. Bandeirante e selecionados dois pontos propícios para instalação das estações.</p> <p>1.6 - Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal: Foram elaborados mapas com imagens da banda termal dos anos de 1995, 1996, 1997, restando agora o período de 2000 a 2004 e 2006 a 2009, com a identificação dos locais com aumento de temperatura e possíveis áreas degradadas.</p>
2. Vistorias técnicas Realizadas:	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria dos Parques: Asa Sul, Luiz Cruls, Lauro Muller, Córrego da Onça, Descoberto, Veredinha, Sucupira, Olhos D'Água, Burle Max. • Vistoria na região administrativa de Ceilândia a fim de verificar locais para realocação da estação de monitoramento da qualidade do ar. • Vistoria junto à DIFIS em área de possível contaminação de aquífero por atividade de abatedouro de suínos. • Vistoria nos Parques Guará e do Cortado, com os servidores da DICON para melhor indicação da localização das áreas degradadas desses Parques. • Vistoria técnica do Projeto Rodofauna nas rodovias que margeiam Jardim Botânico de Brasília, Fazenda Água Limpa, Reserva Nacional do IBGE, Parque Nacional de Brasília, Floresta Nacional de Brasília (FLONA) e ESECAE.
3. Pareceres e Relatórios técnicos Elaborados	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do produto relacionado à qualidade do ar no Distrito Federal constante no ZEE - SUGAP. - Elaboração de Parecer Técnico a respeito dos aspectos a serem considerados na elaboração do termo de referência de monitoramento do lençol freático no Setor de Oficinas Norte (SOF).
4. Participação em Eventos:	<p>Como Expositor: Palestra —Aquecimento Global na Escola Classe nº 09, em Taguatinga e no Centro de Ensino Fundamental nº 1 do Cruzeiro. Palestra —Poluição Atmosférica no Centro de Ensino Médio nº 111, no Recanto das Emas. Programa de Monitoramento de Campo Térmico no IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, em Fortaleza – CE.</p> <p>Como Ouvinte: Bate-papo ambiental: —Rios voadores e Brasil das Águas- uma viagem pelas descobertas de Gérard e Margi Moss. Curso de Capacitação: Registro de Emissões e Transferência de Poluentes- RETP, Curso: Gestão da Qualidade da Água, promovido pela ANA. Encontro ABEMA- CNT para debate sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular e Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso- I/M. Aula prática de medição de vazão realizada em conjunto com a equipe do SG-12 (UnB) no córrego Bananal, IX ENES- Encontro Nacional de Engenharia de Sedimentos. II Seminário de Gestão Integrada de Riscos Ambientais relativos a Produtos Perigosos no Distrito Federal.</p>
5. Outras Atividades:	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da minuta do Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre IBRAM e INMET - Visita à estação de monitoramento da qualidade do ar localizada em Taguatinga Centro, com o objetivo de mostrar os equipamentos aos alunos do Centro de Ensino Médio nº 111 do Recanto das Emas. - Participação em um treinamento na Votorantin Cimentos, relacionado à operação, manutenção e calibração dos equipamentos AGV-PTS que constituem as estações de monitoramento do IBRAM. - Início da implementação do banco de dados climáticos. - Trabalho conjunto com INMET no tratamento dos dados meteorológicos no âmbito do Projeto Água DF. - Estudo para elaboração do Resumo sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular no Distrito Federal.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	183.165,00	118.000,00	112.398,94	112.398,94
Percentual	100%	64% (A/D)	95% (E/A)	100% (L/E) e 95% (L/A)

3.5.3. Programa de Tecnologias Limpas

Tecnologia Limpa é o termo que denomina os processos, projetos, produtos e serviços que trazem aos indivíduos benefícios econômicos e socioambientais. De acordo com a Agenda 21, essas tecnologias buscam a proteção do meio ambiente, pois são menos poluentes, utilizam os recursos naturais de forma sustentável, aproveitando os resíduos de maneira mais adequada do que as tecnologias convencionais. Por sua vez, “atitude verde” é uma postura de envolvimento e de participação responsável de cada segmento ou entidade no cenário ambiental. Representa uma iniciativa em prol do desenvolvimento sustentável, visando a qualidade de vida por meio de atitudes ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. Para divulgar esses conceitos e práticas, o Ibram realiza feiras, seminários, palestras e outras formas de divulgação de forma a buscar uma mudança de comportamento nos cidadãos.

Neste ano, a II Feira de Tecnologias Limpas e Atitudes Verdes foi dividida em três espaços – institucional, lúdico e de tecnologias limpas e atitudes verdes – com 31 expositores e atingiu um público de 10.000 participantes. A Feira contou, também, com atividades teatrais, musicais, de dança e competições recreativas.

O Programa é apoiado pela Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), Companhia de Saneamento Básico do DF (Caesb), Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater – DF), Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Seduma), entre outros.

Como outra forma de sensibilização o IBRAM realizou apresentação teatral de bonecos “A Terra dos Meninos Pelados”. O mesmo espetáculo foi levado a diversas escolas do DF durante o ano de 2010.

Modernização e Manutenção do Sistema de Licenciamento Ambiental PT 18.541.0500.1718.0001

Linha de ação	Meta	Status
Criar indicadores que permitam avaliar a efetividade da "difusão das tecnologias limpas"	Realizar seminários e/ou encontros sobre o uso de tecnologias limpas	Evento realizado em junho deste ano, de acordo com descrição do texto acima.
	Elaborar cartilhas pedagógicas que identifiquem novas tecnologias sobre o tema e propiciem sua ampla implementação	Cartilhas elaboradas conforme informações do Programa abaixo
	Realizar oficinas e palestras que permitam a apresentação de novas práticas de reciclagem, bem como sua propagação	Oficinas realizadas por ocasião da realização da II Feira de Tecnologias Limpas.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	84.400,00	127.800,00	127.781,40	127.781,40
Percentual	100%	151% (A/D)	99,99% (E/A)	100% (L/E) e 99,99% (L/A)

3.5.4. Programa de Educação Ambiental

A educação ambiental no âmbito do Ibram possui as seguintes orientações:

Estratégia: Executar as quatro linhas de ação: Planejamento, Gestão e Formulação de Políticas em Educação Ambiental; Educação Ambiental; Difusão de Tecnologias e Articulação, Parcerias e Captação de Recursos.

Foi inaugurado o Centro de Referência Ambiental no Parque de Águas Claras.

Com o objetivo de conscientizar os moradores de localidades próximas às unidades de conservação sobre os prejuízos dos incêndios florestais e o que fazer para preveni-los foi lançado (por ocasião do XII Fórum do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal), o

Projeto Fogo-Apagou que visa promover, em parceria com outros órgãos governamentais e a redução do número de ocorrências de incêndios no DF.

Em 22 de maio foi realizada a primeira ação de mobilização do Programa na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE). As atividades foram realizadas na Comunidade de Mestre D'Armas, em Planaltina - nas proximidades da unidade de conservação -, e incluiu palestras e tendas de exposição, inclusive, com peças de artesanato da população local. Mais de 500 alunos do ensino fundamental participaram da 2ª ação de mobilização do Programa Fogo-Apagou no Jardim Botânico de Brasília.

O Ibram formalizou, em junho, parceria técnica para desenvolver ações da Agenda Ambiental na Administração Pública com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e deu início à implantação da coleta seletiva no Instituto; ministrou cursos sobre reciclagem do lixo para a equipe de limpeza da entidade e apresentou dados do Diagnóstico Socioambiental (disponível no sítio do Ibram). Pelo estudo foram levantados dados importantes sobre qualidade de vida, condições de trabalho e dados referentes ao consumo de água, luz e papel dentro do Ibram.

Durante o mês de setembro, o Ibram renovou os temas das palestras de educação ambiental. As apresentações são realizadas desde 2008, em escolas, condomínios, associações e instituições governamentais. Os servidores da instituição levam às crianças, jovens e adultos do DF assuntos em pauta na sociedade, como: biodiversidade, aquecimento global, resíduos sólidos, entre outros.

De abril a agosto, a instituição ministrou 50 palestras em toda a cidade, atendendo 8.434 estudantes de escolas públicas do DF e 1.076 interessados de instituições públicas, privadas e universidades. Em todas as apresentações, os educadores ambientais dão quatro kits com cartilhas do IBRAM para a escola e folders para o público. Além disso, são mostrados, durante a aula, exemplos dos assuntos tratados como sementes de espécies do Cerrado e métodos de separação de lixo.

Eventos Realizados

Tema	Instituições	Público Alvo
Agenda 21	Técnicos Corumbá IV	144 funcionários
Educação ambiental o	Casa do idoso	35 mulheres
Uso sustentável da água	Cespe-unb	30 funcionários
Desenvolvimento sustentável	Sousa cruz	87 funcionários
Incêndios florestais	Embrapa	200 alunos
Educação ambiental	Abegoa brasil	20 funcionários
Biodiversidade	Parque da prainha	80 alunos
Desenvolvimento Sustentável	Parque da prainha	80 alunos
Desenvolvimento Sustentável	Cem 304 -Samambaia	350 alunos
Educação ambiental	Rosa cruz	10 pessoas
Parques do DF	Agentes de parque	30 Agentes de parques
Resíduos sólidos	Agentes de parque	30 Agentes de parques
Ed. Ambiental e o DF	Editora Brasil	100 funcionários
Agenda 21	Editora Brasil	100 funcionários
Fogo	Conselho do Desenvolvimento Sustentável	30 agricultores
Resíduos sólidos	Universidade católica	50 alunos
Agenda 21	Universidade católica	50 alunos
Educação ambiental	Escolas Públicas do DF	16.603 alunos
Biodiversidade	Escolas Públicas do DF	560 alunos
Meio ambiente	Escolas Públicas do DF	150 alunos
Resíduos sólidos	Escolas Públicas do DF	2.885 alunos
Uso consciente da água	Escolas Públicas do DF	1.961 alunos
Agenda 21	Escolas Públicas do DF	68 alunos
Prevenção de incêndios Florestais	Escolas Públicas do DF	1.397 alunos
Aquecimento global	Escolas Públicas do DF	537 alunos
Mudanças climáticas	Escolas Públicas do DF	200 alunos
Cerrado	Escolas Públicas do DF	136 alunos
Agroecologia	Escolas Públicas do DF	300 alunos

Modernização e Manutenção do Sistema de Licenciamento Ambiental PT 18.541.0500.6341.0002

Linha de ação	Meta	Status
Criar indicadores que permitam avaliar a efetividade da "difusão das tecnologias limpas"	Implementar projetos e eventos de educação ambiental no DF	Projetos e eventos citados anteriormente.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	330.888,00	310.827,00	251.630,65	251.630,65
Percentual	100%	94% (A/D)	81% (E/A)	100% (L/E) e 81% (L/A)

3.5.5. Programa Brasília Cidade 21 (Agenda 21 no DF)

No Distrito Federal, a construção da Agenda 21 ocorre no âmbito do Programa Brasília Cidade 21, que vem sendo desenvolvido desde meados de 2008. O Programa é instrumento de apoio à promoção de novas políticas públicas voltadas prioritariamente à gestão participativa fundamentada nos princípios das redes de colaboração solidária.

O processo de construção da Agenda 21 do Distrito Federal pressupõe uma ampla participação do governo e dos diversos segmentos sociais, na busca de maior permeabilidade institucional em relação às atitudes e percepções da população frente aos seus problemas.

O Ibram é responsável pela coordenação executiva do Fórum da Agenda 21, cuja criação foi definida pelo Decreto nº 30.645, de 4 de agosto de 2009, e tem por objetivo coordenar a construção, monitoramento e a avaliação da implantação da Agenda 21, por meio de um processo participativo, transparente e contínuo.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	194.400,00	212.314,00	102.313,40	102.313,40
Percentual	100%	94% (A/D)	81% (E/A)	100% (L/E) e 48% (L/A)

3.6. Eixo 4 - Integrar as ações de licenciamento, fiscalização, controle e monitoramento da Qualidade ambiental

Objetivo: Identificar, organizar, coordenar e propiciar uma efetiva implantação das políticas públicas ambientais, por intermédio de ações conjuntas entre as diversas áreas do Ibram.

Manutenção e Ampliação do sistema de Informação do IBRAM - PT 18.541.0500.6345.0001

Linha de ação	Meta
Manter e ampliar o Sistema de Informação ambiental.	Convênio firmado com a UnB e relatado no eixo 3, no Programa de Trabalho Modernização e Manutenção do Sistema de Monitoramento Ambiental - 18.542.0500.5174.0001
Inserir Componente de Educação Ambiental nos Licenciamentos Ambientais de Significativo Impacto	Política Adotada e Termos de Referência Modelos elaborados.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	478.147,00	455.838,00	455.691,89	337.335,64
Percentual	100%	95% (A/D)	99% (E/A)	74% (L/E) e 74% (L/A)

Modernização do Sistema de Monitoramento, Fiscalização e Licenciamento Ambientais e Recursos Hídricos- PT 18.542.0500.1767.0001

O Sistema Integrado de Informações de Licenciamento Ambiental foi plenamente implantado e percebeu-se a necessidade de criar um módulo de informação geográfica com o objetivo de sistematizar, integrar e possibilitar a análise de informações ambientais e socioeconômicas georreferenciadas.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	85.000,00	77.172,00	55.411,93	47.371,93
Percentual	100%	91% (A/D)	72% (E/A)	85% (L/E) e 61% (L/A)

Prevenção e Controle de riscos ambientais e Combate a Incêndios Florestais do DF- PT 18.542.0500.4066.0001

Linha de ação	Meta	Status
Adotar medidas necessárias para melhorar a operacionalização das ações de	Realizar o XII Fórum de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no DF	Fórum realizado no qual foi informada a ocorrências de incêndios florestais em parques do Distrito Federal. Taquari, Boca da Mata, Riacho Fundo, Veredinha e Prainha foram

Linha de ação	Meta	Status
combate aos incêndios florestais		atingidos.
	Implantar projetos de combate aos incêndios florestais e realizar eventos de prev. e controle de riscos ambientais	Além do Projeto Fogo-Apagou, com fim do período de seca, as ativ. de mapeamento de áreas queimadas diminuíram e a equipe passou a focar seus esforços no desenvolvimento do eixo de trabalho relativo a prod. perigosos e outras atividades.
Projetos Elaborados e Executados ou em Execução:	Em Elaboração: Diagnóstico ambiental para o transporte de produtos perigosos no Distrito Federal, Mapeamento das áreas de risco envolvendo postos de combustível no DF, Diagnóstico ambiental para produtos perigosos no Distrito Federal, Diagnóstico ambiental sobre resíduos perigosos no DF, O fogo nas áreas rurais do Distrito Federal, Levantamento de área queimada com o uso de sensoriamento remoto no Distrito Federal, Produtos Perigosos e o Meio Ambiente.	
Pareceres e Relatórios técnicos Elaborados	Relatório de áreas queimadas nos parques do Distrito Federal no ano de 2010 (em elaboração). Relatório sobre as atividades, procedimentos e desafios em resposta a demanda feita pela Controladoria.	
Participação Em comissões, Grupos de trabalho E execução de Contratos	Coordenação da Comissão Interna para Prevenção e Controle de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos, com quatro reuniões realizadas no período; Participação no Grupo de Trabalho criado para propor no âmbito do DF: normatização dos procedimentos relativos à autorização ambiental para supressão de vegetação em área urbanas e rurais; critérios de monitoramento da compensação florestal; normas para reposição florestal e critérios para a emissão de documento de origem florestal – DOF.	
Participação em eventos:	Como Expositor: II Seminário de Gestão Integrada de Riscos Ambientais relativos a Produtos Perigosos do Distrito Federal. Curso de GPS para Agentes de Parque Como Ouvinte: Curso on-line de Auto-instrução em Prevenção, Preparação e Resposta para Desastres envolvendo Produtos Químicos, promovido pela CETESB-SP. II Seminário de Gestão Integrada de Riscos Ambientais relativos a Produtos Perigosos do Distrito Federal.	
Outras Atividades:	Distribuição de cartilha educativa sobre incêndios florestais; Entrevistas em rádios, TV e revistas. Elaboração de textos sobre incêndio florestal.	

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	588.240,00	237.640,00	234.638,77	194.842,54
Percentual	100%	49% (A/D)	100% (E/A)	82% (L/E) e 82% (L/A)

Programa de Monitoramento das Áreas de Risco Ambiental do DF- PT 18.542.0500.3068.0001

O Projeto de Monitoramento das áreas de Risco Ambiental foi criado e implantado.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Percentual	100%	0,00% (A/D)	0,00% (E/A)	0,00% (L/E) e 0,00% (L/A)

Programa de Monitoramento da Biodiversidade no DF e Entorno - PT 18.542.0500.3067.0001

Participação e apoio à realização do I Fórum Nacional de Biodiversidade. Os itens referentes à implantação do programa de monitoramento da biodiversidade no DF e entorno foram tratados em conjunto com o PT: 18.542.055.5174.0001 - Modernização e Manutenção do Sistema de Monitoramento Ambiental. Foram adquiridos equipamentos específicos para a implantação deste Programa

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	210.798,00	170.381,00	70.380,94	70.380,94
Percentual	100%	80% (A/D)	41% (E/A)	100% (L/E) e 41% (L/A)

Publicação de Mapas e Material Técnico Educativo- PT 18.541.0500.6344.0001

Linha de ação	Meta
Cartilhas Folders Mapas	Distribuição de cartilha educativa sobre incêndios florestais. Distribuição de folders sobre atropelamento de animais silvestres Monitoramento: - Elaboração dos mapas: . número de animais atropelados por Km nas rodovias que contornam Parques; . fitofisionomias de Parques; . áreas degradadas de parques; . instalação do ponto de monitoramento de da qualidade do ar no Núcleo Bandeirante e Ceilândia . rota de acesso à nascente Pedro Alcântara para visita à campo; . localização das nascentes do projeto FAP – Fundação de apoio à pesquisa do Distrito Federal. . pontos de monitoramento de vazão das Sub-bacias Mestre D'Armas e Vereda Grande; . pontos sugeridos para o monitoramento do lençol freático no Setor de Oficinas Norte – SOFN. . poligonal da área queimada e da área prioritária para recuperação da Estação Ecológica Águas Emendadas; .20 pontos de monitoramento de vazão, com as coordenadas corrigidas, que englobam as unidades hidrográficas Vereda Grande e Mestre D'Armas.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	296.660,00	178.500,00	142.428,07	142.428,07
Percentual	100%	60% (A/D)	80% (E/A)	80% (L/E) e 80% (L/A)

3.7. Eixo 5 - Fortalecer a Gestão das Unidades de Conservação

Objetivo: Propiciar um processo dinâmico e participativo mediante o qual é desenvolvida, implementada e fortalecida uma estratégia coordenada para atribuição de recursos ambientais, socioculturais e institucionais visando alcançar a conservação e a utilização múltipla e sustentável destas áreas, bem como compatibilizar as atividades da população com a conservação e a preservação do meio ambiente.

Áreas Protegidas

O Ibram é legalmente responsável por 67 dos 70 parques existentes, hoje, no Distrito Federal. Além dessas áreas protegidas, o Ibram deve, ainda, implantar, manter e revitalizar as 23 Unidades de Conservação sob sua gestão. Como os recursos são comprovadamente escassos (Um avanço, este ano, foi a elaboração e a apresentação de trabalho realizado pela Superintendência de Áreas Protegidas, que, mediante estudos de caso, levantou o custo de implantação, de revitalização e de manutenção de um parque.), o Instituto busca soluções sob diversas formas: integração interna, parcerias, políticas públicas específicas – como a que norteia o Programa Abrace Um Parque – novas formas de captação de recursos e diversas outras fontes e ações que possibilitem melhorar esses espaços que deveriam ser protegidos.

Uma dessas ações citadas foi a aprovação da Lei Complementar nº 827/2010, que aprovou o Sistema Distrital de Unidades de Conservação.

Para possibilitar a reflexão sobre a preservação, a conservação e as constantes ameaças do Bioma Cerrado, o Ibram desenvolveu o Projeto Viva Cerrado Vivo.

Planos de Manejo

O Plano de Manejo, de acordo com a definição legal, é um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, estabelecendo, desta forma, diretrizes básicas para o manejo da Unidade. Trata-se de um documento complexo e elaborado por consultorias especializadas.

Neste sentido, ressalta-se a dificuldade do IBRAM na contratação dos serviços de consultoria mencionados, pois todos os processos abertos com o intuito ora relatado, não lograram êxito sequer na realização do certame licitatório, a Central de Compras retorna o processo com dúvidas sobre questionamentos técnicos que poderiam ser rapidamente identificados e sanados pelos servidores do Instituto. Esse é um dos motivos da reiterada solicitação pela possibilidade de realização de procedimentos licitatórios específicos como o exemplo em tela.

Atividades Desenvolvidas nos Parques

Além do plantio de mudas e ações de manutenção, conservação e limpeza, foram desenvolvidas as atividades abaixo:

RA	Nome	Realização	Vistorias Realizadas
RA I Brasília	Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D'Água	Análise e Elaboração de proposta de poligonal de parques e consultas às concessionárias para a regularização (Escritura definitiva) - em andamento; Relatório nº 01/10 - Projeção de Investimentos Mínimos para a Conservação - e apresentação do trabalho no Parque Olhos d'Água; Análise sobre a situação fundiária do parque; Informação Técnica sobre a implantação do parque; colocação de placa de identificação Realizações ABRACE. Vô para o Parque em execução; coleta seletiva em execução. Termo de Cooperação para elaboração de projeto de exposição de poemas e obras de artes plásticas e fotografias em execução e para o Projeto Saúde aprovados	10
	Das Aves/Dos Pássaros	Análise da solicitação do Consórcio Construtor VLT para utilizar parte da área do parque para a instalação da Central Dosadora; Análise das interferências da Unidade de Apoio	5

RA	Nome	Realização	Vistorias Realizadas
		Ferrovária do Complexo Brasília. Análise das interferências da s obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque. Colocação de placa de identificação	
	De Uso Múltiplo da Asa Sul	Proposta de alteração da Via ES 12Sul para acessar o Parque elaborada e enviada à Sedhuma; Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Solicitação à Terracap das coordenadas de imóveis próximos ao parque; colocação de placa de identificação; Atendimento ao Ministério Público (Interferência do lote SE SUL 118, propriedade da Aeronáutica e a via ES 12 SUL.Elaboração da Poligonal Proposta do Parque). Realizações ABRACE: Gestão Sócioambiental em execução; Plano de Manejo Vila Holística em elaboração (Ipoema)	10
	De Uso Múltiplo Vila Planalto	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Esclarecimentos a respeito da área do Parque da VilaPlanalto. colocação de placa de identificação	4
Gama - RA II	Ecológico Burle Marx	Análise e Elaboração de proposta de poligonal de parques e consultas às concessionárias para a regularização (objetivo: escritura definitiva) em Andamento	
	De Uso Múltiplo da Enseada Norte	Estudos para ampliação da área do parque da Enseada. Solicitação à Terracap das coordenadas de imóveis adjacentes. colocação de placa de identificação.	
	Ecológico e Viv.da Ponte Alta do Gama	Colocação de placa de identificação Análise e Elaboração de proposta de poligonal de parques; e, consultas as concessionárias para a regularização. (objetivo:Escritura definitiva).	2
	Recreativo do Gama (Municipal do Gama) – Prainha	Análise e elaboração de proposta de poligonal de parques e consultas às concessionárias para a regularização (Escritura definitiva). Autorização a Novacap para instalação de ciclovias, 4 campos de vôlei de areia, 2 campos de grama sintética, 1 campo de areia, 1 academia p/3a. idade, 1 academia jovem - kit malhação, 6 pergolados, 1 pq. infantil, e pista aeromodelismo. Colocação de placa de identificação;	2
	Urbano e Vivencial do Gama	Reforma do alambrado pela empresa executora do cercamento; Construção de Passarela/Ponte (aguardando assinatura do Termo entre Novacap e o IBRAM); Emissão da Informação Técnica com vistas a Novacap autorizando a instalação dos seguintes equipamentos: guarita, sanitários públicos, ciclovias, campos de grama sintética, campo de areia, PEC (academia 3ª Idade), kit malhação, pergolados, parqueinfantil. colocação de placa de identificação; Início da implantação do PEC-Praça de Encontro Comunitário para 3ª idade pela RA II - Gama.	2
Taguatinga – RA III	Lago do Cortado	Análise das interferências da s obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque. Colocação de placa de identificação; reforma de edificação pela RA III – Taguatinga.	
	Recreativo Taguatinga		
	Areal	Plano Diretor do Parque; Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075; Análise do Plano de uso e Ocupação. Colocação de placa de identificação. Realizações ABRACE: Plano de Manejo entregue (está sob análise dos técnicos do Ibram)	2
	Ecológico Saburo Onoyama	Implantação de novo parque infantil e de equipamentos para a terceira idade. Análise das interferências da rede de esgoto no parque. Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque, pintura dos parques infantis; Reajuste nos blocos das trilhas com cimento; implantação do PEC-Praça da 3ª Idade; 6) Placa de Identificação do Parque. Realizações ABRACE: Vô para o Parque em execução; coleta seletiva em execução.	2
Brazlândia - RA IV	Ecológico e de Uso Múltiplo Boca da Mata	Análise das interferências da s obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque. Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Irmão Afonso Haus (Santuário dos Pássaros)	Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Veredinha	Obras da sede e parque infantil em execução. Inauguração da Sede (parceria com a Administração Regional) e entrega do Parque Infantil. Análise da situação das bacias de retenção de águas pluviais; Pintura nas quadras; início de construção de campo de areia; colocação de placa de identificação; Recuperação de alambrado; instalação do PEC - Praça da 3ª idade em andamento Realizações ABRACE: Termo de Cooperação para elaboração de projeto de exposição de poemas e obras de artes plásticas e fotografias em execução	5
Sobradinho - RA V	Recreativo e Ecológico Canela de Ema	Colocação de placa de identificação	3
	De Uso Múltiplo Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho	Análise de Processos. Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Vivencial Sobradinho	Colocação de placa de identificação	2
	Dos Jequitibás	Instalação de lixeiras seletivas; Informação técnica sobre o registro cartorial; colocação de placa de identificação. Realizações ABRACE: Vô para o Parque coleta seletiva em execução; Termo de cooperação para elaboração de projeto de exposição de poemas e obras de artes plásticas e fotografias em execução.	6
	Recreativo Sobradinho II	Colocação de placa de identificação	2
Planaltina - RA VI	Ambiental Colégio Ag. de Brasília	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Colocação de placa de identificação; Análise e Elaboração de proposta de poligonal de parques e consultas às concessionárias para a regularização (objetivo: Escritura definitiva) e mandamento.	2
	Ecológico e	Colocação de placa de identificação	2

RA	Nome	Realização	Vistorias Realizadas
	Vivencial Estância		
	Ecológico e Vivencial C. do Pipiripau	Colocação de placa de identificação	2
	De Uso Múltiplo Vale do Amanhecer	Plantio de mudas do projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do São Bartolomeu - FUNATURA; colocação de placa de identificação	2
	Recreativo Sucupira	Mensurar áreas e fitofisionomias queimadas; Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque; colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros	Colocação de placa de identificação	2
	Ecológico e Vivencial do Retirinho	Colocação de placa de identificação	2
	Ecológico do D.E.R	Estudos para adequação da poligonal iniciados; Análise e Elaboração de proposta de poligonal de parques e consultas a concessionárias para a regularização (Escritura definitiva). Concessão da Licença Prévia-Quadra 20; Análise da interferência da Empresa de Alimentos CALU com a área do parque (parte dos estudos para adequação da poligonal) estudos para adequação da poligonal em andamento.colocação de placa de identificação.	6
	Ecológico dos Pequizeiros	Reforma no portão de entrada. Finalização do aceiro (Administração Regional de Planaltina); colocação de placa de identificação	2
Paranoá - RA VII	De Uso Múltiplo das Esculturas	Colocação de placa de identificação Realizações ABRACE: Termo de Cooperação em elaboração para implantação do Parque (Empreendedor: Apalma)	2
	Ecológico da Cachoeirinha	Resposta ao MP sobre as poligonais do parque. Colocação de placa de identificação	2
	Parque Vivencial Pinheiros	Colocação de placa de identificação	2
	Urbano do Paranoá	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Instalação de lixeiras seletivas; conserto no Parque Infantil (solda); 02 portões e do alamedado do Pq. Infantil; Análise e Elaboração de proposta de poligonal de parques e consultas a concessionárias para a regularização (Escritura definitiva) em andamento. Realizações ABRACE: Termo de Cooperação para elaboração de projeto de exposição de poemas e obras de artes plásticas e fotografias em execução.	2
Núcleo Bandeirante - RA VIII	Ecológico Córrego da Onça	Análise e Elaboração da proposta de poligonal para o parque e consultas às concessionárias para a regularização (Escritura definitiva). Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Luiz Cruls (do Catetinho)	Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Lauro Müller (do Catetinho)	Colocação de placa de identificação.	2
	Recreativo do Núcleo Bandeirante		
Ceilândia – RA IX	Lagoinha	Colocação de placa de identificação.	2
	Corujas	Colocação de placa de identificação.	2
	Recreativo do Setor "O"	Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico e Vivencial do Rio Descoberto	Análise e Elaboração da proposta de poligonal para o parque e consultas às concessionárias para a regularização; Análise de processo - Averbação da Reserva Legal da Fazenda Salteador. Colocação de placa de identificação. Realizações ABRACE: Plano de Manejo entregue e está sob análise dos técnicos do Ibram.	5
Guará - RA X	Ecológico e Vivencial Bosque dos Eucaliptos	Análise do Diagnóstico Ambiental; Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Reforma de duas quadras poliesportivas; Inauguração do Orquidário; Análise sobre a legalidade de ocupação de área do parque por chácara. Análise do Plano de uso e Ocupação do parque; Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque; Diagnóstico Ambiental, Plano de Manejo e Zoneamento Ambiental do parque; colocação de placa de identificação Realizações ABRACE: Plano de Manejo foi entregue e está sob análise dos técnicos do Ibram. Orquidário entregue	4
	Vivencial Denner	Implantação de Iluminação, pista de cooper quadra poliesportivas em execução; Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque. Colocação de placa de identificação.	
Cruzeiro - RA XI	Urbano Bosque do Sudoeste	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília e das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075; colocação de placa de identificação.	2
Samambaia - RA XII	Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé	Colocação de placa de identificação.	2
	Três Meninas	Análise da solicitação para cessão de área do parque para escola instalação de lixeiras seletivas; Análise de solicitação de cessão de área no parque para instalação de Centro de Atendimento Psicossocial. Obras de demolição concluídas; colocação de placa de identificação; Início da Reforma das Quadras poliesportivas; Implantação de Parque Infantil;	2

RA	Nome	Realização	Vistorias Realizadas
		Complementação do alambrado pela RA XII Samambaia. Realizações ABRACE: Termo de Cooperação para elaboração de projeto de exposição de poemas e obras de artes plásticas e fotografias em execução	
Santa Maria - RA XIII	Ecológico do Tororó	Instalação de lixeiras seletivas; construção e reforma de quadra poliesportiva; parque infantil, pq. Longevidade, circuito inteligente de ginástica, sanitários públicos, iluminação; Informações sobre a poligonal e cercamento do parque; colocação de placa de identificação; resposta ao Ministério Público sobre as poligonais do parque; concretização do processo de compensação ambiental do Condomínio Santa Mônica (plantio no Parque).	2
	Recreativo de Santa Maria	Roçagem (Novacap); Catação, varreção e limpeza (SLU); Criação de folder sobre a Unidade de Conservação	
São Sebastião – RA XIV	São Sebastião	Implantação de Banheiros Públicos; reforma do cercamento; construção e reforma de quadra poliesportiva; 4) construção de pergolado em execução; colocação de placa de identificação	2
Recanto das Emas - RA XV	Parque Urbano da RA XV	Faz parte do parque ecológico e vivencial Do recanto das emas (futuro parque Distrital)	
	Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas	plantadas 1.500 mudas pela Novacap; colocação de placa de identificação	2
Lago Sul - RA XVI	Ecológico e de Uso Múltiplo Canjerana	Análise da localização dos passeios que deverão ser executados na lateral da via HI-70, que passa entre os módulos 3 e 4 do parque. Resposta à PRODEMA - cercamento do parque. Colocação de placa de identificação	6
	Ecológico Dom Bosco	Iniciada a construção da guarita; Informação técnica sobre a incompatibilidade de apresentação show de rock em parque ecológico; colocação de placa de identificação	2
	Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília; colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Bernardo Sayão (Ecológico do Rasgado)	Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Península Sul	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília; colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Garça Branca	Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque. Colocação de placa de identificação.	2
	Ecológico Península Sul	Análise de interferência da Estação Elevatória de Esgotos na área do Parque; Análise interferências da Unidade e da unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Colocação de placa de identificação	2
	Das Copaibas	Análise e Elaboração da proposta de poligonal do parque e consulta às concessionárias para regularização (objetivo: Escritura definitiva) em Andamento.	
Riacho Fundo - RA XVII	Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo	Análise da proposta elaborada pela Administração Regional do Riacho Fundo para a construção da sede administrativa do parque. Colocação de placa de identificação. Realizações ABRACE: Termo de Cooperação em negociação.	8
Lago Norte - RA XVIII	Ecológico do Taquari	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília Análise de interferência de lote com os Parques. Colocação de placa de identificação; coleta de coordenadas e análise de interferência de lote residencial com o parque	4
	Uso Múltiplo Morro do Careca	Colocação de placa de identificação.	2
	Uso Múltiplo do Lago Norte (RA Lago Norte)	Elaboração do Termo de Referência para o Plano de Manejo; Análise e Elaboração da proposta de poligonal para o parque e consulta às concessionárias para a regularização (Escritura definitiva); Análise e Elaboração da proposta de poligonal para o parque e consulta às concessionárias para a regularização. Colocação de placa de identificação; Realizações ABRACE: Termo de Cooperação para elaboração de projeto de exposição de poemas e obras de artes plásticas e fotografias em execução.	9
	Ecológico e Vivencial da Vila Varão	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília.	Set-Out:2
Candangolândia – RA XIX	Ecológico e Vivencial da Candangolândia (Pioneiros)	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília. Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque. Colocação de placa de identificação.	Set-Out:2
Sudoeste/ Octogonal	De Uso Múltiplo das Sucupiras	Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília e colocação de placa de identificação; Análise e Elaboração da proposta de poligonal para parque e consulta às concessionárias para a regularização. (objetivo: Escritura definitiva). Em Andamento.	3
Águas Claras - RA XX	Águas Claras	Inauguração da ponte para pedestres (Sec de Obr); recuperação de praças e jardins; Análise das interferências da Unidade de Apoio Ferroviária do Complexo Brasília; Análise das interferências das obras de reabilitação de pavimento da Rodovia -DF075 no parque; abertura para pedestres, instalação de lixeiras coletivas, instalação de registro individual instalação de tendas para abrigar ginástica comunitária; Criação de folder sobre a Unidade de Conservação; Análise de impacto das obras de Rodovias nas áreas do Parque. Limpeza no córrego em parceria com os Escoteiros Ave Branca; colocação de placa de identificação. Realizações ABRACE: Vô para o Parque em execução; praça da vitalidade em implementação; Vô para o Parque em execução; coleta seletiva em execução.	7
SCIA - RA XXV	Parque Urbano da Vila Estrutural	Implantação de Parque infantil (Compensação ambiental) Realizações ABRACE: implantação da Praça da Vitalidade; circuito inteligente de ginástica	

O Programa "Abrace um Parque" realiza uma parceria duradoura entre o GDF, empresas públicas, instituições, organizações não-governamentais e pessoas físicas voluntárias para permitir a implantação gradativa e planejada dos parques, garantindo a conservação e manutenção.

Além de oferecer a oportunidade para que as pessoas físicas e jurídicas vinculem seu nome e marca à construção de uma cidade cada vez melhor e mais humana, o Programa Abrace Um Parque abre também a possibilidade para a participação da comunidade na preservação dos Parques.

O Distrito Federal integra a Rede Brasileira e a Rede Mundial das Reservas da Biosfera por meio da Reserva da Biosfera do Cerrado, cujos estudos foram implementados em 1982 e aprovados pela Comissão Brasileira para o Programa O Homem e a Biosfera (COBRAMAB), em 27 de novembro de 1992.

A proposta brasileira – aceita pelo Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB, em Paris, em 8 de outubro de 1993 – constituiu-se no primeiro ato de reconhecimento internacional da biodiversidade do Cerrado.

Por meio da Lei Distrital nº 742, de 28 de julho de 1994, que define os limites, funções e sistema de gestão, o DF pôde reafirmar o compromisso de integrar a Rede Mundial das Reservas da Biosfera.

O evento Viva Cerrado Vivo tem o cinema como ferramenta de educação e comunicação, o evento apresenta filmes e promove debates e orientações ambientais, cujo resultado, retorna à preservação e à conservação do Bioma Cerrado.

Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação - PT 18.541.0500.1755.0001

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	667.182,00	0,00	0,00	0,00

Manutenção de Unidades de Conservação e Proteção Integral e de Parques do DF – PT 18.541.0500.2428.0004

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	970.800,00	574.650,00	375.318,85	355.210,59
Percentual	100%	59% (A/D)	65% (E/A)	95% (L/E) e 62% (L/A)

Consolidação da Reserva da Biosfera do Cerrado e Corredores Ecológicos - PT 18.541.0500.2654.0001

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	583.826,00	209.052,00	99.134,30	98.707,50
Percentual	100%	35% (A/D)	47% (E/A)	100% (L/E) e 47% (L/A)

Consolidação do Projeto Abrace um Parque - PT 18.541.0500.3065.0001

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	85.640,00	84.164,00	39.088,00	39.088,00
Percentual	100%	98,28% (A/D)	46,44% (E/A)	100% (L/E) e 46,44% (L/A)

Implantação e Consolidação das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas no DF - PT 18.541.0500.3070.0001

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	1.010.183,00	819.383,00	660.889,04	1.063,00
Percentual	100%	81% (A/D)	81% (E/A)	0,00% (L/E) e 0,00% (L/A)

Implementação de Parques Ecológicos no DF - PT 18.541.0500.3347.5044

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	2.825.600,00	162.037,00	160.846,75	144.633,32
Percentual	100%	7% (A/D)	99% (E/A)	90% (L/E) e 89% (L/A)

Revitalização e Manutenção de Parques Ecológicos e Áreas Protegidas – PT 18.541.0500.5183.7570

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	314.580,00	314.429,00	306.822,75	238.971,15
Percentual	100%	100% (A/D)	98% (E/A)	78% (L/E) e 76% (L/A)

(EP) Implantação do Parque Urbano e Vivencial do Gama PT 18.541.0500.5183.9542

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00

**Implantação do sistema de Gestão de Compensação Ambiental e Florestal no DF - PT
18.542.0500.3069.0001**

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Percentual	100%	100% (A/D)	0,00% (E/A)	0,00% (L/E) e 0,00% (L/A)

Recuperação de Áreas Degradadas - PT 18.543.0500.3489.3442

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	281.593,00	131.633,00	131.631,81	131.631,81
Percentual	100%	47% (A/D)	100% (E/A)	100% (L/E) e 100% (L/A)

3.8. Eixo 6 – Contribuir com a política local de recursos hídricos

Objetivo: Propiciar um fortalecimento da Política Local de recursos hídricos, compatibilizando-a e integrando a mesma à gestão ambiental e com o uso responsável do solo, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos nossos recursos hídricos.

Integram o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos: i) o Conselho de Recursos Hídricos; ii) os Comitês de Bacias Hidrográficas; iii) os órgãos públicos cujas competências se relacionem com a gestão recursos hídricos; iv) as Agências de bacia.

Em março de 2010 foram criados os Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Preto e Maranhão e foi alterada a área de atuação do Comitê da Bacia do Paranoá, que agora recebe o reforço das bacias dos rios Corumbá, Descoberto, São Bartolomeu e São Marcos, de domínio do Distrito Federal.

A participação do IBRAM, como membro representante do poder público Distrito Federal, pode ser elencada nos seguintes Conselhos, Câmaras Técnicas Comitês:

- a) Membro Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT/CNRH, como representante do CRHDF, desde 2007 até hoje;
- b) Membro nos comitês de bacias do Rio Paranoá, do Rio Preto e do Rio Maranhão, sendo que neste último, o IBRAM compõe a Diretoria deste comitê como Secretaria Executiva;
- c) Membro dos comitês interestaduais da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

A participação do Ibram em nos Comitês citados é relevante, uma vez que, no caso específico Distrito Federal, estudos da Universidade de Brasília (UnB) indicam que cerca de 20% das sete bacias hidrográficas da região estão comprometidas e as principais causas seriam: a contaminação de solos e águas; escoamento irregular de esgoto; a impermeabilização do solo; bem como a ocupação indevida de mananciais.

O Programa Adote uma Nascente realiza o diagnóstico de áreas de nascentes no Distrito Federal por meio de trabalho de campo, com identificação situação das áreas de Preservação Permanente de nascentes, mapeamento, análise simplificada da qualidade da água e medição de vazão de pequenos cursos d'água. Periodicamente, as áreas são revistoriadas para acompanhamento da evolução das ações de recuperação das nascentes degradadas e manutenção das áreas preservadas. Em 2010, foi criado um Programa de Trabalho específico para consolidar este instrumento, o qual visa também estimular a população a cuidar do entorno das nascentes e convida a iniciativa privada a conservar áreas de mananciais.

Outras ações neste sentido referem-se ao Programa de Uso Sustentável da Água. Este programa tem por objetivo geral orientar e mobilizar a sociedade do Distrito Federal para a importância e as

formas mais eficazes de promoção do uso sustentável da água em todos os setores usuários, preservando a qualidade de vida da população e o meio ambiente.

As ações realizadas para atingir este objetivo incluem a revisão e o lançamento da 2ª Edição do Manual de Uso Sustentável da Água, realizado em 22 de março de 2010, em conjunto com a Elaboração de novo manual, sobre — Construção Sustentável e — Reuso da Água e Tratamento de Esgotos Domésticos.

Nessa mesma linha de sensibilização para a questão da água o Ibram promoveu eventos em parceria com outras entidades governamentais como a Adasa, como o Seminário Água e Cidadania – Visões Múltiplas para um Recurso de Usos Múltiplos. O evento proposto contribuiu para consolidar um espaço próprio de debate e de desenvolvimento de estratégias para o uso múltiplo, recuperação e preservação do lago Paranoá. O seminário contou com a participação de centenas de inscritos, representantes do poder público, da sociedade civil organizada e de usuários de água da bacia hidrográfica do rio Paranoá. Como resultado das discussões dos grupos de trabalho do seminário foi elaborado e aprovado, em plenária, o texto-base da primeira versão da Carta do Paranoá 2010.

Gestão de Recursos Hídricos - PT 18.544.0500.2837.6098

Linha de Ação	
Propiciar ferramentas computacionais capazes de centralizar e disponibilizar informações que auxiliarão no planejamento de ações e políticas públicas na área.	Equipamentos específicos adquiridos e aquisição e capacitação em software especializado realizadas dentro deste PT.

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	246.665,00	202.430,00	8.430,00	8.430,00
Percentual	100%	83% (A/D)	6% (E/A)	100% (L/E) e 4% (L/A)

Gestão de Recursos Hídricos - PT 18.544.0500.3066.0001

Objetivo da Ação	Macro Objetivo	Linhas de Ação
Programa reformulado e dados divulgados pela internet.	Garantir a retenção de água no sistema de armazenagem subterrânea; o controle dos processos erosivos e de assoreamento dos corpos hídricos; dificultar o envenenamento das águas por agrotóxicos; possibilitar o abastecimento das populações animais, vegetais e humanas; dentre outros inúmeros benefícios	- educação ambiental (ações citadas no eixo 3); e,- monitoramento ambiental; Após pouco mais de um ano o estudo pioneiro no Distrito Federal, com registro cartográfico, fotográfico e levantamento de dados específicos como, por exemplo, vazão de água e diagnóstico da situação de nascentes chega à etapa final. Até então, não existia um acompanhamento e um registro das informações relacionadas ao comportamento da vazão dos mananciais monitorados. O objetivo é desenvolver, a partir deste projeto, uma metodologia própria, que poderá ser multiplicada para outras áreas relevantes do DF. As informações deste projeto poderão ser utilizadas como instrumentos de gestão, principalmente, quanto a intervenções em Unidades de Conservação

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	139.540,00	113.979,00	113.967,02	65.878,76
Percentual	100%	82% (A/D)	82% (E/A)	100% (L/E) e 58% (L/A)

4. Programa 0750 – Gestão de Pessoas (Eixo 7)

O Programa de capacitação do Instituto foi entregue em 31 de março de 2010 e publicado no DODF, conforme determinação legal e quadros abaixo:

Capacitação de Servidores do Ibram PT 18.128.0750.2655.7916

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	90.798,00	69.036,00	66.982,73	55.264,32
Percentual	100%	76% (A/D)	97% (E/A)	83% (L/E) e 80% (L/A)

Concessão de Benefícios aos Servidores do Ibram pt 18.122.0750.8504.7007

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	348.447,00	593.642,00	583.090,25	583.090,25
Percentual	100%	170% (A/D)	98% (E/A)	100% (L/E) e 98% (L/A)

Capacitação por meio da Escola de Governo do DF (Servidores Capacitados)

Treinamento	Quantidade
Atualização em Aposentadorias e Pensões	03
Cerimonial	01
Competência Intra e Interpessoais	04
Comunicação Interna nas Organizações	02
Elaboração de Projeto Básico	01
Ergonomia	01
Fundamentos de Gerenciamento de Projetos PMI	01
Gestão de Documentos	01
Gestão de Mudanças	02
Gestão de Tecnologia da Informação, Utilizando a Ferramenta SIG/TI do GDF	04
Gestão de Tempo	02
Gestão de Fiscalização de Contratos Administrativos	02
Gestão Integral de Convênios	01
Lei 8.666/93 – Inexigibilidade e Dispensa de Licitação	04
Leader Coach	03
Técnicas de Negociação e Solução de Conflitos	03
Tomada de Decisão	01
Tratamento Documental	04
Treinamento Sycop	02

Treinamento/Simpósios – Entidades Externas (Servidores Capacitados)

Treinamento	Quantidade
Capacitação para os novos servidores do Ibram	81
Congresso Abema	01
1º Encontro de Administradores de Parques	65
Curso Básico de Educação Ambiental para servidores dos Parques	28
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	05
Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência	01
Tratamento Documental	02
Primeiro Combate (prevenção a incêndios florestais)	01
Padronização de Livros e Periódicos	02
Seminário Internacional de Análise —Custo e Benefício e Eficiência na Política Pública	16
Pós-Graduação em Direito Ambiental	03
Introdução ao ArcGis Desktop	12
Pós-Graduação	03
IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica	
Oficina Reg.de Priorização e Harmonização Reg. das Ações do PNRH 2011-2015 – Reg. Hidrográfica do Paraná	01
XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura	01
3º Simpósio sobre Obras Rodoviárias – Rodovias Sustentáveis	01
8º Simpósio Nacional sobre Recuperação de Áreas Degradadas	01
Oficina Regional de Priorização e Harmonização	01
XXIII Congresso Brasileiro de Entomologia	01
12ª Reunião dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Parnaíba	01

5. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos (Eixo 7)**Manutenção do Programa Reintegra Cidadão do Ibram PT 18.421.1501.2426.0015**

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	16.880,00	50.800,00	50.800,00	48.111,34
Percentual	100%	301% (A/D)	100% (E/A)	95% (L/E) e 95% (L/A)

6. Programa 3200 – Divulgação Oficial (Eixo 7)

No caso específico do IBRAM, os gastos com publicidade durante o período de 2010 foram divulgados, conforme Decisão do Tribunal de Contas sobre a matéria e, novamente, se restringiram àqueles relativos às despesas com publicações no Diário Oficial, sendo estas obrigatórias. Em 2010 o Plano Anual de Publicidade foi publicado no Diário Oficial respeitando o prazo legal, mas não foi executado.

Publicidade Institucional do Ibram PT 18.131.3200.8505.6982

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	421.999,00	109.045,00	109.045,00	95.430,00
Percentual	100%	26% (A/D)	100% (E/A)	88% (L/E) e 88% (L/A)

Publicidade de Utilidade Pública do Ibram pt 18.131.3200.8505.7907

	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Valores	363.764,00	0,00	0,00	0,00
Percentual	100%	0,00% (A/D)	0,00% (E/A)	0,00% (L/E) e 0,00% (L/A)

7. Programa 4400 – Cidade dos Parques (Eixo 5)

O Programa 4400 – Cidade dos Parques, foi o que apresentou maior diferença em sua execução, não só pela transferência do PDSK, como também pelas dificuldades externas interpostas à sua execução – como a questão da vigilância nos Parques e a demora na realização do processo licitatório centralizado na Central de Compras e pela realização de atividades por intermédio do Programa Abrace um Parque e de compensações ambientais não financeiras, as quais não aparecem na demonstração da execução orçamentária e financeira do Programa.

É bem verdade que, mesmo com o apoio desses instrumentos alternativos ao orçamento, a questão da vigilância nos Parques tem sido um grave problema, inibindo o início de obras de implantação, cercamento ou até de revitalização daqueles Parques que já possuem algum tipo de infraestrutura.

Decidiu-se que, para 2010 e 2011, diante da aprovação do Sistema Distrital de Unidades de Conservação, a entidade concentraria seus projetos e atividades finalísticas em um único Programa de Trabalho – o Programa 0500 (Cerrado Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável). Assim, apenas ações que foram incluídas no orçamento do Ibram por intermédio de Emendas Parlamentares fazem parte do Programa 4400.

Cabe informar, contudo, que o Instituto não está abrindo mão de suas atividades precípuas, mas apenas reorganizando-as, de acordo com o grupo de atividades ou projetos necessários a sua consecução.

Implantação do Parque Burle Marx PT 18.541.4400.3006.0001

Valores	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Percentual	100%	0,00% (A/D)	0,00% (E/A)	0,00% (L/E) e 0,00 (L/A)

(EP) Implantação do Parque Urbano do Gama - Setor Norte PT 18.541.4400.3347.9543

Valores	400.000,00	0,00	0,00	0,00
Percentual	100%	0,00% (A/D)	0,00% (E/A)	0,00% (L/E) e 0,00% (L/A)

8. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Ibram, ao longo dos últimos exercícios financeiros (junho de 2007 a outubro de 2010), enfrentou em cada ano, novos obstáculos, desafios e inconstâncias como o aumento do quadro de pessoal, mudança de sede, reflexos das mudanças da política local, absorção de novas atribuições e as restrições de um ano eleitoral, mantendo, porém, uma curva de desenvolvimento ascendente. Alguns fatores importantes que podem ter contribuído foi a estabilidade da alta administração, a qualidade técnica e o fomento pela melhoria das condições do órgão.

Um fator preocupante, no entanto, recai sobre as reduzidas dotações orçamentárias iniciais recebidas pelo Instituto quando das sucessivas aprovações das Leis Orçamentárias Anuais. Um fator recorrente é o teto liberado para despesas de pessoal e custeio aquém do solicitado.

Para 2011 houve um incremento significativo no valor do teto liberado pela ocasião da proposta orçamentária, porém em quantidade inferior ao necessário para custear as despesas com pessoal já em exercício no Instituto.

Outro fator preocupante refere-se à centralização dos serviços intrinsecamente ambientais e restritos aos interesses do IBRAM.

19.8. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL – FUNDURB

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB foi criado pela Lei Complementar nº 36, de 13/10/1997. Em 02/06/2000, a Lei Complementar nº 292 estabeleceu as condições para a instituição e funcionamento dos fundos no Distrito Federal.

A Lei Complementar que criou o FUNDURB foi regulamentada pelo Decreto nº 24.022, de 04/09/2003. Neste Diploma Legal o Fundo foi vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Com a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB e da estruturação da Secretaria de Estado Habitação – SEHAB, fez-se necessária a revisão do FUNDURB. Em 27/01/2009 foi alterada a constituição do Fundo por meio da Lei Complementar Nº 800, adequando-o às novas diretrizes do desenvolvimento urbano e ordenamento territorial e à nova configuração institucional do Poder Executivo local, consolidando o seu vínculo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA.

Posteriormente, visando regulamentar a operação do FUNDURB, aprovou-se o Decreto nº 30.765, em 01/09/2009. Na mesma data foi também aprovado, por meio do Decreto nº 30.766, o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo. De acordo com o artigo 1º da Lei-Complementar nº 800/2009, o FUNDURB, órgão de natureza contábil, tem como finalidade captar e destinar recursos para:

I. Concretização dos objetivos, diretrizes, planos, programas, projetos urbanísticos e obras integrantes ou decorrentes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, em consonância com a Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001 – Estatuto da Cidade;

II. Preservação, defesa e promoção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como patrimônio histórico nacional e distrital, considerando a singular condição de Brasília como Capital Federal e Patrimônio Cultural da Humanidade, na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal;

III. Estudos e projetos para regularização fundiária;

IV. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

V. Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VI. Proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico;

VII. Custeio de execução das seguintes atividades destinadas a viabilizar técnica e operacionalmente o cumprimento das finalidades do Fundo:

a) contratação de serviços técnicos profissionais especializados relativos à elaboração de estudos, projetos e legislação de natureza urbanística, bem como de assessorias ou consultorias técnicas e jurídicas;

b) promoção e execução de programas de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação técnica e gerencial de servidores efetivos, lotados e em exercício na SEDUMA, diretamente envolvidos na elaboração e execução da política de desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal.

O FUNDURB é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal e suas atividades são coordenadas pelo titular da Pasta. O Fundo é gerido pelo Conselho de Administração – CAF e a sua operacionalização efetiva-se por intermédio da Unidade Gestora de Fundos – UGF, que conta com o apoio técnico, administrativo e operacional de outras unidades orgânicas e administrativas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	-	-	-	01	01
Requisitados de Órgãos do GDF	-	-	01	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	-	-	02	-	02
Total Geral	-	-	03	01	04

Obs.: Quadro da força de trabalho da Unidade Gestora de Fundos - UGF

Realizações

No ano de 2010 o Conselho de Administração do FUNDURB reuniu-se em 5 (cinco) ocasiões, caracterizadas por 4 (quatro) reuniões ordinárias e 1 (uma) reunião extraordinária. As reuniões foram promovidas pela Secretaria Executiva do Fundo, sob a supervisão da então Presidente do CAF (até 31/12/2010), enquanto Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano. Nessas reuniões foram apreciados e aprovados diversos projetos que contribuem para a qualificação de espaços urbanos no Distrito Federal e para a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, com patentes benefícios para a população do Distrito Federal.

Foram aprovados pelo CAF 30 (trinta) projetos, que se encontram em diversos estágios de tramitação, conforme se verifica a seguir:

1. Programa 0084 – Urbanização**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3077- Implementação de Projetos de Infraestrutura Urbana	0,00	4.319.295,00	0,00	0,00
0002 - Implementação de Projetos de Infraestrutura Urbana no DF	0,00	4.319.295,00	0,00	0,00

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do Programa Urbanização:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Execução de Obras de Paisagismo e Urbanização para implantação da Praça Linear 3 – São Sebastião	35	Processo encontra-se na SO para licitação
Execução de Obras de Paisagismo e Urbanização na Praça do Posto de Saúde na Quadra 21 – Paranoá	36	Processo encontra-se na SO para licitação.

Os recursos para execução dos projetos serão descentralizados para a Secretaria de Obras.

2. Programa 0122 – Abastecimento de Água**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3077- Implementação de Projetos de Infraestrutura Urbana	0,00	1.428.000,00	0,00	0,00
0001 - Implementação de Proj. de Infraestrutura Urb. em Samambaia	0,00	1.428.000,00	0,00	0,00

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do Programa Abastecimento de Água:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Implantação de Rede de abastecimento de água no Centro Urbano de Samambaia	32	Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010. Obra realizada com recursos da CAESB.

Em face das indefinições quanto à descentralização dos recursos do FUNDURB, a CAESB decidiu aplicar recursos próprios para a execução da referida obra.

3. Programa 0202 – Gestão Urbana**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1820 - Elaboração de Projetos Urbanísticos do DF	3.622.000,00	3.372.000,00	279.000,00	264.600,00
0011 - Elaboração de Projetos Urbanísticos do DF	3.622.000,00	3.372.000,00	279.000,00	264.600,00

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do

Programa Gestão Urbana:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Redefinição dos critérios de iluminação e ventilação do Código de Edificações do Distrito Federal	015	Aguardando ajustes no Projeto Básico, em face das exigências levantadas pela PGDF.
Projeto Executivo das praças contíguas à estação do Metrô em Águas Claras	016	Aguardando ajustes no Projeto Básico, em face das exigências levantadas pela PGDF.
Encontro das Capitais	017	Evento realizado
Curso de AUTOCAD 2009	019	Concluído – 15 servidores capacitados.
Especialização em Geoprocessamento		Concluído – 03 servidores capacitados.
Curso de ARC GIS 9.3		Concluído – 15 servidores capacitados.
Geotecnologia aplicada à análise urbana		Aguardando ajustes no Projeto Básico.
Modelagem 3D com SKETCHUP		Concluído – 10 servidores capacitados.
Curso de Gestão patrimonial e Almoxarifado		Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010. Curso oferecido pela EGov.
Método para cálculo de contrapartida financeira de ODIR e ONALT	020	Em processo licitatório.
Implantação de Sistema Informatizado de acompanhamento e Aprovação de Projeto	021	Em processo licitatório.
Montagem de Bancos de dados Imobiliários do DF	022	Projeto Básico concluído; aguardando novos orçamentos
Curso de capacitação em Pólos Geradores de Tráfego	028	Em processo licitatório.
Projeto Executivo para Revitalização da Avenida Paranoá e requalificação da Quadra 21	037	Aguardando ajustes no Projeto Básico, em face da exigência levantada pela PGDF.
Seminário "Aspectos controvertidos e polêmicos das Licitações Administrativas".		Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010.

Os cursos de capacitação aprovados no CAF, direcionados aos servidores do quadro efetivo lotados na Secretaria, têm como objetivo principal o fortalecimento institucional, visando à promoção da política de desenvolvimento urbano no Distrito Federal. Os resultados esperados com a capacitação dos servidores estão associados com a melhor elaboração de projetos, na condução dos processos, na execução de contratos e, conseqüentemente, na redução dos entraves burocráticos que dificultam ou impedem a realização dos projetos.

O Encontro Aliança das Capitais é um fórum de discussão e troca de experiências, formado por representantes de 15 capitais nacionais e visa à discussão de temas sobre o desenvolvimento ordenado e sustentável das cidades. O evento foi realizado em março de 2010, no Museu Nacional da República.

4. Programa 0550 – Combate a Ocupação Irregular do Solo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2402 - Monitoramento das Áreas do Território do DF	799.000,00	1.280.700,00	0,00	0,00
0002 - Monitoramento das Áreas do Território do DF	799.000,00	1.280.700,00	0,00	0,00

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do Programa Combate a Ocupação Irregular do Solo:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Realizar levantamento cadastral da área da Vila Planalto	003	Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010. Será realizado pela TERRACAP.

5. Programa 0650 – Informação para Todos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1539 - Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento Urbano, Territorial, Habitacional e Ambiental do DF	160.000,00	257.000,00	45.950,00	16.150,00
0004-Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento	160.000,00	257.000,00	45.950,00	16.150,00

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do Programa Informação para Todos:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Publicação de Cartilha de Acessibilidade em Projetos Urbanos – Vol. I e II	23	Concluída. Publicação de 2.500 Folders e 5.000 cartilhas de acessibilidade, sendo 2.500 voltadas para projetos urbanos e 2.500 voltadas para edificações.
Aquisição de licença de Softwares	24	Pregão realizado em 24/11/2010. Despesa empenhada.
Curso de Capacitação de Servidores da área de informática	25	Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010. O curso não foi realizado porque a proposta previa capacitação de pessoas que não integram o quadro de servidores efetivos do GDF.
Livro para todos – aquisição de livros de conteúdo técnico-científico, administrativo e jurídico	33	Aguardando ajustes nos orçamentos, em face das exigências da Central de Compras.

As cartilhas e folders apresentam de maneira clara e sintética a legislação urbanística e visam orientar os profissionais de arquitetura e engenharia, além dos executores e fiscais de obras, quanto elaboração e implementação de projetos de requalificação urbana que garantam acessibilidade e plena mobilidade de pedestres. O material será distribuído nas Administrações Regionais e em eventos que sejam tratados o tema de acessibilidade.

6. Programa 1315 – Acessibilidade: Direito de Todos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1968 - Elaboração de Projetos	4.249.400,00	9.175.492,00	4.699.556,37	1.905.231,05
0008 - Elaboração de Projetos de Acessibilidade Urbana	4.249.400,00	9.175.492,00	4.699.556,37	1.905.231,05

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do Programa Acessibilidade: Direito de Todos:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Urbanização de espaços de acessibilidade do Jardim Zoológico	005	Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010. Os produtos contratados não foram entregues.
Execução de Obras de Acessibilidade na QN 16 – Riacho Fundo II	006	Encontra-se na NOVACAP, aguardando homologação da licitação.
Obra para implantação de Ciclovias na Ceilândia	007	Obras iniciadas.
Projeto Executivo de Acessibilidade e Mobilidade na área do entorno do Hospital de Base	030	Recursos descentralizados para a SO. Valor global empenhado.
Projeto Executivo de Acessibilidade e Mobilidade na área do entorno do Hospital de Ceilândia	031	Recursos descentralizados para a SO. Valor global empenhado.

O projeto de implantação da Ciclovia de Ceilândia encontra-se em estágio final de execução e deverá ser concluído no início de 2011. A ciclovia terá uma extensão de 20 (vinte) km e beneficiará a população da localidade com espaço apropriado para circulação de pessoas que utilizam a bicicleta como meio de transporte e lazer.

Os recursos para execução das obras de acessibilidade nas áreas do entorno do Hospital de Base de Brasília e no Hospital Regional de Ceilândia foram descentralizados para a Secretaria de Obras e os projetos serão iniciados em janeiro de 2011.

O projeto de execução de obras de acessibilidade na QN 16, do Riacho Fundo II (Vila dos Cegos) tem como objetivo adequar o espaço urbano desta localidade, em virtude da grande quantidade de moradores portadores de necessidades especiais. A obra já foi licitada.

7. Programa 1318 – Revitalização da Cidade de Brasília

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3938 - Revitalização de Áreas Urbanizadas	4.633.000,00	3.205.000,00	0,00	0,00
8526 - Revitalização de Áreas Urbanizadas	4.633.000,00	3.205.000,00	0,00	0,00
3941 - Revitalização de Edificações	2.598.000,00	2.988.160,00	2.076.510,47	290.723,30
7290 - Revitalização de Edificações	2.598.000,00	2.988.160,00	2.076.510,47	290.723,30

Posição: 31/12/2010

Situação dos projetos aprovados pelo CAF e previstos para realização com recursos do Programa Revitalização da Cidade de Brasília:

Projetos	Etapa SAG	Estágio
Projeto Básico para contratação de serviço técnico especializado para revitalização da W2 Sul	010	Processo arquivado, conforme Resolução nº 24, de 07/12/2010.
Projeto Executivo para revitalização dos Setores Centrais de Brasília – RA I	011	Aguardando resultado de consulta acerca do processo licitatório.
Construção, reforma e cercamento de recintos de animais no Jardim Zoológico	034	Obras iniciadas.

Os recursos para a construção e reforma de recintos de animais no Jardim Zoológico de Brasília foram descentralizados para a Secretaria de Obras. As obras de revitalização da Galeria África encontram-se em estágio inicial de execução.

O desenvolvimento dos projetos de urbanismo e paisagismo para revitalização da W2 Sul será realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Ainda falta decisão sobre os produtos complementares. Os recursos aprovados no FUNDURB não serão utilizados neste projeto em 2010.

8. Informações Complementares

Os principais Normativos editados em 2010, propostos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, afetos diretamente ao FUNDURB, são: o Decreto 31.338, de 25 de fevereiro de 2010, que altera o artigo 8º do Decreto 30.765, de 01/09/2009, que aprova o Regulamento de Operação do FUNDURB; e o Decreto 31.937, de 21 de julho de 2010, que alterou a estrutura da SEDUMA e criou a Unidade Gestora de Fundos.

Publicados os Decretos nº 31.486, de 29/03/2010 e 31.749, de 02 de junho de 2010 e a Lei nº 4.498, de 26 de agosto de 2010, que destinaram créditos suplementares no valor total de R\$ 13.982.489,00, para reforço de dotação orçamentária do FUNDURB.

Cabe mencionar que tramita, no âmbito da Secretaria, proposta de alteração da legislação do Fundo, que destina 5% (cinco por cento) dos valores arrecadados para o Fundo em ações de fortalecimento institucional da Secretaria.

Os demais normativos publicados referem-se a resoluções de aprovação de projetos, atas de reuniões do CAF, convocações do Conselho, portarias conjuntas de descentralização de recursos e ordens de serviço de designação de executores de contratos.

9. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, apesar de ter sido criado em 1997, por meio da Lei Complementar nº 36, permaneceu praticamente inoperante durante 11 anos, tendo em vista as diversas reformas administrativas pelas quais passou o órgão ao qual o Fundo esteve vinculado, assim como, pela dinâmica que envolveu a legislação afeta à Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial no âmbito nacional e local.

No ano de 2009 o FUNDURB foi alterado visando adequá-lo à sua vinculação com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Para tanto editou-se, em 27 de janeiro, a Lei Complementar nº 800, que definiu as diretrizes para a adaptação do Fundo à natureza das suas fontes de arrecadação, ligadas à Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Distrito Federal.

Os recursos destinados ao FUNDURB cresceram consideravelmente a partir de 2009, fruto da arrecadação das Outorgas Onerosa de Alteração de Uso - ONALT e do Direito de Construir –ODIR. Com isso, foram consignados valores nos orçamentos, maiores do que a capacidade inicial de execução do Fundo, no que concerne ao fomento de projetos, assim como ao fluxo das atividades geradas a partir do aumento das demandas.

Visando equacionar essas questões, diversas ações foram implementadas. Uma delas foi a alteração do Decreto Nº 30.765/2009, que estabelecia que as demandas espontâneas para aplicação dos recursos do FUNDURB estariam restritas à SEDUMA. Com a edição do Decreto nº 31.338/2010, ampliou-se a possibilidade de apresentação de projetos ao Conselho de Administração do Fundo a qualquer órgão do Governo do Distrito Federal cujas atividades estejam alinhadas com as áreas de atuação do mesmo. Outra medida adotada foi a reestruturação da Secretaria de Estado a qual o FUNDURB está vinculado. Esta passou a contar com duas novas unidades: a Unidade Gestora de Fundos e a Unidade Gestora de Projetos Estratégicos. Aplicaram-se recursos na capacitação de servidores incumbidos pela elaboração de projetos, execução de contratos etc. e outros investimentos foram feitos visando o fortalecimento institucional, como aprovação de projetos para desenvolvimento de sistema para acompanhamento de projetos; aquisição de softwares; etc.

É notório que ainda existe uma série de entraves burocráticos que dificultam a viabilização dos projetos, contudo pode-se observar que, no exercício de 2010, houve um avanço significativo na condução dos processos em relação aos anos anteriores. Alguns projetos foram concluídos, outros encontram-se em execução e uma grande parte está em processo de licitação.

Diante do potencial de arrecadação do Fundo e da perspectiva crescente de demandas, a Secretaria, por intermédio da Unidade Gestora de Fundos, assim como as demais unidades internas, vem se adequando e se estruturando para tornar o FUNDURB um importante instrumento para a promoção da Política de Desenvolvimento Urbano e de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

19.9. FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL – FUNAM

O Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM, instituído pela Lei Distrital nº. 041 de 13/09/89, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, é órgão de natureza contábil e seus recursos serão destinados exclusivamente à execução da política ambiental do Distrito Federal.

Os recursos financeiros destinados ao FUNAM serão aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial e de educação ambiental e em despesas de capital relativas à execução da política ambiental do Distrito Federal (art.76 da mesma Lei).

A Lei nº. 3.984, de 28 de maio de 2007, cria em seu artigo 13, o Conselho de Administração do Funam e o Decreto nº. 28.292, de 19 de setembro de 2007, dispõe sobre o Regimento Interno do Fundo e do Conselho.

São objetivos do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal:

- I. Apoiar programas e projetos voltados à execução da política ambiental do Distrito Federal.
- II. Promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do DF.

Das áreas de atuação do FUNAM

As áreas de atuação do FUNAM/DF atendem a programas, projetos ou atividades que visem à extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis, unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação de parques; controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional, e outros considerados condizentes com os objetivos do FUNAM/DF.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-meio		Atividade-fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	-	-	01	-	01
Servidores comissionados, s/ vínculo efetivo	02	-	-	-	02
Total Geral	02	-	01	-	03

O Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal, na estrutura orgânica da SEDUMA está diretamente vinculado à Unidade Gestora de Fundos (UGF) e conta com os seguintes cargos comissionados:

- Chefe da Unidade Gestora de Fundos.
- Assessor Técnico do Funam.
- Assistente do Funam.

O FUNAM está sob a supervisão direta do titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente e é administrado pelo Conselho de Administração do Fundo - CAF/FUNAM.

Para desenvolver plenamente suas atividades, além das atribuições legais pertinentes aos cargos comissionados acima referidos, o FUNAM dispõe de apoio técnico, administrativo e operacional de outras unidades orgânicas e administrativas da SEDUMA.

Realizações

1. Programa 0500 – Cerrado: Nosso Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2114-Execução da Política Ambiental	576.660	3.315.055	250.000	0	001 e 003
3061-Fortalecimento das Ações de Políticas Ambientais	473.000	3.811.515	883.740,68	229.810,94	002 e 004

Programa de Trabalho - 18.542.0500.2114.6111 - Execução da Política Ambiental. Etapas - SAG nº. 01 e 03.

Obs.: O Conselho de Administração do Funam pediu adequação técnica do projeto, assim a mesma encontra-se paralisada.

Programa de Trabalho - 18.542.0500.3061.0001 - Fortalecimento das Ações de Políticas Ambientais. Etapas - SAG nº 02 e 04.

Obs.: A entidade ambientalista Instituto Vida Verde manifestou-se pela não continuidade do Projeto.

2. Projetos aprovados por demanda espontânea e em andamento

Item	Nº. do Processo / Proponente	Título do Projeto	Situação
01	- 390.000354/2009 - SUMAM/SEDUMA	-Projeto Jardins de Contemplação: Diversidade e Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Realizada a licitação no dia 17 de junho de 2010. - Emitida a nota de empenho nº. 2010NE00003 no valor de R\$ 695.740,68 (seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos). - Assinado o Contrato de Prestação de Serviços nº. 16/2010 - SEDUMA com Construtora FR Alvorada Ltda. vencedora do certame. - Emitida a nota de empenho nº. 2010NE00004 no valor de R\$ 695.740,68 (seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos), em substituição a anterior para mudança do subgrupo de despesa. - Produtos executados: recuperação de 31% do orquidário; recuperação de 31% da Casa de Chá; primeira fase da ampliação da Biblioteca da Natureza e escavação da área referente ao espelho d'água. - Foram liquidadas 2 (duas) parcelas totalizando o valor de R\$ 229.810,94 (duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e dez reais). - O projeto encontra-se em fase de conclusão.
02	-390.000.761/2009 -SUPLAN/SEDUMA.	-Projeto de Contratação de estudos geotécnicos nas áreas destinadas à implantação de novas necrópoles no DF	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto apreciado e aprovado no Conselho de Administração do Funam, em reunião realizada no dia 09 de setembro de 2010. - Emitido o Parecer nº. 1162/2010 - PROCAD/PGDF, que aprova com recomendações o Edital de Tomada de Preços nº. 006/2010. - O Processo encontra-se na CLP da atual Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
03	-390.009.520/2008 -SUMAM/SEDUMA.	-Revisão e Republicação da Legislação Ambiental do Distrito Federal.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado em reunião do CAF/FUNAM realizada em 11/11/2010, no valor estimado de R\$ 189.879,56 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). - A Resolução nº. 08/2010, de 09 de dezembro de 2010, publicada no DODF de 10/12/2010, dispõe sobre a sua aprovação. - O parecer da conselheira relatora solicita adequações para a sua continuidade.
04	-390.000.651/2010 -SUMAM/SEDUMA.	-Proteção da Bacia do Lago Paranoá.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado em reunião do CAF/FUNAM realizada em 11/11/2010, no valor estimado de R\$ 1.171.200,00 (hum milhão, cento e setenta e um mil e duzentos reais). - A Resolução nº. 11/2010, de 09 de dezembro de 2010, publicada no DODF de 10/12/2010, dispõe sobre a sua aprovação. - O parecer do conselheiro relator solicita adequações para a sua continuidade.
05	-390.000.880/2010 -Demanda da Secretaria Executiva do Funam em parceria com a SUMAM/SEDUMA.	-Termo de Referência para o Edital 002/2010/FUNAM	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborado Termo de Referência para subsidiar o Edital nº. 002/2010/FUNAM versando sobre a implantação de corredores ecológicos no Distrito Federal. - TR foi aprovado em reunião do CAF/Funam realizada em 11/11/2010. - A Resolução nº. 10, de 09/12/2010, publicada no DODF de 10/12/2010, dispõe sobre sua aprovação.

3. Projetos aprovados por demanda induzida – Edital nº 001/2009

Item	Nº. do Processo e Proponente	Título do Projeto	Situação
01	- 390.000.712/2009 - Instituto Vida Verde	- Educação Ambiental para o Parque Sucupira, na região de Planaltina.	- Apresentação e aprovação do Plano de Trabalho. - Elaborada a Minuta de Convênio e encaminhada à PGDF, para apreciação. - Solicitada as adequações ao Instituto Vida Verde de acordo com orientação da PGDF. - Emitidos todos os pareceres solicitados pela PGDF. - Realizada as adequações na minuta de Convênio. - Emitida a nota de empenho nº. 2010NE00001, em favor da entidade Instituto Vida Verde, no valor de R\$ 250.000,00. - O Instituto Vida Verde optou pela não continuidade do Projeto.
02	- 390.000.718/2009 - Eco Atitude Ações Ambientais	- Caminhos para a Sustentabilidade: construção local de soluções ecoeficientes, para o Parque Vivencial do Varjão.	- Apresentação e aprovação do Plano de Trabalho. - Elaborada a minuta de Convênio e encaminhada à PGDF, para apreciação. - Anexados todos os documentos solicitados pela PGDF. - Realizada as adequações na minuta de Convênio. - Emitida a Nota de empenho nº. 2010NE00002, em favor da entidade Eco Atitude Ações Ambientais no valor de R\$ 188.000,00. - Aguardando assinatura do Convênio.
03	- 390.000.711/2009 - Fundação Universa	- Educação Ambiental como estratégia de mobilização social da comunidade circunvizinha do Parque Recreativo do Gama.	- Aguardando encaminhamento do Plano de Trabalho, para elaboração da minuta de Convênio, com vistas à apreciação pela PGDF.
04	- 390.000.715/2009 - Associação Preserve Amazonas	- Programa Semente das Águas - Etapa parque Ecológico de São Sebastião: Um projeto de educação ambiental para a comunidade local.	- Projeto aprovado pelo Conselho, mas houve solicitação de ajustes por parte do conselheiro relator. Aguardando retorno por parte da proponente.

4. Dados estatísticos

Itens	Atividades	2008	2009	2010
01	Projetos Aprovados	00	02	07
02	Notas Técnicas	00	02	04
03	Pareceres Técnicos	00	00	02
04	Documentos Técnicos	00	01	00
04	Termos de Referência elaborados	00	01	01
05	Editais publicados	00	01	00
06	Reuniões do CAF	03	06	06
07	Resoluções publicadas	00	04	11
08	Portarias	03	08	06
09	Atas publicadas	03	06	06

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Fundo Único do Meio Ambiente esteve vinculado a Subsecretaria de Políticas Ambientais, Resíduos Sólidos e Recursos Hídricos (SUPEM/SEDUMA) de janeiro a julho de 2010. Com a criação da Unidade Gestora de Fundos (UGF/SEDUMA) as atividades do FUNAM passam a ser coordenadas nesta Unidade a partir de julho deste ano.

A Lei nº. 4.461, de 30 de dezembro de 2009 - LOA/2010, aprovou o orçamento inicial do FUNAM no valor de R\$ 1.037.000,00 (hum milhão e trinta e sete mil reais), referente a receita de 5% da Outorga Onerosa da Alteração de Uso - ONALT, instituído pela Lei Complementar nº. 294 de 27 de junho de 2000 e alterado pela Lei Complementar nº. 762, de 23 de maio de 2008 - fonte 120 e o valor de R\$ 12.660,00 (doze mil, seiscentos e sessenta reais) na fonte 100. O Decreto nº. 31.548, de 12 de abril de 2010, abriu crédito suplementar de R\$ 6.089.570,00 (seis milhões, oitenta e nove mil, quinhentos e setenta

reais) decorrente do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2009 e assim, o CAF/FUNAM aprovou o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo no valor total de R\$ 7.094.030,00 (sete milhões, noventa e quatro mil e trinta reais), valor este distribuído em termos percentuais e de acordo com as áreas de atuação do Funam, para os projetos aprovados e em andamento no presente exercício.

Destacamos nos itens II. 3 e III. 4 deste relatório, os vários projetos aprovados e em andamento. Cabe mencionar a paralisação temporária dos projetos de “Implantação da Biblioteca do Cerrado” e a “Implantação do Projeto-Executivo do Programa de Recuperação de Nascentes do Distrito Federal”, ambos apresentados como demanda espontânea do Instituto Brasília Ambiental e aprovados anteriormente, mas que estão em fase de readequação por solicitação dos conselheiros.

Apesar de todas as dificuldades detectadas ao longo dos últimos anos e incluindo o ano em curso, observa-se o avanço das ações e realizações do FUNAM no presente exercício. Destacam-se a regularidade das reuniões, as Resoluções publicadas resultantes de tomada de decisão do colegiado e os projetos aprovados e em fase de aprovação, já mencionados ao longo do presente relatório.

Todos os procedimentos cabíveis para agilizar as demandas do Funam foram efetivamente iniciadas no exercício de 2009, mas continuaram seu curso natural ao longo de 2010, muito embora não haja execução orçamentária desejada até a presente data.

É importante ressaltar, que seguramente, os titulares da Secretaria de estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do Distrito federal, por intermédio da Unidade Gestora de Fundos e do Conselho de Administração do Funam não se mantiveram inertes quanto a procedimentos e ações para que as finalidades do Fundo fossem efetivamente implementadas.

Cabe registrar que esta Secretaria, por intermédio dos servidores responsáveis pelo acompanhamento das ações relativas ao FUNAM, sempre buscou a implementação dos instrumentos legais para a continuidade das ações do Fundo de forma transparente e participativa, e que, se porventura alguns pontos não foram levados a termo não foi por falta de procedimentos e ações internas da Unidade, mas sim, devido aos trâmites administrativos, técnicos e legais, que impedem muitas vezes a celeridade da execução programada.

19.10 FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FUNDHIS

O Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal - FUNDHIS foi criado por meio da edição da Lei Complementar nº 762, de 23 de maio de 2008, em função de determinação contida na Lei Federal nº 11.124 de 16 de julho de 2005.

Apesar de o Fundo ter sido instituído em 2008, o decreto que aprova o Regimento Interno do seu Conselho Gestor ainda não foi publicado, providência que deve ser adotada na presente gestão, para que o FUNDHIS entre em operação.

Competência

O Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal – FUNDHIS tem como objetivo centralizar e gerenciar os recursos orçamentários destinados à implementação de programas e políticas habitacionais de interesse social.

Receita

Em 2010 a receita foi estimada em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e por não ter sido firmado nenhum convênio com a União, uma das principais fontes, a arrecadação efetiva foi zero.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1213 – Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social no Distrito Federal	350.000,00	350.000,00	0	0	
0904 – Construir Unidades Habitacionais de Interesse Social no Distrito Federal	350.000,00	350.000,00	0	0	001

Em 2010, não houve realizações no âmbito do FUNDHIS.

19.11. FUNDO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FUNDHABI

O Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHABI foi instituído na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal pelo Art. 14 do Decreto-Lei n.º 768, de 18/08/69.

Em 23/12/80, foi editado o Decreto n.º 5.716, que autorizou a então Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda – SHIS a promover medidas necessárias para cumprimento do Decreto-Lei que criou o Fundo e indicou uma relação de imóveis residenciais a serem alienados.

O Fundo foi regulamentado pelo Decreto n.º 11.955, de 9/11/89. Sua regulamentação sofreu alterações por meio do Decreto n.º 14.531, de 23/12/92, que definiu as fontes de recursos para o FUNDHABI e estipulou um prazo de trinta anos para duração do Fundo, a contar da sua publicação. Assim, de acordo com o referido Diploma Legal, o Fundo vigorará até 23/12/2022.

Posteriormente, com a Lei n.º 804 de 08/12/94, a SHIS foi extinta e foi criado o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB. Com isso, a gestão do FUNDHABI passou a ser do IDHAB. Pelo Decreto n.º 1.304, de 16/12/96, o IDHAB passou a compor a estrutura organizacional da Secretaria de Obras. Nesse contexto, o FUNDHABI, que até então era vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, passou a integrar a estrutura organizacional da SO.

Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, pela Lei n.º 2.296, de 21/01/99, o FUNDHAB passa a ser administrado e gerido pela área de desenvolvimento urbano e habitação.

Após a publicação da Lei n.º 4.020, de 25/09/07, que criou a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB; e do Decreto n.º 29.403, de 14/08/08, que estruturou a Secretaria de Habitação – SEHAB, a gestão do FUNDHABI passou a ser desses Órgãos.

Por meio do Decreto n.º 31.698, de 18 de maio de 2010 a Secretaria de Estado de Habitação foi extinta, transferindo suas competências, seus órgãos vinculados e os que desempenham suas atividades-fim para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

No mês de junho de 2010, por meio do Decreto n.º 31.755, ficou determinado que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal exercerá a função de Secretaria Executiva do Fundo Habitacional do Distrito Federal e do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social, cabendo-lhe praticar todos os atos de natureza técnica, administrativa, financeira e contábil necessários à gestão dos mesmos.

Competência

Destina-se exclusivamente ao financiamento de edificações de unidades residenciais para os servidores do conjunto administrativo do Distrito Federal.

Receita

Em 2010 foi captada uma receita de R\$ 63.200,00 (sessenta e três mil reais), proveniente dos contratos de financiamento de unidades habitacionais já construídas em programas anteriores deduzidos 2% de taxa de administração.

Atividades

Programa 1200 – Desenvolvimento Habitacional

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1213 – Construção de Unidades Habitacionais no DF	1.030.000,00	1.030.000,00	0	0	
0904 – Construir Unidades Habitacionais no DF	1.030.000,00	1.030.000,00	0	0	001

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2194 – Gerenciamento e Administração de Imóveis do Fundo Habitacional do DF	1.046.554,00	1.046.554,00	0	0	
0002 – Gerir e administrar imóveis do Fundo Habitacional do Distrito Federal	1.046.554,00	1.046.554,00	0	0	002

Em 2010, não houve realizações no âmbito do FUNDHABI.

O motivo da não realização das ações em 2010 foi devido ao fato do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da Decisão nº 5.602/2000, ter considerado inconstitucional o atendimento habitacional por segmento, incluindo entre eles, o atendimento ao segmento Servidor Público.

Diante dessa situação, foi autuado o Processo nº 390.000.715/2010, para a realização de um levantamento da situação financeira, operacional e legal, cujo resultado poderá indicar até mesmo a extinção do FUNDHABI, pois sua função principal é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 2005-00.20000400-00.

20. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 31.085, de 26 de novembro de 2009, e do Decreto nº 31.305, de 04 de fevereiro de 2010, tem por competência:

I - formular, definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas ao planejamento estratégico, modernização, desburocratização e avaliação da gestão dos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Governo do Distrito Federal;

II - propor, implementar e avaliar políticas de gestão de pessoas relacionadas a provimento de cargos, carreiras, capacitação, desenvolvimento, qualidade de vida no trabalho no âmbito do GDF;

III - elaborar e coordenar programas e projetos de capacitação e desenvolvimento dos servidores dos órgãos da Administração Direta e Indireta Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;

IV – definir políticas, diretrizes e ações relacionadas à captação de recursos financeiros e técnicos, públicos e privados, para implementação de programas e projetos do Governo do Distrito Federal;

V – formular, orientar e coordenar o processo de elaboração e acompanhamento do planejamento anual, plurianual e da execução do orçamento do Governo do Distrito Federal;

VI - definir políticas, diretrizes e promover a coordenação da gestão de suprimentos de materiais, transporte interno, comunicação e documentação administrativa, patrimônio e serviços dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;

VII - estabelecer políticas, diretrizes e normas para a disponibilização de informações a cidadãos, empresas, governo, servidores sobre os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;

VIII - coordenar e articular ações que subsidiem a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos voltados para resultados e cumprimento das metas governamentais estratégicas;

IX - promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos de gestão pública;

X – gerenciar, controlar e acompanhar as atividades de implementação e produção dos sistemas corporativos de informação e gestão da infraestrutura de equipamentos e redes de processamento de dados.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		440	232	142	61	875
Requisitados	Órgãos do GDF	6	20	7	6	39
	Órgãos Federais	-	-	-	-	-
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo			54	-	29	83
Contratados temporariamente		-	-	-	-	-
Conveniados		-	-	-	-	-
Estagiários – SEPLAG (nível médio +superior)		-	12	-	15	27
Subtotal		446	318	149	111	1.024
Servidores cedidos para outros Órgãos		89	-	-	-	89
Total		535	318	149	111	1.113

Fonte: UAG/SEPLAG

1. Realizações

Com fulcro nas competências regimentais, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, no exercício de 2010, deu prosseguimento às ações voltadas à política de gestão de pessoas, à gestão por

resultados, à gestão administrativa e patrimonial e à política de captação de recursos nacionais e internacionais.

Sobreleva assinalar que, na seara da política de gestão de pessoas, no tocante à recomposição salarial dos servidores do GDF, procedeu-se ao reembolso da parcela de custeio do benefício alimentação, a reestruturação de 09 carreiras de estado e a criação de 04 novas, nas áreas de planejamento e gestão urbana, de fiscalização de atividades de limpeza urbana, de atividades de defesa do consumidor e de apoio à assistência judiciária. Destaca-se, o prosseguimento da política de fortalecimento do quadro de pessoal dos órgãos do GDF, por meio da nomeação de 13.527 concursados para os diversos segmentos do Governo.

Na atual gestão foram evidenciadas, também, a gestão qualitativa do orçamento público e a gestão de Tecnologia da Informação, com o fito de melhor gerenciar os gastos com a máquina pública e dar continuidade à hospedagem dos sistemas corporativos do Governo do Distrito Federal.

1.1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Neste Programa estão contempladas as despesas de natureza tipicamente administrativa, as quais contribuíram para a consecução dos objetivos dos outros programas da Secretaria e/ou de outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

Manutenção da Frota Oficial de Veículos do GDF

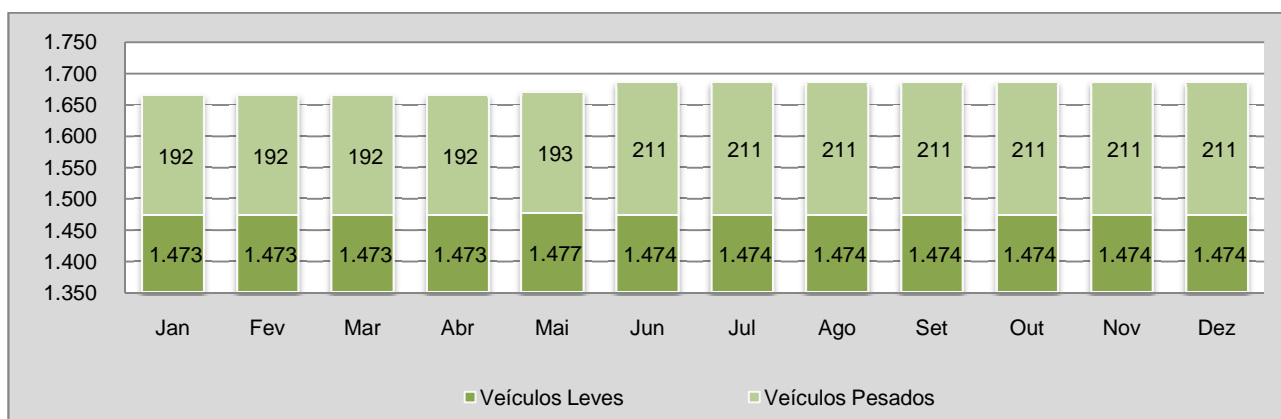
Programa de Trabalho: 04.122.0100.2984.0005

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
31.059.200,00	26.028.564,00	24.916.407,76	24.916.407,76	95,73%	001

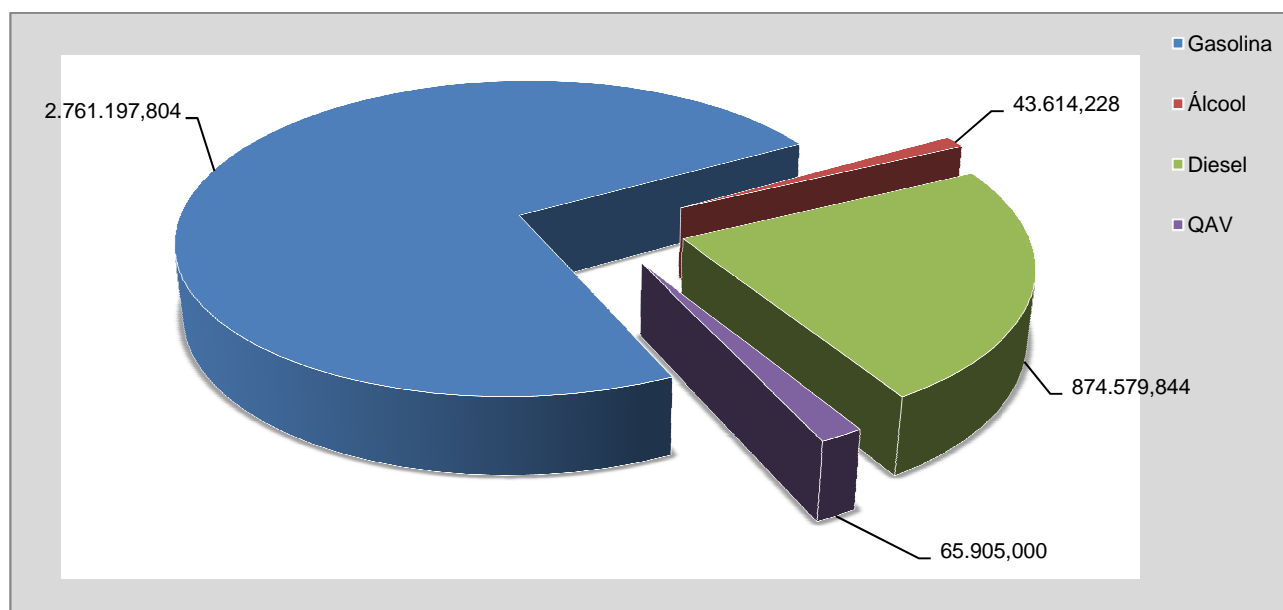
Nesta ação foram efetuados os seguintes pagamentos:

- Abastecimento da frota de veículos oficiais do GDF – frota própria e locada (1.687 veículos mantidos – 1.474 leves, 211 veículos pesados e 02 aeronaves);
- Locação de veículos para os órgãos do GDF (cerca de 880 veículos);
- Pagamento de seguro obrigatório da frota (667 seguros pagos);
- Fornecimento de peças para a frota oficial do GDF (linhas leve e pesada, utilitário);
- Manutenção geral da frota (guincho, bombas e bicos injetores de veículos, retífica de motores, bombas e aparelhos de oficinas, alinhamento e balanceamento e cambagem);
- Aquisição de materiais e equipamentos para a manutenção da frota.

Frota de Veículos Oficiais do GDF em 2010



Fonte: SUPRI/SEPLAG

Consumo de Combustível em 2010 (em litros)

Fonte: SUPRI/SEPLAG

Manutenção de Bens Imóveis do GDF

Programa de Trabalho: 04.122.0100.2990.0006

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
71.118.362,00	155.317.541,00	152.492.444,25	152.492.444,25	98,18%	002

Neste Programa foram efetuados os seguintes pagamentos:

- Serviços de segurança armada e desarmada para o GDF;
- Serviços de limpeza e conservação;
- Pagamento de taxa de condomínios;
- Fornecimento de água para os órgãos de responsabilidade da SEPLAG (consumo: 87.929M³);
- Fornecimento de energia elétrica para os órgãos de responsabilidade da SEPLAG (consumo: energia elétrica horo-sazonal bloco "A"- 548.128 kWh, energia elétrica horo-sazonal bloco "B" - 1.998.288kWh e energia elétrica comum - 644.093 kWh);
- Pagamento de despesas com a brigada de incêndio;
- Aquisição de materiais e equipamentos para a manutenção do predial;
- Manutenção de 27 imóveis funcionais da Administração Direta do GDF e 9 casas no Jardim Botânico de Brasília.

Manutenção dos Sistemas Corporativos e de Gestão voltados à Administração Pública

Programa de Trabalho: 04.122.0100.2994.0011

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
36.164.955,00	27.258.390,00	23.899.380,42	23.899.380,42	87,68%	003

Nesta ação foram atendidas as seguintes despesas:

- Pagamento de despesas com os contratos de serviços de: acesso a *Internet*; manutenção do *SIGMA.NET*; serviços de transmissão de dados Rede *GDF Net*; manutenção do *SIGRH*; manutenção do

sistema PGDI; e manutenção do DATACENTER;

- Pagamento de serviços de suporte técnico para plataformas ORACLE, MS-SQL, MYSQL e Postgre;

- Aquisição de microcomputadores (Ata de Registro de Preços nº 04/2010, SEPLAG do Governo de Minas Gerais);

- Readequação de ambiente tecnológico – aquisição de ativos de rede.

Revitalização do Anexo do Palácio do Buriti

Programa de Trabalho: 04.122.0100.3943.0001

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
844.000,00	2.836.525,13	2.645.591,30	2.098.186,77	73,97%	004

Neste Programa de Trabalho foram descentralizados recursos orçamentários, por meio de Portarias, no montante de R\$ 2.160.526,00 à NOVACAP.

Administração de Pessoal da SEPLAG

Programa de Trabalho: 04.122.0100.8502.7024

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
91.539.398,00	102.488.823,00	102.192.216,09	102.192.216,09	99,71%	005 e 006

Nesta ação foram efetuados os pagamentos para manutenção da força de trabalho da SEPLAG, sendo: SEPLAG (875 servidores) e TCB (825 empregados).

Contribuição Patronal para o Regimento Próprio de Previdência Social – RPPS

Programa de Trabalho: 04.122.0100.8502.8695

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
1.130.815,00	1.530.815,00	1.507.758,29	1.507.758,29	98,49%	008

Nesta ação realizou-se o recolhimento da contribuição patronal para o Regimento Próprio de Previdência Social – RPPS para atender o quantitativo de servidores a seguir discriminados:

Recolhimento da Contribuição Patronal para o RPPS em 2010

Mês	Servidores
Jan	93
Fev	93
Mar	90
Abr	88
Mai	116
Jun	114
Jul	123
Ago	125
Set	133
Out	139
Nov	136
Dez	136

Fonte: UAG/SEPLAG

Complementação de Aposentadoria aos Inativos e Pensionistas do GDF

Programa de Trabalho: 04.122.0001.9004.6989

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
13.450.000,00	12.437.170,00	8.457.505,22	8.457.505,22	68,00%	026

Complementação de Aposentadoria aos Inativos e Pensionistas do GDF em 2010

Mês	Aposentados	Pensionistas
Jan	180	80
Fev	180	80
Mar	179	75
Abr	178	77
Mai	178	77
Jun	178	79
Jul	176	80
Ago	177	-

Fonte: UAG/SEPLAG

Complementação de Aposentadoria dos Ex-Empregados Públicos do DF – Lei nº 701/1994

Programa de Trabalho: 04.122.0001.9404.9711

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
-	4.900.000,00	4.286.761,26	4.286.761,26	87,48%	0028

Esta ação foi consignada na Lei Orçamentária Anual objetivando atender ao disposto na Lei nº 701/94, que preceitua que o Distrito Federal garantirá a complementação da aposentadoria que vier a ser concedida nos termos da legislação previdenciária federal aos seus ex-funcionários públicos que, mediante opção, foram integrados na forma da Lei nº 6.162, de 6/12/1974, e permanecem em atividades vinculadas ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Complementação Salarial a Aposentados e Pensionistas em 2010

Mês	Aposentados	Pensionistas
Ago	-	80
Set	177	79
Out	176	79
Nov	175	80
Dez	175	80

Fonte: UAG/SEPLAG

Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SEPLAG

Programa de Trabalho: 04.122.0100.8517.7897

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
10.478.260,00	1.541.620,00	1.198.327,84	1.198.327,84	77,73%	009

Nesta ação foram mantidas as seguintes despesas:

- Pagamento de locação de máquinas copadoras; telefonia fixa e de longa distância; telefonia móvel; passagens aéreas nacionais e internacionais; assinatura de jornais; taxa de anuidade a Conselhos; serviços de postagens; fornecimento de software para recuperação textual; e material e equipamentos para suprimento, dentre outros.

Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da SEPLAG

Programa de Trabalho: 28.846.0001.9050.7007

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
8.650.200,00	2.541.071,00	2.401.056,44	2.401.056,44	94,49%	024 e 025

Nesta ação foram mantidas as seguintes despesas:

- Ressarcimento referente à requisição de servidores da Polícia Civil, INSS e Governo da Paraíba;

- Pagamento de indenizações – estrutural e NOVACAP;
- Pagamento de despesas decorrentes de processos judiciais.

Quadro de Detalhamento de Despesas 2010

Programa de Trabalho	Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	%	Etapa SAG
PT 04.122.0100.2984.0005 - Manutenção da Frota Oficial de Veículos do GDF	31.059.200,00	26.028.564,00	24.916.407,76	24.916.407,76	95,73%	001
PT 04.122.0100.2990.0006 - Manutenção de Bens Imóveis do GDF	71.118.362,00	155.317.541,00	152.492.444,25	152.492.444,25	98,18%	002
PT 04.122.0100.2994.0011 - Manutenção dos Sistemas Corporativos e de Gestão voltados à Administração Pública	36.164.955,00	27.258.390,00	23.899.380,42	23.899.380,42	87,68%	003
PT 04.122.0100.3943.0001 - Revitalização do Anexo do Palácio do Buriti	844.000,00	2.836.525,13	2.645.591,30	2.098.186,77	73,97%	004
PT 04.122.0100.8502.7024 - Administração de Pessoal da SEPLAG	91.539.398,00	102.488.823,00	102.192.216,09	102.192.216,09	99,71%	005 e 006
PT 04.122.0100.8502.8665 - Revisão Geral da Remuneração dos Servidores do DF	339.484.723,00	652.862,00	-	-	0,00%	007
PT 04.122.0100.8502.8695 - Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.130.815,00	1.530.815,00	1.507.758,29	1.507.758,29	98,49%	008
PT 04.122.0100.8517.7897 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SEPLAG	10.478.260,00	1.541.620,00	1.198.327,84	1.198.327,84	77,73%	009
PT 04.122.0750.2422.0003 - Manutenção do Programa Bolsa Estágio	-	7.630.165,00	7.467.881,99	7.467.881,99	97,87%	027
PT 04.122.0750.2426.0026 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da SEPLAG	745.860,00	357.891,00	319.221,30	319.221,30	89,20%	010
PT 04.122.0750.3760.0005 - Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos do GDF	100.000.000,00	-	-	-	-	011
PT 04.122.0750.8504.7024 - Concessão de Benefícios aos Servidores da SEPLAG	8.171.097,00	6.971.097,00	6.785.541,09	6.785.541,09	97,34%	012 a 017
PT 04.122.0850.3046.0001 - Modernização da Gestão Pública no Distrito Federal - Assistência Técnica - SWAP	11.379.343,00	10.745.143,00	-	-	0,00%	018
04.122.0950.2474.0002 – Modernização das Unidades de Gestão de RH – Componente 2 – PNAGE/DF	5.812.264,00	8.608.753,59	105.125,80	105.125,80	1,22%	019
04.122.0950.2543.0002 – Modernização dos Mecanismos Administrativos – Componente 4 – PNAGE/DF	321.564,00	90.000,00	-	-	0,00%	020
04.122.0950.2580.0002 – Promoção de Mudança Cultural e Institucional – PNAGE/DF	298.865,00	-	-	-	-	021
04.122.0950.2581.0001 – Administração de Projetos – PNAGE-DF	837.244,00	114.360,00	9.502,91	9.502,91	8,31%	022
PT 04.122.3000.3903.7887 - Reforma de Prédios e Próprios da SEPLAG	844.000,00	997.835,23	996.070,10	896.052,31	89,80%	023
PT 28.846.0001.9050.7007 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da SEPLAG	8.650.200,00	2.541.071,00	2.401.056,44	2.401.056,44	94,49%	024 e 025
PT 04.122.0001.9004.6989 - Complementação de Aposentadoria aos Inativos e Pensionistas do GDF	13.450.000,00	12.437.170,00	8.457.505,22	8.457.505,22	68,00%	026

Programa de Trabalho	Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	%	Etapa SAG
PT 09.273.0001.9004.9711 - Complementação de Aposentadoria dos Ex-empregados Públicos do Distrito Federal – Lei nº 701/94	-	4.900.000,00	4.286.761,26	4.286.761,26	87,48%	028
PT 04.122.0750.8504.9545 - Reserva Orçamentária para Compensação da Extinção da Contrapartida do Benefício Alimentação dos Servidores do GDF	42.250.000,00	-	-	-	-	
Total	774.580.150,00	373.048.625,95	339.680.792,06	339.033.369,74	90,88%	

Fonte: UAG/SEPLAG

1.2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Este programa busca implementar políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências individuais – conhecimentos, habilidades e atitudes, ampliação do nível de escolaridade e profissionalização, visando à valorização e reconhecimento dos servidores, no intuito de comprometê-los com os princípios de um estado ágil, moderno e integrado à sociedade.

No contexto da Política de Gestão de Pessoas instituída pelo Decreto nº 29.814, de 10 de dezembro de 2008, consolidaram-se questões importantes para gestão de pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

No segmento da gestão de pessoas, que enfatiza a política de carreiras e remuneração e o aperfeiçoamento contínuo dos servidores públicos, foram empreendidas as seguintes ações:

Concessão de Reajuste Geral aos Servidores do GDF

Esta ação consistiu na reformulação de várias tabelas salariais e no reajuste/re alinhamento de carreiras, o que resultou na majoração da parcela denominada vencimento básico e, conseqüentemente, menor peso das gratificações na remuneração final dos servidores.

Sobreleva assinalar que o impacto orçamentário da concessão do reajuste às carreiras foi registrado à conta dos órgãos demandantes.

Desse modo, e por força de lei, procedeu-se ao remanejamento de recursos pela Subsecretaria de Orçamento/SEPLAG para atender outras demandas governamentais.

Carreiras do GDF Reajustadas por Leis Publicadas em 2010

Carreira	Qtd. Serv.	PL	Leis	Data de Reajuste			
				2009	2010	2011	2012
Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana ¹	308	1.511	4.464/2010		01/01/10		
ACT - CEASA	-				01/03/10	01/01/11	
ACT – EMATER	-				01/03/10		
ACT - SAB	-				01/03/10	01/01/11	
Assistência à Educação	18.232	1.462	4.395/2009	01/07/09	01/03/10	01/03/11	
Atividades Culturais	542	1.418	4.413/2009	01/08/09	01/03/10		
Atividades Penitenciárias	867	1.513	4.455/2009	01/12/09	01/03/10	-	-
Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal ³	-	1.512	4.448/2009		01/03/10	-	-
Auditoria Tributária	1.066	1.301	4.355/2009	01/06/09	01/03/10	01/03/11	31/12/11
Finanças e Controle ³	741	1.301	4.355/2009	01/06/09	01/03/10	-	-
Magistério	41.953	1.537	4.466/2010		01/03/10	-	-
Músico	112	1.418	4.413/2009	01/08/09	01/03/10	-	-
Planejamento e Orçamento ³	393	1.301	4.355/2009	01/06/09	01/03/10	-	-

Carreira	Qtd. Serv.	PL	Leis	Data de Reajuste			
				2009	2010	2011	2012
Técnica Fazendária	1.154	1.301	4.355/2009	01/06/09	01/03/10	-	-
ACT - METRÔ	-	-	-	-	01/04/10	-	-
Fiscalização de Atividades Urbanas	2.084	1.550	4.470/2010	-	01/04/10	-	-
ACT- TCB	-	-	-	-	01/05/10	-	-
Auditoria de Controle Interno	1.134	1.550	4.470/2010	-	01/05/10	01/01/11	-
Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana	308	1.550	4.470/2010	-	01/05/10	01/03/11	-
Atividades Compl. de Segurança Pública ⁵	40	-	4.268/2008	01/03/09	01/06/10	-	-
Administração Pública	11.745	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Apoio às Atividades Jurídicas	386	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Apoio às Atividades Policiais Cíveis	550	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Assistência à Educação (Cria a Gratificação GGI)	-	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	-	-
Atividades de Trânsito	640	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	-	-
Atividades de Transportes Urbanos	92	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Atividades de Transportes Urbanos	92	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/06/11	-
Atividades do Hemocentro	145	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Atividades do Meio Ambiente	81	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/06/11	-
Atividades Penitenciárias	867	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/08/11	-
Atividades Rodoviárias (Técnico e Agentes) ²	1.186	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/11/11	-
Bombeiro Militar do DF	8.346	-	12.086/2009	01/04/09	01/08/10	01/08/11	01/08/12
Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos	3.826	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/06/11	-
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	1.170	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Auditoria de Atividades Urbanas	2.084	1.423	4.409/2009	01/10/09	01/08/10	01/10/11	-
Planejamento e Gestão Urbana	191	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/04/11	-
Polícia Militar do DF	22.144		12.086/2009	01/04/09	01/08/10	01/08/11	01/08/12

Carreiras do GDF Reajustadas por Leis Publicadas em 2010

Cont.

Carreira	Qtd. Serv.	PL	Leis	Data de Reajuste			
				2009	2010	2011	2012
Policiamento e Fiscalização de Trânsito	368	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	-	-
Pública de Assistência Social	3.277	1.510	4.450/2009	01/10/09	01/08/10	01/08/11	-
Regulação de Serviços Públicos	57	1.550	4.470/2010	-	01/08/10	01/06/11	-
Administração Pública (Espec. Medicina)	-	1.449	4.426/2009	01/10/09	01/09/10	01/09/11	-
Assistência Judiciária	266	1.550	4.470/2010	-	01/09/10	01/01/11	-
Assistência Pública à Saúde	25.058	1.491	4.440/2009	01/10/09	01/09/10	01/09/11	-
Auditoria Tributária-	1.066	1.550	4.470/2010	-	01/09/10	01/01/11	-
Cirurgião-Dentista	430	1.534	4.465/2010	01/12/09	01/09/10		-
Concessão de Parcela Pecuniária - FUNASA ²	-	1.491	4.434/2009	01/11/09	01/09/10	01/09/11	-
Criação da Gratificação GAMU (CARR. DA SAÚDE)	-	1.550	4.470/2010	-	01/09/10	-	-
Enfermeiro	2.879	1.514	4.456/2009	01/10/09	01/09/10	-	-
Fixa o valor da Gratificação GAV	-	1.550	4.470/2010	-	01/09/10	-	-
Médica	5.871	1.409	4.410/2009	01/09/09	01/09/10	01/09/11	-
Procurador do Distrito Federal	393	1.550	4.470/2010	-	01/09/10	01/01/11	-
Técnica Fazendária	1.686	1.550	4.470/2010	-	01/09/10	01/03/11	-
Tabela Especial de Emprego Comunitário	1.604	1.491	4.440/2009	01/11/09	01/10/10	01/10/11	-
Assistência Pública à Saúde (Especialistas)	-	1.550	4.470/2010	-	01/11/10	-	-

Carreira	Qtd. Serv.	PL	Leis	Data de Reajuste			
				2009	2010	2011	2012
Administração Pública	11.745	1.550	4.470/2010	-	-	01/05/11	-
Apoio às Atividades Policiais Cíveis	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/04/11	-
Apoio às Atividades Jurídicas	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/06/11	-
Assistência Judiciária ⁴	205	1.449	4.426/2009	01/11/09	-	-	-
Ativ. de Trânsito/Polic. e Fiscalização de Trânsito	988	1.532	4.467/2010	01/11/09	-	-	-
Atividades Compl. de Segurança Pública	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/08/11	-
Atividades Culturais	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/06/11	-
Atividades do Hemocentro	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/05/11	-
Atividades Rodoviárias	1.259	1.386	4.402/2009	01/06/09	-	-	-
Atividades Rodoviárias (Analista) ¹	-	1.301	4.355/2009	01/06/09	-	-	-
Conservação e Limpeza Pública	3.848	1.408	4.407/2009	01/08/09	-	-	-
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/05/11	-
Magistério	41.953	1.257	4.328/2009	01/03/09	-	-	-
Músicos	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/06/11	-
Procurador do DF ⁴	393	1.449	4.426/2009	01/11/09	-	-	-
Pública de Assistência Social	-	1.550	4.470/2010	-	-	01/05/11	-

Fonte: SUGEP/SEPLAG

Quantidade de Servidores por Carreira do GDF em 2010

Carreiras	Ativo	Aposentado	Pensionista	Total
Administração Pública	4.959	3.460	3.326	11.745
Fiscalização de Atividades Urbanas	924	690	470	2.084
Finanças e Controle	235	377	129	741
Planejamento E Orçamento	143	209	41	393
Auditoria Tributária	562	349	155	1.066
Procurador do DF	214	123	39	376
Procurador do DF - Autarquias	3	12	-	15
Procurador do DF - Fundações	-	2	-	2
Apoio às Atividades Jurídicas	253	98	35	386
Pública de Assistência Social	2.348	692	237	3.277
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	561	423	186	1.170
Atividade em Transportes Urbanos	92	-	-	92
Atividades Rodoviárias	773	318	168	1.259
Atividades Culturais	343	138	61	542
Músicos da Orquestra Sinfônica	80	19	13	112
Assistência à Educação	12.758	3.939	1.535	18.232
Magistério Público do DF	28.638	12.022	1.293	41.953
Assistência à Saúde	18.801	5.272	985	25.058
Cirurgião-Dentista do QPDF	356	54	20	430
Enfermeiro do QPDF	2.372	463	44	2.879
Médico do QPDF	4.424	1.203	244	5.871
Apoio às Atividades Policiais Cíveis	293	113	144	550
Delegado de Policial do DF	379	259	72	710
Policial Civil do DF	4.983	1.662	1.070	7.715
Policial Militar	14.682	3.768	3.694	22.144
Bombeiro Militar	5.753	1.749	844	8.346
Atividades de Trânsito	509	87	44	640
Assistência Jurídica	182	21	2	205

Carreiras	Ativo	Aposentado	Pensionista	Total
Atividades Complementares de Segurança Pública	37	3	-	40
Técnica Fazendária	756	210	188	1.154
Policiamento e Fiscalização de Trânsito	305	49	14	368
Conservação e Limpeza Pública	2.638	921	597	4.156
Atividades do Hemocentro	131	11	3	145
Atividades Penitenciárias	867	-	-	867
Regulação de Serviços Públicos	57	-	-	57
Atividades do Meio Ambiente	81	-	-	81
Tabela Especial de Emprego Comunitário do DF	1.604	-	-	1.604
Total	112.096	38.716	15.653	166.465

Fonte: SUGEP/SEPLAG

Legislação de regulamentação das carreiras

Ano - 2010	Ementa
Lei nº 4.463, de 13 de janeiro de 2010 - DODF de 14.01.2010	Cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.464, de 15 de janeiro de 2010 - DODF de 18.01.2010	Dispõe sobre a criação da carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.465, de 18 de março de 2010 - DODF de 19.03.2010	Altera as Tabelas de Vencimentos Básicos da carreira de Cirurgião Dentista do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.466, de 18 de março de 2010 - DODF de 19.03.2010	Reajusta o vencimento básico da carreira de Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.467, de 18 de março de 2010 - DODF de 19.03.2010	Altera as Tabelas de Vencimentos Básicos das carreiras Atividades de Trânsito e Policiamento e Fiscalização de Trânsito do Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.470, de 31 de março de 2010 - DODF de 31.03.2010 - Edição extra	Reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências.

Fonte: SUGEP/SEPLAG

Manutenção do Programa Bolsa Estágio

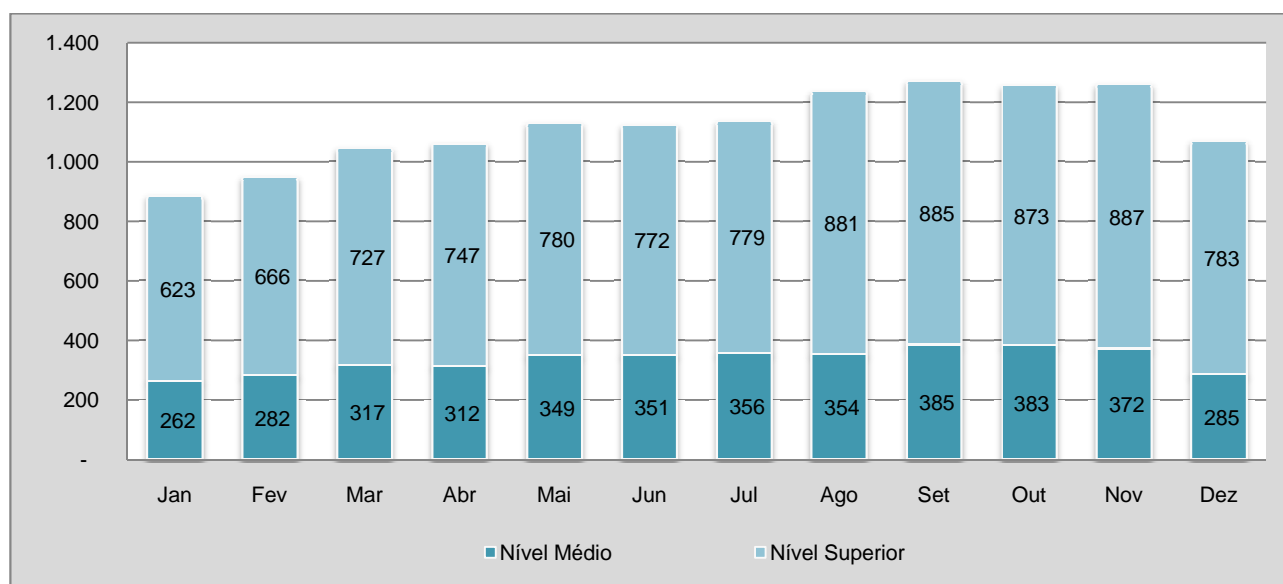
Programa de Trabalho: 04.122.0750.2422.0003

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
-	7.630.165,00	7.467.881,99	7.467.881,99	97,87%	027

Este Programa proporciona aos estudantes a complementação do ensino mediante assimilação de experiência prática.

Em 2010, o Programa teve uma média mensal de 784 estagiários de nível superior e 334 de nível médio, totalizando 1.118 estágios disponíveis em órgãos e empresas do GDF.

Contratação de Estagiários em 2010



Fonte: SUGEP/SEPLAG

Concessão de Bolsas de Estudos

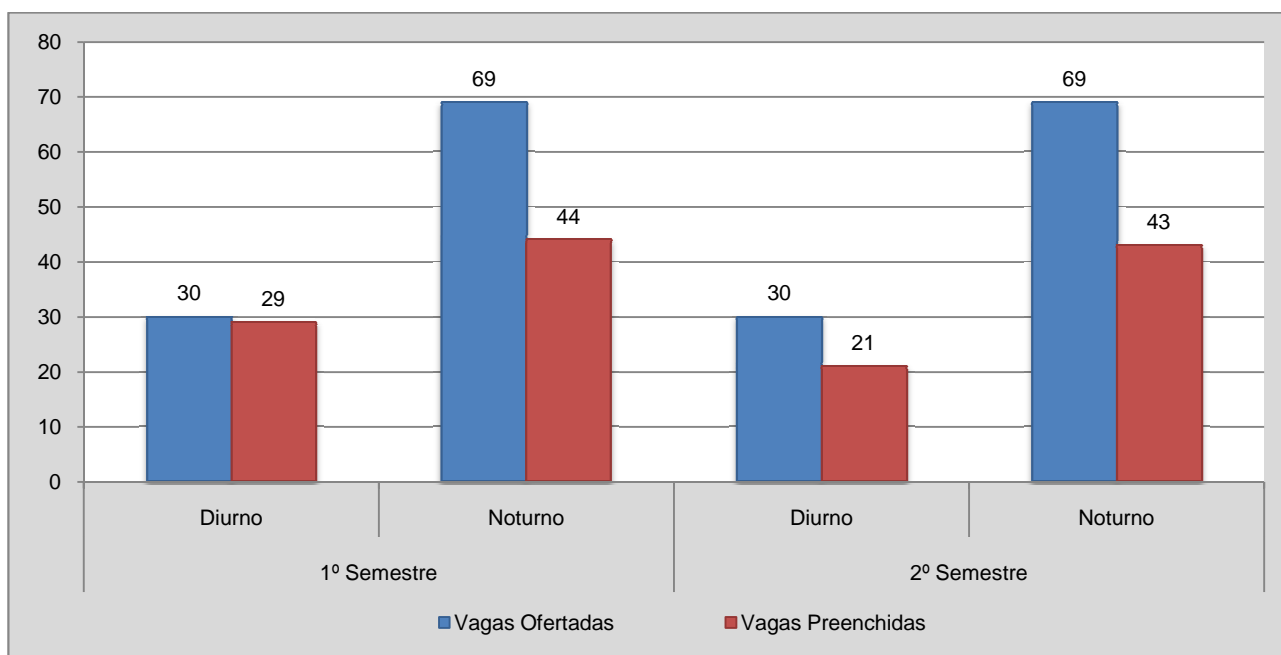
A Seleção para concessão de Bolsas de Estudo junto ao Centro Universitário do Distrito Federal – UniDF cumpre o termo da Escritura de Compra e Venda firmada entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e o UniDF.

Neste sentido, o UniDF disponibilizou 198 vagas durante o exercício de 2010, sendo **99** para cada semestre letivo. Os cursos ofertados foram nas áreas de Administração, Ciências Políticas e Contábeis, Tecnologia em Eventos, Tecnologia em Gestão de Condomínios, Tecnologia em Gestão Pública, Direito e Relações Internacionais.

Os órgãos do GDF contemplados com as bolsas de estudos foram a Secretaria de Estado de Governo; Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Transportes; Secretaria de Estado de Agricultura; Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; NOVACAP; SLU; SAB; Corpo de Bombeiros; e Polícia Militar do DF.

Oportuno consignar que a seleção é realizada por uma Comissão da SEPLAG, instituída por meio de Portaria que analisa, avalia e procede à classificação dos servidores e empregados concorrentes às bolsas de estudo junto ao UniDF, com fulcro nas legislações pertinentes.

Concessão de Bolsas de Estudo junto ao Centro Universitário do DF em 2010



Fonte: SUGEP/SEPLAG

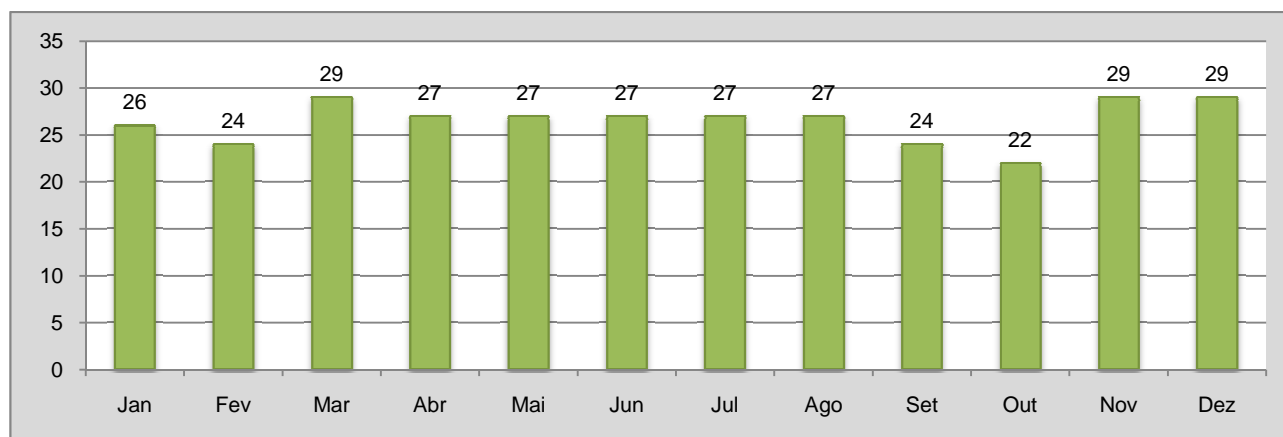
Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da SEPLAG

Programa de Trabalho: 04.122.0750.2426.0026

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
745.860,00	357.891,00	319.221,30	319.221,30	89,20%	010

Considerando a importância do Programa na ressocialização de sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, foi mantido o Contrato nº 30/27, celebrado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF.

Em 2010, a SEPLAG assistiu, em média, 27 sentenciados por mês, conforme demonstrativo abaixo:

Sentenciados Assistidos pelo Programa Reintegra Cidadão em 2010

Fonte: UAG/SEPLAG

Realizações de Concursos Públicos / Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos do GDF

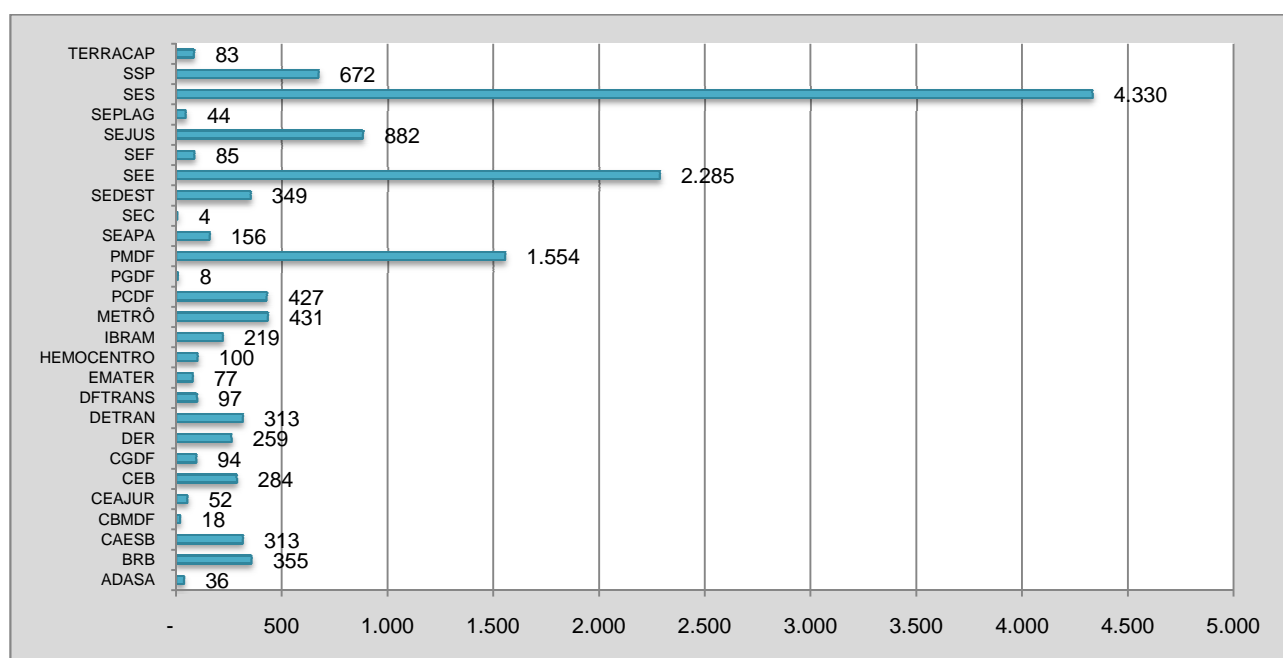
Programa de Trabalho: 04.122.0750.3760.0005

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
100.000.000,00	-	-	-	0,00%	011

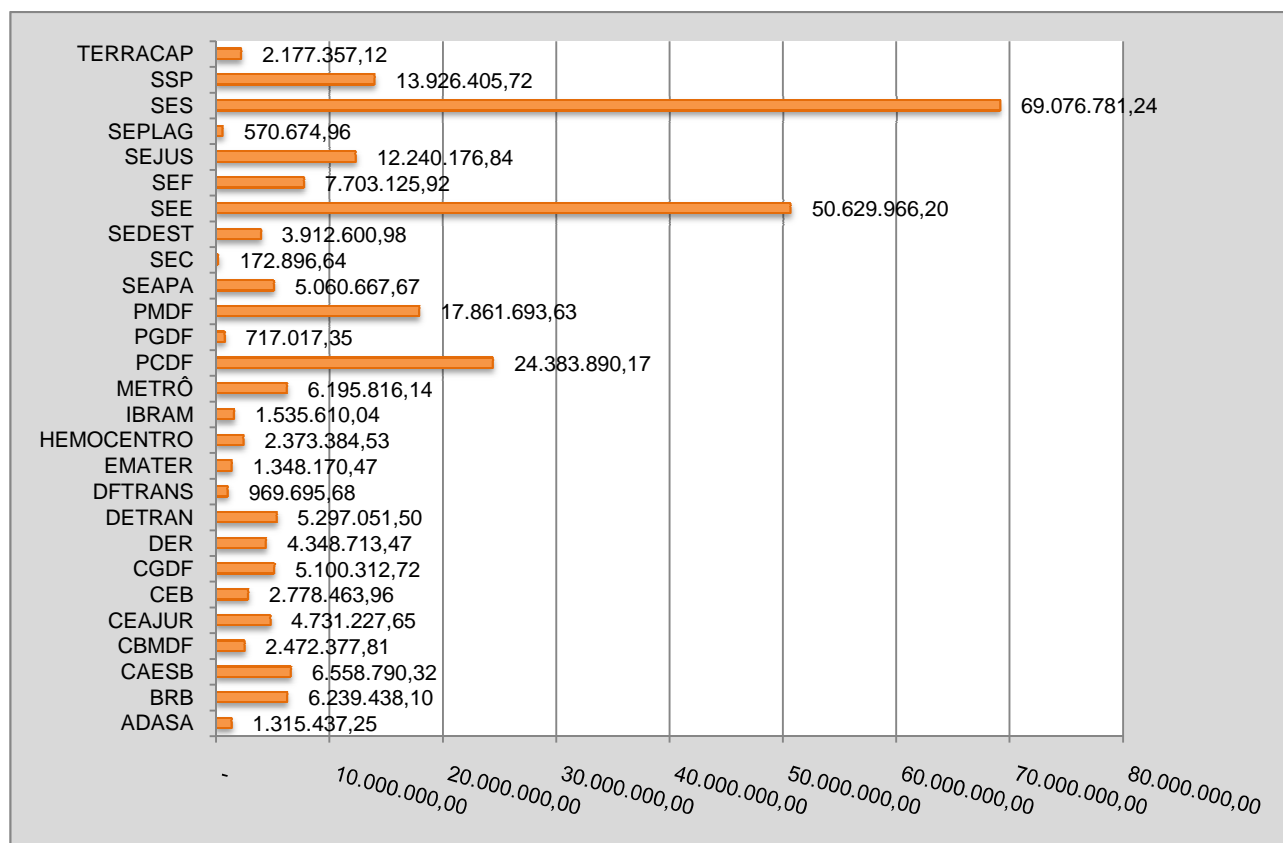
Em consonância com as diretrizes delineadas pelo Governo para recompor o quadro de pessoal dos diversos segmentos do Governo do Distrito Federal, em 2010, foram realizados diversos concursos públicos, bem como efetivadas 13.527 nomeações para provimento de cargos efetivos oriundos dos certames executados no exercício ou em anos anteriores. Este fato representou um impacto financeiro de R\$ 259.697.744,10..

É mister ressaltar que os recursos orçamentários despendidos para nomeação dos servidores foram alocados nos órgãos onde ocorreram as nomeações. Assim, foi procedido o remanejamento de recursos, pela Subsecretaria de Orçamento/SEPLAG, para atender outras demandas governamentais.

Gráfico 7 – Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos no GDF em 2010



Fonte: SUGEP/SEPLAG

Impacto Financeiro com Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos no GDF em 2010 (em R\$)

Fonte: SUGEP/SEPLAG

Neste sentido, são apresentados a seguir os concursos e nomeações realizados em 2010:

Concursos Públicos Realizados em 2010

Órgão	Cargo	Edital	Vagas	Observação
SEJUS	Técnico Administrativo	nº 1 do concurso público nº 1/2010, de 27/1/2010.	71	Concurso homologado.
	Atendente de Reintegração Social	nº 1 do concurso público nº 2/2010, de 27/1/2010.	169	Concurso homologado.
	Especialista em Assistência Social	nº 1 do concurso público nº 3/2010, de 27/1/2010.	71	Concurso homologado.
SES	Médico	nº 3/2010, de 12/2/2010.	429	Concurso homologado.
DETRAN	Assistente de Trânsito	nº 1/2010, de 5/5/2010	10	Concurso homologado.
IBRAM	Auditor Fiscal de Atividades Urbanas – Controle Ambiental	nº 1/2010, de 3/12/2010	20	Inscrições abertas até 24/1/2011.
DFTRANS	Auditor Fiscal de Atividades Urbanas – Transportes		25	

Concursos Públicos Realizados em 2010 (Continuação)

Órgão	Cargo	Edital	Vagas	Observação
PGDF	Analista Jurídico	nº 1/2010, de 9/12/2010	23	Inscrições abertas até 30/1/2011.
	Técnico Jurídico		46	
SEDF	Professor de Educação Básica	nº 1/2010, de 2/6/2010.	400	Concurso homologado.
	Analista de Gestão Educacional	nº 1/2010, de 20/8/2010	84	Provas aplicadas.
	Professor de Educação Básica (Contrato temporário)	nº 1/2010, de 2/12/2010	6.500	Prova objetiva marcada para 16/1/2011.
SEF	Auditor Tributário	nº 1/2010, de 10/11/2010	50	Inscrições abertas até 17/1/2011.

Em continuidade ao processo de recomposição da força de trabalho, encontra-se em tramitação, e/ou fase de realização, os seguintes certames públicos:

Concursos Públicos em Tramitação ou Fase de Realização em 2010

Órgão	Cargo	Vagas	Observação
CBMDF	Soldado	250	Processo em execução pela própria corporação.
	Oficial	46	Processo em execução pela própria corporação.
	Quadro de Praças	310	
DETRAN	Agente de Trânsito	100	Processo de dispensa de licitação na PGDF.
FUNAP	Analista de Adm. Pública	10	Processo em reanálise pela FUNAP.
	Técnico de Adm. Pública	40	
JARDIM BOTÂNICO	Analista de Adm. Pública	23	Sobrestado em virtude da mudança na legislação.
	Técnico de Adm. Pública	35	
JARDIM ZOOLOGICO	Analista de Administração Pública	20	Sobrestado em virtude da mudança na legislação.
	Técnico de Administração Pública	27	
NOVACAP	Empregos Diversos	379	Processo na geprov aguardando adequação orçamentária.
PCDF	Analista de Apoio às Atividades Policiais	150	Realizada adequação da loa e em processo de definição das especialidades.
	Técnico de Apoio às Atividades Policiais	100	
	Agente de Atividades Complementares de Segurança Pública	50	Vagas autorizadas e sendo revisada portaria das atribuições.
	Perito Criminal	40	Processo em execução pela própria corporação.
	Escrivão de Polícia	92	Processo em reanálise na PCDF.
	Agente de Polícia	421	Processo em reanálise na PCDF.
PMDF	Alunos Oficiais	41	Processo em execução pela própria corporação.
SEAPA	Analista de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	18	Processo em reanálise na SEAPA.
	Técnico de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	14	
SEDF	Especialista em Educação	40	Realizada adequação da loa e processo em reanálise pela SEE.
SEC	Analista de Atividades Culturais	50	Projeto básico em elaboração.
	Técnico de Atividades Culturais	50	
SEF	Analista Fazendário	80	Processo em análise na SEF.
	Técnico Fazendário	250	
SEPLAG	Analista de Adm. Pública	120	Sobrestado em virtude da mudança na legislação.
	Técnico de Adm. Pública	120	
SES	Agente de Vigilância Ambiental	163	Realizada adequação da loa e processo em reanálise pela SES.

Estruturação de Carreiras

Efetuada a estruturação das carreiras por meio da definição das especialidades de cada cargo com as respectivas atribuições de seus integrantes, de forma a legitimar o papel de cada servidor no contexto da Administração, conforme demonstrativo a seguir:

Carreiras Reestruturadas em 2010

Denominação Anterior		Denominação Atual		Amparo Legal	
Carreiras	Cargos	Carreiras	Cargos	Lei	Vigência
Finanças e controle	Analista de Finanças e Controle	Auditoria de controle interno	Auditoria de Controle Interno	4.448/2009	Dez/09
	Técnico de Finanças e Controle		Inspetor Técnico de Controle Interno		
Planejamento e orçamento	Analista de Planejamento e Orçamento		Auditoria de Controle Interno		
	Técnico de Planejamento e Orçamento		Inspetor Técnico de Controle Interno		
Assistência à educação	Analista de Educação	Assistência à educação	Analista de Gestão Educacional	4.458/2009	Dez/09
	Assistente de Educação		Técnico de Gestão Educacional		
	Auxiliar de Educação		Agente de Gestão Educacional		
Carreira nova	-	Planejamento e gestão urbana	Analista de Planejamento e Gestão Urbana	4.463/2010	Jan/10
	-		Técnico de Planejamento e Gestão Urbana		
Carreira nova	-	Fiscalização de atividades de limpeza urbana do DF	Fiscal de Atividades de Limpeza Urbana	4.464/2010	Jan/10
Atividades rodoviárias	Analista de Atividades Rodoviárias	Atividades rodoviárias	Analista de Atividades Rodoviárias	4.470/2010	Abr/10

Denominação Anterior		Denominação Atual		Amparo Legal	
Carreiras	Cargos	Carreiras	Cargos	Lei	Vigência
	Técnico de Atividades Rodoviárias		Técnico de Atividades Rodoviárias		
	Auxiliar de Atividades Rodoviárias		Agente de Atividades Rodoviárias		
Fiscalização de atividades urbanas	Inspetor de Atividades Urbanas	Auditoria de atividades urbanas	Auditor de Atividades Urbanas	4.479/2010	Jul/10
	Fiscal de Atividades Urbanas		Auditor Fiscal de Atividades Urbanas		
Conservação e limpeza pública	Analista de Atividades de Limpeza Pública	Gestão sustentável de resíduos sólidos	Analista de Gestão de Resíduos Sólidos	4.492/2010	Jul/10
	Técnico de Atividades de Limpeza Pública		Assistente de Gestão de Resíduos Sólidos		
	Auxiliar de Atividades de Limpeza Pública		Agente de Gestão de Resíduos Sólidos		
Carreira nova	-	Atividades de defesa do consumidor do quadro permanente do PROCON	Analista de Atividades de Defesa do Consumidor	4.502/2010	Jan/11
			Fiscal de Defesa do Consumidor		
			Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor		
Atividades penitenciárias	Técnico Penitenciário	Atividades penitenciárias	Agente de Atividades Penitenciárias	4.508/2010	Out/10
Carreira nova	-	Apoio à assistência judiciária	Analista de Apoio à Assistência Judiciária	4.516/2010	Out/10
			Técnico de Apoio à Assistência Judiciária		
Administração pública do distrito federal	Analista de Administração Pública	Políticas públicas e gestão governamental	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	4.517/2010	Out/10
	Técnico de Administração Pública		Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental		
	Auxiliar de Administração Pública		Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental		
Apoio às atividades jurídicas	Analista de Apoio às Atividades Jurídicas	Dos servidores da procuradoria-geral do distrito federal	Analista Jurídico	4.517/2010	Out/10
	Assistente de Apoio às Atividades Jurídicas		Técnico Jurídico		
	Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas		Agente Jurídico		

Fonte: SUGEP/SEPLAG

Concessão de Benefícios aos Servidores da SEPLAG

Programa de Trabalho: 04.122.0750.8504.7024

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapas SAG
8.171.097,00	6.971.097,00	6.785.541,09	6.785.541,09	97,34%	0012 a 0017

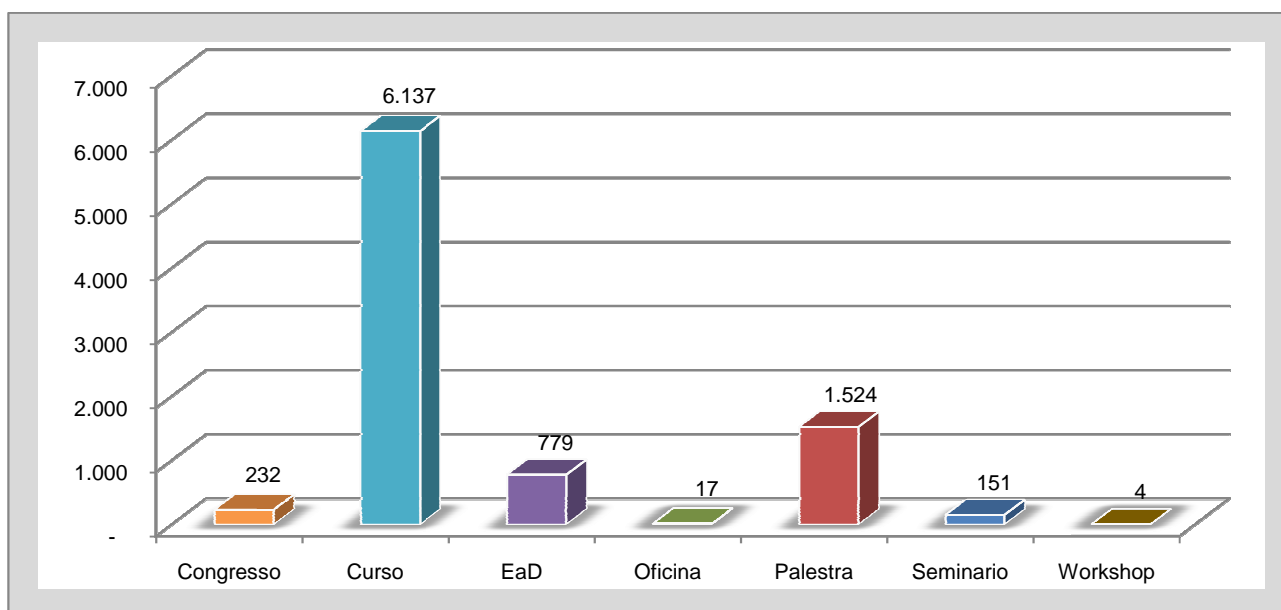
Neste Programa de Trabalho foram efetivados os pagamentos dos benefícios a seguir:

- Pagamento de 134 auxílios-creche a servidores da SEPLAG; 102 auxílios-creche a empregados da TCB; auxílio-transporte a 36 servidores da SEPLAG e 112 a empregados da TCB; vale-transporte a 457 servidores da SEPLAG; vale-transporte a 402 empregados da TCB; 39 auxílios-funeral; 757 auxílios-alimentação a servidores da SEPLAG; despesas com o contrato de fornecimento de ticket alimentação aos empregados da TCB 835.

Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas

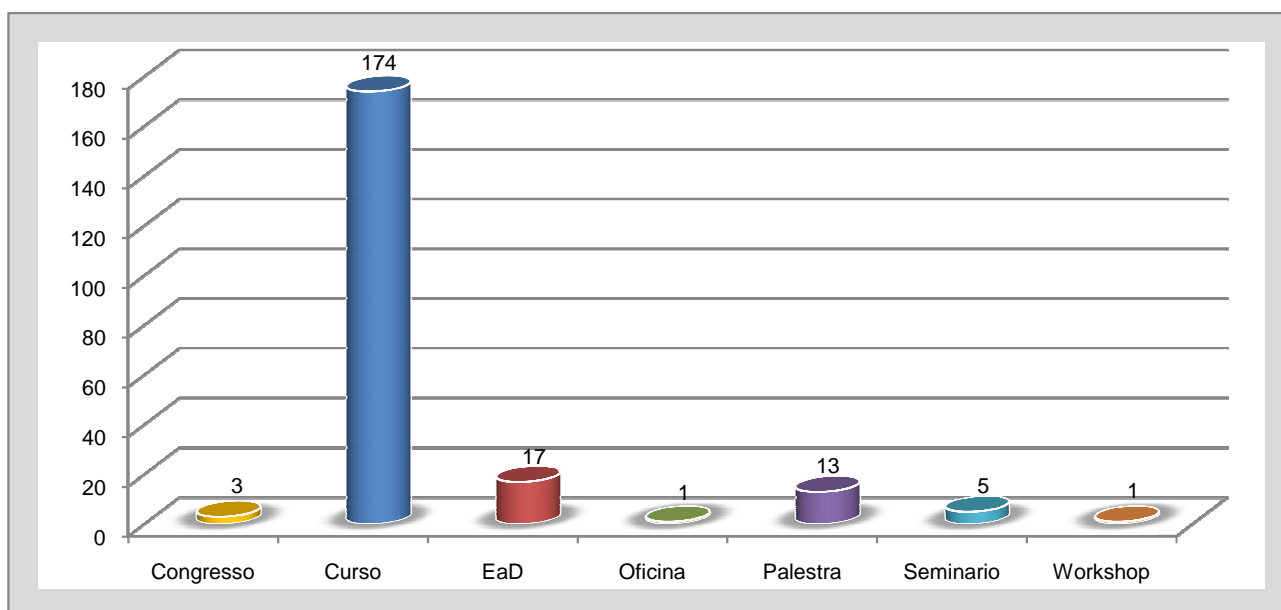
No exercício de 2010, imbuída do espírito de construção e disseminação de uma rede de aprendizagem contínua, a Escola de Governo, unidade vinculada à SEPLAG, emvidou esforços na profissionalização dos servidores para melhor atender a máquina pública. Neste contexto da qualificação permanente, procedeu-se à capacitação de 8.844 servidores em cursos presenciais e a distância, dentre outros eventos.

Quantidade de Servidores Capacitados em 2010



Fonte: EGOV/SEPLAG

Quantidade de Eventos Realizados em 2010



Fonte: EGOV/SEPLAG

Em consonância com a Política de Educação Continuada, cabe enfatizar os seguintes cursos:

- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
- Gestão de Documentos;
- Gestão Integral de Convênios;
- Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referências;
- Legislação de Resíduos de Saúde, Procedimentos e Processo Fiscal;
- Curso SIG-TI;
- Planejamento - um processo contínuo, abrangente e participativo;

- Crack nem pensar.

No tocante à disseminação conceitual no âmbito da Administração Pública, a **Revista de Gestão Pública do GDF**, em seu terceiro ano de edição, com tiragem de 1.000 exemplares, visa à divulgação e a discussão de temas relacionados à administração pública, à gestão governamental e às políticas públicas, voltados prioritariamente para o debate das questões governamentais que afetam a governança local.

Saúde Ocupacional dos Servidores do GDF

Por meio da Portaria 258, de 08 de outubro de 2009, foi instituída a Comissão Permanente de Pesquisa Estatística e Planejamento Estratégico da Coordenadoria de Acompanhamento de Procedimentos Médicos-Periciais e de Saúde Ocupacional, cujo objetivo é empreender pesquisa de dados relacionados às licenças médicas dos servidores atendidos pelas perícias médicas do Governo do Distrito Federal para subsidiar a elaboração de projetos de prevenção/intervenção em saúde ocupacional e qualidade de vida.

Pretende-se com esta prática conhecer a incidência de atendimentos médicos-periciais juntamente com os dados correlacionados de doença associada, especificidade e números de atendimentos, órgãos de lotação dos servidores atendidos, números de licenças, dias de afastamento, dentre outros. Além disso, busca-se favorecer um melhor entendimento dos processos envolvidos nas perícias médicas, com um olhar para qualidade de vida dos servidores.

A seguir, são demonstrados os dados estatísticos constantes do Banco de Dados do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, onde são retratadas as licenças médicas de servidores pertencentes a órgãos do GDF, referentes ao período de 1 de janeiro a 1 de dezembro de 2010.

Licenças Médicas Concedidas a Servidores em 2010

Órgãos	Servidores		Dias de licença		Custo		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Total	% sobre remuneração servidor	% sobre a folha de pagto.
SEJUS	899	18,21	21.253	15,18	2.965.652,12	11,17	19,98
IBRAM	47	0,95	757	0,54	91.033,92	0,34	6,26
CGDF	108	2,19	2.827	2,02	1.052.253,37	3,96	28,34
SEC. TRAB	77	1,56	2.972	2,12	200.980,47	0,76	15,43
AGEFIS	39	0,79	1.091	0,78	63.743,22	0,24	4,26
CASA CIVIL	9	0,18	78	0,06	0,00	0,00	0,00
SEHAB	10	0,20	448	0,32	0,00	0,00	0,00
IPREV/DF	3	0,06	32	0,02	3.289,04	0,01	1,36
SETUR	7	0,14	52	0,04	7.864,76	0,03	2,30
CEAJUR	13	0,26	132	0,09	51.143,93	0,19	0,63
SEPLAG	143	2,90	1.246	0,89	103.360,11	0,39	4,43
JARDIM ZOOLOGICO	11	0,22	821	0,59	136.761,44	0,52	29,21
JARDIM BOTANICO	6	0,12	57	0,04	8.843,03	0,03	3,78
FUNAP	11	0,22	88	0,06	11.217,73	0,04	7,07
FAP	6	0,12	333	0,24	38.511,77	0,15	14,28
TCB	1	0,02	8	0,01	0,00	0,00	0,00
DETRAN	54	1,09	2.886	2,06	556.330,37	2,10	7,61
PCDF	66	1,34	1.638	1,17	265.074,25	1,00	22,43

Órgãos	Servidores		Dias de licença		Custo		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Total	% sobre remuneração servidor	% sobre a folha de pagto.
DFTRANS	13	0,26	381	0,27	47.324,78	0,18	2,70
ARQUIVO PÚBLICO	7	0,14	109	0,08	11.649,62	0,04	5,61
SECT	9	0,18	318	0,23	0,00	0,00	0,00
DER	238	4,82	6.224	4,45	1.149.241,66	4,33	19,14
Total	4.937	100,00	140.015	100,00	26.549.840,76	100,00	451,83

1.3. Programa 0850 – Gestão por Resultados

Este programa objetiva empreender ações eficazes, sistêmicas e sinérgicas voltadas para o realinhamento das práticas e estratégias de gestão dos processos, aperfeiçoamento da máquina pública, otimização dos gastos e disponibilização de tecnologias de informação inovadoras, no sentido de garantir transparência e efetividade, vetores fundamentais para a sustentabilidade do serviço público, e legitimidade pela sociedade.

Planejamento Estratégico nas Unidades do GDF

Dentre as competências da SEPLAG encontra-se a de realizar o Planejamento Estratégico nas unidades do Governo do Distrito Federal.

Desta forma, para melhor atender aos indicadores propostos no PPA e no Programa SWAP, em decorrência do Modelo de Gestão para Resultados do GDF, o Planejamento Estratégico foi dividido em duas frentes de trabalho:

a) Implantação e Revisão:

A SEPLAG procedeu, por meio da Subsecretaria de Modernização da Gestão, a elaboração e a revisão dos Planejamentos Estratégicos das unidades do Governo do Distrito Federal, baseando-se na metodologia adaptada ao setor público do *Balanced Scorecard* – BSC que consiste, basicamente, em definir os seguintes elementos:

- **Mapa Estratégico:** tradução das estratégias em objetivos quantitativos, estabelecendo-se relações de causa-efeito entre os componentes;

- **Indicadores:** medem o grau de alcance dos objetivos propostos e influenciam o comportamento das pessoas na busca dos objetivos;

- **Metas (quantificação dos indicadores):** fornecem a velocidade e a prioridade do processo de implementação em busca da concepção de um objetivo;

- **Plano de Ação:** são as ações de intervenção específicas necessárias para eliminar o diferencial de desempenho entre o nível atual e o futuro.

A metodologia acima é aplicada por intermédio de oficinas pré-agendadas com as unidades interessadas, em média de 6 a 8 oficinas, que buscam atender ao Plano Plurianual - PPA e ao Programa SWAP no que tange a assinatura de Termos de Compromisso de Resultados, conforme tabela abaixo:

Termos de compromissos assinados (valores acumulados)

Ano	Previsto	Realizado	% Atingimento
2008	01	01	100%
2009	10	11	110%
2010	21	18	86%
2011	26	-	-

Como pode ser observado, as metas estabelecidas para os anos de 2008 e 2009 foram atingidas e, inclusive, superadas. Em 2010, o realizado alcançou 86% da projeção. Considerando o Anexo IV do Termo de Compromisso de Resultados da SEPLAG, assinado em 3 de dezembro de 2010, o alcance de no mínimo 70% da meta estabelecida classifica o planejamento estratégico da unidade compromissada como “Bom - Cumprido com ressalvas”. Nas ressalvas, destacam-se a não conclusão das oficinas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, da Defensoria Pública do Distrito Federal e da TERRACAP até a presente data, as quais correspondem exatamente aos 14% faltantes para a projeção de 100% da meta estipulada para 2010.

Assim, em 03 de outubro de 2010, foram assinados outros 07 Termos de Compromisso de Resultados entre o Ex.^{mo} Senhor Governador do Distrito Federal, Secretários e Corregedor-Geral do Distrito Federal, que contribuirão para a execução da Etapa do Programa de Trabalho nº 04.122.0850.2844.0002 – Contratualização da Gestão por Resultados/PPA.

b) Avaliação e Monitoramento:

Em atendimento ao Modelo de Gestão para Resultados do Governo do Distrito Federal, surgiu a necessidade de acompanhar os Termos de Compromisso de Resultados assinados.

O monitoramento trimestral consiste na realização de oficinas de acompanhamento, onde a equipe técnica da Subsecretaria de Modernização da Gestão analisa a execução das ações realizadas em comparação ao previsto no Plano de Ação. Na avaliação anual são realizadas oficinas que visam observar o cumprimento/alcance das metas e a eficácia dos indicadores pactuados para o período, originando o Relatório de Avaliação do supracitado Termo.

Diante do exposto, e visando atender conjuntamente ao Programa SWAP, no que tange a avaliação de execução das metas dos Termos de Compromisso de Resultados assinados, apresenta-se, na tabela abaixo, as metas estabelecidas para os anos:

Avaliação de execução das metas estabelecidas no Termo de Compromisso (valores acumulados).

Ano	Previsto	Realizado	% Atingimento
2009	01	01	100%
2010	10	11	110%
2011	21	-	-

Fonte: SMG/SEPLAG

Pela tabela acima, percebe-se que até 2010 a meta foi cumprida e superou a expectativa em 10% do esperado para o ano em análise. Contudo, em 2011, a meta não será atingida na sua totalidade, tendo em vista que existem 18 Termos de Compromisso de Resultados assinados e vigentes até a presente data e, por isso, a expectativa é de realizar 86% da meta prevista para o próximo ano.

Modernização da Gestão Pública no Distrito Federal - Assistência Técnica - SWAP

Programa de Trabalho: 04.122.0850.3046.0001

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapa SAG
11.379.343,00	10.745.143,00	-	-	-	018

O Programa Gestão GDF tem o propósito de melhorar a gestão e a prestação de contas do setor público, por meio da expansão de práticas de gerenciamento com base em resultados; e aumentar o acesso, à qualidade e a eficiência dos serviços de educação, saúde e de transporte público.

O **Programa Gestão GDF** está dimensionado em US\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de dólares), sendo US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares) de recursos externos a serem captados junto ao Banco Mundial e US\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de dólares) que correspondem à contrapartida local. Os custos estão divididos entre os Componentes do Programa da seguinte forma:

Custos do Programa Gestão GDF

Discriminação	Fonte Externa (US\$)	Fonte Interna (US\$)	Total (US\$)	%
Componente 1 – Melhoria da Prestação de Serviços Públicos de Saúde, Educação e Transporte	120.000.000	270.000.000	390.000.000	97,5
Componente 2 – Modernização da Gestão Pública – Assistência Técnica	10.000.000	-	10.000.000	2,5
Total	130.000.000	270.000.000	400.000.000	100

Fonte: SWAP/SEPLAG

No exercício de 2010, a Coordenação Geral do Projeto – CGP apresentou o Relatório de Progresso nº 03, submetido ao Banco Mundial, com o fito de delinear o andamento técnico e físico-financeiro do **Programa Gestão GDF** no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2010, ou seja, segundo semestre após a efetividade, sendo requisito para o terceiro desembolso do Projeto.

Os resultados do período foram:

A. Despesas Elegíveis no período retroativo: Abaixo estão apresentados, por setor, os valores totais das despesas efetuadas no âmbito dos programas de despesas elegíveis - PDE correspondente aos seis primeiros meses do exercício:

Despesas Elegíveis

Programa de despesas elegíveis	Valor total das despesas elegíveis (R\$)	Valor total das despesas não elegíveis (R\$)	Valor total das despesas apresentadas (R\$)
Setor de educação	584.599,70	73.574.759,26	74.159.358,96
Setor da saúde	58.741,07	70.434.373,11	70.493.114,18
Setor do transporte	1.360.247,37	11.476.410,73	12.836.658,10
(Total das despesas da educação, saúde e transporte)	2.003.588,14	155.485.543,10	157.489.131,24
Valor de referência (mínimo a ser demonstrado ao Banco Mundial)	6.279.218,80	61.297.973,00	88.545.423,00

Fonte: SWAP/SEPLAG

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 \$ 1,7579 – Banco Central, PTax de 23/08/2010

B. Cumprimento dos Indicadores: Os indicadores globais referentes ao cumprimento dos limites de endividamento estabelecidos pelo Programa de Ajuste Fiscal – PAF encontram-se em fase de avaliação pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e, portanto, os dados oficiais da relação da Dívida Financeira Total/Receita Líquida Real e Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida ainda não estão disponíveis. Sendo assim, estão apresentados os dados do **Relatório de Gestão Fiscal**, referente ao primeiro quadrimestre de 2010, que contém os dados consolidados da relação Dívida Financeira/Receita Corrente Líquida e Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida.

Em relação à regra de 70% de execução da Lei Orçamentária Anual dos programas de despesas elegíveis, somente a Secretaria de Estado de Transporte superou o índice determinado, enquanto que as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde ficaram abaixo do esperado. Em relação aos 11 (onze) indicadores de desembolso, 5 (cinco) foram atingidos e estão dentro das metas para o período. Quanto aos indicadores de monitoramento, dos 15 (quinze) estabelecidos, 7 (sete) foram satisfatórios, podendo ser observado na tabela a seguir:

Indicadores de Desembolso

Indicadores de Desembolso	Linha de Base	Meta Ano 1	Resultado do Período
Gestão			
Termos de compromisso assinados	1	10	10
Avaliação de execução das metas estabelecidas nos Termos de Compromisso	0	1	1
Educação			
Aumentar a taxa de atendimento à educação infantil 4-5 anos em áreas carentes previamente definidas.	77	80	83,15
Atendimento de alunos com distorção idade/série no ensino fundamental em programas de correção de fluxo escolar (1º ao 9º ano).	92.104 alunos em distorção	25000	18.155
Atendimento de alunos com distorção idade/série no ensino médio em programas de correção de fluxo escolar.	34.805 alunos em distorção	18000	2.118
Número de escolas com educação integral em áreas carentes previamente definidas	0	50	28
Saúde			
Cobertura do Cartão Saúde	10	30	50,42
População coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF).	7	20	12
Cobertura da atenção pré-natal de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal (Brazlândia, Paranoá, Riacho Fundo e Samambaia)	72	75	87,02
Transporte			
Frota piloto do serviço básico monitorado a partir de Centro de Controle Operacional – CCO	Não existe CCO	Contrato para a implantação do CCO adjudicado	O Termo de Referência do CCO está aguardando o Consultor Individual para realizar as devidas especificações para ser licitado.
Dados operacionais e de arrecadação do serviço básico controlados por parte da DFTRANS.	Acesso parcial aos dados operacionais e de bilhetagem automática tratados	Atualização diária por parte da DFTRANS dos dados operacionais e de arrecadação secundária da bilhetagem automática tratados	Sistema de Bilhetagem Automática em fase de estudo para a elaboração de Termo de Referência.

Fonte: SWAP/SEPLAG

C. Implementação das Atividades: O conturbado cenário político de 2010, que culminou na saída do Governador, Vice-Governador e outros gestores públicos da administração do GDF, além de mudanças estruturais, resultou em atraso dos desembolsos do Componente 2 já que as atividades consignadas são 100% financiadas com recursos do BIRD. Apenas o processo de seleção do consultor individual que irá apoiar a CGP nos processos de aquisições foi iniciado, porém, por causa das particularidades desta contratação, a Procuradoria-Geral do DF solicitou alterações, o que acarretou atraso no andamento dessa atividade.

Resultados das Atividades

Gestão
As ações da reforma da gestão financeira baseada no diagnóstico do Plano de Ação PEFA implementada (SEF e CGDF), bem como as ações para melhoria das aquisições baseado no diagnóstico dos indicadores OCDE, aguardam posicionamento do Banco Mundial quanto aos desembolsos previstos.
Educação
Construídas 25 instituições educacionais, 08 foram ampliadas, sendo que 14 destas propiciaram a ampliação da oferta da educação infantil. O número de estudantes atendidos na educação infantil no ano letivo de 2010 é de 32.832 nas escolas públicas e 7.588 nas instituições conveniadas, perfazendo um total de 40.420 estudantes.
Em 2010 foram formadas 42 turmas do Programa Se Liga DF, 150 turmas do Programa Acelera DF, 43 turmas de Classes de Aceleração da Aprendizagem e 164 turmas do Programa Vereda atendendo aproximadamente 11.714 alunos.
Em 2010 foram atendidos 3.535 alunos nas turmas do Programa Vereda, considerando o atendimento a 82 turmas formadas nos 1º e 2º semestres de 2009, encontram-se em curso às 19 turmas formadas no início do ano letivo de 2010.
Saúde
Criada a Secretaria de Estado Extraordinária de Logística e Infraestrutura de Saúde do Distrito Federal
7 Termos de Compromissos encontram-se em fase de finalização e devem ser assinados
Reelaborado e entregue o Plano de Aquisições da Saúde com as alterações solicitadas pelo Banco para aprovação.
Transporte
O DFTRANS permanece controlando parcialmente os dados por meio do BCO (Boletim de Controle de Ocorrência) e BTC (Boletim de Transporte Coletivo).
O Termo de Referência para a licitação do CCO está em fase final de elaboração

Fonte: SWAP/SEPLAG

D. Licitações: Plano de Aquisições foi reformulado e encaminhado ao Banco para aprovação.

As alterações aconteceram principalmente no Componente 1, na áreas de saúde, e no Componente 2. Cinco grupos de processos de aquisições do Componente 1, referente à Secretaria de Saúde, estão em andamento e um do Componente 2, aguarda parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para prosseguimento da contratação.

1.4. Programa 0950 – Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e DF – PNAGE/DF

Programa/Ação	Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Etapa SAG
04.122.0950.2474.0002 – Modernização das Unidades de Gestão de RH – Componente 2 – PNAGE/DF	5.812.264,00	8.608.753,59	105.125,80	105.125,80	1,22%	019
04.122.0950.2543.0002 – Modernização dos Mecanismos Administrativos – Componente 4 – PNAGE/DF	321.564,00	90.000,00	-	-	-	020
04.122.0950.2580.0002 – Promoção de Mudança Cultural e Institucional – PNAGE/DF	298.865,00	-	-	-	-	021
04.122.0950.2581.0001 – Administração de Projetos – PNAGE-DF	837.244,00	114.360,00	9.502,91	9.502,91	8,31%	022

O PNAGE foi construído por meio de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Conselho Nacional de Secretários de Administração (CONRAD), o Fórum Nacional de Secretários de Planejamento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Caixa Econômica Federal - CEF. A partir de uma visão transversal e integrada do ciclo de gestão pública - planejamento, orçamento, gestão e controle.

No âmbito do Governo do Distrito Federal, o PNAGE/DF foi instituído pelo Decreto nº 27.810, de 26/03/2007, sendo executado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo do Distrito Federal. A Caixa Econômica Federal, responsável pelo acompanhamento da execução financeira das ações, é o agente financeiro do Contrato de Repasse.

A finalidade do Programa é contribuir para a efetividade do gasto público e está estruturado nos seguintes componentes:

Objetivos dos Componentes

Componentes	Objetivo
Componente 1	Fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas.
** Componente 2	Desenvolvimento de políticas e da capacidade de gestão de recursos humanos.
Componente 3	Modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos.
** Componente 4	Fortalecimento de mecanismos de transparência administrativa e de comunicação.
Componente 5	Modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação.
** Componente 6	Desenvolvimento de uma cultura de promoção e implantação de mudança institucional.
** Componente 7	Gestão do Projeto

** Componentes devidamente contemplados e descontingenciados para execução do PNAGE/DF

Demonstrativo dos Recursos Orçamentários Consignados na LOA 2010 x Execução

Programa/Ação	Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Realizado (R\$) %	Etapa SAG
04.122.0950.2474.0002 – Modernização das Unidades de Gestão de RH – Componente 2 – PNAGE-DF	5.812.264,00	8.508.753,59	24.898,42	23.356,12	0,07%	0019
04.122.0950.2543.0002 – Modernização dos Mecanismos Administrativos – Componente 4 – PNAGE-DF	321.564,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00%	0020
04.122.0950.2580.0002 – Promoção de Mudança Cultural e Institucional – PNAGE-DF	298.865,00	0,00	0,00	0,00	-	0021
04.122.0950.2581.0001 – Administração de Projetos – PNAGE-DF	837.244,00	124.068,00	13.261,86	7.290,17	1,85%	0022

Fonte: SMG/SEPLAG

Conforme Termo Aditivo nº 001/2008 do Contrato de Repasse nº 003/2007, foram disponibilizadas duas parcelas totalizando R\$ 3.622.433,28 de recursos BID e R\$ 2.132.181,20 de contrapartida do GDF, conforme tabelas a seguir:

Recursos Repassados (R\$)

Parcelas	BID	Contrapartida
1	1.654.312,57	325.530,39
2	1.968.120,71	1.806.650,81
Total	3.622.433,28	2.132.181,20

Fonte: SMG/SEPLAG

Recursos Contrapartida (R\$)

Parcela 1	Parcela 2	Liquidado **	Valor Total
306.475,28	306.475,28	-287.420,17	325.530,39

Fonte: SMG/SEPLAG.

Atividades Realizadas no Exercício de 2010, conforme Programa/Ação Prevista na LOA

Programa Trabalho - 04.122.0950.2474.0002				
Modernização das unidades de gestão de RH - Componente 2				
Atividade (termo de referência)	Área Beneficiada	Valor Estimado (R\$)	Status	
Equipamentos Informática (Microcomputadores e Impressoras)	SUGEP	605.868,71	Em licitação	
Equipamentos Informática (Notebook)	SUGEP	60.000,00	Em licitação	
Programa de Educação Continuada	SUGEP	533.543,71	Em licitação	
Capacitação de Consultores Internos	SUGEP	51.656,25	Em licitação	
Equipamentos informática/Audiovisual	EGOV	300.000,00	Em licitação	
Reforma da Escola de Governo	EGOV	1.200.000,00	Em licitação	
Passagens e diárias	Valor (R\$) Diárias	Valor (R\$) Passagens	Valor (R\$) Inscrições	
Visitas técnicas Escola de Governo	9.932,18	13.423,94	10.914,00	
Programa Trabalho - 04.122.0950.2580.0002				
Promoção de Mudança Cultural e Institucional - Componente 6				
Atividade (termo de referência)	Fornecedor	Área Beneficiada	Valor Estimado (R\$)	Status
Serviços de Organização de Eventos	G. A. Marketing Presentes Lindos Ltda.	SEPLAG	28.684,00	**Liquidado
Serviço de Coffee Break	Comissária Aérea de Brasília Ltda.	SEPLAG	35.250,00	**Liquidado
Serviços de Organização de Eventos	Terra Vista Promoções e Eventos Ltda.	SEPLAG	26.230,00	**Liquidado
Serviço de Coffee Break	Diamond Promoções e Eventos Ltda.	SEPLAG	53.670,00	**Liquidado
Material de Consumo	Best Sign Comércio e Serviços de Sinalização Ltda	SEPLAG	4.280,00	**Liquidado
Serviços de Organização de Eventos	TerraVista Promoções e Eventos Ltda.	SEPLAG	26.230,00	**Liquidado
Material de Consumo	Nastec Serviços Serv. Mat. e Máquinas Ltda.	SEPLAG	912,00	**Liquidado
Serviços de Organização de Eventos	TerraVista Promoções e Eventos Ltda.	SEPLAG	26.230,00	**Liquidado
Serviço de Coffee Break	Diamond Promoções e Eventos Ltda.	SEPLAG	20.900,00	**Liquidado
** pagamentos efetuados pela GEOFI, porém os recursos foram devidamente repassados para a contabilização na GIDUR/CAIXA na transferência dos recursos de Contrapartida na segunda parcela.				
Programa Trabalho - 04.122.0950.2581.0001				
Administração de Projetos – PNAGE-DF				
Atividade (termo de referência)	Fornecedor	Área Beneficiada	Valor Estimado (R\$)	Status
Aquisição notebooks para UCE-DF	Em licitação	UCE-DF	25.000,00	Em licitação
Passagens e diárias		Valor (R\$) Diárias	Valor (R\$) Passagens	
Participação membros da UCE-DF no CTC – Conselho Técnico Consultivo		3.474,60	-	

Fonte: SMG/SEPLAG

1.5. Programa 1150 – Planejamento, Gestão e Avaliação

Instrumentos do Planejamento Governamental

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central do sistema de planejamento do Governo do Distrito Federal, desenvolve seus trabalhos com o intuito de aprimorar os instrumentos e procedimentos que fazem parte do ciclo de planejamento.

Neste sentido, entre as diversas ações realizadas, foi inserido no PPA 2008-2011 o Programa 1150 - Planejamento, Gestão e Avaliação, que busca refletir o aprimoramento na elaboração dos instrumentos de planejamento e tem por objetivo modernizar e estruturar o sistema de planejamento governamental, focado na melhoria dos processos de elaboração, controle, acompanhamento e avaliação dos programas, inclusive com a participação da sociedade, visando à promoção de um serviço público ágil, transparente e comprometido com os resultados institucionais.

Para execução deste Programa, não houve necessidade de serem alocados recursos na Lei Orçamentária Anual - 2010, visto que os trabalhos de melhoria dos processos de elaboração, controle, acompanhamento e avaliação dos programas de governo foram realizados pela equipe técnica da Secretaria.

A avaliação do desempenho do programa teve por base a análise dos programas de Governo conceitualmente adequados, para os quais foi atribuída nota média da avaliação, variando de 0 a 5

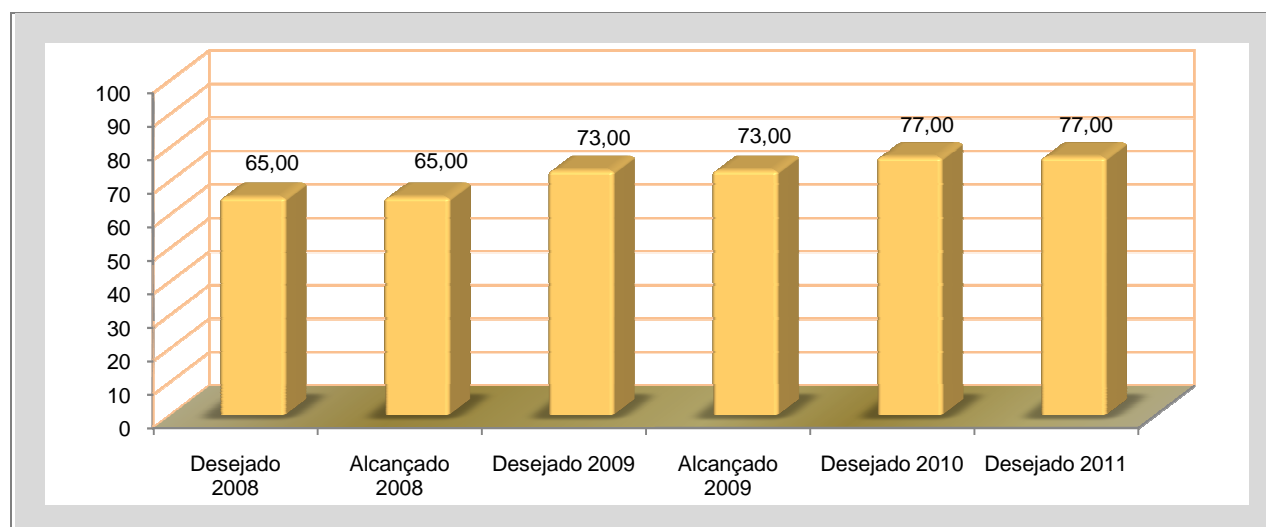
Apresenta-se a seguir o resultado da avaliação do Programa 1150 – Planejamento, Gestão e Avaliação referente ao exercício de 2009, concluída em março de 2010. Acrescenta-se que a avaliação de 2010 será concluída em março de 2011.

Tabela 24 - Indicador de Desempenho

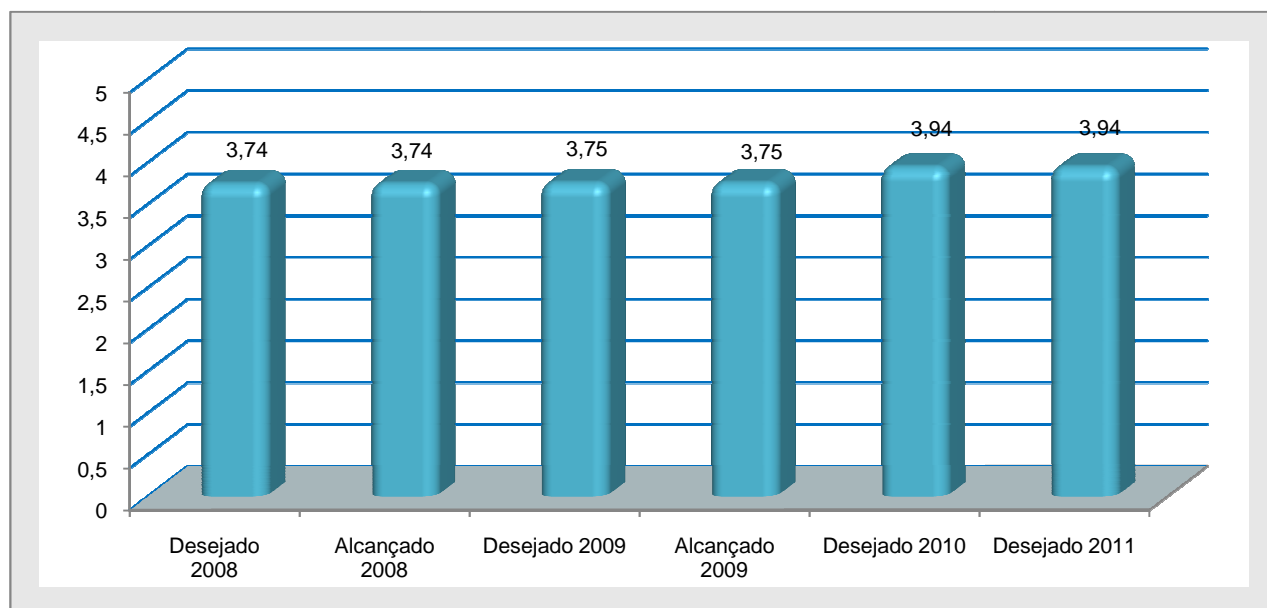
Descrição do Indicador	Unidade Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Resultado	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Fonte da Informação
Taxa de Programas Conceitualmente Adequados	%	-	-	Desejado Alcançado	65 65	73 73	77	77	DIPLAG/SEPLAG
Nota Média da Avaliação Conceitual dos Programas do PPA (Nota Variando de 0 a 5)	Unidade	-	-	Desejado Alcançado	3,74 3,74	3,75 3,75	3,94	3,94	DIPLAG/SEPLAG

FONTE: SUPLAN/SEPLAG

Taxa de Programas Conceitualmente Adequados



FONTE: SUPLAN/SEPLAG

Média da Avaliação Conceitual dos Programas do PPA (de 0 a 5)

FONTE: SUPLAN/SEPLAG

Em relação ao aprimoramento dos instrumentos de Planejamento foram implementadas as seguintes ações:

- Elaboração de instruções relativas ao processo de planejamento, acompanhamento e avaliação dos programas e ações de governo, direcionadas às Unidades Orçamentárias do GDF, em especial aos Agentes de Planejamento;

- Realização de reuniões periódicas com os Agentes de Planejamento das Unidades Orçamentárias, visando orientá-los quanto à elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento;

- Elaboração do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual/2009, contendo a análise do cenário macroeconômico do período; o demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira do exercício anterior e acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas do orçamento fiscal, da seguridade social e do orçamento de investimento das empresas estatais; e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programas de Governo, abordando aspectos relacionados ao desempenho do programa, refletido na evolução dos índices estabelecidos no PPA;

- Elaboração do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011, conforme determinação constante do art. 168 da LODF. Este anexo contém o rol de projetos prioritários, com as respectivas metas físicas, que comporá o PLOA para o exercício seguinte;

- Participação na elaboração do Planejamento Estratégico da SEPLAG, quando foram definidos: a missão, a visão de futuro, os objetivos estratégicos, os indicadores e o Plano de Ação da Secretaria;

- Instituído Grupo de Trabalho por meio da Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 08, de 14/07/2010, publicada no DODF de 15/07/2010, denominado GT SAG-CUSTOS, com a finalidade de:

I - aperfeiçoar o Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, módulo componente do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO, pelo qual se realiza o registro das informações relativas aos resultados obtidos pelo Governo durante a execução orçamentária e financeira de cada exercício;

II – consolidar o Sistema de Custos por Ações, destinado à apuração, controle e acompanhamento dos custos de projetos e atividades governamentais.

– Elaboração dos Projetos de Lei de revisão anual do PPA-2008/2011 e dos seguintes Projetos de Lei: 1.271/2009, 1.384/2009, 1.587/2010, 1.620/2010, 1650/2010 e 1673/2010, no intuito de recompor a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e ajustar a programação para os exercícios de 2009, 2010 e 2011. Os PL's mencionados foram retirados da CLDF e substituídos pelo PL 1.692/2010 que contempla as alterações propostas anteriormente;

– Elaboração dos Relatórios de Desempenho Físico-Financeiro por Programas de Trabalho e Demonstrativo Orçamentário-Financeiro por Grupo de Despesa, de publicação bimestral, conforme previsto no inciso III do art. 153 da LODF. Todas as publicações foram realizadas em suplemento ao DODF, de acordo com as seguintes datas: 1º bimestre – Portaria nº 58, de 26 de março de 2010, publicada no DODF nº 61, de 30 de março de 2010; 2º bimestre – Portaria nº 62, de 27 de maio de 2010, publicada no DODF nº 101, de 26 de maio de 2010; 3º bimestre – Portaria nº 101, de 27 de julho de 2010, publicada no DODF nº 146, de 30 de julho de 2010; 4º bimestre – Portaria nº 141, de 29 de setembro de 2010, publicada no DODF nº 188, de 30 de setembro de 2010; 5º bimestre – Portaria nº 226, de 26 de novembro de 2010; e 6º bimestre – Portaria nº 010, de 26 de janeiro de 2011;

– Consolidação dos Relatórios de Atividades dos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, referentes ao exercício de 2010, com vistas à elaboração do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal, que integra a Prestação de Contas Anual do Governador, em consonância com a Lei Orgânica do Distrito Federal, artigo 100, inciso XVII, e Resolução nº. 38/90, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, artigo 138, inciso V, alterado pela Emenda Regimental nº. 24 de 08/07/2008.

Destaque-se, ainda, que foram iniciadas as atividades para elaboração do PPA 2012-2015, com revisão geral dos atributos dos Programas.

Acompanhamento do Orçamento Público

Quando da elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2010, esta Secretaria considerou o otimismo do Governo Federal em relação à retomada do crescimento pós-crise econômica internacional. Contudo, o cenário econômico verificado ao final de 2009 revelou que o efetivo ingresso dos recursos financeiros não se configurava como o planejado.

Assim, com o orçamento aprovado por meio da Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009, na cifra de R\$ 14.976.042.372,00 (quatorze bilhões, novecentos e setenta e seis milhões, quarenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais), o Governo do Distrito Federal adotou medidas de contenção de despesas já no início de 2010. Conforme Portaria SEPLAG nº 51, de 22 de abril de 2010, foram contingenciados R\$ 710 milhões referentes à frustração na arrecadação das receitas de origem tributária, bem como receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, que representam, em média, cerca de 63% do total dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal.

Ademais, preocupado com a manutenção do equilíbrio das contas públicas no exercício, e diante das constantes pressões das Unidades por aporte de recursos orçamentários, o Governo editou o Decreto nº 31.692, de 18 de maio de 2010, criando a Comissão de Gestão Orçamentária, formada pelos Secretários de Estado do Planejamento e Orçamento; de Governo; e pelo Corregedor-Geral do DF.

Utilizando-se do contingenciamento de saldos das dotações orçamentárias, coube a essa Comissão acompanhar e avaliar as demandas de custeio e investimento do Poder Executivo, de modo a racionalizar os gastos públicos e reprimir a geração de novas despesas.

Há de se destacar que, à luz das disponibilidades de recursos – tanto do Tesouro local, quanto da União –, o déficit nas finanças do Distrito Federal se deu basicamente pela verificação da não cobertura das despesas de pessoal. À frustração de receitas próprias somou-se o tímido crescimento do FCDF (Art. 21, XIV, da CF), que é responsável pelo custeio das áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação.

Enquanto o Fundo Constitucional registrou crescimento de apenas R\$ 81 milhões – variação de 1,06% em relação a 2009, contra uma média histórica de 16% de crescimento –, as despesas decorrentes da contratação de novos profissionais para as áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação, mais as resultantes de pressões por reajustes salariais, apresentaram crescimento de 5,08%, o que representa acréscimo de R\$ 390,47 milhões.

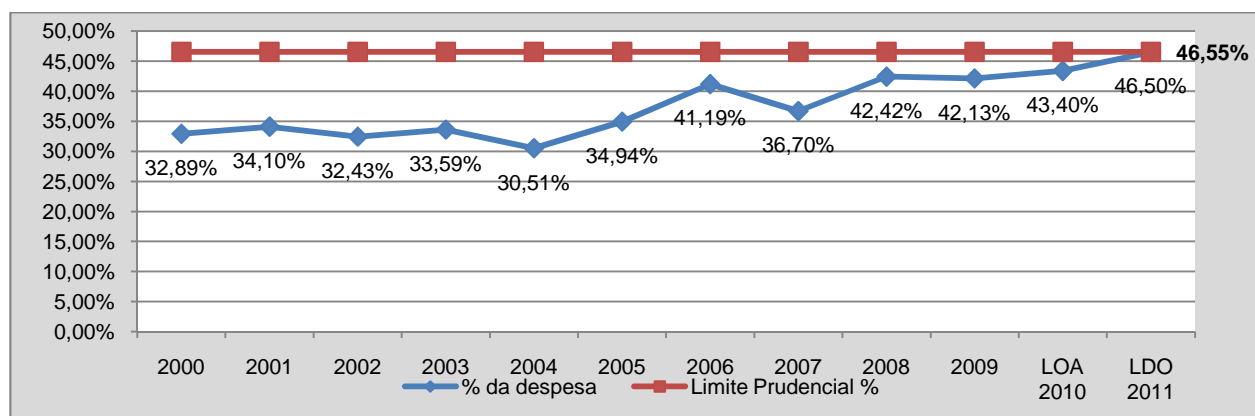
Como consequência dessa distorção tivemos: 1) Redução da participação do Fundo Constitucional do Distrito Federal nas folhas de pessoal das áreas de Saúde e Educação; 2) Aumento da participação do Tesouro local nas folhas de pagamento dessas áreas, comprometendo, em muito, as demais programações de despesas do Distrito Federal.

Tabela 25 - Evolução da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida

Especificação	Ano	Receita Corrente Líquida	Executivo	% do Total da Despesa
Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite	2000	3.209.332	1.055.578	32,89
	2001	3.419.365	1.165.876	34,10
	2002	3.987.827	1.293.430	32,43
	2003	4.467.483	1.500.787	33,59
	2004	5.309.061	1.619.777	30,51
	2005	6.149.618	2.148.890	34,94
	2006	6.969.806	2.870.979	41,19
	2007	8.165.043	2.996.561	36,70
	2008	9.626.476	4.083.937	42,42
Lei Orçamentária Anual	2009	10.254.998	4.320.708	43,45
Lei de Diretrizes Orçamentárias	2010	11.485.148	4.984.004	43,40
	2011	13.143.498	6.112.130	46,50

Fonte: SO/SEPLAG

Evolução da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida



Fonte: SO/SEPLAG

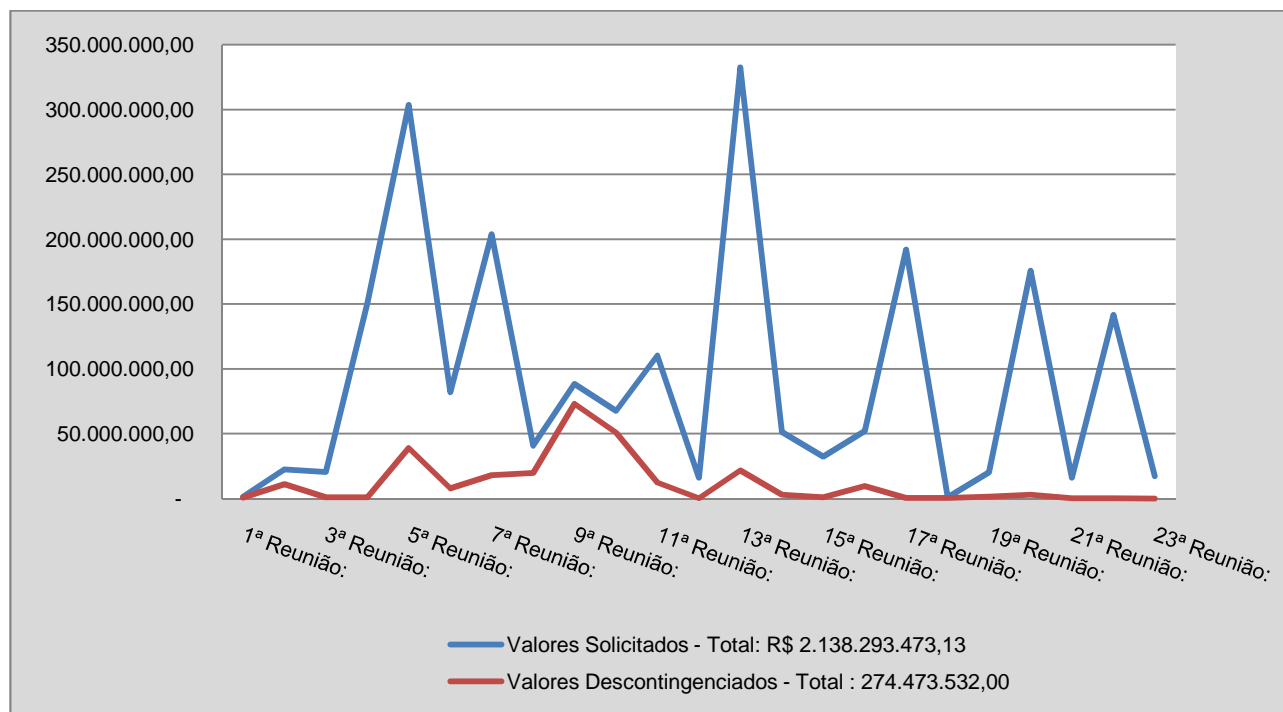
Conquanto as despesas com pessoal tenham merecido atenção especial, outro fator relevante que, de forma indireta, veio a contribuir para o agravamento da situação diz respeito à elevação de gastos cujo montante não se conhecia quando da elaboração da Proposta Orçamentária. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a concessão do passe livre estudantil, que, no decorrer do exercício de 2010, passou de uma dotação inicial de R\$ 16 milhões para R\$ 65 milhões. Somente na execução é que se verificou, de modo substancial e sensível à opinião pública, o impacto sobre as contas públicas.

Oportuno salientar que foi solicitada à Secretaria de Estado de Fazenda a reavaliação da arrecadação das receitas de origem tributária, especialmente recursos da “Fonte 100 – Ordinário Não-Vinculado”, para o período de outubro a dezembro de 2010.

Diante de uma nova estimativa de arrecadação de R\$ 8,579 bilhões (a estimativa inicial era de R\$ 8,954 bilhões), apresentou-se o reexame das contas, o que implicou em reduzir o contingenciamento efetuado para cerca de R\$ 380 milhões. Enfim, o cenário apresentado proporcionou margem para o Governo fazer ajustes orçamentários e, conseqüentemente, efetivar o pagamento de despesas prioritárias e obrigatórias, como pessoal, e evitar o descumprimento de dispositivos legais.

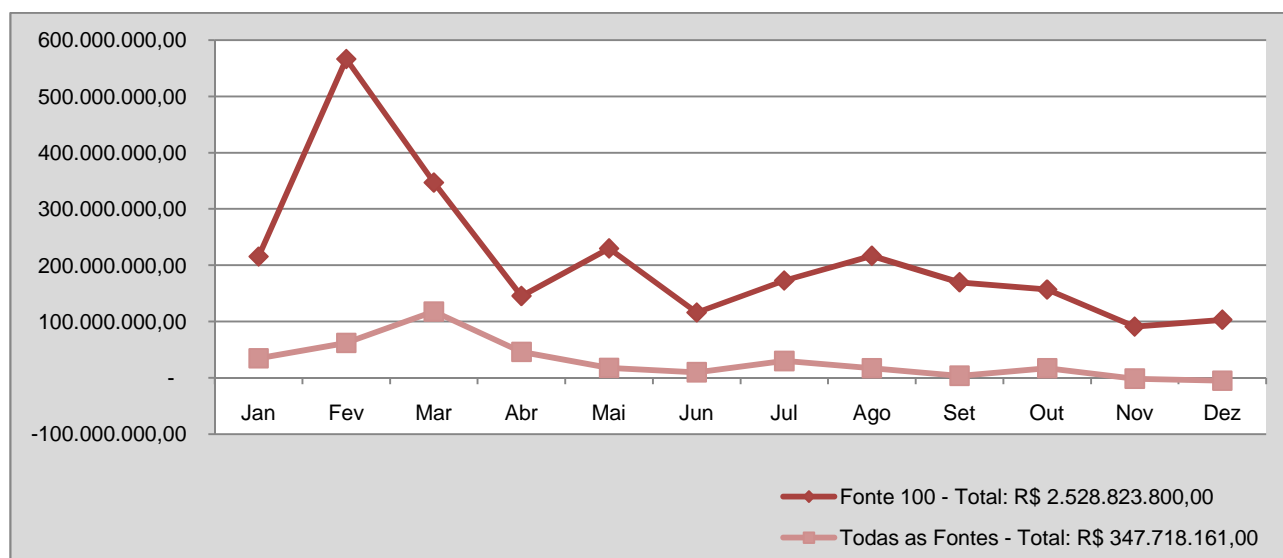
No que se refere às despesas de custeio e investimento, a Comissão de Gestão Orçamentária realizou, de 27 de maio a 9 de dezembro, 23 reuniões técnicas. Nesse período, as solicitações de autorização das Unidades Orçamentárias atingiram o montante de R\$ 2.138.293.473,13 (dois bilhões, cento e trinta e oito milhões, duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e três reais e treze centavos). Após análises criteriosas, foram descontinenciados R\$ 274.473.532,00 (duzentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais).

Gráfico 14 - Análise sobre a Comissão de Gestão Orçamentária – CGO em 2010

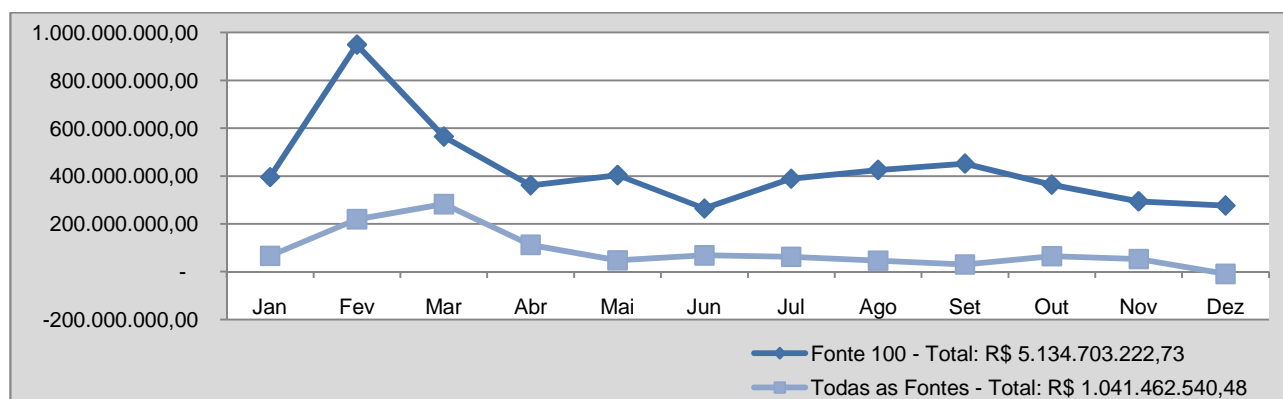


Fonte: CGO/SEPLAG

À vista das despesas de custeio e investimentos empenhadas no exercício de 2010, tem-se o seguinte panorama gráfico:

Panorama de Empenho - Custeio (Fonte 100 X Todas as Fontes)

Fonte: SO/SEPLAG

Panorama de Empenho – Investimento (Fonte 100 X Todas as Fontes)

Fonte: SO/SEPLAG

1.6. Captação de Recursos Nacionais e Internacionais

Considerando-se que a captação de recursos é um trabalho contínuo, a Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/SEPLAG, visando atender ao desenvolvimento e implementação dos Programas Estratégicos delineados pelo Governo do Distrito Federal, promoveu a articulação entre organismos nacionais e internacionais, no intuito de captar recursos advindos de fontes governamentais ou privadas, descritas nas ações a seguir:

Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)

Os trabalhos desenvolvidos no exercício de 2010 referem-se ao período de 1º de janeiro a 9 de junho do corrente, devido à publicação do Decreto nº 31.773, que remanejou a estrutura administrativa da SEPLAG para a Secretaria de Estado de Fazenda do DF, a Subsecretaria de Captação de Recursos.

Pleito de Recursos do Orçamento Geral da União em 2010* (valores em milhões de reais)

Total 2010	OGU	Contrapartida	Total
	206,74	22,97	229,71

Fonte: SUCAP/SEPLAG

*Sem assinatura de instrumentos de repasse até 09/06/2010.

Pleito de Recursos da OGU em 2010

Área de Saúde	Foram apresentados 07 projetos no valor total aproximado de R\$ 5.511.000,00 (cinco milhões e quinhentos e onze mil reais). O Ministério da Saúde selecionou 06 projetos, com um investimento total de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais), cabendo à Secretaria de Estado de Saúde do DF o registro das informações técnicas no SICONV e a remessa da respectiva documentação técnica e fundiária à Caixa Econômica Federal.
Área de Infraestrutura Urbana	Foram apresentados 09 projetos no valor total aproximado de R\$ 146.350.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e trezentos e cinquenta mil reais).
Área de Infraestrutura Turística	Foram apresentados 02 projetos no valor total aproximado de R\$ 19.381.000,00 (dezenove milhões e trezentos e oitenta e um mil reais).
Área de Infraestrutura Agropecuária	Foram apresentados 11 projetos no valor total aproximado de R\$ 8.153.000,00 (oito milhões e cento e cinquenta e três mil reais).
Área Social	Foram apresentados 08 projetos no valor total aproximado de R\$ 14.771.000,00 (quatorze milhões e setecentos e setenta e um mil reais).
Área de Esporte	Foram apresentados 02 projetos no valor total aproximado de R\$ 23.922.000,00 (vinte e três milhões e novecentos e vinte e dois mil reais).
Área de Ciência e Tecnologia	Foi apresentado 01 projeto no valor de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais).
Área de Meio Ambiente	Foram apresentados 03 projetos no valor total aproximado de R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).
Área de Justiça	Foram apresentados 02 projetos no valor total aproximado R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais).
Área de Trabalho	Foi apresentado 01 projeto no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).
Área de Cultura	Foram apresentados 04 projetos no valor total aproximado de R\$ 10.222.000,00 (dez milhões e duzentos e vinte e dois mil reais)

Fonte: SUCAP/SEPLAG

Recursos de Exercícios Anteriores

Durante o ano de 2010, foi dada continuidade ao monitoramento dos instrumentos contratuais de repasse de recursos da União para o Governo do Distrito Federal, assinados nos exercícios de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, configurando-se, até 09/06/2010, a seguinte situação:

- Dos 24 Contratos assinados em 2004, 05 permanecem em andamento;
- Dos 24 Contratos assinados em 2005, 03 permanecem em andamento;
- Dos 09 contratos assinados em 2006, 05 permanecem em andamento;
- Dos 21 contratos assinados em 2007, 11 permanecem em andamento;
- Dos 37 contratos/convênios assinados em 2008, 27 permanecem em andamento;
- Dos 05 contratos/convênios assinados em 2009, 05 permanecem em andamento.

Mesmo depois de firmados os instrumentos contratuais, a SUCAP acompanha a execução dos Contratos e Convênios até que o órgão responsável pela execução informe a respeito da conclusão das obras ou serviços e da respectiva prestação de contas, já que procedimentos pendentes ou encerrados de forma inadequada podem inviabilizar o recebimento de novos recursos.

Recursos Nacionais e Internacionais

A SUCAP/SEPLAG atua, também, junto a entidades financeiras nacionais e aos organismos multilaterais de crédito.

Nesta seara, além de participar da preparação técnica do projeto ou programa, a Subsecretaria de Captação de Recursos providencia toda documentação necessária ao atendimento do Manual para Instrução de Pleitos – MIP, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, visando à obtenção da devida autorização para a operação de crédito e do aval da União, quando necessário. Também, prepara toda documentação necessária para a obtenção da devida autorização

legislativa consoante a operação de crédito junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Recursos Nacionais

Ao longo do exercício foram mantidos entendimentos com algumas entidades financeiras como a Caixa Econômica Federal – CAIXA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o fito de viabilizar os Contratos de Financiamento, relativos aos projetos selecionados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC COPA 2014.

Assim, evidenciam-se os empreendimentos a seguir:

Projetos selecionados no âmbito da PAC COPA 2014 (Em milhões de reais)

Projetos	Financiamento	Contra- partida	Total
Execução do VLT Trecho 1 Aeroporto – Terminal Asa Sul	263,00	13,8	276,8
Ampliação da DF 047	98,00	5,16	103,16

Fonte: SUCAP/SEPLAG

Também junto à CAIXA, a SUCAP tem participado da captação de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, no valor de R\$ 33 milhões.

Com relação ao BNDES, a Unidade vem trabalhando na captação de recursos no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF II, no valor de R\$ 41,4 milhões.

Recursos Internacionais

No exercício, ocorreram entendimentos com vários Organismos Internacionais, principalmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BIRD, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e Corporação Andina de Fomento – CAF.

Os principais programas / projetos em fase de captação são os constantes na tabela abaixo:

Captações Internacionais em Negociação

Execução do VLT Trecho 2 Terminal Asa Sul – Brasília Shopping	AFD	Eur 134 milhões	Eur 131,4 milhões	Eur 265,4 milhões
Execução do VLP (eixo sul)	CAF	Us\$ 243,5 milhões	Us\$ 151 milhões	Us\$ 394,5 milhões
Programa de Desenvolvimento Econômico do DF ADES	BID	Us\$ 50 milhões	Us\$ 21,4 milhões	Us\$ 71,4 milhões
Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ / PROFISCO	BID	Us\$ 32 milhões	Us\$ 4,7 milhões	Us\$ 36,7 milhões

Fonte: SUCAP/SEPLAG

Quanto aos contratos de financiamento já firmados, foi efetuado o acompanhamento da execução. Esse procedimento estender-se-á até que o órgão responsável pela execução informe a respeito da conclusão das obras ou serviços e da respectiva prestação de contas, já que procedimentos pendentes ou encerrados de forma inadequada podem inviabilizar o recebimento de novos recursos.

Neste contexto, a Subsecretaria de Captação de Recursos vem acompanhando a execução dos Programas abaixo relacionados:

- Programa Brasília Sustentável – Banco Mundial;
- Programa de Transporte Urbano do DF – BID;
- Programa Águas do DF – CAF.

2. Obras e Serviços Custeados com Recursos Próprios

Programa de Trabalho 04.122.0100.3943.0001

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapas SAG
844.000,00	2.836.525,13	2.645.591,30	2.098.186,77	73,97%	004

Neste Programa foram efetuadas as seguintes ações:

- Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Executivo de manutenção das instalações prediais de prevenção e combate contra incêndio e pânico (410.005.999/2007).

- Modernização tecnológica dos elevadores (112.000.735/07)

No tocante a esta ação, cabe destacar a substituição dos quatro elevadores do hall principal, que viviam quebrados, por modelos que contam com sistema operacional de última geração, permitindo maior agilidade, eficiência e conforto aos usuários do Edifício Anexo do Palácio do Buriti. A tecnologia implementada é a mais avançada em transporte vertical. O fluxo de passageiros é gerenciado por um computador central, em tempo real, otimizando o uso e reduzindo o tempo de espera nas filas. Oportuno consignar que o investimento custou aos cofres públicos à cifra de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), gerando uma economia de energia elétrica entre 30% e 40%.

A seguir, apresentam-se as despesas realizadas pela NOVACAP, por meio de descentralização de recursos orçamentários:

Descentralizações de Recursos Orçamentários à NOVACAP em 2010

Objeto	Valor (R\$)
Projeto de prevenção e combate a incêndio do Edifício Anexo	101.281,31
Projeto de instalações elétricas, voz e dados do Edifício Anexo	145.377,23
Fachada do Edifício Anexo	149.355,53
Modernização tecnológica dos elevadores do Edifício Anexo	1.900.000,00
Projeto de verificação da casa de máquinas dos elevadores do Edifício Anexo	25.000,00
Serviços emergenciais executados na casa de máquinas dos elevadores do Edifício Anexo	40.000,00
Projeto de reforma do telhado do Edifício Anexo	92.388,90
Instalações elétricas e eletrônicas dos elevadores do Edifício Anexo	161.573,34
Total	2.614.976,31

Fonte: UAG/SEPLAG

Reforma de Prédios e Próprios da SEPLAG

Programa de Trabalho: 04.122.3000.3903.7887

Dotação Inicial (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Etapas SAG
844.000,00	997.835,23	996.070,10	896.052,31	89,80%	0023

Neste Programa foram efetuadas as seguintes ações:

- Pagamento à empresa especializada na execução de reforma geral, incluindo o fornecimento de materiais, para revitalização do Almoxarifado e Arquivo da SEPLAG, c/aproximadamente 1.000m² de área, localizado no SGON, Quadra 05, lote 23 – Brasília-DF. (proc. 410.003.108/08)

- Descentralizações orçamentárias, à NOVACAP para pagamento de despesas com elaboração de Projeto Executivo de instalações prediais da EGOV (410.007.409/07); pagamento de despesas com projetos executivos de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio do galpão de bens inservíveis da SEPLAG (410.005.354/07); execução do reforço estrutural das vigas e lages da cobertura da EGOV(410.007.209/07), dentre outros.

Assim, as obras descritas, a seguir, foram realizadas com base nas ações prioritárias da SEPLAG, visando à revitalização dos edifícios próprios para garantir a segurança dos usuários e manutenção das instalações.

Despesas efetuadas por meio de descentralizações de recursos orçamentários para a

NOVACAP:

Descentralização de Recursos Orçamentários à NOVACAP

Objeto	Valor (R\$)
Projeto de Instalações prediais da EGOV	100.000,00
Instalações prediais do Depósito do S.I.A	132.315,17
Reforço estrutural da Cobertura da EGOV	649.946,81
Total	882.261,98

Fonte: UAG/SEPLAG

3. Medidas de Racionalização de Despesas**3.1. Licitações Públicas**

No ano de 2010, foram realizados 1.181 procedimentos nas diversas modalidades de licitação e 174 dispensas. Os processos de compras realizados foram estimados em R\$ 1.595.247.657,15 (um bilhão, quinhentos e noventa e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos). Após o devido processamento, apurou-se uma economia de 34,90% sobre o valor inicialmente estimado, equivalente a R\$ 556.741.103,53 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, cento e três reais e cinquenta e três centavos).

a) Resultados obtidos

A tabela a seguir demonstra o desempenho por procedimento, relativo às licitações realizadas em 2010:

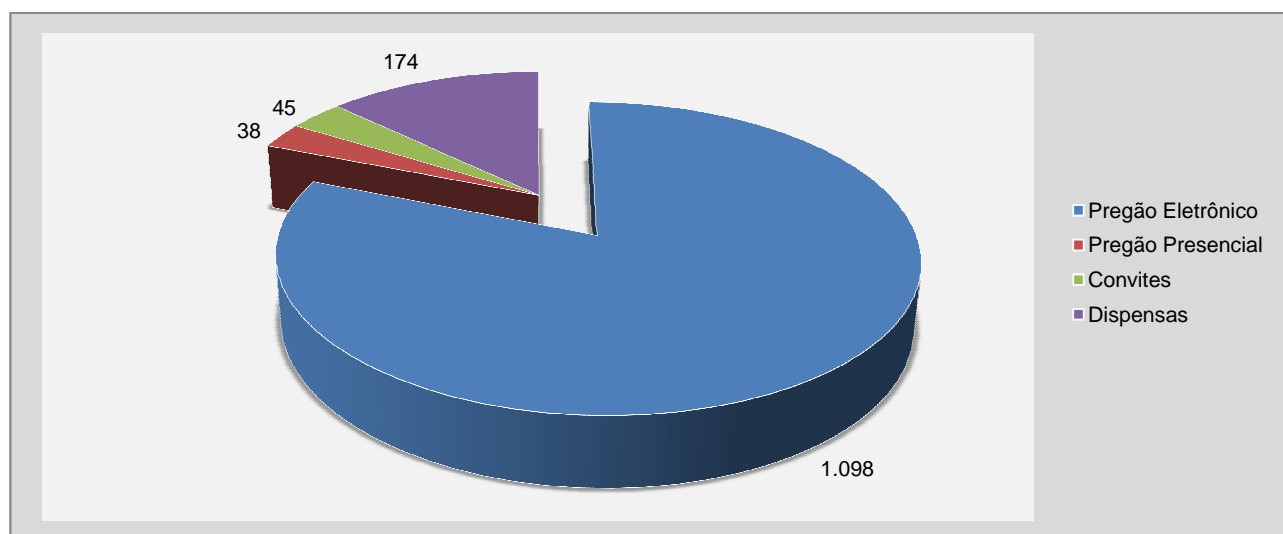
Licitações Realizadas em 2010

Cont.

Procedimento	Quantidade	Valor Estimado (R\$)	Valor de Aquisição (R\$)	Economia	
				R\$	%
Total 2010					
Pregão Eletrônico	1.098	1.574.335.134,14	1.021.532.693,02	552.802.441,12	35,11%
Pregão Presencial	38	19.491.264,85	15.911.891,66	3.579.373,19	18,36%
Convites	45	904.591,96	694.482,40	210.109,56	23,23%
Dispensas	174	516.666,20	367.486,54	149.179,66	28,87%
Total	1.355	1.595.247.657,15	1.038.506.553,62	556.741.103,53	34,90%

Fonte: SUPRI/SEPLAG

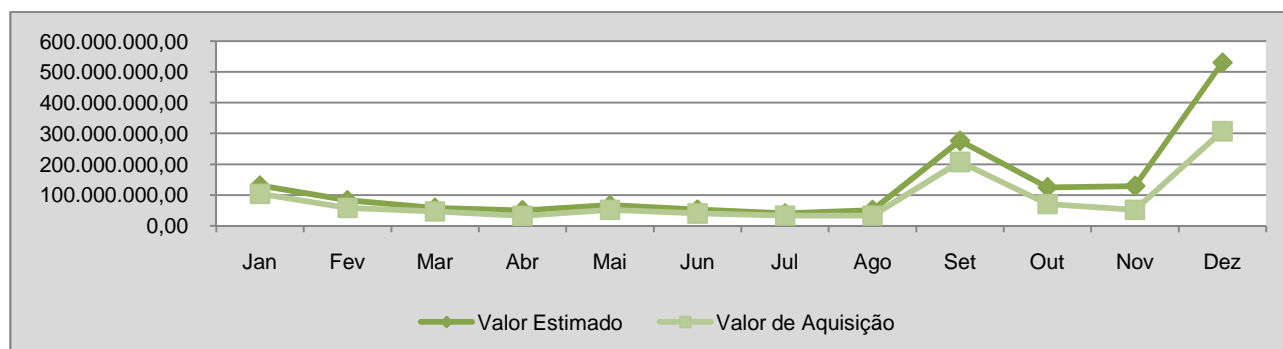
Gráfico 17 – Quantidade de Licitações por Procedimento em 2010



Fonte: SUPRI/SEPLAG

Os gráficos a seguir comparam o valor estimado com o valor homologado, nos procedimentos realizados em 2010.

Comparação entre o Valor Estimado x Valor de Aquisição em 2010



Fonte: SUPRI/SEPLAG

b) Calendário de Compras

O Calendário de Compras para o exercício de 2010 foi planejado para receber os Pedidos de Aquisição de Material (PAM) e de Prestação de Serviços (PES), permitindo agrupar uma quantidade maior de pedidos por licitação, objetivando otimização e economia nos procedimentos licitatórios.

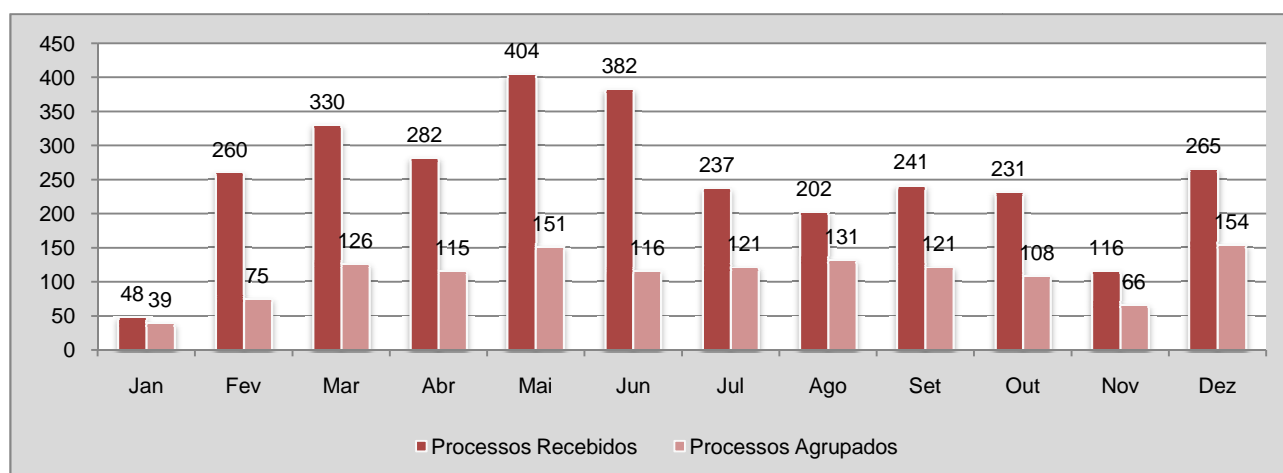
Percebe-se que com o agrupamento de processos se obtêm pesquisas de preços convergentes, possibilitando reduzir o valor de aquisição dos produtos e serviços.

Outra vantagem destacada é a redução proporcional nas quantidades de Convites e Dispensas de Licitações realizadas, concentrando um maior número de procedimentos em Pregões Eletrônicos.

Em 2010, foram recebidos 2.998 processos envolvendo solicitações de compras. Estes processos, após análise e agrupamento, resultaram em 1.323 certames nas diversas modalidades de compras. Esse procedimento gerou uma economia de 31,23%, equivalente a R\$ 553.557.493,28 (quinhentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos).

O comparativo a seguir demonstra a quantidade de processos recebidos e processos agrupados:

Agrupamento de Processos em 2010



Fonte: SUPRI/SEPLAG

3.2. Gestão dos Imóveis Funcionais

No período em referência, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão procedeu à administração de 27 imóveis funcionais da Administração Direta do GDF e 9 (nove) casas no Jardim Botânico de Brasília.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes ações:

- Administração e controle das despesas com água, esgoto e energia elétrica de próprios do Governo do Distrito Federal: R\$ 222.033,65 (duzentos e vinte e dois mil, trinta e três reais e sessenta e cinco centavos);

- Administração e controle do recebimento de taxa de ocupação dos imóveis funcionais, inclusive as casas do JBB: R\$ 11.463,81 (onze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos);

- Inscrição, no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal, dos débitos de Taxa de ocupação de imóveis funcionais dos ocupantes inadimplentes;

- Acompanhamento dos processos judiciais envolvendo imóveis funcionais residenciais do Distrito Federal;

- Administração e controle do pagamento de taxa-extra, condominial e vigilância referente aos imóveis funcionais: R\$ 32.083,84 (trinta e dois mil, oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos);

- Administração dos imóveis funcionais desocupados (vigilância, limpeza e conservação).

Outra medida adotada pela SEPLAG foi à reintegração de posse dos imóveis abaixo discriminados:

Reintegração de Posse

Descrição do Imóvel	Processo
SQS 403 Bloco "O" Apt. 102 – Brasília - DF	Processo em andamento nº 2008.00.2.006114-9 e 2009.01.1.060963-7.
SQS 315 Bloco "C" Apt. 604 – Brasília - DF	Processo em andamento nº 2008.00.2.002346-5
QNM 34 Conj. H Lote 31 – Taguatinga - DF	Processo em andamento nº 2000.01.1.051372-7
Quadra 03 Conj. J Casa 09 – Gama - DF	Processo em andamento nº 0004409-94.1993.8.07.0001

Fonte: SUPRI/SEPLAG

3.3. Aquisição de Equipamentos de TI em relação à Locação

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, no intuito de realizar contratações de TI consubstanciadas nas normas e orientações emanadas pelo Ministério Público e determinações dos Tribunais, primou pelo fracionamento de projetos de aquisições, entendendo ser a ação mais viável e econômica aos interesses do Estado, no tocante à aquisição de equipamentos, em substituição ao procedimento de locação utilizado nas gestões anteriores.

Segundo esse entendimento de gestão, a propriedade e o conhecimento de tecnologias, assim como a guarda de senhas e códigos fonte, devem ficar sob a responsabilidade do Estado, e não de terceiros. Para tanto, ao longo do primeiro semestre de 2010, a Subsecretaria de Gestão de Sistemas Corporativos/SEPLAG elaborou Termos de Referência, Projetos Básicos e aderiu a Atas de Registro de Preços, resultando na aquisição e devolução dos equipamentos locados, buscando garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Secretaria, necessários para atingir seus objetivos e finalidades institucionais, com agilidade e qualidade.

Neste contexto, o parque computacional da Secretaria foi substituído, sendo adquiridos 800

microcomputadores com as respectivas licenças (período de 4 anos), por meio de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 04/2010, SEPLAG do Governo de Minas Gerais, gerando uma economia de R\$ 3.021.348,16 (três milhões, vinte e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos) aos cofres públicos. Cabe salientar que esta medida atendeu a deliberação do Tribunal de Contas do DF e ao Decreto nº 31.355/10, que determinou a suspensão dos pagamentos referente à execução dos contratos com empresas citadas no inquérito 650/2010 (Caixa de Pandora).

4. Medidas de Caráter Normativo

4.1. Terceiro Setor – Organizações Não-Governamentais

O Governo do Distrito Federal tem acompanhado a evolução da Gestão Pública em nível internacional. A Nova Administração Pública se orienta por uma gestão transparente, voltada para resultados e com foco no cidadão.

As demandas sociais são crescentes, e os recursos públicos são limitados. A responsabilidade do Estado abrange, atualmente, os mais diversos segmentos da sociedade, desde saúde, segurança e educação até as atividades de promoção cultural, esporte e lazer. Pensando na qualidade do atendimento desses serviços, o Governo do Distrito Federal tem optado por medidas de gestão descentralizada. Assim, os recursos humanos e financeiros são direcionados prioritariamente às atividades de atendimento direto ao cidadão.

Dessa forma, a gestão descentralizada do Governo do Distrito Federal conta com a participação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) para assegurar o melhor atendimento a toda população. Os institutos jurídicos que possibilitam a participação do Terceiro Setor na gestão pública são as qualificações atribuídas pelo Poder Executivo como Organização Social (OS) e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ambas previstas pelas leis distritais nº 4.081/08 e nº 4.301/09 respectivamente.

Assim, as Organizações Não-Governamentais interessadas em participar do esforço de descentralização do Governo do Distrito Federal devem adequar, até a época da assinatura de eventual parceria com o Governo, seus Estatutos constitutivos às exigências previstas em lei.

Neste contexto, foram efetuadas as seguintes ações:

Organização Social - OS

Na área de qualificação de empresas como Organizações Sociais, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, apresentam-se as entidades e respectivos processos qualificados no âmbito do GDF:

Organizações Qualificadas em 2010

Processo	Entidade
410.001788/2009	Associação recreativa e cultural unidos do cruzeiro – ARUC
410.000186/2009	Cruz vermelha brasileira – PETROPOLIS
410.002687/2009	Instituto do câncer infantil e pediatria especializada ICIPE
410.000215/2010	Associação nacional de atletismo Carmem de Oliveira – ANACO
410.000391/2010	Instituto Túlio maravilha
410.002503/2009	Instituto Joaquim Cruz

Fonte: SMG/SEPLAG

Organizações Convalidadas em 2010

Processo	Entidade
360.000056/2008	Serviço social do comércio – SESC
363.000007/2008	Centro de abastecimento alimentar do DF – CEADF
410.000453/2009	Instituto amigos do vôlei – Leila e Ricarda
410.000622/2009	Associação de centro de treinamento de educação física especial – CETEFE
410.001883/2009	Instituto Brasil eu acredito – BRA

Fonte: SMG/SEPLAG

Organização Social que Assinou Contrato de Gestão com o GDF

Processo	Entidade
410.001861/2009	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA – PETRÓPOLIS

Fonte: SMG/SEPLAG

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP

No segmento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, foi promovido o exame da documentação das seguintes entidades pleiteantes:

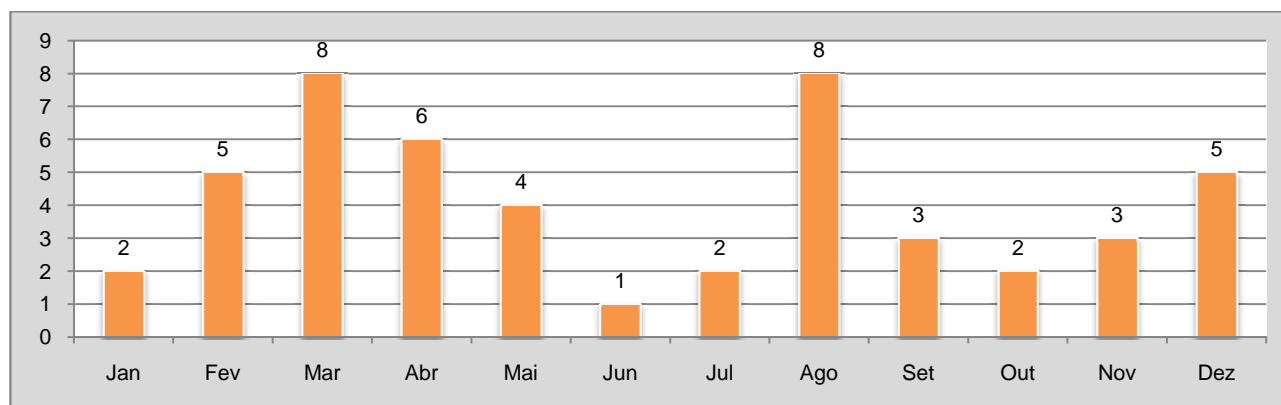
Tabela 36 – Documentação Examinada no Seguimento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP

Processo	Entidade
410-001644/2010	Via Pública - Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública
410.001750/2010	União Planetária

Fonte: SMG/SEPLAG

4.2. Gestão dos Cargos Comissionados do GDF

Na seara do banco de cargos do Governo do Distrito Federal foi procedido o controle e a publicação de atos oficiais de estruturação/reestruturação organizacional, de forma a atender a demanda de 49 órgãos do Governo. Destaca-se que as ações empreendidas foram balizadas no modelo organizacional em vigor, atendendo aos padrões e níveis dos cargos em comissão, culminando na publicação de atos legais (vide anexo).

Quantidade de Órgãos Analisados em 2010

Fonte: SMG/SEPLAG

Com relação ao gerenciamento do banco de cargos comissionados foram efetuadas análises consubstanciadas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, culminando na seguinte disposição:

Análise do Banco de Cargos Comissionados

Mês	Cargos Comissionados		
	Criados	Extintos	Transformados
Jan	100	57	13
Fev	160	119	4
Mar	375	383	103
Abr	292	310	4
Mai	968	922	36
Jun	187	356	25
Jul	1051	872	32
Ago	348	305	4
Set	261	270	10
Out	254	228	55
Nov	651	634	
Dez	113	113	
Total	4.760	4.569	286

4.3. Estrutura Administrativa do GDF

Dentre as ações efetuadas pela Secretaria configura-se a análise da estrutura administrativa de 20 órgãos da Administração Direta/Indireta do GDF, conforme descrição a seguir:

Análise da Estrutura Administrativa da Administração Direta/Indireta do GDF

Órgãos Demandantes: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Governo, Secretaria de Fazenda, Fundação Hemocentro, Secretaria de Ordem Pública e Social, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Vice Governadoria, Corregedoria Geral, Jardim Botânico de Brasília, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Procuradoria Geral, CEAJUR, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, Secretaria de Turismo, PROCON/DF, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, Conselho de Trânsito do DF - CONTRADIFE - Secretaria de Transporte, Serviço de Limpeza Urbana – SLU, Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

5. Diagnóstico

Em 2010, o Governo do Distrito Federal passou por crise política que culminou na renúncia do Governador, Vice-governador e sua equipe.

Diante deste Cenário, a manutenção do equilíbrio das contas públicas, o gerenciamento de forma efetiva dos sistemas corporativos e aquisição de equipamentos de TI, a celeridade nas licitações públicas e o acompanhamento de forma criteriosa dos contratos administrativos e convênios mantidos pela Secretaria foram prioridades nesta Gestão.

Como resultado, depreende-se à publicação da Portaria SEPLAG nº 51, de 22 de abril de 2010, contingenciando o orçamento de 2010; a edição do Decreto nº 31.629, de 18 de maio de 2010, criando a Comissão de Gestão Orçamentária – CGO; a criação da Subsecretaria de Gestão de Sistemas Corporativos, com o fito de controlar e acompanhar as atividades de implementação e produção dos sistemas corporativos de informação; a criação da Coordenadoria de Administração de Contratos e Convênios, com o propósito de promover a contratação, acompanhamento e rescisão dos contratos e convênios firmados pela SEPLAG, bem como a nomeação de novos pregoeiros devido à alta demanda da Central de Licitações/SEPLAG.

20.1 – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – INAS

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, autarquia em regime especial, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, foi criado por meio da Lei nº. 3.831, de 14 de março de 2006, e tem por finalidade proporcionar, sem fins lucrativos, aos servidores ativos e inativos do Distrito Federal, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão e aos ocupantes de cargos de natureza especial, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Requisitados	Órgãos do GDF	01	01	01	-	03
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		06	-	01	-	07
Total Geral		07	01	02	-	10

1. Contexto Histórico

O programa de concessão de assistência suplementar à saúde trata-se de demanda histórica dos servidores do Governo do Distrito Federal. Contudo ao ser iniciada a atual gestão, no exercício de 2007, o INAS depara-se com um quadro totalmente adverso, pois o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS encontrava-se com uma série de problemas estruturais, desde a escassez de recursos financeiros à ausência de recursos humanos e de qualquer acervo documental.

Naquele primeiro momento, a decisão do Governo foi promover o gradual atendimento das demandas dos servidores públicos do complexo do GDF, considerando a observância ao princípio da razoabilidade, de modo que nenhum programa de interesse público viesse sofrer comprometimento.

Ademais, faz-se necessário relembrar as circunstâncias que cercaram o primeiro ano de Governo, quando foram priorizadas as ações no sentido de recuperar a capacidade de investimento do Distrito Federal, bem como reduzir o gasto com a máquina pública, visando ao saneamento e equilíbrio orçamentário e financeiro.

Nesse contexto, foi incumbido ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF promover as avaliações pertinentes, com vistas à adequação do modelo de gestão de saúde suplementar, de modo a permitir o melhor ajuste ao equilíbrio exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, em razão dessa nova conjuntura, o INAS esteve empenhado diuturnamente na solução dessa questão, bem como na promoção de ações que viabilizassem a disponibilização do Programa de Saúde Suplementar, programa esse, que é parte do processo de valorização e investimento no servidor público.

Para que tal iniciativa se concretizasse sem comprometer o ajuste fiscal foram tomadas medidas que promovessem a compatibilização da capacidade de absorção do impacto financeiro pelo Tesouro do Distrito Federal à necessidade de implantação da ação governamental.

Para tanto, foram realizadas diversas rodadas de debates, tanto interna: entre diversos segmentos do Governo do Distrito Federal, bem como com o Poder Legislativo; quanto externas: das quais participaram representantes do Fórum de Servidores e das áreas competentes pela sua execução no GDF, visando à construção de um modelo que contemple o atual contexto econômico-financeiro e o bem estar físico e psicológico dos servidores do Governo do Distrito Federal.

Dessa forma, toda a fase de estruturação da sistemática de prestação de serviço de assistência à saúde a ser oferecida aos servidores foi intensamente debatida por todas as partes envolvidas no processo. Foram analisadas as modalidades de gestão de saúde suplementar contempladas no art. 230, da Lei Federal nº. 8.112/1990, e o Estatuto do Servidor.

O texto oriundo dessas reuniões de trabalho deu origem ao Projeto de Lei nº 1.200/2009, que “autoriza o Distrito Federal a contratar Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos servidores do Distrito Federal na modalidade que especifica, e dá outras providências”, que foi assinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador em 13/04/2009, em audiência pública realizada no Centro Administrativo “Buritinga”. O Projeto de Lei foi lido no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal em 14/04/2009, e aprovado em 1º e 2º turnos em 12/05/2009.

Em 08 de junho de 2009, foi sancionada a Lei nº. 4.330/2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do Poder Executivo, civis e militares, ativos, inativos, aposentados e beneficiários de pensão da administração pública direta, autárquica e fundacional, por livre adesão na forma de pré-pagamento administrado, mediante contratação ou credenciamento de operadoras de planos de assistência à saúde, devidamente registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, precedida de licitação, observadas as normas da Lei Federal nº. 8.666/93;

Nessa mesma data foi sancionado o Decreto nº. 30.447, de 08/06/09, que designou os membros da Comissão Paritária Permanente, instituída pela Lei 4.330/2009, para definir por meio de regulamento a abrangência, a cobertura e as demais condições do Plano Privado de Assistência à Saúde como também o acompanhamento e a avaliação do Plano. A comissão é composta por 7(sete) representantes do Poder Executivo e 7(sete) representantes dos servidores e empregados públicos. Do trabalho da Comissão Paritária resultou o Decreto nº. 30.782/2009 e o Decreto nº. 30.806/2009, que regulamentam a Lei nº. 4.330/2009.

2. Legislação

– Lei nº. 3.381, de 14 de março de 2006; Decreto nº. 26.805, de 16 de maio de 2006; Decreto nº. 27.036, de 31 de julho de 2006; Decreto nº. 27.115, de 24 de agosto de 2006; Decreto nº. 27.116, de 24 de agosto de 2006; Decreto nº. 27.231, de 11 de setembro de 2006; Portaria nº. 262, de 09 de novembro de 2006; Decreto nº. 27.624, de 11 de janeiro de 2007; Lei nº. 4.330, de 08 de junho 2009; Decreto nº. 30.447, de 08 de junho de 2009; Decreto nº. 30.782, de 04 de setembro de 2009.

3. Atividades

A partir da regulamentação da Lei 4.330/2009 a área técnica do INAS, executou os procedimentos prévios com vistas à licitação pertinente, que tem por objeto o credenciamento de operadoras de planos de saúde. Após o devido credenciamento de operadoras de planos de saúde, os servidores poderão proceder à adesão a uma das operadoras de sua livre preferência.

Concluído o Projeto Básico com vistas à licitação de planos de saúde para os servidores, em 21 de outubro de 2009, o Processo nº. 410.000.953/2009 foi encaminhado à Comissão Especial de Licitação - CEL, instituída pelo Decreto nº 30.867/2009, de 06 de outubro de 2009, com vistas aos procedimentos pertinentes à licitação do Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do Poder Executivo do Distrito Federal, que elaborou o Edital e o encaminhou à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para análise e emissão de parecer, em 05 de novembro de 2009.

O processo em epígrafe foi devolvido ao INAS, pela PGDF, em 07 de janeiro de 2010, porém, com uma interpretação difusa, o que gerou por parte deste instituto, o Parecer Jurídico nº. 001/2010, retornando o processo à PGDF, em 18 de janeiro de 2010.

Conforme acima relatado, o Processo nº. 410.000.953/2009 retornou da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 28 de maio de 2010, período muito próximo às vedações estabelecidas pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, em especial, art. 21 e art. 42, o que impossibilitou o INAS que inicializasse os procedimentos licitatórios para fins de implantação do Plano de Saúde.

Ademais, houve um Contingenciamento Orçamental no valor de R\$ 21.321.346,00 (vinte e um milhões trezentos e vinte e um mil e trezentos e quarenta e seis reais), por meio da Portaria nº. 27, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/DF, em 11 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial nº. 31, de 12 de fevereiro de 2010, alterado pelo Decreto nº. 32.210, de 15 de setembro de 2010, publicado no DODF nº. 178, de 16 de setembro de 2010, corrigindo o valor contingenciado para R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões).

Alterado pelo Decreto nº 31.692, de 18 de maio de 2010, publicado no DODF nº. 95, de 19 de maio de 2010, criou a Comissão de Gestão Orçamentária do Distrito Federal – CGO, com a finalidade de acompanhar e avaliar as demandas de custeio e investimento dos órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal, contingenciado as dotações orçamentárias deste instituto no valor de R\$ 1.051.058,00 (um milhão cinqüenta e um mil e cinqüenta e oito reais).

Atualmente o INAS funciona com um quadro reduzido de servidores, devido à não implantação do plano de saúde neste exercício.

Em relação ao quadro de pessoal ocorreu uma diminuição em relação ao ano de 2010 para 2009, em virtude de estratégia de governo para a não ocupação de todos os cargos comissionados e extinção de alguns.

4. Orçamento

Programa 0100 – Apoio Administrativo

Durante o exercício de 2010, foram executadas despesas com a folha de pagamento de pessoal e com serviços de manutenção, como aquisição de materiais de consumo e permanentes, prestação e locação de serviços conforme tabela abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	506.427,00	488.427,00	454.766,70	454.766,70	001
6002-Administração de Pessoal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal	506.427,00	488.427,00	454.766,70	454.766,70	001
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	868.474,00	887.720,00	65.566,09	65.566,09	002
6003-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF	868.474,00	887.720,00	65.566,09	65.566,09	002

Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Com relação à ação 6195 - Concessão de Plano de Saúde aos Servidores não foram realizadas despesas com a Concessão do Plano de Saúde, pois o mesmo não chegou a ser implantado neste exercício.

A ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores teve sua execução na ordem de apenas 23% (vinte e três por cento) em decorrência da estratégia de governo que optou por não ocupar todos os

cargos comissionados, bem como pela decisão de adiar a redistribuição de pessoal, nos termos da Lei Federal nº. 8.112/1990, de que trata o art. 35, da Lei nº. 3.831/2006, para formação do quadro de pessoal do INAS, em atenção ao princípio da razoabilidade.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6195-Concessão de Plano de Saúde aos Servidores	145.286.402,00	126.286.402,00	0,00	0,00	004
6004-Concessão de Plano de Saúde aos Servidores do Governo do Distrito Federal	145.286.402,00	126.286.402,00	0,00	0,00	004
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	146.176,00	66.176,00	18.583,60	18.583,60	005, 006 e 007
6010-Concessão de Benefícios aos Servidores do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF	146.176,00	66.176,00	18.583,60	18.583,60	005; 006 e 007

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
Ressaltamos, que quanto ao Programa nº. 28.846.0001.9050.7021, até o momento, não houve utilização. 9050 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições	10.000,00	47.196,00	6.965,81	6.965,81	003
6001 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF	10.000,00	47.196,00	6.965,81	6.965,81	003
9050 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições	0,00	7.500,00	0,00	0,00	012
7021 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF	0,00	7.500,00	0,00	0,00	012

Programa 3200 – Divulgação Oficial

A Dotação Orçamentária prevista para despesas com Publicidade e Propaganda foi contingenciada por intermédio do Decreto nº. 32.210, de 15 de setembro de 2010.

Divulgação da Publicidade

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505 – Publicidade Institucional	4.220.000,00	0,00	0,00	0,00	008
6005 – Publicidade Institucional do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF	4.220.000,00	0,00	0,00	0,00	008
8505 – Publicidade de Utilidade Pública	844.000,00	0,00	0,00	0,00	009
7901 – Publicidade de Utilidade Pública do INAS/DF	844.000,00	0,00	0,00	0,00	009

5.Planejamento

Com a implementação do Plano de Saúde no ano de 2011, estimamos alcançar, até o final do primeiro ano de execução, a adesão de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do total de servidores, levando assim esse benefício a 32.250 (trinta e dois mil e duzentos e cinquenta) servidores, acrescido de seus dependentes. A expectativa é de que com o crescimento da adesão nos anos seguintes, tal benefício promova a recuperação da saúde dos servidores a um patamar nunca antes obtido, o que se refletirá na redução de absenteísmo, bem como de afastamentos por doenças crônicas e de aposentadorias precoces por invalidez.

Com o credenciamento das operadoras, estaremos divulgando por meio magnético, audiovisual, e impresso, como a elaboração de cartilhas com possíveis dúvidas, esclarecimentos e vantagens sobre a adesão ao programa de saúde proporcionado por intermédio do INAS.

Juntamente com as operadoras credenciadas, este INAS pretende realizar campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde, visando a melhoraria da qualidade de vida e desempenho laboral dos servidores, reduzindo assim o absenteísmo.

Na implementação e execução do PASDF, o INAS, exercerá atividades fiscalizadoras a fim de garantir à prestação dos serviços contratados junto às operadoras credenciadas de assistência a saúde aos servidores.

20.2. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF

O objetivo do presente Relatório é demonstrar os avanços da previdência social dos servidores públicos do Distrito Federal, nesse curto lapso temporal, com destaque para apresentação das informações consolidadas referentes às realizações alcançadas durante o ano de 2010, bem como projetos e atividades desenvolvidas e em desenvolvimento pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, gestor único do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – RPPS/DF, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal.

No cumprimento de sua missão de gerir o RPPS/DF - Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal, o IPREV/DF tem contado com a inestimável e definitiva cooperação dos servidores do IPREV/DF e de suas entidades representativas, além do apoio e parceria dos diversos setores governamentais.

Como parte da estratégia de implementação do Gestor Único do RPPS/DF, a massa dos servidores foi segregada em duas, a saber:

1 - a primeira, composta pelos servidores que ingressaram na carreira pública até 31/12/2006. Tais servidores terão seus benefícios previdenciários suportados pelo Fundo Financeiro – SEGURIDADE SOCIAL, que hoje opera sob regime de caixa – ou seja, os recursos descontados dos ativos são usados para o pagamento dos benefícios dos inativos, com o Tesouro do Distrito Federal assumindo as eventuais diferenças entre os valores arrecadados e as despesas do regime.

2 – a segunda, composta pelos servidores que ingressaram na carreira pública a partir de 01 de janeiro de 2007 e que são vinculados ao Fundo Previdenciário - DFPREV, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF. Ao contrário do Fundo Financeiro – Seguridade Social, o Fundo Previdenciário - DFPREV opera sob o regime capitalizado. Nesse modelo, as contribuições dos servidores segurados juntamente com as contribuições patronais são acumuladas em forma de poupança e aplicadas no mercado financeiro com o propósito de se constituir um volume de recursos capaz de suportar os benefícios previdenciários dos próprios segurados.

Sabemos que a simples constituição de um fundo de capitalização não resolve por si o problema da previdência. É fundamental que os investimentos realizados no mercado financeiro obtenham retornos capazes de superar a meta atuarial, entendida como a rentabilidade mínima a ser alcançada pelas aplicações financeiras, com vistas a garantir a sustentabilidade e a saúde financeira do novo regime.

I. Base Legal

- Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98; Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03;
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/05; Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98;
- Portaria do MPS nº 155, de 15/05/08; Portaria do MPS nº 204, de 10/07/08;
- Portaria do MPS nº 402, de 10/12/2008; Portaria do MPS nº 403, de 10/12/2008;
- Lei Complementar nº. 769, de 30/06/2008; Lei Complementar nº 790, de 05/09/2008;
- Lei Complementar nº 818, de 18/11/2009; e Resolução nº 3790/2009 do BACEN.

A partir da Lei Complementar nº 769/2008, de 30 de junho de 2008, que foi o veículo da internalização dos preceitos das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005 no ordenamento jurídico do Distrito Federal e que cuida da reorganização e unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, e da criação do Órgão Gestor Único sob a denominação de Instituto

de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, autarquia em regime especial, composto por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, que são órgãos internos que deliberam as linhas gerais da administração, segregadas das que executam e exercem a fiscalização.

II. Missão

“Resguardar o bem estar dos servidores públicos distritais ocupantes de cargos efetivos, na condição de beneficiários, além de seus dependentes, assegurando a manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões aos seus segurados, em face de incapacidade para o exercício de atividades laborais, de idade avançada, de encargos de família, de reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.”

III. Objetivos de Gestão

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, tem a função de Gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, que pode ser dividido em dois objetivos, definidos da seguinte forma:

1 - Gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando à maximização desses ativos por meio de aplicações no mercado de capitais, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento;

2 - Gerir o passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias, reforma e pensão dos segurados e dependentes, com a finalidade de assegurar aos beneficiários os meios de subsistência nos eventos de idade, morte e invalidez.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Requisitados	Órgãos do GDF	04	01	04	-	10
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo.		26	0	07	0	33
Total Geral		31	01	11	0	43

Nota: Uma servidora cedida da Secretaria de Estado da Educação – SEE

A estrutura organizacional do IPREV/DF foi criada em estrita observância ao Anexo Único da Lei Complementar nº 769, de 30.07.2008, que estabelece os cargos e suas respectivas lotações, a saber:

Diretorias	Quantitativos de Cargos			
	Originários	Extintos	Atuantes	Vagos
Presidência	17	04	11	02
Diretoria Jurídica	11	05	5	01
Diretoria de Previdência	15	03	12	-
Diretoria de Finanças e Administração	19	03	15	01
Total	62	15	43	04

Dos cargos originariamente criados restaram apenas 43, tendo em vista que 15 foram extintos e/ou remanejados, conforme Decretos de nº's: 29.681 de 10.11.2008; 30.133 de 05.03.2009; 30.157 de 11.03.2010; 30.241 de 02.04.2009; 30.669 de 10.08.2009; 30.731 de 11.09.2009; 31.368 de 02.03.2010; 31.429 de 16.03.2010; 31.910 de 09.07.2010; 31.958 de 22.07.2010.

Apesar da contrariedade ao que preceitua o artigo 19, inciso V da Lei Orgânica do DF em atender o limite de 50% para os cargos comissionados o IPREV/DF tem dificuldades em alocar servidores públicos do quadro de pessoal do Distrito Federal em virtude de muitas vezes as chefias imediatas desses servidores não os liberarem, haja vista as várias tentativas realizadas sem obtenção de êxito.

Quanto à criação do quadro de carreira do IPREV/DF, cumpre dizer que o assunto já está sendo tratado no processo nº410.001.050/2009, que se encontra em tramitação.

Realizações

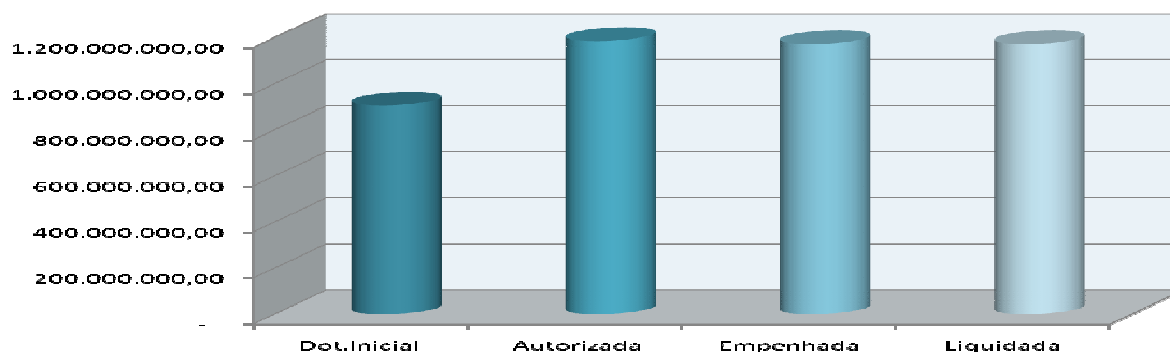
1. Programa 0001 – Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot.Inicial	Autorizada	Empenhada	Liquidada	Nº da Etapa no SAG
9001 - Execução de Sentenças Judiciais	10.000,00	10.000,00	-	-	
6162 - Execução de Sentenças Judiciais	10.000,00	10.000,00	-	-	020
9004 - Encargos Previdenciários do Distrito Federal	904.809.535,00	1.184.504.977,00	1.171.731.050,19	1.171.731.050,19	
6987 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF	15.890.975,00	19.639.209,00	19.638.923,81	19.638.923,81	006
6988 - Concessão de Reajuste Geral aos Servidores Inativos e Pensionistas do GDF	-	-	-	-	
6991 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF - Fundo Financeiro - Executivo	9,00	9,00	-	-	021
6992 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF - Fundo Financeiro - CLDF	-	-	-	-	
6993 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF - Fundo Financeiro - TCDF	1.000,00	1.000,00	-	-	022
6994 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF – Fundo Previdenciário - Executivo	49.392,00	49.392,00	-	-	023
6995 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF – Fundo Previdenciário - CLDF	34.320,00	34.320,00	-	-	024
6996 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF – Fundo Previdenciário - TCDF	35.880,00	35.880,00	-	-	025
9710 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do DF - Fundo Financeiro	888.797.959,00	1.164.745.167,00	1.152.092.126,38	1.152.092.126,38	008
9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público	10.749.036,00	13.608.036,00	13.608.036,00	12.201.904,87	
6980 - Formação do Patrimônio do Servidor Público do IPREV/DF	10.749.036,00	13.608.036,00	13.608.036,00	12.201.904,87	011
9097 - Reservas RPPS	140.650.000,00	140.650.000,00	-	-	018
0001 - Reserva Orçamentária do RPPS - IPREV/DF	140.500.000,00	140.500.000,00	-	-	018
0002 - Compensação Previdenciária Financeira entre Regimes de Previdência	150.000,00	150.000,00	-	-	014

Fonte: QDD - SIGGO

9004 - Encargos Previdenciários do Distrito Federal - 2010



O RPPS/DF tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios de subsistência nos eventos de invalidez, inatividade e morte. O IPREV/DF é a unidade gestora única responsável pela administração do RPPS-DF, com base em normas gerais que lhe garantam o equilíbrio financeiro e atuarial, e pela gestão dos seus recursos financeiros, cuja destinação é exclusivamente para o custeio dos pagamentos dos benefícios previdenciários dos segurados e de seus dependentes, garantidos pelas

reservas financeiras do RPPS, com recursos das contribuições do Distrito Federal, dos segurados ativos, inativos e pensionistas.

O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF) adotou duas modalidades de planos previdenciários:

1.1. Fundo Financeiro – Seguridade Social:

- a) engloba os servidores que ingressaram na carreira pública até 31 de dezembro de 2006;
- b) as contribuições pagas pelo Ente Distrito Federal e pelos servidores ativos, inativos e pensionistas não objetivam a acumulação de recursos (regime financeiro de repartição simples).

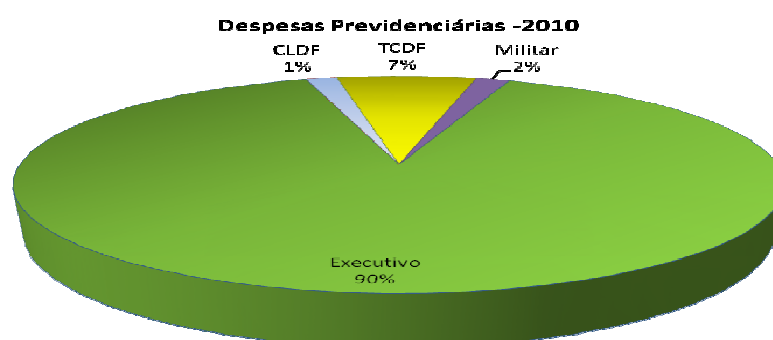
1.2. Fundo Previdenciário – DFPREV:

- a) engloba os servidores que ingressaram na carreira pública a partir de 01 de janeiro de 2007, inclusive;
- b) é estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento futuro dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS/DF, proveniente do passivo previdenciário (regime capitalizado).

Despesas Previdenciárias - 2010

Discriminação	Fundos		Total
	Financeiro	Previdenciário	
Pagamento a Beneficiários	1.171.731.050,19	-	1.171.731.050,19
Executivo	1.052.385.876,48	-	1.052.385.876,48
Aposentadorias	759.411.630,00	-	759.411.630,00
Pensões	276.150.074,28	-	276.150.074,28
Outros Benefícios Previdenciários	10.153.387,79	-	10.153.387,79
Restituição p/ Fundo Capitalizado	6.670.784,41	-	6.670.784,41
CLDF	18.145.362,09	-	18.145.362,09
Aposentadorias	16.328.271,10	-	16.328.271,10
Pensões	1.670.999,02	-	1.670.999,02
Outros Benefícios Previdenciários	146.091,97	-	146.091,97
TCDF	81.560.887,81	-	81.560.887,81
Aposentadorias	62.238.326,99	-	62.238.326,99
Pensões	18.627.358,16	-	18.627.358,16
Outros Benefícios Previdenciários	695.202,66	-	695.202,66
Pagamento a Beneficiário Militar	19.638.923,81	-	19.638.923,81
Outros Benefícios Previdenciários	19.638.923,81	-	19.638.923,81

Fonte: Balancete de 2010 – SIGGO



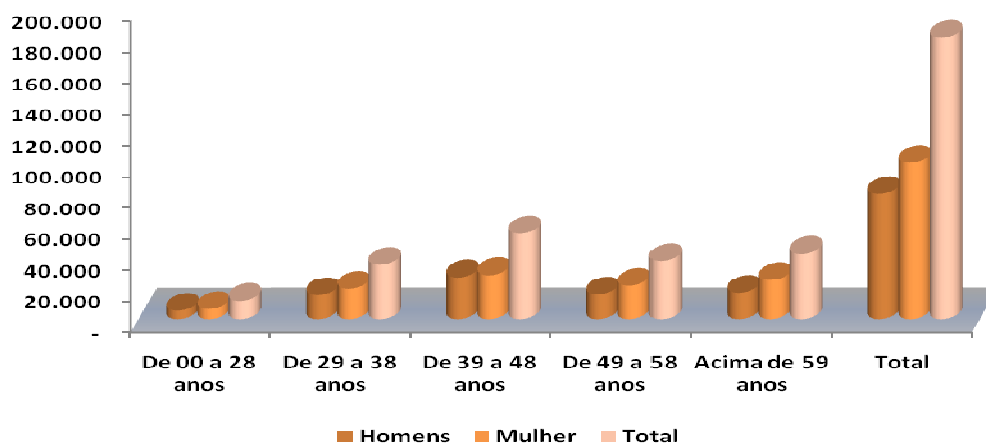
Números Físicos de Ativos, Aposentados e Pensionistas do GDF - 2010

Total consolidado de Ativos, Aposentados e Pensionistas por Faixa Etária e Sexo.

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 00 a 18 anos	828	1,03%	874	0,87%	1.702	0,94%
De 19 a 23 anos	1.295	1,61%	1.461	1,46%	2.756	1,52%
De 24 a 28 anos	3.156	3,92%	4.057	4,04%	7.213	3,99%
De 29 a 33 anos	6.276	7,81%	8.901	8,87%	15.177	8,39%
De 34 a 38 anos	9.187	11,43%	10.538	10,50%	19.725	10,91%
De 39 a 43 anos	13.024	16,20%	13.579	13,53%	26.603	14,71%

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 44 a 48 anos	13.784	17,14%	14.637	14,58%	28.421	15,72%
De 49 a 53 anos	9.092	11,31%	11.428	11,38%	20.520	11,35%
De 54 a 58 anos	6.809	8,47%	9.928	9,89%	16.737	9,26%
Acima de 59 anos	16.957	21,09%	24.979	24,88%	41.936	23,20%
Total	80.408	100,00%	100.382	100,00%	180.790	100,00%

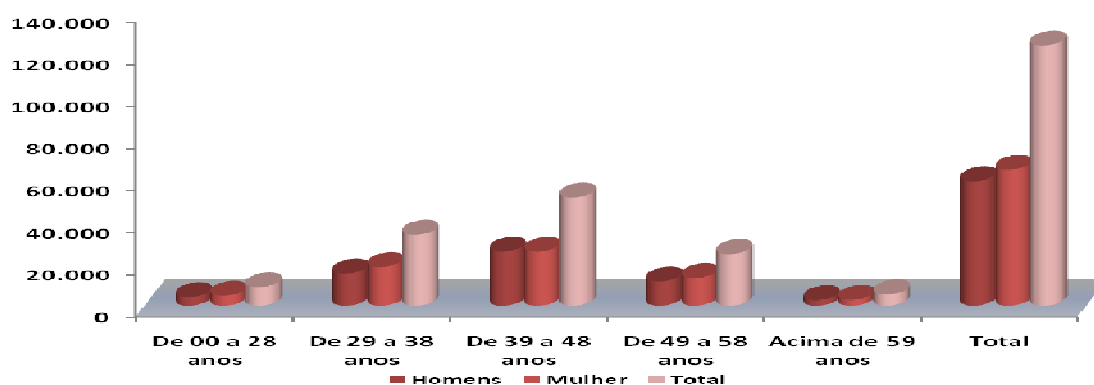
Fonte: SIGRH e SIAPE – Competência - 2010



Quantitativo de Ativos por Faixa Etária e Sexo

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 00 a 18 anos	21	0,04%	21	0,03%	42	0,03%
De 19 a 23 anos	898	1,52%	918	1,42%	1.816	1,47%
De 24 a 28 anos	3.112	5,26%	3.779	5,85%	6.891	5,57%
De 29 a 33 anos	6.218	10,51%	8.432	13,06%	14.650	11,84%
De 34 a 38 anos	9.081	15,35%	9.938	15,39%	19.019	15,37%
De 39 a 43 anos	12.679	21,43%	12.569	19,47%	25.248	20,41%
De 44 a 48 anos	13.037	22,03%	13.104	20,30%	26.141	21,13%
De 49 a 53 anos	7.230	12,22%	8.621	13,35%	15.851	12,81%
De 54 a 58 anos	4.284	7,24%	4.451	6,89%	8.735	7,06%
Acima de 59 anos	2.609	4,41%	2.727	4,22%	5.336	4,31%
Total	59.169	100,00%	64.560	100,00%	123.729	100,00%

Fonte: SIGRH e SIAPE – Competência – 2010

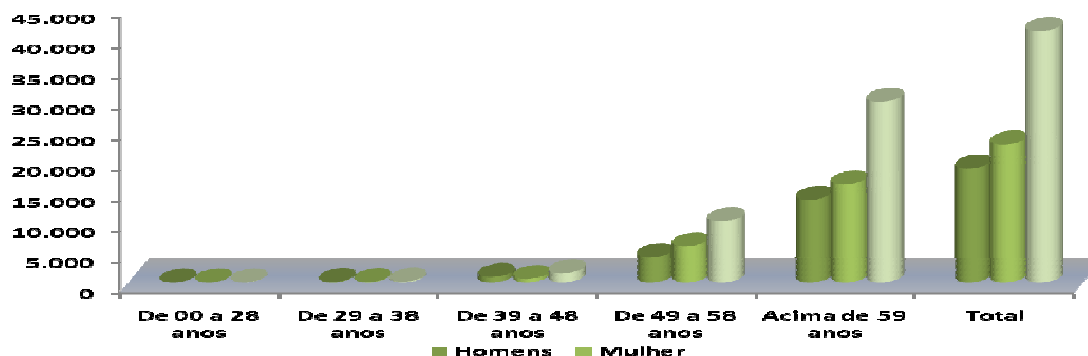


Quantitativo de Aposentados por Faixa Etária e Sexo

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 00 a 18 anos	3	0,02%	0	0,00%	3	0,01%
De 19 a 23 anos	0	0,00%	0	0,00%	-	0,00%
De 24 a 28 anos	1	0,01%	1	0,00%	2	0,00%
De 29 a 33 anos	11	0,06%	14	0,06%	25	0,06%
De 34 a 38 anos	65	0,35%	51	0,23%	116	0,28%
De 39 a 43 anos	256	1,38%	170	0,76%	426	1,04%
De 44 a 48 anos	628	3,38%	422	1,87%	1.050	2,56%
De 49 a 53 anos	1725	9,29%	1.571	6,98%	3.296	8,02%

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 54 a 58 anos	2.376	12,80%	4.289	19,06%	6.665	16,23%
Acima de 59 anos	13.503	72,72%	15.990	71,04%	29.493	71,80%
Total	18.568	100,00%	22.508	100,00%	41.076	100,00%

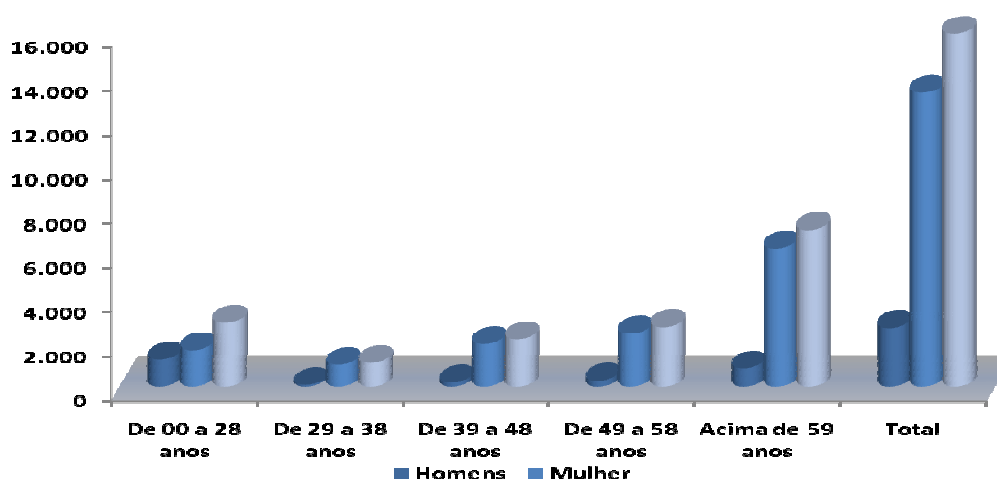
Fonte: SIGRH e SIAPE – Competência - 2010



Quantitativo de Pensionistas por Faixa Etária e Sexo

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
De 00 a 18 anos	804	30,10%	853	6,41%	1.657	10,37%
De 19 a 23 anos	397	14,86%	543	4,08%	940	5,88%
De 24 a 28 anos	43	1,61%	277	2,08%	320	2,00%
De 29 a 33 anos	47	1,76%	455	3,42%	502	3,14%
De 34 a 38 anos	41	1,54%	549	4,12%	590	3,69%
De 39 a 43 anos	89	3,33%	840	6,31%	929	5,81%
De 44 a 48 anos	119	4,46%	1.111	8,34%	1.230	7,69%
De 49 a 53 anos	137	5,13%	1.236	9,28%	1.373	8,59%
De 54 a 58 anos	149	5,58%	1.188	8,92%	1.337	8,36%
Acima de 59 anos	845	31,64%	6.262	47,03%	7.107	44,46%
Total	2.671	100,00%	13.314	100,00%	15.985	100,00%

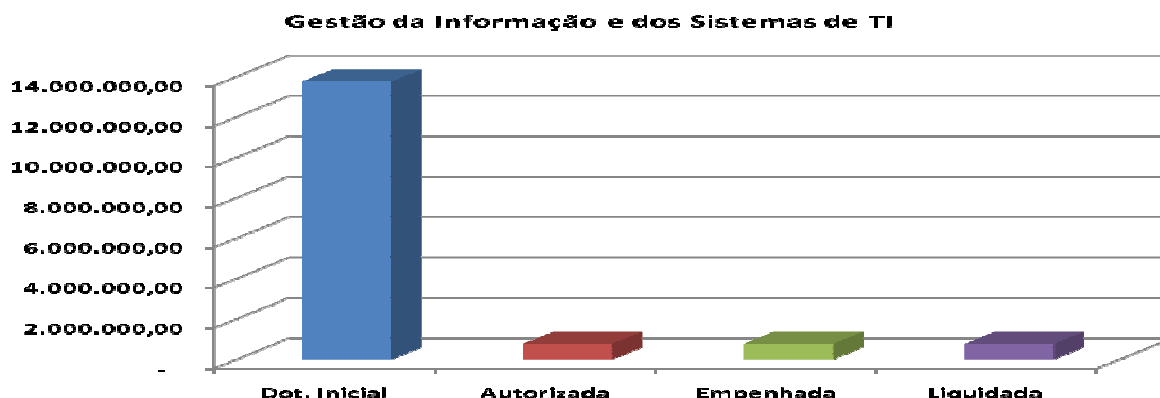
Fonte: SIGRH e SIAPE – Competência – 2010



2. Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizada	Empenhada	Liquidada	Nº da Etapa no SAG
2557-Gestão da Informação e dos Sistemas de TI	13.750.737,00	760.000,00	759.760,00	759.760,00	
0002-Gestão da Informação e dos Sistemas de TI	13.750.737,00	760.000,00	759.760,00	759.760,00	009



O projeto de Gestão da Informação e dos Sistemas de TI teve como objetivo a disponibilização, implementação, operação e unificação de sistemas e prestação de serviços com vistas à institucionalização do processo de gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Instituto de Previdência do Distrito Federal (IPREV/DF), constando de:

- Licença de Uso e entrega dos códigos-fonte com implantação, treinamento, parametrização, e garantia de Sistema Informatizado para a Gestão Previdenciária (EPREV), integrado à tecnologia de reconhecimento automático de impressões digitais AFIS (Automated Fingerprint Identification System), Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e Sistema de Workflow (EWF).
- Operacionalização da Compensação Previdenciária (COMPREV) entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS) do Distrito Federal.
- A execução do presente projeto foi regulamentado pelo Edital de Licitação N°.410.004.839/2007, registrado na Central de Compras da Subsecretaria de Suprimentos, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Distrito Federal e pelo respectivo Contrato de Prestação de Serviços N°.01/2008.

2.1. Sistema de Gestão Previdenciária (EPREV)

O EPREV é um sistema informatizado de Gestão Previdenciária, que centraliza os processos de gestão dos regimes próprios de previdência social.

Possui funções que vão desde o cadastro dos participantes à preparação das informações para o Ministério da Previdência Social, além de relatórios e estatísticas gerenciais.

Podemos citar as seguintes vantagens do EPREV:

- Maior segurança das informações;
- Sistema único previdenciário, que viabiliza o cadastro completo e consistente dos servidores;
- Alteração automática dos dados cadastrais do servidor, de acordo com as regras de concessão e validação de benefícios, evitando assim pagamentos indevidos;
- Processamentos automáticos em cumprimento às regras previdenciárias.

Contempla os seguintes módulos:

- Administração
- Arrecadação Previdenciária
- Cadastro
- Censo

- Certidão
- Concessão e revisão de benefícios
- Importação
- Folha de Pagamento
- Contabilidade

2.2. Workflow e Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documento (GED)

O workflow define o fluxo de um processo ou uma combinação de tarefas que visam alcançar um determinado resultado.

As tarefas podem ser executadas por um ou mais colaboradores.

O cronograma de execução e as condições de realização de cada tarefa são definidos no Workflow.

De forma complementar, o sistema GED define, gerencia e executa workflows.

Contempla os seguintes módulos:

- Controle de acesso;
- Documentação;
- Processos.

2.3. Compensação Previdenciária (COMPREV)

Operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Conforme Lei nº. 6.226, de 14 de julho de 1975, em obediência ao que estabelece o artigo 201 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nºs. 20/98 e 41/03 e regulamentado pela Lei nº. 9.769, de 05 de maio de 1999, Decreto nº. 3.112, de 06 de julho de 1999, alterado pelo de nº. 3.217, de 11 de outubro de 1999 e pela portaria nº. 6.209, de 16 de dezembro de 1999.

Implementação do escopo do Projeto:

- Instalação, parametrização, treinamento e manutenibilidade dos Sistemas de Gestão Previdenciária (EPREV), Sistema GED e Workflow (EWF).
- Implantação e Execução do Processo de Compensação Previdenciária (COMPREV).

2.4 - Entrega dos Produtos do Projeto:

- Entrega do código-fonte dos sistemas de gestão previdenciária (EPREV) versão 1.0, do sistema GED e Workflow (EWF) versão 1.0.
- Entrega dos Scripts de Geração de Banco de Dados dos Sistemas de Gestão Previdenciária (EPREV) versão 1.0, do sistema GED e Workflow (EWF) versão 1.0.
- Entrega dos manuais dos Sistemas de Gestão Previdenciária (Eprev) versão 1.0, do sistema GED e Workflow(EWF) versão 1.0.

Cumprir salientar que o levantamento dos dados junto aos órgãos do Governo do Distrito Federal, como por exemplo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, a Câmara Legislativa – CLDF e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG, para carregar a base de dados do EPREV, é um processo continuado e progressivo. As inconsistências apresentadas na migração desses dados são trabalhadas pontualmente, caso a caso.

Tabela demonstrativa da evolução dos créditos do COMPREV – Valores devidos:

2007			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	486.680,88	5.735.267,41	6.221.948,29
Fevereiro	106.265,92	5.547.715,45	5.653.981,37
Março	6,76	5.201.829,43	5.201.836,19
Abril	-	5.486.996,22	5.486.996,22
Maio	11.083.057,09	5.470.286,68	16.553.343,77
Junho	5,40	5.372.311,98	5.372.317,38
Julho	3,90	5.371.826,33	5.371.830,23
Agosto	102.919,89	5.497.975,97	5.600.895,86
Setembro	7,39	5.369.320,83	5.369.328,22
Outubro	6.912,20	5.422.074,87	5.428.987,07
Novembro	67.841,14	10.925.970,92	10.993.812,06
Dezembro	91.207,21	5.616.763,77	5.707.970,98
Total	11.944.907,78	71.018.339,86	82.963.247,64

2008			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	109.956,51	5.485.159,94	5.595.116,45
Fevereiro	45.267,59	5.645.741,53	5.691.009,12
Março	17.254.212,51	5.845.457,40	23.099.669,91
Abril	159.910,09	5.846.275,21	6.006.185,30
Maio	370.350,90	6.225.362,10	6.595.713,00
Junho	133.199,25	6.183.571,48	6.316.770,73
Julho	186.809,28	6.196.971,04	6.383.780,32
Agosto	71.178,12	5.973.654,46	6.044.832,58
Setembro	2.022.419,79	8.344.942,74	10.367.362,53
Outubro	1.808.333,41	8.956.406,18	10.764.739,59
Novembro	1.757.491,27	14.915.400,07	16.672.891,34
Dezembro	1.316.529,70	8.539.794,58	9.856.324,28
Total	25.235.658,42	88.158.736,73	113.394.395,15

2009			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	4.495.290,25	14.049.477,31	18.544.767,56
Fevereiro	27.792.785,37	14.492.983,62	42.285.768,99
Março	5.149.970,12	14.952.118,97	20.102.089,09
Abril	3.903.162,77	13.245.306,12	17.148.468,89
Maio	2.756.644,15	12.290.729,88	15.047.374,03
Junho	4.132.779,32	13.763.544,72	17.896.324,04
Julho	3.533.678,43	13.762.985,83	17.296.664,26
Agosto	3.512.985,77	13.298.445,99	16.811.431,76
Setembro	2.724.037,63	50.680.163,55	53.404.201,18
Outubro	5.491.488,46	20.641.719,07	26.133.207,53
Novembro	2.902.103,75	23.178.198,23	26.080.301,98
Dezembro	2.619.798,00	14.238.537,33	16.858.335,33
Total	69.014.724,02	218.594.210,62	287.608.934,64

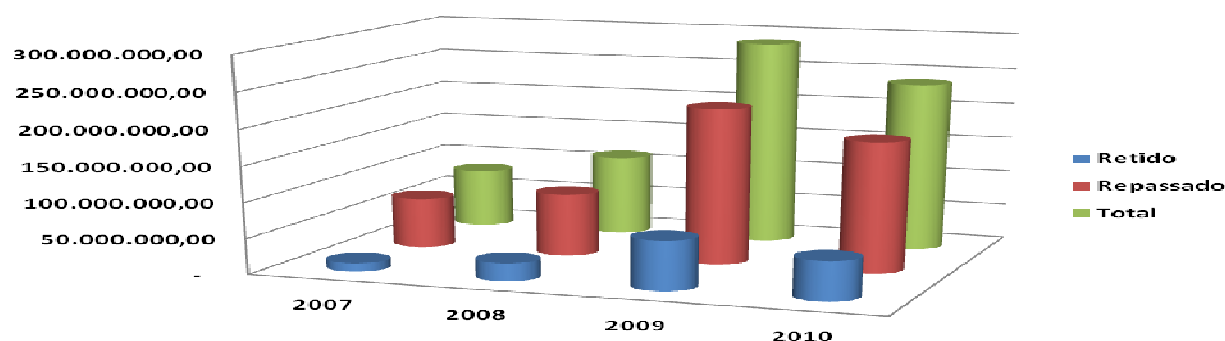
Nota: 1 - Acrescido valor de R\$ 39.324.255,21 no fluxo atrasado da competência setembro/2009, referente à revisão realizada pela inconsistência da aplicabilidade da fixação do prazo prescricional em 1.057 requerimentos.

2- Os valores expressos na coluna "retido" referem-se a créditos mantidos junto ao INSS, como recursos garantidores com vistas a futuro encontro de contas entre o DF e a União.

2010			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	29.173.253,17	16.478.228,85	45.651.482,02
Fevereiro	3.796.620,33	20.145.541,68	23.942.162,01
Março	2.245.413,36	16.543.689,66	18.789.103,02
Abril	1.897.334,51	15.084.934,69	16.982.269,20
Maio	1.189.670,42	12.248.336,50	13.438.006,92
Junho	1.681.954,35	12.151.336,90	13.833.291,25
Julho	2.476.652,17	15.565.101,72	18.041.753,89
Agosto	1.707.986,25	14.219.631,68	15.927.617,93
Setembro	8.368.400,43	14.384.545,22	22.752.945,65
Outubro	1.441.660,72	13.543.469,08	14.985.129,80
Novembro	630.858,39	21.742.154,16	22.373.012,55
Dezembro	134.188,66	10.501.348,59	10.635.537,25
Total	54.743.992,76	182.608.318,73	237.352.311,49

Nota: Valores referentes ao mês de competência

COMPREV



3. Programa 0100 – Administração de Pessoal

Execução Orçamentária e Financeira

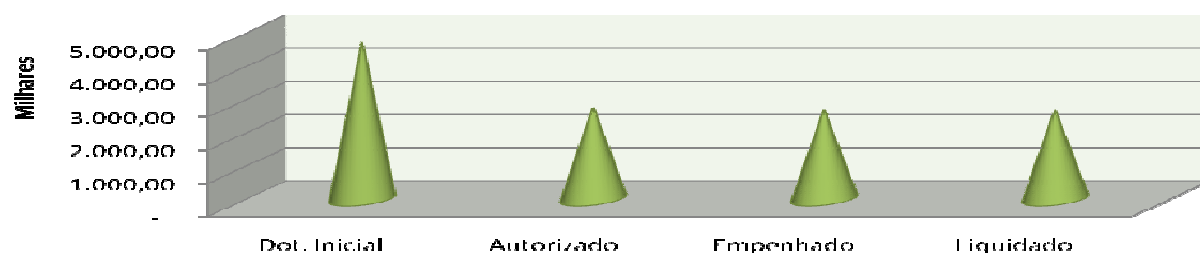
Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2598-Realização de Fóruns, Conferências e Seminários	195.000,00	-	-	-	
7900-Realização de Fóruns, Conferências e Seminários no Distrito Federal	195.000,00	-	-	-	
7325-Promoção de Intercâmbio e Coop.Técnica	90.000,00	-	-	-	
0002-Promoção de Intercâmbio e Cooperação Técnica Governamental	90.000,00	-	-	-	
8502-Administração de Pessoal	4.696.798,00	2.741.130,00	2.671.741,31	2.671.741,31	
7032-Administração de Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal	4.696.798,00	2.741.130,00	2.671.741,31	2.671.741,31	001
8517-Manutenção de Serviços Adm. Gerais	2.646.000,00	612.190,00	609.680,55	591.792,14	
7900-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal	2.646.000,00	612.190,00	609.680,55	591.792,14	010

Fonte: QDD e SIGGO

3.1. Administração de Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

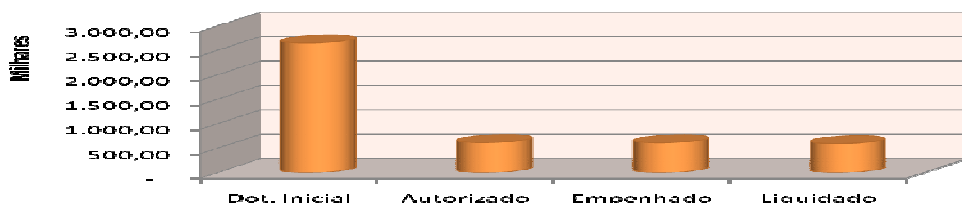
Nesta ação apropriam-se os gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores é elaborada mensalmente mediante alimentação dos dados no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH pela unidade administrativa, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O valor empenhado com remuneração do pessoal, no período janeiro a dezembro de 2010 foi de R\$ 2.671.741,31 (dois milhões seiscentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos).

Despesa Administração de Pessoal - 2010



3.2. Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

A esta ação são apropriadas todas as despesas tipicamente administrativas, tais como: contas telefônicas, de água e energia, concessão de diárias, pagamento de serviços prestados por terceiros e aquisição de material de consumo, exceto aquelas que são próprias das ações de transporte, recursos humanos e informática. Nesta rubrica foi empenhado o valor de R\$ 609.680,55 (seiscentos e nove mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos), no período janeiro a dezembro de 2010

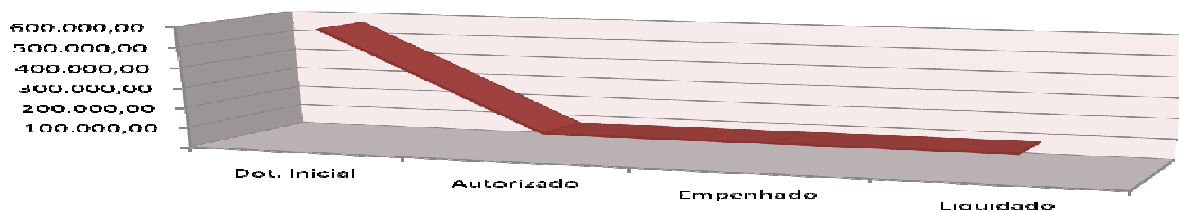


4. Programa:0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2422-Manutenção do Programa Bolsa estágio	50.000,00	-	-	-	
0009-Manutenção do Programa Bolsa estágio do IPREV/DF	50.000,00	-	-	-	015
2655-Capacitação de Recursos Humanos	130.000,00	-	-	-	
7919-Capacitação de Recursos Humanos do Instituto de Previdência dos Servidores do DF	130.000,00	-	-	-	
2958-Formação Gerencial Permanente Por Meio de Bolsas MBA	40.000,00	-	-	-	
0009-Formação Gerencial Permanente Por Meio de Bolsas Mba	40.000,00	-	-	-	016
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	578.794,00	100.037,00	100.035,44	100.035,44	
7027-Concessão de Benefícios aos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do DF	378.794,00	100.037,00	100.035,44	100.035,44	002 a 005
8672- Concessão de Benefícios aos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Parágrafo único, Art. 26-A, LC 769/2008	200.000,00	-	-	-	

Concessão de Benefícios a Servidores



5. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505 – Publicidade e Propaganda-Manutenção do Programa Bolsa estágio	3.000.000,00	-	-	-	
7902-Publicidade Institucional do IPREV/DF	3.000.000,00	-	-	-	012

6. Informações Complementares

6.1. Receita Orçamentária

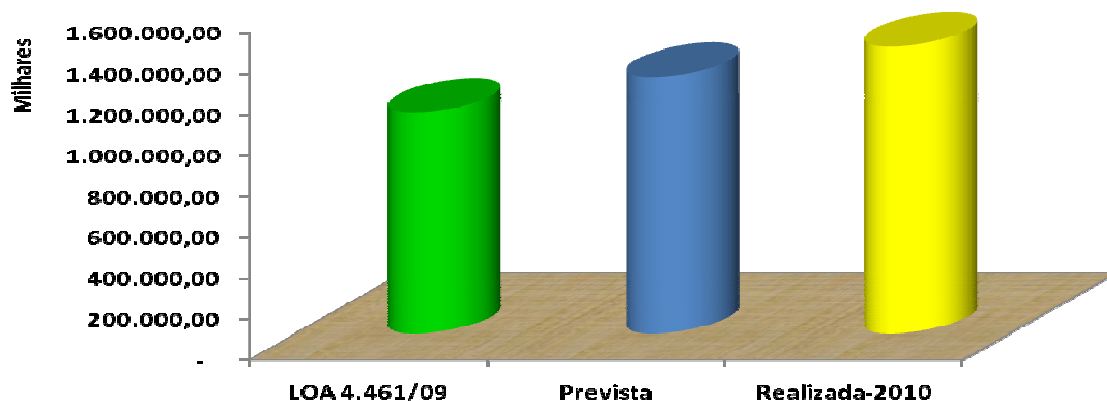
Especificação da Receita	LOA 4.461/09(1)	Realizada(3)			
		Prevista(2)	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Total
Receitas Previdenciárias	817.614.841,00	939.213.990,00	962.271.229,15	57.063.088,78	1.019.334.317,93
Contribuição Pessoal Civil	696.109.819,00	785.239.583,00	809.906.523,38	57.063.088,78	866.969.612,16
Contribuição do Serv. Ativo Civil	566.856.648,00	624.350.665,00	645.085.424,75	57.052.429,63	702.137.854,38
Executivo	554.922.214,00	604.026.942,00	623.046.034,99	56.959.366,02	680.005.401,01
CLDF	1.462.752,00	9.852.041,00	10.486.132,86	56.163,65	10.542.296,51
TCDF	10.471.682,00	10.471.682,00	11.553.256,90	36.899,96	11.590.156,86
Contribuição do Serv. Inativo Civil	106.938.982,00	138.290.511,00	144.798.398,79	-	144.798.398,79
Executivo	101.023.844,00	132.352.415,00	139.154.741,58		139.154.741,58
CLDF	878.805,00	901.763,00	1.149.993,80		1.149.993,80
TCDF	5.036.333,00	5.036.333,00	4.493.663,41		4.493.663,41
Contribuição do Pensionista Civil	22.314.189,00	22.318.147,00	19.433.317,28	-	19.433.317,28
Executivo	20.813.765,00	20.813.765,00	17.879.174,98		17.879.174,98
CLDF	74.875,00	78.833,00	88.376,66		88.376,66
TCDF	1.425.549,00	1.425.549,00	1.465.765,64		1.465.765,64
Outras Contribuições Servidor		280.260,00	589.382,56	10.659,15	600.041,71
Contribuição Pessoal Militar	121.505.022,00	153.974.407,00	152.364.705,77	-	152.364.705,77
Contribuição do Serv. Ativo Militar	98.837.264,00	123.787.965,00	124.534.585,18		124.534.585,18
Contribuição do Serv. Inativo Militar	20.123.775,00	27.642.459,00	27.830.120,59		27.830.120,59
Contribuição do Pensionista Militar	2.543.983,00	2.543.983,00	-	-	-
Receita Patrimonial	10.000.000,00	10.000.000,00	15.328.597,09	24.914.199,00	40.242.796,09
COMPREV	113.453.719,00	179.689.802,00	186.345.507,47		186.345.507,47
Restituição de Proventos		61.629,00	78.822,34		78.822,34
Receitas Intra-Orçamentária	88.500.000,00	88.500.000,00	128.977,02	121.396.583,15	121.525.560,17
Contribuição Patronal	88.500.000,00	88.500.000,00	128.977,02	121.357.870,60	121.486.847,62
Contribuição Exercícios Anteriores	-	-	-	38.712,55	38.712,55
Repasse – Transf. do Tesouro	51.839.057,00	37.756.648,00	35.964.157,57		35.964.157,57
Total	1.081.407.617,00	1.255.222.069,00	1.200.117.290,64	203.373.870,93	1.403.491.161,57

Fontes: (1) : Lista Consolidação da Receita – SIGGO

(2) : Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – SIGGO

(3) : Balancetes Financeiro e Previdenciário – 2010 – SIGGO

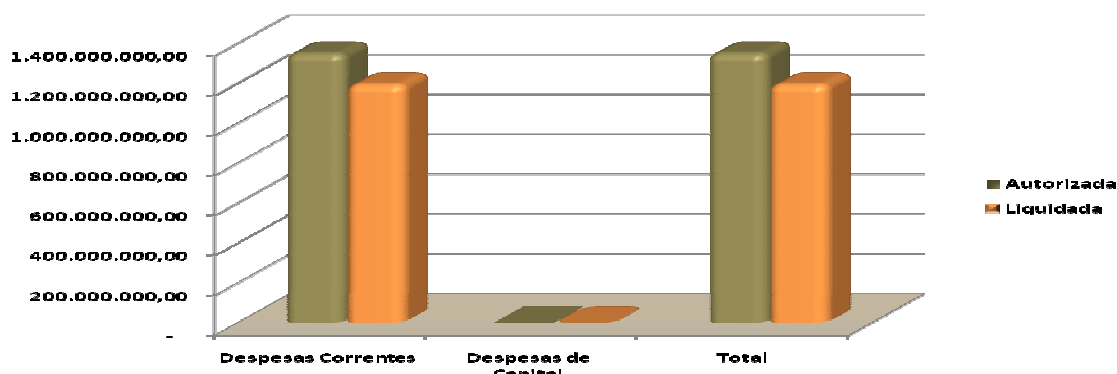
Execução Orçamentária da Receita - 2010



Execução Orçamentária por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Autorizada	Executada	%
Despesas Correntes	1.342.692.994,00	1.187.762.908,53	88,46%
Despesas de Capital	293.376,00	293.375,42	100,00%
Total	1.342.986.370,00	1.188.056.283,95	88,46%

Fonte: Quadro Detalhamento de Despesa – SIGGO

**6.2. Equilíbrio Financeiro e Atuarial**

O princípio do equilíbrio financeiro e atuarial se vincula ao princípio da exclusividade das receitas, contribuições e repasses que devem se destinar à cobertura previdenciária no curto, médio e longo prazos. Os regimes próprios da previdência social são atingidos pelas ações fiscalizadoras de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo. A legislação estabelece que o ente público seja responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários efetuados pelo RPPS, devendo realizar transferências para esse fim.

O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF adotou duas modalidades de planos previdenciários:

Fundo Financeiro – Seguridade Social:**Plano de Custeio**

Contribuintes do Sistema	Percentual de Contribuição
Ente	22% da folha de segurados ativos
Servidor Ativo Efetivo	11% da remuneração
Servidor Inativo	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

Estatísticas – data-base dos dados: 30/09/2010

População	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Ativos	47.831	24.483	R\$ 5.310,27	R\$ 5.729,48	44	47
Aposentados por Tempo de Contribuição	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Idade	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados Compulsória	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Invalidez	22.118	11.015	R\$ 5.810,56	R\$ 6.322,77	63	69
Pensionistas	6.955	1.498	R\$ 4.136,85	R\$ 3.563,80	61	51

Valores do Fluxo de Caixa no primeiro ano

Referência	Valores
Ativos	R\$ 173.483.596,00
Inativos e Pensionistas	R\$ 46.900.976,32
Distrito Federal – Custo Normal	R\$ 206.130.054,52
Distrito Federal – Custo Suplementar	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
Financiamento da Dívida	R\$ 0,00
Total	R\$ 426.514.626,84

Provisões Matemáticas Previdenciárias

Provisões Matemáticas	2007(*)	2008(*)	2009	2010
Benefícios Concedidos	-	-	R\$ 29.007.720.605,75	R\$ 347.585.167,44
Benefícios a Conceder	-	-	R\$ 29.751.161.623,46	R\$ 374.173.177,72
Total	-	-	R\$ 58.758.884.238,21	R\$ 721.760.355,16

Fundo Previdenciário – DFPREV:**Plano de Custeio**

Contribuintes do Sistema	Percentual de Contribuição
Ente	22% da folha de segurados ativos
Servidor Ativo Efetivo	11% da remuneração
Servidor Inativo	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

Estatísticas – Dados: 30/09/2010

População	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Ativos	7.841	4.994	3.664,91	3.874,62	33	32
Aposentados por Tempo de Contribuição	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Idade	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados Compulsória	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Invalidez		1	0,00	3.816,98	0	71
Pensionistas	2	0	2.888,82	0,00	36	0

Valores do Fluxo de Caixa no primeiro ano

Referência	Valores
Ativos	R\$ 21.157.718,56
Inativos e Pensionistas	R\$ 1.633,60
Distrito Federal – Custo Normal	R\$ 25.139.216,51
Distrito Federal – Custo Suplementar	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
Financiamento da Dívida	R\$ 0,00
Total	R\$ 46.298.568,67

Provisões Matemáticas Previdenciárias

Provisões Matemáticas	2007	2008	2009	2010
Benefícios Concedidos	-	R\$ 1.009.033,51	R\$ 2.632.292,66	R\$ 1.781.745,16
Benefícios a Conceder	R\$ 16.864.967,37	R\$ 82.810.229,30	R\$ 589.028.243,91	R\$ 166.372.269,77
Total	R\$ 16.864.967,37	R\$ 83.819.262,81	R\$ 591.660.536,57	R\$ 168.156.024,93

6.3. Gestão dos Investimentos

Em atendimento a Portaria do Ministério da Previdência Social nº 155, de 15 de maio de 2008, o IPREV/DF elaborou sua Política de Investimentos para o exercício de 2010, que formaliza os objetivos, diretrizes, requisitos e restrições sob os quais os investimentos devem ser geridos, conforme relatório :

Objetivos

- A Política de Investimentos visa atender ao disposto pela Resolução nº 3.790 do BACEN, de 24/09/2009, tornando pública resolução do Conselho Monetário Nacional.
- Cumpra à Política de Investimentos apresentar uma descrição da filosofia e das práticas de Investimentos do IPREV/DF. Assim, esta foi desenvolvida para servir como um plano para a gestão dos ativos confiados ao Instituto para seus investimentos. O IPREV/DF considera crucial a adoção de um planejamento que preveja diretrizes de preservação e melhoria destes ativos por meio de um processo de investimento prudente. O Instituto adotou tal Política de Investimentos como um plano de alocação de recursos para assegurar:
 - O claro entendimento por parte dos gestores, empregados do IPREV/DF, servidores, aposentados, pensionistas, provedores externos de serviços e órgão reguladores, quanto aos objetivos e restrições relativas aos investimentos dos ativos do Instituto;

- A existência de um instrumento de planejamento que obrigue o IPREV/DF a identificar e definir claramente suas necessidades e seus requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco (isto é, objetivos de investimento) e restrições de investimento;
- A existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, dos gestores e das estratégias de investimentos empregados no processo de investimento do IPREV/DF;
- O estabelecimento de diretrizes aos gestores para que eles conduzam o processo de investimento em conformidade com os objetivos e restrições de investimentos;
- Independência ao processo de investimento com relação a um gestor específico, isto é, qualquer gestor que venha a conduzir o processo de investimento tem diretrizes bem definidas que devem ser seguidas na construção e no gerenciamento das Carteiras.

Diretrizes Gerais

- O IPREV/DF, como gestor de um plano de benefício definido, tem como objetivo uma rentabilidade mínima de IPCA + 6,00% ao ano, que representa a sua exigibilidade atuarial, de maneira a garantir os futuros benefícios dos servidores do Distrito Federal e seus dependentes;
- A administração das carteiras de investimentos está baseada na otimização de segurança, de solvência, de liquidez, de rentabilidade e dos riscos componentes de renda fixa, de renda variável, de imóveis e de seus derivativos, buscando o cumprimento das obrigações atuariais do IPREV/DF;
- A carteira de investimentos deve ter liquidez suficiente para atender compromissos previdenciários e ter flexibilidade estratégica para se posicionar tanto nas oportunidades quanto nas adversidades que surjam no mercado.

Requisitos Legais

- As decisões de investimentos devem seguir rigorosamente as regras determinadas pela Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SPS), Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de qualquer outro órgão competente;
- Os ditames legais aos quais estão subordinadas as aplicações dos recursos do IPREV/DF — gestor único do fundo com finalidade previdenciária instituído pelo Distrito Federal nos termos da Lei Federal nº 9.917/98 — a Resolução nº 3.506/07 do BACEN, vigente até 24/09/2009 e a Resolução nº 3.790/09 do BACEN, atualmente em vigor.

Alocação dos ativos

A política de investimentos, no que se refere à alocação de recursos, está organizada conforme os segmentos de aplicação seguintes, definidos na legislação vigente:

a) Segmento de renda fixa

Nesta modalidade, estão presentes os Títulos Públicos Federais, os Fundos de Investimentos Referenciados, os Fundos de Investimentos Previdenciários, os Fundos de Renda Fixa, Depósitos em Poupança e os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

b) Segmento de Renda Variável

Nesta modalidade, estão presentes os Fundos de Investimentos em Ações, Fundos Previdenciários em ações, fundos de Índices referenciados em ações, Fundos Imobiliários, Fundos em Participações (fechados), e Fundos Multimercados (abertos), cuja volatilidade é acentuada e se faz necessário uma gestão ativa e profissional para aproveitar as oportunidades do mercado.

c) Segmento de Imóveis

As alocações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os terrenos ou imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social, conforme Art. 8º da Resolução CMN 3790/2009.

No quadro a seguir, apresentamos a segmentação da Política de Investimentos do IPREV/DF, para o exercício de 2010, com as respectivas alocações por classes de ativos e percentuais de aplicação.

Quadro Resumo com os Limites por Segmento de Aplicação - Exercício de 2010
(Resolução CMN nº 3.790/2009)

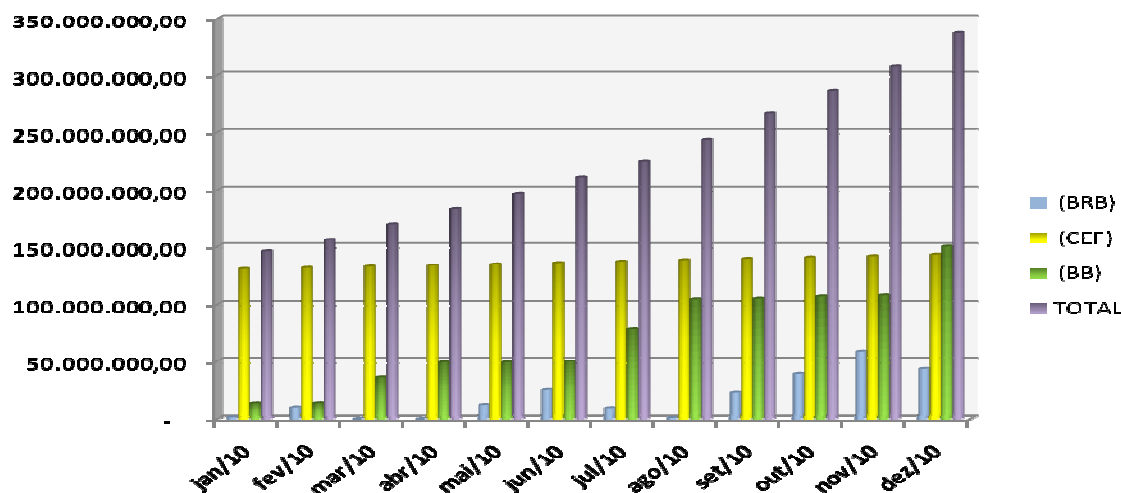
Resolução CMN nº 3.790/09							Limite Inferior %	Limite Superior%
Segmento	Artigo	Inciso	Alínea	Limite Legal de Aplicação	Tipo de Ativo	Limites de Diversificação		
Renda Fixa (Máximo 100%)	6º	I	A	100%	Títulos Públicos (SELIC)		0	0
		I	B	100%	Cotas de FI com 100% TPF	20% PL FI / 70% IMA	50	100
		II		15%	Compromissada Lastreada em TPF		0	0
		III	A	80%	Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em RF (Max. 30% Ativos Privados, Exc. 80% DPGE)	20% PLRPPS e 20% PL FI / 70% IMA	0	80
		III	B	80%	Cotas de Fundos de Investimentos Previdenciários Classificados como RF ou Referenciados em RF (Max. 30% Ativos Privados, Exc. 80% DGPE)	20% PLRPPS e 25% PL FI / 70% IMA	0	80
		IV		20%	Depósito de Poupança		0	0
		V		30%	Cotas de Fundos de Investimento em RF (Max. 30% Ativos Privados, Exc. 80% DGPE)	20% PL FI / 70% IMA	0	30
		VI		15%	Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Abertos	20% PL FI	0	15
		VII		5%	Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) Fechados	20% PL FI	0	5
Renda Variável (Máximo 30%)	7º	I		30%	Cotas de Fundos de Investimento Previdenciários Classificados como Ações	20% PL RPPS e 25% PL FI	0	30
		III		20%	Cotas de Fundos de Índices referenciados em Ações, Negociadas em Bolsa de Valores, Admitindo-se exclusividade ao IBOVESPA, IBX e IBX-50	20% PL FI	0	20
		III		15%	Cotas de Fundos de Investimento em Ações	20% PL FI	0	15
		IV		5%	Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Abertos	20% PL FI	0	5
		V		5%	Cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) Fechados, Cumulativo com o Limite do Inciso II	20% PL FI	0	5
		VI		5%	Cotas De Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	20% PL FI	0	5
Imóveis (Máximo Carteira de Imóveis)	8º			Terrenos ou Outros Imóveis Vinculados por Lei ao RPPS	Aplicações no Segmento de Imóveis		0	0

Saldo das Aplicações - Fundo Previdenciário

Mês/Ano	Valor - R\$			
	BRB	Caixa	BB	Total
Jan/2010	1.417.302,12	131.309.406,27	13.593.332,60	146.320.040,99
Fev/2010	10.116.176,99	132.170.952,74	13.710.521,44	155.997.651,17
Mar/2010	0,00	133.281.018,99	36.588.041,99	169.869.060,98
Abr/2010	0,00	134.047.239,32	49.269.834,19	183.317.073,51
Mai/2010	12.164.369,75	135.096.246,48	49.213.529,52	196.474.145,75
Jun/2010	24.740.342,82	136.203.709,10	49.787.978,92	210.732.030,84

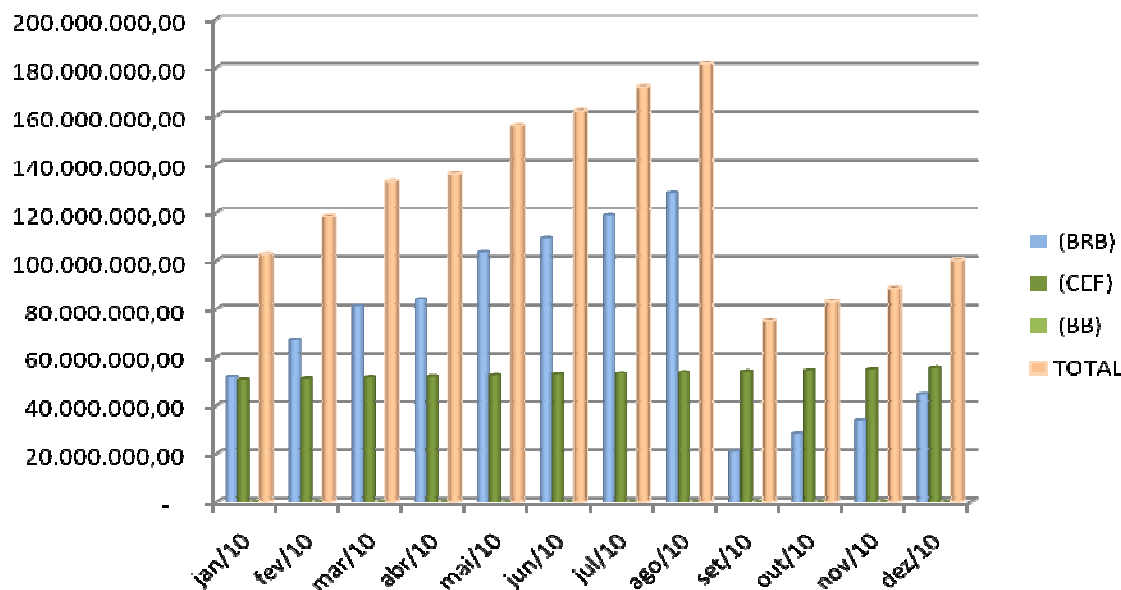
Mês/Ano	Valor - R\$			
	BRB	Caixa	BB	Total
Jul/2010	9.464.007,62	137.462.937,61	78.410.657,21	225.337.602,44
Ago2010	860.860,22	138.649.180,76	104.450.981,83	243.961.022,81
Set/2010	22.430.462,04	139.821.062,00	105.007.942,97	267.259.467,01
Out/2010	39.346.015,62	140.976.565,63	106.952.427,61	287.275.008,86
Nov/2010	58.314.006,26	142.026.580,62	107.823.218,13	308.163.805,01
Dez2010	43.534.450,05	143.406.499,56	150.318.917,37	337.259.866,98

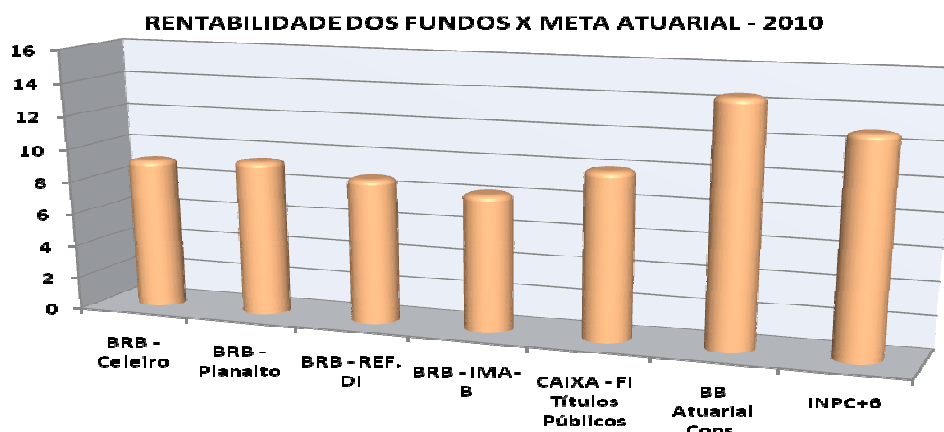
Fonte: Balancete Contábil – SIGGO



Saldo das Aplicações - Fundo Financeiro

Mês/Ano	Valor - R\$			
	BRB	CAIXA	BB	Total
Jan/2010	51.745.369,71	50.821.679,90	0,00	102.567.049,61
Fev/2010	67.110.010,85	51.155.130,79	0,00	118.265.141,64
Mar/2010	81.222.056,93	51.584.768,19	0,00	132.806.825,12
Abr/2010	83.979.789,20	51.881.324,29	0,00	135.861.113,49
Mai/2010	103.528.059,63	52.287.329,52	0,00	155.815.389,15
Jun/2010	109.143.579,09	52.715.959,21	0,00	161.859.538,30
Jul/2010	118.847.576,25	53.203.328,02	0,00	172.050.904,27
Ago2010	127.925.890,64	53.662.448,74	0,00	181.588.339,38
Set/2010	20.873.505,90	54.116.010,87	0,00	74.989.516,77
Out/2010	28.382.170,85	54.563.234,24	0,00	82.945.405,09
Nov/2010	33.578.994,55	54.969.629,54	-	88.548.624,09
Dez2010	44.544.309,70	55.503.710,08	-	100.048.019,78





Conclusão

A política de investimentos do IPREV/DF foi estruturada em consonância com a legislação em vigor que normatiza a gestão de investimentos dos RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social, em especial à Resolução do BACEN nº. 3.790/09, e leva em consideração os princípios de boa governança, tendo como prioridade os fatores de segurança, rentabilidade, liquidez e transparência.

Considerando o cenário econômico mundial e alta volatilidade do mercado de capitais, foi adotado um portfólio de investimentos conservador composto, exclusivamente, por investimentos em renda fixa, em especial, fundos constituídos por títulos públicos federais, aplicados em bancos oficiais (Caixa, BB, BRB), com classificação de baixo risco (risco soberano) e, ainda, de forma a atingir a meta atuarial.

Como não houve uma mudança de cenário econômico não foi possível o cumprimento da meta atuarial em todos os fundos devido à política muito conservadora adotada pelo Instituto. A Resolução do BACEN nº 3.790/09 autoriza diversos outros tipos de aplicações não adotadas até o momento. O Instituto já criou o seu Comitê de Investimento para analisar estas oportunidades na busca de garantir aos seus servidores que, após sua vida laborativa, tenham a tranquilidade e a certeza de que terão uma vida digna, com recursos suficientes para usufruir de sua aposentadoria.

6.4. Censo Previdenciário dos servidores efetivos do DF

O GDF, com patrocínio do Ministério da Previdência Social e financiamento do Banco Mundial, iniciou o Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência. Servidores públicos do Governo, do Tribunal de Contas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, efetivos ativos, inativos, pensionistas e dependentes devem efetuar a atualização dos seus dados cadastrais previdenciários até 17 de dezembro

O público-alvo no Distrito Federal, estimado em quase 133 mil servidores, deverá fazer a pré-atualização dos seus dados pela *internet*, mas será preciso comparecer aos locais ou Unidades de Atendimento para tirar foto e permitir a conferência e digitalização dos documentos solicitados. Aposentados, pensionistas, servidores não residentes no DF e casos especiais terão uma forma diferenciada de proceder para efetuar o recadastramento.

Para os servidores do Governo, cerca de 133 mil, foram disponibilizadas 12 Unidades de Atendimento Fixo, que funcionarão durante todo o período do recadastramento; mais cerca de 12 Unidades de Atendimento Temporário (equipes móveis a serem instaladas por curto período nas regiões de Planaltina, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Brazlândia, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Cruzeiro, São Sebastião, Riacho Fundo, Águas Claras, Candangolândia, Lago Sul e Lago Norte). As datas

e locais de funcionamento serão divulgados no *síte* do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e do Governo do Distrito Federal – GDF. Os servidores ligados à Câmara Legislativa e ao Tribunal de Contas terão uma Unidade de Atendimento Especial dedicada a cada instituição. Toda a dinâmica de funcionamento foi minuciosamente planejada e informatizada, buscando facilitar a vida do servidor. Entretanto, apenas o recadastrador treinado e autorizado poderá emitir o comprovante que finaliza o processo.

Objetivos

O Censo Previdenciário, além de ter sua execução obrigatória a cada cinco anos prevista por lei, é um importante instrumento para viabilizar o Cálculo Atuarial e a Compensação Previdenciária previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 9.717/98 e na Lei Federal nº 9.796/99. Surge, portanto, a necessidade de um esforço conjunto entre as várias esferas governamentais, níveis de poder e servidores, com o intuito de garantir a qualidade dos serviços previdenciários, o cumprimento da Constituição e o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Dificuldades Encontradas

Aprovação da Taxa de Administração

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF apenas no exercício de 2009 tornou-se uma Unidade Orçamentária. Entretanto, até o presente momento não se encontra definida sua fonte de receita.

Em novembro de 2009, a SEPLAG submeteu ao Excelentíssimo Senhor Governador, Minuta de Projeto de Lei Complementar, que, nos termos do art. 71, § 1º, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tem por objetivo de propor alteração na Lei Complementar no 769, de 30 de junho de 2008, que "reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal", com o intuito de regulamentar, por definitivo, o percentual da taxa de administração facultada pelo art. 6º da Lei federal no 9.717, de 27 de novembro de 1998, limitando-a em até 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS/DF, relativas ao exercício financeiro, imediatamente, anterior.

Referida lei federal orienta em seu parágrafo único do art. 10 que "constitui requisito adicional, para organização e funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares, ter receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros legais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União e dos Estados." (grifo nosso)

Nesse sentido, vale esclarecer que a Portaria nº 4.992/99 do Ministério da Previdência Social, que regulamenta a Lei no 9.717/99, em seu art. 17, § 3º, dispõe o seguinte:

.....
§ 3º "A taxa de administração prevista no Inciso VIII deste artigo não poderá exceder a dois pontos percentuais do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior. (Alterada pela Portaria MPS no 1.317, de 17 de setembro de 2003 - DOU de 19/09/2003). " (Grifamos)

Ressalte-se que a autorização de que trata a mencionada Lei Federal nº 9.717/1998 foi suprimida do Projeto de Lei Complementar, que originou a LC nº 769/2008, por meio de emendas parlamentares em sua apreciação na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na tentativa de mais uma vez se fazer inserir a respectiva autorização na lei que instituiu o RPPS/DF, por meio do PLC nº 090/2009, novamente a autorização foi frustrada, com a supressão do

dispositivo que estabelecia a taxa de administração em até 2% da remuneração total de pessoal, relativa ao exercício anterior.

Essa falta de consenso com o Poder Legislativo local está causando inúmeras dificuldades operacionais, de controle e contabilização dos recursos do IPREVDF, no que se refere à questão das despesas administrativas, sobretudo, porque o Instituto apresenta situações orçamentária, financeira e contábil bastante peculiares, em relação às demais instituições do Distrito Federal.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas até este momento é a autorização para pagamento do PASEP, vez que o Poder Legislativo não autoriza a criação de programação específica, enquanto a regulamentação da taxa de administração não for saneada.

Os recursos provenientes da taxa de administração serão utilizados para cobertura das despesas administrativas do RPPS, ou seja, é o mínimo necessário à manutenção e ao funcionamento do IPREV/DF, em contrapartida pelos serviços prestados aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal, relativamente a controle, pagamento e capitalização dos recursos necessários ao financiamento futuro das despesas do fundo previdenciário.

Além disso, como o IPREV/DF é uma entidade dotada de autonomia financeira, orçamentária e patrimonial, precisa manter-se com seus próprios recursos. Para tanto, é fundamental que se tenha, no âmbito do Distrito Federal, essa regra estabelecida, sobretudo, para dar transparência aos demais entes da federação, de forma a viabilizar fundamentação legal aos atos praticados.

Criação do Quadro de Pessoal do IPREV/DF

A Lei Complementar nº. 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, observa em seu art. 109, § 3º, “A constituição do Quadro Permanente de Pessoal do IPREV/DF será objeto de lei específica e o IPREV/DF apresentará, em prazo não superior a 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, proposta para realização de concurso público”.

Como não há recursos próprios disponíveis, a SEPLAG e a SEFAZ não autorizaram a criação da Carreira Previdenciária e quadro de pessoal, bem como a realização de concurso público para provimento de vagas, até a aprovação da Taxa de Administração.

7. Metas Planejadas Para 2011

Para o cumprimento da missão e visão do IPREV/DF, foram definidas as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas em 2011:

8. Aprimorar o Relacionamento com os Aposentados e Pensionistas

Ações	Metas
1. Aperfeiçoar o Relacionamento com os Segurados e Dependentes.	1. Realizar Pesquisa de Satisfação dos Aposentados e Pensionistas. 2. Criar um Plano de Ação a partir do resultado da Pesquisa de Satisfação dos Aposentados e Pensionistas.
2. Reforçar a Imagem Institucional	1. Executar o Plano de Marketing Institucional. 2. Apresentar os trabalhos técnicos em eventos prev. e de gestão pública. 3. Fomentar a cultura previdenciária.

8.1. Instituir o Desenvolvimento Organizacional

Ações	Metas
1. Otimizar Procedimentos e Processos Internos	1. Gerenciar, controlar, avaliar e acompanhar os contratos e convênios. 2. Elaborar e executar, após homologação, Plano de Tecnologia de Informação. 3. Efetuar Revisão dos Benefícios Previdenciários em manutenção. 4. Eliminar o retrabalho na elaboração da Prestação de Contas.
2. Criar os Indicadores de Gestão	1. Criar e monitorar os indicadores de Desempenho da Diretoria Finanças e Administração. 2. Criar e monitorar Indicador de Desempenho da Diretoria Previdenciária. 3. Criar e monitorar Indicador de Desempenho da Diretoria Jurídica. 4. Criar e monitorar o Comitê de Informática.

8.2. Ampliar e Fortalecer o RH Estratégico

Ações	Metas
1. Implementar o RH estratégico.	1. Realização de concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal em criação por intermédio do processo nº 0410-001050/2009. 2. Realizar Pesquisa de Clima Organizacional. 3. Criar um Plano de Ação a partir do resultado da pesquisa de Clima Organizacional. 4. Implementar a Política de Capacitação.

8.3. Ampliar a Área de Gestão de Investimentos

Ações	Metas
1. Ampliar a Área de Gestão de Investimentos	1. Reforçar o desenvolvimento dos relatórios para acompanhamento e divulgação da performance dos investimentos e macro alocação de ativos. 2. Credenciar Instituições Financeiras por meio de Processo de Seleção. 3. Estruturar o Sistema de Compliance Ativa e Governança Corporativa.

8.4. Garantir a Regularidade Previdenciária

Ações	Metas
1. Garantir a Regularidade Previdenciária	1. Realizar, acompanhar e reavaliar o estudo atuarial. 2. Confeccionar e entregar Demonstrativo Previdenciário, Comprovante de Repasses e o Demonstrativo de Investimentos. 3. Confeccionar e entregar Demonstrativos Contábeis. 4. Detectar e extinguir inconsistências nas bases de dados cadastrais. 5. Concluir a internalização das atividades de concessão e manutenção de todos os benefícios. 6 - Internalizar e realizar as atividades de Compensação previdenciária.

9. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O IPREV-DF ainda não teve definida por legislação competente sua fonte de receita para custeio de suas atividades meio. Como não há recursos próprios definidos, a SEPLAG e a SEFAZ não autorizaram a criação da Carreira Previdenciária e quadro permanente de pessoal, bem como a realização de Concurso Público para provimento de vagas

O fato de o Instituto apresentar quadro de pessoal deficitário, não impediu que cumprisse com eficiência suas atribuições, o IPREV tem buscado incansavelmente a adoção de medidas que permitam o aprimoramento nas atividades mantenedoras do RPPS, visando o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

Agindo de forma transparente, o IPREV proporciona aos beneficiários a segurança de que os recursos destinados a suas aposentadorias, pensões e demais benefícios têm sido gerenciados com extrema competência.

20.3. FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO

O PRÓ-GESTÃO, desenvolvido e coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos, para o exercício da função pública, objetivando a melhoria do atendimento ao público, compreendendo os seguintes objetivos:

- I. Qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de estado;
- II. Desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;
- III. Prestação de suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- IV. Implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;
- V. Modernização administrativa;
- VI. Programas de desburocratização administrativa e aperfeiçoamento tecnológico;
- VII. Aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- VIII. Realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

1. Síntese da Origem dos Recursos

Constitui recursos financeiros do Fundo Pró - Gestão/SEPLAG o produto de arrecadação das seguintes receitas:

- I. Qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de estado;
- II. Transferência do saldo orçamentário do FUNDO-IDR, nos termos do Decreto nº 21.598, de 05 de outubro de 2000;
- III. Recursos consignados no orçamento do Distrito Federal e destinados ao Fundo PRÓ-GESTÃO;
- IV. Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V. Recursos provenientes da celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes;
- VI. Receitas provenientes de cobrança de consignações facultativas em folha de pagamento, efetivadas segundo a legislação vigente;
- VII. Taxa de inscrição em concursos públicos;
- VIII. Receitas provenientes de propaganda em contracheque dos servidores, na forma da lei;

IX. Receitas provenientes de cobrança de taxas de inscrição em cursos realizados pelo Governo do Distrito Federal, na forma da Lei nº 8.666/93;

X. Os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

XI. Outros recursos eventuais.

2. Força de Trabalho

O PRÓ - GESTÃO/SEPLAG é administrado por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros:

I. O Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;

II. O Chefe da Unidade de Administração Geral/SEPLAG;

III. O Subsecretário de Suprimentos/SEPLAG;

IV. O Subsecretário de Modernização da Gestão/SEPLAG.

V. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento/SEPLAG;

VI. 01 (um) Assessor Especial, indicado pelo Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal/SEPLAG;

VII. 01 (um) representante dos servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

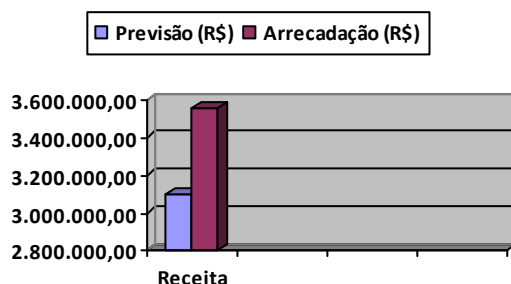
A presidência do Conselho cabe ao titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

Além dos representantes do Conselho, há 03 (três) servidores que trabalham na execução orçamentária e financeira desta unidade.

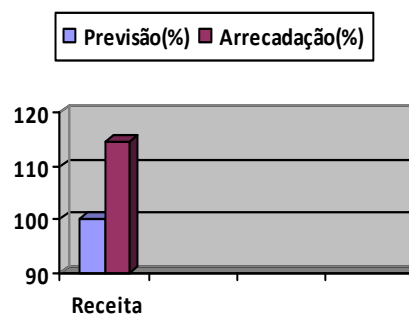
3. Captação de Recursos

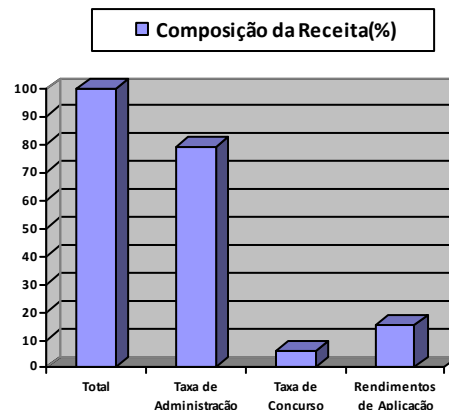
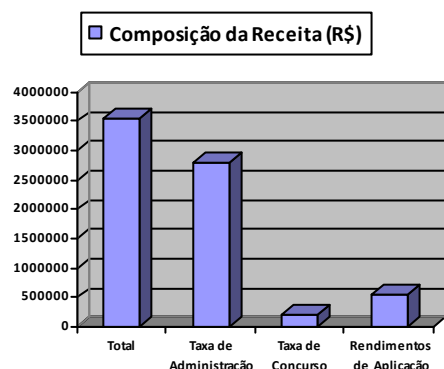
No exercício de 2010, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública arrecadou R\$ 3.557.465,04 (três milhões quinhentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), sendo: R\$ 2.801.498,78 (dois milhões oitocentos e um mil quatrocentos e noventa e oito reais setenta e oito centavos) de taxa de administração de consignatários descontados em folha de pagamento, R\$ 210.962,15 (duzentos e dez mil novecentos e sessenta e dois reais e quinze centavos) com taxa de inscrição em concursos públicos do Distrito Federal e R\$ 545.004,11 (quinhentos e quarenta e cinco mil quatro reais e onze centavos) com rendimentos de aplicação bancária.

Receita Total



Porcentagem





4. Desenvolvimento e Qualificação de Recursos Humanos – Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3580 - Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas	1.340.000,00	3.142.251,00	903.706,30	903.706,30	002
6012 – Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas	1.340.000,00	3.142.251,00	903.706,30	903.706,30	002

No exercício de 2010, foi dada continuidade à política de qualificação e desenvolvimento do servidor público, mediante a implementação de cursos de especialização, pós-graduação (MBA), treinamento e aperfeiçoamento em áreas estratégicas e essenciais do governo, como: gestão financeira, controladoria e auditoria, planejamento e orçamento, gestão de pessoas e informática, seminário, congressos e fóruns garantindo o aperfeiçoamento dos servidores.

Essa política reflete de forma significativa a visão moderna, qualitativa, com foco na uniformização dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal e suas Instituições. (PT – Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG: 04.128.0750.6038.6012)-(Valores: Autorizado: R\$ 3.142.251,00 - Liquidado: R\$ 903.706,30) – Estimativa de servidores treinados: 2.500 (dois mil e quinhentos) – Servidores treinados: 2.909.

No esforço em desenvolver uma rigorosa profissionalização do serviço público, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG, obedecendo às diretrizes governamentais no exercício de 2010, proporcionou a qualificação de 2.909 servidores, com investimento da ordem de R\$ R\$ 903.706,30 (novecentos e três mil e setecentos e seis reais e trinta centavos).

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso dessa gestão.



5. Política de Excelência de Atendimento ao Cidadão

Na política de melhoria do atendimento e a prestação de serviços de qualidade ao cidadão, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG vem envidando esforços no sentido de auxiliar e promover a

qualidade dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão, reconhecendo-os como foco da atenção do Estado, por meio de investimentos em qualificação e a desburocratização do serviço público.

6. Política de Modernização das Unidades Administrativas do DF – Programa 0231 – Melhoria da Gestão Pública

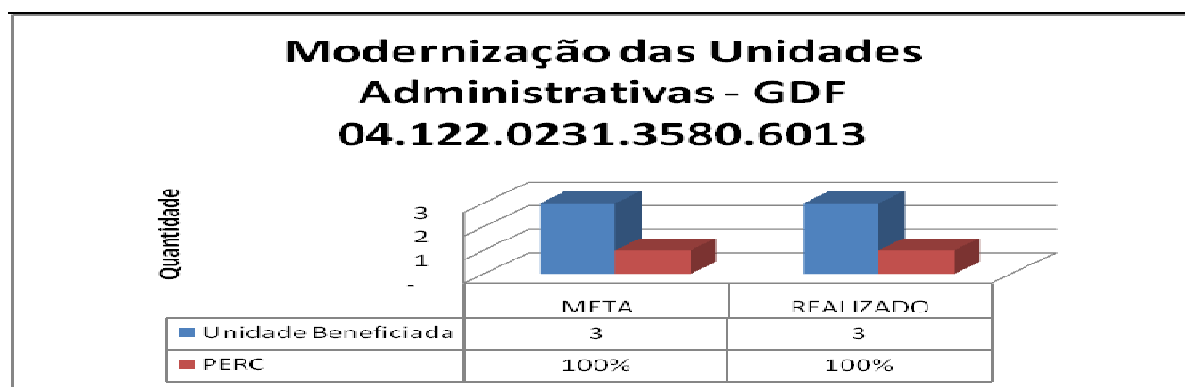
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3580 - Modernização das Unidades Administrativas	1.760.000,00	5.900.001,00	5.283.258,08	5.283.258,08	001
6013 – Modernização das Unidades Administrativas	1.760.000,00	5.900.001,00	5.283.258,08	5.283.258,08	001

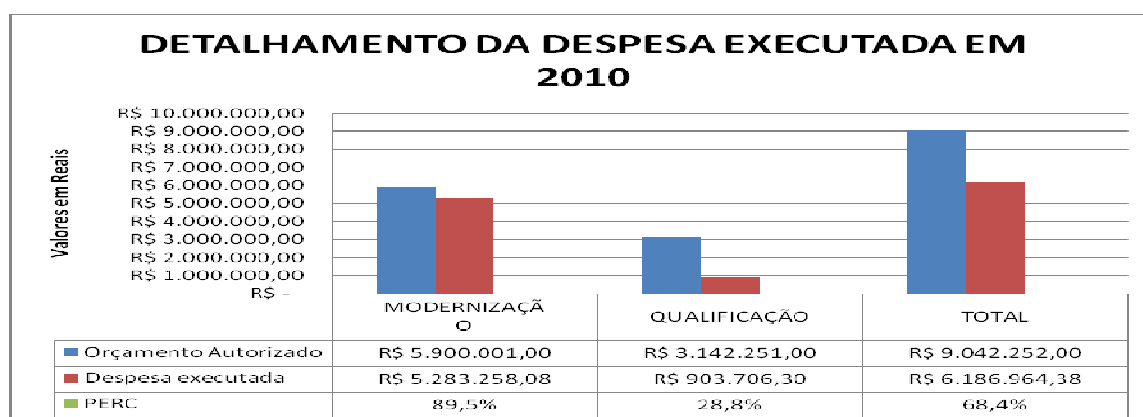
Na política de Modernização das Unidades Administrativas do DF, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG direciona seus esforços no sentido de promover investimento para equipar e modernizar as unidades administrativas do Governo do Distrito Federal, com vistas à melhoria dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão, reconhecendo-os como foco da atenção do Estado.

PT – Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG: 04.122.0231.3580.6013

(Valores: Autorizado: R\$ 5.900.001,00 - Liquidado: R\$ 5.283.258,08)



No esforço de promover a uniformização das instalações e equipamentos da SEPLAG e demais Unidades Administrativas do GDF, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG, obedecendo às diretrizes governamentais, no exercício de 2010, proporcionou a modernização administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Escola de Governo do Distrito Federal, Central de Licitações, Almoxarifado, Protocolo/SEPLAG e demais Órgãos, com aquisição de equipamentos de informática (Storage/Blade), mobiliários em geral etc., com gastos na ordem de R\$ 5.283.258,08 (cinco milhões e duzentos e oitenta e três mil e duzentos e cinquenta e oito reais e oito centavos).



Obs.: R\$ 1.614.803,04 custeado com receitas do exercício e R\$ 4.372.161,34, custeado com recursos do Superávit Financeiro aberto pelo Decreto nº 31.594/2010.

7. Diagnóstico do Desenvolvimento do Fundo Pró -Gestão/SEPLAG – Exercício de 2010

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública, em cumprimento às diretrizes e à missão institucional da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, que é “planejar, executar, promover com eficiência, transparência e efetividade a gestão de pessoas e dos recursos, comprometida com o alcance dos resultados institucionais e a excelência dos serviços prestados à sociedade”, vem dando grande ênfase à melhoria da prestação dos serviços públicos, ao desenvolvimento, à qualificação profissional dos servidores do Distrito Federal, ao desenvolvimento gerencial e a busca de instrumentos e mecanismos que assegurem melhores resultados com menor custo, maior eficiência e eficácia, mediante a implementação da Política de Desenvolvimento e Qualificação da Função Pública, da Melhoria da Gestão Pública, com vistas à eficiência no Atendimento ao Cidadão.

Para auxiliar a SEPLAG no desenvolvimento destas Políticas, o Fundo Pró - Gestão em seu Planejamento Estratégico trabalha com duas ações que foram implementadas durante o exercício. E resta-nos registrar, ainda, todo o esforço despendido por toda a equipe esta unidade e da SEPLAG, onde se encontram servidores comprometidos no desempenho das responsabilidades atribuídas.

21 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE

A Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.301, de 21 de janeiro de 1999, inicialmente estruturada por meio do Decreto nº 20.616, de 21/09/1999, publicado no DODF nº 183, de 22/09/1999, e alterada pelos Decretos 26.688, de 29/03/2006, publicado no DODF de nº 63, de 30/03/2006 e Decreto 27.946, de 14/05/2007, publicada no DODF de nº 92, de 15/05/2008, alterado pelos Decretos de nºs 28.452, de 20/11/2007, publicado no DODF de 21/11/2007 e Decreto de nº 30.225, de 30/03/2009, publicado no DODF de 02/04/2009, tem por competências básicas:

- I. Propor e executar as políticas e diretrizes do esporte, educação física, recreação e lazer do Distrito Federal;
 - II. Desenvolver programas e planos para a prática de esporte, educação física, recreação e lazer do Distrito Federal;
 - III. Incentivar e apoiar a realização de eventos esportivos e recreativos;
 - IV. Cumprir e fazer cumprir a legislação esportiva;
 - V. Credenciar e cadastrar entidades representativas de estabelecimentos de práticas esportivas;
 - VI. Administrar e manter as áreas e instalações integrantes do Centro Desportivo Ayrton Senna, além dos equipamentos esportivos que lhe forem designados;
 - VII. Identificar as carências e demandas e promover a articulação intergovernamental e comunitária na busca e aplicação de recursos técnicos e financeiros, destinados à promoção do esporte, educação física, recreação e lazer;
 - VIII. Promover a celebração de acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos de cooperação;
 - IX. Coordenar, dirigir, controlar e supervisionar a execução das atividades dos órgãos que lhe são diretamente subordinadas;
 - X. Elaborar e propor seu programa anual de trabalho;
 - XI. Estimular, apoiar ou promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas relacionados às suas áreas de competência;
 - XII. Elaborar relatório anual dos trabalhos desenvolvidos e outros que se fizerem necessários;
- e
- XIII. Exercer outras competências que lhe forem conferidas.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		12	10	06	38	66
Requisitados	Órgãos do GDF	08	04	05	08	25
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		22	-	33	-	55
Conveniados		-	-	-	29	29
Estagiários		-	-	-	21	21
Subtotal (Força de Trabalho)		43	14	44	96	197
(+ Cedidos para outros órgãos)		-	02	-	01	03
Total Geral		43	16	44	97	200

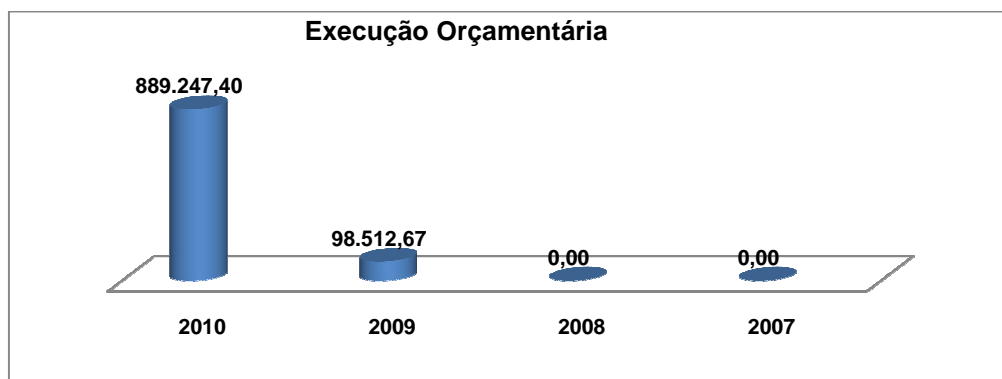
1. Programa: 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9068.9583 – Apoio a Realização de Evento Brasília Multisport	100.000,00	889.248,00	889.247,40	889.247,40	74

Evolução Anual da Execução Orçamentária e Financeira

Exercício de Competência	Dot. Inicial	Autorização	Empenhado	Liquidado
2010	100.000,00	889.248,00	889.247,40	889.247,40
2009	100.000,00	100.000,00	98.512,67	98.512,67
2008	130.000,00	0,00	0,00	0,00
2007	602.000,00	0,00	0,00	0,00



O programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural, tem por objetivo promover, incentivar e divulgar projetos e eventos culturais para a população do Distrito Federal. Apesar de ser a Secretaria de Estado de Cultura a responsável pela sua execução, a Secretaria de Estado de Esporte foi contemplada, pela Lei Orçamentária Anual – LOA/2010, com dez Emendas Parlamentares, das quais apenas a Ação 9068 – Apoio a Realização de Eventos demonstra execução do evento denominado de Brasília Multisport – Desafio no Cerrado.

Trata-se de execução de Emenda Parlamentar para realização do evento referenciado, realizado em 26/06/2010, na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Museu da República. Os recursos foram utilizados no fornecimento da estrutura de palco, tendas, camarins, alambrados e pórtico, bem como fornecimento de materiais.

Estimou-se para este evento um público alvo de aproximadamente 2.500 pessoas, o qual contou com a participação de um público efetivo de 1.000 pessoas, dentre as quais 230 são atletas das modalidades de canoagem, corrida e ciclismo nas categorias masculino e feminino.

2. Programa: 1900 – Juventude e Esporte de Mãos Dadas com o Futuro

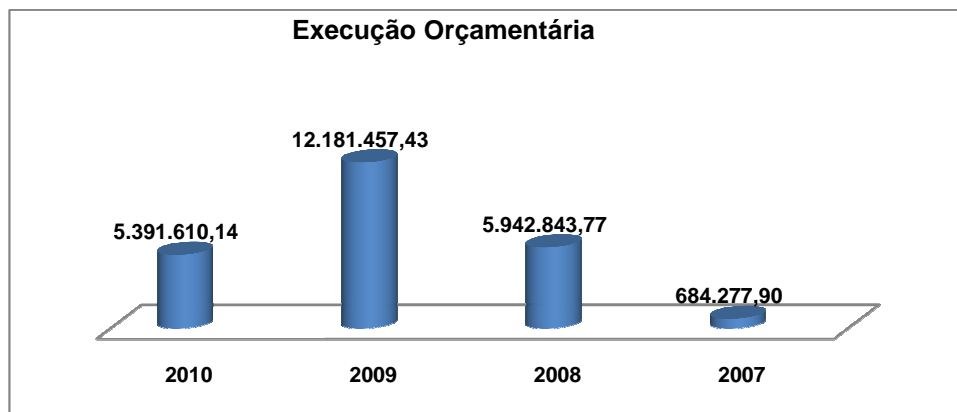
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9010-Apoio a Projetos esportivos	1.039.400,00	2.101.327,00	1.665.550,68	1.579.664,78	018,0
0001-Apoio a Projetos Esportivos	1.139.400,00	1.001.327,00	1.001.326,79	996.607,10	018
9552- Realização da V Copa das Satélites - Futebol Feminino (EP)	50.000,00	50.000,00	49.712,00	49.712,00	020
9553- Realização do Cerrado Radical (EP)	600.000,00	414.924,00	414.923,95	414.923,95	021
9597 – Apoio a Projetos Esportivos da SESP	0,00	321.072,00	321.071,62	118.421,73	084
9073- Apoio ao Esporte, Educação Física e Lazer	852.914,00	668.762,00	502.311,09	502.311,09	022
7826-Apoio ao Esporte, Educação Física e Lazer	686.914,00	502.762,00	502.311,09	502.311,09	022

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9075 – Estímulo ao Desporto Amador do Distrito Federal	2.860.171,00	3.515.875,00	2.879.929,07	2.618.034,67	023
3435-Estímulo ao Desporto Amador no D.F	2.860.171,00	3.515.875,00	2.879.929,07	2.618.034,67	023
9084-Concessão de Bolsa Atleta	844.000,00	707.000,00	707.000,00	691.599,60	025
0003 – Concessão de Bolsa Atleta	844.000,00	707.000,00	707.000,00	691.599,60	025

Evolução Anual da Execução Orçamentária e Financeira

Exercício de Competência	Dot. Inicial	Autorização	Empenhado	Liquidado
2010	10.496.557,00	9.567.335,00	6.179.127,62	5.391.610,14
2009	13.116.475,00	20.691.361,00	12.363.523,96	12.181.457,43
2008	7.989.339,00	10.439.103,00	6.904.431,47	5.942.843,77
2007	7.864.600,00	742.358,00	684.277,90	684.277,90



O programa 1900 – Juventude e Esportes de Mãos Dadas com o Futuro tem por objetivo estimular o esporte apoiando principalmente aos jovens, além dos atletas profissionais e amadores. Sua execução é de responsabilidade desta Secretaria e de acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2010, este programa foi contemplado com dezenove subtítulos, dos quais onze são oriundos de Emendas Parlamentares. Para este exercício, apenas sete subtítulos demonstram execução, e destes dois subtítulos são relativos às emendas parlamentares.

As ações avaliadas neste programa correspondem a 51,37% da dotação inicial total autorizada para este programa, no qual a Ação 9075 – Estímulo ao Desporto Amador do Distrito Federal – representa 48,56% do total dos recursos executados neste programa, portanto foi a ação que demonstrou maior representatividade quanto a análise realizada.

As quatro ações que apresentaram execução no programa 1900, englobam sete subtítulos e destes dois são oriundos de Emenda Parlamentares. Desta forma, relacionamos as realizações finalísticas que apresentaram maior representatividade no exercício de 2010, como segue:

2.1. Ação 9010 – Apoio a Projetos Esportivos

Etapas no SAG 18,20, 21 e 84

Esta Ação combinada com a ação 9073 e 9075 apresentam o produto: projeto apoiado, utilizando-se como indicador de desempenho - eventos esportivos apoiados - no qual a meta estabelecida no PPA/2010 para o programa 1900 é de apoiar 150 eventos/ano, neste exercício foram apoiados apenas 45 eventos, demonstrando que a execução realizada atingiu apenas 30% da meta física estabelecida inicialmente no PPA, demonstrando baixa execução, desta forma destacam-se as principais realizações:

– “Cerrado Radical – 10ª Corrida de Mountainbike/Jeepcross e Motocross”: contou com apoio logístico e material desta Secretaria, no valor de R\$ 414.923,95, em comemoração ao 52º aniversário de Taguatinga. O evento de nível nacional contou com a participação dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Minas Gerais, realizado no período de 25,26 e 27 de junho e 3,4 e 11 de julho deste exercício, no Taguapark – Taguatinga-DF, com previsão inicial de um público alvo de cerca de 5.000 pessoas. A polícia militar constatou no pico do evento a presença de um público de 10.000 pessoas presentes que participaram direta e indiretamente das provas.

– Festival Brasileiro de Arrancada: realizado no período de 24,25 e 26/09/2010, obteve apoio institucional e logístico desta Secretaria, no valor de R\$ 277.270,00. O evento automobilístico estimou um público de 10.000 participantes e contou com a presença de um público de 4.500 participantes entre pilotos e plateia.

2.2. Ação 9073 – Apoio ao Esporte, Educação Física e Lazer

Etapas no SAG 022 e 084

– O programa “Esporte nas Cidades” visa oferecer entretenimento e lazer aliados a atividades físicas como: aulas de fitness, dança, caminhada orientada, exercícios direcionados a 3ª idade, diversos jogos participativos e disputas rápidas em várias modalidades. Neste exercício o programa atuou nas cidades de: Riacho Fundo II – CAUB; Itapoã, em frente ao posto comunitário; Estrutural Qd 04 – Conjunto 1 A/E; Brazlândia – Praça Central INCRA 8; Planaltina-DF; Ceilândia-DF; Ceilândia na Praça da Bíblia e QNP 22, perfazendo um montante aproximado de R\$ 800.000,00.

– “Primeiro Circuito de Sobradinho de Adrenalina”: realizado no período de 25 a 26/09/2010, no estacionamento do Estádio Augustinho Lima Qd. 02 – Sobradinho-DF, pela Administração Regional de Sobradinho que contou com o apoio institucional e logístico desta Secretaria, no valor de R\$ 245.720,00. É um evento esportivo e automobilístico que teve por objetivo apresentar a comunidade de Sobradinho uma apresentação de exposições de carros antigos de todas as marcas, carros de som automotivo, demonstrações profissionais do circuito Brasil representadas por empresas no ramo do esporte automobilístico.

– “Corrida Noturna/2010” – é um evento tradicional brasileiro capaz de reunir os principais atletas nacionais, visando o desenvolvimento do atletismo e a descoberta de novos valores para o desporto nacional, realizada em 29/05/2010, com largada às 19:00hs no estacionamento no Parque da Cidade – Brasília-DF, contemplou os percursos com distâncias diferenciadas de 10km e 5km, este evento contou com a participação de 2.700 atletas amadores inscritos e com a participação de 4000 pessoas, esta Secretaria forneceu toda a estrutura para a realização de uma das mais belas provas de rua do DF, no valor de R\$ 170.770,22.

Eventos Esportivos Apoiados/Ano

2007	2008	2009	2010
37	não informado	92	45

2.3. Ação 9075 – Estímulo ao Desporto Amador no Distrito Federal

Etapas no SAG 23

Esta Ação utiliza dois indicadores de desempenho devido à diversidade na execução, sendo: eventos esportivos apoiados e atletas assistidos. Neste último, a meta inicialmente prevista no Plano

Plurianual é de 1.200 atletas assistidos/ano, sendo apurado o montante de 1.636 atletas assistidos, constatados neste exercício, demonstrando superação de 33,33% da meta física estabelecida no PPA/2010, correspondendo a 133,33% da execução de apoio a atletas federados.

Destaca-se a etapa 23 do SAG por representar execução relevante, tendo em vista que nas demais etapas não houve execução do objeto, por tratarem de Emendas Parlamentares nas quais as entidades beneficiadas não apresentaram projetos para a execução das mesmas. Desta forma, relacionam-se as realizações finalísticas descritas abaixo:

a) Ocorreu a renovação contratual, com o objetivo de realizar serviços de “Arbitragem de Jogos Comunitários”: visando promover o envolvimento dos alunos da rede pública de ensino nas 362 escolas, das 27 cidades, nas localidades administrativas do Distrito Federal, tendo sido arbitrado os jogos nas modalidades de futebol, futsal, handebol, voleibol, basquetebol e natação. Neste seguimento, a Secretaria investiu um montante aproximado de R\$740.000,00.

b) Apoio a 973 atletas federados para participação em diversos eventos nacionais por meio de transporte terrestre, na forma discriminada, como segue:

- VII Copa Brasil de karatê, realizado em Pouso Alegre-MG, com a participação de 52 atletas;
- 1ª Etapa do Circuito AGMN/BRAN, realizado em Goiânia-GO, com a participação de 47 atletas;
- Campeonato Brasileiro Regional de Judô, realizado em Campo Verde – MT, com a participação de 76 atletas;
- 3ª e 4ª Etapas do Campeonato Brasileiro de Bicicross, realizado em Betim-MG, com a participação de 40 atletas;
- Campeonato Mundial de karatê Escolar, realizado em Bela Vista – MS, com a participação de 42 atletas;
- XI Copa da Região das Águas Quentes CERENVIDA, realizado em Caldas Novas-GO, com a participação de 78 atletas;
- Festival Competitivo Dança de Araxá, realizado em Araxá – MG, com a participação de 45 atletas;
- Campeonato da Federação Candanga de Karatê do DF, realização em Goiânia-GO, com a participação de 90 atletas;
- Campeonato de Basquetebol em cadeira de rodas, realizado em Caldas Novas-GO, com a participação de 25 atletas;
- Regional Centro-Oeste Campeonato de pessoas com deficiência (equipe MOHCIPED), com a participação de 25 atletas;
- 5ª E 6ª Etapas do Campeonato Brasileiro de Bicicross, com a participação de 34 atletas;
- 7ª e 8ª Etapas do Campeonato Brasileiro de Bicicross, com a participação de 17 atletas;
- Projeto Street Dance – etapa final, com a participação de 38 atletas;
- Troféu Aquático Chico Piscina, com a participação de 31 atletas;
- Campeonato Brasileiro de Boxe Masculino e Amador, com a participação de 17 atletas;

- Torneio Nacional de Ginástica Artística, com a participação de 47 atletas.

c) Apoio a 663 atletas federados em participação a diversos eventos nacionais e internacionais por meio de transporte aéreo, na forma discriminada, como segue:

➤ **Eventos Internacionais:**

- 10º Campeonato Mundial de Wushu;
- Panamericano Cup Salinas;
- Campeonato Mundial de Multisport (Corrida de aventura);
- Campeonato Pan American Cup (Triatlon);
- 12º Grande Prêmio Internacional de Karatê;
- Campeonato World Cup no México Triathlon;
- Circuito Mundial de Volei de Praia;
- Campeonato Sulamericano Seniors 2010 de Tênis;
- Campeonato Íbero Americano de Triatlon;
- Campeonato Brasileiro de Supermoto;
- 3º Jogos Norte-Americanos de Capoeira;
- 8º Panamericano Wushu Championships;
- Campeonato Mundial de Aquathlon- Triatlon;
- Campeonato African Cup- Triatlon;
- 1º Aberto internacional de futevôlei;
- World Laser Master Championship 2010- Iatismo;
- Campeonato Sulamericano 2010;

➤ **Eventos nacionais:**

- XXXVI Campeonato Brasileiro de Classe Laser;
- Circuito Brasileiro Banco do Brasil de Vôlei de Praia;
- Seletiva Nacional do Campeonato Sul Americano Sub 20;
- Copa Brasil de Marcha Atlética;
- XV Campeonato Brasileiro de Maratonas Aquáticas;
- Travessia dos Fortes;
- 27ª Copa Gerdau (Tênis);
- XV Campeonato Brasileiro de Maratonas Aquáticas
- SESC Triatlon - Circuito Nacional;
- 1º Torneio Coletivo da Confederação Brasileira de Kung fu;
- 1ª Etapa Circuito Nacional SESC;
- 1ª e 2ª Etapas do Campeonato Brasileiro de Bicicross;
- Torneio Unimed Seguros- Tênis;
- Campeonato Sul Brasileiro de jiu-jitsu;
- Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia;
- Campeonato Brasileiro Regional de Judô (Regional V);
- Campeonato Sul Brasileiro de jiu-jitsu;

- XLX Campeonato Absoluto de Natação;
- Campeonato Paulista de Boxe Feminino Open;
- XV Torneio Centro Oeste de Clubes Infantil (Natação);
- Campeonato Sul Americano Juvenil de Esgrima;
- I Etapa do Circuito Caixa de Ginástica Artística;
- Campeonato Circuito Metropolitano de Boxe;
- Campeonatos: Brasileiro de Judô Juvenil, de Natação; Cross Country de Mountain Bike;

Judô Sub 23; XXVII Campeonato Brasileiro Infantil de Natação de Inverno;

- 11º Torneio Nacional de Ginástica Rítmica;
- XX Torneio Nacional de Ginástica Artística;
- Torneio Nacional de Esgrima;
- Campeonato Sudoeste Brasileiro de Jiu-Jitsu;
- Circuito Nacional SESC Triatlon;
- World Championship for Children (Karatê);
- 5ª etapa do Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia;
- 8º Campeonato de Boxe Amador Feminino;
- Campeonato Pré- Mirim de Hipismo;
- Copa do Mundo de Natação 1ª etapa;
- Etapa Nacional de Libras- Basquete;
- 4ª etapa Troféu Brasil de Triatlon;
- Campeonato de Saltos – Hipismo;
- Olimpíadas Escolares 2010: Futsal, Basquete, Handebol, Voleibol, Atletismo, Judô,

Natação, Tênis de Mesa, Xadrez, Hipismo, Basquetebol, Futsal, Handebol, Vôlei de Praia, Triatlon.

d) “Copa da República de Ciclismo”: evento realizado em 19/12/2010, em circuito de rua na Esplanada dos Ministérios, para ciclistas profissionais de ambos os sexos convidados pela organização que pertencem as categorias: Elite e Sub-23. Este evento contou com o apoio logístico e material desta Secretaria, no valor de R\$ 186.930,00.

e) “41ª Corrida de Reis de Brasília”: promovida pela Secretaria de Esporte. A mais tradicional prova de atletismo do Centro-Oeste distribuiu nessa edição R\$ 50 mil em premiação, realizada em 08 de janeiro de 2011, no Eixo Monumental em Brasília/DF, a prova realizada em dois percursos: de 10 km e de 6 km, com largada às 19hs, em frente ao Estádio Mané Garrincha e chegada no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson, com um trajeto que passa pelos principais pontos turísticos de Brasília, como Memorial JK, Torre de TV, Esplanada dos Ministérios, Catedral e Congresso Nacional. Antes da corrida competitiva, foi realizada a prova para cadeirantes e andantes, às 18h50. O diferencial desta corrida foi à solidariedade realizada com as regiões carentes de Brasília e do entorno, de ajudar entidades sociais do DF por meio da substituição da taxa de inscrição pela doação de 5Kg de alimentos não perecíveis, o que proporcionou a arrecadação de 30 toneladas de alimentos não perecíveis arrecadados com as inscrições possibilitando beneficiar 30 instituições de caráter social. Com público estimado de 3.200 três mil e duzentos atletas não profissionais, o evento atingiu um público de 4.700 participantes, sendo: 3.200 inscritos que receberam os

kits da corrida e mais 1.500 pessoas que participaram da “pipoca”, isto é realizaram a prova sem efetivar a inscrição. Neste segmento, a Secretaria investiu um montante de R\$ 495.170,00.

Atletas Assistidos/Ano

2007	2008	2009	2010
*	*	1.286	1.636

*Obs.: Não há registros do total de atletas assistidos na Unidade responsável pela execução desta ação.

2.4. Ação 9084 – Concessão de Bolsa Atleta

Etapa no SAG 25

O produto dessa Ação é “**bolsa concedida**”, a qual utiliza o indicador de desempenho: “atletas federados atendidos”, a meta estabelecida no PPA é de conceder o benefício a 200 atletas federados/mês. No terceiro ano do Plano Plurianual, neste exercício, foram atendidos aproximadamente em média 107 atletas/mês, distribuídos nas seguintes modalidades esportivas: atletismo, iatismo, judô, hipismo, natação, tênis e tênis de mesa, basquetebol, ciclismo, ginástica olímpica e rítmica, taekwondô, triatlo, saltos ornamentais, e voleibol, demonstrando que a meta estabelecida no PPA foi alcançada parcialmente em 53,5% da meta inicialmente prevista no PPA.

Bolsa Atleta concedida/Mês

2007	2008	2009	2010
107	108	118	107

2.5. Avaliação do Programa

Este programa possibilitou a realização finalística da Secretaria por meio de eventos de natureza esportiva, concessão de benefícios a atletas e concessão de bolsa atleta. Os indicadores disponibilizados para este programa informado no Plano Plurianual - PPA 2008-2011 são: atletas federados atendidos; atletas assistidos e eventos esportivos apoiados, os quais estão correlacionados ao produto das ações como segue:

O indicador de desempenho: eventos esportivos apoiados está correlacionado às ações 9010 e 9073.

Ação 9010 – Apoio a Projetos Esportivos e a Ação 9073 – Apoio ao Esporte, Educação Física e Lazer: produto - projeto apoiado - no qual a meta estabelecida no PPA é de apoiar 150 projetos/ano, neste exercício foram apoiados 45 eventos, a execução foi considerada baixa, por alcançar apenas 30% da meta física inicialmente estabelecida no Plano Plurianual.

Ação 9075 – Apoio ao Desporto Amador: um dos indicadores desta ação é: atletas assistidos, para o qual a meta inicialmente prevista no Plano Plurianual é de atender 1.200 atletas, neste terceiro ano do PPA, sendo apurado o alcance de 1.636 atletas assistidos, constatados neste exercício, demonstrando superação de 33,33% da meta física estabelecida no PPA/2010, correspondendo a 133,33% da execução de apoio a atletas.

Ação 9084 - Concessão de Bolsa Atleta: produto: bolsa concedida, no qual a meta estabelecida no PPA é de apoiar 200 atletas federados/mês, neste exercício foram atendidos em média 107 atletas/mês, demonstrando que a meta estabelecida no PPA não foi alcançada em sua totalidade por abranger apenas 53,5% do total inicialmente proposto até o período. Justifica-se pela limitação imposta na legislação atual sobre a concessão do benefício.

Como resultado da execução orçamentária e financeira do Programa 1900, verificamos que do total da Dotação Orçamentária inicialmente disponibilizada, autorizada na Lei Orçamentária Anual-LOA/2010, observou-se baixa execução, tendo sido apurado uma execução em torno de 51,36% do total dos recursos destinados ao programa, conforme demonstrado na inicial deste Relatório.

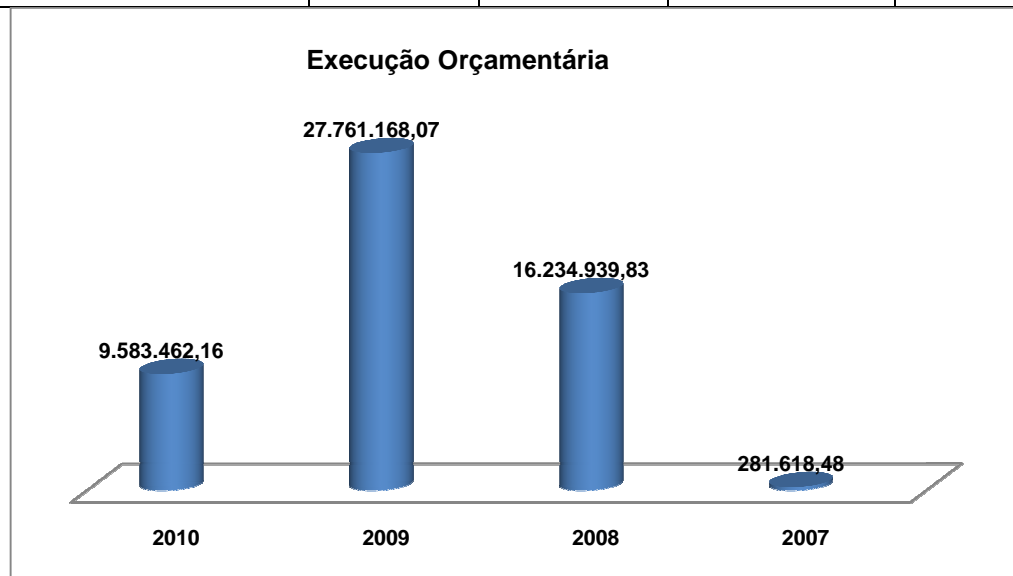
3. Programa: 4000 – Esporte: Mente e Corpo em Equilíbrio

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
Total das Ações Executadas	7.439.457,00	10.503.774,00	10.496.553,57	9.583.462,16	
3467-Aquisição de equipamentos, materiais esportivos e educativos	253.200,00	20.005,00	20.004,20	20.004,20	028 e 029
1866-Reforma, ampliação e modernização do complexo esportivo Ayrton Senna	800.000,00	2.492.119,00	2.490.078,98	1.992.118,83	044
3047-Construção de Espaços Esportivos nas Regiões Administrativas	84.400,00	77.725,00	77.724,39	77.724,39	056
3048 – Const. Reforma Ampliação de Quadras Poliesportivas e Equipamentos Esportivos no DF (EP)	400.000,00	148.558,00	148.557,30	148.557,30	058
3048 – Reforma de Espaços Esportivos nas Regiões Administrativas	0,00	150.000,00	149.315,24	149.315,24	086
3596-Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de lazer no Jardim Zoológico	141.865,00	141.865,00	139.060,19	139.060,19	062
4035-Manutenção das Vilas Olímpicas	5.659.992,00	7.381.928,00	7.380.239,99	6.965.108,73	063
9073-Apoio a 5ª Copa JK	100.000,00	91.574,00	91.573,28	91.573,28	064

Evolução Anual da Execução Orçamentária e Financeira

Exercício de Competência	Dot. Inicial	Autorização	Empenhado	Liquidado
2010	20.205.748,00	14.511.293,00	10.967.692,68	9.583.462,16
2009	37.748.392,00	47.880.761,00	34.920.359,19	27.761.168,07
2008	52.323.163,00	18.152.129,00	16.316.989,18	16.234.939,83
2007	56.076.124,00	10.646.656,00	1.277.271,19	281.618,48



O programa 4000 – Esporte: Mente e Corpo em Equilíbrio tem por objetivo: definição, execução e implementação de políticas e infra estrutura nas áreas do esporte amador, lazer e recreação. Sua execução é de responsabilidade desta Secretaria, e de acordo com pesquisas realizadas junto ao SIGGO –

Sistema de Gestão Governamental, do total de créditos orçamentários disponibilizados para este programa 47,43% foram executados no exercício.

Das Ações avaliadas neste programa, no total de 15 ações, e 34 subtítulos em que 07 obtiveram êxito na execução. Ressalta-se que os subtítulos oriundos de Emendas Parlamentares, no total de 25, apenas 03 obtiveram êxito na execução, as demais tiveram seus créditos totalmente cancelados devido à inexecução. Desta forma, selecionamos apenas as ações que apresentaram execução e relacionamos as realizações finalísticas desenvolvidas pelo programa e detalhadas por Ação, como segue:

Alunos Matriculados nas Escolinhas de Atividades Esportivas/Ano

2007	2008	2009	2010
8.887	9.752	8.730	7.711

Alunos matriculados nas diversas modalidades das escolinhas de esporte da Secretaria de Estado de Esporte, que se beneficiam das melhorias realizadas nos espaços bem como nas aquisições de materiais esportivos que compõem as academias de ginástica, sala de musculação, complexo aquático e outros.

Pessoas Atendidas nas Vilas Olímpicas/Ano

	2007	2008	2009	2010
Alunos Matriculados	*	*	5.431	4057
Portadores de Necessidades Especiais	*	*	67	196
Freqüentadores de final de semana	*	*	8.434	30.908

Obs.: A primeira Vila Olímpica intitulada de "Rei Pelé", foi inaugurada em 16/10/2009, em Samambaia – DF, portanto não há informações relativo aos exercícios de 2007 e 2008.

3.1. Ação 1866 – Construção, reforma e ampliação do Complexo Ayrton Senna

Etapas no SAG 44

Nesta etapa foi possível iniciar a obra de cobertura em estrutura metálica do anexo do Ginásio Nilson Nelson, a qual encontra-se em andamento normal, com previsão para finalização em 12 de abril de 2011.

3.2. Ação 4035 – Manutenção das Vilas Olímpicas

Etapas no SAG 63

Por este programa, especificamente a ação 4035 – Manutenção das Vilas Olímpicas o Esporte recebe grande ênfase como instrumento auxiliar no processo de desenvolvimento integral da criança e do adolescente, além de favorecer também na construção da cidadania que na concepção atual encerra elementos como a participação política, desenvolvimento da autonomia, solidariedade, distribuição de renda e acesso às vantagens sociais.

Foi mantido o contrato de gestão realizado no exercício de 2009 com o instituto Amigos do Vôlei – Leila e Ricarda Negrão, que tem por objetivo a organização e execução dos serviços necessários para o funcionamento da Vila Olímpica Rei Pelé, inaugurada em 16/10/2009, em Samambaia – DF.

Realizou-se dois contratos de gestão que tem por objeto a "organização, implantação, execução e operacionalização das ações e serviços de funcionamento das Vilas de forma que assegure a assistência por meio de atividades de esporte, recreação e artes, integradas a outras formas de atendimento sócio-educativo, para a geração do pleno desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e jovens, totalmente gratuita à população", sendo:

Vila Olímpica de São Sebastião: localizada na Região Administrativa de São Sebastião-DF, foi firmado o Contrato de Gestão com a organização **Brasil Eu Acredito – BRA**, credenciada como Organização Social – OS, conforme Contrato de Gestão nº 01/2010.

Vila Olímpica do Parque da Vaquejada: localizada na Região Administrativa de Ceilândia-DF, foi firmado o Contrato de Gestão com a **Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial - CETEFE**, credenciada como Organização Social – OS, conforme Contrato de Gestão nº 02/2010.

Ações realizadas:

– Elaboração dos projetos construtivos; Identificação das áreas; Regularização das áreas; Elaboração dos editais; Levantamento do material esportivo; Projeto pedagógico; Projeto básico de gestão; e Levantamento dos equipamentos e mobiliários, equipamentos de informática e de recursos humanos.

Resultados esperados

– Melhora da autoestima; Promoção da saúde; Vigilância Epidemiológica; Integração das comunidades; Diminuição de atos infracionais; Novo paradigma de gestão pública; Criação de empregos e renda; Detecção e encaminhamentos de atletas; Redução de evasão escolar; e Melhoria do desempenho escolar.

Vila Olímpica em funcionamento

Registros e atendimentos da vila olímpica de Samambaia

Discriminação	Previsto	Realizado	% De Desempenho
nº de alunos na vila	2.819	4.057	144%
nº de interessados na lista de espera	00	1.361	-
taxa de frequência	80%	88%	110%
taxa de evasão	20%	27%	74%
nº de alunos com atestado médico	100%	70%	70%
taxa de ocupação da capacidade instalada	3.885	4.057	105%
atendimento nos finais de semana (clube social)		30.908	

Metas operacionais

Modalidade	Faixa Etária	Previsto	Alcançado
Atletismo	07 a 10	60	110
	11 A 14	80	41
	15 A 17	80	08
	Adulto	0	18
Basquete	09 a 11	0	49
	12 A 14	120	66
	15 A 17	120	37
Capoeira	07 a 12	20	58
	13 A 17	25	10
	18 A 49	25	19
Dança De Salão	18 a 49	0	86
	50 EM DIANTE	30	09
Futebol Society Fem.	10 A 14	48	31
	15 A 17	48	07
	Adulto	0	27
Futebol Society Masculino	07 a 09	40	26
	10 a 12	40	86
	13 a 14	40	67
	15 a 17	40	70
	Adulto	0	110
Futebol de Areia	09 A 13	0	127
	14 A 17	0	58
Futevôlei	15 A 17	60	0
Futsal	07 A 09	30	95
	10 A 12	30	134
	13 A 14	40	53
	15 A 17	80	29
	Adulto	0	37
Ginástica Localizada	18 a 49	30	205

Modalidade	Faixa Etária	Previsto	Alcançado
	50 acima	0	49
Ginástica Rítmica	07 A 12	30	94
Handebol	07 A 11	0	32
	12 a 14	60	64
	15 a 17	100	27
Hidroginástica	18 a 49	160	358
	50 em diante	60	244
Natação	04 a 06	0	148
	07 a 12	300	557
	13 a 17	420	161
	Adulto	0	232
Tênis	09 a 11	0	21
	12 a 14	48	44
	15 A 17	80	35
	Adulto	0	24
Vôlei de Praia	10 a 14	0	39
	15 A 17	80	19
Vôlei de Quadra	10 a 12	0	63
	13 a 14	150	65
	15 a 17	100	73
	Adulto	0	35
Xadrez	07 a 09	10	0
	10 a 14	12	0
	15 a 17	15	0
Total		2.711	4.057

Em uma análise comparativa entre o plano de trabalho proposto e o quadro de metas operacionais, verifica-se que, em algumas modalidades, dependendo da faixa etária, a meta proposta não foi alcançada. A falta de um estudo prévio junto à comunidade, buscando as preferências e disponibilidades de horários, comprometeram de forma clara as demandas de faixas etárias existentes. Além disso, algumas instalações não oferecem condições ideais para o desenvolvimento de certas modalidades por expor, excessivamente, os alunos ao sol e a chuva, como quadras descobertas para basquete e tênis. A falta de infraestrutura adequada para as aulas de xadrez, a dificuldade para se contratar um professor que seja formado em Educação Física, somados a falta de procura por essa modalidade, fez com que a meta prevista não fosse alcançada.

Esta Ação utiliza o indicador de desempenho “pessoas atendidas nas vilas olímpicas”, a meta inicialmente prevista no Plano Plurianual é de 40.000 pessoas/ano atendidas por cada vila olímpica, sendo apurado o montante de 34.965 neste exercício de 2010, sendo que 30.908 são pessoas que frequentaram a vila olímpica de Samambaia nos finais de semana e 4.057 refere-se aos alunos matriculados nas diversas modalidades descritas na tabela acima, demonstrando atingimento parcial da meta física, correspondendo a um alcance de 87,41% da meta inicialmente estabelecida no Plano.

As Vilas Olímpicas de São Sebastião e Parque da Vaquejada em Ceilândia, inauguradas em 16 de dezembro de 2010, com assinatura do Contrato de Gestão junto as Organizações Sociais, vencedoras do processo seletivo, para atuarem na Gestão das Vilas, com previsão de atendimento de 3.500/mês (três mil e quinhentos) alunos em cada Vila.

Vilas Olímpicas em andamento

Local	Valor	Dimensão	Previsão De Conclusão
Recanto das Emas	6.991.590,05	18.000,00 M²	Fevereiro/ 2011: Contrato principal e serviços extras foi concluído 100% e os serviços complementares com 65% da obra concluída
Brazlândia	6.814.059,12	16.000,00 M²	Fevereiro/ 2011: Contrato principal e serviços extras foi concluído 100% e os serviços complementares com 65% da obra concluída.
Santa Maria	6.750.024,76	18.000,00 M²	Fevereiro/ 2011: Contrato principal e serviços extras foi concluído 100% e os serviços complementares com 65% da obra concluída
Ceilândia (Setor O)	11.153.490,73	24.200,00 M²	Abril/ 2011/ 78% da obra em andamento
Estrutural	15.329.389,19	26.313,38 M²	Paralisada Causas Judiciais.

Local	Valor	Dimensão	Previsão De Conclusão
Planaltina	8.898.376,13	26.589,29 M²	Atrasada com Andamento em 65% da Obra.
Gama	4.821.551,74	26.464,60 M²	Fevereiro/2011 - Andamento normal com 80% do contrato principal.
Riacho Fundo I	4.108.939,61	10.900,00 M²	Março 2011 – Com 82% da obra em andamento

Ações futuras

O programa das Vilas Olímpicas como estratégia de desenvolvimento social, tem como missão melhorar as condições de acesso, diversidade e qualidade da prática esportiva no DF e entorno, trabalhando pela implantação, monitoramento e avaliação de uma política esportiva que contribuam para a redução da exclusão social e desenvolvimento da cidadania, e conseqüentemente, elevando ainda o desempenho dos atletas do Distrito Federal.

– Regularização das Novas Áreas; Elaboração dos Novos Projetos Construtivos; dos Novos Editais; dos Contratos de Gestão; e Acompanhamento dos Contratos de Gestão.

Parceiros

– Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde; Secretaria de Cultura; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Obras; Secretaria de Governo; TERRACAP; NOVACAP; IBRAM; CEB e CAESB.

Previsão de Atendimento

O programa de Vilas Olímpicas contribuirá com a democratização do esporte do Distrito Federal e terá como meta atingir o atendimento de aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentas) pessoas por Vila Olímpica, incluindo crianças, adolescentes, idosos e pessoas deficientes.

Estrutura básica da vila olímpica

– Prédio de Administração; Ginásio Coberto com Palco, Camarim e Vestiário; Quadra Polivalente Coberta; Vestiário para as Piscinas; Quadra de Tênis; Parque Aquático (Duas Piscinas Semi Olímpicas Aquecidas, Uma Piscina Infantil); Pista de Atletismo Com Piso Sintético; Guarita de Entrada; Área de Lazer; Campo de Futebol Society (Grama Sintética); Pista de Skate; Play Ground; Quiosques; e Campo de Areia.

3.3. Ação 3047 – Construção de Espaços Esportivos

Etapas no SAG 056

Nesta etapa houve a construção de uma quadra poliesportivas na escola classe nº 410 em Samambaia Norte.

3.4. Ação 3467 – Aquisição de Equipamentos, Materiais Esportivos e Educativos

Etapas no SAG 028 e 029

Neste exercício houve aquisição de vários materiais esportivos em atendimento a demanda das escolinhas de esporte como por exemplo kimono para a prática de jiu-jítsu; caneleiras de pesos variados para a prática de atividades na ginástica localizada e musculação.

Foram adquiridos equipamentos como amplificadores de som com tensão de rede, proteção contra curto circuito, sistema de ventilação inteligente.

3.5. Avaliação do Programa

Os indicadores disponibilizados para este programa informado no Plano Plurianual - PPA 2008-2011 são: pessoas atendidas nas escolinhas de atividades esportivas e pessoas atendidas nas vilas olímpicas.

Pelo próprio objetivo do programa ele possibilita a implantação de infraestrutura para melhor atender o público que frequenta as instalações esportivas desta Unidade, bem como os espaços esportivos localizados nas diversas regiões administrativas do DF.

Das Ações avaliadas neste programa, no total de 15 ações, e 34 subtítulos em que 07 obtiveram êxito na execução. Ressalta-se que os subtítulos oriundos de Emendas Parlamentares, no total de 25, apenas 03 obtiveram êxito na execução, as demais tiveram seus créditos totalmente cancelados devido à inexecução ocasionadas pela falta de apresentação de projeto que possibilitasse sua execução.

Considerando as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual, para este segundo ano do PPA, contatase o que segue:

– Meta física = 7.700 alunos/ano matriculados nas diversas modalidades esportivas oferecidas por esta Unidade, constata-se que o atendimento neste exercício foi de 7.711 alunos matriculados superando a meta inicialmente prevista em 11 alunos a mais, ou seja a meta física foi alcançada em 100,14% do estabelecida no Plano Plurianual.

– Na 4035 – Manutenção das Vilas Olímpicas foi estabelecida a meta física inicialmente prevista no Plano Plurianual de 40.000 pessoas atendidas/ano, por cada vila olímpica, sendo apurado o montante de 34.965 neste exercício de 2010, demonstrando atendimento parcial da meta física correspondendo a um alcance de 87,41% da meta inicialmente estabelecida no Plano Plurianual para este exercício distribuídos desta forma:

- 30.908 refere-se ao quantitativo de pessoas que freqüentaram a vila olímpica de Samambaia nos finais de semana, utilizada como clube para momentos de lazer e recreação;
- 4.057 refere-se aos alunos matriculados nas diversas modalidades descritas na tabela acima.

De modo geral, este programa “4000” demonstrou atendimento satisfatório das metas físicas inicialmente estabelecidas no PPA/2010. Entretanto, esta Unidade tem potencial para executar mais ações com finalidades esportivas de interesse da sociedade.

4. Informações Complementares

Escolas de Esporte da SEsp

Relação de eventos realizados pela SEsp com a participação dos alunos das Escolas de Esporte da SEsp.

1º. Semestre de 2010

Data	Descrição do Evento	Local de Realização	Resultado
'26 a 28 de fevereiro	8ª.Copa Brasil de Karatê	Ginásio Poliesportivo Ludivivo Pavoni - Pouso Alegre – MG	Participação de karatecas da Secretaria de Esporte = 49 atletas, conquistando 31 medalhas, sendo 7 de ouro, 12 de prata e 12 de bronze.Total de participantes no evento 758 karatecas de 36 clubes e 7 Estados Brasileiro
12,13 e 14 de março de 2010	Torneio Master de Natação “Mais Mais”	APCEF – Brasília – DF	Conquistou 52 medalhas, sendo 17 de ouro, 18 de prata e 17 de bronze. Sendo que a atleta Luiza Tereza Conceição, bateu Record 50 m costas e o nadador: Ronaldo Viegas, bateu os records dos 50 e 100m borboleta e 100m medley.
05 a 08 de março	Apresentação dos atletas na Seleção Brasileira permanente de Karatê.	Atletas da SEL que vão participar: Luiz Carlos Santana, Wellington Barbosa, Rayane Ferreira e Camilla Côrte	Não informado.
10 e 11 de abril	1º. Etapa do FEN – Infantil/Juvenil/Junior	Piscina da Secretaria de Esporte	3º. Lugar com 221,50 pontos. Conquistou 18 medalhas, sendo 05 de ouro, 05 de prata e 08 de

Data	Descrição do Evento	Local de Realização	Resultado
			bronze.
28 de março	Viva Feliz – Corrida e Caminhada – Qualidade de Vida	Parque da Cidade	O evento contou com a participação de 3.000 pessoas, foram feitos 130 avaliações de IMC.
17 de abril	1º. FEN - Juvenil	Secretaria de Esporte	5º lugar com 140 pontos. Conquistou 11 medalhas, sendo 03 de ouro, 05 de prata e 03 de bronze.
27 de março de 2010	1ª Etapa Circuito AGMN/ABRAMN	Clube Antônio Ferreira Pacheco - Goiânia/GO	1º lugar geral com 700 pontos; conquistou 76 medalhas, sendo 36 de ouro, 26 de prata e 14 de bronze. O revezamento 280+ livre masculino (Lauro, Fernando, Ariovaldo e Fábio) foi parabenizado por ser a primeira vez que houve participação nesta faixa etária no circuito goiano de natação.
11 de abril de 2010	Copa late Clube de Pólo Aquático	late Clube de Brasília	Participação de 02 equipes da SEsp, uma equipe feminina e uma equipe masculina
1 e 2 de maio de 2010	FEN – Juvenil e Infanto Juvenil	Piscina da Secretaria de Esporte	6º. Lugar com 115 pontos. Conquistou 11 medalhas, sendo 2 de ouro, 3 de prata e 6 de bronze.
1º. de maio de 2010 - Sábado	III Conferencia Nacional de Esporte	Centro de Convenções	Debate sobre a ampliação do financiamento ao esporte.
08 de maio de 2010	Torneio Interno de Voleibol	Tenda do Ginásio Nilson Nelson	Participação dos alunos da SEsp
08 de maio de 2010	Torneio Amistoso de Polo Aquático	Minas Tênis Clube	Amistoso da equipe principal
12 de maio de 2010	2ª, Etapa FEN – Pré-mirim/Mirim/Petiz	Secretaria de Esporte	4º. Lugar com 145 pontos. Conquistou 10 medalhas, sendo 02 de ouro, 06 de prata e 02 de bronze
12 de abril	Curso de Iniciação ao Tênis O que é ser um profissional de Ed.Física	Secretaria de Esporte	Participação dos Estagiários e professores da SEsp
26 de abril	Curso de Iniciação a Corrida, Caminhada e esportes aquático	Secretaria de Esporte	Participação dos Estagiários e professores da SEsp
10 de maio	Curso de Ginástica com bola e Iniciação ao nado de Crawl e Costas	Secretaria de Esporte	Participação dos Estagiários e professores da SEsp
21 de junho	Curso de Postura e Planejamento Profissional, organizando seu currículo e Estrutura de uma aula de natação.	Secretaria de Esporte	Participação dos Estagiários e professores da SEsp
15 de maio	2ª. Etapa Circuito AGMN/ABRAMN	late Clube de Brasília – Brasília – DF	1º. Lugar com 932 pontos; conquistou 91 medalhas, sendo 38 de ouro, 31 de prata e 22 de bronze. O atleta José Alves Rodrigues foi homenageado pela ABMN por ter se destacado nas competições locais, regionais e nacionais no ano de 2009.
13 de junho	3ª. Etapa FEN – Infantil/Juvenil/Júnior	Piscina da Secretaria de Esporte	3º. Lugar com 184 pontos. Conquistou 16 medalhas, sendo 02 de ouro, 05 de prata e 09 de bronze.
26 de junho	9º. Campeonato de Longas – 800 metros	Hidro Total Academia – Colégio CECAP – Lago Norte	conquistou 19 medalhas, sendo 7 de ouro, 8 de prata e 4 de bronze. Os atletas Maria Tereza Correia, Ronaldo Viegas e Giorgia Parca bateram recordes locais na prova
03 de maio de 2010	Apresentação dos Atletas de Karatê na Universidade Católica	Sala de Lutas da UCB – unidade de Taguatinga	Os atletas da Sel foram beneficiados com bolsas universitárias pela UCB. Relação dos atletas bolsistas: Rayane da Silva Ferreira, Lucas Evaristo Damascen, Edimilson Sousa de Oliveira, Luiz Carlos Santana Junior, Camille Santos Rodrigues, Hitala Gomes Amaral. O professor da Sel compareceu ao Evento junto com os atletas e foi um dos responsáveis pela parceria.
28 de março de 2010	Copa Candanga de Karatê – Torneio Gerardo Coelho	Clube da AABB – Brasília –DF	Participaram – 55 atletas da SEL. Foram conquistadas: 37 medalhas de ouro, 23 de prata e 15 de bronze. O professor da SEsp além de técnico foi um dos Coordenadores do evento.
De 16 a 18 de abril de 2010	Campeonato Brasileiro Mirim, infantil e Infanto_Juvenil de Karatê	Maceió – Alagoas	4º lugar no quadro de medalhas da Divisão Especial (2º kyu e acima), com a participação de 21 atletas, conquistamos 04 medalhas de ouro, 01 medalha de prata e 04 medalhas de bronze. E, o 17º lugar na Divisão de Novos (6º ao 3º Kyu), com a participação de 06 atletas, conquistamos 01 medalha de prata e 01 de bronze. O professor da Sel foi o Coordenador da Equipe.
De 04 a 06 de junho de 2010	Campeonato Brasileiro Juvenil e Júnior de karate	Campo Grande - MS	Vice-campeão no quadro de medalhas da Divisão Especial (2º Kyu e acima), com a participação de 14 atletas conquistamos 04 medalhas de ouro, 02

Data	Descrição do Evento	Local de Realização	Resultado
			medalhas de prata e 04 medalhas de bronze. E, o 11º lugar no quadro de medalhas da Divisão de Novos (6º ao 3º kyu) com a participação de 01 atleta, conquistamos 02 medalhas de bronze. O professor da Sel foi o Coordenador da Equipe
13 de junho de 2010	Exame de Graduação Superior – Faixa Preta - Karatê	Sala de Karate da SEL	Foi aprovado para Faixa Preta o aluno da Escolinha da SEL, Jorge Gonçalves de Oliveira Junior. O Professor da SEL fez parte da banca examinadora
De 29 a 05 de julho de 2010	Campeonato Sul-Americano Juvenil e Júnior de Karatê	Venezuela	Atletas que participaram do evento: Wellington Rodrigues Barbosa, Bruno de Queiroz, Rayane Ferreira, Fernanda Juma, Camille Rodrigues.
16 de maio de 2010	Curso Internacional com o Mestre Okaszki (Japão) - Karatê	Goiânia – Go	Além do Professor da SEsp, 15 atletas da equipe participaram do evento
04 de julho de 2010	Curso de Aperfeiçoamento técnico de karate	Cidade de Unaí – MG	O curso foi ministrado pelo professor da SEsp
03 de julho de 2010	Torneio de Encerramento do Voleibol	Secretaria de Esporte	Presença de 28 alunos

2º. Semestre de 2010

Data	Descrição do Evento	Local de Realização	Resultado
24 de agosto	Congresso Técnico das 25 horas de natação	Qd. 02, Bloco "C" - SESC Presidente Dutra, Teatro Sílvio Barato – Térreo	Inscrição das Escolinhas
28 e 29 de agosto	25 horas de natação – SESC DF 17ª. Edição	Piscina da Secretaria de Esporte	Equipe participou com 167 nadadores e ficou: 4º. Lugar Geral
22 de agosto	III Etapa FEN - Pré-mirim/Mirim/Petiz	Piscina da Secretaria de Esporte	5º Lugar com 157 pontos. Conquistou 16 medalhas, sendo 4 de ouro, 3 de prata e 9 de bronze
11 e 12 de setembro	IV Etapa FEN - Infantil/Juvenil/Junior - Natação	Piscina da Secretaria de Esporte	6º Lugar com 60 pontos. Conquistou 16 medalhas, sendo 4 de ouro, 3 de prata e 9 de bronze
14 de agosto	Campeonato Brasiliense de Polo Aquático	Iate Clube de Brasília	Iate 26 X 05 SEsp Junior
4 a 7 de setembro	XVII Campeonato Brasileiro em Águas Correntes de Pólo Aquático	Chapada dos Veadeiros – Alto Paraíso – GO	Equipe ficou em 4º. Lugar
29 de agosto	Dia Nacional de Combate ao Fumo	Parque da Cidade	Participação de 1.800 pessoas da comunidade.
11 de setembro	Travessia Equipe Master da SEsp – Lago Norte	ML 3 conj. 3 Lote 17 Mansões do Lago Norte	Participação de 80 atletas. Premiação realizada pela Secretaria de Estado de Esporte.
11 de setembro	Curso de Planejamento dos estagiários	Tribuna de Honra do Nilson Nelson	Participação dos Estagiários
25 de setembro – sábado – 9 às 13h30	Torneio de Voleibol das escolas de esporte	Quadra externa da Secretaria de Esporte	3 equipes composta por 4 alunos e 2 ex alunos
18 de setembro	Competição de Natação do CIEF	Piscina semi olímpica do CIEF	Participação de 26 anos da SEsp
25 e 26 de setembro	V Etapa FEN – Infantil/Juvenil/Junior - Natação	Piscina Olímpica da SEsp	7º Lugar com 49 pontos. Conquistou 6 medalhas, sendo 2 de ouro, 3 de prata e 1 de bronze.
21/08, 11/09 e 16 de Outubro	Campeonato Brasiliense de Pólo Aquático	Piscina Olímpica do Minas Brasília Tênis Clube	21/08 - Kalungas 04 X 07 SEsp Junior 11/09 – Botafogo 15 x 06 SEsp Junior 16/10 – Master 03 x 07 SEsp Junior
21 de agosto	III Etapa Circuito ABRAMN de 2010 – Troféu Maurício Gomes Cerveira Masters de Natação	Piscina Secretaria de Estado de Esporte	1º Lugar com 583 pontos. Conquistou 76 medalhas, sendo 34 de ouro, 25 de prata e 17 de bronze.
18 de setembro	Travessia de Brazlandia	Lago de Brazlandia	Participação de 10 atletas
25 de setembro	10º. Campeonato de Longas – 1.500 metros	Piscina DIREF (Polícia Federal)	Participação de 13 atletas. Conquistou 9 medalhas, sendo 5 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze. Dois atletas bateram recordes estaduais: Ronaldo Viegas e Giorgio Parca.
16 de outubro de 2010	4ª Etapa do Circuito ABRAMN 2010 – Troféu 50 anos APCEF/DF	Piscina APCEF – DF	Participação dos alunos máster da SEsp
20 de novembro	IV Etapa FEN - Pré-mirim/Mirim/Petiz	Piscina Secretaria de Estado de Esporte	A ser realizado
20 e 21 de	VI Etapa FEN -	Piscina Secretaria de Estado de	A ser realizado

Data	Descrição do Evento	Local de Realização	Resultado
novembro de 2010	Infantil/Juvenil/Junior	Esporte	
Responsável pelas informações: Elizabeth Ribeiro - Matrícula. 392.458-0 Coordenadora das Escolas de Esporte da SESp			

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

5.1. Dificuldades Encontradas

Quanto à execução orçamentária observou-se ao longo deste exercício que o órgão gestor realizou diversos contingenciamentos que limitaram a execução do orçamento de algumas ações e impediram a execução de outras em busca do “equilíbrio fiscal das contas públicas”, imposto pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para este último ano de mandato do atual governante.

Do total de recursos inicialmente fixados para a Unidade Orçamentária foi executado aproximadamente 71,59%, do orçamento. Devido ao alto índice de créditos orçamentários contingenciados e bloqueados prejudicando a execução de algumas ações.

Neste exercício o orçamento foi contemplado com 82 subtítulos, entre eles, 43 subtítulos foram destinados as Emendas Parlamentares, o que representa aproximadamente 52,44% dos subtítulos disponibilizados para execução na Unidade, sendo executados apenas 07 subtítulos oriundos de emendas parlamentares, as demais foram contingenciadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG devido à falta de execução das mesmas.

Um dos fatores relevantes para a inexecução das ações, relativas a Emendas Parlamentares, dá-se à pela falta de apresentação de projetos básicos executáveis, para execução por parte das entidades beneficiadas pelas Emendas.

Ressaltam-se as dificuldades encontradas pelos técnicos, da área de planejamento e orçamento da SESp, em executar o que se propõem as Emendas Parlamentares, uma vez que não foram elaboradas pelos agentes de planejamento desta Unidade e que inexiste informações básicas, como por exemplo a indicação das entidades responsáveis pela execução das mesmas.

5.2. Balanço das Perspectivas de 2009/2010

Extraí-se do Relatório de Atividades/2009 texto explicitado no item 5.5 “das Perspectivas Para o Exercício de 2010” no o seguinte texto:

“Á época da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2010 ocorreram cortes significativos no orçamento desta Unidade, de modo especial nas categorias: 03 – Custeio e 04 – Investimento, motivo pelo qual inviabiliza as perspectivas. Desta forma propõe-se:

- agilizar a execução das perspectivas que encontram-se em andamento no exercício de 2009;
- viabilizar a execução do objeto proposto pelos convênios celebrados com o Ministério do Esporte por intermédio da Caixa Econômica Federal, em que o GDF, por meio desta Secretaria, recepcionou vários convênios e disponibilizou a contrapartida visando a viabilização dos objetivos propostos;
- efetivar a cobertura definitiva do anexo ao Ginásio Nilson Nelson;”

Para o exercício de 2011 ocorreu o mesmo fato citado no primeiro parágrafo, com o agravante de que os tetos oferecidos à Unidade para serem distribuídos nos diversos programas para execução em

2011 não foram suficientes para atenderem a demanda da Secretaria, após a elaboração da proposta orçamentária, observou-se novo corte da dotação orçamentária que inicialmente foi realizado em torno de 15%.

Das perspectivas para o exercício de 2009/2010 foi possível executar a "...cobertura definitiva do anexo ao Ginásio Nilson Nelson," que atualmente encontra-se em obras.

Quanto aos Convênios esclarece-se o que segue no quadro abaixo:

Nº do Convênio/Processo	Órgão Concedente	Objeto do Convênio	Vigência	Valor	Execução Física	Programa de Trabalho	Situação Atual
0168.648-51/2004 220.000.302/2005	Ministério do Esporte	Construção de quadra de esporte no Guarã II/DF	30/06/2010	União 50.000,00 GDF 6.900,00	Não iniciada	27.812.4000.1 745.8162	Solicitado pela Secretaria de Obras a disponibilidade de recursos no valor de R\$141.033,01, valor atual, estimado da obra, submetido à UAG para apreciação em 09/06/2010.
0187.620-30/2005 220.000.286/2007	Ministério do Esporte	Fomentar o esporte de base com a Construção do Velódromo no Complexo Ayrton Senna em Brasília-DF	30/12/2010	União 1.380.000,00 GDF 255.188,00	Paralisada	27.812.4000.3 596.6670	Crédito orçamentário descentralizado para Secretaria de Obras conf. Portaria Conjunta nº 08/2009. Obra Paralisada- detectado interferência com projeto da Copa de 2014.
0201.123-21/2006	Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para o esporte recreativo e de lazer no Zoológico em Brasília-DF	30/06/2010	União 80.000,00 GDF 61.865,00	Concluí-da	27.812.4000.3 596.7675	Crédito orçamentário descentralizado para Sec. de Obras, conf. Portaria Conjunta nº 13/2009. Obra com 90% dos serviços executados. Crédito descentralizado por meio da Portaria Conjunta 06/2010, visando pagamento de despesas relativas ao exercício de 2009. Informações da Sec. de Estado de Obras confirmam que esta obra esta concluída.
0280.788-27/2008 220.000.631/2009	Ministério do Esporte	Construção da Praça da Juventude para Implementação de políticas sociais, em Itapoã-DF	31/03/2011	União 1.500.000,00 GDF 166.667,00	Não iniciada	27.812.4000.1 950.8187	Fase de elaboração projeto e atendimento de documentação exigida pela Caixa Econômica Federal junto com a Secretaria de Obras.

Observação: O convênio **Programa Segundo Tempo** (212/2007, foi rescindido a pedido do Ministério de Esporte devido a falta de execução do mesmo.

O convenio: - **PRONASCI** – Que seria implantado nas cidades satélites de: **Estrutural, Itapoã e Arapoanga/DF** e **PRONASCI – São Sebastião** foram revogados e os processos encontram-se em tramitação para devolução de recursos junto ao esfera federal.

21.1. FUNDO DE APOIO AO ESPORTE

Constituído por meio da Lei Complementar nº 326, de 04 de outubro de 2000, publicado no DODF de 05/10/2000 e regulamentado por meio do Decreto de nº 21.933, de 31 de janeiro de 2001, o FAE – Fundo de Apoio ao Esporte, com Unidade Orçamentária denominada de 34902, conta em sua estrutura com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte, é um órgão colegiado de deliberação coletiva; vinculado à Secretaria de Estado de Esporte, com função de administrar os recursos do FAE. O Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte estabelece como competências básicas:

- I. analisar e aprovar os projetos apresentados;
- II. apreciar a realização de convênios e outros ajustes com organismos nacionais e internacionais;
- III. opinar, sobre as prestações de contas dos recursos recebidos pelos interessados;
- IV. recomendar a aplicação de multas ou outras sanções decorrentes da má utilização dos recursos recebidos pelos interessados;
- V. apreciar, em uma única vez, pedido de reconsideração interposto contra decisão que tenha sido tomada anteriormente;
- VI. opinar sobre os balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, os demonstrativos da execução orçamentária e financeira da receita e despesa do FAE; a proposta orçamentária para o exercício seguinte; o programa de trabalho e suas alterações, bem como a solicitação de créditos adicionais;
- VII. observar as normas vigentes de execução orçamentária, financeira e contábil do Distrito Federal, na apreciação dos projetos bem como no exame da prestação de contas dos interessados.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		02	01	-	-	03
Requisitados	Órgãos do GDF	01	-	-	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		02	-	-	-	02
Total Geral		05	-	-	-	05

Realizações

Em 2010 o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – FAE realizou 03 (três) reuniões ordinárias e nenhuma extraordinária, onde foram apreciados 33 (trinta e três) processos, sendo 11 (onze) relativos à prestação de contas.

A Secretaria Executiva do FAE instruiu 27 projetos e apresentou ao Conselho de Administração que, após analisados, apenas 02 tiveram condições legais de firmar convênio.

1. Programa 1900 – Juventude e Esportes de Mãos Dadas com o Futuro

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9010-Apoio a Projetos esportivos	3.821.773	3.435.591	106.893	75.593	
7221-Apoio ao Esporte de Educação	700.000	200.00	39.709	39.709	005
7222-Apoio a Esporte de Participação	708.440	312.518	35.884	35.884	006

2007	2008	2009
-	-	781.005

Todos os valores foram objetivando o esporte de participação e de educação.

Foram feitos 2 convênios através do Edital nº 05/2009, aprovados pelo Conselho de Administrativo do Fundo de Apoio ao Esporte – FAE e publicados no DODF, conforme quadro:

Convênio N.º	Entidade Conveniada	Meta	Objeto	Valor do Convênio R\$
01/2010 - FAE	Associação Esporte ao Alcance de Todos de São Sebastião	30 atletas atendidos	O convênio tem por objeto a participação na 12ª Copa SESC Norte/Nordeste de voleibol – 2010 com atletas selecionados entre crianças e adolescentes do projeto de ação social e cidadania da comunidade de São Sebastião, realizado na cidade de Maceió-AL, de conformidade com o Plano de Trabalho, às fls. 6/8.	35.884
02/2010 - FAE	Associação Esporte ao Alcance de Todos de São Sebastião	96 atletas atendidos	O Convênio tem por objeto possibilitar as crianças e adolescentes da comunidade de São Sebastião a inclusão social com treinamentos de prática de voleibol, que ocorrerão no contra turno das escolas. Possibilita ainda a prática de uma atividade saudável onde foram passadas noções de cidadania, em conformidade com o Plano de Trabalho às folhas 130/134.	39.709

Diante do exposto e de acordo com o Plano Plurianual, foram alcançados os objetivos, ou seja estimular o esporte apoiando principalmente os jovens e as metas das ações da atividade 1900 – Apoio a Projetos Esportivos de Educação e Participação. O público alvo é composto por atletas e pela comunidade de São Sebastião com a prática de vôlei.

Recurso descentralizado da Unidade Orçamentária: 19.105 – Região Administrativa III de Taguatinga

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9010 – Apoio a Projetos Esportivos					
9598 – Apoio ao Evento Torneio Arimateia	0	50.000	0	0	014

Informações Complementares

Em 2009, foi feito o chamamento das entidades através do Edital nº 05, publicado no DODF de 07 de dezembro de 2009. Foram apresentados 44 projetos em 2010, dos quais, 17 foram arquivados por falta de amparo legal, 27 autuados e apenas 2 convênios foram firmados.

Os processos foram submetidos à audiência da douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, que reiteradamente manifestou-se em desfavor da firmação dos pactos em razão do não cumprimento por parte das entidades das condicionalidades exigidas na legislação que regia a celebração de convênio.

Em razão dos pronunciamentos advindos da Procuradoria em epígrafe, foi feita uma consulta com a finalidade de saber de fato e de direito se as entidades que não cumpriam as condicionalidades postas no diploma legal, Lei Complementar nº 326 de 04/10/2000, art. 7º, estariam impedidas de firmar convênio.

A Procuradoria Geral do Distrito Federal entendeu que os feitos não poderiam prosseguir enquanto durasse a condicionalidade posta no art. 7º, recomendando que a autoridade máxima desta Secretaria formalizasse alteração no bojo do diploma citado para corrigir o excesso de zelo do legislador, o que foi feito conforme processo nº 220.000.696/2010, fato que até o presente momento continua inalterado.

Os processos foram sobrestados em razão de auditoria levada à efeito no Fundo de Apoio ao Esporte-FAE, conforme TAA nº 31/2010 e posteriormente arquivados por falta de amparo legal.

Perspectivas para o exercício de 2011

Para o exercício de 2011 o FAE agregou dotação orçamentária para atender despesas com realização de eventos:

- Abertura de Edital de Chamamento objetivando seleção de entidades para recebimento de projetos nos seguimentos de esporte de rendimento, educação e participação, (pessoas físicas e jurídicas);
- Apoiar pessoas portadoras de necessidades especiais em programas de incentivo a prática desportiva;
- Apoiar eventos que visem a promoção e prática do esporte amador e profissional em todo o Distrito Federal de acordo com as Políticas Públicas do Governo (esporte nas cidades).

21.2. FUNDO DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER

O Fundo de Apoio ao Esporte – FAE criado pela Lei Complementar nº 326, de 04/10/2000, é um fundo de natureza contábil com prazo indeterminado de duração. O FAE financiará projetos esportivos na forma estabelecida em seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 21.933, de 31/01/2001.

Conta em sua estrutura com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte, é um órgão colegiado de deliberação coletiva; vinculado à Secretaria de Estado de Esporte, com função de administrar os recursos do FAE. O Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte estabelece como competências básicas:

Conforme regimento aprovado pelo decreto acima, compete ao Conselho de Administração do FAE:

- I. Analisar e aprovar os projetos apresentados;
- II. Apreciar a realização de convênios e outros ajustes com organismos nacionais e internacionais;
- III. Opinar, sobre as prestações de contas dos recursos recebidos pelos interessados;
- IV. Recomendar a aplicação de multas ou outras sanções decorrentes da má utilização dos recursos recebidos pelos interessados;
- V. Apreciar, em uma única vez, pedido de reconsideração interposto contra decisão que tenha sido tomada anteriormente;
- VI. Opinar sobre os balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, os demonstrativos da execução orçamentária e financeira da receita e despesa do FAE; a proposta orçamentária para o exercício seguinte; o programa de trabalho e suas alterações, bem como a solicitação de créditos adicionais;
- VII. Observar as normas vigentes de execução orçamentária, financeira e contábil do Distrito Federal, na apreciação dos projetos bem como no exame da prestação de contas dos interessados.

“NÃO HOUVE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”

22. SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL - SECT

À Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Órgão integrante da estrutura básica da Administração Direta, subordinada ao Governador do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 24.735, de 07/07/2004, compete:

- I. Formular, implementar e coordenar políticas governamentais objetivando o desenvolvimento do setor científico e tecnológico do Distrito Federal;
- II. Desenvolver e acompanhar programas de apoio às iniciativas empreendedoras associadas ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- III. Articular a participação das entidades públicas e privadas no desenvolvimento científico e tecnológico;
- IV. Articular ações junto aos Estados e Municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, com vistas ao estabelecimento de projetos e programas que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico;
- V. Fomentar a criação de empresas de base tecnológica;
- VI. Promover a instalação, manutenção e o controle dos empreendimentos inerentes à tecnologia da informação, telecomunicações, eletrônica, biotecnologia, excelência em saúde ou outra modalidade de base tecnológica no Distrito Federal;
- VII. Fomentar o intercâmbio entre o Governo do Distrito Federal, o Governo Federal, outras Unidades da Federação, Centros de Pesquisa, Universidades e Entidades, com vistas à cooperação financeira, técnica e tecnológica;
- VIII. Coordenar a implantação de Parques Tecnológicos no Distrito Federal;
- IX. Propor e elaborar programas e projetos com vistas à captação de recursos junto a Organismos Governamentais e Não Governamentais, de caráter nacional e internacional;
- X. Coordenar a formulação, acompanhar e controlar a execução do Plano de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;
- XI. Coordenar a formulação, acompanhar e controlar a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Governo do Distrito Federal;
- XII. Propor políticas, articular, fomentar e acompanhar a execução das atividades de informática do Governo do Distrito Federal;
- XIII. Formular diretrizes, coordenar e controlar a execução de programas de incentivos à instalação de empreendimentos na área de biotecnologia;
- XIV. Formular diretrizes, coordenar e controlar a execução de programas e projetos visando a instalação de empreendimentos de excelência em saúde;
- XV. Formular diretrizes, coordenar e controlar a execução de programas e projetos visando à inclusão digital da comunidade do Distrito Federal;
- XVI. Formular, fomentar, coordenar e controlar a execução de programas de capacitação técnico profissional e gerencial de recursos humanos para as áreas de tecnologia;
- XVII. Manter bases de dados sobre a situação da Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;
- XVIII. Formular diretrizes, coordenar e controlar as atividades da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF – FAPDF.

XIX. A Secretaria tem como órgão vinculado a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Com a publicação do Decreto nº 27.939, de 10/05/2007, a Secretaria passou ter nova estrutura administrativa.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	2	22	2	5	31
Requisitados	Órgãos do GDF	-	5	-	7
	Órgãos do Governo Federal	-	1	-	1
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	15	-	35	-	50
Subtotal (Força de Trabalho)	19	22	43	5	89
(+) Cedidos para outros órgãos	2	-	-	-	2
Total Geral	21	22	43	5	91

Realizações

1. Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3577-Implantação da Rede GDF – Net / Internet	1.012,00	0,00	0,00	0,00	016
0001-Implantação da Rede GDF Net/Internet	1.012,00	0,00	0,00	0,00	016
3710-Implantação do Governo Transparente e-Gov	844,00	0,00	0,00	0,00	017
0001-Implantação do Governo Transparente e-Gov	844,00	0,00	0,00	0,00	017
3930-Modernização Tecnológica	13.504,00	0,00	0,00	0,00	018
0021-Modernização Tecnológica da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	13.504,00	0,00	0,00	0,00	018
6013-Integração Escolar Por Meio da Internet	9.440,00	0,00	0,00	0,00	019
0001-Integração Escolar Por Meio da Internet	9.440,00	0,00	0,00	0,00	019

Devido à insuficiência de crédito orçamentário e a necessidade de alteração no QDD da SECT para atender outras demandas, não houve realizações nos programas acima, mas foi criado com a participação do SECT Secretaria, um Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto Básico de Modernização Institucional e Técnica da SECT e da FAPDF.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8502-Administração de Pessoal	3.843.464,00	4.462.666,00	4.441.472,19	4.441.472,19	010
0053-Administração de Pessoal da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia	3.843.464,00	4.462.666,00	4.441.472,19	4.441.472,19	010
7030-Administração de Pessoal - Escolas Técnicas	1.850.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	001
8682-Contribuição Patronal para o RPPS	258.206,00	181.406,00	181.384,04	181.384,04	011
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.818.960,00	220.100,00	200.594,45	182.827,17	012
0016-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia	2.818.960,00	220.100,00	200.594,45	180.581,12	012

Ao longo do exercício de 2010, os servidores foram motivados a participarem dos cursos oferecidos pela Escola de Governo, como forma de desenvolver a força de trabalho e contribuir para o

melhor desempenho das atividades executadas pela Secretaria. Quanto à manutenção dos serviços administrativos, devido às restrições impostas pela LRF quanto ao prazo final para execução de despesas do Grupo 4 – Investimentos e quanto à proibição de realização de determinadas despesas do Grupo 3, por se tratar do último ano de mandato do Governador, não foi possível realizar todas as despesas necessárias para a melhoria dos serviços e para a execução dos demais programas de trabalho.

3. Programa 0138 – Apoio ao Educando

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2015-Bolsa-Auxílio enfermagem	101.280,00	101.280,00	62.140,00	62.140,00	002
0002-Bolsa – Auxílio enf. – Escolas Técnicas	101.280,00	101.280,00	62.140,00	62.140,00	002

Foi Realizado para pagamento de bolsas auxílio enfermagem para alunos das Escolas Técnicas. A SECT realizou os pagamentos até o mês de julho/2010. Após esse período, a responsabilidade pelos pagamentos foi transferida para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF.

Bolsas Concedidas

2008	2009	2010
671	1125	478

4. Programa 0142 – Educando Sempre

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2391-Manutenção da Educação Profissional	1.619.947,00	3.850.648,26	2.469.275,62	2.468.914,39	003
0002-Manutenção Escolas Técnicas	1.619.947,00	3.850.648,26	2.469.275,62	2.468.914,39	003

Foram realizadas aquisições de material de consumo e material permanente para as Escolas Técnicas somente no primeiro semestre de 2010. Com a publicação do Decreto 31.877, de 7/7/2010, que dispõe sobre a transferência dos Centros de Educação Profissional para a Secretaria de Estado de Educação, os processos em andamento naquele período foram encaminhados para a SEDF.

5. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	582.360,00	407.711,12	401.447,92	401.447,92	004/005/006/013/014/015
0046-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia	278.520,00	278.520,00	272.256,80	272.256,80	013/014/015
7025-Concessão de Benefícios aos Servidores – Escolas Técnicas	303.840,00	129.191,12	129.191,12	129.191,12	004/005/006

Concessões de benefícios referentes ao auxílio transporte e auxílio alimentação para os servidores das Escolas Técnicas até o mês 10/2010 e concessões de benefícios dos servidores da SECT, entre eles: auxílios transporte, alimentação e creche.

6. Programa 1000 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2130-Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos	8.440,00	0,00	0,00	0,00	033
0003-Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos	8.440,00	0,00	0,00	0,00	033
2998-Manutenção do Planetário	168.800,00	101.800,00	570,00	473,19	020

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
0001-Manutenção do Planetário	168.800,00	101.800,00	570,00	473,19	020
3256-Recuperação do Planetário de Brasília	100.471,00	5.471,00	0,00	0,00	021
0001-Recuperação do Planetário de Brasília	100.471,00	5.471,00	0,00	0,00	021
5833-Implantação do Parque de Biotecnologia	50.844,00	0,00	0,00	0,00	034
0001-Implantação do Parque de Biotecnologia	50.844,00	0,00	0,00	0,00	034
5834-Implantação do Parque de Excelência em Saúde	844,00	0,00	0,00	0,00	025
0001-Implantação do Parque de Excelência em Saúde	844,00	0,00	0,00	0,00	025
5835-Implantação da Rede E-Governo	844,00	0,00	0,00	0,00	022
0001-Implantação da Rede E-Governo	844,00	0,00	0,00	0,00	022
5836-Implantação do Projeto de Inclusão Digital	113.096,00	0,00	0,00	0,00	023/026/027/028/029/030
1073-Inclusão Digital para Deficientes nas Bibliotecas Públicas	844,00	0,00	0,00	0,00	027
0001-Implantação do Projeto de Inclusão Digital	1.688,00	0,00	0,00	0,00	026
0002-Implantação do Sistema de Informatização da Biblioteca Pública Machado de Assis, Localizada em Taguatinga Ra III	844,00	0,00	0,00	0,00	023
3555-Apoio a Projetos de Inclusão Digital pela Associação Pro Moradia Solidária de Samambaia	16.880,00	0,00	0,00	0,00	028
7089-Programa de Inclusão Digital para a Terceira Idade	84.400,00	0,00	0,00	0,00	029
7218-Apoio ao Projeto Mundo Digital pelo Centro de Aperf. Treinamento Vivência Sol. de São Sebastião	8.440,00	0,00	0,00	0,00	030
6041-Suporte ao Desenvolvimento Tecnológico	25.320,00	0,00	0,00	0,00	031/032
0001-Suporte ao Desenvolvimento Tecnológico	8.440,00	0,00	0,00	0,00	031
3560-Apoio a Projeto de Implantação da Fábrica de Software para Portadores de Deficiência Auditiva pelo Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência - ICP	16.880,00	0,00	0,00	0,00	032
9069-Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos	168.800,00	0,00	0,00	0,00	035
0594-Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos	168.800,00	0,00	0,00	0,00	035

Devido à insuficiência de crédito orçamentário e à necessidade de alteração no QDD da SECT para atender outras demandas, não houve realizações nos programas acima. Encontra-se em andamento alguns projetos voltados para inovação tecnológica do Distrito Federal, Parque Tecnológico Capital Digital, Parque Ciência e Tecnologia em Saúde, entre outros.

7. Programa 2420 – Programa Educação Superior

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1196-Implantação de Campus da UnB	3.650.000,00	3.350.000,00	0,00	0,00	007/008/009
3721-Construção e Ampliação de Campus e Pólos da UnB nas Satélites	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	008
9593-Construção e Implantação do Campus da UnB no Gama	300.000,00	0,00	0,00	0,00	007
7279-Construção e Implantação do Campus da UnB na Ceilândia	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	009

Não houve, no exercício de 2010, nenhuma solicitação de descentralização de créditos orçamentários pela Secretaria de Obras para execução dos Programas de Trabalho relativos à implantação de Campus da UnB.

8. Programa 3900 – Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
5832-Implantação do Parque Tec. Capital Digital	50.844,00	0,00	0,00	0,00	024
0320-Implantação do Parque Tec. Capital Digital	50.844,00	0,00	0,00	0,00	024

Participação no Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto Básico de Licitação de Organização Social para gestão do Parque Tecnológico.

9. Programa 1900 – Juventude e Esportes de Mãos Dadas com o Futuro

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
9010-Apoio a Projetos Esportivos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	036
9595-Projeto Esporte é Saúde	100.000,00	0,00	0,00	0,00	036

10. Convênios firmados com a União, vigentes em 2010

Convênio SECT/FNDE	Processo	Finalidade	Início	Término	Valor da União	Contrapartida GDF
750.039/2008	290.000.173/2009	Conceder apoio financeiro para capacitação de profissionais, elaboração de materiais didáticos e implantação de cursos do sistema Escola Técnica aberta do Brasil	31/12/2008	30/06/2010	1.702.527,73	51.108,07

11. Programas e Projetos Prioritários e Estratégicos

- Implantação do Parque Tecnológico – Capital Digital;
- Implantação do Parque de Biotecnologia;
- Restauração do Planetário de Brasília;
- Construção e ampliação de campus e pólos nas Satélites;
- Construção e implantação do campus da UnB no Gama;
- Construção do campus da UnB na Ceilândia.

12. Informações Complementares

Entre as ações relevantes realizadas pela Secretaria que não puderam ser agrupadas por programas estão aquelas voltadas para o Programa DF Digital, que promove a inclusão digital e social da população do DF por meio de cursos de informática e qualificação profissional, mediante a implantação de redes comunitárias digitais com a Internet. O Programa é gerido e executado pela FAP/DF com o apoio da SECT. Abaixo, algumas atividades realizadas em 2010:

- Reuniões para consolidar as ferramentas OLAP e dos relatórios integrados, bem como do BI (DATA CENTER) administrado pela FGL;
- Aperfeiçoamento e agregação de novas Planilhas dinâmicas em Excel para gerenciar e consolidar o Banco de Dados do Programa, para obtenção dos dados estatísticos, dos indicadores necessários para confrontação dos dados informados pelos prestadores dos serviços e o fornecimento de informações aos órgãos de controle;
- Preparação do Banco de Dados com a relação nominal de todos os participantes do Programa para disponibilizar a relação nominal dos alunos para eventual solicitação dos órgãos de controle;
- Gestão de todos os serviços técnicos executados pela FGL, notadamente a instalação de estações de trabalho, servidores de rede, impressoras, rede lógica e elétrica, climatização, adequações físicas, banda larga internet com links ADSL e rádio, sistemas Ead com cursos de informática e qualificação profissional em uma nova plataforma LMS da FGL, novo DATA CENTER único, integrando os serviços de

informações em base única de informação, dando uniformidade e conformidade no controle dos alunos e cursos do DF DIGITAL – portal www.digital.df.gov.br e www.dfdigital.org;

- Participação na gestão de pessoas, feita pela FGL, daqueles que atuam diretamente na operação do DF DIGITAL, com Workshops, palestras, reuniões setoriais por Adm. Regional, visando a uniformidade do programa, integração das atividades técnicas e aumento da qualidade dos serviços ofertados à população;

- Estruturação e operação do Comitê Facilitador de Operação – FGO – composto por representantes estratégicos da Secretaria, FAPDF, FGL e eventuais parceiros do programa, com estabelecimentos de padrões de operação e ações corretivas e preventivas, visando ao sucesso do DF DIGITAL;

- Levantamento de toda a infraestrutura física em campo, por Administração Regional, visando à otimização dos recursos aplicados no programa, com definição de requisitos técnicos, para instalação das novas unidades DF DIGITAL, mediante assinatura de Termo de Comodato e/ou Convênios de Doações de Computadores;

- Levantamento da estrutura física de unidades pertencentes ao Corpo de Bombeiros do DF e das Escolas Públicas do DF para a implantação do Programa DF Digital naquelas Unidades, na busca de novas parcerias e como forma de otimizar os recursos aplicados e também melhorar os indicadores dos Programas;

- Remanejamentos de unidades DF DIGITAL instaladas nas Paróquias e acompanhamento de todo o processo de gestão da FGL, com diligenciamentos em campo, atendimento aos Coordenadores dos Pólos, análises estatísticas do Banco de Dados de alunos, identificação de problemas críticos e apoio ao suporte HELP-DESK;

- Realização de novos cursos de formação pedagógica aos Coordenadores, Monitores e Apoio Administrativo do programa DF DIGITAL, sobretudo os novos funcionários dos Telecentros em convênio com o Ministério das Comunicações;

- Formulação do modelo de Treinamento à Distância, modalidade EaD, mediante distribuição, pela FGL, às comunidades excluídas digitalmente do DF do Passaporte da Inclusão Digital (cartão físico com a acesso a todos os cursos gratuitos do DF DIGITAL);

- Expansão do programa GERAÇÃO III no DF DIGITAL (cursos de informática e internet para pessoas da terceira idade) espalhando o programa em 17 turmas nas cidades L. Costa–Guará I, Guará II (C. Cultural), V. Planalto, C. Centro, Gama, Mediateca (Esp. dos Ministérios), Taguatinga, Sobradinho, R. das Emas, Samambaia, Cruzeiro, Paranoá, Planaltina, Santa. Maria, São Sebastião e TOURING – Asa Sul;

- Definição, especificação e adequação para entrada em operação no DF DIGITAL de novos cursos/conteúdos voltados para os alunos do Ensino Integral, nível fund. das Escolas Públicas do DF (mundo digital);

- Consolidação do projeto de adequação do espaço físico em toda a rede DF DIGITAL para o atendimento aos portadores de necessidades especiais (Projeto de Acessibilidade);

- Formalização de convênios com novos parceiros, para oferta dos Cursos de Qualificação Profissional, utilizando recursos de Ead e instalação de Software Operacionais a custo ZERO nos computadores doados aos TC mediante o convênio com a ATN – Associação Telecentro Nacional;

- Assinatura de Termo de Contrato para doação de computadores da Fundação Hemocentro de Brasília para que a Secretaria adote ações de Inclusão Digital junto às Associações Comunitárias, ONGs, Prefeituras de Quadras, OSCIPs, etc., seguindo o modelo Telecentros Comunitários;
- Configuração de máquinas provenientes de doações feitas à Secretaria de Ciência e Tecnologia no DF Digital Riacho Fundo I para deixá-las aptas a doação pela Secretaria a entidades interessadas a prover um Telecentro Comunitário;
- Proposta de formato de arquivo (formatação) para obtenção de informações padronizadas nos levantamentos realizados junto aos DF DIGITAL;
- Consolidação dos Fundamentos e Conceitos para geração de Relatórios Padronizados do sistema LMS da FGL;
- Consolidação das ações de gestão operacional para divulgação e valorização dos Programas de Inclusão Digital e Qualificação Profissional oferecidos pela Secretaria, mediante o portal www.dfdigital.df.gov.br e www.dfdigital.org;
- Reuniões para implantação e aperfeiçoamento do Web Site DF Digital (Portal DF Digital) que trata de um sistema de acesso a todas as informações e serviços relacionados às atividades do Programa, tendo como acesso o endereço: www.portal.dfdigital.org;
- Participação na 7ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada no período de 19/10 a 24/10/2010, na Esplanada dos Ministérios, com a divulgação do Programa DF Digital por meio do Ônibus Expresso Digital;
- Desenvolvimento do Projeto Escola Aberta e Ensino Integral na rede Pública de Ensino do DF, que permitirá levar serviços de aprendizado do ensino regular, integrado com o Ensino Digital, mediante capacitação profissional com as Escolas Técnicas e o EJA – Educação de Jovens e Adultos;
- Desenvolvimento de Projeto Preparatório do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – usando a rede DF DIGITAL nas Escolas Públicas do GDF;
- Consolidação da parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania para cursos de qualificação de 100 presidiários em processo de recuperação no Departamento de Controle do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA);
- Consolidação da parceria com a Secretaria de Saúde, mediante convênio com a UNB, para implantação de um laboratório Telecentro no DF DIGITAL de Recanto das Emas, para capacitação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS;
- Formulação do projeto de desenvolvimento de Capacitação de Jovens que receberam Bolsas de Iniciação Científica da FAPDF, usando a rede DF DIGITAL, para integrá-los ao setor produtivo do DF, como rede APLs – Arranjos Produtivos Locais – do SEBRAE;
- Formulação do projeto integrador DF DIGITAL com outras plataformas de Gestão Educacional das Escolas Públicas e Escolas Técnicas do GDF, solução THINK QUEST e CAMPUS SOLUTION da Empresa ORACLE, visando apoiar o convênio de cooperação educacional com a Fundação ORACLE e o Governo do Distrito Federal;
- Em parceria com o Ministério das Comunicações, a partir de março/2011, esta Secretaria e a Fundação de Apoio à Pesquisa firmarão convênio para instalar Telecentros em todas as Bibliotecas Públicas do DF, gerindo outros convênios com as Adm. Regionais e Secretaria de Cultura;

– Em parceria com a Secretaria de Agricultura e Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural - EMATER, a Secretaria de Ciência e Tecnologia firmará convênio “tripartite” para levar Banda Larga a todos os Pólos de Atendimento Rural;

– A partir das tecnologias, métodos e programas disponibilizados e apoiados por marco legal, as pessoas com comprometimentos temporários ou permanentes poderão participar mais ativamente na construção de uma nova ordem social, na qual as pessoas com deficiência, com sua força de trabalho equiparada, terão um papel de destaque. Com a implantação do Telecentro Acessível TCA, o GDF, além de atender os Decretos nº 5.296 de 02/12/2004, e 10.048 e 10.098, permitirão que em médio prazo, grande parte das pessoas com deficiência desfrute plenamente das vantagens propiciadas pela informática, como o acesso ao trabalho, à educação, à cultura, ao lazer, à pesquisa e à informação, além de reforçar a geração de trabalho e renda;

– Encontra-se em andamento o Processo nº 111.001.791/2009, relativo à construção de uma Escola Técnica no lote 2 do Parque Tecnológico Capital Digital - PTCD, bem como o Processo nº 111.001.750/2009, referente à construção de um prédio para uso da FAP/DF, no lote 4, aprovados pela Diretoria da Terracap em 04/08/2009 e 25/08/2009, respectivamente;

– O Projeto de Lei de Inovação do Distrito Federal – PL 1.099/2008 encontra-se concluído e com parecer da Deputada Jaqueline Roriz para votação;

– O 2º Ofício de Registro de Imóveis entregou à Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) o registro dos terrenos relativos à área em que vai funcionar o Parque Tecnológico Capital Digital. O próximo passo será preparar a licitação pública para escolha da empresa que irá dar andamento às obras. A expectativa é de que sejam concluídas em, no máximo, três anos. Entre os parceiros envolvidos estão: a **Terracap**, a **Concessionária** que será contratada por meio de licitação na modalidade concorrência internacional e será responsável pela construção, gestão, operação e manutenção do PTCD, o Conselho Deliberativo, que se responsabilizará pelo monitoramento e acompanhamento do desempenho do PTCD, regulação das normas contratuais e o Instituto de Inovação Tecnológica, que prestará apoio tecnológico e atuará na captação de recursos para atingir as metas propostas;

– No tocante ao Parque Ciência e Tecnologia em Saúde, conforme informação da Subsecretaria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi publicado Decreto que dispõe sobre a criação do Grupo Gestor que será responsável pela Elaboração do Plano de Trabalho, do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica e do Projeto Básico para implantação do Parque. Após a solicitação nº 24/2009, dirigida à Terracap, houve a concordância para que o Parque Ciência e Tecnologia em Saúde seja instalado no PTCD;

– Quanto ao Parque Tecnológico Sucupira de Biotecnologia e Agronegócios (PTSBA), aguarda-se a decisão para a assinatura do convênio que viabilizará a implementação da 1ª fase do Plano de Trabalho, que compreende o estudo urbanístico. A Procuradoria Geral do Distrito Federal recomenda que a contratação dos referidos estudos ocorra por meio de licitação;

– Quanto ao Programa Tecnológico DF Biocombustíveis – Biodiesel e Etanol, foram realizados encontros com o Estado de Goiás para discutir a Minuta do Convênio de Cooperação. Realizou-se, também, reunião com o Coordenador do Programa Nacional para Produção e uso do Biodiesel – PNPB – para assinatura do Termo de Cooperação entre o Presidente da República e os

Governadores do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás, visando adesão oficial dos três estados com o Governo Federal para implantação do Programa.

Anexo I – Quadro de ações da SECT

Nº	Ação	Objetivo Estratégico	Prazo		Responsável	Marcos Críticos
			Início	Fim		
1	Ampliar a infraestrutura para inclusão digital e capacitação profissional	1,2,3	Jan/10	dez/11	FAP e SUBID	Disponibilidade de recursos, parecer favorável ao projeto DF Digital pelos órgãos de controle e Cenário Político de 2011.
2	Mapear a disponibilidade de equipamentos e móveis de informática junto aos órgãos da Administração Direta e Indireta e de particulares	1	Jan/10	Contínua	SUBID	
3	Administrar as doações de equipamentos e móveis de informática	1	Jan/10	Contínua	SUBID	
4	Realizar e participar de eventos de CT&I (feiras, formaturas, palestras, conferências, entre outros)	2	Jan/10	Contínua	ASCOM, FAP e SUBID	Disponibilidade de recursos e Cenário Político de 2011.
5	Aumentar o número de cursos oferecidos no Programa DF Digital	3	Jan/10	Contínua	SUBID e FAP	Disponibilidade de recursos orçamentários e Cenário Político de 2011.
6	Aumentar a inclusão no mercado de trabalho de pessoas atendidas pelo DF Digital	2,3,4,5	Jan/10	Contínua	FAP e SUBID	Disponibilidade de recursos, Cenário Político de 2011 e Map. de empresas parceiras.
7	Mapear as demandas e oferecer aos setores acadêmicos, empresariais, governamentais e não governamentais a infraestrutura do Programa DF Digital	4,5	Jan/10	Contínua	FAP e SUBID	Disponibilidade de recursos, Cenário Político de.
8	Inaugurar o Planetário	6	Jan/10	Abril/11	FAP e SUBDCT	Disponibilidade de recursos, Cenário Político de 2011, atraso na entrega de equip. e atraso nas obras.
9	Implantar o Sistema de Gestão Governamental na área de CT&I-Gestão integrada de Serviços e Informação do GDF – Governança Brasília Digital	7	Jan/10	Dez/11	SUBID	Disponibilidade de recursos, Cenário Político de 2011.
10	Padronizar os processos de trabalho dos departamentos	7	Jan/10	Contínua	GGP e SUBID	Conclusão dos Mapeamentos dos Processos.
11	Mapear e disponibilizar cursos aos servidores e colaboradores	8	Jan/10	Contínua	ASCOM, EGOV, FAP e GGP	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.
12	Adquirir equipamentos de comunicação	9	Jan/11	Dez/11	ASCOM	Disponibilidade de recursos orçamentários e conclusão do processo licitatório.
13	Renovar os equipamentos a cada 02 anos	9	Jan/10	Dez/11	GINF	Conclusão do processo licitatório.
14	Plataforma de EAD do Governo do DF	1 e 9	Mar/11	Contínua	SPEEPS, FAP, SE e SG	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.
15	Implementar Rede WiMAX	6 e 9	Fev/11	Ago/11	SUBID, FAP e SG	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.
16	Implementação do projeto Cidade Saúde	6	Jun/11	Contínua	SECT e SAÚDE	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.
17	Implementar o Sistema EGOV	9	ago/11	Contínua	SUBID e FAP	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.
18	Implementar e Instrumentalizar a Torre Digital	6	jan/11	Dez/11	SUBID	Disponibilidade de rec. e parcerias e C. Político de 2011.
19	Descentralizar o Programa DF Digital para as unidades da SE/DF	6	Fev/11	Contínua	SUBID e SE	Cenário Político de 2011.
20	Realizar trimestralmente o Fórum de Ciência e Tecnologia no DF	2 e 6	mai/11	Contínua	SECT, SA, SC, SDE, SEDEST, SEDUMA, SE, ESPORTE, SEPLAG, SEF, SO, CGE, SG, SEJUS, SSP, SETRAB E ST	Cenário Político de 2011.

Nº	Ação	Objetivo Estratégico	Prazo		Responsável	Marcos Críticos
			Início	Fim		
21	Iniciar e implementação dos Parques: Biotecnologia, Saúde, Ciência e Cidade Digital.	6	Jan/11	Dez/12	SUBDCT e SUBID	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.
22	Implementação tecnológica através de seminários anuais para suporte da Copa de 2014.	6	Set/11	Jun/14	SPMPT	Disponibilidade de recursos e parcerias e Cenário Político de 2011.

Anexo II – Quadro de indicadores e Metas da SECT

Objetivos Estratégicos	Indicadores Propostos	Unidade de Medida	Peso	V0 (2009)	Peso		
					Tend.	2010	2011
1 . Fornecer e ampliar a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação no DF	Redes comunitárias digitais implantadas*	Número	2	72	Elevar	102	150
2 . Promover a difusão e a popularização da CT&I	Pessoas atendidas pelo programa DF Digital*	Coeficiente (1000)	3	179	Elevar	400	700
3 . Desenvolver a formação e capacidade dos cidadãos	Certificados Emitidos*	Coeficiente (1000)	3	560	Elevar	640	740
4 . Ampliar e fortalecer a competitividade das organizações do DF	Organizações Atendidas*	Número	2	3	Elevar	13	23
5 . Promover a articulação entre os setores acadêmicos, empresariais e governamentais	Projetos realizados em parceria*	Número	2	14	Elevar	31	79
6 . Desenvolver projetos em CT&I	Índice de projetos implementados	Percentual	3	-	Manter	100%	100%
7 . Implantar, padronizar e simplificar os processos organizacionais	Processos Organizacionais padronizados	Número	3	-	Elevar	2	8
8 . Promover o desenvolvimento dos servidores	Índice de desenvolvimento dos servidores	Percentual	3	50%	Elevar	60%	90%
9 . Modernizar a Comunicação e a TI	Índice de equip. com até dois anos de uso	Percentual	2	100%	Manter	100%	100%
	Campanhas realizadas	Número	3		Manter		

* Valores acumulados.

13. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Apesar de a Secretaria se esforçar na busca do desenvolvimento científico e tecnológico como forma de acelerar o desenvolvimento econômico e social do DF, percebe-se pela execução orçamentária e financeira do exercício de 2010 que os resultados alcançados ficaram abaixo das metas propostas. Entre os motivos que dificultaram a execução dos programas, citam-se: a necessidade de realizar constantes alterações no orçamento devido à insuficiência de dotação orçamentária para atender alguns programas; as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, impedindo a execução de despesas do Grupo 4 – Investimentos, no segundo semestre de 2010 e proibindo a realização de determinados gastos. Além disso, para estabilizar o orçamento geral do GDF, houve a necessidade de contingenciamento de créditos orçamentários de vários órgãos, inclusive do SECT.

Perspectivas para 2011: No Programa DF Digital, pretende-se: – gerir e operacionalizar 17 unidades DF DIGITAL - Telecentros Rurais no DF. Cada unidade possuirá 09 computadores, 01 servidor de rede, acesso internet “banda larga” e software de qualificação profissional, bem como bolsistas apoiados por um fundo do Governo Federal. Serão realizados para a população da área rural; entrada em operação de mais 01 carreta com infraestrutura de computadores, internet e serviços que levarão à Inclusão Digital (cursos de informática) e Inclusão Social com qualificação profissional, voltadas às comunidades carentes e mais afastadas dos centros urbanos, inclusive à população rural – expandir o DF DIGITAL – Geração III para todas as 102 unidades DF DIGITAL do Programa de Inclusão Digital da Terceira Idade, que já formou

mais de 3.000 alunos nas 17 turmas atuais – distribuir até 300 mil cartões físicos para o cidadão receber treinamentos à distância do DF DIGITAL, mediante acesso aos cursos pela Internet, com gerenciamento do Sistema LMS; formular e implantar técnica do modelo de desenvolvimento de ambiente Data Center uma plataforma ECM – ECM (Enterprise Content Management) e BPM (Business Process Management), visando abordagens de Gestão de Conhecimento – Pretende-se também aperfeiçoar e melhor gerenciar os recursos disponíveis para auxiliar no cumprimento da missão institucional da FAP/DF e da SECT, apoiando a execução de seus programas e projetos, gerando informações gerenciais consolidadas, reduzindo os custos operacionais e de manutenção evolutiva de todos os programas e projetos – Com a implantação do Parque Tecnológico Capital Digital, pretende-se: gerar 80 mil novos empregos no setor de tecnologia no DF, elevar o faturamento do setor de TIC de 2,5 bilhões para 5 bilhões de reais por ano em até 60 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão; atrair 5 laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento de classe internacional; incubar pelo menos 100 empresas inovadoras que atuem em consonância com os objetivos do PTCD, além de qualificar e/ou atrair 15.000 profissionais que atuarão nas áreas relacionadas ao PTCD.

22.1. FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FAPDF

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, fundação pública vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT, instituída pela Lei nº. 347, de 04/11/1992, alterada pela Lei nº. 3.652, de 09/08/2005, tem personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de Brasília, jurisdição em todo o Distrito Federal, com prazo indeterminado de duração, regida pelo Decreto nº. 27.958, de 16/05/2007, que aprova o Estatuto Social, tendo por finalidade estimular, apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal viabilizando as ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da Ciência e Tecnologia, em consonância com a Política de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação, definida pelo Governo do Distrito Federal, por meio das seguintes ações, a saber:

- I. Articular a formulação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;
- II. Executar e incentivar a execução da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;
- III. Fomentar programas, projetos e instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal;
- IV. Custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisas, individuais e institucionais, oficiais e particulares;
- V. Custear, total ou parcialmente, a aquisição de equipamentos que estimulem os docentes a realizarem pesquisas no campo educacional;
- VI. Articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais que atuem em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, visando:
 - a) Promover, participar e fomentar a criação e operacionalização de redes de cooperação técnica;
 - b) Promover a colaboração entre instituições públicas e privadas de pesquisa do Distrito Federal, mediante apoio técnico e financeiro a projetos integrados;
 - c) Promover programas voltados para o fortalecimento de grupos emergentes de pesquisa;
 - d) Apoiar a realização de cursos de pós-graduação, com ênfase no *stricto sensu*, e de eventos técnico-científicos, organizados por instituições públicas ou privadas, que atuem em ciência, tecnologia e inovação, na área de ensino, estudo e pesquisa;
 - e) Apoiar a difusão e a transferência de resultados de estudos, pesquisas, dissertações e teses, bem como o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas e de inovações, promovendo ou subvencionando sua publicação;
- VII. Identificar fontes de financiamento, disseminar informações e captar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;
- VIII. Estabelecer parcerias com o setor privado da economia, visando o engajamento desse setor no desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Distrito Federal;
- IX. Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica;
- X. Custear, total ou parcialmente, a criação, instalação ou modernização da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa, em instituições públicas e privadas, de acordo com as diretrizes da Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		05	06	0	07	18
Requisitados	Órgãos do GDF	07	01*	02	0	10
	Órgãos do Governo Federal	0	0	0	0	0
Servidores comissionados sem vínculo efetivo		23	0	10	-	33
Subtotal (Força de Trabalho)		35	07	12	07	61
(+) Cedidos para outros Órgãos		04	-	-	-	04
Total Geral		39	07	12	07	65

Realizações**1. Programa 0100 – Apoio Administrativo****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	2.988.535	2.988.535	2.723.926	2.723.926	
6975-Administração de Pessoal da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal	2.800.000	2.880.000	2.572.173	2.572.173	002
8675-Contribuição Patronal para o RPPS	188.535	188.535	151.753	151.753	004
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.000.000	2.384.167	1.919.845	1.569.014	
6974-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal	2.000.000	2.384.167	1.919.845	1.569.014	005

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	400.000	320.000	165.690	165.690	
6972-Concessão de Benefícios aos Servidores da Fundação de Apoio À Pesquisa do DF	400.000	320.000	165.690	165.690	006.

1. Programa 1000 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2786-Difusão de Ciência e Tecnologia	55.302	55.302	-	-	
0002-Difusão de Ciência e Tecnologia	55.302	55.302	-	-	018
2921-Desenvolvimento Científico e Tecnológico dos Órgãos, entidades e empresas do Governo do Distrito Federal	1.260.731	1.260.731	1.185.145	1.185.145	
0003-Desenvolvimento Científico e Tecnológico dos Órgãos, entidades e empresas do Governo do Distrito Federal	1.185.145	1.185.145	1.185.145	1.185.145	018
0004-Elaboração de Estudos e Projetos	75.586	75.586	-	-	011
4067- Bolsa Universitária	7.500.000	7.500.000	6.691.579	6.691.579	
0001- Bolsa Universitária	7.500.000	7.500.000	6.691.579	6.691.579	001
5900-Programa de Pesquisa em Políticas Públicas	7.200.000	7.200.000	-	-	
0005-Programa de Pesquisa em Políticas Públicas	7.200.000	7.200.000	-	-	016
6026-Execução de Atividades de Fomento ao desenvolvimento Científico e Tecnológico	34.252.934	109.870.410	68.855.180	68.855.180	
3134-Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	29.952.934	65.476.249	27.448.760	27.448.760	013
3135-Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Distrito Federal	3.000.000	3.000.000	88.870	88.870	014
9596-Apoio ao Observatório Astronômico do Instituto de Física da UnB	300.000	300.000	300.000	300.000	015
0982-Apoio à Inclusão Digital	1.000.000	41.094.161	41.017.550	41.017.550	012

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6037-Análise e Avaliação de Procedimentos e Projetos	500.000	500.000	8.500	8.500	
0002-Análise e Avaliação de Procedimentos e Projetos	500.000	500.000	8.500	8.500	017
9069-Apoio a eventos Científicos e Tecnológicos	4.000.000	2.000.000	568.524	568.524	
0596-Apoio a eventos Científicos e Tecnológicos	4.000.000	2.000.000	568.524	568.524	019

4. Realizações Finalísticas e Metas Alcançadas

Indicador	2007	2008	2009	2010	%
Projetos de Pesquisa Apoiados	175	296	274	177	64,46

5. Projetos Prioritários

Programas de Pesquisa em Políticas Públicas

Objetivo: Apoiar a execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e desenvolvimento, visando aperfeiçoar as políticas públicas.

Público Alvo Beneficiado: Estudantes, comprovadamente sem condições de custear sua formação de nível superior selecionados por Edital.

Resultados Alcançados: Meta não alcançada. Por decisão da Diretoria, houve suspensão dos Editais no ano de 2010, fato que acarretou demora na publicação do resultado dos aprovados.

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	279.000	0	0%
2008	6.757.300	3.498.140	51,76%
2009	11.378.000	9.273.021	81,50%
2010	7.200.000	0	0,0%

Apoio à Inclusão Digital

Objetivo: Oferecer à população do Distrito Federal, oportunidade de Inclusão Digital, mediante cursos de informática e internet, integrando também a Inclusão Social, através de cursos de Qualificação Profissional.

Público Alvo Beneficiado: População do Distrito Federal.

Resultados Alcançados

Programas		Quantidades	Valor
Credor	Descrição		
Fundação Gonçalves Lêdo - FGL	DF Digital - (Serviço de Gestão e Operacionalização)	119.635*	32.358.2740
Programa Professor Informatizado	Inclusão Digital para Professores e servidores da Rede de Ensino Público do DF e Docentes e Preceptores da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	18.000**	8.659.275

*número de alunos cursando até dezembro 2010.

**número total de professores/servidores contemplados pelo programa até 2010.

Valores efetivamente liquidados. Solicitada suplementação de recursos que não foi atendida em sua plenitude, ficando pendentes de liquidação duas parcelas (novembro e dezembro) do Programa DF Digital; e quatro parcelas (setembro, outubro, novembro e dezembro) do Programa Professor Informatizado.

Evolução Histórica – 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	19.495.550	10.387.184	53,00%
2008	12.954.909	11.185.780	86,00%
2009	40.517.785	39.315.501	97,00%
2010	41.094.161	41.017.550	99,81%

Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Objetivo: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal.

Público-alvo beneficiado: Estudantes, Pesquisadores e Pessoas Jurídicas contempladas por meio de editais de seleção pública.

Resultados Alcançados: Meta não alcançada. Por decisão da Diretoria, suspensão dos Editais no ano de 2010.

Resultados Alcançados

Edital		Quantidade de Projetos Contemplados
Nº	Nome	
11/2009	Demanda Induzida - interinstitucionais	05
11/2008	Programa PAPPE Subvenção	03
10/2009	Iniciativa de Difusão e Popularização da Ciência	01
09/2009	Demanda Espontânea	10
04/2009	Programa Pesquisa Sistema Único de Saúde - PPSUS	08
03/2007	Programa Pronex -CNPq/FAP	01
03/2009	Programa Pronex -CNPq/FAP	26
13/2010	PPSUS (FAPDF/ CNPQ-MS)	21
14/2010	CENSIPAM / FAP-DF	01*

Quantidades de projetos efetivamente liquidados.

* Convenio contendo vários bolsistas contemplados em único processo.

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	11.408.231	6.767.827	59,32%
2008	32.247.470	18.078.388	56,06%
2009	57.035.841	13.324.848	23,36%
2010	65.476.249	27.448.760	41,92%

Convênios

Nº Transf. SIGGO	Concedente	Objeto	Vigência	Recursos Financeiros
				Liquidado
005038	CNPQ	Implantar o Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em saúde no Distrito Federal	14/12/2011	183.972,56
005039	CNPQ	Dar continuidade a implementação, no Distrito Federal, do Programa de Apoio ao Núcleo de Excelência.	17/12/2013	3.003.816,33
005239	FINEP	Execução do Projeto intitulado: Projeto Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação.	16/12/2011	1.047.570,04
005938	SEBRAE -DF	Cooperação Técnico-Financeira visando à pesquisa, desenvolvimento e capacitação de recursos em inovação e tecnologia, por meio de bolsas de extencionismo tecnológico para o apoio as micro e pequenas empresas dos segmentos de comercio varejista.	30/09/2012	250.000,00
005674	FAPDF	Conceder apoio financeiro e estabelecer condições para o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto "Renovando a Cidadania Distrito Federal".	14/06/2011	624.404,50
005675	FAPDF	Conceder apoio financeiro e estabelecer condições para o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto "revelando as condições de vida das pessoas idosas residentes na vila estrutural DF".	14/06/2011	610.729,00
005673	FAPDF	Conceder apoio financeiro e estabelecer condições para o desenvolvimento de atividades recíprocas inerentes ao fomento da Comunicação Pública da Ciência, Tecnologia e Inovação do DF, mediante a Difusão e Popularização da Produção Científica do DF.	30/03/2011	1.500.000,00
005958	FAPDF	Cooperação e o apoio financeiro a projetos do observatório astronômico do Instituto de Física UNB, em especial do apoio a criação de um parque temático de astronomia na Fazenda Água Limpa.	30/06/2012	300.000,00

Outros convênios:

Nº Transf 005977 - Concedente: FAPDF. Objeto: O convenio tem por objeto promover pesquisa e inovação tecnológica em políticas públicas de acessibilidade na área ind. e capacitar pessoas com deficiência física para produção de cadeiras de rodas, fraldas descartáveis, malhas compressivas e enxovais. Vigência: 12/12/2011. Valor Liquidado R\$ 4.449.000.000,00.

Nº Transf 005955 - Concedente: FAPDF. Objeto: Implantação de mútua cooperação para o desenvolvimento de Programa de Integração de jovens nos processos e projetos de Iniciação Científica, no âmbito do DF. IEPIS. Vigência: 20/09/2011. Valor Liquidado R\$ 2.500.000,00

Programa de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica do DF

Resultados Alcançados

Edital		Quantidade de Projetos Contemplados
Nº	Nome	
03/2008	Bolsa Iniciação Cient. Júnior	18

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	240.200	22.270	9,27%
2008	1.509.177	58.070	3,84%
2009	220.000	66.045	30,02%
2010	3.000.000	88.870	2,96%

Convênios

Nº Transf. SIGGO	Concedente	Objeto	Vigência	Recursos Financeiros
				Liquidado
003988	CNPQ/FAPDF	Implementação da bolsa de iniciação científica Junior no Distrito Federal	28/02/2011	88.870

Análise e Avaliação de Procedimentos e Projetos

Objetivo: Contratação de serviços técnicos de consultoria especializada para análise inicial, parcial e final de projetos, relatórios com assessoramento na execução e acompanhamento das atividades de pesquisas financiadas pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Público Alvo Beneficiado: Administração Pública.

Evolução Histórica - Estatística de 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	120.900	4.575	3,78%
2008	83.457	4.050	4,85%
2009	1.450.000	3.970	0,27%
2010	500.000	8.500	0,01%

Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos

Objetivo: Promover a realização ou participação de eventos científicos e tecnológicos no âmbito do Distrito Federal, proporcionando a difusão do conhecimento e contribuir para o incremento da economia e da geração de emprego e renda.

Público Alvo Beneficiado: Pesquisadores, alunos de mestrado e doutorado autores ou co-autores de trabalhos científicos, tecnológicos e de inovação.

Resultados Alcançados

Edital		Quantidade de Projetos Contemplados
Nº	Nome	
Edital 01	Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos	62
Edital 02	Promoções de Evento	15

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	930.000	929.967	100,00%
2008	2.000.000	1.709.751	85,49%
2009	2.803.565	2.166.646	77,28%
2010	2.000.000	568.524	28,42%

Difusão de Ciência e Tecnologia

Objetivo: Promover a difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito do DF.

Público Alvo Beneficiado: População do Distrito Federal.

Resultados Alcançados: Meta não alcançada.

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	232.500	36.000	15,48%

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2008	160.497	0	0%
2009	50.274	0	0%
2010	55.302	0	0%

Desenvolvimento Científico e Tecnológico dos Órgãos, Entidades de Empresas do Governo do Distrito Federal.

Objetivo: Financiar projetos de pesquisa em execução (ou a serem executados) nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do DF que necessitem de melhoria de infra-estrutura para a busca de resultados visando à ampliação do potencial de pesquisa local.

Público Alvo Beneficiado: Administração Pública.

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	441.000	392.020	88,89%
2008	444.825	352.555	79,25%
2009	1.077.404	0	0%
2010	1.185.145	1.185.145	100%

Elaboração de Estudos e Projetos

Objetivo: Apoiar e acompanhar a elaboração de estudos e projetos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Público Alvo Beneficiado: Administração Pública.

Resultados Alcançados: A meta não foi alcançada.

Evolução Histórica - 2007 a 2010

Período	Orçamento Autorizado	Orçamento Realizado	Indicador de Desempenho
2007	127.000	0	0%
2008	98.714	0	0%
2009	68.714	0	0%
2010	75.586	0	0%

6. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O presente relatório demonstra a execução orçamentária e financeira da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal referente ao exercício de 2010. A Lei Orçamentária Anual, Lei nº LEI 4.461 de 30 de dezembro de 2009, consignou inicialmente o valor de R\$ 60.889.842,00 (sessenta milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e oitocentos e quarenta e dois), que sofreu alterações, passando a ter uma Despesa Autorizada no valor total de R\$ 134.891.485,00 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), conforme QDD, incluídos neste montante recursos repassados provenientes de convênios entre órgãos federais.

O orçamento realizado até 31/12/2010 foi de R\$ 82.532.020,08 (Oitenta e dois milhões quinhentos e trinta e dois mil e vinte reais e oito centavos). Para o Programa 1000 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico, finalidade principal da Fundação, foi utilizado 93,70% dos recursos executados, investidos em projetos prioritários da Política de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação, como Pesquisa em Políticas Públicas, Apoio à Inclusão Digital, Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Bolsa de iniciação científica, bolsas universitárias, Apoio a eventos Científicos, entre outros.

No âmbito de atuação da FAPDF é importante fazer referência ao intercâmbio com outras fundações de amparo à pesquisa do país na divulgação e difusão das atividades de ciência e tecnologia, além do importante papel cumprido junto ao CONFAP na consolidação do sistema nacional de C&T&I e no desenvolvimento de políticas públicas de inovação e apoio à pesquisa em novas tecnologias.

O Programa 1000, prioridade da FAPDF, propõe-se a promover a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável da região. Apesar do conjunto de ações desenvolvidas neste programa serem bastante pertinentes para promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, as mesmas não estão sendo suficientes para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico do DF, uma vez, que os recursos atribuídos para a inovação científica são descontínuos e algumas vezes contingenciados.

Dentre as dificuldades enfrentadas no exercício de 2010, destaca-se a questão orçamentária e financeira, foi prejudicada, afetando o cumprimento dos compromissos assumidos no decorrer do exercício de 2010. A FAP enfrentou dificuldades para a implementação de sua agenda programada para o ano, decorrentes do fato da redução da sua receita ocasionada pela emenda à Lei Orgânica do DF Nº 54, de 23/11/2009, que reduziu a dotação mínima atribuída no artigo 195, de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do DF, para 0,5% (cinco décimos por cento), um corte drástico no orçamento para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Distrito Federal, situação que vai na contra-mão do que se tem observado nos demais estados da federação e mesmo nas políticas recentes do governo federal.

Como dito acima, a Lei Orçamentária Anual aprovada na CLDF, Lei nº 4.461/2009, consignou inicialmente o valor de R\$ 60.889.842,00 (sessenta milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais), que representa 0,4% (quatro décimos por cento) da receita corrente líquida do GDF, sofreu alterações, passando a ter uma Despesa Autorizada de R\$ 134.891.485,00 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), em função do Superávit Financeiro de 2009 R\$ 25.653.949,22 (vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos). Cabe esclarecer os recursos do superávit são, em sua maioria, repassados pela União para execução de Convênios. No tocante as Suplementações Orçamentárias estas foram reservadas para quitar os débitos dos Programas de Governo “Bolsa Universitária”, “Professor Informatizado” e o “DF Digital”, os quais não houve previsão orçamentária para o ano de 2010 em virtude do corte orçamentário proposto na Emenda supracitada.

A redução inesperada da dotação orçamentária dificultou o andamento normal das atividades da Fundação para os programas apoiados pela FAPDF, pelo fato da necessidade da Fundação em ajustar-se a uma nova realidade financeira, redimensionando o seu orçamento de 2010, considerando que a FAP/DF não dispunha de orçamento adequado para findar seus compromissos, afetando sobremaneira a gestão financeira do exercício de 2010, tendo inclusive o lançamento de editais prorrogados em virtude dessa insegurança orçamentária.

23. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS, criada pelo Decreto nº 27.591 de 01/01/2007, órgão de assistência direta e imediata ao Governador do Distrito Federal, tem por finalidade básica a promoção do pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mediante ação integrada entre o Governo do Distrito Federal e a sociedade, competindo-lhe:

- I. Definir a política governamental, bem como coordenar a sua execução nas áreas de proteção e defesa dos direitos humanos, relações sociais, recuperação sócio-educativa, juventude, defesa e orientação ao consumidor, defesa dos direitos da cidadania e assistência judiciária gratuita;
- II. Estabelecer as diretrizes e a proposição da política sobre drogas no Distrito Federal;
- III. Desenvolver estudos e a adoção de medidas destinadas à preservação dos direitos humanos e sociais e à garantia das liberdades individuais e coletivas, bem como do ordenamento social;
- IV. Viabilizar e executar a política de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor no âmbito do Distrito Federal, bem como a promoção de sua divulgação;
- V. Coordenar e controlar a prestação dos serviços de assistência judiciária gratuita;
- VI. Promover o relacionamento administrativo com os órgãos do Poder Judiciário;
- VII. Integrar ações com órgãos afins nos níveis federal, estadual, distrital, municipal e comunitário, visando à captação de recursos para o desenvolvimento de seus programas e o cumprimento de dispositivos institucionais;
- VIII. Atuar em parceria com as instituições de defesa dos direitos humanos;
- IX. Promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantam plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas;
- X. Supervisão da execução de medidas sócio-educativas no âmbito do Distrito Federal;
- XI. Desenvolver outras atividades correlatas.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		09	38	204	1.639	1.890
Requisitados	Órgãos do GDF	09	03	86	468	566
	Órgãos do Governo Federal	-	-	57	-	57
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		107	-	715	-	822
Estagiários		-	-	-	-	12
Subtotal (Força de Trabalho)		125	41	1.062	2.107	3.347
(+) Cedidos para outros órgãos		-	-	-	01	01
Total Geral		125	41	1.062	2.108	3.348

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
0004-Manutenção e Funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da P. Humana	42.200,00	00	00	00	082
0005- Manutenção e Funcionamento do Conselho Antidrogas no DF-CONEN	295.400,00	00	00	00	083

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
0004-Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Coddede/DF	126.600,00	0,00	0,00	0,00	018
0005-Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - Oca	109.720,00	0,00	0,00	0,00	078
9715-Aquisição de Material Permanente para os Conselhos Tutelares (EP)	500.000,00	499.977,00	499.977,00	499.977,00	047
7701-Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal	1.500.000,00	1.237.168,00	1.234.792,20	1.088.093,00	023 a 045
0001-Manutenção e Funcionamento do Conselho da Juventude do Distrito Federal	464.200,00	0,00	0,00	0,00	084
0009-Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos da Mulher no Plano Piloto	405.120,00	289.455,00	289.453,52	123.043,04	085
0004-Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos do Idoso no DF	126.600,00	0,00	0,00	0,00	015
0004-Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro	295.400,00	90.314,00	90.313,54	58.390,24	086
7019 - Administração de pessoal da SEJUS	159.753.000,00	193.802.000,0	192.701.792,00	192.699.757,00	004
8694-Contribuição Patronal para o RPPS	8.435.541,00	9.152.041,00	9.152.035,11	9.152.035,11	005
7250-Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.	29.900.000,00	15.291.143,00	15.030.838,90	14.038.830,07	006

Conselho dos Direitos do Idoso no Distrito Federal

O Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI criado pela Lei nº. 218, de 26 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 3.575 de 08 de abril de 2005, é um órgão paritário, consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, com a finalidade de formular, fiscalizar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações voltadas para o idoso no Distrito Federal, conforme determinam a Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 – Política Nacional do Idoso; a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso; a Lei nº 3.822 de 08 de fevereiro de 2006 – Política Distrital do Idoso e seu Regimento Interno.

O Conselho é responsável, pela fiscalização e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nas Instituições de Longa Permanência, buscando sempre uma melhoria na qualidade de vida dos idosos institucionalizados, em controlar e acompanhar as ações governamentais e não governamentais na execução da política de atendimento dos direitos do idoso, gerir o Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal e avaliar a política e as ações de atendimento dos direitos do idoso no âmbito do Distrito Federal.

Atendimentos no Conselho do Idoso - CDI

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1.796	1.062	3.686	3.860	3.870	2.619	58	43	1.997	1.145	1.432	1.630	23.198

Obs.: Mantido pelo Programa de Trabalho 04.122.0100.8517.7250- Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Justiça, Dir. Humanos e Cidadania. Tendo em vista o Contingenciamento Conforme Portaria SEPLAG nº 27/2010.

Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Realizações – CDI- 2010

Cursos voltados para 3ª Idade – IESB-20h
Atendimento relacionados ao CRAS cartão de transporte interestadual
Atendimento relacionados ao CREAS (instituições), identidade maior de 65 anos, aposentadoria (previdência social)
Atendimento jurídico, recebimento de denúncias e outros direitos
Fiscalização às instituições assistenciais ao idoso
Atendimento telefônico e presencial a idosos
Projetos em execução: Biodanza (viva idoso), Pratas que Valem Ouro, Empresa Amiga do Idoso
Fornecimento material de divulgação: Estatutos do idoso, Guias do Idoso
Revistas da Previdência Social
Outras realizações: Evento em comemoração ao Dia da Mulher com grupos de idosos
Palestra sobre Automedicação, Evento "Projeto Sociedade para todas as Idades" STJ

Comemoração do 50º aniversário de Brasília
Fórum Intersetorial "Igualdade de Gênero e Valorização da Mulher, organizado pela LBV e ONU/Brasil, Fórum Permanente do Idoso
Realização da I e II Oficina de Gestão para as Instituições de Longa Permanência para Idoso
Vídeo Conferência CNDI "Trabalho e Previdência Social para Pessoa Idosa
Capacitação dos Conselheiros e Servidores lotados no CDI/DF

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODDEDE/DF com sede e foro no Distrito Federal, órgão de deliberação colegiada, instituído pelo Decreto nº 20.688, de 11 de outubro de 1999, alterado pelo Decreto nº 22.900 de 24 de abril de 2002, vinculado a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, tem por finalidade formular, fiscalizar, coordenar, propor e executar as políticas públicas relativa à pessoa com deficiência.

Tem como um de seus objetivos específicos atuar como instância de apoio ao Distrito Federal nos casos de denúncia e reclamações formulados perante o CODDEDE/DE por qualquer pessoa ou entidade quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência assegurados nas Leis e na Constituição Federal.

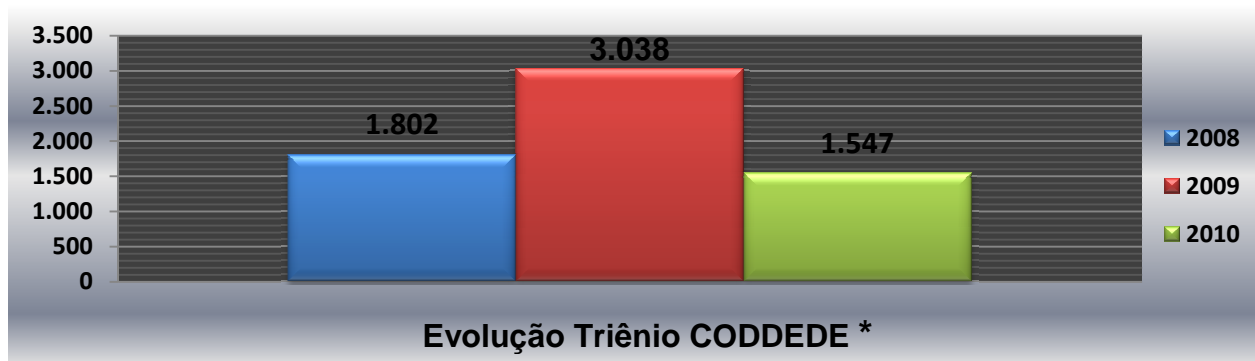
Atendimentos no Conselho – CODDEDE/DF

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
103	95	102	79	171	162	141	182	208	103	115	86	1.547

Obs: Mantido pelo Programa de Trabalho 04.122.0100.8517.7250- Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Justiça, Dir. Humanos e Cidadania. Tendo em vista o Contingenciamento Conforme Portaria Seplag Nº 27/2010

Atendimentos Realizados no CODDEDE/DF

2008	2009	2010
1.802	3.038	1.547



Realizações CODDEDE/2010:

- Participação Seminário de Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência no DF;
- Participação do II Encontro Distrital da Criança Desaparecida - Brasília;
- Participação na Blitz de Conscientização no Trâns. Contra Acidentes – Valparaíso/GO;
- II Simpósio do Instituto Nova Visão Política Nac. de Atenção a Pessoa com Deficiência;
- Evento em comemoração ao Dia Nacional de Luta de Pessoa com Def. SEST/SENAT;
- Blitz do CODDEDE em parceria com o PROCON nos restaurantes de Brasília/DF;
- Palestras em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência;
- Semana da acessibilidade passeio noturno com deficientes no zoológico;
- 3º Seminário do CODDEDE em parceria com AOB/DF, tema: "Educação";
- Impressão gráfica de fraudes e guia de orientação.

Conselhos Tutelares no Distrito Federal

A SEJUS através da Coordenação tem como competência acompanhar, apoiar e assegurar aos Conselhos Tutelares no desempenho de suas atribuições, assessoramento com o objetivo de dirimir e

solucionar os problemas administrativos. Art. 131- "O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei". O conselheiro tutelar, no cumprimento de suas atribuições legais, trabalha diretamente com pessoas que, na maioria das vezes, vão ao conselho ou recebem sua visita em situações de crises e dificuldades-histórias de vida complexas, confusas e diversificadas.

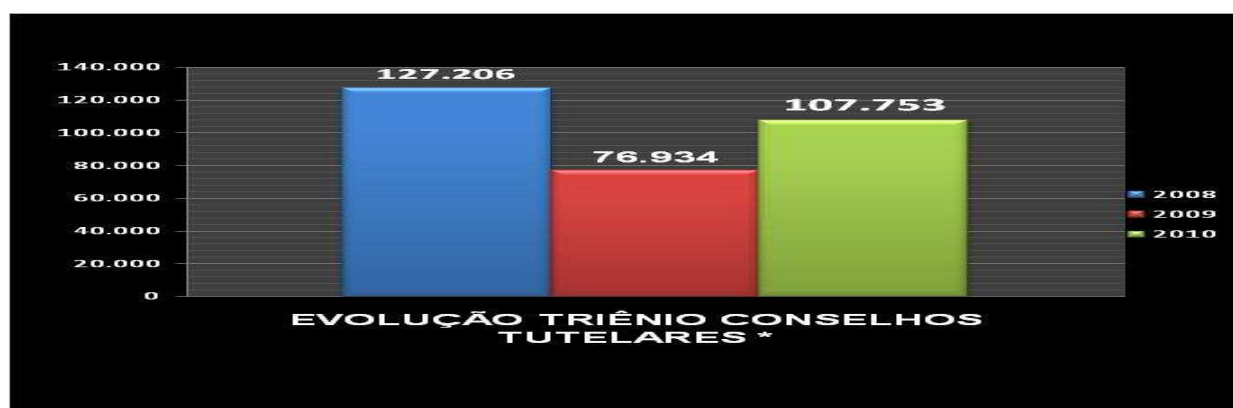
É vital para realização de um trabalho social eficaz (fazer mudanças concretas) e efetivo (garantir a consolidação dos resultados positivos), que o conselheiro tutelar saiba ouvir e compreender os casos (situações individuais específicas) que chegam ao Conselho Tutelar.

Atendimentos nos Conselhos Tutelares -2010

Paranoá	3.879	Ceilândia norte e sul	10.904	Lago sul e norte	1.412
Planaltina I e II	10.676	Gama I e II	7.842	Núcleo Bandeirante	1.515
Samambaia I e II	8.295	Águas Claras	2.523	Recanto das Emas	3.216
Santa Maria norte e sul	7.973	Candangolândia	1.819	Riacho Fundo I e II	4.504
Sobradinho I e II	6.902	Cruzeiro	1.934	São Sebastião	4.142
Taguatinga norte e sul	8.871	Estrutural	3.387	Vicente Pires	2.529
Plano Piloto Brasília norte e sul	2.474	Guará	2.392	Varjão	1.872
Brazlândia	6.254	Itapoá	3.850		
Total Geral: 107.753					

Evolução do Triênio- Atendimentos nos Conselhos Tutelares

2008	2009	2010
127.206	76.934	107.753



Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 234, de 15/01/1992, modificada pela Lei nº 518, de 30/07/1993, passa a ser regido pela LD nº 3.033/2002, de 18/07/2002.

O CDCA é órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente no Distrito Federal em todos os níveis de atendimento e de decisões para disciplinar e garantir a execução da política de atenção aos direitos da criança e do adolescente.

Observação: Mantido pelo Programa de Trabalho 04.122.0100.8517.7250- Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Tendo em vista o Contingenciamento Conforme Portaria SEPLAG nº 27/2010.

Realizações CDCA:

- VII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal;
- 1º Fórum de Entidades e Militantes do Paranoá e Itapoã;
- Construindo Procedimentos no Acolhimento Emergencial;
- Lançamento do Plano Distrital de Defesa, Proteção e Promoção do Direito de Criança e Adolescente à Conv. Familiar e Comunitária e Participação na Com. de Monitoramento do Plano Distrital;

- Acompanhamento do SIABRIGOS (Sistema de Informações Abrigos) – 1ª e 2ª Avaliação;
- Seminário “Caminho para Adoção”;
- I Seminário Nacional Criança não é de rua representando o CDCA/DF;
- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Conferência Regional;
- Curso de Formação para Conselheiros Tutelares do DF – Módulos I,II e III.

Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

O Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, nos termos da Lei nº 3.797 de 6/02/2006, tem por finalidade atuar na proteção, promoção e garantia dos direitos humanos, bem como na fiscalização das políticas dos DHDF, através de políticas integradas e articuladas entre as ações governamentais e não governamentais, com o fim de investigar as violações aos direitos humanos, receber e encaminhar as autoridades competentes petições, representações, denúncias ou queixas de qualquer pessoa que lhe seja dirigida por desrespeito aos direitos fundamentais e coletivos assegurados na CF.

Observação: Mantido pelo Programa de Trabalho da LOA 04.122.0100.8517.7250, tendo em vista o contingenciamento pela Portaria SEPLAG nº 27/2010.

Realizações CDPDDH:

- Articulação com entidades de defesa dos direitos humanos locais e nacionais, visando a implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos no Distrito Federal;
- Capacitação de Conselheiros por meio de cursos, oficinas ofertados em parceria com outras entidades e órgãos públicos;
- Elaboração de estudos, pesquisas, pareceres e outros trabalhos congêneres sobre questões afetas à área de atuação do Conselho;
- Instituição e manutenção do centro documental e informacional dos dados e informações sobre denúncias recebidas;
- Promoção de seminários e palestras, campanhas nos meios de comunicação, de forma a difundir o conhecimento e a conscientização dos direitos fundamentais e dos instrumentos legais, serviços existentes para a sua defesa e promoção;
- Divulgação de ações do Conselho em impressos em formato jornal, revistas e outros periódicos, bem como elaboração de cartilhas de orientação à população acerca de políticas de defesa dos direitos humanos.

Manutenção e Funcionamento do Conselho Antidrogas no Distrito Federal- CONEN

Conforme prevê o Decreto nº 9.359, de 1º de abril de 1986, cabe ao CONEN o papel de definir políticas públicas para a população do Distrito Federal, na área de drogas, elaborando planos, exercendo orientação normativa, coordenando, supervisionando, controlando e fiscalizando as atividades relacionadas com o tráfico e uso de substâncias que determinem dependência física ou psíquica.

Observação: Mantido pelo Programa de Trabalho 04.122.0100.8517.7250- Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Justiça, Dir. Humanos e Cidadania. Tendo em vista o Contingenciamento Conforme Portaria SEPLAN Nº 27/2010

Realizações CONEN:

- Palestras nas escolas da rede pública de ensino, que atingiu um público discente de aproximadamente 10 mil alunos do ensino médio;
- Corrida em comemoração à Semana Nacional Antidrogas, realizada na Esplanada dos Ministérios, com a participação de mais de mil pessoas;
- Participação na incineração de drogas realizada pela Coordenação de Repressão às Drogas – CORD – da Polícia Civil do DF;
- Participação da Reunião de Presidentes dos CONENS, na Secretaria Nacional de Política sobre Drogas – SENAD;
- Disciplinar a regulamentação do Fundo de Prevenção às Drogas - FUNPAD.

O Decreto nº 32.053, de 11 de agosto de 2010, cria a Subsecretaria de Políticas de Combate às Drogas – SUBCAD no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

O objetivo da nova subsecretaria é elaborar políticas públicas de combate às drogas e medidas de prevenção, repressão e tratamento da família e do usuário de substâncias ilícitas.

Manutenção e Funcionamento do Conselho da Juventude no Distrito Federal.

O Decreto nº 31.138, de 08/12/2009, publicado no DODF Nº 237, 09 de dezembro de 2009 altera a estrutura administrativa da SEJUS. Fica criada a Subsecretaria para Assuntos da Criança Adolescente e Juventude.

A Subsecretaria para Assuntos da Criança, Adolescente e Juventude (SUBJUV), desenvolve e executa políticas públicas para melhorar a vida dos jovens da nossa Cidade. Tem como missão gerar inclusão social para melhorar a vida dos jovens. Para isso, a SUBJUV procura levar informação de qualidade ao cidadão, promover o voluntariado jovem e da inclusão sociocultural estabelecendo convênios de cooperação com entidades públicas ou privadas.

Uma das justificativas para a existência de um órgão gestor de juventude é a necessidade de comunicação, aproximação e ligação entre o governo e a criança, adolescente e juventude. Por esta razão a SUBJUV em parceria com outros órgãos do GDF procuram atender as demandas e necessidades da juventude do Distrito Federal.

Observação: Mantido pelo Programa de Trabalho 04.122.0100.8517.7250- Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Estado de Justiça, Dir. Humanos e Cidadania. Tendo em vista o Contingenciamento Conforme Portaria SEPLAG nº 27/2010

Realizações SUBJUV:

- Atendimento a adolescentes oferecendo consultas ginecológicas palestra sobre sexo responsável, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de abortos e gravidez precoce;
- Palestras em escolas públicas do Distrito Federal e entregas de cartilhas educativas contra a pedofilia, orientação sobre o abuso sexual e incentivo a denunciar casos incidentes de pedofilia;
- Entrega ao jovem dispensado de incorporação, símbolos que reforcem a sua cidadania, especialmente, a Constituição Federal de 1988;
- ECA nas escolas, divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas de uma forma lúdica, com palestras educativas e didáticas de fácil compreensão pelos alunos.

Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos da Mulher no Plano Piloto.

O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, tem como uma de suas atribuições principais, a formulação de políticas públicas para a mulher no Distrito Federal, sendo responsável, também, pelas questões da promoção de igualdade de gênero e combate à discriminação contra a mulher. Sendo um órgão proponente de políticas públicas relativas à mulher, o Conselho é responsável pelos programas Casa Abrigo de Mulheres, Crianças e as Adolescentes, Atendimentos aos Autores de Violência e Núcleos de atendimento às famílias e aos autores de violência.

É fundamental destacar o Decreto Nº 31.384, de 05 de março de 2010, publicado no DODF Nº 45, 8 de março de 2010, que especifica e dá providência:

Art. 1º. Fica criada a Subsecretaria para Assuntos da Mulher da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal.

Atendimentos no Conselho da Mulher no Plano Piloto

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
85	203	327	357	340	355	328	382	444	408	64	322	3.615

Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro no Distrito Federal.

O Conselho de Defesa dos Direitos do Negro – CDDN é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Foi criado através da Lei nº 2.968, de 07/05/2002, publicada no DODF nº 88, de 10/05/2002. Sua principal competência é a coordenação e promoção de políticas globais e setoriais, voltadas para a eliminação da discriminação racial e da violência praticadas contra afrodescendentes.

O Conselho tem como preceito legislativo pautar-se nas atividades de mobilização, promoção de seminários, congressos, estudos, pesquisas, fiscalizar o cumprimento da legislação distrital e federal pertinente ao tema, elaborar programas, ações e assessoramento a órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.

Atendimentos no Conselho - CDDN

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
526	185	723	276	1.126	482	91	473	245	347	576	15.017	20.067

Eventos / Fórum / Palestras / Ações Governamentais – CDDN-2010	Público atingido
Encontro p/debater sobre: Liberdade Religiosa, Proteção do Patrimônio	180
Reunião c/sociedade Beneficente Luz Divina	300
Pré Conferência de Cultura afro brasileira	80
Café da manhã em homenagem ao Dia Internacional da Mulher	40
7º Fórum Intersetorial de Igualdade entre os Gêneros e Valorização da Mulher	500
Curso Diversidades Étnico-Racial do Distrito Federal	60
5º Prêmio Educar para Igualdade Racial	50
Palestra p/promoção da Semana de Educação para a Vida realizada no CE nº 01	100
Debate Comunidades de Terreiros, Entidades Espíritas e Assistenciais	100
II Encontro Ibero-americano de Ministros da Cultura p/Agenda Afro Descendente	600
Fórum Projeto “Educar com Segurança”	200
2º Encontro da Aliança de Negros e Evangélicos	150
Fórum de Atualização sobre Culturas Indígenas	250
II Seminário “Educação e Políticas Públicas: Gênero e Raça”	40
Comemorações do Dia Nacional da Cultura	150
Palestras em evento comemorativo ao Dia Nacional da Consciência Negra	300
Palestra Dia Nacional da Consciência Negra	50

Eventos / Fórum / Palestras / Ações Governamentais – CDDN-2010	Público atingido
Comemoração de Fim de Ano População Negra	15.000
Total	18.150

2. Programa 0232 – Excelência no Atendimento ao Cidadão

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2989-Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado - na Hora	20.680.000,00	21.598.381,00	21.598.380,06	20.193.726,59	
0004-Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado - na Hora	20.680.000,00	21.598.381,00	21.598.380,06	20.193.726,59	007

2.1- Programa de Trabalho da LOA: 04.122.0232.2989.004 Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado - na Hora

A Excelência, eficiência e rapidez no atendimento são as principais filosofias do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora. Instituído pelo Decreto nº 22.125, de 11 de maio de 2001, o Na Hora reúne em um único local, representações de órgãos públicos federais e distritais, de forma articulada, para a prestação de serviços públicos aos cidadãos, distribuídos nas Unidades: Rodoviária, Gama, Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho.

Foram realizados mais de 3,3 milhões atendimentos nas unidades Na Hora em 2010.

Demonstrativo mensal das Unidades Na Hora

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
226.313	207.754	269.396	272.076	328.546	276.437	296.267	300.623	289.399	293.969	253.016	298.127	3.311.923

Evolução do Triênio- Atendimentos nas Unidades na Hora

2008	2009	2010
2.382.315	2.731.750	3.311.923



3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores					
6968-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	12.000.000,00	7.495.000,00	7.448.687,44	7.448.687,44	009 a 012

4. Programa 1450 – Brasília Sem Homofobia (EP)

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6307-Ações de Prevenção e Combate a Homofobia (EP)					

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9717- Realização das paradas LGBTs no Distrito Federal	310.000,	308.416,	308.415,79	305.015,79	059

Realização das paradas LGBTs do Distrito Federal.

Combate à Homofobia no Distrito Federal, para incentivar ações que proporcionem o debate sobre o direito à livre orientação sexual..

Foram implementadas ações mediante as realizações:

- VII Seminário Nacional LGBTs;
- I Marcha Nacional contra a Homofobia;
- Apresentações de shows artísticos na Parada da Diversidade LGBT de Sobradinho;
- II Parada da Diversidade contra Xenofobia LGBT na Região Administrativa do Paranoá;
- Parada da Diversidade contra a Xenofobia LGBT na Região Administrativa do Gama;
- V Parada da Diversidade contra a Xenofobia LGBT de Taguatinga;
- II Parada da Diversidade contra a Xenofobia LGBT na cidade do Recanto das Emas;

5. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2094-Promoção de Assistência Social Comunitária					
8381-Prover Proteção Social Básica às Famílias em Situação de Risco-PRO-VÍTIMA	3.400.000,00	72.642,00	72.640,52	72.640,52	061
2426 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão					
0001- Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	820.000,00	1.514.648,00	1.325.800,88	1.311.030,34	091
2593-Proteção às Vítimas, Testemunhas e seus Familiares					
7080-Proteção às Vítimas, Testemunhas e seus Familiares - Provita/DF.	(EP) 80.000,00 8.440,00	583.000,00 21.570,00	583.000,00 21.569,51	583.000,00 21.569,51	093
2598 - Realização de Fóruns, Conferências e Seminários					
9613-Realização de Eventos Diversos na SEJUS	100.000,00	169.995,00	89.995,00	89.995,00	095

Proteção Social Básica às Famílias em Situação de Risco

O Pró-Vítima é um programa de apoio a vítimas de crimes violentos, onde há assistência jurídica, psicológica e social às vítimas e seus familiares, no Distrito Federal e em áreas de influência do Entorno. As ações visam dar visibilidade aos direitos humanos dos cidadãos atingidos por crimes violentos e seus familiares. O programa oferece assistência às famílias vitimadas por crimes como homicídio, tentativas de homicídio, estupro, violência no trânsito, violência sexual, seqüestro, violência doméstica, maus-tratos e desaparecimento. “O programa foi criado para cumprir a obrigação do estado de dar assistência às vítimas de violência e suprir a falta de atendimento que está dedicada só a quem comete os crimes”,

A proposta do programa é oferecer a proteção multidisciplinar de imediato, para isso, o atendimento é feito por núcleos distribuídos por regiões Administrativas do Distrito Federal.

Atendimentos realizados– Pró-Vítima (2010)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
348	192	439	489	568	627	627	785	757	802	783	420	6.837

Atendimentos realizados – Subsecretaria apoio às vítimas - Pró- vítima

Ocorrência	Número de Atendimentos	Percentual %
Acidente de trânsito	86	10,6
Ameaça	13	1,6
Desaparecimento	1	0,1
Estupro	295	36,4
Estupro - tentado	4	0,5

Ocorrência	Número de Atendimentos	Percentual %
Homicídio	120	14,8
Homicídio - tentado	8	1,0
Latrocínio	20	2,5
Latrocínio - tentado	15	1,8
Lesão corporal	20	2,5
Violência doméstica	108	13,3
Maus tratos	53	6,5
Roubo com restrição de liberdade da vítima	33	4,1
Suicídio	5	0,6
Outros	30	3,7
Total	811	100

Manutenção do Programa Reintegra Cidadão

Objetiva a contratação de sentenciados do sistema prisional do Distrito Federal em regime semiaberto, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, para realizar serviços de limpeza, conservação e manutenção.

A média mensal foi de 136 sentenciados contratados.

Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da SEJUS

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
126	120	117	127	129	121	133	137	156	153	161	160	1.640

Proteção às Vítimas, Testemunhas e Seus Familiares – Provita /DF.

Visa garantir proteção às vítimas, testemunhas e familiares ameaçadas, baseando-se na idéia de reinserção social de pessoas em situação de grave ameaça contra sua vida, em novos espaços comunitários, de forma SIGILOSA, contando com a efetiva participação da sociedade civil na construção de uma rede solidária e justa, no Distrito Federal como também em todo país.

Atendimentos realizados – PROVITA (2010)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
23	21	29	31	30	32	25	28	28	27	28	28	330

Evolução do Triênio- PROVITA

2008	2009	2010
489	368	330

Eventos

– Evento do dia 17/04/2010 intitulado como 10 horas de Cidadania; em comemoração aos 50 anos de Brasília.

6. Programa 1502 – Defesa e Garantia dos Direitos da Mulher

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2376-Prevenção à Violação dos Direitos e à Violência					
0001-Coordenação e Execução dos Programas dos Direitos da Mulher no Distrito Federal	717.400,00	0,00	0,00	0,00	99
2562-Manutenção à Atenção especializada e Proteção à Mulher Vítima de Violência					
0002-Manutenção à Atenção especializada e Proteção à Mulher Vítima de Violência - Casa Abrigo	1.500.632,00	1.535.701,00	1.502.078,64	1.177.675,95	100
2628-Atendimento especializado ao Agressor					
0001 - Atendimento especializado ao Agressor	126.600,00	0,00	0,00	0,00	101

Programa dos Direitos da Mulher no Distrito Federal

O Governo do Distrito Federal criou a Coordenação para Assuntos da Mulher em 14.08.2008, por meio do Decreto nº 29.402/08, tendo a Coordenação a missão de executar as ações, metas e

atividades, em defesa e garantia dos direitos da mulher. Formulação de políticas públicas para a mulher no Distrito Federal, promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra a mulher.

O Centro de Referência de Atendimento às Mulheres promove atividades continuadas de enfrentamento à violência contra a mulher. O Centro mantém através do serviço Disque Direitos Humanos da Mulher, pelo telefone, as atividades de aconselhamento em momentos de crise, orientações e encaminhamentos.

Atendimentos Disque Direitos Humanos

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
41	45	44	37	41	54	51	41	16	41	13	34	458

Observação: Mantido pelo Programa de Trabalho 14.422.0100.6030.0009- Manutenção e Funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher no Plano Piloto.

Atenção Especializada e Proteção à Mulher Vítima de Violência - Casa Abrigo.

A Casa Abrigo conta com apoio de psicólogos e pedagogos. Visa assistir às vítimas de violência (mulheres, crianças e adolescentes), promovendo um tratamento qualificado e humanizado, melhorando as condições de atenção e acolhida das vítimas evitando em todos os níveis uma revitimização. Desenvolve atendimento jurídico, psicológico, capacitação profissional, alfabetização de mulheres, acompanhamento escolar para os filhos das vítimas de violência e programa de atenção à saúde. A Delegacia de Atendimento à Mulher no Distrito Federal (Deam) encaminha a Casa Abrigo as vítimas que correm perigo de sofrer novas agressões, caso a mulher tenha filhos, as crianças acompanham a mãe e são encaminhadas para estudar em escolas próximas do local.

Atendimentos à Mulher Vítima de Violência - Casa Abrigo

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
497	433	987	1.064	1.449	1.060	954	304	551	319	445	370	8.443

Evolução do Triênio Casa Abrigo

2008	2009	2010
1.144	7.995	8.443

Realizações:

– Evento Dia Internacional da Mulher; eventos nas ruas distribuição de cartilhas, informativos, folder, divulgação dos Programas e projetos desta SUBSEAM/DF; campanha do agasalho; Páscoa – Programa Casa Abrigo, doação de ovos; evento almoço dia das mães; campanha arrecadação de brinquedos; festa da criança; Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher; palestra Violência Doméstica - Lei Maria da Penha; palestra Educação e Gênero – Ações Preventivas e Educativas em relação à violência doméstica e sexual; palestra Importância do Ensino Formal; Palestra Conceituando a Violência de Gênero; palestra o que é a Casa Abrigo e a Lei Maria da Penha (Universidade Católica de Brasília); palestra a importância da EJA em Programas Sociais.

Atendimento Especializado ao Agressor.

Prestação de serviços especializados nos núcleos de atendimento ao agressor e à família vítima de violência doméstica e sexual. Atendimentos sociais, jurídicos e psicológicos à família e aos autores de violência, proporcionando condições ao rompimento do ciclo de violência até então vivenciado, através de uma atividade psicoterapêutica direcionada, que considere os diversos componentes familiares,

sociais e culturais envolvidos nas variadas formas de violência doméstica, desenvolvendo as potencialidades e a condição de cidadania das pessoas assistidas.

A duração do tratamento de cada agressor no núcleo de atendimento é definida pelo juiz, variando de seis meses a dois anos. O tratamento psicológico inclui toda a família e envolve um plano terapêutico, atendimentos individuais a adultos, crianças, casal e família, orientações sobre planejamento familiar e cidadania.

Os núcleos estão estabelecidos nas Promotorias e Fóruns nas cidades satélites, além do Núcleo sede do Plano Piloto.

Atendimento Especializado ao Agressor

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
113	153	413	473	741	693	545	101	745	773	604	360	5.714

Obs: Mantido pelo Programa de Trabalho 14.422.0100.6030.0009- Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos da Mulher no Plano Piloto.

Atendimentos – Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica –

Encaminhamentos à Casa Abrigo	15
Atendimento jurídico	566
Descrição dos Pacientes (M/H/A/C)	3.546
Descrição dos agendamentos (AV. C L/TER)	5.649
Atendimento Disque Direitos Humanos	409
Total Geral - NAFVD'S	10.185

7. Programa 1506 – Proteção ao Adolescente em Conflito com a Lei

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6194-Proteção Social especial de Média Complexidade					
0001-Atendimento ao Adolescente com Medida de Liberdade Assistida	633.000,00	140.598,00	138.363,08	80.289,72	049
6200-Proteção especial de Alta Complexidade					
3460-Atendimento ao Adolescente com Medida de Semi-Liberdade - OCA	540.160,00	505.282,00	496.918,56	457.213,88	050
3461-Atendimento ao Adolescente em Internação Provisória - Cajé I - OCA	3.400.000,00	8.315.735,00	8.154.431,46	7.830.222,51	051
3462-Atendimento ao Adolescente com Medida de Internação – Cajé II e CIAP - OCA	5.477.720,00	16.804.898,00	16.511.444,50	14.255.678,76	052 a 0 54

Atendimento ao Adolescente Com Medida de Liberdade Assistida

Acompanhamento e orientação às adolescentes na própria família ou abrigo, quando submetidos à medida sócio-educativa de liberdade assistida, têm como objetivo atender a 100% dos adolescentes encaminhados pela autoridade judiciária.

A média mensal de atendimento foi 1.891 adolescentes.

Atendimentos ao adolescente com medida de Liberdade Assistida

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1.709	1.700	1.707	1.777	1.764	1.806	1.845	1.870	1.958	1.993	2.347	2.217	22.693

Planejado 2010 (LOA): 1.080 pessoas assistidas				Indicador de Desempenho: 175%			
Resultados Alcançados				2008	2009	2010	
				1.334	1.633	1.891	

Fonte: SEJUS e SAG/SIGGO

Realizações nas Unidades de Liberdade Assistida:

- Atendimento periódico de cerca de 2000 adolescentes e suas famílias em 2010;
- Trabalho continuado com a Vara da Infância e Juventude e Ministério Público do DF;

- Articulação com a equipe do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM;

- Desenvolvimento de projeto para atendimento psicológico aos adolescentes em cumprimento de LA no Paranoá com a Promotoria da Infância e Juventude do DF;

- Projeto Escola "Tô Dentro" (Ceilândia: MP, Sec. De Educação, Sedest e Conselho Tutelar);

- Trabalho local com as Regionais de Ensino da SEE para efetivação de matrículas dos adolescentes e trabalho de apoio das equipes de LA às escolas que os recebem (palestras para os professores, reuniões, etc);

- Articulação local com as unidades de assistência social para engajamento dos adolescentes e suas famílias nos programas desenvolvidos pela SEDEST: Bolsa família, jovem de futuro, atividades socioeducativas nos COSE's, Curso de Informática, projeto "Com Licença vou à luta", dentre outros;

- Participação dos Núcleos de LA na rede "Anjos do Amanhã" da Vara da Infância e Juventude DF.

Atendimento ao Adolescente com Medida de Semi-Liberdade – OCA.

Assistência psicossocial e jurídica a adolescentes, cumprindo medida sócio-educativa de semi-liberdade, determinada pela autoridade judiciária. Atende a 100% dos adolescentes encaminhados pela autoridade judiciária, para cumprimento de medida sócio-educativa de semi-liberdade.

Foram atendidos 885 adolesc. no ano de 2010 em medida sócio-educativa de semi-liberdade.

Atendimento ao Adolescente com Medida de Semi-liberdade

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
71	74	76	64	67	62	75	80	77	76	76	87	885

Planejado 2010 (LOA): 597 pessoas assistidas						Indicador de Desempenho: 148%						
Resultados Alcançados				2008			2009			2010		
				764			773			885		

Fonte: SEJUS e SAG/SIGGO

Realizações nas Unidades de Semi-liberdade:

- Profissionalização por meio de parcerias com a comunidade; escolarização dos adolescentes; oficinas esportivas; atendimento pedagógico aos adolescentes; acompanhamento familiar.

Atendimento ao Adolescente em Internação Provisória - CAJE I – OCA

Atua no atendimento psicossocial e jurídico a adolescentes submetidos à medida acautelatória, determinada pela autoridade judiciária. Tem como meta atender a 100% dos adolescentes encaminhados pela autoridade judiciária, para cumprimento de internação provisória.

Foram atendidos 2.129 adolescentes no ano de 2010 em internação provisória.

Atendimento ao adolescente com medida de internação provisória

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
173	194	202	218	210	138	155	154	170	169	173	173	2.129

Evolução do Triênio – Internação Provisória

2008	2009	2010
2.318	2.327	2.129

Atendimento ao Adolescente Com Medida de Internação - Caje II E CIAP – OCA.

Atua no atendimento psicossocial e jurídico a adolescentes submetidos à medida sócio-educativa de internação, determinada pela autoridade judiciária. Tem como meta atender a 100% dos

adolescentes em conflito com a Lei, encaminhados pela autoridade judiciária, para cumprimento de medida sócio-educativa de internação.

Foram atendidos 5.580 adolescentes no ano de 2010 em medida sócio-educativa de internação.

Atendimentos ao Adolescente com Medida de Internação CAJE II

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
209	206	215	233	241	247	247	247	265	281	284	280	2.955

Atendimentos ao Adolescente com Medida de Internação CIAGO

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
132	143	142	144	145	143	144	144	147	144	143	143	1.714

Atendimentos ao Adolescente com Medida de Internação CIAP

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
68	69	80	78	78	78	77	76	76	76	75	80	911

Evolução do Triênio – Internação sentenciada

2008	2009	2010
3.870	4.907	5.580

Realizações nas Unidades de Internação:

- Torneio de Pipa; Festa Junina; Olimpíadas; Comemoração dia das mães; Comemoração dia dos pais.

8. Programa 1508 – Proteção à Adolescência

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2794-Assistência ao Adolescente					
0684 – Prestar Assistência ao Adolescente -OCA	464.200,	281.458,	281.456,97	252.931,97	055

8.1 Programa de Trabalho da LOA: 08.243.1508.2794.0684 – Assistência ao Adolescente.

O Projeto Menina Moça na casa o Cravo e a Rosa é um programa de inclusão social da Subsecretaria para Assuntos da Criança, Adolescente e Juventude (Subjuv), da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania em parceria com a Secretaria de Saúde. O Projeto tem objetivo de atender adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos, com palestras informativas sobre sexualidade na adolescência abordando temas sobre: métodos contraceptivos, doenças sexuais DST's, AIDS e sexualidade, independente de terem ou não começado a vida sexual. Após as três palestras as adolescentes são consultadas pela médica ginecologista e especialista em adolescente. A casa é aberta em princípio para a comunidade da Ceilândia e prestará atendimento psicológico, ginecológico e de orientação.

A casa atende também aos meninos que detectada alguma doença sexual é encaminhado para tratamento médico hospitalar. O local ainda será usado para orientação por meio de palestras sobre planejamento familiar, gravidez precoce e indesejada e doenças sexualmente transmissíveis/Aids e para entrega de insumos de preservativos feminino e masculino, anticoncepcional distribuídos gratuitamente.

Com os trabalhos desenvolvidos na casa o Cravo e a Rosa, foram atendidos 2.149 adolescentes em 2010.

Atendimento aos Adolescentes na Casa o Cravo e a Rosa

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
57	68	180	626	70	186	181	127	164	144	156	190	2.149

9. Programa 2400 – Resgate Social com Desenvolvimento e Promoção Comunitária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6129- Manutenção de Programas do Centro de Assistência Jurídica – Defensoria Pública do DF					
0001- Manutenção de Programas do Centro de Assistência Jurídica – Defensoria Pública do Distrito Federal	1.000.000,	537.149,	384.298,07	373.898,68	02
2267-Assistência ao Consumidor					
0005-Assistência ao Consumidor - Procon	56.548,	00,	00,	00,	103
2895-Coordenação e execução de Programas de Defesa do Consumidor - Procon					
0005-Coordenação e execução de Programas de Defesa do Consumidor - Procon	2.105.780,	1.463.927,	1.196.753,93	777.123,12	104

Manutenção de Programas do Centro de Assistência Jurídica – Defensoria Pública do DF

Órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido de prestar gratuita e integral assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instâncias, inclusive o juizado especial, na forma do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal.

Foram 397.233 atendimentos realizados: ações/contestações; acordos, audiências, visitas, atendimento ao idoso, proposituras e movimentação processual.

Atendimentos realizados no CEAJUR

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
20.967	19.623	24.790	26.922	29.908	19.747	38.687	47.437	50.192	35.140	53.096	30.724	397.233

Evolução do Triênio- Atendimentos realizados no CEAJUR

2008	2009	2010
367.638	453.105	397.233



Assistência ao Consumidor – PROCON.

O PROCON do Distrito Federal foi criado pela Lei nº 426, em 06 de abril de 1993 e posteriormente passou a ser denominado Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON-DF, pela Lei nº 2.668, de 09 de janeiro de 2001. O órgão tem como objetivo, receber, analisar e encaminhar as consultas, denúncias, reclamações, sugestões ou proposições apresentadas pelas entidades representativas da população e por consumidores individuais ou coletivos. Cabe ao PROCON informar, conscientizar e motivar o consumidor por meio de programas específicos, inclusive com a utilização dos meios de comunicação de massa, orientando-o permanentemente sobre seus direitos e garantias. Levar à comunidade o maior número possível de informações sobre seus direitos e realizar serviços em benefício da população.

Realizações PROCON:

Ações externas motivadas por denúncias geradas pelo 151; palestras realizadas para fornecedores; visitas: Volta às aulas – Ação em papelarias; Agências de viagem/lojas com produtos de carnaval; Operação Bancos; Semana Santa, casas noturnas, supermercados; Dia dos namorados, casa de flores, shoppings; Dia dos pais, shoppings; Dia das crianças, shoppings; Visitas – Finados, floriculturas; Nota Legal, nos shoppings; fiscalização das empresas enquadradas no Decreto Federal 6.523/2008 – SAC/Portaria 2.014/2008/NT – MJ/DPDC; notificação por edital envio e acompanhamento pelo DODF; atendimento pessoal e telefônico aos consumidores e fornecedores, para informações sobre o andamento de reclamações.

O exercício de 2010 foi marcado por mudanças com o fito de otimizar o tempo tanto do órgão como de seu usuário, realocação de pessoas para melhoria do atendimento ao público (visando, especialmente, a diminuição do tempo de espera, com o intuito de maior agilidade nas conciliações e, dar melhor atendimento à clientela).

Foram realizadas mais de 244 mil atuações em 2010.

Demonstrativo Mensal – 2010 (PROCON)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
18.775	15.428	21.676	19.235	24.504	20.989	24.396	24.963	17.235	18.717	17.409	20.711
										Total	244.038

OBS: A manutenção do Programa de Trabalho nº 14.422.2400.2267.0005-Assistência ao Consumidor é mantido pelo Programa de Trabalho 14.422.2400.2895.0005 - Coordenação e Execução de Programas de Defesa do Consumidor – PROCON

Planejado 2010 (LOA): 200.000 pessoas assistidas		Indicador de Desempenho: 122%	
Resultados Alcançados		2008	2009
		102.841	204.411
			244.038

Fonte: SEJUS e SAG/SIGGO

**Coordenação e Execução de Programas de Defesa do Consumidor – PROCON**

- Locação de imóvel;
- Pagamento de jetons;
- Manutenção para execução do programa de trabalho: 14.422.2400.0005-Assistência ao Consumidor.

10. Programa 2409 – Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2277-Coordenação e execução de Programas para Pessoa Portadora de deficiência					
8379-Coordenação e execução de Programas para Pessoas Portadoras de Necessidades especiais	801.800,00	51.107,00	51.106,25	40.356,25	019

Coordenação e Execução de Programas para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – CORDE/DF.

A Coordenadoria para inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (CORDE/DF), conforme a Lei nº 4.317/2009, tem como principal atributo e propósito a execução das políticas voltadas para as Pessoas com Deficiência (PcD). Para isso, atuam de forma integrada com associações e entidades representativas do terceiro setor, empresas privadas e órgãos públicos do GDF, Estados e do Governo Federal, de modo a obter subsídios reais para o alcance de suas metas.

O trabalho desenvolvido pela CORDE está baseado no exercício, da cidadania da pessoa com deficiência. Dessa forma, empreende esforços buscando um contínuo contato com estes segmentos que envolvem a PcD, realizando eventos pontuais tais como: congressos, encontros, seminários, ciclo de palestras, cursos, dentre outros.

Atendimento médio mensal foi de 980 pessoas.

Atendimentos Corde - 2010

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
932	1.156	850	1.030	1.120	1.180	952	863	932	894	1.034	823	11.766

Evolução do Triênio – CORDE/DF

2008	2009	2010
27.619	41.596	11.766



Realizações CORDE/2010:

Palestras para Segmento de Pessoas com Deficiência; apoio e consultoria para entidades representativas às pessoas com deficiência no DF; apoio a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas públicas e privadas do DF; Programa Desabafo Autista e Asperger; Programa Blitz do Autismo; qualificação laboral para pessoas com deficiência; cadastramento e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; campanha em prol das pessoas com deficiência; Prêmio Orgulho Autista; Projeto Luz do Lago; Programa Artistas e Autistas; cadastro habitacional para pessoas com deficiência; credenciamento Passe Livre para pessoas com deficiência;

Perícia Médica para Pessoas com Deficiência; Central de Libras para Atendimento a Surdos.

11. Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2007 – Promoção de Atividades Culturais					
9605 - Apoio a Projetos Ligados a LGB TT	40.000,00	40.000,	40.000,	40.000,00	074

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9606 - Apoio aos Projetos de Promoção de Igualdade Racial – COPIR/DF	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	075
9046 – Apoio a Promoção de Atividades e Eventos Religiosos no Distrito Federal					
9607 - Apoio a Projetos e Eventos de Religiões de Matriz Africana	300.000,	246.681,	116.680,	95.068,21	076

A difusão e promoção cultural tem como objetivo promover, incentivar e divulgar projetos e eventos culturais para a população do Distrito Federal.

Foram implementadas ações com eventos de shows artísticos nas seguintes realizações: II Parada da Diversidade LGBT de Ceilândia; 1ª Mostra Afro Cultural de Samambaia; Evento Samba de Boiadeiro – Expressão Afro-Brasileira na prainha do Lago Sul.

12. Informações Complementares

Ações Realizadas em Parcerias/Convênio:

A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUS e o Instituto Zabilin de Arte e Cultura, tem como objeto: subsidiar a realização do Projeto Arte e Cidadania, mediante a realização de sete oficinas de arte, nas áreas de teatro, música e artesanato, para crianças, adolescentes, adultos e terceira idade em situação de risco social, em Brasília e mais 10 Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Convênios Celebrados com União e o Distrito Federal Vigentes em 2010

Convênio	Participes	Objeto do convênio	Vigência	Valor do Convênio
025/2008	Ministério da Justiça/CGL/SEJDHC	Fortalecer e ampliar o serviço de Assistência Jurídica integral aos presos e aos seus familiares, prestado pelo Núcleo de Assistência Judiciária	27/12/2010	R\$ 565.017,65
006/2008	Ministério da Justiça/CGL/SEJDHC	Fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do DF por meio do aparelhamento do N. de Defesa da Mulher, com o fito de assegurar a efetividade de assistência jurídica integral e gratuita, garantindo a efetividade dos benefícios e medidas judiciais previstas na Lei nº 11.340/2006.	27/12/2010	R\$ 497.298,65
158/2005	Presidência da República/SEDH/PR/SEJDHC	Convênio firmado com a CGPT/SPDDH/SEDH/PR, visando à execução do Projeto: "Implementação do PROVITA-DF".	31/12/2010	R\$ 1.160.000,00
100/2007	Presidência da República/SEPM/SEJDHC	Implementação de Atendimento integral às mulheres em situação de violência.	17/12/2010	R\$ 1.082.867,55
059/2008	Ministério da Justiça/CGL/SEJDHC	Fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, através da modernização e aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária com equipamentos de informática.	25/10/2010	R\$ 550.000,00
002/2008	Ministério da Justiça/DPU/SEJDHC	Ampliação do atendimento jurídico em diversas áreas jurídicas do Distrito Federal, bem como melhorar o atendimento já prestado pelos Núcleos de Assistência Jurídica em todos os fóruns, espaço cedido pelo TJDF-Tribunal de Justiça do Distrito Federal ligados ao Centro de Assistência Judiciária.	30/10/2010	R\$ 275.000,00
004/2008	Ministério da Justiça/SDE/SEJDHC/PROCON - DF	Convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal-PROCON/DF e a Secretaria de Direito Econômico-SDE/MJ, visando implementação de ações relacionadas à defesa do consumidor no âmbito do PRONASCI.	31/12/2010	R\$ 515.000,00
070/2008	Presidência da República/SPDCA/SEDH/PR/SEJDHC	Convênio firmado pela SPDCA/SEDH/PR, visando à execução do Projeto: "Sistema de Atendimento Socioeducativo do DF".	30/11/2010	R\$ 170.000,00
082/2009	Presidência da República – Fundo Nacional para Criança e o Adolescente / GDF	Estruturação e qualificação das medidas Sócioeducativas e do Sistema de Informações para a infância e a Adolescência do Distrito Federal, garantindo aos adolescentes autores de ato infracional um atendimento qualificado na perspectiva da promoção da cidadania, pautada nos direitos humanos e em consonância com as diretrizes do SINASE.	28/06/2011	R\$ 845.424,20
Total de Convênios /2010-				R\$ 5.660.608,05

Outras Informações:

Comissão Executiva de Assuntos Funerários – CEAF, integrante da estrutura da SEJUS desde junho de 2008, atua no acompanhamento das atividades funerárias, que engloba as empresas funerárias, cemitérios, Hospitais Públicos e Privados, IML e Clínicas de Tanatopraxia, em todo o Distrito Federal e, algumas vezes, na região do entorno.

Tem como objeto concessão de serviços públicos e uso das áreas e instalações dos cemitérios do Distrito Federal.

São atividades do cemitério tais como: segurança, manutenção, limpeza, acessibilidade, placas de endereço, vias internas, tabela de preços, atendimento e usuário.

Foram realizados sepultamentos e exumações nas filiais Plano Piloto, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia.

13. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Análises das realizações, dificuldades encontradas, perspectivas para 2011

No exercício de 2010 foi mantido desempenho satisfatório na consecução dos resultados e metas determinadas pelos Programas de Governo do Distrito Federal e desta secretaria. Foram realizadas várias ações com eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos para a estabilidade do Procon, Na Hora, Casa Abrigo e Mulheres, Provita, Provítima, Reintegra Cidadão, Conselhos Tutelares, Portadores de Necessidades Especiais, Idosos, Jovens, Sistema Sócio Educativo, bem como para viabilizar a continuidade das ações que provêm os meios necessários para atender as prescrições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Quanto à execução orçamentária e financeira, a exemplo do exercício anterior, verifica-se um desempenho favorável, visto que conseguimos empenhar quase na totalidade todos os contratos mantidos pela SEJUS, envolvendo despesas com aluguéis, serviços terceirizados, manutenção predial, locação de equipamentos, passagens e despesas com locomoção, energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel, aquisição de materiais permanentes e de consumo, despesas com pessoal e encargos sociais.

No entanto, do total da despesa empenhada poderia ter havido uma execução de todos os recursos autorizados pela LOA/2010, mas, por entraves administrativos, legais e burocráticos, principalmente relacionados aos contingenciamentos/bloqueios no orçamento, aprovação de projetos ou por atrasos no processo licitatório, alguns empenhos tiveram que ser cancelados pela não entrega do produto e/ou serviço até o período analisado. Houve vários processos provenientes da central de compras que não tiveram sua execução na totalidade, tendo em vista o contingenciamento dos recursos.

As dificuldades encontradas:

Ao longo de 2010 as Unidades Vinculadas desta secretaria passaram por diversas dificuldades, as quais serviram de resistência ao alcance das metas previstas. Porém muitos esforços foram realizados no sentido de superar os problemas, fazer um bom trabalho para alcançar os resultados positivos nos programas de Governo responsáveis pela articulação e coordenação da política básica de promover o pleno exercício da cidadania e da defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mediante ação integrada entre a sociedade e o Distrito Federal.

Dentro desse contexto, destacamos abaixo as principais dificuldades encontradas: elevado número de alterações orçamentárias ocorridas no decorrer do exercício de 2010; créditos orçamentários

aprovados na LOA menores que a despesa; contingenciamento/bloqueio de orçamento; cancelamentos das emendas parlamentares; condições físicas inadequadas para execução no atendimento a adolescentes em conflito com a Lei em cumprimento de medidas sócio educativas; Insuficiência de pessoal; capacitação deficiente; necessidade de treinamento; insuficiência de recursos materiais; insuficiência de equipamentos; lentidão no trâmite dos processos; precariedade nas instalações físicas das unidades, dentre outras.

Cumprir enfatizar que o reflexo na rotatividade nos cargos de Secretário e Chefe da UAG prejudicou sobremaneira o andamento dos trabalhos desta Secretaria. Além disso, a SEJUS não tem, ainda, local fixo para sua instalação.

É relevante que a SEJUS venha a ser fortalecida com recursos tecnológicos de informação e humanos, mais a melhoria nas condições físicas das Unidades para que possa cumprir com excelência o bom andamento das atividades pertinentes ao Órgão.

Perspectivas para 2011:

Para o cumprimento das metas traçadas para 2011, serão mantidos esforços para garantir os programas de governo mais eficientes e eficazes, na perspectiva de seus órgãos vinculados, com o suporte financeiro dos programas em questão.

Assim, ao longo do exercício seguinte objetivamos, investir na formação de parcerias com faculdades e o setor privado, principalmente para realização de eventos, constituição de oficinas profissionalizantes e convênios com a União, seguindo linhas de financiamento público que exigem do conveniente a respectiva contrapartida.

Também para 2011 estão previstas outras medidas, com vistas à melhoria no atendimento, que contribuem na qualidade da missão institucional da SEJUS: gestão de pessoas; ampliação de profissionais concursados; treinamento e capacitação da força de trabalho; construção de novas unidades do Sócio Educativo; Centros de Referência LGBT nas cidades do DF; implementação da Gerência de Central de LIBRAS; implantação do Na Hora Virtual e ampliação da Unidade Rodoviária; criação de núcleos nas cidades do DF para atendimento às famílias vítimas de violência - Provítima; implantar e manter 02 Centros de Referências de Atendimento as Mulheres no DF; criar Website da rede integrada de enfrentamento à violência; implementação do Projeto DAO On Line, disponibilização de procedimentos e formulários de todos núcleos através da intranet ou do site do Procon;

A SEPLAG, disponibilizar mais recursos para adequar a unidade orçamentária da SEJUS.

23.1. FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF – FUNAP/DF

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF – FUNAP/DF foi criada pela Lei nº 7.533, de 02/09/1986, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, integrada a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal e tem como principal finalidade contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		-	21	-	-	21
Requisitados	Órgãos do GDF	03	-	-	-	03
Servidores comissionados sem vínculo efetivo		21	-	-	-	21
Total Geral		24	21	-	-	45

Destaca-se que apesar da nomeação de 25 servidores concursados para a SEPLAG, que foram lotados no quadro da Fundação, a mesma continua com carência em seu quadro de servidores, visto que apenas 15% do total de vagas foi preenchida. Nesse contexto, a realização de concurso público específico para a FUNAP/DF possui um caráter emergencial.

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
8502- Administração de Pessoal	1.863.505,00	2.268.579,00	1.701.725,65	1.701.725,65	
7029-Administração de Pessoal da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	1.609.001,00	1.956.128,00	1.424.654,87	1.424.654,87	002
8674-Contribuição Patronal para o RPPS	254.504,00	312.451,00	277.070,78	277.070,78	003

2. Programa 0196 – Reestruturação do Sistema Penitenciário

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2191-Ressocialização e Assistência ao Preso	10.031.616,00	10.446.533,00	7.175.177,87	7.132.777,87	07
0008- Ressocialização e Assistência ao Preso da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	10.031.616,00	10.446.533,00	7.175.177,87	7.132.777,87	07
3304-Construção do Edifício Sede	900.000,00	866.338,00	0,00	0,00	09
6955-Construção do Edifício Sede da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	900.000,00	866.338,00	0,00	0,00	09
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	767.180,00	1.000.111,00	627.777,16	616.948,71	04 e 05
6976-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	767.180,00	1.000.111,00	627.777,16	616.948,71	04 e 05

2.1 População Assistida

Sentenciados ressocializados e assistidos

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
959	872	787	841	784	814	773	835	857	874	982	952	10.330,00

Presos dos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal:

– Complexo Penitenciário da Papuda:

- Centro de Internamento e Reeducação – CIR (regime semi-aberto);
- Centro de Detenção Provisória - CDP (presos provisórios);

- Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I (regime fechado);
- Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II (regime fechado e semi-aberto);
- Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (regimes fechado e semi-aberto);
- Centro de Progressão Penitenciária – CPP;
- Sentenciados do regime aberto (condicional, domiciliar e sursis).

2.2 Áreas de Atuação

- Educação / Cultura;
- Educação Profissional;
- Trabalho (intramuros e extramuros)

2.3 Educação e Cultura na Prisão

Aspecto Legal

Dispõe a Constituição Federal (art. 176) que a "a educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola". Assim sendo, deve o Estado prover a educação aos detentos, uma vez que não o fez de forma conveniente no lar e na escola.

A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso, como prevista na Lei de Execução Penal (nº 7.210, de 11.07.84). A mesma Lei dispõe, no Artigo 18, que o ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Ação da FUNAP/DF

O Programa de Educação na Prisão é um processo de desenvolvimento global para o exercício consciente da cidadania, realizado através da educação de jovens e adultos, por meio de um Convênio com a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

Atividades Desenvolvidas

Considerando a Educação o pilar de sustentação de todo o processo de ressocialização, atendemos 1.235 (um mil e sessenta) alunos nos Estabelecimento Penais do Distrito Federal, com a equipe de 60 (sessenta) professores cedidos por meio de convênio com a Secretaria de Estado de Educação do DF. Participa o preso das atividades desde a alfabetização até o ingresso no ensino superior, através da Educação de Jovens e Adultos e também da educação através da arte.

A atividade educacional é realizada nos 06 (seis) Estabelecimentos Prisionais, que são eles: Centro de Internamento e Reeducação - CIR, Centro de Detenção Provisória - CDP, Penitenciárias do Distrito Federal - PDF I e II, Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF e Centro de Progressão Penitenciária – CPP.

A população carcerária tem a sua participação também, dos Exames:

- ENSEJA – Exame Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e é aplicado 02 (duas) vezes por ano, para os alunos do 1º e 2º segmentos;
- **ENEM** – Exame Nacional de Ensino Médio, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, aplicado 01 (uma) vez por ano, aos alunos do 3º segmento (ensino médio);
- **Exame de Vestibular da Universidade de Brasília – UNB**, realizado pelo CESPE, 02 (duas) vezes por ano.

Quantitativos de Alunos Atendidos

Estabelecimento	Turno	Total de Internos	Regime prisional	% de Internos estudando	Total de alunos
CIR	MAT e VESP		Semiaberto	16%	173
CDP	MAT e VESP		Provisório e semiaberto	5,2%	89
PDF I	MAT e VESP		Fechado	11,33	252
PDF II	MAT e VESP		Fechado e semiaberto	7,9%	161
CPP	NOTURNO		Semiaberto	22,7%	208
PFDF	MAT e VESP		Fechado e semiaberto	67,7%	327
ATP	MAT e VESP		Fechado	32%	25
Total					1.235

No ano de 2007 a distribuição das turmas não era contabilizada por segmentos, apenas por Unidade. A partir de 2008, começaram a contabilizar por segmento e Unidade.

No ano de 2009 contabilizou-se o quantitativo de alunos do curso de informática (promovido pelo DF DIGITAL e SECONCI sob coordenação da FUNAP), conforme quadro que segue, e que deverá ser adicionado ao total de alunos atendidos pela FUNAP.

Recursos disponíveis para o processo educacional

Recursos	Atendimentos
Humanos	60 (sessenta) professores conveniados da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.
Físicos	Salas de aulas cedidas no CIR, CDP, PDF I e II, PFDF e CPP.
Bibliotecas	CIR, CDP, PDF I e II, CPP e PFDF, mantidas com o apoio de Editoras, da comunidade, das escolas, etc.
Monitores	Presos do próprio Sistema Penitenciário.

2.4. Educação Profissional

Aspecto Legal

A profissionalização do preso é condição sine qua non para seu (re)ingresso no mercado de trabalho, além de constituir fator importante para evitar a reincidência criminal. Determina a Lei de Execução Penal (art. 19) que o ensino profissional seja ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Atendimento nos Laboratórios de Informática

Cursos	2008	2009	2010
Curso básico com duração mínima de 30 dias e no máximo 120 dias, sendo formadas novas turmas ao término de cada período	-	180	190

Estabelecimento	Alunos
CIR	40
CPP	80
PFDF	20
PDF I	20
PDF II	10
CDP	20
Total	190

Cursos profissionalizantes

Cursos	Duração	Total de alunos	Aluno por turma	Nº de turmas
Panificação	100	00	00	00
Confecção e modelagem de roupas	240	00	00	00
Mecânico de manutenção de bicicletas	80	00	00	00
Garçon / copeira	80	16	16	01
Assistente administrativo	160	58	19	03
Assistente de vendas	132	62	20	03
Mecânica de motor	100	00	00	00
Pedreiro de alvenaria	100	00	00	00
Serigrafia	80	00	00	00
Faixas e cartazes	60	14	14	01
Empreendedorismo	60	35	17	02
Paisagismo – manutenção	80	00	00	00
Decoupage	80	00	00	00
Manicure / pedicure depilador	80	43	21	02
Cabeleireiro	160	10	10	01
Massagem corporal, relaxante e estética	80	16	16	01
Pintor de parede	80	21	21	01
Total		275		15

2.5 Trabalho Prisional

Aspecto Legal

O trabalho é o principal fator de reajustamento social e, segundo a Lei de Execução Penal (art. 28), representa um dever social e condição de dignidade humana, que tem finalidade educativa e produtiva.

A FUNAP oferece trabalho ao sentenciado priorizando sua capacidade de aptidão, tendo como metas os seguintes princípios:

1. Restaurar a dignidade humana;
2. Elevar a autoestima;
3. Qualificar e capacitar profissionalmente;
4. Despertar o interesse pela atividade lícita, entre outros.

Atividades Desenvolvidas

Atividades Intramuros

Encarregadoria	Atividade Desenvolvida
Marcenaria/Carpintaria	Prestação de serviços a órgãos públicos e próprios da FUNAP.
Funilaria	Prestação de serviços a órgãos públicos e próprios da FUNAP.
Costura Industrial	Confecção de uniformes e bandeiras para órgãos públicos.
Panificação	Produção de pães para comercialização.
Produção Agrícola	Produção de milho e pastagem para plantio.
Produção de bolas, redes, uniformes e bandeiras	Produção de bolas, redes, uniformes e bandeiras no âmbito do Convênio com o Ministério do Esporte.
Produção Animal	Comercialização de leite e carne.
Núcleo de Ensino	Preparação dos internos para as provas do exame supletivo de 1º, 2º graus e exame vestibular.
Outros: Serviços Gerais Serigrafia	Limpeza e conservação. Pintura em tecido.

(dados fornecidos pela DIRCOP/FUNAP)

Considerando-se os dados de comercialização dos produtos, tem-se:

Produto / Serviço	Unid.	Quantidade / ano
		2010
Pão francês	Unid.	2.368.671
Bandeiras do Brasil e GDF	Unid.	00
Reforma e confecção de móveis	Unid.	01
Reformas de cadeiras e carteiras escolares	Unid.	3.132
Manutenção de veículos	Unid.	00
Lanternagem e pintura em geral	Unid.	01
Leite pasteurizado	Litro	00
Produção animal (suínos)	Kg	3.240
Plantio de milho	Hectar	00
Mudas diversas	Unid.	00

(dados fornecidos pela DIRCOP/FUNAP)

Oficina	Estabelecimento	Nº Classificado	Aguardando classificação	Total de Vagas
Alfaiataria	CIR	04		04
Costura Industrial	CIR	05	-	05
Marcenaria	CIR	15	05	20
Funilaria	CIR	11	14	25
Panificação	CIR	23	07	30
Serigrafia	CIR	-	04	04
Fábrica de Bolas	CIR	25	-	25
Mecânica	CIR	03	-	03
Serviços Gerais	CIR	08	02	10
Atividades Educacionais	TODOS	11	-	11
Área Agrícola	CIR	28	02	30
Costura Bolas no Pátio	CIR	26	04	30
Total 1		159	38	197
Alfaiataria	PDF I	15	10	25
Serigrafia	PDF I	12	08	20
Total 2		27	18	45
Marcenaria	PDF II	13	07	20
Fábrica de Bolas	PDF II	20	05	25
Costura Bolas no Pátio	PDF II	-	30	30
Total 3		33	42	75
Costura Industrial	PFDF	30	-	30
Total 4		30	-	30
Total geral (1+2+3+4)		249	98	347

Trabalho Extramuros

O trabalho externo (extramuros) concedido aos presos do regime semiaberto e aberto constitui importante passo para a (re) inserção do preso no mercado de trabalho.

Órgãos		Nº de Trabalhadores
		Dez/ 2010
1.	Agência Reguladora e Saneamento do DF- ADASA	05
2.	Administração de Brasília	23
3.	Administração do Cruzeiro	15
4.	Administração do Gama	07

Órgãos										Nº de Trabalhadores		
										Dez/ 2010		
5.	Administração do Guará									20		
6.	Administração do Riacho Fundo I									10		
7.	Administração do Riacho Fundo II									04		
8.	Administração do Sobradinho									12		
9.	Conselho Nacional de Justiça – CNJ									03		
10.	Corregedoria Geral do DF									18		
11.	Elo Consultoria LTDA									01		
12.	GHF Comercial Trading LTDA									00		
13.	Polícia Civil do Distrito Federal – DSGI									05		
14.	Projeto FUNSERVE									09		
15.	Real Construção									00		
16.	Instituto Brasília Ambiental – IBRAM									06		
17.	Ministério da Justiça – MJ/ DEPEND									39		
18.	Ministério do Trabalho – MTE									13		
19.	OAB/DF									00		
20.	Fundação Recicle a Vida									06		
21.	Secretaria de Estado de Agricultura – SEAPA									20		
22.	Secretaria de Cultura									00		
23.	Secretaria de Estado de Educação – SEE									114		
24.	Secretaria de Estado de Saúde – SES									194		
25.	Secretaria de Transporte – SET									48		
26.	Secretaria de Segurança Pública – SSP									13		
27.	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania/ DHC – SEJUS									138		
28.	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG									25		
29.	Supremo Tribunal Federal – STF									29		
30.	Superior Tribunal de Justiça – STJ									03		
31.	Fundação Pólo Ecológico – ZOOLOGICO									17		
Total										797		
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
904	824	724	780	725	746	710	774	800	817	851	797	9.452

(FUNAP/DIRAFI)

3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	45.084,30	7.084,00	0,00	0,00	
7912-Capacitação de Recursos Humanos dos Servidores da FUNAP	45.084,30	7.084,00	0,00	0,00	006
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	153.879,00	129.342,00	129.341,75	129.341,75	
6979-Concessão de Benefícios aos Servidores da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	153.879,00	129.342,00	129.341,75	129.341,75	010,0 11 e 012

Programa de Trabalho LOA: 14.122.0750.2655.7912

- Etapa do SAG nº 0006 – Capacitar os servidores da FUNAP. Ação não iniciada.

Programa de Trabalho LOA: 14.421.0750.8504.7021

- Etapa do SAG nº 0010 – Conceder vale transporte aos servidores da FUNAP. Benefício concedido - Proc.º 056.000.069/2010.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
29	29	30	31	29	30	34	35	35	35	35	33	385

- Etapa do SAG nº 0011 – Conceder auxílio-creche aos servidores da FUNAP. Benefício concedido - Proc. nº 056.000.069/2010.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
08	08	07	07	07	07	07	08	08	06	06	06	85

- Etapa do SAG nº 0012 – Conceder auxílio alimentação aos servidores da FUNAP. Benefício concedido – Proc. Nº 056.000.069/2010.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
40	38	38	42	39	38	42	42	42	42	42	42	445

4. Programa 0140 – Projetos Especiais de Ensino

Ação / Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3773-Implementação de Ensino à Distância	300.000,00	0,00	0,00	0,00	01
9519-Implementação de Ensino à Distância p/ Detentos do Complexo Penitenciário	300.000,00	0,00	0,00	0,00	01

Programa de Trabalho LOA: 01.031.0140.3773.9519

- Etapa do SAG nº 0001 – Implementar ensino à distância para detentos. Ação não iniciada.

5. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Ação / Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505-Divulgação Oficial	3.000,00	13.000,00	9.900,00	9.015,00	08
7914-Publicidade Institucional da FUNAP	3.000,00	13.000,00	9.900,00	9.015,00	08

Programa de Trabalho LOA: 14.122.3200.8505.7914

- Etapa do SAG nº 0008 – Publicar em periódicos a FUNAP. Publicações feitas no DODF: jan 26, abr 64, mai 17, jun 4, jul 57, ago 36, set 27, out 48, nov 46 e dez 81. Processo 056.000.067/2010

6. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No exercício de 2010, apesar de não ter sido implementado o Quadro de Pessoal e a Carreira de Administração Pública da FUNAP/DF, criado pela Lei nº 303 de 26.08.92, a Fundação desenvolveu suas com os parcos 21 (vinte e um) servidores concursados e 24 (vinte e quatro) cargos em comissão, o que é insatisfatório para a execução de suas atividades fim, tendo em vista a especificidade do atendimento no âmbito do Sistema Penitenciário, de forma que a carência de pessoal pela qual passa esta Fundação compromete o resultado dos objetivos institucionais.

23.2 – FUNDO PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DF

“NÃO HOVE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”

23.3 FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR – FDC

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor, instituído pela Lei Complementar nº 50, de 23/12/997, vinculado ao Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON-DF, tem por finalidade perspicua o desenvolvimento de atividades voltadas à proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Constituem receitas do FDDC/DF os valores oriundos de sanções pecuniárias resultantes das condenações, multas ou indenizações determinadas ou aplicadas em razão de quaisquer ações judiciais que impliquem a obrigação de ressarcimento de danos morais ou patrimoniais a direito ou interesse difusos, coletivos ou individuais homogêneos de consumidores; multas, rendimentos auferidos da aplicação dos recursos de Fundo; dotações orçamentárias; receitas de convênios, consórcios, contratos celebrados com órgãos ou entidade de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros; outros recursos.

”NÃO HOUVE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”

23.4. FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente criado pelo artigo 9º da Lei 234 de 15/01/1992 e regido pelas disposições da Lei Complementar nº 151, de 30 de dezembro de 1998, tem por competência prover de recursos financeiros e meios capazes de garantir, de forma ágil, o financiamento de programas, projetos e serviços voltados para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Distrito Federal.

O Conselho de Administração do FDCA/DF é formado por representantes do Governo e da Sociedade Civil que o administra. Os projetos do Fundo são executados por entidades beneficentes.

No financiamento de programas dar-se-á prioridades às ações que visem a:

- I. incentivar o acolhimento, sob forma de guarda, de crianças e adolescentes, órfãos ou abandonados, na forma do disposto no art. 227, § 3, VI, da Constituição Federal; e
- II. implantar programas e projetos para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social e relacionados ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1. Programa 1508-Assistência ao Adolescente - OCA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2102 – Assistência aos Adolesc. em Risco pessoal e Social	100.000,00	3.258.055,00	1.454.279,70	190.859,64	
9721 – (EP) Apoio os Direitos da Criança e do Adolescente.	100.000,00	3.258.055,00	1.454.279,70	190.859,64	02
2794 – Assistência ao Adolescente	944.000,00	0,00	0,00	0,00	
9720 – (EP) Apoio aos Projetos Sociais da Casa Azul.	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
0683 – (EP) Assistência ao Adolescente	844.000,00	0,00	0,00	0,00	

Programa de Trabalho da LOA: 08.243.1508.2102.9721 – (EP) Apoio os direitos da criança e do adolescente

Atendimentos à Criança e ao Adolescente												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
00	00	00	00	00	3.753	1.830	00	00	00	00	00	5.583

Planejado na LOA 2010 para ação Assistência aos adolescentes em risco pessoal e social, assistência a 1.000 adolescentes, com resultado alcançado de 5.583 atendimentos no ano de 2010.

Indicador De Desempenho: 558,3%

Programa de Trabalho da LOA: 01.031.1508.2794.9720 – (EP) apoio aos projetos sociais da casa azul:

Não houve execução, pois o programa foi cancelado para atender despesas com a folha de pessoal da Secretaria de Educação (novembro e dezembro) no valor de R\$ 100.000,00.

Programa de Trabalho da LOA: 14.243.1508.2794.0683 – (EP) assistência ao adolescente:

Não houve execução, pois o crédito foi contingenciado conforme Decreto nº 31.692 de 18/05/2010 no valor de R\$ 844.000,00.

2. Realizações

Realizações FDCA 2010 Com Concessão de Aux. Investimentos / Subvenções Sociais

Processos	Atividades	Público Atingido
400.001.472/2008	Projeto “ Elevação –Uma Rampa p/Inclusão”. Medidas protetivas e/ou sócio educativas, em horário alternado da escola. Atendimento anual à crianças e adolescentes com faixa etária 07 a 14 anos.	150
	Atividades programação de capacitação profissional 14 a 18 anos.	270
400.001.462/2008	Projeto “A Informática Educativa”, atendimento às crianças e adolescentes, revitalizando o processo de aprendizagem educacional e social.	100
	Projeto “Aprendizes do Bem”. Oferecer à criança e ao adolescente em situação de	

Processos	Atividades	Público Atingido
400.001.460/2008	vulnerabilidade e risco social, atividades educativas e laborativas, visando à igualdade de oportunidades e a inclusão social.	400
400.001.500/2008	Projeto "Valorizando a Vida". Atendimento à crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de ambos os sexos e que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.	60
400.001.477/2008	Projeto "Jovem Aprendiz", oferecer curso de capacitação, complementação pedagógica e inserção no mercado de trabalho.	1.300
400.001.459/2008	Projeto "Renovar é Preciso". Atendimento gratuito à crianças em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, prioritariamente vítimas de violência, na faixa etária de 01 a 04 anos.	95
400.001.458/2008	Projeto "O Mundo Infantil e Qualidade de Vida", atendimento às crianças de 18 meses a 05 anos. Oferece refeições, recreação e orientação pedagógica.	70
400.001.380/2008	Projeto "Otimizando Resultados"	50
400.001.496/2008	Projeto "Transporte Seguro". Serviço de convivência para crianças de 0 a 06 anos, trabalho educativo, apoio psicopedagógico.	120
400.001.482/2008	Projeto "Aproveitamento Total da Vida". Atendimento sócio educativo em meio aberto à crianças e adolescentes envolvidos com drogas.	12
400.001.502/2008	Atendimento sócio educativo em meio aberto. Entidade beneficiada com melhorias das instalações Casa da Criança "Pão de Santo Antonio".	86
400.000.344/2007	Projeto "Reencontro". Ações culturais, educativas e sociais de complementação escolar e vivência.	40
400.001.504/2008	Atendimento com aulas de acompanhamento das atividades diárias (áreas: acadêmicas, motoras, emocionais e sociais, lazer, esportes, alimentação, assistência médica e odontológica).	110
400.001.475/2008	Projeto "Aquisição de Veículo". Aquisição de veículos, que visa proporcionar boas condições no deslocamento dos assistidos.	250
400.001.462/2008	Projeto "Caminho Digital". Implantar escola de inclusão digital, visando promover o desenvolvimento educacional e a melhoria da qualidade de vida dos assistidos.	165
400.001.503/2008	Projeto "Pequenos Campeões" serviço de convivência familiar e comunitária/educação infantil.	115
400.001.480/2008	Projeto "Leitor em Formação". Criação e formação de uma biblioteca para atendimento de crianças e respectivas famílias.	60
400.001.476/2008	Projeto "Bola no Pé Escola na Cabeça". Atividades esportivas, culturais e entretenimento esporte e lazer no período de férias escolares.	300
	Subtotal Mês de 06/2010	3.753
400.000.168/2010	Projeto "Raios de Direitos na Roda da Vida". Garantir melhores condições de desenvolvimento pessoal e social com crianças na faixa etária entre 05 a 12 anos.	150
400.000.167/2010	Projeto "Acolher", qualificação profissional para adolescentes. Combate e prevenção da exploração sexual e da violência doméstica, bem como no fortalecimento familiar.	50 130
400.001.479/2008	Revitalização de uma quadra de esporte de multifunção.	120
400.001.473/2008	Projeto "Viver-Fortalecimento Institucional" Prestar assistência social às crianças e aos adolescentes, promovendo atividades sócio-educativas complementar, auxiliando às respectivas famílias na perspectiva da manutenção e do resgate de vínculo e oferecendo oportunidades para que alcancem o pleno desenvolvimento de sua cidadania.	200
400.001.499/2008	Projeto "Construindo Espaços Protegendo a Vida" Serviço de convivência familiar e comunitária, educação infantil, apoio sócio educativo em meio aberto para crianças de 0 a 6 anos.	300
400.001.463/2008	Projeto "Integral de Vida -Pró -Vida" Atividades sócio-educativas: de lazer, de esporte, de natação, de reforço escolar e de noções básicas de informática.	200
400.001.350/2008	Serviço de convivência para crianças de 01 a 12 anos, em período integral, oriundas de famílias carentes, que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	260
400.001.461/200/	Projeto "Reestruturação da Cozinha da Habra" Garantir alimentação saudável a jovem de 15 a 18 anos, e atendimento em cursos profissionalizantes que visam garantir vaga no competitivo mercado de trabalho das diversas regiões administrativas.	250
400.001.478/2008	Projeto "Horta Pedagógica"	240
400.001.469/2008	Projeto "Afago Aquisição para Integrar" Atendimento pedagógico pautado nos valores do respeito e valorização do outro.	180
	Subtotal Mês De 07/2010	1.830

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Avaliação

Registra-se, que os projetos para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social foram desenvolvidos no exercício de 2010, pautados nas metas planejadas. Foram várias realizações: Ações voltadas à assistência médica; odontológica, educativa, social, lazer, esportes, alimentação, bem como o fortalecimento familiar.

Apesar das dificuldades enfrentadas, carência de recursos humanos e tecnológicos, ainda assim, foram alcançados resultados esperados.

4. Dificuldades Encontradas

Cumprir enfatizar-se que a maior dificuldade enfrentada foi a falta de recursos humanos e a necessidade da capacitação de pessoal, além da insuficiência material (expediente e tecnológico).

5. Perspectivas para 2011

É necessário que o FDCA venha a ser fortalecido com recursos tecnológicos e humanos capacitados, para que possa cumprir com excelência sua missão de garantir, de forma ágil, projetos e serviços voltados para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Distrito Federal.

23.5. FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL

O Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal criado por Lei Complementar nº 21, de 23 de julho de 1997, vinculado à Subsecretaria para Assuntos do Idoso do Distrito Federal.

Constituem receitas do Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal os valores provenientes de:

- I. Dotações orçamentárias a ele destinadas;
- II. transferências do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF - e outras previstas em lei;
- III. contribuições, doações, legados ou outros atos de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- IV. convênios, consórcios, contratos ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- V. rendimentos auferidos da aplicação dos recursos do fundo;
- VI. arrecadação própria oriunda de atividades econômicas de prestação de serviços, sorteios, campanhas e similares;
- VII. outras fontes.

Os recursos do Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal serão aplicados no financiamento de projetos e atividades voltados ao apoio e à assistência ao idoso no Distrito Federal, previamente aprovados pelo conselho de administração a que se refere o art. 4º.

”NÃO HOUVE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”

24. CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF

A Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF é regida pelas Leis nº 3.105, de 27/12/2002 e nº 3.163, de 03/07/2003, e pelos Decretos nº 24.582, de 11/05/2004, e nº 27.909, de 27/04/2007. É órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, responsável pela coordenação e execução das ações de governo asseguradoras da legalidade e moralidade administrativas, controle interno, auditoria pública, correição, tomada de contas especial e ouvidoria disciplinar no âmbito do Distrito Federal.

A Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF tem como missão controlar a aplicação dos recursos públicos, correicionar os atos administrativos e resguardar o patrimônio.

Além das incumbências recebidas pela carga CGDF estão afetas as seguintes atribuições, definidas na Lei Orgânica do Distrito Federal e na legislação que a instituiu:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Distrito Federal;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do Distrito Federal, e quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os dos direitos e haveres do Distrito Federal;

V - avaliar a relação de custo e benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros.

VI - apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

VII – planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais das áreas de correição e auditoria do Poder Executivo do Distrito Federal, exercendo a supervisão técnica e orientação normativa das respectivas unidades setoriais;

VIII - dar andamento às representações e denúncias relacionadas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, cuidando para a sua competente e integral conclusão;

IX - instaurar sindicâncias e processos administrativos sempre que necessários à apuração de fatos, denúncias ou representações recebidas;

X - requisitar informações ou avocar processos em andamento, em quaisquer outros órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, sempre que necessário ao exercício das suas funções;

XI - adotar as providências necessárias quando constatados indícios de improbidade administrativa;

XII - acompanhar correições, auditorias, processos administrativos e sindicâncias em andamento nos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, avaliando a regularidade, correção de falhas e adotando as medidas cabíveis em caso de omissão ou retardamento das autoridades responsáveis;

XIII - planejar, coordenar e controlar as atividades de auditoria e controle de gestão nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, em fundos instituídos por Lei, com a participação do Distrito Federal, nos instrumentos que geram e extinguem direitos e obrigações e nos beneficiários de transferências à conta do orçamento do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		23	31	42	191	287
Requisitados	Órgãos do GDF	04	10	13	10	37
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		20	-	18	-	38
Conveniados		-	20	-	-	20
Estagiários		-	9	-	17	26
Subtotal (Força de Trabalho)		47	70	73	218	408
(+) Cedidos para outros órgãos		-	04	-	10	14
Total Geral		47	74	73	228	422

Realizações

1. Programa 0079 – Gestão da Política de Correição, Ouvidoria e Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	307.216,00	294.536,00	36.141,25	31.477,50	12
6170- Qualificação e Desenvolvimento de Servidores da Corregedoria-Geral do DF	307.216,00	294.536,00	36.141,25	31.477,50	12
3011- Modernização e Expansão da Infra-estrutura de Tecnologia da Informação	2.638.556,00	1.469.987,00	639.832,43	639.832,43	09
0001-Modernização e Integração dos Sistemas de Informações da Corregedoria Geral do Distrito Federal	2.638.556,00	1.469.987,00	639.832,43	639.832,43	09
8502 - Administração de pessoal	28.477.048,00	39.680.420,00	39.669.585,34	39.669.585,34	01 e 02
6996-Administração de Pessoal da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	27.919.433,00	37.990.063,00	37.979.229,97	37.979.229,97	01
8687-Contribuição Patronal para o RPPS	557.615,00	1.690.357,00	1.690.355,37	1.690.355,37	02
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	1.009.776,00	546.161,00	544.983,48	544.983,48	03,04 , 05 e 06
6991-Concessão de Benefícios aos Servidores da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	1.009.776,00	546.161,00	544.983,48	544.983,48	03, 04, 05 e 06

1.1 Controle Interno

O exercício do controle interno no âmbito do Poder Executivo, por intermédio da Controladoria, no tocante às funções de auditoria previstas no art. 2º, § 1º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, envolve a análise e a fiscalização orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de atos de pessoal nos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, assim como, avaliar a execução dos planos e programas de governo, inclusive ações descentralizadas, realizados à conta de recursos oriundos dos orçamentos do Distrito Federal e recursos externos, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento.

**Auditorias, Inspeções, Pareceres e Diligências realizadas pela Controladoria
em Órgãos e Entidades do GDF**

Assunto	Quantidade de Auditorias, Inspeções, Pareceres e Diligências				Total
	DIFIP	DIRAS	DIRAG	DIAPE	
Renúncia de Receitas	01	-	-	-	01
Tomada/Prestação de Contas	-	85	35	-	120
Tomada de Contas Especial	-	115	32	-	147
Operações de Crédito, Avais e Garantia	01	-	-	-	01
Programas de Governo	25	-	-	-	25
Deferimento de Vantagens	01	-	-	-	01
Criação e Expansão	01	-	-	-	01
Inspeções	04	10	35	-	49
PAAAI	-	-	09	-	09
Auditoria Especial	-	07	02	-	09
Pareceres	-	-	-	3.343	3.343
Diligências	-	-	-	3.114	3.114
Proposta de Diligência e Relatórios	-	-	-	15	15
Sindicância	-	-	03	-	03
Total de Fiscalizações	33	217	116	6.472	6.838

Situação dos Processos por Assunto

Assunto	Quantidade Processos no Exercício			Total de Processos Concluídos 2010
	Examinados	Em exame	A examinar	
Prestação de Contas Anual	29	32	11	72
Tomada de Contas Anual	59	68	28	155
Tomada de Contas Especial	118	32	111	261
Plano Anual Ativ.de Auditoria Interna – PAAAI	09	01	01	11
Auditorias Especiais	06	04	01	11
Inspeções	41	18	02	61
Contrato Emergencial	-	-	01	01
Sindicância	03	-	-	03
Consulta	-	-	03	03
Auditoria Interna	-	-	01	01
Aposentadorias Cíveis	3.006	354	571	3.931
Pensões Cíveis	587	220	216	1.023
Reformas	78	16	105	199
Pensões Militares	129	23	90	242
Total	4.065	768	1.141	5.974

Processos de Aposentadorias, Pensões e Admissões na Controladoria - Examinados

Assuntos dos Processos	Procedimentos			Solicitação de Auditoria	Total
	Pareceres	Diligências	Proposta de Diligência e Relatórios		
Aposentadorias	1.857	1.214	14	-	3.085
Pensões	324	391	1	-	716
Admissões *	1.162	1.509	3.898	-	6.569
Auditoria em folha de Pagamento	-	-	-	03	03
Total	3.343	3.114	3.913	03	10.373

Fonte: SIRAC – Servidores nomeados

Relatórios de Acompanhamento dos Planos e Programas de Governo

Relatórios PCA GOV 2009/2010:	Quantidade de Relatórios no Exercício		Total
	Elaborados	Em Elaboração	
Programas de Governo	16	25	41
Fundo Constitucional do DF	01	01	02
Deferimento de Vantagens	01	01	02
Criação e Expansão de Despesas	01	01	02
Operações de Crédito, Avais e Garantias	01	01	02
Renúncia de Receitas	01	01	02
Cumprimento de Metas	01	01	02
Relatório de Gestão Fiscal	01	01	02
Total	23	32	55

Documentos Expedidos pela Controladoria

Processos ou Documentos	Quantidade Expedida
Ofícios	854
Memorandos	1.247
Notas Técnicas	1.295
Notas Técnicas de Proc. de Reconhecimento de Dívidas	375
Mensagens de orientação SIGGO	49
Despachos (Tomada/Prestação de Contas Anual, Auditorias, Inspeções)	420
Despachos de Processos de Reconhecimento de dívidas	548
Despachos	562
Relatórios de Eficiência e Eficácia	81
Relatórios de Auditoria	214
Termos de Audiência com o Auditado	95
Requerimentos	151
Solicitações de Auditoria	440
Ordens de Serviço	495
Formulário Pessoal	199
Pareceres	2.181
Diligências	469
Solicitação de Auditoria Corretiva	10
Relatórios	9
Relatório de Auditoria Especial	2
Circulares	5
Parecer de Auditoria	2
Relatórios de Inspeção	42
Total	9.745

Atividades de Coordenação e Supervisão do Gabinete da Controladoria

Processos ou Documentos	Quantidade Expedida
Supervisão de TCA, PCA, Auditorias e Inspeções	919
Reuniões de orientações aos Ordenadores de Despesas da Administração Pública Distrital	02
Total	921

Indicadores de Desempenho – 2010

Objetivos Estratégicos	Indicador	Unidade de Medida	Metas 2010	
			Previsto	Realizado
Monitorar e Avaliar a execução anual de programas de governo	Quantidade de programas monitorados e avaliados anualmente	Unidade	14	25
Promover o bom e regular emprego dos recursos públicos no Distrito Federal	Quantidade de processos de auditorias das contas anuais, de tomadas de contas especiais, de inspeções e de auditorias especiais	Unidade	181	299
Acompanhar e aperfeiçoar os controles de regularidade dos atos de pessoal	Quantidade de processos examinados quanto a sua legalidade	Unidade	3.500	6.475

1.2. Correição

O desempenho das atividades de correição, pela Unidade de Corregedoria, envolve a instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos específicos, destinados a conduzir a apuração de irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.

No período de janeiro a dezembro de 2010 foram autuados 1.073 novos processos que, somados aos que já se achavam em andamento, proporcionaram significativo volume de trabalho, conforme demonstrado a seguir:

Atividade	Quantidade
Processos autuados	1.073
Processos analisados	3.164
Processos solucionados	1.879
Análise de processos oriundos de demandas do MPDFT	28
Oitivas de pessoas envolvidas em denúncias	417*
Ofícios recebidos	3.575
Documentos expedidos	3.319
Participação em reuniões externas	138
Participação como membros de conselhos	1
Atendimento ao público	532

* oitivas realizadas a partir de março de 2010

Ocorreram, ainda, situações que exigiram atividade correicional com a instauração e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, conforme demonstrado abaixo:

Fase	PAD	Sindicância
Instauração	3	0
Instrução	4	0
Julgamento	1	1
Concluído	1	3
Total	9	4

Indicador de Desempenho – 2010

Indicador	Unidade de medida	Metas	
		Previsto	Realizado
Taxa de apuração de denúncia no exercício	Percentual	40	53

1.3. Tomada de Contas Especial

A instauração e o processamento de Tomadas de Contas Especiais, no âmbito da Administração Direta do Governo no Distrito Federal e das Autarquias e Fundações Públicas (nestas quando caracterizado o envolvimento do dirigente), são desenvolvidas pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial – SUTCE, unidade orgânica de comando e supervisão criada por meio do Decreto nº.

30.200, de 25 de março de 2009, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 26 de março de 2009.

Para o desempenho de suas atividades, a SUTCE conta com duas frentes de trabalho. A primeira realiza a instrução prévia à instauração da TCE, objetivando verificar a possibilidade de solucionar o caso sem a necessidade de instauração do procedimento tomador, e a segunda realiza as apurações propriamente ditas, depois da instauração da TCE.

Instrução Prévia (sem a necessidade de realização de Tomada de Contas Especial)
Comparativo de Percentuais Acumulados – 2007 a 2010

Período	Processos Analisados		Resultado da Instrução Prévia					
			Instauração de TCE		Não instauração de TCE			
			Nº de Processos		Nº de Processos		Percentual	
	Anual	Acumulado	Anual	Acumulado	Anual	Acumulado	Anual	Acumulado
junho* a dez./ 2007	183	183	141	141	42	42	22,95%	22,95%
2008	428	611	342	483	86	128	20,09%	20,95%
2009	391	1002	158	641	233	361	59,59%	36,03%
2010	729	1.731	378	1.019	379	740	51,99%	42,75%
Total		1.731		1.019		740		42,75%

Tomada de Contas Especial: TCEs com Apurações Concluídas pelas Comissões – 2005 a 2010:

Período	Total	
	Nº Processos	Valor Apurado (R\$)
Janeiro a dezembro de 2005	52	261.694,96
Janeiro a dezembro de 2006	323	3.562.755,56
Janeiro a dezembro de 2007	309	9.563.841,85
Janeiro a dezembro de 2008	387	18.099.686,96
Janeiro a dezembro de 2009	480	37.651.598,05
Janeiro a dezembro de 2010	531	664.298.149,05
Total	2.082	726.398.699,13

Atualmente a SUTCE conta com 166 (cento e sessenta e seis) processos em Instrução Prévia e 690 (seiscentos e noventa) processos aguardando julgamento do TCDF ou em acompanhamento de ressarcimento parcelado.

Ainda, a SUTCE conta com 1.286 (um mil duzentos e oitenta e seis) processos de TCE em andamento, envolvendo um valor total do prejuízo a ser recuperado ao Erário do DF estimado em R\$697.266.685,10 (seiscentos e noventa e sete milhões duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), conforme dados demonstrados na tabela abaixo:

TCEs em Apuração pelas Comissões – 2010

Ano de Instauração	Tipo de Apuração								Total	
	Abaixo da Alçada (sem Decisão TCDF)		Acima da Alçada (com ou sem Decisão) e Abaixo (com Decisão TCDF)		Dirigentes					
					Apuração Regular		Diligência ou Reinstrução			
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
2006	0	0	0	0	4	143.212,08	0	0	4	143.212,08
2007	7	28.839,68	1	8.750,00	356	475.764.130,60	0	0	364	475.801.720,28
2008	1	23.046,94	72	1.419.182,23	66	107.299.121,26	0	0	139	108.741.350,43
2009	34	254.477,05	21	47.184.647,84	2	4.345.503,44	0	0	57	51.784.628,33
2010	238	982.428,08	44	20.832.982,90	440	60.795.773,98	7	0	722	60.795.773,98
Total Geral									1.286	697.266.685,10

A tabela acima reflete a situação da SUTCE em 30 de dezembro de 2010, pois sofre alterações diárias à medida que as apurações em andamento são concluídas pelas Comissões e que novas instaurações são publicadas.

Estão sendo realizados mutirões de trabalho, organizados para conferir celeridade às apurações de TCEs que envolvem grande número de processos com o mesmo objeto. Para o desenvolvimento desse trabalho, a SUTCE conta com três equipes, a saber:

- 1) Apura processos oriundos do Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBMDF, cujo objeto é a concessão irregular de Indenização de Transporte a militares quando da passagem para a inatividade;
- 2) Apura processos oriundos da Polícia Militar do DF – PMDF, cujo objeto é a concessão irregular de Indenização de Transporte a militares quando da passagem para a inatividade;
- 3) Apura processos oriundos da Secretaria de Estado do Esporte – SESP, cujos objetos são omissões no dever de prestar contas, ou irregularidades encontradas na prestação de contas, de recursos concedidos mediante contratos e convênios a diversas entidades desportivas.

Estão Demonstrados, a seguir, o desempenho das equipes:

Desempenho das Equipes de Mutirões – 2010

Equipe	Processos de TCE					
	Concluídos		Em apuração		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Mutirão CBMDF – Indenização de Transporte	227	65,23	121	34,77	348	100
Mutirão SESP	97	40,93	140	59,87	237	100
Mutirão PMDF – Indenização Transporte	0	0	334	100%	334	100

Indicadores de Desempenho – 2010

Indicador	Unidade de medida	Metas	
		Previsto	Realizado
Taxa de Eficiência na Apuração das TCEs	Dias	350	596,65
Taxa de Recuperação do Dano sem a necessidade de instauração de TCE	Percentual	20	51,99

1.4. Sistema de Recebimento e Apuração de Denúncias - SIRADE

Atuando como instrumento institucional de comunicação entre os cidadãos e o Governo, o SIRADE busca a concretização dos ideais constitucionais de uma gestão pública orientada para resultados, segundo critérios de qualidade, transparência e respeito, proporcionando meios para que possam ser corrigidas disfunções no aparelho do Estado, na medida em que estimula a comunidade a participar ativamente na melhoria da gestão pública.

Denúncias Recebidas				
	2007	2008	2009	2010
Janeiro	04	98	133	117
Fevereiro	52	122	137	129
Março	73	234	208	132
Abril	49	234	158	103
Maio	60	180	130	132
Junho	64	148	158	101
Julho	64	112	140	133
Agosto	115	179	128	158
Setembro	115	182	161	157
Outubro	115	219	172	121
Novembro	99	174	172	113
Dezembro	69	109	130	110
Total	879	1.991	1.827	1.506

Das 1.506 denúncias recebidas, 1.285 foram processadas, conforme detalhamento abaixo, 43 foram repassadas a outras esferas de Governo, 178 arquivadas.

Denúncias recebidas e processadas em 2010 – Por Órgão da Administração Direta e Indireta do GDF

Administração Direta	
Secretaria de Estado de Saúde do DF	259
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF	247
Secretaria de Estado de Educação do DF	145
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF	77
Secretaria de Estado de Trabalho do DF	30
Secretaria de Estado de Governo do DF	27
Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF	22
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF	14
Secretaria de Estado de Ordem Pública do DF	14
Secretaria de Estado de Transportes do DF	10
Secretaria de Estado de Fazenda do DF	8
Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF	8
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF	7
Secretaria de Estado de Cultura do DF	7
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do DF	6
Procuradoria-Geral do Distrito Federal	5
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do DF	5
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do DF	5
Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF	4
Casa Militar do Governo do Distrito Federal	3
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF	3
Secretaria de Estado de Esporte do DF	3
Corregedoria-Geral do Distrito Federal	2
Secretaria de Estado de Obras do DF	1
Subtotal	912
Administrações Regionais	
Varjão	16
Sobradinho	14
Paranoá	11
Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - S.C.I.A	11
Núcleo Bandeirante	10
Recanto das Emas	10
Riacho Fundo II	10
Santa Maria	10
Taguatinga	9
Samambaia	8
Águas Claras	7
Brasília	5
Ceilândia	5
Riacho Fundo I	5
Setor de Indústria e Abastecimento - S.I.A	5
Brazlândia	4
Itapoã	4

Administração Direta	
Jardim Botânico	4
Candangolândia	3
Cruzeiro	3
Gama	3
Guará	3
Lago Norte	3
São Sebastião	3
Park Way	2
Planaltina	2
Sudoeste	2
Sobradinho II	1
Subtotal	173
Total	1.085

Administração Indireta	
Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS	57
Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN	36
Departamento de Estrada de Rodagem do DF - DER	16
Instituto de Defesa do Consumidor do DF- PROCON	16
Serviço de Limpeza Urbana do DF - SLU	15
Transporte Urbano do DF- DFTRANS	15
Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CODHAB/DF	11
Companhia do Metropolitano do DF - METRÔ-DF	6
Fundação Hemocentro do DF	6
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	5
Arquivo Público do DF - ARPDP	3
Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB	3
Companhia de Planejamento do DF - CODEPLAN	2
Companhia Energética de Brasília - CEB	2
Agência Reguladora de águas, energia e saneamento básico do DF – ADASA	1
Banco de Brasília - BRB	1
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS	1
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	1
Instituto de Previdência dos Servidores do DF- IPREV/DF	1
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - BRASÍLIA AMBIENTAL	1
Jardim Botânico de Brasília - JBB	1
Total	200

Assuntos tratados

Assuntos	
Utilização indevida de veículo oficial	249
Descumprimento de carga horária de trabalho	185
Concessão irregular de benefício social	178
Conduta irregular de servidor	176
Atendimento inadequado ao cidadão	64
Ato irregular da administração pública	59
Favorecimento a terceiros	58
Lesão aos cofres públicos	39
Irregularidade em licitação/contrato	31
Abuso de autoridade	26
Nepotismo	23
Gasto indevido com pessoal	22
Atividade ilícita	20
Assédio moral	18
Nomeação indevida de servidor	18

Assuntos	
Recebimento indevido de vantagens	16
Utilização indevida de bens públicos	15
Procedimento médico inadequado	11
Assédio sexual	10
Acumulação irregular de cargos	8
Concessão e permissão irregular	8
Desvio de função	8
Irregularidade em programas habitacionais	8
Utilização indevida de verba pública	8
Irregularidade em alvarás	7
Omissão de servidor público	7
Utilização irregular de área pública	5
Extravio de documentos	3
Dano ambiental	2
Utilização indevida de atestado médico	2
Irregularidades em concursos públicos	1
Total	1.285

Atividades Realizadas pelo SIRADE

Tipo de Atividade	Quantidade
1. Reuniões externas	14
2. Participações em eventos do GDF	1
3. Documentos expedidos	2.279
4. Denúncias recebidas	1.279
4.1 - Denúncias enviadas a outras áreas da CGDF	1.083
4.2 - Denúncias arquivadas	156
4.3 - Denúncias repassadas para apuração em outros Órgãos	40
5. Atendimentos ao cidadão	281

1.5. Administração Geral

A Diretoria de Tecnologia da Informação adotou diversas medidas na área de Segurança da Informação, destacando-se a implementação da Política de Segurança da Informação – PSI. Ainda outras atividades foram desenvolvidas, tais como a reorganização física do Data Center da CGDF, a padronização visual das apresentações realizadas pelas áreas da CGDF, a padronização do uso de softwares em todo o ambiente da Corregedoria-Geral.

Na área de desenvolvimento de sistemas, foram mantidos os sistemas: PODE, SAP, SGI, SISAPOS, SGP, SAEWEB, SGP e SQD, desenvolvida e implementada a nova versão da intranet e estão em fase de desenvolvimento os sistemas de Gestão de Telefonia – SIGETEL e o de Acompanhamento e Controle de Tomada de Contas Especial – SIACON.

Por meio da Diretoria de Administração e Finanças, foi proporcionado a 197 servidores a participação em programadas de capacitação e reciclagem, para as áreas conforme segue:

Área	Total de Servidores	Servidores Capacitados	%
Gabinete	27	13	48
Controladoria	160	80	50
Corregedoria	32	20	63
SIRADE	11	07	64
SUTCE	56	30	54
UAG	77	47	61
Total	363*	197	54

* Não são contemplados nos programas de capacitação os estagiários e os sentenciados da FUNAP.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais	6.021.556,00	1.142.211,00	1.038.142,41	1.001.345,40	007 e 008
6989 - Manutenção de serviços administrativos gerais da corregedoria-geral do distrito federal	6.021.556,00	1.142.211,00	1.038.142,41	1.001.345,40	007 e 008

A manutenção dos serviços de apoio administrativo e da estrutura física de todas as Unidades de Corregedoria-Geral foram custeadas neste programa de trabalho, além da aquisição de bens patrimoniais necessários para o desenvolvimento das atividades das áreas fim e meio, ainda, no final do exercício, foi iniciada a reforma da ala leste do 13º andar do Anexo do Palácio do Buriti, a qual será finalizada e ocupada no início de 2011.

3. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Manutenção do programa reintegra cidadão	350.000,00	218.815,00	218.272,15	218.272,15	011
0025 - Manutenção do programa reintegra cidadão da corregedoria geral do DF	350.000,00	218.815,00	218.272,15	218.272,15	011

Por meio do contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, foram mantidos em média 19 sentenciados/mês desenvolvendo atividades de copeiragem, reprografia e serviços gerais.

4. Informações Complementares

Assuntos como o acompanhamento prévio das publicações no DODF, onde foram suspensas despesas sem o cumprimento das regras vigentes (reconhecimentos de dívidas, despesas com empresas relacionadas no Inquérito 650 do STJ/PF), o não aumento das passagens de ônibus e a diminuição em 20% no preço cobrado pela coleta do lixo hospitalar foram exemplos das ações diretas e concretas nas quais os resultados das inspeções e a condução das reuniões tiveram como atores a equipe da direção desta casa.

A participação de Auditores de Controle Interno nos Grupos de Trabalho - GT do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiro e do Distrito Federal - CONACI e no VI Encontro do CONACI, onde foram apresentados os trabalhos dos GT sobre a formulação das diretrizes das Macrofunções básicas de Controladoria, Auditoria, Ouvidoria e Corregedoria do Controle Interno.

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Além do prestígio e do reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos, tiveram continuidade as reuniões com os ordenadores de despesas, a parceria entre a CGDF e a Escola de Gestão com o treinamento de mais de 500 executores de contratos só neste exercício, além das turmas de capacitação e treinamento em PAD. Ainda, por intermédio da SUTCE, está previsto que até o final de 2011 será editado o Manual de Tomada de Contas Especial.

A projeção da Corregedoria-Geral foi alcançada não só pelo exercício das competências institucionais, mas pela atuação direta dos dirigentes, o que propiciou um elevado grau de motivação da equipe e intenso comprometimento visando a imediata solução dos problemas.

As demonstrações de reconhecimento advêm da resposta dos demais órgãos e entidades do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal e dos órgãos de Controles Internos dos Estados brasileiros, estes por meio da intensa participação do Distrito Federal nas atividades do CONACI, exercida pela CGDF.

A admissão e treinamento dos auditores aprovados no último concurso da carreira de Controle Interno do Distrito Federal contribuíram decisivamente com os trabalhos dos diversos setores e incrementaram a qualidade e tornaram o fluxo mais dinâmico, os treinamentos e nova experiência advinda dessa situação permitem que a Controladoria possa melhorar seus processos no exercício de 2011.

Com a participação no CONACI e a adoção das diretrizes por ele estabelecidas propiciará a padronização dos procedimentos, o maior intercâmbio, e mais atuação nas trocas de conhecimentos entre os órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros. Nesse contexto haverá aprimoramento qualitativo e quantitativo em todas as áreas de abrangência do Controle Interno.

Há perspectiva de continuidade nos contatos técnicos, na forma de reuniões com órgãos e entidades, para elucidação de questões afins e de interesse geral da administração pública atinentes às funções de Controle e de Auditoria, permitindo a padronização de entendimentos.

Continuidade da participação de Auditores de Controle Interno da Controladoria em grupo de pesquisa formado por servidores do Tesouro Nacional/SEF, para entendimentos quanto à forma de executar procedimentos necessários à elaboração do relatório de criação e expansão das despesas públicas, na forma dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

25. SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEHAB

A Secretaria de Estado de Habitação do Distrito Federal foi criada pelo Decreto nº 29.403, de 14 de agosto de 2008 e extinta pelo Decreto nº 31.698, de 18 de maio de 2010, que, transferiu para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDUMA/DF as atribuições vinculadas à formulação e gestão da política habitacional.

1. Síntese das competências

A Secretaria de Estado de Habitação do Distrito Federal foi criada pelo Decreto nº 29.403, de 14 de agosto de 2008, tendo como atribuições:

- Definir e implementar a política habitacional do Distrito Federal;
- Planejar e estabelecer as metas e ações a serem cumpridas pelos órgãos vinculados e subordinados para a implantação da política habitacional;
- Gerir o Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHABI e Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS;
- Assessorar e prestar apoio técnico-administrativo aos órgãos colegiados vinculados a área de atuação da Secretaria;
- Representar o Distrito Federal nas escrituras públicas de compra e venda, reversão, permuta, doação de bens imóveis e termo de concessão de uso relacionado ao Programa Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal.

2. Estrutura Organizacional

Os órgãos colegiados vinculados à SEHAB são: Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CONDHAB e o Conselho Gestor do FUNDHIS.

Órgão vinculado e subordinado: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.

Os Fundos vinculados à SEHAB são: Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHIS e o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS.

Força de Trabalho

Servidores	Cargos		Total
	Com cargo comissionado	Sem cargo comissionado	
Quadro do GDF	05	15	20
Requisitados Órgãos do GDF	04	-	04
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	55	-	55
Estagiários	-	-	14
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	50
Total Geral	64	15	143

Dados extraídos do SIGRH – Abril/2010

3. Execução Orçamentária com Pessoal e Encargos

Com relação aos recursos humanos da SEHAB, as despesas realizadas até o dia 20/05/2010 com a força de trabalho encontram-se demonstradas a seguir:

Programa de Trabalho	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
16.122.0100.8502.7031 – Administração de Pessoal da SEHAB	3.506.218,00	3.506.216,81	3.506.216,81
28.846.001.9050.7014 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições da SEHAB	56.581,00	56.580,19	56.580,19
16.122.0750.8504.7026 – Concessão de Benefícios aos servidores da SEHAB	69.313,00	69.311,34	69.311,34

Fonte: QDD em 20/05/2010

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Quantidade de servidores	119	121	124	136	127.
Auxílio-creche	15	15	14	15	13
Auxílio-alimentação	100	57	45	45	60
Auxílio-transporte	82	84	41	41	92

Fonte: SAG – 3º bimestre

4. Execução Orçamentária

A seguir apresentaremos a execução orçamentária das ações desenvolvidas pela Secretaria de Habitação no amparo dos subtítulos orçamentários que se encontram relacionados no Relatório das Etapas Programadas para Execução – SAG e no SIGGO, conforme Anexo.

Programa de Trabalho/Grupo de Despesa/Elemento de Despesa	Autorizado (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos Liquidados (R\$)	% (Liquidado/Emitidos)	% (Empenhado/Autorizado)
16.122.0100.8502.7031 - Administração de Pessoal da SEHAB	3.506.218,00	3.506.216,81	3.506.216,81	100%	100%
Vencimentos e vantagens fixas	3.399.323,00	3.399.323,00	3.399.323,00	100%	100%
Obrigações patronais	94.771,00	94.770,62	94.770,62	100%	100%
Outras despesas variáveis	12.124,00	12.123,19	12.123,19	100%	100%
16.122.0100.8502.8684 - Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social	9.470,00	9.469,16	9.469,16	100%	100%
Obrigações patronais	9.470,00	9.469,16	9.469,16	100%	100%
16.122.0100.8517.7899 - Manutenção de Serviços Administrativos da SEHAB	140.425,00	140.424,59	140.424,59	72%	24%
Diárias	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Material de Consumo	5.593,32	5.593,32	5.593,32	100%	100%
Passagens e despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	134.051,68	134.051,27	134.051,27	100%	100%
Equipamentos e material permanente	780,00	780,00	780,00	100%	100%
16.122.0750.8504.7026 - Concessão de benefícios aos servidores	69.313,00	69.311,34	66.311,34	100%	100%
Outros Benefícios Assistenciais	4.765,00	4.764,25	4.764,25	100%	14%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	-	-	0%	0%
Auxílio-alimentação	36.448,00	36.447,30	36.447,30	100%	100%
Auxílio-transporte	28.100,00	28.099,79	28.099,79	100%	100%
16.122.1200.4045.0001 – Gestão da política Habitacional do DF	211.000,00	201.775,00	151.705,00	75%	96%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	151.705,00	151.705,00	151.705,00	100%	100%
16.126.0650.1539.0002-Implementação do Sistema de Informação para Habitação	0,00	-	-	0%	0%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	-	-	0%	0%
16.126.0650.2434.0003 - Manutenção do sistema de informação para habitação	0,00	-	-	0%	0%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	-	-	0%	0%
16.421.1501.2426.0029 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	17.000,00	17.000,00	17.000,00	100%	100%
Operação entre Órgãos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17.000,00	17.000,00	17.000,00	100%	100%
16.482.0469.3053.0001 - Revitalização de Edificações no DF	0,00	-	-	0%	0%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	-	-	0%	0%
16.482.1200.3023.0006 - Construção de casas no DNOCS	0,00	-	-	0%	0%
Obras e instalações	0,00	-	-	0%	0%
28.846.0001.9050.7014 - Ressarcimento, Indenizações e Restituições	56.581,00	56.580,19	56.580,19	100%	28%
Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	56.581,00	56.580,19	56.580,19	100%	29%
Indenizações e Restituições	0,00	-	-	0%	0%
16.244.1200.4023.0002 - Concessão de Cheque Moradia	9.210,00	9.209,55	9.209,55	100%	100%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	9.210,00	9.209,55	9.209,55	100%	100%
Total Geral	3.959.922,00	3.959.916,64	3.959.916,64	100%	100%

Fonte: Quadro Detalhamento Despesa – 20/05/2010

5. Programa Cheque Moradia

Criado pela Lei Complementar nº 794, de 19 de dezembro de 2008, regulamentado pelo Decreto nº 30.070, de 18 de fevereiro de 2009, o Programa Cheque Moradia volta-se à aquisição de mercadorias ou materiais para construção, reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais de interesse social, integrantes ou não de programas habitacionais locais, sendo concedido à pessoa física beneficiária do Programa.

Inicialmente os recursos designados a atender as despesas do Programa foram alocados à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB – conforme previsto no art. 8º da LC nº 794/2008 e art. 23 do Decreto nº 30.070/2009, todavia, em 10 de março de 2009, ocorreu a descentralização do crédito orçamentário para a SEHAB, mediante a publicação da Portaria Conjunta nº 02-CODHAB/SEHAB, de 10 de março de 2009, publicada no DODF nº 51, de 16 de março de 2009 (fls. 12), nos termos do art. 14, § 3º do Decreto retro.

A Diretoria Administrativa Financeira da CODHAB informou, nos autos do processo 380.000.824/2009, às fls. 15/16, que apesar da Portaria Conjunta nº 02, fls. 12, ter consignado o montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) do Programa de Trabalho 16.244.1200.4023.0001 – Cheque Moradia, apenas R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) foram efetivamente descentralizados em 2009, haja vista que R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) foram bloqueados pela Subsecretaria de Orçamento/SEPLAG para atendimento de Crédito Suplementar.

A SEHAB deu início às ações destinadas à efetivação dos pagamentos no âmbito do Programa Cheque Moradia, para tanto foram emitidas Notas de Empenho em favor da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF - com os valores depositados no Fundo de Investimento 31 vinculado à Conta Corrente de titularidade do GDF no BRB, conforme quadro abaixo.

Nota de Empenho	Data de Emissão	Valor R\$	Nota de Lançamento	Data de Emissão	Valor R\$
2009NE00037	20/3/2009	3.000.000,00	2009NL00046	20/3/2009	3.000.000,00
2009NE00091	26/5/2009	2.500.000,00	2009NL00161	14/7/2009	2.500.000,00
2009NE00169	15/9/2009	2.500.000,00	2009NL00244	21/9/2009	2.500.000,00
2009NE00193	13/10/2009	160.000,00	2009NL00277	14/10/2009	160.000,00
Total		8.160.000,00			8.160.000,00

Fonte: Processo 380.000. 824/2009

Previsão de Pagamento	Data de Emissão	Valor	Paga
2009PP00027	20/3/2009	R\$ 3.000.000,00	Sim
2009PP00098	14/7/2009	R\$ 2.500.000,00	Sim
2009PP00164	21/9/2009	R\$ 2.500.000,00	Sim
2009PP00193	17/10/2009	R\$ 160.000,00	Sim
Total		R\$ 8.160.000,00	

Fonte: Processo 380.000. 824/2009

Com se vê durante o exercício de 2009 foram transferidos R\$ 8.160.000,00 (oito milhões cento e sessenta mil reais) ao Banco de Brasília para fazer frente às demandas de pagamento dos cheques, montante esse utilizado também no exercício de 2010, cujo saldo não se esgotou ainda, como poderá ser constatado adiante.

Estão acostados ao processo 380.000.824/2009 os Relatórios de Acompanhamento da arrecadação mensal dos Cheques Moradia emitidos pelo BRB referentes aos meses de abril/2009 a março/2010. Esta Unidade resumiu tais informações na tabela a seguir.

Mês/Ano	Quantidade de Cheques Pagos/ Compensados	Valor Total
Abr/09	1.311	R\$ 107.600,00
Mai/09	4.057	R\$ 1.666.050,00
Jun/09	751	R\$ 300.775,00
Jul/09	1.304	R\$ 228.500,00
Ago/09	437	R\$ 121.150,00
Set/09	71	R\$ 107.550,00
Out/09	3.083	R\$ 319.500,00
Nov/09	717	R\$ 59.575,00
Dez/09	6.206	R\$ 506.975,00
Subtotal	17.937	R\$ 3.417.675,00
Jan/10	4888	R\$ 443.375,00
Fev/10	467	R\$ 39.975,00
Mar/10	163	R\$ 16.200,00
Subtotal	5.518	R\$ 499.550,00
Total	23.455	R\$ 3.917.225,00

Fonte: Processo 380.000. 824/2009

Insta salientar que esses dados foram consolidados com base nos relatórios de acompanhamento e nos extratos bancários da Conta Corrente fornecidos pelo BRB às fls. 869/881 do processo 380.000.281/2009. Essa apuração demonstrou que os cheques pagos totalizaram 23.455 (vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais) correspondente ao montante de R\$ 3.917.225,00 (três milhões novecentos e dezessete mil duzentos e vinte e cinco reais).

Pelos extratos do fundo de investimento do exercício de 2009 (fls. 588/597) e dos meses de janeiro a maio de 2010 (fls. 854/856 e 865/868), consubstanciou-se:

Rendimentos - Conta Investimento

Exercício de 2009

Mar/09	R\$ 4.713,45
Abr/09	R\$ 19.304,58
Mai/09	R\$ 11.141,13
Jun/09	R\$ 6.375,38
Jul/09	R\$ 9.694,10
Ago/09	R\$ 15.946,15
Set/09	R\$ 18.133,49
Out/09	R\$ 27.739,29
Nov/09	R\$ 25.998,72
Subtotal	R\$ 139.046,29
Dez/09	R\$ 27.762,22
Total	R\$ 166.808,51

Fonte: Processo 380.000. 824/2009

Exercício de 2010

Jan/10	R\$ 22.033,01
Fev/10	R\$ 19.222,80
Mar/10	R\$ 24.674,12
Abr/10	R\$ 21.819,97
Mai/10	R\$ 25.650,14
Total	R\$ 113.400,04
Total 2009/2010	R\$ 280.208,55

Fonte: Processo 380.000. 824/2009

Assim, o total de rendimentos mensais da abertura da conta até o mês de maio de 2010 totalizou R\$ 280.208,55 (duzentos e oitenta mil duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Dessa forma, observa-se:

Ano	Saldo inicial	Cheques Pagos	Saldo	Rendimentos	Total
2009	R\$ 8.160.000,00 (1)	R\$ 3.417.675,00 (2)	R\$ 4.742.325,00	R\$ 174.508,57	R\$ 4.916.833,57
2010	R\$ 4.916.833,57	R\$ 499.550,00 (3)	R\$ 4.417.283,57	R\$ 113.400,04	R\$ 4.530.683,61
Total	-	R\$ 3.917.225,00 (4)	-	R\$ 287.908,61 (5)	R\$ 4.530.683,61

Fonte: Processo 380.000. 824/2009

(1) Valor total dos depósitos efetuados no BRB, conforme Ordem Bancária de fls. 39, 58, 83 e 92.

(2) Valor total de cheques compensados no ano de 2009, conforme extratos bancários fornecidos pelo BRB e acostados às fls. 869/878.

(3) Valor total de cheques compensados no ano de 2010, conforme extratos bancários fornecidos pelo BRB e acostados às fls. 879/881.

(4) Total geral de cheques pagos.

(5) Total geral de rendimentos.

(6) Saldo total do Programa.

Obs.: O saldo disponível na Conta Investimento 31, referente ao mês de maio de 2010, é R\$ 4.530.358,61 (quatro milhões quinhentos e trinta mil trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos), somados ao saldo disponível na Conta Corrente, referente ao mês de março de 2010 que é de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), tem-se o total geral do Programa indicado no item (6).

A apuração do valor total de cheques emitidos e de cheques não compensados seria importante para melhor instruir esse relatório, no entanto tal ação não foi possível visto que o processo não apresenta dados precisos nesse aspecto. Não foi possível também, até o presente momento, obter tais informações.

Ano	Total de Cheques Emitidos	Total de Cheques Compensados	Total de Cheques não Compensados
2009	ND	R\$ 3.417.675,00	ND
2010	ND	R\$ 499.550,00	ND
Total	ND	R\$ 3.917.225,00	ND

Por oportuno, cumpre rememorar as recomendações apontadas no Relatório de Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal nº 15/2010-DIFIP/CONT/CGDF – exercício de 2009, acerca da gestão do Cheque Moradia:

a) Que a gestão do Cheque Moradia seja realizada por um único órgão ou que haja perfeita sintonia entre os envolvidos de forma a não prejudicar o bom andamento desse projeto;

b) Que a seleção das regiões a serem contempladas seja fundamentada em estudos/pesquisas e que a documentação, referente à seleção, esteja prontamente disponível para consulta;

c) Aprimorar o sistema de informações do Cheque Moradia tendo em vista terem sido encontrados, na Lista dos Beneficiários por cidade enviada pela SEDEST, CPFs duplicados e beneficiários sem valores recebidos;

d) Publicar no Diário Oficial e na internet, todas as listas de contemplados e/ou “Relação das Famílias a serem Beneficiadas com o Programa Cheque Moradia” e a relação de todas as famílias pretendentes ao benefício com a pontuação e classificação de cada uma das famílias.

25.1. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, órgão de comando e supervisão, diretamente subordinada à Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUHMA/DF, compete:

I. coordenar e executar as ações relativas à Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, conforme a Lei nº 3.877/06 e demais diplomas legais;

II. desenvolver os programas e projetos habitacionais, bem como o Plano Habitacional de Interesse Social, definidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUHMA;

III. articular com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à RIDE as formas de participação na política habitacional daqueles entes políticos, de modo a compatibilizar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal com as praticadas no Entorno, quando couber;

IV. articular as ações dos diversos órgãos setoriais envolvidos na execução da política habitacional, com vistas à consolidação das diretrizes estabelecidas;

V – promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal;

VI – executar medidas que visem à remoção de aglomerados informais precários ou ilegais, quando não passíveis de regularização;

VII – priorizar projetos e programas que visem à implementação e à otimização das condições de qualidade das habitações do Distrito Federal, com ênfase no segmento de menor poder aquisitivo;

VIII – desenvolver projetos sociais para programas habitacionais que promovam a integração dos futuros beneficiados e contribuam para a geração de emprego e renda;

IX – desenvolver projetos sociais e intervenções urbanas objetivando a fixação dos moradores;

X – planejar, produzir, comercializar unidades habitacionais e intermediar repasses financeiros, para locação, aquisição, construção, ampliação e reforma de moradias especialmente destinadas à população de baixa renda, obedecendo as diretrizes estabelecidas;

XI – sistematizar as informações habitacionais, em conjunto com a SEDUHMA, mantendo informações atualizadas no Banco de Dados do Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB/DF, de forma a planejar sua atuação nos diversos programas habitacionais;

XII – operacionalizar o sistema de seleção, analisando e aprovando os beneficiários da política de subsídios, respeitando o disposto na Lei nº 3.877/06;

XIII – exercer as atividades de construção de obras civis afins à Política de Desenvolvimento Habitacional do DF, para si ou para terceiros;

XIV – analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e financeira dos projetos habitacionais, sua infraestrutura e os equipamentos comunitários;

XV – propor e assinar convênios, contratos, participar de consórcios com autorização legislativa e efetivar outras formas de parceria com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à RIDE, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, organizações não-governamentais,

cooperativas, associações e organizações da sociedade civil de interesse público, isoladamente ou em conjunto com o Distrito Federal, na forma do art. 11, VII, Lei nº 4.020;

XVI – repassar financiamento para aquisição de materiais de construção, equipamentos, pagamento de mão-de-obra e assistência técnica, visando ao atendimento de metas fixadas pela Política de Desenvolvimento Habitacional na construção de unidades residenciais, na promoção e apoio à construção de habitações, na execução de serviços públicos inerentes às plenas condições de habitabilidade dos núcleos habitacionais;

XVII – elaborar Relatórios de Controle e Avaliação com vistas a monitorar o Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB/DF;

XVIII – elaborar normas operacionais específicas para as diversas linhas de ação;

XIX – divulgar periodicamente, inclusive via Internet, as informações pertinentes à sua área de atuação, franqueando o acesso à população.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total*
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Requisitados	Órgãos do GDF	10	01	27	38	76
	Órgãos do Governo Federal	02	-	01	-	03
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		15	-	64	-	79
Conveniados		-	-	-	-	72
Estagiários		-	29	-	25	54
Total Geral		27	30	92	63	212

*Dez/2010

1. Programa 0084 – Urbanização

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1110-Execução de Obras de Urbanização	23.681.600,00	40.143.910,00	7.368.662,20	6.650.462,20	
9565 -Execução de Obras e Serviços de Infra-Estrutura e Urbanização de Interesse Social	23.681.600,00	40.143.910,00	7.368.662,20	6.650.462,20	002 e 003

* Etapa da UO 47.209

Esta ação tem como fonte de receita recursos oriundos da alienação de projeções localizadas na Região Administrativa do Guará, para a realização de obras e serviços de infra-estrutura nas diversas regiões do Distrito Federal.

2. Programa 0550 – Combate a Ocupação Irregular do Solo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº Etapa no SAG
4011-Regularização de Áreas de Interesse Social	1.282.880,00	1.188.140,90	1.047.786,53	632.243,26	
0001-Regularização de Áreas de Interesse Social	1.282.880,00	1.188.140,90	1.047.786,53	632.243,26	001* e 002

* Etapa da UO 47.209

2.1. Realizações finalísticas e metas alcançadas

Dando continuidade à implementação da Política de Desenvolvimento Habitacional traçada para o quadriênio 2007/2010, e visando o enfrentamento dos desafios que revestem a questão habitacional no contexto da estrutura urbana, foram desenvolvidas em 2010 ações e medidas que incluem duas abordagens de igual importância: uma voltada para o atendimento à crescente demanda por unidades habitacionais e outra, que promova a regularização dos parcelamentos de baixa renda, incluídos em áreas

declaradas de interesse social - ARIS, atendendo às determinações contidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF (art. 127 da Lei Complementar nº 803/2009).

A regularização dos parcelamentos informais está sendo promovida mediante a implementação de Projetos Integrados de Regularização Fundiária. Ressalta-se que esses projetos buscam equacionar os problemas urbanísticos, ambientais, fundiários e sociais que se fazem presentes nas diversas áreas ocupadas informalmente pelos segmentos de menor poder aquisitivo.

Nesse contexto, dada a complexidade e a diversidade de produtos que envolvem a elaboração dos Projetos Integrados de Regularização, em 2010, à conta do Programa 0550- Combate a Ocupação Irregular do Solo, deu-se continuidade à coordenação da execução de Projetos iniciados em 2009 e com previsão de desenvolvimento em 2010, como também a contratação de novos projetos, seguindo as prioridades estabelecidas nas estratégias traçadas pela CODHAB para a implementação do Subprograma de Regularização Fundiária, que já contemplou a regularização de cerca de 58% das ARIS.

Contratos formalizados à conta do Programa 0550- Combate a Ocupação Irregular do Solo:

a) Contratados formalizados em 2009, cuja execução se estendeu até 2010

- Setor Habitacional Mestre D'Armas – SHMD - 1ª etapa – Aris Mestre D'armas – Planaltina - RA VI;
- Área de Regularização de Interesse Social - Aris Buritis – Sobradinho II - RA XXVI;
- Área de Regularização de Interesse Social - Aris Mansões Sobradinho I – Vila Rabelo - Sobradinho - RA V;
- Estudo Ambiental – RIVI, correspondente aos vazios urbanos – Sobradinho – RA V;
- Serviços Geotécnicos na QNN 20 – Conjuntos I, K, M e O – Ceilândia – RA IX.

b) Contrato formalizado em 2010

- Parcelamento Urbano Isolado – PUI Comunidade Basevi - Sobradinho – RA V.

2.2. Quadro de Acompanhamento dos Projetos Contratados pelo Programa 0550 - Combate a Ocupação Irregular do Solo

Projeto / Serviços Contratados	Descrição dos Produtos	Atendimento (Habitantes)	Acompanhamento da Execução			
			Assinatura/Vigência do Contrato	Produtos entregues em 2009	Produtos entregues em 2010	Estágio da execução / Previsão de conclusão
Projeto Integrado de Regularização do Setor Habitacional Mestre D'Armas – 1ª etapa Planaltina – RA VI	1. Levantamento Aerofotogramétrico 2. Levantamento Topográfico Cadastral e Geotécnico 3. Plano de Trabalho Social 4. Plano de Relocação e Reassentamento 5. Estudo Ambiental 6. Projeto Executivo de Urbanismo	26.600	20/05/2009 19/11/2010	Produtos 1, 2, 5 e 6	Produtos: 3 e 4	Produtos entregues e encaminhados ao GRUPAR para análise e aprovação
Projeto Integrado de Regularização da ARIS BURITIS Sobradinho II – RA XXVI	1. Levantamento Topográfico Cadastral 2. Cadastro Socioeconômico e Selagem 3. Estudo Ambiental 4. Estudo Preliminar de	1.527	5/05/2009 4/05/2011	Produtos: 1 a 6 e 9 (subprodutos 9.1 e 9.2)	Produto 7, 8 e 9 (subproduto 9.3)	Todos os produtos entregues e em fase de análise

Projeto / Serviços Contratados	Descrição dos Produtos	Atendimento (Habitantes)	Acompanhamento da Execução			
			Assinatura/ Vigência do Contrato	Produtos entregues em 2009	Produtos entregues em 2010	Estágio da execução / Previsão de conclusão
	Urbanismo 5. Projeto Executivo de Urbanismo 6. Banco de Dados Georreferenciados 7. Projetos Executivos de Infraestrutura 8. Plano de Regularização Fundiária 9. Reuniões com a Comunidade					
Projeto Integrado de Regularização Fundiária da ARIS Mansões Sobradinho I - Vila Rabelo Sobradinho – RA V	1. Plano de Trabalho 2. Levantamento Aerofotogramétrico 3. Levantamento Topográfico Cadastral 4. Pesquisa Censitária, Inventário e Selagem 5. Estudo Ambiental 6. Banco de Dados Georreferenciado 7. Projeto Executivo de Urbanismo 8. Projetos Executivos de Infraestrutura 9. Plano de Relocação 10. Trabalho Social	6.000	8/09/2010 5/05/2011	-	Produto 1 entregue e aprovado Produtos 2 e 3, entregues, em análise	Entrega dos demais produtos prevista para Maio/2011
Projeto Integrado de Regularização Fundiária do Parcelamento Urbano Isolado - PUI Comunidade Basevi Sobradinho – RA V	1. Plano de Trabalho 2. Levantamento Aerofotogramétrico 3. Levantamento Topográfico Cadastral 4. Pesquisa Censitária, Inventário e Selagem 5. Estudo Ambiental 6. Banco de Dados Georreferenciado 7. Projeto Executivo de Urbanismo 8. Projetos Executivos de Infraestrutura 9. Plano de Relocação 10. Reuniões com a comunidade	1.700	08/05/2010 05/05/2011	-	Produtos entregues e aprovados 1, 2, 3, 4 e 6; Produtos entregues, em análise na CODHAB: 5, 7 e 9	Entrega dos demais produtos prevista para Janeiro/ 2011
Relatório de Impacto de Vizinhança-RIVI Vazios urbanos da cidade Sobradinho I-RA V	1. Plano de trabalho e Cronograma Físico-financeiro 2. Estudo Ambiental 3. Apresentação do Estudo em Audiência Pública	515	28/12/2009 25/06/2010	-	Produtos 1, 2, 3	Produtos entregues em fase de análise pela CODHAB/ IBRAM
Serviços Geotécnicos QNN 20 - Conj. I,K,M e O (Projeto FNHIS Ceilândia) Ceilândia – RA IX	1. Execução de ensaio a percussão e identificação da profundidade do lençol freático 2. Elaboração do Laudo de Sondagem 3. Execução do ensaio de compressibilidade do solo 4. Execução do ensaio de adensamento do solo 4. 5. Elaboração de Laudo Conclusivo	-	4/12/2009 1/02/2010	Produtos 1,2,3 e 4	Produto 5	Concluído

3. Programa 0001 – Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9002- Retorno de Financiamentos do Sistema Financeiro Habitacional	17.320.000,00	19.318.898,00	15.149.892,11	14.210.663,71	
0004-Pagar Financiamentos do Sistema Financeiro Habitacional	17.320.000,00	19.318.898,00	15.149.892,11	14.210.663,71	018* e 015
9050- Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da CODHAB	18.440,00	28.440,00	8.440,13	8.440,13	
6996-Ressarcir, indenizar e restituir valores	18.440,00	28.440,00	8.440,13	8.440,13	019* e 016

* Etapa da UO 47.209

No presente exercício foi dada continuidade aos pagamentos mensais relativos aos contratos de financiamentos assinados com a Caixa Econômica Federal, conforme valores acima. Ainda no referido programa, foram realizados diversos ressarcimentos a mutuários que realizaram pagamentos de prestações em duplicidade. Programa: 0100 – Apoio Administrativo.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	6.630.931,00	8.960.631,00	8.850.461,20	8.850.461,19	
7012-Administração de Pessoal da CODHAB	6.630.931,00	8.960.631,00	8.850.461,20	8.850.461,19	001* e 003
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.331.600,00	13.461.414,00	12.956.315,19	12.657.639,23	
7240-Manutenção dos Serviços Administrativos e Gerais da CODHAB	3.331.600,00	13.461.414,00	12.956.315,19	12.657.639,23	004

* Etapa da UO 47.209

Pagamento de remuneração aos servidores ativos requisitados de vários órgãos do GDF, Governo Federal e empregos em comissão, bem como pagamento aos estagiários selecionados por meio de Contrato com Empresa Gestora de Estágios, nos termos da legislação vigente.

As principais realizações foram a aquisição de diversos equipamentos (aparelhos de ar condicionado e mobiliário em geral) para o bom desenvolvimento das atividades institucionais da CODHAB/DF, em especial, para a área de atendimento ao público e o pagamento de impostos.

4. Programa 0650 – Informação para Todos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1539-Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento Urbano, Territorial, Hab. e Ambiental do DF	866.788,00	166.788,00	0,00	0,00	
0006-Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para Habitação	866.788,00	166.788,00	0,00	0,00	0010* e 0008
2434-Manutenção dos Sistema de Informação	84.400	34.400,00	0,00	0,00	
0004-Manutenção dos Sistemas de Informação para Habitação	84.400	34.400,00	0,00	0,00	0011*

* Etapa da UO 47.209

No ano de 2010, não foram contratados serviços na referida ação, assim, os recursos orçamentários foram bloqueados/remanejados para atender outras demandas da CODHAB.

5. Programa 2300 – Preservação da Memória documental do DF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2465. Tratamento do Acervo Documental da CODHAB	168.800,00	168.800,00	0,00	0,00	
0004-Tratar o acervo documental da CODHAB	168.800,00	168.800,00	0,00	0,00	008* e 007

* Etapa da UO 47.209

No ano de 2010, não foram contratados serviços na referida ação, assim, os recursos orçamentários foram bloqueados/remanejados para atender outras demandas da CODHAB.

6. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	42.200,00	42.200,00	7.598,54	7.238,54	
7914-Treinamento e Capacitação dos empregados da CODHAB	42.200,00	42.200,00	7.598,54	7.238,54	006* e 005
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	627.092,00	856.242,00	856.225,65	856.225,65	
7012-Concessão de Benefícios aos empregados da CODHAB	627.092,00	856.242,00	856.225,65	856.225,65	007* e 006

* Etapa da UO 47.209

Na Ação de Concessão de Benefícios a Servidores, foram concedidos aos empregados da CODHAB/DF o Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte (01 empregado), num total de 155 beneficiários, durante o exercício de 2010.

7. Programa 1200 – Desenvolvimento Habitacional

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1677-Construção de Unidades Habitacionais no DF	5.720.000,00	220.000,00	0,00	0,00	
0002-Construir Unidades Habitacionais no Distrito Federal	5.720.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0014* e 0012
2407-Registro de Loteamento de Interesse Social	84.400,00	84.400,00	84.400,00	0,00	0,00
0002- Registrar Loteamentos e escrituras de Interesse Social	84.400,00	84.400,00	84.400,00	0,00	0,00
4013-Administração da Carteira Imobiliária	1.502.320,00	809.670,00	809.669,00	0,00	0,00
0001-Administrar a Carteira Imobiliária da CODHAB	1.502.320,00	809.670,00	809.669,00	682.010,10	0016* e 0014
4023-Cheque Moradia	7.174.000,00	0,00	0,00	0,00	
0001-Conceder Cheques Moradia	7.174.000,00	0,00	0,00	0,00	0020* e 009
4033-Manutenção e Conservação do Setor Habitacional Mangueiral-PPP	261.640,00	261.640,00	246.000,00	0,00	
0001-Manter e conservar o Setor Habitacional Mangueiral	261.640,00	261.640,00	246.000,00	0,00	0012* e 0011
6061-Realização de Eventos					
6389-Realizar eventos no Distrito Federal	168.800,00	16.800,00	16.800,00	0,00	0017*

* Etapa da UO 47.209

Os recursos deste Programa, alocados nas Ações 1677.0002, 4023.0001 e 6061.6389, foram bloqueados/remanejados para atender outras demandas da CODHAB/DF.

Na Ação 4013.0001, foram realizadas despesas com Serviços de TI para a administração da Carteira Imobiliária, visando a administração e controle dos pagamentos das prestações e da inadimplência dos mutuários.

Jardins Mangueiral

A primeira Parceria Público-Privada (PPP) do Distrito Federal e primeira PPP habitacional do Brasil, teve suas obras iniciadas em 2009 e já conta com a primeira etapa devidamente concluída, incluindo unidades habitacionais e equipamentos públicos, sendo que, em breve, a CODHAB/DF deverá iniciar o pagamento pela manutenção da área pública. O Mangueiral possui uma área de 200 hectares, em localidade privilegiada: entre o Jardim Botânico e São Sebastião, a 15 minutos do Plano Piloto. Ao todo

serão construídas oito mil unidades com toda infraestrutura urbana (asfalto, esgoto, luz e água), além de postos de segurança, postos de saúde e outros equipamentos comunitários para atender a população.

O novo setor equivale a 30 quadras residenciais de Brasília. O Índice de Desenvolvimento Humano será de três pessoas por unidade habitacional, o que resulta em uma população de aproximadamente 30 mil pessoas.

O empreendimento prevê a construção de 8.000 unidades habitacionais, sendo 4.800 unidades habitacionais individuais e 3.200 unidades de habitações coletivas com quatro pavimentos, 3.198 sobrados com sala, dois quartos, wc, cozinha e área de serviço e 1.602 sobrados com sala, três quartos, sendo uma suíte, wc, cozinha e área de serviço).

A entrega das unidades habitacionais está prevista conforme Fluxo Financeiro de Manutenção da Infraestrutura, que ocorrerá em 16 etapas (módulos), no prazo de 93 meses. A 1ª etapa de entrega foi adiada em virtude da necessidade de revisão nas habitações construídas.

Foram convocados para habilitação 16.425 candidatos oriundos das demandas de servidores públicos, cooperativas, cadastro único e deficientes, conforme listagens a seguir:

Listas Publicadas Para Pré-Habilitação

Data Publicação	Tipo Demanda	Quantidade Nomes Publicados	Quantidade Clientes Compareceram	Quantidade Desistências	Quantidade Processos Montados
9/9/2009	Servidores	1.202	641	208	656
13/10/2009	Cooperativas e Ass.	1.732	1.574	44	1.331
13/10/2009	Cadastro Único	777	506	115	167
13/10/2009	Servidores	2.764	1.156	376	1.121
14/1/2010	Cadastro Único	2.423	1.293	61	1.008
11/6/2010	Deficientes	793	Não informado	Não informado	Não informado
1/7/2010	Deficientes	891	Não informado	Não informado	Não informado
1/7/2010	Cadastro Único	5.843	3212	Não informado	3.212
Total		16.425	8.382	804	7.495

Análise Geral - Publicados por Tipo de Demanda - Pré Habilitação

Tipo de Demanda	Quantidade Nomes Publicados	Quantidade Clientes Compareceram	Quantidade Desistências	Quantidade Processos Montados
Servidores	3.966	1.797	584	1.777
Cooperativas e Ass.	1.732	1.574	44	1.331
Cadastro Único	9.043	5.011	176	4.387
Deficientes	1684	Não informado	Não Informado	Não Informado
Total	16.425	8.382	804	7.495

Listas Publicadas com Clientes Habilitados

Data Publicação	Tipo Demanda	Quantidade Nomes Publicados	Quantidade Clientes Compareceram	Quantidade Desistências	Quantidade Processos Montados
16/12/2009	Cadastro Único	136	134	9	98
16/12/2009	Cooperativas e Ass.	136	129	17	103
24/12/2009	Cadastro Único	59	45	5	39
24/12/2009	Cooperativas e Ass.	59	49	1	41
14/1/2010	Cooperativas e Ass.	951	897	45	847
12/3/2010	Cadastro Único	1552	971	58	554
Total		2.893	2.225	135	1.682

Análise Geral - Publicados por Tipo de Demanda - Habilitados

Tipo de Demanda	Quantidade Nomes Publicados	Quantidade Clientes Compareceram	Quantidade Desistências	Quantidade Processos Montados
Servidores	0	0	0	0
Cooperativas e Ass.	1.146	1.075	63	991
Cadastro Único	1.747	1.150	72	691
Total	2.893	2.225	135	1.682

Até a presente data, foram comercializadas 1.646 (mil seiscentos e quarenta e seis) unidades imobiliárias aos candidatos selecionados pela CODHAB, cujos valores de venda estão estabelecidos no contrato.

Quanto ao Cheque Moradia - Ação 4023, que consiste em subsídio para a construção, reforma ou ampliação de unidades habitacionais unifamiliares caracterizadas como habitação de interesse social e amparadas pelo Programa Habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF e pelos programas sociais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, por não ter ocorrido nenhum novo atendimento, informamos que os recursos foram bloqueados/remanejados para o atendimento de outras demandas da CODHAB/DF.

No que se refere às atividades relacionadas à Administração da Carteira Imobiliária, destacam-se os procedimentos relacionados à doação de lotes para a CODHAB, a serem utilizados nos programas habitacionais do Governo do Distrito Federal e os atendimentos aos mutuários existentes, conforme quadros abaixo:

Atendimentos, atividades e emissão de documentos realizados durante 2010:

Item	Quantidade		
	2008	2009	2010
1 - Atendimento e recebimento de documentos para formalização de processos de Associações e Cooperativas Habitacionais participantes do Edital de Chamamento nº 02/2008	136	3.136	-
2 - Verificações de Ocupação de Imóveis	2.853	2.103	750
3 - Levantamentos sócio-econômicos realizados em diversos focos de invasão	2.458	151	1.679
4 - Atendimentos no guichê	26.512	33.250	31.848
5 - Certidões Positivas de Imóveis expedidas e entregues	7.744	6.288	3.901
6 - Alterações cadastrais de candidatos no guichê de atendimento ao público	16.268	-	8.212
7 - Processos formalizados para habilitação de candidatos convocados	4.624	9.820	6.270
8 - Pesquisas cadastrais de candidatos a imóveis	4.624	6.522	6.880
9 - Processos de habilitação analisados	3.634	6.634	4.580
10 - Consultas no Cadastro de Mutuários	2.041	8.041	3.125
11 - Alterações na Planilha de Imóveis (lotes)	1.736	-	-
12 - Relatórios gerados	8.210	-	8.300
13 - Cartas convocatórias expedidas e entregues	1.768	3.768	1.420
14 - Termos de Concessão de Uso expedidos e entregues	1.425	5.425	2.272
15 - Quitações de contratos (Lei Nº 4.149/2008)	8.404	3.360	526
16 - Escrituras Particulares de Compra e Venda emitidas	1.220	5.324	1.692
17 - Fichas Descritivas p/emissão de Esc. Públicas de Doação para cartórios	1.624	4.120	8.361
18 - Escrituras Públicas de Doação entregues	918	3.338	3.265
19 - Contratos depurados (ativos / inativos)	1.783	2.433	1.923
20 - Baixas de hipoteca	1.564	1.965	1.243

8. Informações Complementares

Além dos Projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Governo 0550, a Diretoria Técnica da CODHAB, em 2010, deu continuidade ao acompanhamento da implementação de Projetos Habitacionais contratados pela Secretaria de Estado de Obras em 2008/2009, utilizando recursos tanto da dotação orçamentária do GDF, como também os procedentes do FGTS - Programa PROMORADIA e de recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os recursos procedentes da União foram repassados ao Governo do Distrito Federal por meio de Contratos formalizados entre o Ministério das Cidades, por intermédio da CAIXA, e o Governo do Distrito Federal, para intervenções integradas que contemplam ações relacionadas à implantação da infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica/iluminação pública, pavimentação e obras viárias e drenagem pluvial), construção de

equipamentos públicos, produção/melhorias habitacionais e execução dos Projetos de Trabalho Técnico Social.

A CODHAB participou na implementação conjunta com as demais Secretarias de Estado envolvidas nos Projetos, atuando efetivamente nas etapas de planejamento, contratação dos recursos, mobilização social e acompanhamento da execução referente às ações de produção de unidades habitacionais. Nesse contexto, cabe ressaltar a relevância do trabalho de mobilização social para garantir a efetividade da participação da comunidade na implementação dos projetos.

A conclusão desses Projetos corresponderá à produção de unidades habitacionais, contribuindo significativamente com a redução do déficit habitacional e, sobretudo, cumprindo sua missão de promover medidas e ações para garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

8.1. Acompanhamento de Projetos

Projetos Contratados pela Secretaria de Estado de Obras - SO com recursos procedentes dos Programas Federais PAC/FNHIS e PROMORADIA e por meio de Parcerias Público-Privadas - PPP

Subprograma – Produção de Moradias

Fonte de Recursos	Projeto / Contrato de Repasse	Descrição	População Atendida (Habitantes)	Assinatura/ Vigência do Contrato/CAIXA	Estágio de Implementação
PAC / PPI – Intervenção em Favelas UAS - Provisão Habitacional/ Saneamento Integrado	QNR 2 a 5 - Ceilândia CT Nº 227.247-63/2007	1. Regularização urbanística das quadras QNR 2 a 5; 2. Construção de 517 unidades habitacionais individuais	2.068	31/12/2007 30/10/2011	1. Projetos de Urbanismo das quadras registrados parcialmente. 2. Procedimento licitatório para a construção das unidades considerado inapto pela CAIXA. Encaminhado novo levantamento realizado pela SEDEST. Com 338 adesões.
	Vila DNOCS – Sobradinho CT Nº 227.245-44/2007	Construção de 429 unidades habitacionais individuais	1.716	6/12/2007 30/10/2011	1. Projeto de urbanismo registrado. 2. Obras em execução.
	Projeto Integrado Vila Varjão CT Nº 218.857-66/2007	Construção de 170 unidades habitacionais individuais	640	10/04/2008 30/03/2011	1. Projeto de Urbanismo registrado. 2. Autorizada pela CAIXA, a licitação de 100 casas. Procedimento licitatório não iniciado, devido à necessidade de substituição de endereços. Realização de novo levantamento a ser submetido à CAIXA. A CODHAB contratou a execução de estudos de sondagens para os locais de construção das unidades, em atendimento a exigência da CGU
	Projeto Integrado Vila Estrutural CT Nº 227.246-59/2007	Construção de 1.360 unidades habitacionais individuais, sendo 1.290, na Vila Estrutural e 70, no Núcleo Rural Monjolo	5.440	6/12/2007 30/10/2011	1. Projeto de Urbanismo aprovado, com registro pendente. 2. Construção das unidades <u>Na Estrutural:</u> 206 casas construídas e entregues 378 casas em fase de acabamento 706 casas a construir <u>No Monjolo:</u> 16 unidades entregues e 59 casas contratadas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA. OBS: A Secretaria de Estado de Obras solicitou à CAIXA a exclusão, no Contrato de Repasse, da produção das 70 unidades habitacionais no Núcleo Rural Monjolo

Fonte de Recursos	Projeto / Contrato de Repasse	Descrição	População Atendida (Habitantes)	Assinatura/ Vigência do Contrato/CAIXA	Estágio de Implementação
FGTS / PROMORADI A II Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	Setor Habitacional Sol Nascente Ceilândia – RA IX	Construção de 2.150 unidades habitacionais individuais	8.592		1. Projeto de Urbanismo em elaboração 2. Construção das Unidades: Projeto em aprovação na CAIXA.
	Setores Habitacionais Mestre D'Armas e Arapoanga Planaltina – RA VI	Contratos programados para a produção de moradias e, posteriormente, reprogramados para promoção de melhorias habitacionais em 10.838 unidades	43.352		Recursos não contratados tendo em vista a reprogramação da ação, o que exigiu a promoção pela SEDEST da realização de um levantamento na área das necessidades por melhorias, ainda não concluído
PAC/FNHIS – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	QNN 20 Ceilândia – RA IX	Construção de 16 unidades habitacionais individuais	64	29/12/2008 24/12/2010	Contrato extinto por determinação do gestor.
	ADE Oeste Samambaia RA XII	Construção de 62 unidades habitacionais individuais	248	27/12/2007 30/10/2011	Licitação autorizada pela CAIXA, porém não formalizada aguardando a Licença de Instalação pelo IBRAM e a aprovação de Projeto de Lei que altera parâmetros urbanísticos. Laudo de Sondagem em fase de contratação, em atendimento às exigências do CGU
	Santa Maria – RA XIII	Construção de 144 unidades habitacionais coletivas	576	30/04/2008	Contrato extinto por determinação do gestor.

Projetos Habitacionais Contratados pela Secretaria de Estado de Obras – SO e Secretaria de Estado de Governo / Administração Regional do ITAPOÃ, com recursos procedentes do GDF e do Programa Brasília Sustentável

Subprograma: Regularização Fundiária

Projeto	Fonte de Recursos	Descrição Produtos	População Atendida (Habitantes)	Estágio de Implementação
Projeto Integrado de Regularização do Setor Habitacional Sol Nascente e Por do Sol Ceilândia - RA IX	CT 022/2008 – SO	1. Plano de Trabalho Trabalho de Educação Ambiental Projeto do Trabalho Social Relatório do Trabalho Social – momento 1 2. Plano de Restrições Cenário de Desenvolvimento Plano de Desenvolvimento Pactuado Relatório do Trabalho Social – momento 2 Relatório do Trabalho de Educação Ambiental Preparação de Consulta Pública Relatório Socioeconômico Cadastro e Mapa dos Endereços Atuais Relatório dos Trabalhos de Selagem Foto aérea ortorectificada Projeto Topográfico 3. Banco de Dados Georreferenciados Projeto de Urbanismo Plano de Relocação e Reassentamento Relatório de Educação Ambiental Relatório do Trabalho Social – momento 3 4. Projeto de Pavimentação Projeto de Drenagem Pluvial Relatório de Educação Ambiental Rel. do Trabalho Social – momento	74.100	Produtos 1 e 2 finalizados Produto 03 - entregue parcialmente. Falta plano de relocação e reassentamento, educação ambiental e trabalho social - momento 3. Produto 04 – projetos em fase de ajustes exigidos pela SO e pela Codhab, decorrentes do Projeto de Urbanismo

Projeto	Fonte de Recursos	Descrição Produtos	População Atendida (Habitantes)	Estágio de Implementação
Projeto Integrado de Regularização do Setor Habitacional Água Quente RA's de Samambaia e Recanto das Emas	CT 275/2008 – SO	1. Plano de Trabalho 2. Levantamento Aerofotogramétrico 3. Levantamento Topográfico Cadastral e Geotécnico 4. Pesquisa Censitária, Cadastramento e Selagem 5. Plano de Trabalho Social 6. Estudo Ambiental 7. Plano de Uso e Ocupação do Solo 8. Projeto Executivo de Urbanismo 9. Projetos Executivos de Drenagem e Pavimentação 10. Plano de Regularização Fundiária	9.156	- Produtos Entregues e aprovados: 1 a 4, 6 e 7; -Produtos entregues, em fase de correção pela empresa: 5 e 8; - Produtos entregues, em fase de análise pela CODHAB e SO: 9 e 10;
Projeto Integrado de Regularização do Setor Habitacional Ribeirão Santa Maria – RA XIII	CT 116/2008 – SO	1. Levantamento Aerofotogramétrico 2. Levantamento Topográfico Cadastral 3. Cadastro Socioeconômico e Selagem 4. Plano de Trabalho Social 5. Plano de Relocação e Reassentamento 6. Plano de Controle Ambiental 7. Plano de Recuperação das Áreas Degradadas 8. Plano de Uso e Ocupação do Solo 9. Projeto Executivo de Urbanismo 10. Projetos Executivos de Drenagem 11. Plano de Regularização Fundiária	9.130	- Projeto concluído e aprovado pelo Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos de Solo e Projetos Habitacionais - GRUPAR, Referência: URB-RP 026/09 - Decreto nº 30.414, de 25 de maio de 2009;
Projeto Integrado de Regularização do Núcleo Urbano de São Sebastião São Sebastião RA XIV	CT 22/2009 Programa Brasília Sustentável	1. Plano de Trabalho 2. Levantamento Topográfico Cadastral 3. Adequação do Projeto Urbanístico do Núcleo Consolidado 4. Levantamento Socioeconômico e Selagem 5. Plano de Mobilização Participativa e relocação de moradores 6. Relatório e Estudos Ambientais 7. Plano de Uso e Ocupação do Solo 9. Projeto de Urbanismo	97.000	Produtos entregues e aprovados: 1, 2, 4, 6, 7 e parte do 5 (subprodutos 5.1, 5.2, 5.3) Produtos entregues e em fase de correção pela Empresa: 3 e 8. Previsão de Conclusão: 31/06/2011
Projeto de Regularização Fundiária do Setor Habitacional Itapoá – 2ª etapa	Projeto contratado pela Administ. Regional do Itapoá	1. Complementação do Levantamento Topográfico Cadastral 2. Projeto Executivo de Urbanismo 3. Cronograma Físico-financeiro	90.000	- Projeto concluído e aprovado pelo GRUPAR. Referência: URB-RP 068/09 Decreto nº 31.907, de 09 de julho de 2010

Projetos em Planejamento na CODHAB

Subprograma – Regularização Fundiária

Projeto	Descrição Produtos	População Atendida	Estágio
Projeto Integrado de Regularização Fundiária do Setor Habitacional Primavera Taguatinga – RA III	1. Plano de Trabalho 2. Levantamento Aerofotogramétrico 3. Levantamento Topográfico Planialtimétrico 4. Pesquisa Censitária, Inventário e Selagem 5. Estudo Ambiental 6. Banco de Dados Georreferenciado 7. Projeto Executivo de Urbanismo 8. Projetos Executivos de Infraestrutura 9. Plano de Relocação 10. Reuniões com a Comunidade	5.400	Elaborado Termo de Referência para contratação. Prazo previsto para a execução dos trabalhos: 150 dias a contar da emissão da OS.

Subprograma – Produção de Moradias

No âmbito do Subprograma Produção de Moradias, em 2010 foram elaborados Projetos de Arquitetura referentes a habitações coletivas, desenvolvidos para lotes de propriedade da CODHAB, localizados em Santa Maria e Guará, previstos para a implementação de empreendimentos em 2011, que

serão construídos com recursos próprios da CODHAB, para atender às demandas cadastradas na Companhia.

Localidades	Programa	Unidades Habitacionais Produzidas
CL 108 – Lotes B e C Santa Maria – RA XIII	Empreendimento composto por dois blocos, com garagem, pilotis e nove pavimentos-tipo em cada bloco; Apartamentos de 2 quartos, sala cozinha, área de serviço e banheiro, com área de 46,42 m ²	TOTAL – 72 UH's
CL 110 – Lotes C e D Santa Maria – RA XIII	Empreendimento composto por dois blocos, com garagem, pilotis e nove pavimentos-tipo em cada bloco; Apartamentos com 3 quartos, sala cozinha, área de serviço, banheiro e lavabo, com área de 58,07 m ²	TOTAL – 72 UH's
QI 27 – Lote 4 Guará II – RA X	Bloco com garagem, pilotis e treze pavimentos-tipo; Quatro apartamentos de 3 quartos e um de 2 quartos, ambos com sala, cozinha, área de serviço e banheiro, por pavimento-tipo Apartamento de 3 quartos – 66,61 m ² Apartamento de 2 quartos – 61,72 m ²	TOTAL - 65 UH's, sendo: 13 unidades de 2 quartos, e 52 unidades de 2 quartos
Quadra 2 – Cj B-07 Projeção B Sobradinho – RA V	Bloco com garagem, pilotis e seis pavimentos-tipo; Quatro apartamentos de 3 quartos e 4 de 2 quartos, ambos com sala, cozinha, área de serviço e banheiro, por pavimento-tipo Apartamento de 3 quartos – 67,27 m ² Apartamento de 2 quartos – 60,82 m ²	TOTAL - 48 UH's, sendo: 24 unidades de 2 quartos e 24 unidades de 3 quartos
Quadra 19 – Projeção 1 Setor Central Gama – RA II	Bloco com garagem, pilotis e seis pavimentos-tipo; Quatro apartamentos de 3 quartos e 6 de 2 quartos, ambos com sala, cozinha, área de serviço e banheiro, por pavimento-tipo Apartamento de 3 quartos – 67,88 m ² Apartamento de 2 quartos – 61,20 m ²	TOTAL - 60 UH's, sendo: 24 unidades de 2 quartos e 36 unidades de 3 quartos

9. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A questão habitacional se reveste de relevância no contexto da estrutura urbana do Distrito Federal, uma vez que o uso residencial ocupa cerca de 60% do tecido urbano. Com uma população estimada de 2.481.761 habitantes para 2009, aliada a um crescimento populacional médio anual de 3,01%, e a um incremento projetado de cerca de 20.000 novos domicílios por ano (SEDUH, 2005), a questão habitacional no Distrito Federal exige planejamento e medidas de gestão à altura do desafio de um desenvolvimento da cidade que promova justiça social e sustentabilidade ambiental.

Visando a implementação dessa política e o enfrentamento dos mencionados desafios, o Governo do Distrito Federal criou pela Lei nº 4.020 de 25 de setembro de 2007, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, com a finalidade de execução da Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. A execução de uma política de desenvolvimento habitacional no DF inclui, necessariamente, duas abordagens igualmente importantes: uma voltada para o atendimento à demanda crescente por novas unidades habitacionais em todos os estratos de renda; e outra que promova a regularização dos parcelamentos, tratados especialmente aqueles de baixa renda.

A CODHAB, responsável pelo planejamento, desenvolvimento e acompanhamento dos Projetos Habitacionais estabelecidos pelo Programa Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal – biênio 2008/2010, possui uma equipe bastante reduzida para fazer frente à grande demanda de trabalhos a ela delegados.

Em 2010 houve grandes avanços no tratamento das questões habitacionais de sua competência. No eixo estratégico da Regularização das Áreas de Interesse Social – ARIS e dos Parcelamentos Urbanos isolados – PUI's, exigência legal estabelecida pela *Lei Complementar nº 803*, de 25/04/2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, encontram-se em andamento, em alguns casos de execução avançada, vários Projetos Integrados de

Regularização, que somados aos demais projetos já concluídos, representam na totalidade o percentual de 60% das ARIS estabelecidas pelo PDOT, benefícios para uma população estimada em aproximadamente 350.000 habitantes.

No âmbito da CODHAB, pode-se destacar como principais dificuldades enfrentadas na execução da política habitacional os seguintes aspectos:

- O dimensionamento inadequado e qualificação da equipe técnica, nem sempre compatível com o perfil exigido para o desempenho dos trabalhos, associados à instabilidade da permanência na função ocorrendo, em curto prazo de tempo, várias substituições que comprometeram a continuidade dos trabalhos;
- Inexistência de cursos de treinamento e aperfeiçoamento da força de trabalho;
- Falta de recursos materiais, a exemplo de veículos e equipamentos topográficos, comprometendo a execução e acompanhamento dos projetos;
- Dificuldades na gestão dos projetos licitados e contratados por outros agentes;
- Morosidade no processo de habilitação das famílias, em especial, das que são objeto de remoção para fins de implementação das obras previstas;
- Dificuldade de articulação com os agentes parceiros na implementação dos projetos;
- Descontinuidade administrativa decorrente da crise política do GDF e
- Alta rotatividade no preenchimento dos empregos comissionados.
- Para 2011 encontram-se estabelecidas as seguintes metas:
- Conclusão das obras referentes à produção de unidades habitacionais de interesse social, em andamento, o que permitirá a efetiva distribuição e ocupação das mesmas;
- Conclusão dos Projetos Integrados das Áreas de Regularização de Interesse Social iniciados nos exercícios anteriores, o que permitirá a titulação final destas unidades imobiliárias;
- Continuidade na contratação dos Projetos Integrados para as Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, previstas no PDOT;
- Construção de edifícios de habitações coletivas nas projeções e lotes pertencentes à CODHAB, com projetos de arquitetura desenvolvidos pela DITEC, utilizando recursos próprios da CODHAB o que permitirá a oferta inicial de 317 apartamentos, para atender parcela da demanda habitacional cadastrada na CODHAB;
- Promoção de cursos de treinamento e capacitação, em especial, nas áreas de gestão de projetos, acompanhamento/execução de contratos e regularização fundiária;
- Aquisição de materiais, equipamentos e serviços para suprir as necessidades das diretorias;
- Depuração de contratos de alienação com os mutuários da Carteira de Crédito Imobiliário, o que possibilita a redução/quitação da dívida perante o Agente Financeiro (CAIXA), que atualmente gira na ordem de R\$ 205.000.000,00. e;
- Convocação de inscritos na Lista da CODHAB, de acordo com o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, e definição das áreas a serem regularizadas e da quantidade de imóveis que serão disponibilizados para o atendimento da Política Habitacional.

26. CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - CEAJUR

O Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, regulado pela Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, publicada no DODF nº 143 de 27 de julho de 2010, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 12.219.624/0001-83, tem por finalidade a prestação de assistência jurídica gratuita e integral a quem comprovar insuficiência de recursos.

Cumprе esclarecer que o Decreto nº 31.654 de 06 de maio de 2010, publicado no DODF nº 91, de 13 de maio de 2010, Seção I, pág. 4, previu a alteração da estrutura deste CEJAUR, sem aumento de despesas e em seu Parágrafo Único do Art. 1º estabeleceu que até a criação da unidade orçamentária própria e a completa estruturação da Unidade de Administração Geral do CEAJUR/DF, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal daria suporte ao órgão nas áreas administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial e contábil esta Unidade Orçamentária.

A Unidade Orçamentária teve a sua criação por meio da Lei nº 4.489, de 14 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 135, na data de 15 de julho de 2010, Seção I, pág.3.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF		15	113	33	421	582
Requisitados	Órgãos do GDF	8	42	17	65	132
	Órgãos do Governo Federal	01	02	01	-	04
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		71	-	124	-	195
Conveniados		-	07	-	08	15
Estagiários		-	05	-	133	138
Subtotal (Força de Trabalho)		95	169	175	627	1.066
(+) Cedidos para outros órgãos		02	-	04	01	07
Total Geral		97	169	179	628	1.073

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – Dezembro/2010 – Anexo I

Execução Orçamentária e Financeira

1. Programas

Programa/Ação/Subtítulo	Alteração Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
02.061.0100.2598.9614 – Realização de Fóruns, Conferências e Seminários	200.000,00	0,00	0,00	0,00	
02.061.0100.6348.0003 – Manutenção das Ações da Defensoria Pública	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
02.061.0750.2422.9623 – Manutenção do Programa Bolsa Estágio	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
02.061.2400.6129.3189 – Manutenção de Programas	699.074,00	99.074,00	0,00	0,00	
04.122.0100.8502.8711 – Administração de pessoal do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.	16.659.785,00	16.659.785,00	16.443.293,20	16.443.293,20	003
04.122.0100.8502.8712 – Contribuição Patronal para o RPPS	1.000.000,00	1.000.000,00	908.668,53	908.668,53	004
04.122.0100.8517.9632 – Manutenção dos serviços administrativos gerais	1.832.430,00	456.940,00	352.988,82	49.967,82	005
04.122.0750.6038.9120 – Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas	50.000,00	0,00	0,00	0,00	
04.122.0750.8504.9549 – Concessão de Benefícios aos Servidores do CEAJUR	523.630,00	373.630,00	329.549,34	329.549,34	006
04.122.3000.3903.9656 – Reforma de Prédios e Próprios	350.000,00	0,00	0,00	0,00	
28.846.0001.9050.7028 – Ressarcimentos, indenizações e restituições	446.679,00	396.679,00	395.579,10	395.579,10	007

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa- QDD/2010 emitido em 17/02/2011 – Anexo II

2. Realizações

Realização de Fóruns, Conferências e Seminários

Este Programa não teve execução em virtude do Decreto nº 31.692 de 18 de maio de 2010 que criou a Comissão de Gestão Orçamentária do Distrito Federal - CGO e contingenciou saldos das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009.

Manutenção das Ações da Defensoria Pública

Este Programa não teve execução em virtude do Decreto nº 31.692 de 18 de maio de 2010 que criou a Comissão de Gestão Orçamentária do Distrito Federal - CGO e contingenciou saldos das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009.

Manutenção do Programa Bolsa Estágio

Este Programa não teve execução em virtude do Decreto nº 31.692 de 18 de maio de 2010 que criou a Comissão de Gestão Orçamentária do Distrito Federal - CGO e contingenciou saldos das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009.

Manutenção de Programas

Este Programa não teve execução em virtude do Decreto nº 31.692 de 18 de maio de 2010 que criou a Comissão de Gestão Orçamentária do Distrito Federal - CGO e contingenciou saldos das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009.

Administração de pessoal do Centro de Assistência Judiciária do DF.

Após a criação da empresa sob o nº 40, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento no mês de novembro de 2010, os pagamentos passaram a ser realizados por este CEAJUR.

Contribuição Patronal para o RPPS

Após a criação da empresa sob o nº 40, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento no mês de novembro de 2010, os pagamentos passaram a ser realizados por este CEAJUR.

Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Do recurso destinado a este Programa de Trabalho, apresentamos dotação orçamentária para firmar contratos de telefonia móvel, passagens aéreas nacionais e internacionais, comunicação móvel – 3G, Caesb, CEB, impressoras e máquinas xerográficas, chaveiros, FUNAP, Correios, certificados digitais e computadores (inscritos em restos a pagar processados e não processados).

Na modalidade ordinária, foram utilizados recursos para realização de despesas com diárias, aquisição de arames e postes para o cercamento do terreno destinado à construção do Núcleo de Atendimento de Ceilândia e passagens aéreas.

Cumprе acrescentar que algumas despesas perfazendo o valor de R\$ 303.021,00 (trezentos e três mil e vinte e um reais) foram inscritas em restos a pagar, que estão sendo executadas.

Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas

Este Programa não teve execução em virtude do Decreto nº 31.692 de 18 de maio de 2010 que criou a Comissão de Gestão Orçamentária do Distrito Federal - CGO e contingenciou saldos das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009.

Concessão de Benefícios aos Servidores do CEAJUR

Após a criação da empresa sob o nº 40, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento no mês de novembro de 2010, os pagamentos passaram a ser realizados por este CEAJUR.

Reforma de Prédios e Próprios

Este Programa não teve execução em virtude do curto espaço de tempo entre a criação da Unidade Orçamentária e sua estruturação, conforme demonstrado no Campo de Competências da Unidade Orçamentária.

Ressarcimentos, indenizações e restituições

Após a criação da empresa sob o nº 40, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento no mês de novembro de 2010, os pagamentos passaram a ser realizados por este CEAJUR.

3. Informações Complementares

Não houve ações realizadas pela Unidade Orçamentária, que não puderam ser separadas por programa.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Relatório contendo informações com o número de atendimentos segue, como anexo III.

O número é expressivo levando em considerações as condições administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis e de pessoal que eram mantidas pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

Após a autonomia, espera-se que as dificuldades encontradas sejam ultrapassadas, apresentando um número de atendimento satisfatório superior ao ano de 2010.

5. Perspectivas para 2011

Este Centro de Assistência Judiciária vem trabalhando no sentido de prestar o serviço público de forma a proporcionar a plena satisfação dos assistidos.

A elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2011 foi realizada durante o período de transição de autonomia administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial e contábil.

Pela experiência adquirida nesse período, foram criados, somando aos já existentes, os programas da construção dos edifícios sede e do núcleo de atendimento em Santa Maria e construção de prédios e próprios, implantação da biblioteca e da escola, publicidade institucional, publicidade e propaganda, implantação e estruturação tecnológica.

Com estes programas, a perspectiva é de prestação jurídica integral e gratuita de excelência.

26.1. FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL – PROJUR

O Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – PROJUR, instituído pela Lei nº 744, de 04/12/2007, publicada no DODF nº 231, de 05/12/2007, e regulamentada pelo Decreto nº 28.757, de 06/02/2008, publicado no DODF nº 25, de 7/02/2008, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 09.396.049/0001-80, e desenvolvido e coordenado pelo Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, tem por finalidade destinar recursos para programas e projetos relacionados à consecução das finalidades institucionais deste órgão.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	01	01	-	-	02
Requisitados Órgãos do GDF	-	02	-	-	02
Estagiários	-	01	-	-	01
Total Geral	01	04	-	-	05

Execução Orçamentária e Financeira

1. Programas

Programa/Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Resto a pagar	Nº da Etapa no SAG
02.061.0750.2422.9622 – Manutenção do Programa Bolsa Estágio do CEAJUR	1.688.000,00	612.783,00	612.783,00	612.783,00	0,00	001
04.122.0100.8517.9624 – Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais do CEAJUR	3.000.000,00	328.008,00	266.533,00	187.992,00	0,00	005
04.122.2400.3030.0002 – Modernização e Reaparelhamento do CEAJUR	435.129,00	604.300,00	604.195,00	21.730,00	586.765,00	006
04.122.2400.3030.9625 – Qualificação Profissional dos Servidores do CEAJUR	200.000,00	29.007,00	29.006,00	29.006,00	0,00	008

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa- QDD/2010 emitido em 03/01/2011

O público alvo é o cidadão que não tem condições financeiras para pagar pelos serviços de um advogado particular, ou seja, aproximadamente 78% dos brasileiros.¹

Cabe destacar que houve um aumento de despesa autorizada em relação ao ano anterior devido à desvinculação da Secretaria de Justiça.

O resultado alcançado no ano de 2010, foi fundamentalmente para a melhoria da infraestrutura da sede e dos núcleos de atendimento do CEAJUR, por meio de contratação da rede estruturada processo nº 401.000.705/2010, contratação de estagiários para atendimentos processo nº 401.000.026/2010, contratação de locação de imóvel processo 400.001.259/2009, bem como aquisição de microcomputadores processo nº 401.000.692/2010 e servidores processo nº 401.000.617/2010.

Em relação ao Programa de Qualificação os cursos realizados com recursos do PROJUR foram: "Aperfeiçoamento servidores em curso de Português Jurídico; Pareceres e Relatórios, Congresso ABMP e Atualização de Direito Civil", conforme Processos nºs 400.000.014/10, 400.000.119/10, 400.000.255/10 e 400.000.254/2010.

2. Informações Complementares

Não houve ações realizadas pela unidade orçamentária, que não puderam ser separadas por programa.

¹ Cartilha Defensor Público – Agente da Cidadania (Publicação/2009: ANADEP- Associação Nacional dos Defensores Públicos)

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

As aquisições bem como as contratações foram importantes para a melhoria dos atendimentos por parte dos núcleos da Defensoria Pública.

É mister informar que foi solicitado a Contabilidade Geral a baixa da inconformidade de 2009 de recursos próprios repassados da Secretaria de Fazenda conforme a Lei de criação do PROJUR, no entanto até a presente data não foi baixado.

4. Perspectivas para 2011

O Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR-PROJUR tem como objetivo proporcionar a execução das finalidades institucionais deste Órgão, em conformidade com o artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal/88, *in verbis*: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Nesse sentido, as ações empreendidas para o exercício de 2011, conforme Lei nº 4.533, de 30/12/2010 serão as seguintes:

- Modernização e reaparelhamento do CEAJUR;
- Construção da sede da defensoria pública em Santa Maria.

27. SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL – SEOPS

É a responsável pela coordenação e execução das ações asseguradoras do cumprimento da ordem pública e social, tendo por objetivo o incremento das atividades fiscalizadoras de Estado sob comando único - artigo 2º Decreto nº 31.402/2010.

O objetivo geral da pasta é pôr um fim à desordem urbana, combatendo as pequenas infrações nos principais corredores, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida no Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	01	-	-	-	01
Requisitados Órgãos do GDF	05	-	14	-	05
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	14	-	27	-	41
Estagiários	-	10	-	-	10
Subtítulo	20	10	41		
(+) Cedidos para outros órgãos	01	-	-	-	01
Total Geral	21	10	1	-	73

Realizações

A Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social em cumprimento à sua missão institucional realiza as seguintes operações:

- Fiscalizações ordinárias: Fiscalização cotidiana que visa combater de imediato qualquer ocorrência verificada;
- Combate ao exercício ilegal da profissão: Operação contra flanelinhas;
- Combate à pirataria: Ação que visa combater os produtos que violam os direitos autorais;
- Combate ao comércio ilegal: Visa combater os ambulantes/camelôs;
- Operações da ordem pública e defesa social: Ações que visam combater as desordens urbanas;
- Erradicação da poluição visual: Operação de retirada de faixas/placas dos canteiros centrais das vias urbanas bem como em logradouros públicos;

O resultado das operações estão detalhados nos quadros abaixo:

Missão	Quant.	Resultados Obtidos	Órgãos / Coordenação
Fiscalização Ordinária	61	Serviço de orientação e alocação de ambulantes. Operações de Ordem pública e social. 15 moradores de rua recolhidos ao albergue. 179 faixas recolhidas. 118 faixas (pontos diversos da Ceilândia). Trabalho de conscientização e advertência a guardadores ilegais (São Sebastião, Jardim Botânico e Lago Sul). Serviço de orientação e alocação de ambulantes. Operações de Ordem pública e social. 2079 faixas recolhidas. Serviço de orientação e alocação de ambulantes. Operações de Ordem pública e social. Controle de ambulantes e guardadores ilegais. Serviço de orientação e alocação de ambulantes. Operações de Ordem pública e social. Retirada de moradores de rua da região. 1 motocicleta apreendida, 1 pessoa notificada.	SEOPS
Combate ao exercício ilegal da profissão e ao uso indevido d'água.		12 detidos. 09 guardadores encaminhados à 5ª DP, sendo que 02, possuem problemas com a justiça. Apreensão de 01 notebook.	SEOPS
Qualificação dos servidores da APO - SEOPS	11	Curso de Operações de Ordem Pública.	SEOPS
CHOQUE DE ORDEM Combate a pirataria, ao comércio ilegal, ao	55	14 pessoas conduzidas à 17ªDP. Sendo que 07 possuem: autoria, TC, passagens, recomendações, sentenças e/ou mandados de prisão. Fechamento de 02 prostíbulos, 01 bar, 01	

Missão	Quant.	Resultados Obtidos	Órgãos / Coordenação
exercício ilegal da profissão e poluição visual.		<p>casa noturna, 03 carrinhos de hot dog e etc. 07 flanelinhas conduzidos à 5ª DP. Apreensões (AGEFIS). 68 guardadores encaminhados à Delegacias de Polícia, sendo que 06, possuem problemas com a justiça. 557 DVDs recolhidos e a vendedora encaminhada à 5ª DP. 22.306 DVD's/CD'S apreendidos e 09 pessoas detidas. 66 faixas recolhidas.</p> <p>4192 DVD's apreendidos – 03 pessoas presas. 14 flanelinhas irregulares encaminhados à 14ª DP. 01 caminhão de mercadorias apreendidas – produtos diversos. 05 flanelinhas presos e 02 menores encaminhados à V.I.A. 238 DVD's, 01 preso e 13 flanelinhas presos. 2971 DVD's apreendidos – 04 pessoas presas. 01 menor encaminhado à DCA. 29 faixas recolhidas. 4.510 DVDs/CDs apreendidos - 06 pessoas presas. 24 flanelinhas presos e encaminhados à 4ª DP. 24.966 DVD's apreendidos, 10 pessoas presas encaminhadas à 16ª DP e 02 menores encaminhados à DCA. 17 Faixas recolhidas.</p> <p>01 bar notificado e fechado. 03 veículos notificados. 01 crachá e 01 colete – flanelinha- recolhido. Serviços de informações ao público. 475 DVD's apreendidos. 20 veículos notificados. 08 apreensões de mercadoria. 04 flanelinhas irregulares retirados do local. Recolhimento de 223 faixas. Ações de Ordem Pública e Social. 1160 DVD's recolhidos. 03 pessoas encaminhadas à 5ª DP. 05 flanelinhas presos e encaminhados à 5ª DP.</p> <p>2228 DVD's e CD's e 16 pessoas presas. Carrinhos de lanches, sucos, frutas, bolsas e demais produtos apreendidos. 5010 CD's e DVD's, 1 Caminhão, 50 faixas e outros materiais. 15 Pessoas detidas e 1.128 DVD's, CD's e 1 DVD portátil apreendidos. 1 Carrinho, 101 latas de cerveja, 11 latas de refrigerante, 14 garrafas de água e 10 vodkas Birinight. – 2 pessoa presas.</p> <p>12 flanelinhas abordados. Sendo: 08 conduzidos à 1ª DP e 04 autuados. Recolhimento de 1.029 DVD's. 1 Pessoa presa. 1 Caixa de isopor, 4 Garrafas de Long Neck de vidro, 10 Birinight e 3 Garrafas Ice Drink. 29 Veículos foram notificados. 1 Banca Lacrada e 1 pessoa presa. 15 pessoas conduzidas a 12ª. Foram apreendidos com ele 1.197 CDs e DVDs, 235 impressões usadas para a capa dos materiais e 30 caixas plásticas. 1 estabelecimento interditado.</p> <p>Foram removidas 10 edificações, 10 caminhões de entulho retirados e 3981 DVD's apreendidos. 37 Moradores de rua/Flanelinhas foram conduzidos à DP e 10 barracas retiradas da rua. 05 Pessoas apreendidas. Retirado caçamba de material e perfumes apreendidos. 5 pessoas detidas. 3981 CD's e DVD's e 16 mercadorias apreendidos. 2 carrinhos de frutas. 51 adultos e 23 menores encaminhados para o NAI.</p>	
Ação integrada de combate a pirataria e comércio ilegal.	01	Operação com resultados comprometidos, devido a "ausência" de ilegais.	SSP, Agefis, SEOPS
Ações de Ordem Pública e Defesa Social.	53	Serviço de orientação e alocação de ambulantes	
Erradicação de poluição visual	88	<p>347 Faixas recolhidas em pontos diversos do DF. 255 Faixas recolhidas. 65 FAIXAS RECOLHIDAS</p> <p>Recolhimento de 75 faixas. Recolhimento de 86 faixas. Recolhimento de 177 faixas. 89 faixas recolhidas. 309 faixas recolhidas. 579 faixas recolhidas. 204 faixas recolhidas. 131 faixas recolhidas. 117 faixas recolhidas.</p> <p>470 DVD's apreendidos (<i>fruto de abandono</i>). Recolhimento de 5917 Placas de propaganda política irregular. 4327 Faixas de propaganda irregular recolhidas.</p> <p>Recolhimento de 77686 Placas de propaganda política irregular de e faixas de propaganda irregular.</p> <p>2685 faixas/placas de propaganda irregular retiradas das vias.</p> <p>490 faixas/placas de propaganda irregular retiradas das vias</p>	SEOPS

DVD's Apreendidos	Guardadores Ilegais Detidos	Recolhimentos De Faixas	Prostíbulos	Bares	Veículos Notificados	Estabelecimento Fechado	Edificações Removidas
403.968	332	15166	02	02 Fechados 07 Notificado	30	4	10